





SUSANA BORNÉO FUNCK  
LUZINETE SIMÕES MINELLA  
GLÁUCIA DE OLIVEIRA ASSIS

*Organizadoras*

**LINGUAGENS E NARRATIVAS**  
*Desafios Feministas*



Volume 1

GRÁFICA  
**Copiar**  
EDITORA

Tubarão-SC  
2014

© 2014

**Capa , projeto gráfico e diagramação:**

Rita Motta sob coordenação da Gráfica e Editora Copiart

**Revisão:**

Tagiane Mai

L72 Linguagens e narrativas / Susana Bornéo Funck, Luzinete Simões Minella, Gláucia de Oliveira Assis (organizadoras).  
-- Tubarão : Ed. Copiart, 2014.  
504 p. ; 23 cm. - (Desafios feministas; 1)  
ISBN 978.85.8388.026.4

1. Mulheres - Condições sociais. 2. Mulheres - História.  
3. Feminismo e arte. 4. Feminismo - História. 5. Mulheres na política. 6. Mulheres na literatura. I. Funck, Susana Bornéo.  
II. Minella, Luzinete Simões. III. Assis, Gláucia de Oliveira.

CDD (22. ed.) 305.42

Elaborada por Sibebe Meneghel Bittencourt - CRB 14/244

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

## SUMÁRIO



### APRESENTAÇÃO

Desafios feministas .....	11
<i>Gláucia de Oliveira Assis</i>	
<i>Luzinete Simões Minella</i>	
<i>Susana Bornéo Funck</i>	
Linguagens e narrativas .....	21
<i>Susana Bornéo Funck</i>	

### MULHERES NA HISTÓRIA E HISTÓRIA DAS MULHERES

Exclusión y género en los procesos de Independencia de América Latina .....	33
<i>Sara Beatriz Guardia</i>	
Retraçar itinerários individuais: a micro-história das mulheres...47	
<i>Mônica Raisa Schpun</i>	
Discutindo biografia e história das mulheres .....	63
<i>Rachel Soihet</i>	

Escrever a história das mulheres no Brasil.....	81
<i>Carla Bassanezi Pinsky</i>	

## **EPISTEMOLOGIAS CONTRA-HEGEMÔNICAS**

Enquadrar, desenquadrar, reenquadrar/resistir: mulheres, arte e feminismos, modos de ver diferentemente.....	95
<i>Ana Gabriela Macedo</i>	

Corpos desfeitos e identidades <i>queer</i> em <i>The Passion</i> , de Jeanette Winterson.....	113
<i>Ana Cecília Acioli Lima</i>	

Capacitismo como queerfobia.....	131
<i>Eliana de Souza Ávila</i>	

Artes Visuais, feminismos e educação no Brasil: a invisibilidade de um discurso .....	157
<i>Luciana Gruppelli Loponte</i>	

DOCUMENT-AÇÃO: I Exposição Internacional de Arte e Gênero.....	183
<i>Rosa Maria Blanca</i>	

El feminismo descolonial como epistemología contra-hegemónica .....	201
<i>Yuderkys Espinosa-Miñoso</i>	

## **FEMINISMOS E OS DEBATES PÓS E DESCOLONIAIS**

Feminismo comunitario: descolonizando el género .....	219
<i>Julieta Paredes Carvajal</i>	

Terceiro feminismo: nomadismo identitário, mestiçagem y travestismo colonial para uma genealogia de los feminismos descoloniales ..... 233

*Karina Bidaseca*

Feminismos e os desafios atuais do pós-colonial: a contribuição de feministas negras no Brasil..... 251

*Cláudia Pons Cardoso*

Os corpos das mulheres e a memória colonial ..... 267

*Simone Pereira Schmidt*

## **OUTRAS NARRATIVAS, NOVAS SUBJETIVIDADES**

Germaine Dulac na vanguarda do cinema: *A sorridente senhora Beudet* (1923) ou a subjetividade feminina filmada (posta em imagens) ..... 283

*Gabrielle Houbre*

Literatura e pensamento afro-brasileiro ..... 301

*Florentina da Silva Souza*

O mar ondulado da memória em Conceição Evaristo ..... 319

*Maria Nazareth Soares Fonseca*

Até que os ovários nos acordem ..... 335

*Carla Mühlhaus*

Liberdade e autonomia nas interações *on-line* ..... 343

*Iara Beleli*

## **PUBLICAÇÕES FEMINISTAS: EXPERIÊNCIAS DA MILITÂNCIA ACADÊMICA**

- A política das publicações feministas .....361  
*Claire G. Moses*
- MORA: la memoria de las revistas académicas.....371  
*María Luisa Femenías*
- A maioria da *Revista Estudos Feministas*: entrelaçando  
experiências.....389  
*Mara Coelho de Souza Lago*
- Violências: um olhar sobre a *Revista Estudos Feministas* .....407  
*Lucila Scavone*
- Editora Mulheres: o que contar? .....427  
*Zahidé Lupinacci Muzart*

## **O LEGADO DE FEMINISTAS QUE SE FORAM**

- Bel Baltar e o debate sobre o aborto: um legado para os  
feminismos .....445  
*Luzinete Simões Minella*
- Os legados de Karin Ellen Von Smigay .....455  
*Maria Ignez Costa Moreira*
- Cristina Bruschini: acessando gênero, trabalho e família .....469  
*Mary Garcia Castro*
- Autoras** .....481



The image features a dark gray background with three white lines that intersect to form a complex geometric pattern. One line is nearly vertical, another is nearly horizontal, and the third is diagonal, crossing the other two. The word "APRESENTAÇÃO" is centered in the lower half of the image in a bold, white, sans-serif font.

# APRESENTAÇÃO



## DESAFIOS FEMINISTAS

---



A presente coletânea, em três volumes, reúne as conferências e os trabalhos apresentados em mesas-redondas do X Encontro Internacional Fazendo Gênero: Desafios Atuais dos Feminismos. Tendo como fio condutor os muitos e variados desafios feministas, divide seu foco entre temas relacionados com História, Literatura, mídia, teoria e Artes Plásticas (Volume I: Linguagens e Narrativas), com sexualidades, subjetividades, direitos e políticas públicas (Volume II: Políticas e Fronteiras) e com os processos sociais de gênero em suas intersecções com raça, classe, gerações e nacionalidades (Volume III: Entrelugares e Mobilidades). Os textos das conferências abrem cada um dos volumes, introduzindo a temática proposta. Seguem-se os trabalhos das mesas, organizados de forma a dialogarem entre si, demonstrando não apenas a variedade de nossas vozes e dos lugares de onde falamos, mas também as questões e desigualdades que ainda nos desafiam.

Como todo movimento intelectual e político de amplo espectro que busca questionar estruturas e crenças naturalizadas pelo senso comum e adotadas pelo *status quo*, os vários feminismos (res)surgidos na década de 60 na cultura ocidental têm enfrentado constantes desafios de várias ordens, alguns parcialmente superados, outros ainda merecendo cuidadosa atenção. Embora muitas das agendas feministas já estejam incluídas nos



estudos acadêmicos e nos movimentos sociais de grande parte das nações contemporâneas, suas metas de igualdade e diversidade ainda estão longe de serem alcançadas.

Um dos maiores desafios talvez seja o de desmistificar a prática feminista como uma unanimidade monolítica e fazer valer as várias facetas da categoria gênero, perpassadas como são por vetores de raça, classe, nacionalidade, sexualidade, faixa etária e tantas outras “diferenças”. Daí a escolha, no plural, do tema *Desafios atuais dos feminismos* para nortear a décima edição do Seminário Internacional Fazendo Gênero, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) entre 16 e 20 de setembro de 2013. Que as mulheres não são todas iguais, mas que podem trabalhar em consenso e coletividade, tem sido a convicção das pesquisadoras da UFSC e da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) que organizaram o seminário e que agora apresentam alguns de seus resultados.

É importante ressaltar que este ano de 2014 marca um momento importante para os estudos feministas e de gênero na UFSC. Há exatamente trinta anos, pesquisadoras de diversas áreas acadêmicas começaram a se reunir informalmente no que então se denominou Núcleo de Estudos da Mulher, mais tarde Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero, e que atualmente constitui o Instituto de Estudos de Gênero (IEG). Há exatamente vinte anos, iniciávamos a série de encontros do Fazendo Gênero, hoje um evento internacionalmente conhecido, um dos maiores seminários sobre gênero no mundo.

O IEG congrega pesquisadoras da UFSC, associadas a outras pesquisadoras da Udesc, Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) e Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Criado em 2006 e sediado no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, visa dar unidade e visibilidade a um conjunto extenso de pesquisas e atuação em diversas áreas disciplinares com o objetivo de estreitar os vínculos acadêmicos com os movimentos



sociais comprometidos com os direitos das mulheres e a promoção da igualdade de gênero. Tendo como característica principal a interdisciplinaridade, desenvolve pesquisas em temáticas como política, sexualidade, saúde, direitos reprodutivos, trabalho, família, gerações, violência doméstica, homossexualidade, identidade, subjetividade, comunicação e estudos culturais, acolhendo em sua estrutura núcleos de estudos de diferentes departamentos e cursos da UFSC e da Udesc.<sup>1</sup> As atividades do IEG abrangem assessoria sobre relações de gênero e feminismo, pesquisa, orientação de trabalhos de conclusão de cursos de graduação, de iniciação científica, de mestrado, de doutorado, de pós-doutorado e também de projetos de iniciação científica no Ensino Médio. São também oferecidos cursos de graduação e pós-graduação, oficinas, conferências e atividades de extensão, numa rede estabelecida com núcleos de estudos de gênero no Brasil e em outros países da América Latina. Além da realização de cursos de formação de professoras/es do Ensino Básico na área de gênero e feminismo, como o Gênero e Diversidade na Escola (GDE) e o Curso de Curta Duração em Gênero e Feminismo (CDD) para estudantes e pesquisadoras/es universitárias/os, é importante destacar que esse espaço acadêmico tem mantido, também, interlocução com os movimentos sociais e associações feministas e de mulheres da cidade e do estado, como as Conferências de Políticas Públicas para as Mulheres, em âmbito municipal, estadual e federal, os Fóruns de Mulheres de Florianópolis e, recentemente, o Fórum Lei Maria da Penha, num diálogo de mão dupla que

---

<sup>1</sup> Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), Núcleo de Estudos de Modos de Subjetivação e Movimentos Contemporâneos (Transes), Núcleo Literatura e Memória (nuLIME), Núcleo de Pesquisa Modos de Vida, Família e Relações de Gênero (Margens), Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar (NAF), Núcleo de Antropologia Audiovisual e Estudos da Imagem (Navi), Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividade (Nigs), Núcleo de Estudos em Serviço Social e Relações de Gênero (Nusserge) e Laboratório de Relações de Gênero e Família (Labgef).



tende a se fortalecer e a garantir uma maior visibilidade e legitimidade para as lutas ligadas às questões de gênero na sociedade como um todo.

Somando-se a essas atividades, e diretamente relacionadas a elas, um grupo de pesquisadoras da UFSC e da Udesc vinculadas ao IEG tem sido responsável pela edição da *Revista Estudos Feministas* (REF), considerada uma das principais publicações com escopo nacional e internacional da área de estudos de gênero, indexada nos principais bancos e fontes de referência científicas internacionais, disponibilizada gratuitamente *on-line* em quatro sites: [www.scielo.br](http://www.scielo.br); portal do IEG – [www.ieg.ufsc.br](http://www.ieg.ufsc.br); portal da Redalyc [redalyc.uaemex.mx](http://redalyc.uaemex.mx); e Portal de Periódicos da UFSC – [www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref](http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref). Sediada na UFSC desde 1999 e já com 21 anos de existência, a REF tem publicação quadrimestral desde 2004. Com uma equipe de mais de vinte pesquisadoras e pessoal de apoio, agrupados/as em seis editorias (coordenação geral e editorias de artigos, dossiês, debates, resenhas e entrevistas), além de um amplo conselho editorial e consultivo, a REF se orgulha de manter o trabalho colaborativo que informa muitas das práticas feministas.

Colaborativa também tem sido a realização dos encontros *Fazendo Gênero*, que acontecem, como vimos, desde 1994, resultando em publicações de anais, números especiais de revistas acadêmicas e as já consagradas coletâneas com textos inéditos apresentados nas conferências e mesas-redondas.

Iniciam esta série de publicações os *Anais do primeiro Fazendo Gênero: Seminário de Estudos sobre a Mulher*, realizado entre 30 de novembro e 2 de dezembro de 1994 e organizado por Zahidé Muzart, do Programa de Pós-Graduação em Literatura (CCE/UFSC), tendo o gênero na Literatura, História, Psicanálise e Antropologia como áreas de interesse. O segundo *Fazendo Gênero: Um Encontro Interdisciplinar*, ocorrido nos dias 15 a 17 de maio de 1996, no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC,



contou com cerca de quatrocentos/as pesquisadores/as de todo o Brasil e deu origem a duas publicações: um número especial da *Revista de Ciências Humanas* (Florianópolis: EdUFSC, v. 15, n. 21, 1997) e o livro *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*, organizado por Joana Maria Pedro e Miriam Pillar Grossi e publicado pela Editora Mulheres em 1998. Entre 13 e 15 de maio de 1998, o Centro de Ciências da Saúde da UFSC sediou o encontro Fazendo Gênero 3: Gênero e Saúde, do qual resultaram um número especial da *Revista de Ciências da Saúde: Gênero e Saúde* (Florianópolis: EdUFSC, v. 17, n. 1, jan./jun. 1998) e o livro *Falas de gênero*, organizado por Alcione Leite da Silva, Mara Coelho de Souza Lago e Tânia Regina Oliveira Ramos, publicado também pela Editora Mulheres, em 1999.

Como resultado dos encontros (agora internacionais) Fazendo Gênero 4: Cultura, Política e Sexualidade no Século XXI (23 a 25 de maio de 2000) e Fazendo Gênero 5: Feminismo Como Política (8 a 11 de outubro de 2002), foi publicada uma coletânea com os seguintes três volumes: *Gênero, cultura e poder*, organizado por Maria Regina Lisboa e Sônia Weidner Maluf; *Poéticas e políticas feministas*, sob a organização de Cláudia de Lima Costa e Simone Pereira Schmidt; e *Genealogias do silêncio: feminismo e gênero*, organizado por Carmen Sílvia Moraes Rial e Maria Juracy Toneli, todos publicados pela Editora Mulheres em 2004. Cumpre destacar que esses primeiros encontros internacionais tiveram como foco dois importantes temas: um balanço do século XX no campo dos estudos de gênero e feministas, bem como das perspectivas para o novo século, e a dupla direção das relações dos estudos feministas e de gênero com a política. Deles participaram importantes pesquisadoras, entre as quais a antropóloga Françoise Héritier, a especialista em teoria literária e estudos culturais Jean Franco, a economista Carmen Diana Deere, a cientista social Sonia Alvarez, a historiadora uruguaia Graciela Sapriza, a teórica literária argentina Nora Domingues, a cientista política e



militante peruana Virgínia Vargas, a crítica cultural Ella Shohat e as historiadoras Monica Schpun, Françoise Thébaud e Gabrielle Houbre. Foi também a partir do Fazendo Gênero 5 que se organizaram a primeira mostra audiovisual e a primeira mostra de fotografias, que teriam continuidade nos encontros seguintes.

O Seminário Internacional Fazendo Gênero 6: Saberes Globais/Fazeres Locais. Fazeres Globais/Saberes Locais, realizado em maio de 2004, abordou o cenário do século XXI e as perspectivas teóricas que orientam tanto o fazer acadêmico como as intervenções na realidade social. Dentro de um quadro de globalização, guerra, aviltamento generalizado dos direitos sociais, culturais e políticos e quebra das expectativas quanto aos grandes projetos da modernidade, o encontro permitiu um aprofundamento da reflexão e do debate sobre os desafios globais, confrontando os estudos feministas e de gênero na confluência de vários tipos de saberes a partir de espaços cada vez mais híbridos. Os textos desse seminário estão publicados no livro *Saberes e fazeres de gênero: entre o local e o global*, organizado por Luzinete Simões Minella e Susana Bornéo Funck (Florianópolis: EdUFSC, 2006).

Do Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: Gênero e Preconceitos, realizado em agosto de 2006, resultou a publicação de duas coletâneas: *Leituras em rede: gênero e preconceito* (Florianópolis: Mulheres, 2007), organizada por Cristina Scheibe Wolff, Marlene de Fáveri e Tânia Regina Oliveira Ramos; e *Gênero em movimento: novos olhares, muitos lugares* (Florianópolis: Mulheres, 2007), organizada por Cristiani Bereta da Silva, Gláucia de Oliveira Assis e Rosane C. Kamita. Com a implantação do sistema de simpósios temáticos, o evento adquiriu uma maior dimensão e variedade, com cerca de 3 mil inscrições e temas como violência de gênero, sujeitos do feminismo, sexualidades, gênero e sexualidade nas práticas escolares, masculinidades, estudos feministas e pós-coloniais, preconceitos e estereótipos na literatura e na mídia, aborto, parto e maternidade, bioética e direitos





humanos, gênero e classe, etnia e gerações, cibercultura e novas tecnologias de comunicação, segurança alimentar e meio ambiente, violência e segurança pública, memória, narrativas e trajetórias biográficas, corporalidade, consumo, mercado, turismo, migrações contemporâneas e outros.

Entre os dias 25 e 28 de agosto de 2008, ocorreu o Seminário Internacional Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder. A retomada desses temas fundamentais ao feminismo deveu-se às especificidades de várias lutas simultâneas, nacionais e internacionais, a favor do aborto legal e/ou da descriminalização do aborto (no Brasil, no Uruguai, na Argentina, em Portugal); à politização do tema da violência conjugal, no caso do Brasil propiciada pela Lei Maria da Penha; aos processos de reconhecimento judicial de parcerias homossexuais; ao acirramento ou maior visibilidade da homofobia; aos dilemas éticos envolvidos nas decisões médicas e judiciais relacionadas às novas tecnologias de reprodução; aos paradoxos das novas diásporas internacionais envolvendo as questões de gênero; à “feminização” da pobreza; entre tantos outros aspectos. Do encontro resultou o livro *Leituras de resistência: corpo, violência e poder* (Vol. I e II), organizado por Carmen Susana Tornquist, Clair Castilhos Coelho, Mara Coelho de Souza Lago e Teresa Kleba Lisboa e publicado pela Editora Mulheres em 2009.

Diásporas, Diversidades, Deslocamentos foi o recorte do Fazendo Gênero 9, realizado de 23 a 26 de agosto de 2010, focalizando temas que sugerem movimento tanto pela dispersão das pessoas e culturas através de espaços geográficos quanto pelo desejo de realocações em espaços imaginados e pelo encontro com identidades plurais. Examinaram-se criticamente os diferentes aspectos da circulação de pessoas, signos, coisas e capitais, para a compreensão das injunções atuais do capitalismo global, marcado pela intensificação do movimento de pessoas (turistas, imigrantes, refugiados), de informação (especialmente através



das diversas mídias eletrônicas), de bens (materiais e culturais, com um crescente avanço do mercado sobre dimensões que antes gozavam de relativa autonomia) e capitais (destacando-se nesse aspecto o financeiro). Os trabalhos das conferências e mesas estão publicados em *Diásporas, mobilidades e migrações*, organizado por Silvia Maria Fávero Arend, Carmen Rial e Joana Maria Pedro (Florianópolis: Mulheres, 2011).

Às 14 publicações apresentadas vêm juntar-se agora os três volumes referentes ao Seminário Internacional Fazendo Gênero 10: Desafios Atuais dos Feminismos, realizado entre 26 e 30 de setembro de 2013. A concepção geral do evento considerou que, apesar dos avanços obtidos por meio das inúmeras lutas travadas pelas mulheres, muitos obstáculos persistem, alguns se re-configuraram, outros emergiram, exigindo, por isso mesmo, um renovado debate em torno dos desafios feministas, que envolvem desde a baixa participação político-partidária das mulheres até a necessidade de novas articulações ideológicas por meio de linguagens como as da arte e da mídia. Os temas das conferências, das oficinas, dos 115 simpósios temáticos e das 28 mesas-redondas incluíram, entre outros, as desigualdades de gênero no âmbito do trabalho e da distribuição de renda; as dificuldades enfrentadas nas lutas pelo direito ao aborto; as violências domésticas e institucionais de gênero; a grave situação das mulheres, principalmente de baixa renda, nos contextos pós-coloniais e transmodernos; as iniquidades em saúde; as contramarchas nas lutas pelos direitos LGBT e contra os efeitos de subordinação das interseções de gênero, classe, gerações, raça/etnia e deficiência; as assimetrias de gênero quanto à participação das mulheres na produção do conhecimento científico; e a inserção significativa das mulheres nas mobilidades contemporâneas em condições de alta vulnerabilidade.

O apoio e a participação ativa da Secretaria de Política para as Mulheres, a presença de integrantes de importantes movimentos sociais, como Julieta Paredes, do Feminismo Comunitário da Bolívia, entre outras, deram ao evento um caráter de articulação



entre academia e movimentos sociais. Mantendo a tradição da série Fazendo Gênero, o evento favoreceu também o diálogo entre representantes de grupos de pesquisa e de Organizações Não Governamentais (ONGs), que puderam compartilhar experiências e analisar estratégias na definição de suas agendas. O encontro sediou também reuniões de grupos, núcleos e várias redes de pesquisa nacionais e internacionais, bem como de equipes de projetos de intercâmbio.

Além da já tradicional programação, tivemos nessa décima edição, com absoluto sucesso, a I Exposição Arte e Gênero ([www.fazendogenero.ufsc.br/10/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=972](http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/conteudo/view?ID_CONTEUDO=972)), paralela ao evento, que complementou a área de Artes Visuais, tradicionalmente constituída pela Mostra de Fotografias e pela Mostra Audiovisual, cujos trabalhos são selecionados e organizados por comissões especializadas, envolvendo professores/as e alunos/as de diferentes departamentos da UFSC e da Udesc. Destacamos, ainda, o projeto Crianças no Fazendo Gênero, resultado de uma parceria entre a Comissão Organizadora e o Núcleo de Desenvolvimento Infantil da UFSC, iniciado em 2010. Esse projeto teve como finalidade

proporcionar às crianças que acompanham pessoas adultas que estejam participando do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10: Desafios Atuais dos Feminismos, um espaço para vivências articuladas com as discussões sobre feminismos e relações de gênero enfatizadas durante o período de realização do evento.

Tiveram destaque também as ações ligadas a acessibilidade, desenvolvidas por uma comissão específica. Embora em eventos passados a Comissão Organizadora tenha garantido algumas medidas inclusivas, como a tradução em libras das conferências e de algumas mesas-redondas, além de instruções para monitoras/es lidarem com pessoas com baixa mobilidade, pela primeira vez



tivemos uma comissão dedicada exclusivamente ao favorecimento da participação de pessoas com deficiência, com apoio da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência, visando a dois objetivos: o enraizamento dos princípios da acessibilidade no campo da teoria feminista brasileira e a implementação de recursos de acessibilidade no encontro, para a plena e efetiva participação das/os estudantes e pesquisadoras/es com deficiência.

As conferencistas convidadas foram a escritora Sara Beatriz Guardia, fundadora e diretora do Centro de Estudios La Mujer en la Historia de América Latina (Cemhal), que proferiu a conferência de abertura, intitulada “Exclusión y género en los procesos de independencia de América Latina”; a feminista indiana Rehka Pande, coordenadora do Centre for Women’s Studies da University of Hyderabad; e a professora, escritora e ativista norte-americana Sarah Schulman, da City University of New York (Cuny), que proferiu a conferência de encerramento, sobre o tema “Desafios do feminismo: amigos diante da família, sociedade diante do governo”. Os textos das conferências abrem cada um dos volumes da coletânea, dos quais o primeiro é apresentado a seguir.

Esperamos que a leitura destes artigos se revele prazerosa, inspiradora e, em muitos aspectos, também desafiadora.

*Gláucia de Oliveira Assis  
Luzinete Simões Minela  
Susana Bornéo Funck*

## LINGUAGENS E NARRATIVAS



Narrativas não são apenas relatos ou representações de acontecimentos reais ou ficcionais. Como amplamente discutido na teoria feminista e nos estudos do discurso, narrativas – sejam elas verbais, visuais ou sonoras – são construções ideológicas que estabelecem parâmetros de subjetivação e que acabam por determinar nossa maneira de ser no mundo. Se uma matriz patriarcal, heterossexista, racista e socialmente assimétrica tem informado as narrativas mestras sobre as quais se assenta a cultura ocidental contemporânea, um dos maiores desafios dos feminismos é, sem dúvida, o de contestá-la, revisá-la, reescrevê-la, forjando novas narrativas em que as mulheres figurem de forma diversificada como as protagonistas que sempre foram e continuam sendo. Essa tem sido, sem dúvida, a grande tarefa feminista de historiadoras, artistas, teóricas e críticas: produzir discursos contra-hegemônicos que coloquem em xeque construções culturais naturalizadas. Por outro lado, é preciso também descolonizar a circulação desse novo conhecimento, reverter o trânsito unilateral das ideias, romper com o dualismo centro-margem, questionando nossas próprias e arraigadas concepções de quem pode falar e por quem.

Não devemos esquecer, ainda, que novas linguagens têm emergido no cenário das práticas culturais. Como consequência



de desenvolvimentos tecnológicos, suportes como o cinema, a televisão, o computador e suas ramificações tornaram possíveis formas de expressão em que cada vez mais a imagem, o som e o movimento passam a ocupar lugar de destaque. Temos inovações como o romance gráfico, a *performance*, o grafite, o *blog*, entre tantas outras. As mídias multimodais, uma constante no nosso cotidiano, são na verdade um modo perigosamente insidioso de disseminar ideologias e comportamentos. Como as mulheres têm utilizado esses novos meios e, mais importante, como elas têm sido usadas por eles é um crescente desafio para a teoria feminista e para a análise das relações de gênero.

Finalmente, temos a responsabilidade de um legado. O que fizemos até agora, neste meio século de lutas e de conquistas dos feminismos contemporâneos, não pode ser esquecido. O que fazemos hoje deve ser registrado, mesmo que essa narrativa venha a ser contestada no futuro.

Seguindo em linhas gerais essas considerações, os artigos deste primeiro volume da coletânea estão divididos em seis seções. A primeira – *Mulheres na história e história das mulheres* – apresenta duas tendências que se complementam e se imbricam: a inserção das mulheres na história “oficial” e a narrativa da história a partir da perspectiva das mulheres. Sara Guardia, em sua conferência de abertura, “Exclusión y género en los procesos de independencia de América Latina”, aborda o caráter patriarcal e eurocêntrico das narrativas sobre a independência dos países hispano-americanos, enfocando os desafios teóricos e metodológicos do resgate da participação da mulher, especialmente da mulher indígena, nessa história. Tendo como emblema a atuação de Micaela Bastidas na insurreição liderada por Tupac Amaru no final do século XVIII, faz um tributo às muitas mulheres que lutaram e morreram pela causa da independência. Seguem-se os artigos “Retraçar itinerários individuais: a micro-história das mulheres”, de Mônica Schpun, e “Discutindo biografia e história



das mulheres”, de Rachel Soihet, ambos com atenção à biografia, especialmente na estreita relação entre História e Antropologia que passa a caracterizar a pesquisa histórica nas últimas décadas do século XX. Mônica Schpun analisa os itinerários cruzados entre o Brasil e a Alemanha dos percursos migratórios de duas mulheres, Aracy de Carvalho e Margarethe Levy, como base para uma problematização da perspectiva biográfica no que tange ao feminino. Rachel Soihet discute “a relevância da biografia e da história de vida como forma de reabilitar o indivíduo enquanto ator histórico, ou seja, de recolocar o ser humano concreto no centro da história”. Ainda nessa primeira seção, Carla Bassanezi Pinsky apresenta, sob o título “Escrever a história das mulheres no Brasil”, o livro *Nova história das mulheres no Brasil* (2012), organizado por ela e por Joana Maria Pedro, com a colaboração de 25 autoras. A partir da descrição dos vários capítulos do livro, Pinsky apresenta dois argumentos fundamentais: a inclusão de um público não acadêmico como interlocutor da produção historiográfica contemporânea e a necessidade de fontes documentais variadas (ilustrações, legendas, propagandas, cartazes, caricaturas, fotos familiares, entre outras) para escrever a história das mulheres/as mulheres na história.

O segundo grupo de artigos, variados em suas abordagens teóricas, tem como núcleo centralizador um dos maiores desafios dos feminismos na contemporaneidade: a epistemologia, ou a necessidade de (re)pensar sobre como pensamos. *Epistemologias contra-hegemônicas* inclui seis trabalhos, com enfoques na literatura, nas Artes Visuais e na teoria feminista. Em “Enquadrar, desenquadrar, reenquadrar/resistir: mulheres, arte e feminismos, modos de ver diferentemente”, Ana Gabriela Macedo explora as novas corpografias do feminino, que propõem alternativas de “reenquadramento”, em diferentes linguagens artísticas (fotografia, pintura, instalação, *performance*), como forma de resistir a modelos universalizantes. Enfoca especialmente os contrastes



entre os discursos hegemônicos ocidentais e a arte de mulheres do Oriente Médio e das diásporas (por exemplo, Shirin Neshat, Shadi Ghadirian e Raeda Saadeh). Para ela, as novas corpografias na arte feminista contemporânea instigam um estranhamento crítico no espectador, permitindo uma reflexão em torno das políticas de localização e do significado da *diferença*. De forma semelhante, mas em termos do discurso literário, em “Corpos desfeitos e identidades *queer* em *The Passion*, de Jeanette Winterson”, Ana Cecília Lima postula que uma narrativa *queer*, nos termos propostos por Judith Halberstam, pode contribuir para a desconstrução do binarismo feminino-masculino do sistema sexo-gênero que tem sublinhado nosso modo de ver o mundo. Por meio do jogo paródico, identidades sexuais são (con)fundidas, resultando num desfazer e refazer de corpos que desestabiliza noções hegemônicas. Em “Capacitismo como queerfobia”, Eliana Ávila propõe uma ligação entre os estudos da deficiência (capacitismo) e o projeto emancipatório *queer*, argumentando sobre a necessidade de fazer da deficiência uma posição política e epistemológica, e não uma identidade categórica, uma opressão suprimida que necessita ser vista também como uma tecnologia cultural de discriminação interseccional mesmo no interior dos discursos mais radicais e heterogêneos. Os dois próximos artigos, “Artes Visuais, feminismos e educação no Brasil: a invisibilidade de um discurso”, de Luciana Loponte, e “DOCUMENT-AÇÃO: I Exposição Internacional de Arte e Gênero”, de Rosa Maria Blanca, abordam a relação entre Artes Visuais e prática feminista. Para Loponte, não basta apenas aproximar o debate feminista ao âmbito das artes, sem alterar nossos paradigmas em relação às discussões que envolvem gênero, sexualidade e Artes Visuais na educação, ou seja, a inclusão politicamente correta de um ou outro trabalho de artistas de raças, etnias, gêneros e sexualidades distintas dos padrões hegemônicos não é suficiente para dismantelar o *status quo* nas Artes





Visuais e seus cânones. Rosa Blanca critica a colonização da arte pelos paradigmas da ciência. Defende, contra isso, que a arte deve ser “um conjunto de práticas plásticas e visuais que propõem sua própria linguagem, sua própria produção e documentação, tanto do tempo e do espaço quanto dos seus fundamentos epistemológicos, históricos e [...] identitários”. Nesse sentido, corrobora a visão de Loponte de que não basta uma inclusão do feminino na arte contemporânea, sem que se questione a dimensão heteronormativa e sexista da lógica do patriarcalismo. Na condição de curadora da I Exposição Internacional de Arte e Gênero, realizada paralelamente ao X Encontro Internacional Fazendo Gênero, apresenta uma documentação que permite visualizar práticas artísticas, textualizações, historicizações e gestões na produção de conhecimento como uma outra iconografia, feminista e não heteronormativa. O último artigo dessa seção, “El feminismo descolonial como epistemología contra-hegemónica”, de Yuderkys Espinosa-Miñoso, faz uma ponte com a seção que segue ao discutir a epistemologia contra-hegemônica a partir do conceito de feminismo descolonial, que ela define como um movimento “que se proclama revisionista da teoria e da proposta política do feminismo, visto que considera seu viés ocidental, branco e burguês” (tradução nossa). Para ela, o problema central do feminismo tem sido o de considerar o gênero como opressão primária e relegar as opressões de raça e classe como secundárias, ou seja, como afetando apenas um grupo específico de mulheres.

A questão (des)colonial, com seus vários denominadores e terminologias, coloca-se no centro dos quatro artigos que formam a terceira seção desta coletânea: *Feminismos e os debates pós e descoloniais*. Em “Feminismo comunitario: descolonizando el género”, Julieta Paredes discute o feminismo comunitário vinculado à vertente revolucionária da comunidade “Mujeres Creando Comunidad” na Bolívia. Segundo ela, o patriarcado é um sistema que engloba todas as formas de opressão, exploração,



violência e discriminação, incluindo seres humanos e natureza, ou seja, “um sistema de morte construído historicamente sobre o corpo das mulheres” (tradução nossa). Contra isso opõe o feminismo comunitário, que busca estabelecer autonomia para os corpos de mulheres e homens sob qualquer sistema de opressão política. Karina Bidaseca, em “Tercer feminismo: nomadismo identitario, mestizaje y travestismo colonial (para una genealogía de los feminismos descoloniales)”, reforça o caráter descolonial ao apresentar novas cartografias e genealogias dos feminismos do “terceiro mundo” e ao enfatizar dois importantes momentos teóricos: a discussão sobre colonialidade, gênero, raça e interseccionalidade; e a relação entre a consciência moderna e o corpo como suporte na construção do conhecimento situado. Em “Feminismos e os desafios atuais do pós-colonial: a contribuição de feministas negras no Brasil”, Cláudia Pons Cardoso reforça a necessidade de se pensar a experiência de mulheres negras brasileiras não em termos gerais de raça e gênero, mas a partir de um lugar específico, definido pelas estruturas de opressão e pelo seu enfrentamento. Segundo ela, só assim será possível eliminar os privilégios de raça no interior das lutas de gênero. Fechando essa parte e já fazendo uma ponte com a seguinte, o artigo de Simone Schmidt, “Os corpos das mulheres e a memória colonial”, investiga como narrativas femininas contemporâneas representam o corpo como lugar de dominação em termos de gênero e raça, mas também como fonte de resistência e de memória. Sua análise do romance *O alegre canto da perdiz* (2008), da escritora moçambicana Paulina Chiziane, identifica a representação literária de muitas das preocupações teóricas dos artigos anteriores em termos de cartografia e de comunidade. O privado e o público, a família e o país, ao retomarem ritos de tradições passadas, projetam para o futuro um mundo sem dominação.

De fato, que representações literárias, cinematográficas ou midiáticas podem desestabilizar e intervir em narrativas



hegemônicas, suscitando subjetividades alternativas, fica comprovado nas análises apresentadas na quarta seção: *Outras narrativas, novas subjetividades*. Em “Germaine Dulac na vanguarda do cinema: *A sorridente senhora Beudet* (1923) ou a subjetividade feminina filmada (posta em imagens)”, Gabrielle Houbre destaca as inovações na linguagem fílmica utilizada por Germaine Dulac para traduzir visualmente a psique e as emoções da protagonista desse filme que é o primeiro na história do cinema a adotar o ponto de vista de uma mulher. “Literatura e pensamento afro-brasileiro”, de Florentina da Silva Souza, e “O mar onduloso da memória em Conceição Evaristo”, de Maria Nazareth Soares Fonseca, sublinham a necessidade, via literatura, de dar voz a sujeitos afrodescendentes no Brasil. Para Souza, são vitais as estratégias de afro-brasileiros/as para elaborar reflexões que alterem as representações das relações étnico-raciais no Brasil, num contexto que se caracteriza pela perpetuação de uma memória hegemônica. Para Fonseca, citando Conceição Evaristo, “recordar é preciso”, já que é pela memória que a poeta/romancista resgata a voz dos/as que sofreram (e sofrem) uma história de opressão e de silêncio, de submissão e sofrimento. No trabalho que segue, “Até que os ovários nos acordem”, a escritora Carla Mühlhaus fala sobre sua experiência com a maternidade e com a escrita do romance *À sua espera: uma viagem filosófica ao centro do útero* (2012), focalizando alguns dos desafios e ambiguidades de uma mulher contemporânea que acredita “no uso moderado do cor de rosa”. “Liberdade e autonomia nas interações on-line”, de Iara Beleli, fecha esse grupo de artigos, apresentando uma análise da reconfiguração das relações sociais a partir da mediação tecnológica. Beleli busca respostas para o que considera uma questão importante para os movimentos feministas: liberdade/autonomia. Embora se surpreenda com a persistência de determinados comportamentos, reconhece que as interações em suporte digital criam uma ilusão de controle sobre os



relacionamentos, permitindo que certas mulheres escapem dos modelos tradicionais de feminilidade que as aprisionaram por tanto tempo. Assim, seja na linguagem do cinema, da literatura ou da mídia, conforme abordadas nessa seção, outras formas de narrar e de narrar-se certamente contribuem para novas subjetivações de gênero, mesmo que em contextos limitados e específicos.

A quinta e penúltima seção, *Publicações feministas: experiências da militância acadêmica*, enfatiza a importância política de três dos mais renomados periódicos feministas nas Américas, bem como da Editora Mulheres, de Florianópolis. Claire Moses, María Luiza Femenías e Mara Lago relatam o desenvolvimento e as experiências, respectivamente, de *Feminist Studies* (Estados Unidos), *Mora* (Argentina) e *Estudos Feministas* (Brasil). Moses reforça o caráter colaborativo da publicação surgida na década de 70 e sua progressiva institucionalização e interdisciplinaridade, lembrando que mesmo um periódico acadêmico não deve confundir os interesses da academia com os interesses das mulheres. Ao apresentar os vinte anos de trajetória da revista *Mora*, vinculada ao Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género (UBA), Femenías a contextualiza no cenário de outras publicações da área, destacando o trabalho colaborativo e em rede. Da mesma forma, o relato descritivo feito por Lago aponta não só para a coletividade e a interdisciplinaridade, mas também para o trabalho voluntário que tem acompanhado a publicação da revista em seus 21 volumes. Ainda, em suas palavras, a REF “sempre procurou estar envolvida com os movimentos que lutam por igualdades, pela defesa das diferenças e contra todas as formas de discriminações”. Dentro do espírito que vê publicações feministas universitárias como instrumentos mais amplos junto à militância e aos movimentos, em “Violências: um olhar sobre a *Revista Estudos Feministas*”, Lucila Scavone faz um detalhado estudo sobre a questão da violência nos artigos da REF, ilustrando quantitativa

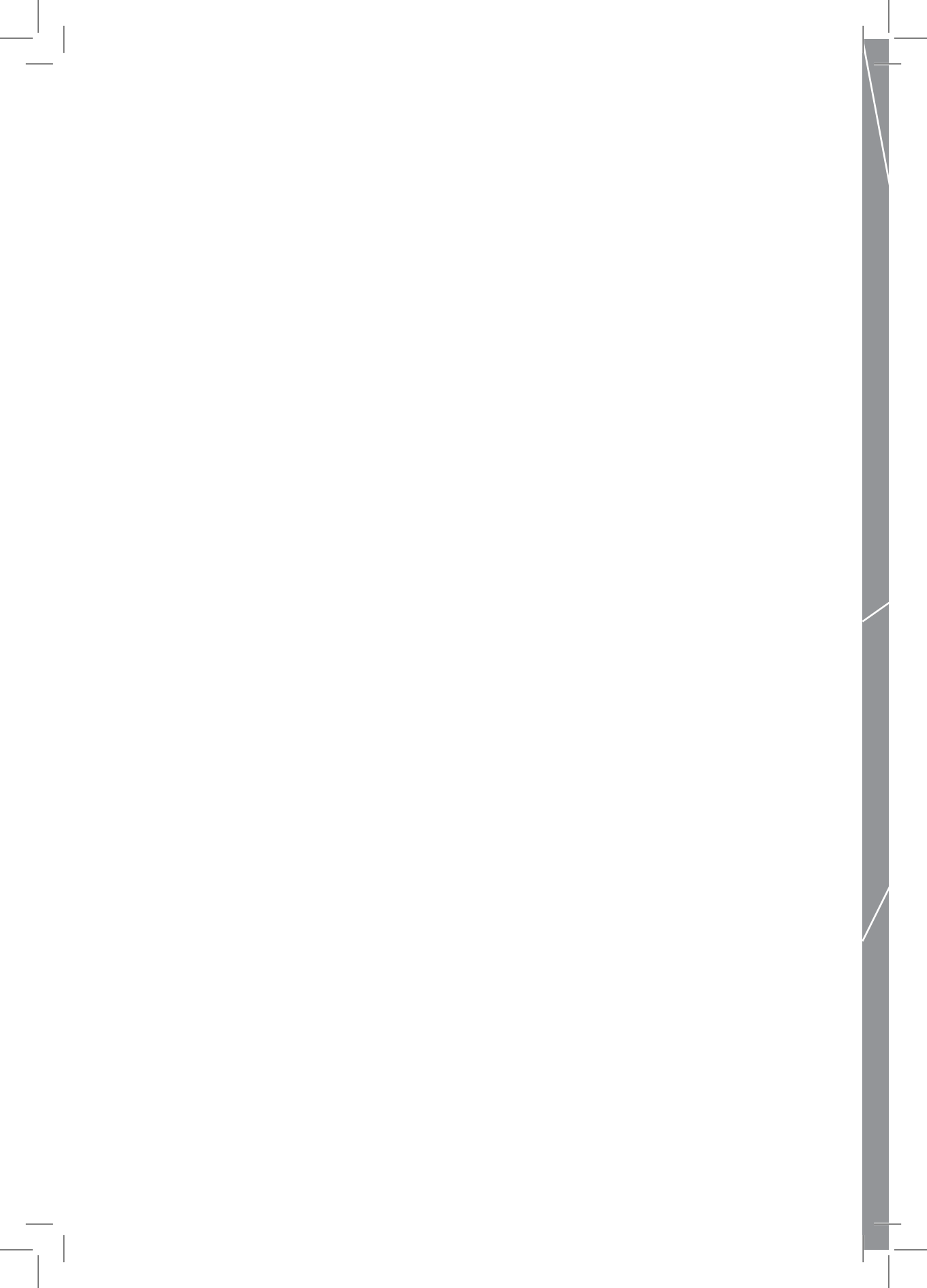



e qualitativamente as pesquisas e os estudos veiculados em suas páginas. Segundo ela, embora se perceba um comprometimento político mais explícito numa primeira fase, recentemente as pesquisas vêm se tornando mais diversificadas e mais críticas, inclusive com recortes que cruzam temáticas como trabalho, guerra, tráfico de mulheres, impunidade, entre outros. No último artigo dessa seção, “Editora Mulheres: o que contar?”, Zahidé Muzart fala sobre a criação e o desenvolvimento dessa que é a primeira (única?) editora feminista no Brasil, apresentando seus bem definidos objetivos e recortes, assim como seu grande sucesso e alguns percalços no panorama editorial brasileiro.

Finalmente, fechando este primeiro volume da coletânea, reproduzimos três das cinco homenagens prestadas durante o X Encontro Internacional Fazendo Gênero a colegas feministas que nos deixaram recentemente. Na seção *O legado de feministas que se foram*, Luzinete Simões Minella, Maria Ignez Costa Moreira e Mary Garcia Castro recuperam as histórias e pesquisas de Maria Isabel Baltar da Rocha, Karin Ellen Von Smigay e Cristina Bruschini, destacando suas contribuições, respectivamente, para a saúde reprodutiva, para a violência de gênero e para as relações entre gênero, trabalho e família.

Ao fechar esta apresentação, reiteramos mais uma vez a importância da narrativa, em suas várias linguagens, para a prática política dos feminismos. Afinal, nós somos as histórias que nos contam.

Susana Bornéo Funck  
Florianópolis, junho de 2014.



The image features a dark gray background with several thin white lines that intersect to form various geometric shapes, including triangles and quadrilaterals. The lines are positioned diagonally across the frame. Centered on the right side of the image is the title text in a bold, white, sans-serif font.

**MULHERES NA  
HISTÓRIA E HISTÓRIA  
DAS MULHERES**





## EXCLUSIÓN Y GÉNERO EN LOS PROCESOS DE INDEPENDENCIA DE AMÉRICA LATINA



*Sara Beatriz Guardia*

La exclusión de género y etnia está en la base y en el génesis del sistema de organización social y económica que impusieron los españoles y portugueses en América Latina a partir del siglo XVI. Sin embargo, la exclusión como ideología no cambió con la independencia al culminar el dominio colonial. No aseguró el fin de las guerras civiles ni las tensiones sociales y étnicas, la concentración del poder por los criollos en gobiernos débiles, dominados por el caudillismo, donde los indios y los negros no tuvieron derechos ni ciudadanía.

Tampoco las mujeres. Las primeras Constituciones Políticas de nuestras naciones estipularon como requisitos para ser ciudadanos: Ser casados, o mayores de veinticinco años, saber leer y escribir. Tener empleo o profesar alguna ciencia o arte. Las nacientes repúblicas legitimaron así un sistema de estratificación social y de exclusión puesto que las mujeres no tenían acceso a la educación y menos a una profesión o empleo.

Exclusión que significa discriminación y pobreza. La existencia de personas o grupos que no pueden acceder a distintos ámbitos de la sociedad, y por consiguiente se trata de



desigualdad, y ruptura interna del sistema social. Una forma de violencia estructural, asentada en el régimen colonial y que adquirió legitimidad con la construcción de los Estados Nación y de nuestras propias identidades. La constante en todo el proceso de independencia de América Latina es la exclusión de género y etnia; los excluidos de la libertad son las mujeres, los indios, los negros (BARROS, 1996). Todo lo cual nos remite a los derechos sociales y a replantear el concepto de ciudadanía en el contexto de sociedades multiétnicas y multiculturales. Problemática que se ubica en el proceso constitutivo de nuestros países con modelos de ciudadanía excluyentes.

En esa perspectiva, ¿cómo podemos articular y conocer la participación de las mujeres en el movimiento de independencia si sus huellas han sido ignoradas, silenciadas y borradas en los archivos? (PERROT, 1999). Cómo “dirigirse al sujeto históricamente mudo de la mujer”, y ¿de qué manera conocer “el testimonio de la propia voz de la conciencia femenina”? (SPIVAK, 2011, p. 80).

### ► **Hacia una historia no patriarcal ni eurocéntrica**

Ardua tarea que apunta a la deconstrucción de la historia, según el concepto de Jacques Derrida. Una historia fundada en personajes de la elite, batallas y tratados políticos, escrita por hombres en su mayoría de clases y pueblos dominantes que interpretaron los distintos procesos y experiencias que ha seguido la humanidad de acuerdo con la división de lo privado y lo público que articula las sociedades jerarquizadas. Se erigieron según el modelo androcéntrico, en el centro arquetípico del poder (MORENO SARDÁ, 1986), según el cual los hombres aparecen como los únicos capaces de gobernar y dictar leyes, mientras las mujeres ocupan un lugar secundario, en el espacio privado y alejadas de los grandes acontecimientos de la historia.

Pero, además, en América Latina enfrentamos otro reto, la transformación de una historia eurocéntrica que concibe a Europa



como el centro, y “al sistema de valores de la cultura europea como el genuino sistema de valores universales” (FABELO CORZO, 2007, p. 79). En esa perspectiva aceptar el término “descubrimiento” implica admitir que antes de la conquista española no existió ninguna cultura de acuerdo a la ideología según la cual los pueblos indígenas “eran formados por sociedades sin escritura, atrasadas y primitivas, que podrían evolucionar hasta llegar a la ‘civilización’, atravesando siglos desde el momento inicial de la catequización” (KNAPP, 2010, p. 81).

La deconstrucción de la historia patriarcal se inició en el siglo XVIII cuando el espacio privado se empezó a configurar separado del ámbito de poder político y la esfera pública, donde sólo existió una mirada de los hombres hacia los hombres. Esto fue posible por la preeminencia de la razón y educación en el pensamiento Ilustrado. Así mismo, por el principio de igualdad, libertad y autonomía comunes a todos los seres humanos esgrimido durante la Revolución Francesa, a pesar de que las mujeres fueron excluidas de la Declaración de los Derechos del Hombre y del Ciudadano.

Posteriormente, en 1929, coincidiendo con la crisis del capitalismo, Marc Bloch<sup>1</sup> y Lucien Febvre fundaron en París la revista “*Annales d’histoire économique et sociale*”, que transformó el concepto de la historia al priorizar una historia social que incluía mentalidades, vida cotidiana, costumbres, familia, sentimientos, y subjetividades colectivas, lo que permitió estudiar a las mujeres como sujetos históricos. Hasta entonces, se había ubicado a la familia en la esfera privada separada de otro tipo de relaciones sociales, lo que contribuyó a perpetuar una ideología de la domesticidad, y promover la invisibilidad de las mujeres como trabajadoras (SCOTT, 1992).

---

<sup>1</sup> Marc Bloch fue fusilado por los nazis el 16 de junio de 1944 en Lyon. Posteriormente su obra fue publicada por Lucien Febvre con un doble título: *Apologie pour l’histoire* ó *Métier d’historien*.



Se reemplazó así la lógica tradicional practicada en las ciencias sociales por una nueva manera femenina de abordar el pensamiento crítico, siguiendo como sostiene Joan Scott, una lógica de investigación diferente a la aplicada en la historiografía tradicional. Es rescribir la historia desde una perspectiva femenina y plantear nuevas formas de interpretación con el objetivo de convertir a las mujeres en sujetos de la historia, reconstruir sus vidas en toda su diversidad y complejidad, mostrando cómo actuaron y reaccionaron en circunstancias impuestas, inventariar las fuentes con las que contamos, y dar un sentido diferente al tiempo histórico, subrayando lo que fue importante en sus vidas (PÉROTIN-DUMON, 2000). Todo lo cual plantea desafíos teóricos y metodológicos, porque sus huellas se han perdido. Nadie se ha ocupado de registrarlas y así han quedado escondidas en la historia al igual que otros marginados, como dice Gramsci al referirse a la historia de las clases oprimidas en *Cuadernos en la Cárcel*.

Es decir, asumir la historia social desde una perspectiva que considere que las relaciones entre los sexos son construcciones sociales, que la dominación masculina es una expresión de la desigualdad de estas relaciones, y en consecuencia producto de las contradicciones inherentes a toda formación social (VILLAMIL, 1992-93). Una historia centrada en la forma cómo se han percibido y vivido las diferencias sexuales, y en el análisis de una dominación que ha generado distintos grados de sumisión en relaciones de interdependencia.

En América Latina, la intensa movilización social y política en favor de los derechos civiles, la justicia social, la autodeterminación de los pueblos y la independencia política y económica que se produjo en la década de 1960, posibilitó un estudio más profundo del discurso de la historiografía tradicional. La misma orientación de la historia cambió a partir de los años de 1970, posibilitando un relato más objetivo de las



diferentes etapas del proceso histórico peruano. Posteriormente, el desarrollo de la etnohistoria andina permitió explicar el pasado de esta sociedad, y la visión que se tenía hasta entonces de la organización prehispánica, sobre todo de su economía, y los términos de reciprocidad, dualidad y redistribución en la organización del Estado Inca. Surgió así un corpus histórico de las sociedades indígenas con su propia lógica, categorías, mecanismos de resistencia y sobrevivencia.

### ► Sublevaciones y resistencia

En la estructura social del Virreinato del Perú que comprendía los antiguos territorios del vasto Imperio de los Incas que abarcó desde el sur de Colombia, atravesando los actuales territorios de Ecuador, Perú, Bolivia, y el noroeste de Argentina hasta Chile, los conquistadores y sus descendientes conformaron la clase dominante sustentada por tres ejes de poder: la administración pública a cargo del Virrey, el Cabildo o Ayuntamiento integrado por criollos, y la Iglesia representada por el episcopado, las órdenes religiosas y el Tribunal del Santo Oficio. Al depender directamente del Rey, el clero fue un instrumento más en la política de dominación. Al margen de pocas excepciones, apoyó o guardó discreto silencio ante afrentas y ultrajes. La sociedad quedó así dividida en clases que debían mantenerse aisladas para beneficio de la consolidación colonial. Motivo por el cual “se obstruyó toda posibilidad de comunicación y comprensión entre los individuos pertenecientes a los estamentos opuestos” (TAURO, 1993, p. 35).

En este contexto, la explotación de los indígenas a través de rígidas formas de subyugación produjo el ingreso más importante del presupuesto español, a la par que jugó un papel



relevante en la construcción de la nueva sociedad al convertirse en instrumento de maltratos y atropellos. Al grado que la Corona se vio obligada a reglamentar la mita y los obrajes para así detener la acción de los Corregidores, crueles ejecutores de un implacable sistema de sujeción.

Según un documento titulado “Presentación de la ciudad del Cusco. Sobre excesos de corregidores y curas”, fechado en 1768, y que figura en la Academia de Historia de Madrid, el abuso cometido por los españoles contra los indios era de tal envergadura que el informante hispano no vacila en decirle al Rey que: “será preciso apartar la cordura para referirle con claridad que haga ver con cuánta inhumana piedad proceden unos hombres cristianos que, olvidados de su carácter y de toda su razón política, no tendrán semejantes en las menos incultas naciones” (LA REBELIÓN DE TÚPAC AMARU. ANTECEDENTES, 1971, v. 1, p. 4). Mientras que la explotación a la mujer tuvo como signo la violación y el maltrato legitimados por el poder, en relaciones de subyugación a través de las cuales los españoles las convirtieron en sus mancebas, esposas, amantes, sirvientas y prostitutas.

Son numerosos los levantamientos que el sistema de dominación colonial produjo apenas iniciada la conquista cuando en 1538 Manco Inca se sublevó llegando a sitiar el Cusco y Lima, y posteriormente en un período de resistencia en Vilcabamba. En la década de 1600 estalló la violencia en las minas del Altiplano (MEIKLEJOHN, 1988). Pero es a partir de la segunda mitad del siglo XVIII, coincidiendo con la crisis del Virreinato del Perú debido a las reformas borbónicas, que las protestas se suceden de manera constante. Entre 1723 y 1750 se produjeron diez insurrecciones en los actuales países de Chile, Paraguay, Bolivia, Argentina, y Venezuela.



## ► Las mujeres en el movimiento de independencia

La presencia y participación de las mujeres fue anónima. La historia no registra sus nombres sino a finales del siglo XVIII en la rebelión liderada por José Gabriel Condorcanqui Túpac Amaru. Esta significativa presencia con características de liderazgo y heroísmo representadas por Micaela Bastidas tiene origen en la sociedad indígena prehispánica donde las mujeres ocuparon una importante posición, y cuando las circunstancias demandaron, las viudas y hermanas de los jefes fueron “aceptadas como legítimos líderes” (DAVIES; BREWSTER; OWEN, 2006, p. 134). Queda como testimonio de esta lucha por sus derechos autónomos a la tierra y a ocupar cargos en los gobiernos locales, los juicios e investigaciones de la campaña de extirpación de idolatrías que registraron la voz de las autoridades eclesiásticas españolas y la de los indígenas acusados. En la documentación figuran litigios por títulos de las tierras, así como partidas de matrimonio y bautizo, que permiten reconstruir el intento por defender la tenencia colectiva de la tierra, y la persistencia de los patrones andinos de parentesco: “a lo largo del siglo diecisiete las mujeres continuaron asumiendo el apellido materno, mientras que los hombres tomaban el paterno” (SILVERBLATT, 1990, p. 172).

El líder del levantamiento indígena, Tupac Amaru, era descendiente de Manco Inca y del Inca Huayna Cápac. “Señores que fueron de estos reinos” (LA REBELIÓN DE TUPAC AMARU, 1971, v. 2, p. 40), como dice el propio José Gabriel. Mientras que Micaela Bastidas, era de origen humilde. Según el Acta de matrimonio (LA REBELIÓN DE TUPAC AMARU, 1971, v. 2, p. 19), se casaron el 25 mayo 1760. Túpac Amaru tenía 19 años y Micaela 16. De esta unión nacieron tres hijos: Hipólito (1761), Mariano (1762) y Fernando (1768).

La insurrección estalló el sábado 4 de noviembre de 1780, en un período particularmente importante para la humanidad:



cuatro años después de la Declaración de la Independencia de Estados Unidos el 4 julio 1776, y nueve años antes del 14 julio de 1789, cuando el pueblo asaltó la Bastilla en París y se proclamara la Declaración de los Derechos del Hombre.

Es en el curso de las acciones emprendidas antes de la marcha al Cusco que se registra por primera vez el nombre de Micaela Bastidas que hasta entonces solo figura como la esposa del líder rebelde. A diferencia de Tupac Amaru que siempre concitó simpatía y respeto no sólo de la gente más allegada a él, Micaela Bastidas fue calificada de cruel y odiada por los españoles. En varios documentos se refieren a ella con hostilidad asegurando que tenía un carácter más intrépido que el marido, y que en su ausencia dirigía ella misma las expediciones a caballo para reclutar gente y armas, dando órdenes con rara intrepidez y autorizando los edictos con su firma (ANTOLOGÍA..., 1972).

Entre fines de noviembre y fines de diciembre, Tupac Amaru avanzó hacia el sur para extender la sublevación a las provincias altas, y pasó al Alto Perú con el objetivo de cortar la ruta de abastecimiento al Cusco. Micaela Bastidas quedó al frente de la parte administrativa y política de Tungasuca. Es en este período en el que su presencia empezó a perfilarse de manera definitiva: imparte órdenes, otorga salvoconductos, lanza edictos, dispone expediciones para reclutar gente y envía cartas a los caciques (ARCHIVO, legajos 1.039 y 1.040. No existen sutilezas ni vacilaciones. Llama ladrones a los corregidores y apres a quienes se niegan a obedecer a Tupac Amaru.

Entre el 23 de noviembre de 1780 y el 23 de marzo de 1781, Micaela Bastidas le dirigió diecinueve cartas a Tupac Amaru, a través de las cuales es posible seguir el curso de la insurrección, y el lugar que ella ocupó. En las cartas que Tupac Amaru le escribe, la información y el mensaje son semejantes a los que se dirige a un combatiente de igual rango. Son comunicaciones de guerra, con lo preciso y necesario, casi no existe mención que





corresponda al ámbito privado, ni de los hijos, aunque Hipólito de 19 años combatía con el grado de capitán y Mariano de 18 años cumplía importantes tareas.

Pero el 6 de diciembre se interrumpe el tono cordial y afectuoso cuando Micaela Bastidas le dirige una carta a Tupac Amaru en términos duros. Desde el triunfo de la Batalla de Sangarara había presionado para marchar al Cusco sin ningún resultado. Cansada le escribe una carta que puso fin a la correspondencia. Insiste en su carta del día siguiente donde incluso le comunica que ha decidido emprender la marcha sola al frente del ejército asentado en Tungasuca. La estrategia de Tupac Amaru era extender la sublevación a las provincias altas, altiplano y Alto Perú, con el objetivo de cortar la ruta de abastecimiento al Cusco.

Esa fue la campaña que realizó entre fines de noviembre y fines de diciembre, cuando con sus capitanes decidió marchar al Cusco. Tupac Amaru y Micaela Bastidas avanzan juntos al frente de los rebeldes hasta llegar a los cerros que rodean la ciudad, donde se enfrentan a una situación inesperada: deben combatir contra dos caciques atrincherados en la fortaleza de Sacsahuamán, ambos indios renegados aliados a los españoles como consta en el Informe del Cabildo del Cusco de 1783 (LA REBELIÓN DE TUPAC AMARU, 1971, v. 2, p. 118).

Durante los cinco meses que duró el enfrentamiento armado, Micaela participó en el combate, y aseguró el suministro de armas y alimentos. El 9 de Marzo de 1781, el ejército español destinó un poderoso ejército que llegó al Cusco procedente de Lima. El 13 de marzo, Julián Tupac Catari con decenas de miles de indios sitiaron La Paz durante 109 días. Entre el 18 y 22 del mismo mes, Tupac Amaru logró un importante triunfo estratégico. Pero el 6 de abril de 1781, José Antonio de Areche, al frente de una poderosa fuerza de miles de soldados derrotó a Tupac Amaru en la batalla de Checacupe o Tinta (LA REBELIÓN



DE TUPAC AMARU, 1971, v. 3, p. 18). Sin embargo logró huir y se refugió en Langui, en la casa de un cercano colaborador, Ventura Landaeta, confiado en su fidelidad. Horas más tarde fue entregado a los españoles con Antonio Bastidas, sin embargo su hijo Mariano y Diego Tupac Amaro consiguieron escapar (LA REBELIÓN DE TUPAC AMARU, 1971, v. 2, p. 656-657). Ventura Landaeta, el traidor, obtiene de los españoles una pensión vitalicia y una cuantiosa recompensa. Poco después también fue apresada Micaela Bastidas sus hijos y varios familiares.

La importancia de la presencia de Micaela Bastidas en la insurrección queda demostrada en la acusación. La sentencia es muy clara:

Por complicidad en la Rebelión premeditada y ejecutada por Tupac Amaru, auxiliándolo en cuanto ha podido, dando las órdenes más vigorosas y fuertes para juntar gente, [...] invadiendo las provincias para sujetarlas a su obediencia, condenando al que no obedecía las órdenes suyas o de su marido, [...] esforzando y animando a los indios al levantamiento. (LA REBELIÓN DE TUPAC AMARU, 1971, v. 2, p. 736).

Fue condenada a muerte y ejecutada el 18 de mayo de 1781. Según el visitador José Antonio de Areche, la ejecución de Micaela Bastidas debía ir acompañada “con algunas cualidades y circunstancias que causen terror y espanto al público; para que a vista de espectáculo, se contengan los demás, y sirva de ejemplo y escarmiento” (MARKAM apud BONILLA, 1971, p. 175). La ejecución como espectáculo de terror, la “masculinización de su persona percibida en los edictos redactados contra Micaela y en los testimonios legales en torno a su juicio recalcan la idea de que no merecía ser tratada como una mujer” (MELÉNDEZ, 2003, p. 767-769).

Antes de matarla le cortaron la lengua, “y se le dio garrote, en que padeció infinito; porque teniendo el cuello muy delgado,



no podía el torno ahogarla, y fue menester que los verdugos [...] dándole patadas en el estómago y pechos, la acabasen de matar” (LA REBELIÓN DE TUPAC AMARU, 1971, v. 2, p. 775). Después le cortaron la cabeza que fue expuesta durante varios días en el cerro de Piccho. Desprendieron sus dos brazos, uno fue enviado a Tungasuca y el otro a Arequipa. Una pierna a Carabaya, y el resto del cuerpo quemado.

La presencia de Micaela Bastidas en la insurrección no constituye un hecho aislado (GUARDIA, 2013, p. 167-173). Se trata de un movimiento que contó con una importante presencia femenina. Entre ellas destacan, Tomasa Titu Condemayta, Cacica de Acos (Cusco), propietaria de casas, fundos, animales y otros bienes, lo que favoreció el apoyo estratégico que brindó a Tupac Amaru. Cecilia Tupac Amaru, participó activamente en los preparativos insurreccionales del Cusco. Bartolina Sisa, esposa de Tupac Catari, participó en el levantamiento dirigido por los hermanos Catari de agosto de 1780 hasta febrero de 1781. Marcela Castro, Ventura Monjarrás, Margarita Condori, entre otras. Todas fueron ejecutadas, sus casas arrasadas y los bienes confiscados.

Después de la insurrección de Tupac Amaru, en el Virreinato del Perú “ahogado en sangre, como es bien sabido” (CLEMENT 1981, p. 325-334), reinaba la tranquilidad según un informe oficial enviado a España. Todas las provincias y sus pueblos gozan de “suavidad con sosiego, comunicación, confraternidad, y un total sujeción, con rendimiento a la Corona de España” (LA REBELIÓN DE TUPAC AMARU, 1971, v. 1, p. 341). La realidad era otra, puesto que la segunda etapa de la insurrección continuó hasta el 3 de noviembre de 1781.

Dos años después el movimiento liderado por Tupac Amaru y Micaela Bastidas había sido eliminado. En octubre de 1783 partieron noventa personas, en su mayoría mujeres desde el Cusco hasta el Callao a pie, “con lo que quedó limpia esta ciudad y sus provincias de la mala semilla de esta infame generación...”



(LA REBELIÓN DE TUPAC AMARU, 1971, v. 1, p. 145), señala un documento oficial. Debían embarcarse en el buque “Pedro Alcántara” que las llevaría desterradas a México. La mayoría de las mujeres murieron antes de llegar al Callao, y las que lograron sobrevivir murieron en la cárcel. Otras durante la travesía (LA REBELIÓN DE TUPAC AMARU, 1971, v. 3, p. 428).

Resulta evidente que el estudio de la participación de las mujeres en la Independencia tiene necesariamente que incluir un movimiento paralelo que comprenda la ideología de la exclusión. Entonces en las gestas emancipadoras aparecerán los rostros de quienes combatieron por la libertad, y no será borrada ni minimizada la presencia de las mujeres y las distintas formas que adquirió esta participación, así nuestra historia tendrá una mayor coherencia al desarticular el carácter excluyente y discriminador de las representaciones discursivas del *otro*.

## ► Referencias

ANTOLOGÍA DE LA INDEPENDENCIA DEL PERÚ. Lima: Publicaciones de la Comisión Nacional del Sesquicentenario de la Independencia del Perú, 1972.

ARCHIVO GENERAL DE INDIAS DE SEVILLA. Sección Audiencia del Cusco; legajos 32 y 33.

BARROS, Paula. *Exclusión social y pobreza: implicancias de un nuevo enfoque*. Santiago: OIT, 1996.

BONILLA, José. *La revolución de Tupac Amaru*. Lima: Ediciones Nuevo Mundo, 1971.

CLEMENT, Jean Pierre. La opinión de la corona española sobre la rebelión de Tupac Amaru. *Acta Literaria Academiae Scientiarum Hungaricae* Tomus 23, 1981, p. 325-334.



DAVIES, Catherine; BREWSTER, Claire; OWEN, Hilary. *South American Independence: gender, politics, text*. United Kingdom: Liverpool University Press, 2006.

FABELO CORZO, José Ramón. La ruptura cosmovisiva de 1492 y el nacimiento del discurso eurocéntrico Graffylia. *Revista de la Facultad de Filosofía*. Análisis del discurso. Puebla, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, año 5, n. 7, p.79-86, primavera 2007.

GUARDIA, Sara Beatriz. *Mujeres peruanas: el otro lado de la Historia* (1985). 5. ed. Lima: 2013.

KNAPP, Cássio. Política educacional para a educação escolar indígena. In: TEDESCHI, Losandro Antonio; RAMOS, Antonio Dari (Org.). *Temas sobre género e interculturalidade*. Cuadernos Academicos da UFGD, 2010.

LA REBELIÓN DE TUPAC AMARU. Antecedentes. *Colección Documental de la Independencia del Perú*. Lima: Comisión Nacional del Sesquicentenario de la Independencia del Perú, 1971. Tomo 2, v. 1.

LA REBELIÓN DE TUPAC AMARU. LA REBELIÓN. *Colección Documental de la Independencia del Perú*. Lima: Comisión Nacional del Sesquicentenario de la Independencia del Perú, 1971. Tomo 2, v. 2, 3, 4.

MEIKLEJOHN, Norman. *La iglesia y los luptaqas de Chucuito durante la colonia*. Cusco: Centro de Estudios Regionales Andinos Bartolomé de Las Casas, 1988.

MELÉNDEZ, Mariselle. La ejecución como espectáculo público: Micaela Bastidas y la insurrección de Tupac Amaru, 1780-81. *La Literatura Iberoamericana en el 2000. Balances, Perspectivas y Prospectivas*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2003.

MORENO SARDÁ, A. *El arquetipo viril protagonista de la historia*. Ejercicios de lectura no-androcéntrica. Barcelona: LaSal: Edicions de les dones, 1986.

PERROT, Michelle. *Les femmes ou les silences de l'histoire*. Paris: Flammarion, 1999.



PÉROTIN-DUMON, Anne. El género en la historia. Santiago de Chile: University of London, Institute of Latin American Studies, 2000. Disponible em: <[http://www.sas.ac.uk/ilas/genero\\_portadilla.htm](http://www.sas.ac.uk/ilas/genero_portadilla.htm)>. Acceso em: 22 jan. 2013.

SILVERBLATT, Irene. *Luna, Sol y brujas: género y clases en los Andes prehispánicos y coloniales*. Cusco: Centro de Estudios Regionales Andinos Bartolomé de las Casas, 1990.

SCOTT, Joan W. El problema de la invisibilidad. *Género e Historia*, México: Instituto Mora - Universidad Autónoma Metropolitana, 1992.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *¿Puede hablar el sublaterno?* Buenos Aires: El Cuenco de Plata, 2011.

TAURO, Alberto. *Destrucción de los indios*. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 1993.

VILLAMIL, Silvia Rodríguez (Coord.). *Mujeres e historia en el Uruguay*. Montevideo: Greemu, 1992.

\_\_\_\_\_. Mujeres uruguayas a fines del siglo XIX: ¿Cómo hacer su historia? *Boletín Americanista*, 1992-93.

## RETRAÇAR ITINERÁRIOS INDIVIDUAIS: A MICRO-HISTÓRIA DAS MULHERES



*Mônica Raisa Schpun*

**N**a primavera de 1934, enquanto os deputados constituintes preparavam no Brasil uma nova Carta Constitucional, que trouxe grandes consequências sobre a política migratória do país, Aracy de Carvalho Moebius Tess (1908-2011) atravessou o Atlântico entre o Brasil e a Alemanha, trocando São Paulo por Hamburgo.

Filha de um comerciante português bem-sucedido e de uma imigrante alemã, Aracy cresceu em São Paulo, em um bairro de classe média, Perdizes, desprovido dos acentos populares dos inúmeros bairros de imigração da cidade. Levou uma vida confortável, sem maiores rugosidades, até o momento em que decidiu separar-se do marido, pai de seu filho de cinco anos. Nesse momento, a ruptura familiar, que toca diretamente a ordem do gênero, encadeou-se com sua experiência migratória, pois, para afastar-se não somente do marido, mas também do “falatório”, Aracy decidiu atravessar o Atlântico. Embarcou, então, com o filho para a Alemanha, terra de origem de sua mãe, onde ainda vivia uma tia, que acolheu a sobrinha recém-chegada. Começava



aí um período extremamente denso, de grandes transformações em sua vida: um “tempo forte” biográfico (VERGER, 1985, p. 82), que reteve minha atenção.

Dois anos após sua instalação em Hamburgo, desejando prolongar a experiência, fixando-se, Aracy começou a trabalhar no consulado brasileiro desse grande porto alemão, principal porta de saída da emigração transatlântica desde o final do século XIX. Seu cargo, de chefe do setor de passaportes, se resolvia sua situação financeira, permitindo-lhe sair da casa da tia e manter-se junto com o filho, colocou-a também, e de modo imprevisto, em uma posição-chave, diante do afluxo crescente de candidatos judeus à emigração.

Foi assim que, poucos anos depois da chegada de Aracy a Hamburgo, fugindo das privações, das perseguições e das violências impostas aos judeus pelos nazistas, Maria Margarethe Bertel Levy (1908-2011) fez o percurso inverso, acompanhada de seu marido, Hugo (1892-1977): no final de 1938, deixando a Alemanha para trás rumo ao Brasil, despediu-se de Hamburgo, sua cidade natal, antes de adotar São Paulo como nova morada. Margarethe era uma mulher rica e elegante. Crescera numa das famílias da burguesia judaica cosmopolita de Hamburgo e prolongara sua situação privilegiada após o casamento, até tornar-se vulnerável por razões “raciais”, com a chegada dos nazistas ao poder.

Para deixar a Alemanha, Margarethe obteve um visto no consulado brasileiro de Hamburgo, onde Aracy trabalhava. Ali as duas se conheceram e ficaram amigas. Voltaram a se encontrar em São Paulo em 1942, após a entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados e do retorno da diplomacia brasileira trabalhando até então no território do Reich. A amizade foi duradoura e, quando Aracy recebeu, em 1982, o título de “Justa entre as Nações” por ter salvado judeus alemães, ajudando-os a emigrar para o Brasil, Margarethe estava na origem da iniciativa.





Nesse sentido, o fio condutor da pesquisa que realizei é dado ao mesmo tempo pela amizade improvável e duradoura entre essas duas mulheres com origens, perfis e histórias tão contrastantes e por suas migrações cruzadas entre o Brasil e a Alemanha. Sua amizade, tendo durado mais de meio século, foi marcada pela conjuntura histórica excepcional que as reuniu – na Alemanha, a ascensão do nazismo, com a perseguição e a violência antissemitas transformadas em razão de Estado; no Brasil, o varguismo e o Estado Novo, com sua política migratória restritiva (SCHPUN, 2011).

A amizade entre Aracy de Carvalho e Margarethe Levy compõe uma temática de história das mulheres que me atraiu desde o início. E suas migrações cruzadas me permitiram cruzar, também, história das mulheres e história da imigração. Porém, narrar a história dessas duas mulheres, e de seus percursos migratórios, não era suficiente. Era preciso, sobretudo, mostrar em que o fato de se tratar de personagens femininas singularizava tais percursos, os espaços que ambas ocuparam, as situações que viveram, as iniciativas que tomaram, o modo como teceram relações íntimas, profissionais, sociais. Em suma, tratava-se de integrá-las na trama da história enquanto mulheres, o que não é de modo algum neutro, mas atravessado pelo gênero.

Ao traçar os itinerários das duas amigas, retomei o fio de uma longa pesquisa realizada alguns anos antes sobre Carlota Pereira de Queiroz (1892-1982), primeira deputada federal do Brasil e uma das primeiras médicas do país (SCHPUN, 1999, 2001, 2002a, 2002b, 2004a, 2004b, 2005, 2010). Mais uma vez, estava preocupada com as dinâmicas das relações interpessoais vistas no cotidiano e com a forma como a ordem do gênero se apresentava em tais circunstâncias, impondo acomodações, mas também se mostrando permeável, abrindo-se a improvisações quanto aos papéis femininos e masculinos, a resistências e a subversões. No caso de Aracy e Margarethe, contudo, um elemento



complexificador existia: os deslocamentos migratórios. Assim, procurei traçar seus itinerários – e os dos demais migrantes que retratei, homens e mulheres –, concentrando-me justamente no caráter profundamente estruturante das migrações quanto à construção do feminino e do masculino, jamais dados de antemão.

► **Biografias no feminino: mulheres “excepcionais”...**

Escrevendo sobre Carlota e, mais tarde, sobre Aracy e Margarethe, aproximei-me novamente de uma já vasta tradição de estudos de fundo biográfico dedicados a mulheres, e escritos não só por historiadoras. Essa produção acompanhou de perto um interesse particular pela biografia da parte dos historiadores nos anos 80-90, adotando, porém, um prisma diferenciado, objetivos distintos. Muitas vezes, e ainda que sejam mais recentes, tais estudos lembram uma tendência que marcou a história das mulheres nos anos 70-80, quando muitas pesquisadoras buscaram trazer à luz personagens femininos cujo desconhecimento devia-se antes de tudo ao fato de serem mulheres. Porém, para além da recuperação de personagens e itinerários ocultados pela ordem do gênero, alguns desses estudos trazem, ainda, uma problematização da própria perspectiva biográfica e, em particular, no que toca aos personagens femininos, à escrita de biografias “no feminino”.

Meu mergulho nessa literatura está diretamente ligado a meu próprio percurso migratório, entre o Brasil, a França e a Itália. Minha chegada na França no final dos anos 80 deu-se justamente no contexto desses debates. Tendo sido formada ali na história das mulheres e do gênero, minha interlocução principal era o campo brasileiro. Minha perspectiva recebeu, assim, desde o início, influências “cruzadas”.

De fato, nos anos 80-90, discutia-se na França sobre a questão da excepcionalidade das mulheres biografadas. Christine



Planté, num artigo do final dos anos 80, recusava a categoria de mulheres “excepcionais” (PLANTÉ, 1988). Para essa autora, o problema maior estaria no fato de que “a exceção confirma a regra” (mas que regra?) e que as mulheres vistas e identificadas como “excepcionais” permanecem raras (exceções) em meio às demais. Assim, Planté se interrogava, em primeiro lugar, sobre a realidade de uma maioria de mulheres respeitadoras dos modelos de subordinação feminina, vivendo em torno a essas poucas “excepcionais” que, ainda que discretamente, buscavam subvertê-las. Levantava, além disso, a ideia de que, eventualmente, muitas outras também o fizessem, colocando em xeque a noção mesma de mulher “excepcional” – e seu corolário de “ordinária”.<sup>1</sup>

Alguns anos mais tarde, Mariza Corrêa, no Brasil, também refletiu sobre a questão. Para ambas, o fato de podermos encontrar arquivos sobre a vida de umas poucas mulheres, ainda que marque sua excepcionalidade, não basta para resolver a questão. Cada uma a seu modo, as duas autoras evocam a percepção de tal excepcionalidade pelos contemporâneos das personagens em questão. Contudo, para Mariza Corrêa, a relação entre excepcionalidade e normatividade (ordem do gênero, nesse caso) é tratada num registro diverso, que evoca para mim uma ideia central do debate em torno à “micro-história”. Vejamos o que diz a autora: “E é justamente a reação ao que parece ‘inusitado’ na época o que nos permite refletir sobre o que seria o usual. O usual é sempre [...] aquilo contra o que essas personagens pareciam se insurgir, de maneira discreta ou militante” (CORRÊA, 2003, p. 14).

Para dar conta de uma crítica frequentemente feita à “micro-história”, que toca à questão da generalização ou da representatividade dos fenômenos analisados (em escala “micro”),

---

<sup>1</sup> O termo está sendo tomado aqui no sentido de comum, banal, sem brilho, sem destaque (HOUISS; VILAR, 2001).



Edoardo Grendi forjou o conceito de “excepcional-normal”. Como bem resumiu Roger Chartier,

[...] só a tomada de distância torna possível a enunciação do que pode ser compartilhado coletivamente, mas que, em geral, é silenciado coletivamente. É simplesmente na situação de distanciamento que os vestígios podem ser lidos, o que não é algo excepcional, mas sim algo que pertence a uma normalidade tão envolvente, que se torna, normalmente, silenciosa. (CHARTIER, 1993, p. 66).<sup>2</sup>

### ► ...e mulheres “ordinárias”

A historiadora Natalie Zemon Davis (1995), por seu lado, fez uma aposta diversa, situando-se, porém, no mesmo campo de reflexões: não se serviu da categoria de “excepcionais” para escolher suas personagens, mas, ao contrário, preferiu escrever sobre três mulheres “nas margens”, definindo essas margens em relação aos “centros de poder político, real, cívico e senatorial”, às “instituições voltadas para a definição cultural” (DAVIS, 1995, p. 195). Para essa autora, próxima da “micro-história”, trata-se de buscar, em perfis “ordinários”, os desvios possíveis, a margem de manobra e o modo pelo qual, nas práticas cotidianas, nas relações interpessoais, encontram-se meios para subverter e recompor a ordem do gênero. Num diálogo fictício com suas protagonistas, Davis se explicou do seguinte modo:

Mas não as retratei simplesmente como sofredoras resignadas. Também mostrei como souberam tirar o máximo

<sup>2</sup> “[...] seul l’écart rend possible l’énoncé de ce qui peut être communément partagé mais qui est généralement communément tu. C’est simplement dans la situation d’écart que des traces pourraient se donner à lire, ce qui est non pas quelque chose d’exceptionnel, mais quelque chose qui appartient à une normalité si prenante qu’elle est ordinairement silencieuse.” (tradução nossa).



proveito de sua situação. Procurei ver as vantagens que tiveram por se situarem nas margens. [...] Vocês *encontraram* coisas nas margens. Todas foram ousadas. (DAVIS, 1995, p. 13).

Para a autora, que se aproxima aqui (como Mariza Corrêa) da ideia de “excepcional-normal”, as “mulheres nas margens” – caso em que a repressão era mais forte – podem revelar com particular clareza o que estava em jogo para ambos os sexos” (DAVIS, 1995, p. 196).

## ► Gênero

Se o marcador de religião foi utilizado na escolha das personagens do livro – uma judia, uma católica e uma protestante –, o gênero está no coração da reflexão, servindo de critério para a escolha do recorte dado. Assim, as normas por excelência que cada personagem aprende a conhecer e a contornar, jogando nos interstícios – pelas margens –, são principalmente as que regem as hierarquias de gênero.

Essa preocupação com o papel determinante da categoria de gênero para a compreensão do que está especificamente em jogo quando se trata de itinerários femininos é condivisa por outras especialistas, portadoras de bagagens bem diversas da de Davis. Vale voltar a Mariza Corrêa, já citada, que, trabalhando com itinerários de mulheres contemporâneas, e guiada por um olhar antropológico, levantou, no fundo, a mesma questão, ainda que suas personagens não viessem das margens, mas fossem, ao contrário, “excepcionais”:

Em que medida as determinações por assim dizer clássicas – como classe social [...], educação [...], relações de compadrio [...] se esvaem quando rebatidas contra as



determinações de gênero. É como se os pontos de fratura que as determinações de gênero provocam nessas linhas de forças sociais tradicionalmente levadas em conta sugerissem que elas têm o valor que lhes é atribuído apenas quando os personagens são masculinos: quando se trata de personagens femininas, a história muda de figura, literalmente. (CORRÊA, 2003, p. 16).

As mulheres tratadas por Natalie Zemon Davis, como “as minhas” Aracy e Margarethe, não pertenciam aos estratos mais desfavorecidos da população. As três escolhidas por Davis atuaram em seu tempo de modo a deixarem nos arquivos vestígios de sua passagem pela história, podendo ser descobertas três séculos mais tarde. Mesmo assim, Davis considerou-as como estando nas margens, a começar pelo fato de serem mulheres. E não deixou de explicitar como entende esse espaço social marginal ocupado pelas protagonistas do livro, que poderia facilmente induzir a mal-entendido, já que a posição socioeconômica não funcionou como critério determinante:

Contudo, essa posição não tinha a esterilidade ou o baixo nível de qualidade atribuídos à palavra *margem* na acepção da economia moderna que pensa em termos de lucros. Ao contrário, era uma região limítrofe entre depósitos culturais que permitiam novos cultivos e híbridos surpreendentes. (DAVIS, 1995, p. 195-196).

### ► Das margens à história

Contrariamente às personagens de Mariza Corrêa e de Natalie Zemon Davis – e a Carlota Pereira de Queiroz –, Aracy e Margarethe não deixaram obras escritas nem se destacaram por suas atividades intelectuais próprias. Nesse sentido, foram menos “excepcionais”, mais “ordinárias”.



Aracy foi alvo de uma “notoriedade retrospectiva” (CORRÊA, 2003, p. 21), em primeiro lugar depois do reconhecimento literário alcançado por seu segundo marido, João Guimarães Rosa, quando se tornou “esposa de...” alguém realmente importante. Mais tarde ainda, ao receber o título de Justa, obteve um reconhecimento público pessoal e independente do marido, ainda que tenha dado dos acontecimentos leituras muitas vezes ambíguas, confirmando em alguns casos uma expectativa de seus interlocutores em ver o marido tomando parte – ou mesmo a dianteira – em seus feitos pessoais.

Contudo, durante os anos em que concentrei minha atenção em torno de seu périplo migratório, ela vivia uma vida realmente “ordinária” e nunca imaginou que sua parca correspondência ou os outros raros documentos extremamente lacunares que pude consultar pudessem um dia interessar alguém. Sua condição de mãe divorciada colocava-a numa situação delicada diante da sociedade brasileira e não deve ser interpretada de modo anacrônico. Se chegou a suscitar compreensão da parte de seus contemporâneos, e não somente rejeição, dificilmente, em seu meio, poderia ser objeto de admiração. De fato, para emprestar um termo empregado por Natalie Zemon Davis, acredito que ela tenha sido “intrépida”<sup>3</sup> nas decisões que tomou, no modo como alargou o mais que pôde as margens de manobra de que dispunha. Porém, como indicou Christine Planté, ela provavelmente não estava sozinha nesse afastar-se mais ou menos discreto da submissão reservada às mulheres “ordinárias”. Os vestígios que deixou nos arquivos, para além daqueles que a ligavam ao

---

<sup>3</sup> O termo foi usado na tradução francesa da obra (“*intrépide*”). Na tradução brasileira, que consultei para substituir as citações feitas aqui, empregou-se “ousada” (cf. citação: “Vocês *encontraram* coisas nas margens. Todas foram ousadas.”, tirada da p. 13 da obra). Na edição original, que consultei ainda depois, a autora escolheu o termo “*adventurous*”. Mantenho aqui a referência ao termo usado na tradução francesa, que inspirou as linhas anteriores.



segundo marido, quando o auxiliou na gestão da carreira literária internacionalizada, e que voluntariamente não utilizei em minha pesquisa, sustentam essa leitura de alguém que não exerce qualquer papel de destaque, concentrando-se em sua rotina “ordinária”. A ajuda que prestou aos judeus, que aparece de modo extremamente lacunar nos documentos contemporâneos aos fatos, não lhe parecia apresentar qualquer desacordo de gênero, número ou grau com seu cotidiano de pequena funcionária da administração brasileira. Seu empenho não se colocava numa lógica diacrônica, pois, no horizonte daqueles anos, ela não vislumbrou – e nem poderia fazê-lo – nenhuma recompensa posterior da história. Sua “obra”, bem como seu reconhecimento público, foram de fato “retrospectivos”.

No caso de Margarethe, sua posição social extremamente favorecida pode parecer um obstáculo para aceitar a ideia, que defendo, de classificá-la como mulher, se não “ordinária”, certamente não “excepcional”. Margarethe lamentou mais de uma vez durante nossos encontros, quando me (contra)entrevistava sobre meu itinerário, o fato de não ter feito estudos superiores e não ter construído uma carreira própria: “foi isso que me faltou”. No seu caso, não houve nem sequer “notoriedade retrospectiva”. Os arquivos que pude consultar a seu respeito não vêm de seu punho, a não ser nos casos em que redigiu declarações ou preencheu formulários. Formulários nazistas, em primeiro lugar, que preencheu enquanto judia candidata à emigração e passível de espoliação – espoliação que outros, é verdade, por falta de recursos, não sofreram. Formulários brasileiros, em seguida, ao solicitar à administração varguista a regularização de sua permanência no país. E, novamente, formulários alemães, quando, nos anos 50-70, reclamou compensação pelos prejuízos morais e materiais sofridos em mãos nazistas. Fora isso, Margarethe não guardou nenhuma correspondência, diário ou documento pessoal de sua vida pré-migratória, além de umas poucas fotos





que pôde me mostrar e de uns poucos documentos oficiais em seu nome e no de seu marido, que os descendentes de Aracy me transmitiram. Os arquivos existentes a seu respeito dão conta de sua experiência migratória e não existiriam se ela não tivesse sido perseguida e forçada a deixar a Alemanha. Assim, é verdade que Margarethe detinha uma situação socioeconômica extremamente favorável, que recebeu do pai e do marido (sendo que este último, vale notar, contribuiu ativamente para manter e frutificar). Mesmo assim, ela não deixou qualquer “obra” própria, suscetível de reconhecimento público, ainda que “retrospectivo”. Ela também não fez um casamento que lhe trouxesse glórias indiretas ou a introduzisse a círculos de relações intelectual e artisticamente prestigiosos, como no caso de Aracy.

O caso de Carlota Pereira de Queiroz, que estudei anteriormente é, quanto a isso, muito diverso, pois Carlota teve, desde o início de sua carreira, uma percepção diacrônica sobre seus feitos, acreditando que poderia entrar na história com “H” maiúsculo. Assim, colecionou cuidadosamente documentos, compondo, ao longo dos anos, arquivos privados que documentavam sua vida e sua carreira política e médica. Além disso, sua origem familiar, seu nome e seu universo social colocaram-na não somente nas esferas próximas ao poder, mas também em espaços físicos e sociais exclusivamente (ou quase) frequentados por homens. E, nesse ponto, viveu na pele o fato de que, para emprestar a expressão usada por Mariza Corrêa, citada anteriormente, “quando se trata de personagens femininas, a história muda de figura, literalmente” (CORRÊA, 2003, p. 16). Carlota pode ser vista, sem sombra de dúvidas, como uma mulher “excepcional”. Mesmo assim, enfrentou de modo agudo, no mundo da medicina e no da política, a marginalidade que lhe impuseram os colegas homens, pelo fato de ser mulher. Paradoxalmente, esses fatos também chegaram até nós graças ao cuidado que teve em documentar sua experiência.



Quando me deparei, alguns anos mais tarde, com os itinerários de Aracy e Margarethe, o fato de serem mulheres “ordinárias”, diferentemente de Carlota, atraiu-me particularmente. Os vestígios arquivísticos que encontrei a respeito da experiência migratória das duas e, de modo ainda mais marginal, da amizade que as uniu são extremamente raros, lacunares e, no caso de Margarethe, muitas vezes produzidos contra sua vontade, a seu desfavor. Tudo isso só reforçou, para mim, o interesse em estudá-las, pois acredito, como Christine Planté e Natalie Zemon Davis, que não é preciso passar pela categoria de mulheres “excepcionais” para seguirmos as marcas do gênero e aquilo que coloca as mulheres “ordinárias” mais perto das margens da história que os homens que lhes são próximos. Nem mais nem menos que as outras, “excepcionais”, estas também enfrentaram em seu cotidiano, discretamente (ou não), com mais ou menos recursos, com maior ou menor sucesso, as fronteiras erigidas e constantemente refeitas entre o masculino e o feminino, atuando nos interstícios das normas para se construírem como sujeitos da história. Seguindo de perto seus itinerários, pude detectar como, discretamente – ao menos em relação à história com “H” maiúsculo, ocupada por Carlota Pereira de Queiroz –, contornaram, enfrentaram e subverteram muito daquilo que Mariza Corrêa chamou de “usual”. Por estarem praticamente invisíveis, (quase) não criaram efeitos “inusitados” (CORRÊA, 2003, p. 14).

### ► A escrita da história

Entre o artigo citado de Christine Planté, publicado em 1988, e o livro de Natalie Zemon Davis, cuja edição original americana data de 1995, o registro da história das mulheres e do gênero mudou. Christine Planté se manifestou contra a produção biográfica voltada às mulheres ditas “de exceção”, num período



em que importava mostrar que o reconhecimento público e o sucesso também poderiam estar nas mãos das mulheres, que estas também faziam a “grande” história e que mesmo as mulheres “excepcionais” permaneciam ocultas – em seu tempo e no nosso.

Nos anos que se seguiram, a história das mulheres desenvolveu-se, cada vez mais numa perspectiva dinâmica quanto às relações de gênero, e acompanhou as transformações historiográficas que marcaram os anos 80-90. Nesse período, a “micro-história” emergiu na Itália e foi discutida em outras partes do mundo. A obra de Natalie Zemon Davis é fruto desse contexto historiográfico, dialogando ao mesmo tempo com a história das mulheres e do gênero e com uma historiografia preocupada com personagens “ordinários”. Estes ganharam voz graças a uma perspectiva biográfica e à redução da escala operada pela “micro-história”, pela história vista “por baixo”. Trata-se de duas abordagens que não se confundem, mas que emergiram no campo historiográfico de modo quase concomitante, assinalando alguns questionamentos coincidentes. Próximas da Antropologia, permitiram trazer à tona o aspecto historicamente estruturante das relações de gênero, através da experiência de mulheres não somente “excepcionais”, mas também “ordinárias”. E a própria definição de tais categorias implica uma leitura da história atravessada pelo gênero.

## ► Referências

CHARTIER, Roger. Discussion. In: CHARLE, Christophe (Org.). *Histoire sociale, histoire globale?* Paris: Éditions de la MSH, 1993. p. 66.

CORRÊA, Mariza. *Antropólogas e antropologia*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.



DAVIS, Natalie Zemon. *Juive, catholique, protestante: trois femmes en marge au XVII<sup>e</sup> siècle*. Paris: Seuil, 1995. [ed. brasileira: *Nas margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.].

HOUAISS, A.; VILAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

PLANTÉ, Christine. Femmes exceptionnelles: des exceptions pour quelle règle. *Les Cahiers du GRIF. Le Genre de l'histoire*, n. 37-38, p. 90-111, 1988.

SCHPUN, Mônica Raisa. A médica Carlota Pereira de Queiroz e seus colegas: amizades e relações profissionais num meio predominantemente masculino. In: MONTEIRO, Yara Nogueira (Org.). *História da saúde: olhares e veredas*. São Paulo: Instituto de Saúde, 2010. p. 239-250.

\_\_\_\_\_. De canhão a cartola: meandros de um itinerário emblemático (Carlota Pereira de Queiroz, 1892-1982). In: SCHPUN, Mônica Raisa (Org.). *Masculinidades: múltiplas perspectivas para um objeto plural*. São Paulo: Boitempo, 2004a. p. 203-235.

\_\_\_\_\_. Décorative ou active ? L'Action politique de Carlota Pereira de Queiroz (1933-1937)". In: SCHPUN, Mônica Raisa (Org.). *Élites brésiliennes: approches plurielles*. Cahiers du Brésil contemporain. Paris: CRBC (EHESS)/MSH, n. 47/48, p. 157-180, 2002a. Disponível em: <<http://www.revues.msh-paris.fr/vernumpub/07-Schpun.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. Carlota Pereira de Queiroz, entre altivez e humilhação. In: MARSON, Izabel; NAXARA, Marcia (Org.). *Sobre a humilhação: sentimentos, gestos e palavras*. Uberlândia: Edufu, 2005. p. 221-246.

\_\_\_\_\_. Carlota Pereira de Queiroz era anti-feminista? (Ou de como pensar os contornos do feminismo). In: COSTA, Claudia Lima; SCHMIDT, Simone Pereira (Org.). *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Mulheres, 2004b. p. 81-104.

\_\_\_\_\_. Entre feminino e masculino: a identidade política de Carlota Pereira de Queiroz. *Cadernos Pagu*, n. 12, p. 331-377, 1999. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51306>>. Acesso em: 20 jun. 2013.



\_\_\_\_\_. ¿Fronteras móviles o movedizas? La acción política de Carlota Pereira de Queiroz (1933-1937). In: POTTHAST, Barbara; SCARZANELLA, Eugenia (Org.). *Mujeres y naciones en América Latina: problemas de inclusión y exclusión*. Madrid/Frankfurt am Main: Iberoamericana/Vervuert, 2001. p. 223-251.

\_\_\_\_\_. *Justa. Aracy de Carvalho e o resgate de judeus: trocando a Alemanha nazista pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_. Regionalistas e cosmopolitas: as amigas Olivia Guedes Penteado e Carlota Pereira de Queiroz. In: MATTAR, Denise (Org.). *No tempo dos modernistas: D. Olivia Penteado, a senhora das artes* (catálogo). São Paulo: Museu de Arte Brasileira da FAAP, p. 41-77, 2002b. Disponível em: <<http://www.artelogie.fr/>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

VERGER, Jacques. Un essai de biographies croisées (Saint Bernard/Abélard) et ses enseignements. In: TREBITSCH, Michel (Org.). *Problèmes et méthodes de la biographie*. Actes du 1<sup>er</sup> colloque d'Histoire au présent. Paris: Sources, 1985. Travaux historiques et Publications de la Sorbonne.



## DISCUTINDO BIOGRAFIA E HISTÓRIA DAS MULHERES



*Rachel Soihet*

A biografia histórica, gênero por largo tempo estigmatizado e criticado por seu enfoque excessivo sobre os grandes homens, seus feitos heroicos, assim como sobre os estudos institucionais, nos últimos anos voltou à cena. Tal fato mereceu uma série diversa de interpretações: triunfo de um individualismo em ascensão, decepção com o panorama político, o “fenômeno biográfico” inscrever-se-ia numa conjuntura de “fim das ideologias”, em que as tentativas de ligar os indivíduos à história coletiva tornaram-se suspeitas de totalitarismo (VARIKAS, 1988, p. 41). Sua emergência marcaria, em suma, o aguçamento do *voyeurisme* e dos sentimentos narcísicos, símbolos da pós-modernidade. Alguns historiadores alertaram acerca do risco de se estar abandonando a “história-problema” para voltar a uma história cronológica, caracterizada por uma conceituação frágil. O próprio Jacques Le Goff, enquanto escrevia sua obra monumental sobre a vida de São Luís, expressava perplexidade diante da proliferação de biografias, considerando muitas delas “uma volta pura e simples à biografia tradicional, superficial, anedótica, puramente cronológica, que se sacrifica a uma psicologia



ultrapassada, incapaz de mostrar a significação histórica geral de uma vida individual” (LE GOFF, 1989, p. 49-50 apud LORIGA, 1998, p. 226). Mas foi Pierre Bourdieu quem formulou a crítica mais severa nesse particular, acusando tais propostas de apresentarem a vida como “um todo, um conjunto coerente e orientado que pode e deve ser apreendido como expressão de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva de um projeto” (BOURDIEU, 1998, p. 185), o que nomeou como ilusão biográfica, em que

[...] tratar a vida como uma história, isto é, como relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar.

Em apoio a essas considerações, recorre a Alain Robbe-Grillet (apud COSTA, 2000, p. 13), para quem “[...] o real é descontínuo, formado de elementos justapostos sem razão, todos eles únicos e tanto mais difíceis de serem apreendidos porque surgem de modo incessantemente imprevisto, fora de propósito, aleatório”.

Por outro lado, no processo de questionamento dos grandes paradigmas, que caracterizaram a História até os anos 80, evidencia-se o que se pode considerar um certo retorno dos sujeitos, baseado numa atenção mais refinada dos historiadores, que, cada vez mais, propõem-se a pensar de uma parte os constrangimentos sociais que pesam sobre os agentes e de outra a capacidade de invenção e intervenção desses mesmos atores sociais. Sem abandonar a análise do poder dos constrangimentos sociais, os historiadores buscam focalizar sua atenção nas ações deliberadas e conscientes dos sujeitos, passando a compreender os processos históricos entre condicionamentos, isto é, práticas socialmente estabelecidas, e liberdades dos sujeitos históricos.

Esses desafios foram respondidos por historiadores de diferentes tradições historiográficas – como, por exemplo, pela





história cultural francesa, pela micro-história italiana, pela história social inglesa e pela historiografia norte-americana, fortemente influenciada pela Antropologia –, que possuíam como ponto comum de suas análises a relevância dada aos sujeitos como agentes de seu devir histórico (VIANA; SECRETO, 2012).

Assim, por meio de processos correlatos e simultâneos de diversas tradições historiográficas, criou-se uma perspectiva analítica que impunha ao historiador a observação das margens de liberdade exploradas pelos sujeitos submetidos aos sistemas normativos das sociedades em que viviam (LEVI, 1992). Os historiadores passaram, então, a apreciar a singularidade de trajetórias individuais pensadas num espaço e tempo forjados por constrangimentos sociais. Em outras palavras, tornou-se importante para os historiadores investigar não apenas o que residia no geral nem o que estava fixado no particular, mas sim identificar suas conexões (REVEL, 1998). A emergência do sujeito na história, portanto, distancia-se da percepção da ação individualizada, pois o que se busca evidenciar são as ações deliberadas de sujeitos históricos, inseridos em processos cujos constrangimentos sociais promovem maior ou menor possibilidade de alargamento da liberdade de atuação.

Decorre daí a relevância da biografia e da história de vida como forma de reabilitar o indivíduo enquanto ator histórico, ou seja, de recolocar o ser humano concreto no centro da história. Representa, portanto, a reação de uma visão humanista da história contra o determinismo abstrato das estruturas, tendo no seu centro não mais os grandes homens e seus feitos, mas os/as anônimos/as, os/as vencidos/as, até então excluídos/as da história. E, assim, a biografia constitui-se no campo ideal para verificar o caráter intersticial, mas importante, da liberdade de que dispõem os agentes sociais e para verificar que, concretamente, os sistemas normativos não estão isentos de contradições (LEVI, 1998). Loriga (1998, p. 225) concorda com tal perspectiva,



afirmando que a redescoberta da biografia remeteria, principalmente, a experiências vinculadas ao “cotidiano”, a “subjetividades outras”: a história oral, os estudos sobre a cultura popular e a história das mulheres.

Dessa forma, compreende-se que a significação do enfoque biográfico para a história das mulheres e para os estudos feministas, embora também se vincule à recente vaga de entusiasmo por este campo, inscreve-se, como acentua Varikas, numa tradição de longa data, em termos de sua utilização pelas mulheres. Nesse sentido, propõe relacionar certos aspectos dessa tradição com as abordagens atuais da história das mulheres, o que possibilitaria explicitar certos desafios ideológicos frequentemente inerentes ao uso da biografia e refletir sobre alguns dos pressupostos que servem de base a esse uso. Tal reflexão pode contribuir não só para captar melhor as causas desse ressurgimento da biografia na pesquisa feminista, como também para explorar as possibilidades e os limites dos métodos biográficos para a análise das relações sociais dos sexos numa perspectiva histórica (VARIKAS, 1988).

A biografia teria sido a primeira forma de história das mulheres, desde Christine de Pisan às primeiras publicações femininas e feministas do século XIX, inclusive porque a abordagem biográfica foi a linha central da tradição histórica, até a reação desencadeada por Marc Bloch e Lucien Febvre, ao final dos anos 20, em favor de uma história atenta às estruturas econômicas e sociais e voltada para os agentes coletivos. Data daí a marginalização da biografia, que passa a ser considerada uma espécie de história de segunda categoria. Sua presença, porém, manteve-se entre as mulheres, na forma de biografias romanceadas ou de vidas edificantes de mulheres virtuosas que servissem de exemplo para as jovens.

Esse caráter edificante encontra-se, igualmente, na obra das feministas do XIX e, em geral, apresenta-se como uma história de mulheres notáveis, através de uma abordagem biográfica.



Numa perspectiva positivista, as feministas focalizam em suas revistas e dicionários algumas mulheres excepcionais, de destaque no campo da política, da cultura e da religião. Buscam apresentar modelos femininos alternativos à imagem do tradicional feminino – passivo, fútil, sem maior iniciativa. A feminista alemã Louise Otto, no prefácio de sua obra *Mulheres influentes do povo* (*Einflussreiche Frauen aus dem Volke*), publicada em 1869, critica os critérios de seleção dos sujeitos femininos pelos biógrafos masculinos. Fazem-no, diz ela, não por sua ação consciente e refletida, mas pelos laços que as uniam aos grandes homens, seja pelo nascimento, seja pela beleza. Em contraponto a essa postura, dispõe-se a apresentar mulheres que não tiveram necessidade desses atributos para se destacar – apesar das circunstâncias desfavoráveis que as excluía das atividades públicas, o que não lhes impediu de participar de muitas conquistas de sua época.

Uma outra feminista, Fanny Lewald, em 1888, publica uma antologia de perfis biográficos de homens e mulheres, na qual incluiu somente mulheres que tiveram uma atividade profissional ou artística independente. Não faz, senão, algumas poucas referências alusivas aos seus papéis tradicionais, enquanto esposas e mães, num período em que a definição do feminino restringia-se, cada vez mais, às suas relações domésticas e maternais.

Varikas assinala que a função dessas biografias, mesmo que não explicitada, foi a de provar que a capacidade feminina era idêntica à masculina: a de fazer a história, a de construir a civilização. Segundo ela, isso não implicou, porém, um questionamento dessa forma de “fazer história”, em que reproduzem a sua definição épica, opondo aos feitos dos homens aqueles das mulheres. Por outro lado, aponta aspectos positivos nessas iniciativas das mulheres, decorrentes de uma tentativa de subversão dos modelos recebidos, o que sugere a busca de outros valores, além de constituírem uma arma na defesa do gênero contra as tradições misóginas. Hoje, quando a biografia tem despertado



interesse crescente, têm surgido obras desse tipo, buscando compreender o condicionamento social e sexual das mulheres focalizadas e a interação entre sua vida pública e privada (VARIKAS, 1988). Por exemplo, certas biografias sobre Mary Woolstonecraft, autora da primeira denúncia sistemática das condições de subordinação feminina, condizem com essa perspectiva.

Nesse particular, em coerência com o panorama internacional, cabe mencionar que a brasileira Nísia Floresta Brasileira Augusta, revoltada com a educação deficiente e a privação de direitos às mulheres em nosso país, em 1832, com 22 anos, publicou a primeira edição de sua tradução da obra da autora já citada: *Vindication of the rights of women*. Atenta às peculiaridades do contexto em que estava inserida, Nísia, sem desrespeitar o âmago do pensamento de Mary, permitiu-se introduzir uma série de adaptações no texto original, chegando a criar um “outro texto” (AUGUSTA, 1989). Cerca de 163 anos depois, em 1995, eis que surge a biografia de Nísia Floresta, por iniciativa da professora e pesquisadora Constância de Lima Duarte, na qual esta dá a conhecer as ideias inovadoras, e mesmo revolucionárias, assim como os aspectos de exceção presentes no comportamento de Nísia Floresta. Nesse sentido, faz uma apresentação das experiências de sua biografada, nos âmbitos privado e público, com vistas a possibilitar maior inteligibilidade de sua atuação. Acata, assim, as mais respeitadas posições sobre a questão, de que “estas dualidades devem talvez ser apreendidas na sua unidade” (FARGE et al., 2001, p. 24).

Informa sobre seu nascimento, em 1810, em uma pequena localidade – Papari (hoje Nísia Floresta) – do Rio Grande do Norte, estado do Nordeste do Brasil, onde viveu os primeiros anos de sua existência. Casada aos 13 anos, abandonou o marido alguns meses depois, voltando a residir com os pais. Mais tarde, em 1828, enamora-se de um jovem acadêmico, com quem passa a residir e com o qual terá dois filhos. Em decorrência de tais fatos,



foi vítima de campanha caluniosa, especialmente por parte de seus conterrâneos. Nísia foi, talvez, uma das primeiras a romper com os preconceitos que cercavam as mulheres no país. Foi uma das primeiras também a colaborar em jornais, a partir de 1830, em Recife, publicando mais tarde contos, poesias, novelas e ensaios em periódicos do Rio de Janeiro. Envolveu-se plenamente com as questões culturais de seu tempo, manifestando-as em sua militância que se abria em diversas vertentes, entre elas o indianismo, o nacionalismo, a questão da escravidão e o feminismo. A educação feminina – sua preocupação prioritária – é acentuada, como mostra Lima Duarte ao discorrer sobre a iniciativa de Nísia em fundar, em 1838, e dirigir durante anos, um colégio para meninas no Rio de Janeiro – o Colégio Augusto –, cujo nível competia em qualidade com os melhores ali existentes, via de regra, dirigidos por estrangeiras. Observa Constância que, nos jornais da época, ao lado dos elogios à seriedade do trabalho desenvolvido no colégio, encontram-se também críticas à diretora por ousar privilegiar o ensino de línguas, em prejuízo dos trabalhos manuais, o que confirma um dos aspectos subversivos da atuação de Nísia Floresta. Assim, Constância Lima Duarte, unindo paixão e rigor acadêmico, ao concorrer para a reabilitação e justa consagração de Nísia Floresta, que por sua vida e obra constitui um exemplo de insubmissão aos preconceitos de seu tempo, contribui significativamente para mais um passo no esforço de dar visibilidade a uma história, por longo tempo marcada pela opacidade: a luta das mulheres pela aquisição de direitos e plena cidadania (DUARTE, 1995).

Um outro aspecto a considerar constitui-se na oposição feminista à crença numa pretensa objetividade científica e às críticas e preconceitos contrários ao “fazer biográfico”, que expressa um desafio mais amplo, do feminismo contemporâneo ao positivismo científico. Lançado a uma História que se diz neutra, esse desafio de fato é escrito do ponto de vista dos vencedores. Esse



tipo de crítica feminista, mais ou menos sistematizada desde os anos 70, apresenta implicações diretas sobre o desenvolvimento e as interrogações metodológicas da abordagem biográfica (VARIKAS, 1988).

Em contraposição a uma análise da realidade social que exclui, marginaliza ou interpreta equivocadamente as experiências femininas, as historiadoras feministas propuseram uma conduta que considerasse a categoria “gênero” como elemento central para a construção das relações sociais. Tal conduta implica uma problemática que situe as vidas individuais das mulheres no seu centro, com vistas ao conhecimento da sua vida cotidiana, bem como à percepção da vivência dos acontecimentos pelas mulheres. Esse procedimento resultou no grande número de abordagens biográficas na pesquisa feminista ou sobre as mulheres: pesquisas baseadas em histórias de vida, predileção por fontes autobiográficas e literatura pessoal, além de biografias históricas de mulheres. Não obstante sua desigualdade e seu *status* teórico diversificado, essas abordagens têm, na maior parte dos casos, um ponto de partida comum, pelo menos no que concerne às suas intenções: a vontade de não mais submeter a experiência social das mulheres a categorias de análise prontas, mas, ao contrário, elaborar essas categorias a partir da experiência social das mulheres. Dois dos trabalhos clássicos que marcaram os debates e as interrogações na história das mulheres nos Estados Unidos foram elaborados a partir de abordagens biográficas: a biografia de Catherine Beecher, *A study in American domesticity*, e o artigo célebre de Carol Smith-Rosemberg, “The female world of love and ritual”. Ambos partem da experiência cotidiana das mulheres para estudar a gênese de uma subjetividade feminina em suas relações complexas com o desenvolvimento do ideal doméstico.

Outro aspecto do desafio feminista é a crítica de toda conduta científica que considere as mulheres (como também os homens) como *objeto* científico de observação e de manipulação pelo



pesquisador-sujeito. Esse tipo de crítica, embora não tenha sido inventado pelas mulheres, sendo há muito tempo alvo de debates, em particular no domínio da Antropologia e da Etnologia, foi apropriado pela pesquisa feminista,<sup>1</sup> a qual insistiu enfaticamente sobre a necessidade de se reconhecer o objeto de pesquisa como um *sujeito à parte* e estabelecer com ele uma relação de *reciprocidade*. É esse espírito que anima desde então as pesquisas sociológicas nas quais as pessoas estudadas tomam parte ativa no desenvolvimento da problemática da pesquisa. Essa conduta tem um estatuto ético, pois ataca o próprio cerne da estrutura hierárquica da pesquisa. Ela tem igualmente um estatuto político, na medida em que postula que a pesquisa deve ser conduzida com vistas a um fim emancipador, isto é, numa perspectiva que deveria contribuir para a supressão das relações de opressão e de exploração das quais são vítimas as pessoas e os grupos estudados. E é essa perspectiva de emancipação que deveria ditar as questões colocadas, os problemas abordados, como também os métodos com os quais se tenta resolvê-los.

Por fim, observa-se o fortalecimento da ideia, aliás, bastante antiga, de que a compreensão da vida de uma mulher dependeria da possibilidade de uma relação empática que só poderia vir de outra mulher, ideia que atravessa os escritos femininos desde Christine de Pisan a Virginia Woolf e se encontra no centro do debate biográfico proposto pelas feministas. Segundo elas, é o compartilhamento de uma mesma posição social – no caso, o gênero – que funda a legitimidade da atitude empática. Essa atitude não seria pertinente apenas com relação às mulheres, como aos sujeitos em geral, sendo uma das premissas desse debate. Tal atitude apresenta não somente um valor ético, como também um

---

<sup>1</sup> Talvez devido ao fato de que as mulheres tenham se constituído num dos grupos sociais mais radicalmente coisificados pelas abordagens normativas dessa visão científica.



*status* cognitivo, na medida em que obriga a/o pesquisadora/or a colocar como questões toda uma série de “fatos” que na história oficial têm o selo da evidência (VARIKAS, 1988).

De acordo com Varikas, em que pese a riqueza de implicações dessa reflexão, crítica das práticas científicas, suas proposições metodológicas concretas e os pressupostos que a sustentam não deixam de apresentar ambiguidades. Tais ambiguidades, continua ela, caracterizam com frequência a pesquisa feminista em geral, mas se manifestam de maneira particularmente aguda na prática e na teoria biográficas, sobretudo no que concerne às “novas relações” entre biógrafa e biografada. A relação de intersubjetividade, afirma ela, afigura-se impossível na pesquisa sobre o passado, em que os sujeitos não têm nenhum meio de se defender de nossas hipóteses ou interpretações. Mas, mesmo quando uma relação de reciprocidade é possível – e desejável –, a distância entre biógrafa e biografada não seria abolida. De um lado, porque o objetivo de toda pesquisa é traduzir as experiências particulares de seus sujeitos nos termos mais gerais e forçosamente mais abstratos, o que introduz uma tensão permanente entre nossa vontade de respeitar a experiência subjetiva de nosso sujeito e a necessidade de ligá-la a um processo ou a estruturas que ultrapassam o universo imediato dessa experiência.

Embora eu reconheça a presença dessas ambiguidades, em relação às quais devemos estar, a todo tempo, atentas/os, tal problemática não deve tornar-se um fator imobilizador. O método biográfico constitui-se no campo ideal para a verificação das brechas utilizadas pelos subalternos, entre eles, as mulheres, os quais, mesmo que se valendo de subterfúgios, compõem a rede de uma antidisciplina. Dessa forma, buscam aproveitar as “ocasiões”, as possibilidades oferecidas para garantir o exercício de sua cidadania, inclusive em termos de gênero, no grau mais ampliado possível (CERTEAU, 1996). Sem esquecer, como indica Levi (1998), que, através da biografia, pode-se comprovar a





existência de contradições nos sistemas normativos, tornando exequível a ação desses sujeitos. Assim, há que se confiar na capacidade de “invenção” das/os historiadoras/es, de estratégias que permitam a ultrapassagem dos obstáculos apresentados, já que a utopia deve ser nosso horizonte, o que nos faz lembrar a reflexão de Benjamin (1986, p. 224): “O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador...”, pois a utopia deve ser o nosso horizonte.

Buscando um cotejo com algumas das propostas aqui enunciadas, destaco o trabalho da historiadora Margareth Rago, no qual analisa as experiências de vida e o pensamento da intelectual e militante anarquista, italiana radicada no Uruguai, Luce Fabbri (RAGO, 2001). Descartando razões biológicas e de sexo, considera Rago, porém, que as mulheres têm uma contribuição peculiar, na construção da cultura e da linguagem, marcada pelas diferenças de gênero, decorrentes das especificidades de sua inserção social e cultural. Nesse sentido, propõe-se a autora a “contar a história do anarquismo no feminino”, a partir da memória daquela intelectual, professora universitária, autora de inúmeras obras e militante, com a qual partilhou intensa convivência, através de anos de relacionamento constante, participação nas reuniões em sua casa, entrevistas, correspondência, consultas à sua biblioteca particular etc. Esclarece que não procura desvendar a “realidade” do passado de Luce e do movimento anarquista, como inúmeros/as historiadores/as teriam se proposto, buscando seguir o movimento de suas memórias, a leitura que ela constrói de sua própria experiência. Emerge dos escritos de Rago uma forte empatia com a biografada, desenvolvendo-se uma relação calorosa de amizade e admiração da historiadora com aquela sobre cuja vida se debruçava. Portanto, suas relações em muito distavam das prescrições de “neutralidade”, postuladas, por longo tempo, para o “fazer histórico”, caracterizado pela pretensa objetividade própria do positivismo científico, alinhando-se



às recomendações da crítica contemporânea feminista, anteriormente apresentada. Também, na citada obra, cumpre-se a recomendação da pesquisa feminista de que o objeto da pesquisa não seja tratado como um “sujeito à parte”, desenvolvendo-se entre ele e os/as pesquisadores/as uma relação de “reciprocidade”. E esse espírito está presente, na medida em que a pessoa estudada, Luce Fabbri, tem parte ativa no desenvolvimento da problemática da pesquisa.

Por outro lado, exageros acontecem e uma guinada crescente para o relativismo pode ser observada no processo de movimentação contrária às concepções historiográficas, herdeiras do Iluminismo e defensoras de uma atitude de neutralidade no trato biográfico. Um exemplo é a opinião das participantes da coletânea *Between women*, cerca de vinte biógrafas, romancistas, críticas e artistas que abordam as relações complexas que se estabelecem entre a biógrafa e seu sujeito. Chegam a um consenso de que, em vez de lutar pela maior distância e imparcialidade possível, seria necessário integrar as relações de identificação com o sujeito na sua conduta metodológica, o que as faria “sair dessa experiência com uma lucidez maior do que aquela que acompanha a objetividade” (ASCHER; DE SALVO; RUDDICK, 1984, p. xxiii apud VARIKAS, 1988, p. 49).

Nessa atitude, buscam apelar para o potencial cognitivo da relação empática. Mas, como bem esclarece Varikas, em quem me apoio nas colocações que se seguem, identificação e empatia não são a mesma coisa. A primeira torna problemática uma abordagem crítica, enquanto a segunda não necessariamente. Pode-se abordar as contradições e os limites de uma pessoa com compreensão e, mesmo, com cumplicidade, sem, no entanto, abolir a distância que dela nos separa. Por reação ao objetivismo, estaria se apresentando uma tendência inversa que poderia atingir um relativismo absoluto, na medida em que os efeitos da identificação são vistos não como um dos aspectos que se deve tomar



em consideração para o trabalho biográfico, mas como uma solução metodológica que, a partir dela, ofereceria a chave para a compreensão da biografada. Uma das autoras da citada obra, Blanche Wiesen Cook, fornece exemplos da identificação experimentada com seus sujeitos, como o que se segue:

Mme. Roosevelt detestava o álcool e eu procurei me contentar com café, enquanto estudei a complexidade das transformações de seus entusiásticos engajamentos no tempo. Além disso, ela tinha o hábito de fazer listas – listas de coisas a fazer, a ler, ou a pedir. No presente, eu também acumulo listas como jamais o fizera. Não que eu seja um camaleão ou uma filha obediente [...]. Mas eu tento compreender, sentir profundamente, absorver os odores, tanto quanto possível [...] dos meus sujeitos. A maior parte da alegria da descoberta reside no sentimento, na experiência, no conhecimento mais profundo possível da essência da vida do sujeito... (COOK, 1984, p. 400 apud VARIKAS, 1988, p. 50).

Esse exemplo extremo de “superidentificação” demonstra que as ilusões positivistas não são apanágio exclusivo do objetivismo científico. Na conduta da autora, tudo se passa como se “a essência da vida” da personagem constituísse uma espécie de verdade positiva que somente aguardava para ser descoberta pelo olhar sensível e solidário da biógrafa. Um olhar cuja fonte não mais seria a afinidade de uma posição social, mas sobretudo um estado d’alma; o que resulta no psicologismo – uma tendência da qual as mulheres tanto sofreram enquanto sujeitos de biografias.

Mesmo quando a conduta biográfica quer se justificar a partir da afinidade de uma situação social, no caso, a opressão de gênero, ela coloca como resolvidos certos aspectos da relação intersubjetiva que são problemáticos. Isso porque, se é verdade que as mulheres são mais suscetíveis de compreender as experiências históricas femininas, enquanto membros do mesmo grupo oprimido, essa compreensão constitui “uma potencialidade



e não uma qualidade inerente a toda mulher”, uma potencialidade que é mediada pelas categorias e equipamentos mentais que as mulheres emprestam do universo cultural de sua época, o mesmo universo no qual são ao mesmo tempo incluídas e excluídas. A compreensão é igualmente mediada pela posição ocupada pela biógrafa ou historiadora enquanto indivíduo na época e na sociedade em que vive, pelo nível de consciência quanto à discriminação da qual ela é objeto, por suas estratégias em face dessa discriminação. Essa é uma das razões pelas quais inúmeras biografias testemunham mais a vida e as angústias de suas autoras, do que se constituem em representações de seus sujeitos (VARIKAS, 1988).

Com frequência, o que envolve a pesquisa de uma mulher sobre uma outra vida feminina é a vontade ou a necessidade de buscar pontos de referência para uma autodefinição não mais fundada no modelo patriarcal, mas sobre as experiências reais das mulheres. Isso implica a busca de uma outra verdade sobre si mesmas, diversa daquela que serviu para a naturalização da opressão, conscientes de que “uma identidade de gênero não reificada está ainda a ser buscada...”

Nesse contexto, a abordagem biográfica pode ajudar a situar no centro da problemática a experiência social das mulheres, não como uma essência qualquer que nos confiaria o segredo de uma identidade feminina hipostasiada, mas como “um perpétuo vai e vem entre o dado e o vivido, o objetivo e o subjetivo, as determinações e as margens de manobra; um vai e vem no qual se inscreve o projeto de uma vida e que constrói e reconstrói sem cessar o universo social no qual se afirmam, enquanto sujeitos, os indivíduos e os coletivos”. Essa perspectiva permite ultrapassar a dicotomia submissão/revolta e compreender por que binômios como entusiasmo/decepção, afirmação de si/resignação, desvio/conformismo etc. apresentam-se tão próximos nos escritos e nas vidas das mulheres sobre as quais se trabalha,



tornando difícil integrá-las em nossa interpretação sem privilegiar uns ou outros. Poder-se-ia, através dessa abordagem, avaliar a vida das mulheres numa dupla perspectiva, levando-se em conta a realidade tal como se apresenta e, ao mesmo tempo, o campo das possibilidades de mudança (SARTRE, 1960); ajudar a substituir a busca de modelos pela compreensão histórica, o subjetivismo psicológico pela subjetividade das mulheres, no sentido de “tornarem-se sujeitos” de sua própria vida. A biografia pode, portanto, ajudar a romper definitivamente com abordagens de “ciclos de vida”, dos papéis e funções que por longo tempo confinaram as experiências das mulheres numa perspectiva naturalista. Em consequência, destacar-se-á seu papel em evitar as tão propaladas dicotomias: produção/reprodução, público/privado, masculino/feminino, a fim de abordar as experiências históricas das mulheres como um conjunto significativo a partir do qual se elaboram as categorias de análise.

Tal conduta é válida não exclusivamente para o estudo das mulheres ou das relações sociais de gênero. E o que nos é necessário, enquanto gênero subordinado, não é reduzir a história da humanidade às experiências sociais das mulheres, mas fazer com que essa história “seja elaborada a partir de todas as experiências humanas, tanto no que elas têm de comum como no que têm de específico” (VARIKAS, 1988, p. 54), o que pressupõe uma revisão radical na maneira de pensar a história. E, nessa revisão, a abordagem biográfica das mulheres, e do ponto de vista das mulheres, constitui-se numa contribuição preciosa não enquanto método específico, mas pela pertinência das questões que ela pode colocar.

A abordagem biográfica pode, enfim, ajudar a restituir a multiplicidade das experiências femininas, a multiplicidade de maneiras como vivem seus constrangimentos, a multiplicidade de caminhos que trilham para se afirmar como indivíduos plenos. Assim, emergirão na completude de sua diversidade, em



termos de condição social, raça/etnia, geração etc. Romper a homogeneidade dessa categoria abstrata em nossa análise não é somente reconhecer o direito das mulheres de todos os tempos de se realizarem enquanto seres autônomos. É, igualmente, uma condição indispensável para refletir sobre as mulheres, enquanto grupo suscetível de se constituir em sujeito coletivo de sua própria liberação, buscando participar da humanidade de acordo com seus próprios termos.

### ► Referências

AUGUSTA, Nísia Floresta Brasileira. *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. Introdução e notas de Constância de Lima Duarte. São Paulo: Cortez, 1989.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas. Volume I. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos & abusos da história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

COSTA, Suely Gomes. Gêneros, biografias e história. *Gênero. Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero*, Niterói: EdUFF, v. 3, n. 2, p. 7-20, 1º sem. 2000.

DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta: vida e obra*. Natal: UFRN: Ed. Universitária, 1995.

FARGE, Arlette et al. A história das mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. Trad. de Rachel Soihet, Ro-



sana M. Alves Soares e Suely Gomes Costa. *Gênero Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero*, Niterói: EdUFF, v. 2, n. 1, 2º sem. 2001.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1992.

\_\_\_\_\_. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos & abusos da história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RAGO, Margareth. *Entre a história e a liberdade: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2001.

REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SARTRE, Jean Paul. *Question de méthode*. Paris: Gallimard, 1960.

VARIKAS, Eleni. L'approche biographique dans l'histoire des femmes. *Le genre de l'histoire. Les Cahiers du Griff 37/38*, Éditions Tierce, Trimestriel-Printemps, 1988.

VIANA, Larissa; SECRETO, Maria Veronica. *Sujeitos na história: perspectivas e abordagens*. Projeto NUPEHC. Niterói: UFF, 2012. Mimeografado.





## ESCREVER A HISTÓRIA DAS MULHERES NO BRASIL



*Carla Bassanezi Pinsky*

Mesmo que a chamada História Geral tente explicar os processos históricos que modificam a vida dos seres humanos, para compreender o que ocorre especificamente com as mulheres é preciso desenvolver uma narrativa própria, devido às particularidades de determinados fatos que lhes dizem respeito e aos ritmos muitas vezes diferenciados de sua história. Pensando nas várias possibilidades de escrevê-la, defendo que uma das melhores é a que parte de *recortes temáticos*, como os que estruturaram a obra *Nova história das mulheres no Brasil*,<sup>1</sup> organizada por Joana Maria Pedro e por mim, com a colaboração de 25 autoras (Parece óbvio, mas não custa lembrar que a opção por recortes temáticos de modo algum significa estabelecer compartimentos estanques, isolando elementos da vida das mulheres – e dos homens – do passado como se fossem independentes.).

Os temas *família, corpo e beleza, trabalho* (“produtivo” e doméstico), *lazer, imagens e representações, violência de gênero, sexualidade e*

<sup>1</sup> PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO Joana Maria (Org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.



*reprodução/controlado da natalidade* podem traduzir melhor o universo feminino que outros mais “típicos”, comuns, da produção historiográfica. Por sua vez, temas como *migrações internacionais, guerras/luta armada, imprensa, direito e educação*, abordados com a preocupação de observar as mulheres (suas experiências e as representações que as cercam), são também interessantes, tanto para a construção da História das Mulheres quanto para a reformulação da narrativa “geral” tradicional, ao chamar a atenção para realidades e enfoques alternativos. Vale mencionar ainda os recortes que ressaltam distinções etárias (*meninas, velhas*), de classe (*mulheres de elite, escravas*) ou étnicas (*negras, indígenas, imigrantes*), pois enriquecem e sofisticam a compreensão histórica.

Os capítulos temáticos do livro citado mostram como isso pode ser feito na prática: os conteúdos e as explicações se sobrepõem ou se complementam em muitos pontos, como se os textos dialogassem. E, de fato, dialogam. A partir da leitura da obra, fica claro que domesticidade, trabalho, cultura e política interagem a partir de distintas perspectivas. O capítulo sobre *trabalho*, por exemplo, também lida com as imagens femininas presentes na cultura, com o lazer e o consumo, a família, as reivindicações feministas e a evolução dos direitos sociais. O que se debruça sobre as *meninas* obrigatoriamente fala de escolaridade, legislação, distinções de classe... A *educação* feminina, por sua vez, não se apresenta descolada das lutas pela igualdade de oportunidades para homens e mulheres nem dos discursos sobre o comportamento feminino adequado, os usos do corpo, a vida familiar apropriada, os interesses da nação e do Estado. “A mulher” (no singular, quando se trata de identificar uma construção cultural) – tomada como ponto de referência simbólico para debates políticos, disputas de poder, manutenção da ordem (ou sua renovação), em momentos relevantes, como a instauração da República, a passagem do século XIX para o XX ou os anos 1960 – está



presente, por exemplo, nos textos específicos sobre *imprensa, corpo e beleza, direito, feminismo, mulheres em armas*.

Os capítulos podem ser lidos em qualquer ordem, mas a leitura do conjunto é que evidencia a inter-relação entre os temas, as conexões entre os diferentes aspectos das experiências femininas e as ideologias que procuram enquadrá-los.

Em várias passagens do livro, torna-se evidente como o desenvolvimento econômico e urbano ajudou a alterar concepções de gênero, tanto quanto ideias novas sobre masculino e feminino (muitas delas surgidas a partir da ação consciente de mulheres concretas) afetaram questões relativas à cidadania, à liberdade de movimentos, à sexualidade e aos direitos reprodutivos no Brasil.

Também é nítida a preocupação de proporcionar aos leitores, respeitando a necessária diversidade de assuntos e pontos de vista, uma visão panorâmica – um conjunto coerente dentro de uma História de processo – que relata mudanças e permanências mantendo o foco sobre as mulheres sem esquecer o contexto social mais amplo. Nesse sentido, *Nova história das mulheres no Brasil* é, de fato, um bom exemplo de obra de síntese.

Os séculos XX e XXI são privilegiados – outra opção consciente na procura por um modo interessante de escrever a História das Mulheres, contemplando tanto questões do momento presente quanto os avanços recentes da investigação histórica desenvolvida individualmente ou em grupos de pesquisa acadêmicos (hoje muito mais disseminados, consequentes e consistentes que décadas atrás). Três textos, porém, recuam para o XIX, no sentido de ampliar a perspectiva histórica de assuntos candentes no período seguinte: o capítulo sobre *mulheres de elite* (por mostrar as origens de modelos consagrados de feminilidade); o que trata de *cultura e política* (com os antecedentes dos movimentos de mulheres posteriores e suas lutas por educação, liberdade e participação política e cultural em sentido amplo); e o sobre as *escravas* (lembrando os fundamentos de desigualdades baseadas na ideia de “raça”).



Por toda a obra, questões de gênero, de classe, “raciais”, relativas aos grupos etários e referentes à etnicidade estão presentes; informam (em maior ou menor grau) o conteúdo de cada um dos capítulos temáticos e são contempladas de maneira entrecruzada.



Abre o livro o capítulo *família*, porque se reconhece que as famílias são centrais na vida das mulheres, mesmo nos dias de hoje, quando “filha”, “esposa” e “mãe” deixaram de ser as *únicas* identificações socialmente valorizadas da mulher. Ana Sílvia Scott analisa as alterações nos arranjos familiares e as decorrentes transformações em suas representações, desde o tempo em que “o patriarcado dava as cartas” até a época da “família mais democrática”, em que convivem “velhos e novos” arranjos familiares. Dados demográficos, considerações econômicas e reivindicações sociais enriquecem a narrativa sobre as mudanças nos costumes e mentalidades, na vida das mulheres e na caracterização de suas famílias, mudanças essas muito rápidas e significativas na avaliação que faz a autora quando compara o século XX e o início do XXI aos períodos anteriores. Nesse intervalo de tempo, os valores patriarcais foram questionados e perderam terreno para o modelo da chamada “família conjugal moderna”, a política governamental e a legislação sofreram alterações importantes, as cidades cresceram e se multiplicaram, métodos contraceptivos mais eficientes se tornaram disponíveis, as relações familiares ficaram mais igualitárias, a natalidade e a mortalidade infantil declinaram, as uniões homossexuais ganharam legitimidade, aumentou o número de separações e divórcios, os arranjos familiares socialmente aceitos passaram a admitir muito mais configurações, as mulheres adquiriram maior poder de decisão e voz ativa, entre outras tantas modificações de relevo. Na



descrição do movimento geral, Ana Sílvia Scott não se esquece de que a sociedade é “profundamente diversa e desigual, hierarquizada”. Portanto, ao lidar com a relação entre mulher e família, lembra a existência de diferenças sociais, regionais, étnicas, de escolaridade, de trabalho, de “cor”, de acesso às tecnologias reprodutivas que afetam a questão.

No segundo capítulo, June E. Hahner trata das mulheres da elite do século: explica os estereótipos que as envolviam; a relação entre o comportamento pessoal e a honra familiar; seu relacionamento com pais e maridos, escravas e criadas; as etapas e os interesses econômicos que definiam suas vidas. A autora mostra também que, em uma época em que as estruturas culturais, sociais e econômicas se baseavam em ideias de superioridade masculina e subordinação feminina, algumas mulheres foram capazes de desafiá-las, ganhando destaque na sociedade de elite, nas letras e na política. Conclui o texto com as oportunidades abertas para as mulheres pela urbanização, por melhorias na alfabetização e na escolarização em geral e pelo desenvolvimento econômico brasileiro no final do XIX – oportunidades estas sequer imaginadas em seu início.

Silvia Favero Arendt examina a concepção de infância e a experiência de ser menina num país marcado por contrastes sociais – “a sinhazinha e a criada de servir” (século XIX), “a estudante e a empregada doméstica” (1900-1980) e os “horizontes mais igualitários” que surgem a partir dos anos 80 –, destacando a educação, as perspectivas de futuro, o trabalho, o lazer das garotas e os marcos que diferenciam, ontem e hoje, as idades da vida (como os padrões de vestimenta, a chegada da menstruação, a trajetória escolar e ocupacional). Os discursos de médicos, educadores, psicólogos e legisladores, o conteúdo de revistas femininas e o da literatura juvenil são contemplados no percurso que deu novos contornos aos conceitos de infância, juventude e adolescência relacionados ao feminino.



As mulheres velhas são retratadas em sua crescente visibilidade na História, decorrente do processo acelerado de mudança científico-tecnológica e social ocorrido nos últimos 120 anos: das avós sem escolaridade, mas detentoras do saber doméstico, e das sóbrias e relegadas viúvas às idosas ativas da “terceira idade”, beneficiárias indiretas do feminismo. O panorama traçado por Alda Britto da Motta – em um texto envolvente que une memória e história – identifica os avanços sociais sem esquecer as dificuldades (preconceito, violência intergeracional, solidão, perdas físicas) enfrentadas pelas mulheres velhas, assim como os desafios que o envelhecimento populacional apresenta para a sociedade atual.

Denise Bernuzzi de Sant’Anna nos conta como a onipresente imposição de “ser bela” variou em termos de conteúdo ao longo das décadas. A beleza já foi “cinematográfica”, glamorosa, floral, magra, curvilínea, fatal, angelical, atlética, natural, artificial, “turbinada”, multicultural... Enfim, do tempo dos coletes e cintas ao dos implantes de silicone, corpos foram moldados, assessórios entraram e saíram de moda, indústrias de cosmético e vestuário se desenvolveram, modelos surgiram e ficaram ultrapassados e os ideais de decência, elegância e beleza (acrescidos de saúde e bem-estar) – que, afinal, marcam distinções sociais – adquiriram novas feições.

A história do trabalho feminino no mercado produtivo é narrada por Maria Izilda Matos e Andrea Borelli como um percurso complexo repleto de contradições, com momentos de notórios avanços (crescente participação feminina e reconhecimento de seu valor econômico e social) e situações de recuos, perdas de espaço e enfrentamentos. Nessa trajetória – que parte da virada do século, com o ingresso de muitas mulheres no trabalho fabril, e chega até as recentes mobilizações trabalhistas –, as distinções de gênero interferem nas oportunidades ocupacionais, nas hierarquias de atividades, nos salários e nas condições de trabalho.



“Luzes e sombras”, como definem as autoras, caracterizam a questão da atuação feminina no mundo do trabalho.

“Programa de mulher” – capítulo assinado por Raquel Barros Miguel e Carmen Rial – demonstra como a história do lazer feminino está estreitamente ligada às funções tradicionalmente atribuídas à mulher e às tentativas de controle social que lançam mão de discursos moralistas e disciplinadores. A partir dos anos 60, entretanto, com maior independência financeira e possibilidades crescentes de participação no espaço público, as mulheres passam a decidir com mais autonomia o que fazer de seu “tempo livre”, colaborando para a derrubada de estereótipos e preconceitos.

As imigrantes que chegam ao Brasil e as brasileiras que emigram são assunto do texto de Maria Sílvia Bassanezi, que contextualiza os fluxos migratórios e explica as motivações, as conquistas e os enfrentamentos daquelas que se deslocam internacionalmente à procura não só de trabalho, mas também de independência, de casamento ou, simplesmente, de paz. Italianas, portuguesas, alemãs, espanholas, árabes, japonesas, judias, coreanas, bolivianas etc. e também brasileiras na Europa, Estados Unidos e Japão ou instaladas na fronteira com o Paraguai recebem a atenção da autora, conforme o momento histórico em que este ou aquele grupo se destaca nos movimentos populacionais internacionais ligados de alguma forma ao Brasil, do final do século XIX aos dias de hoje.

Maria Lígia Prado e Stella Scatena Franco apresentam uma novidade historiográfica com relação aos estudos do século XIX ao dar um novo sentido, mais amplo, à produção cultural e à participação política das mulheres na sociedade brasileira, mostrando o leque de maneiras encontradas por elas para expandir os limites de sua época: como “patriotas”, escritoras, educadoras, abolicionistas, soldados, combatentes, sufragistas e jornalistas. As autoras fazem questão de mencionar as fontes usadas em



pesquisas inovadoras que possibilitaram o resgate de “nomes esquecidos e vozes abafadas ou excluídas” e conferiram legitimidade às atividades intelectuais e políticas dessas nossas antepassadas.

De armas na mão, as mulheres reaparecem no capítulo escrito por Cristina Scheibe Wolff, que reconhece e ilumina sua presença nas lutas pela independência, na Guerra do Paraguai, nas revoltas locais (Farroupilha, Contestado), no cangaço, na guerrilha contra a ditadura militar e, mais recentemente, nas Forças Armadas e na força policial. A autora ainda destaca as vivandeiras, as enfermeiras e as demais brasileiras que, cuidando do abastecimento ou da burocracia, foram essenciais nos esforços de guerra.

O tema *movimento de mulheres*, em particular o feminismo, é desenvolvido por Rachel Soihet e Joana Maria Pedro em dois capítulos distintos. A primeira descreve o empenho das que exigiam que a mulher fosse considerada membro ativo da sociedade, lutando não só pelo direito ao voto feminino e pela educação igualitária, mas também por bem-estar social, democracia no Brasil e paz entre os povos do mundo. A segunda expõe os desafios e as vitórias históricas do feminismo de “Segunda Onda”, que ampliou a luta ao incluir questões relativas à violência de gênero, aos direitos reprodutivos, ao livre exercício da sexualidade e ao prazer, além de reivindicações ligadas às tarefas domésticas e às “responsabilidades do lar”. Joana Maria Pedro também fala sobre o feminismo atual: suas formas de reivindicação, seus objetivos e perspectivas.

Na exposição cuidadosa de Iáris Ramalho Cortês, percorremos a longa trilha das mudanças na legislação brasileira que afetaram a vida das mulheres. Percebemos como as representações de gênero marcam as diversas constituições brasileiras e as leis civis, penais e trabalhistas. Com a leitura desse capítulo, comemoramos os avanços na legislação – como a possibilidade de





divórcio, o reconhecimento da união estável, a divisão do poder familiar, certos direitos sexuais e reprodutivos, a lei de combate à violência doméstica (Maria da Penha) –, mas também nos tornamos mais aptos a identificar quanto ainda falta para que as mulheres sejam tratadas como cidadãs plenas no Brasil.

Dos últimos 120 anos, casos emblemáticos de violência contra a mulher no país ilustram a narrativa das transformações da opinião pública e jurídica com relação ao tema. Joanna Maria, Ceci Sodré, Aída Cury, Ângela Diniz, Eliana de Grammont, Sandra Gomide, Eloá e várias outras vítimas são lembradas por Lana Lage e Beatriz Nader no panorama que parte da época em que a ideologia patriarcal encontrava reforço no Código Filipino e chega até a caracterização desse tipo de violência como um problema social e um atentado aos direitos humanos, alvo de políticas públicas, leis específicas, delegacias especializadas e censura por parte da sociedade. Para que essa mudança tenha sido possível, explicam as autoras, foram fundamentais o aumento do protagonismo feminino na sociedade e suas lutas contra sistemas de dominação baseados em desigualdades estabelecidas entre homens e mulheres.

Contraceção e aborto são temas indissociáveis para Debora Diniz, autora do capítulo que historia as disputas, conquistas e dificuldades em torno das práticas reprodutivas no Brasil desde o tempo das “fazedoras de anjos”. Dando maior atenção aos últimos quarenta anos, o texto elege como eixo o uso de dois produtos farmacológicos (a pílula anticoncepcional e a pílula abortiva Citotec), que define, em termos analíticos, “três gerações de mulheres”. Questões éticas polêmicas e candentes, envolvendo as tecnologias reprodutivas e a relação entre mortalidade materna e direitos humanos, são apresentadas com a clareza que merecem, pois silêncios e hipocrisia nesse assunto também são uma forma de violência contra as mulheres.



Fúlvia Rosemberg, apoiada em análises acuradas e estatísticas reveladoras, descreve a evolução da educação das mulheres no Brasil. Seu texto mostra a grande influência que as próprias mulheres educadas e o feminismo contemporâneo tiveram no processo de ampliação das oportunidades educacionais ao longo da história brasileira. Se as conquistas femininas no campo educacional e a tendência atual de redução dos diferenciais entre homens e mulheres com relação às áreas de conhecimento são fruto de muita luta, o desprestígio do magistério, os preconceitos ainda existentes contra as mulheres e os grandes problemas do sistema educacional brasileiro revelam que não se pode dormir sobre os louros.

O capítulo sobre as escravas conta as dificuldades e as estratégias dessas mulheres para sobreviver em um ambiente hostil, em que a violência inerente ao sistema escravista se somava à opressão racial e à de gênero, esta perpetrada tanto pelos senhores quanto pelos companheiros homens, escravos como elas. Maria Odila Dias as observa na África, trabalhando de sol a sol submetidas aos homens mais velhos de sua etnia. Acompanha essas mulheres também no momento de seu aprisionamento, na infernal viagem de navio e, em terras brasileiras, no exaustivo trabalho da lavoura e nas atividades urbanas que, com suas feiras e mercados, por vezes ampliaram suas poucas chances.

Bebel Nepomuceno - em "Protagonismo ignorado" - conta a história das mulheres negras nos séculos XX e XXI considerando as esferas do trabalho, da educação, da mobilização (contra o preconceito racial e as desigualdades de gênero) e da visibilidade social.

Azelene Kaingáng registra observações pessoais a respeito das condições de vida e da trajetória política das mulheres indígenas em um depoimento que cobre questões como papéis sexuais, identidade étnica, tradições culturais, mudanças de comportamento e participação em lutas sociais.



A imprensa feminina – guardiã da ordem, convenções e rotinas, mas também canal de mudanças culturais – é retratada por Tania Regina de Luca em um percurso que vai de *O espelho das brasileiras* à atual *Capricho*, passando por *Revista Feminina*, *Claudia*, *Nova*, entre outras, revelando que as alterações observadas nas publicações evidenciam os diferentes lugares e papéis sociais atribuídos às mulheres do início do século XIX aos primeiros 12 anos do século XXI. O desenvolvimento do mercado editorial, a evolução (ou não) das temáticas contempladas, as alterações na aparência, no conteúdo e na linguagem e a crescente segmentação do mercado (por idade, grau de escolaridade, renda, perfil ocupacional e pessoal) são alguns dos assuntos do instigante capítulo “Mulher em revista”.

Carla Bassanezi Pinsky traça um panorama das transformações das imagens femininas e das expectativas com relação às mulheres configuradas no processo histórico que define duas eras distintas, a de modelos rígidos e a de ideais mais flexíveis, tendo os anos 60 como divisor de águas. Pelas páginas desse capítulo desfilam a “mulher casta”, a “moça de família”, a “leviana”, a “desclassificada”, a “esposa perfeita”, a “dona de casa ideal”, a “rainha do lar”, a “trabalhadeira” e a “trabalhadora”, a “boa mãe”, a “mulher moderna”, a “liberada”, a “cidadã”, a “consumidora”, entre outras tantas figuras tidas como referência e identificáveis com maior clareza em épocas determinadas.

Ilustrações e legendas não têm, nessa obra, apenas função decorativa. Ao lado dos textos, elas exercem um papel de relevo: ajudam a “contar a história” e complementam o conteúdo dos capítulos. Uma gama muito variada de imagens recheia as páginas do livro. São propagandas impressas, cartazes informativos, retratos de manifestações políticas ou de participações femininas em eventos sociais e religiosos, em comícios ou no parlamento, caricaturas de época, capas (de revista, de livro, de cartilha escolar), documentos, páginas de jornais militantes e de revistas de



grande circulação, pinturas em tela, fotos posadas em momentos solenes ou flagrantes de mulheres em família, no trabalho, nas tarefas domésticas, na intimidade, em passeios com filhos e netos, em festas... Há até mesmo duas imagens dolorosas extraídas de um vídeo documentário, que falam mais do que muitas e muitas palavras.



Para finalizar, creio ser necessário insistir na importância de se escrever tendo em vista um público mais amplo, não apenas o universitário. Nada contra os trabalhos puramente acadêmicos, mas, se queremos que a História das Mulheres realize seu potencial transformador das relações de gênero, é preciso fazê-la chegar a leitores para além dos estudantes, professores e pesquisadores da área. Estaremos apostando mais alto se alcançarmos responsáveis por políticas públicas, ativistas, militantes de movimentos sociais, feministas, jornalistas, profissionais das áreas do Direito, Saúde e Educação. O diálogo com esses interlocutores se consegue, em grande parte, por meio de uma escrita em linguagem acessível. Consegue-se, mais ainda, com trabalhos panorâmicos, que se dediquem a reunir informações e ideias obtidas em inúmeras pesquisas localizadas (mestrados, doutorados etc.).

É fundamental, pois, produzir boas sínteses, levando em conta um público de homens e mulheres interessados em compreender as relações sociais por meio da História com vistas a melhorar o entendimento entre as pessoas. Nesse sentido, publicações preocupadas com a divulgação do saber são úteis e bem-vindas.

The image features a dark gray background with several thin white lines that intersect to form various geometric shapes, including triangles and quadrilaterals. The lines are positioned diagonally across the frame. Centered in the lower half of the image is the text 'EPISTEMOLOGIAS CONTRA-HEGEMÔNICAS' in a bold, white, sans-serif font. The text is arranged in two lines: 'EPISTEMOLOGIAS' on the top line and 'CONTRA-HEGEMÔNICAS' on the bottom line.

**EPISTEMOLOGIAS  
CONTRA-HEGEMÔNICAS**



ENQUADRAR, DESENQUADRAR,  
REENQUADRAR/RESISTIR:  
MULHERES, ARTE E FEMINISMOS,  
MODOS DE VER DIFERENTEMENTE



*Ana Gabriela Macedo*

**P**rocurarei no meu texto ilustrar alguns tópicos e questões fundamentais que “enquadram” as estratégias de mulheres artistas no diálogo com os feminismos contemporâneos (num sentido global e local), no tocante à representação do corpo, às novas corpografias do feminino e ao seu mapeamento no mundo contemporâneo; analisarei os conceitos e as técnicas de “desenquadramento” e desconstrução que aqueles nos propõem e as alternativas de “reenquadramento” sugeridas através das suas linguagens artísticas (fotografia, pintura, instalação, *performance*), como modos de resistência à ordem universalista e homológica. Serão particularmente confrontados exemplos de discursos oriundos da arte e cultura ocidentais face à arte de mulheres do Médio-Oriente, à arte no exílio e às comunidades migrantes (por exemplo, Shirin Neshat, Shadi Ghadirian e Raeda Saadeh). A questão da política da localização, a assimilação e o conseqüente questionamento das “grandes narrativas”, quer ocidentais, quer orientais, através de um discurso crítico e de uma retórica paródica que incita à desconstrução de estereótipos culturais e de gênero (tanto do



“eterno feminino” quanto da *femme fatale*, como a exotização da mulher oriental), serão “reenquadrados” enquanto “modos de ver diferentemente”,<sup>1</sup> no diálogo com aquilo que defendo constituir a “resiliência indisciplinar” que caracteriza o(s) feminismo(s) contemporâneos.

A noção de moldura ou “enquadramento” é fundamental para compreendermos e debatermos cabalmente as questões de política identitária e de *re-presentation*<sup>2</sup> que desde sempre foram intrínsecas ao próprio debate crítico do feminismo, e não apenas à relação do feminismo com o pós-moderno e a pós-modernidade, ou ainda com os estudos culturais e pós-coloniais.

Irei focar como *case-study* neste texto o diálogo contemporâneo do feminismo com as Artes Visuais e o questionamento identitário que nesse âmbito se vem desenrolando, graças, em larga medida, ao trabalho crítico e à militância pedagógica, creio lícito chamá-las assim, de estudiosas feministas, entre as quais cabe salientar, pela originalidade e impacto do seu pensamento crítico, bem como pela criação de novos desafios e novas fronteiras no seio da teoria e da crítica feministas, nomes como os de Griselda Pollock, Rosemary Betterton, Rozsika Parker, Linda Nochlin, Lynda Nead, Amelia Jones, Alexandra Kokoli, entre muitas outras.

Analisarei ao longo deste texto imagens de duas exposições recentes que tiveram lugar na Inglaterra, nomeadamente

---

<sup>1</sup> Utilizo aqui a expressão postulada por Amelia Jones em *Seeing differently: a history and theory of identification and the visual arts* (2007).

<sup>2</sup> Utilizo aqui o grafismo proposto por Jean François Lyotard em *La condition postmoderne: rapport sur le savoir* (1979), no sentido de enfatizar o que o autor define como um ato de autoconsciência da pós-modernidade que privilegia o ato de “presentificação”, ou o valor de exibição, do próprio objeto apresentado, sem a “nostalgia” da modernidade e a utopia das vanguardas. O processo do pós-moderno será, assim, ainda segundo Lyotard, uma evocação paradoxal por anamnese, isto é, o futuro anterior da memória. Veja-se a esse título o texto *O pós-moderno explicado às crianças* (LYOTARD, 1987).





*“Unveiled. Arte nova do Médio Oriente”*, na *Saatchi Gallery*, em Londres, no ano de 2009; e *“Light from the Middle-East. A nova Fotografia”*, realizada no *Victoria & Albert Museum*, em Londres, em 2012-2013.

### ► **Feminismo(s), interdisciplinaridade e *indisciplinaridade***

Se aceitarmos que o feminismo instaura de fato uma “estratégia política concreta” no debate do pós-moderno, contrariando as acusações pessimistas de um Jean Baudrillard ou de um Fredric Jameson, então aquele poderá deixar de ser visto, tal como defende Susan Suleiman, como “a expressão de uma cultura mergulhada na nostalgia de um centro perdido” (SULEIMAN, 1991, p. 116). A autora indicia a existência de um “pós-modernismo de resistência”, isto é, uma prática crítica que desestabiliza o suposto a-historicismo do pós-moderno, ancorando-se no feminismo e em outros movimentos “ex-cêntricos”, tais como os movimentos ecológicos, anticoloniais e anti-imperialistas. Nesse contexto, importa referir que as estratégias de desnaturalização pós-moderna, aliadas à politização do desejo que o feminismo reclama como sua, contribuíram decisivamente para uma “subversão paródica a partir de dentro” (HUTCHEON, 1989),<sup>3</sup> constituindo-se como uma re-visitação irônica da memória, que não é nostálgica nem a-histórica, mas sim crítica e ideologicamente assumida. A meu ver, a arte feminista contemporânea é um

---

<sup>3</sup> Veja-se Linda Hutcheon (1989, p. 93-117), “The politics of parody. “But this parodic reprise of the past of art is not nostalgic; it is always critical. [...] Instead, through a double process of installing and ironizing, parody signals how present representations come from past ones and what ideological consequences derive from both continuity and change.” (p. 93).



vivo testemunho dessa desnaturalização criticamente assumida e dessa nova desconstrução ou estranhamento em relação ao próprio pós-moderno.<sup>4</sup>

No que diz respeito à relação privilegiada do feminismo com a arte, tal como afirmei num texto meu anterior (MACEDO, 2010), poderemos sem dúvida afirmar que, particularmente a partir dos anos 80 e 90 do século XX, produziu-se um corpo de trabalho teórico, crítico e criativo que contribuiu decisivamente para esse resgatar da memória no feminino e para um mapear mais equitativo da arte, mas sobretudo para a inscrição da diferença e da heteroglossia feminina nos cânones da arte, ou, num contraponto ao canônico “sorriso da Gioconda”, para o resgatar do “poder revolucionário do riso feminino” (ISAAK, 1996). Veremos aqui alguns casos concretos dessa prática artística no feminino.

Como já referido, e é questão sobejamente conhecida,<sup>5</sup> a teoria crítica feminista vive da intertextualidade, e a sua estratégia revela-se, enquanto tal, eminentemente interdisciplinar e dialógica. Se, por um lado, ela é um produto da academia, visto que visa constituir material crítico e pedagógico destinado a promover e a facilitar a investigação nessa área de estudos, por outro

---

<sup>4</sup> Refiro, a título de exemplo concreto, assumindo um engajamento claro com o feminismo e a problemática do gênero, à obra da pintora portuguesa Paula Rego, para muitos erroneamente considerada uma artista britânica, dado habitar há anos na cidade de Londres, porém em cuja obra é patente o peso da portugalidade, desde a educação da artista nos anos 40 e 50, até as tomadas de posição em temas que dividiram Portugal nos anos 90, como a discussão da Lei do Aborto, ou ainda o seu diálogo inusitado com a religião e o sagrado, que instigam a sua crítica contundente às instituições do poder e do patriarcado. Trabalhei esse seu diálogo com o feminismo no meu livro *Paula Rego e o poder da visão: reescritas, re-visões, adaptações* (MACEDO, 2010). No contexto do diálogo com a História e o poder, veja-se o estudo de Maria Manuel Lisboa (2003); e ainda, em diálogo com a Psicanálise, a obra de Ruth Rosengarten (2009).

<sup>5</sup> Veja-se, nesse contexto, a Introdução do *Dicionário da crítica feminista* (MACEDO; AMARAL, 2005, p. xv-xxxix), de que esta secção do meu texto é devedora, onde esse debate é analisado em maior detalhe.



lado as suas preocupações sociais afirmam-se intrinsecamente no estabelecimento de relações de contiguidade e interface com uma variedade de saberes e práticas. Tal como Terry Threadgold afirma em *Feminist poetics* (1997, p. 3-4), “a conjugação de objetivos teóricos aparentemente díspares no debate dos Estudos Feministas teve efeitos profundos”, visto ter conduzido à produção de novas alianças interdisciplinares e transdisciplinares, bem como ao intercâmbio de categorias teóricas e à interdiscursividade.

A crítica feminista tem de fato vindo progressivamente a afirmar-se também pela sua infiltração nos outros discursos críticos, ao ter se tornado indispensável em áreas que transbordam as fronteiras da Literatura, das Artes Visuais, da *Performance*, dos Estudos Comparatistas, dos Estudos Pós-Coloniais, dos Estudos de Tradução, da Sociologia ou da Antropologia. A sua natureza inter e transdisciplinar e o hibridismo que a caracteriza fazem-na a um tempo sujeita, e voluntariamente aberta, à contaminação de diferentes saberes.

Assim, como Rosi Braidotti afirma em *Nomadic subjects* (1994), e por analogia com a sua definição da mulher enquanto “sujeito nómádico” (movimentando-se entre mundos, culturas e linguagens), a crítica feminista é caracterizada pela sua “consciência nómádica” e pelo seu irreverente “poliglótomismo coletivo”, intrinsecamente resistente a discursos e formações hegemónicas, e como tal ancorado na transdisciplinaridade, na desterritorialização e no hibridismo (de linguagens, saberes, registos e níveis de discurso). Usando o conceito de “rizoma” de Gilles Deleuze (DELEUZE; GUATTARI, 1980, p. 13), Braidotti expande-o, sublinhando-lhe o carácter transversal e aplicando-o metaforicamente à natureza da crítica feminista. Escreve Braidotti (1994, p. 23): “[...] é ‘como se’ o modo rizomático expressasse uma forma não falogocêntrica de pensamento: secreta, lateral, espalhando-se por oposição às ramificações visíveis e verticais das árvores do conhecimento ocidental”. A crítica feminista será, assim, uma



“nova fronteira”, cabendo-lhe, segundo Braidotti, “desestabilizar a natureza sedentária das palavras e as suas significações, desconstruindo as formas de consciência estabelecidas” (BRAIDOTTI, 1994, p. 15).

Por sua vez, e tal como Susan Stanford Friedman afirma em *Mappings: feminism and the cultural geographies of encounter* (1998), o feminismo não poderá nunca ser definido sem uma demarcação do conceito de diferença ou diferenças e uma inscrição do “local” e do político na definição da identidade,<sup>6</sup> isto é, a afirmação de uma “geopolítica da identidade”, que contraria noções essencialistas ou fundamentalistas de políticas identitárias (FRIEDMAN, 1998, p. 3-4). O futuro do feminismo residirá, assim, segundo Friedman, numa “viragem para o exterior”, abrangendo simultaneamente “a contradição, a deslocação e a mudança” (FRIEDMAN, 1998, p. 4); trata-se, então, de um feminismo “plural” que reconhece a existência do fator da diferença como uma recusa da hegemonia de um tipo de feminismo sobre outro, sem, contudo, “reificar” ou “fetichizar” o conceito de diferença (FRIEDMAN, 1998).

A crítica feminista passa, também, pelo imperativo de desalojar e/ou subverter, como diz Braidotti, o “hábito mental de considerar o masculino como sinônimo do universal e de reduzir/traduzir a mulher a metáfora” (BRAIDOTTI apud DE LAURETIS, 1987, p. 24). A crítica feminista veio, assim, reclamar uma dimensão política para a luta das mulheres, bem como para a representação do feminino e da diferença sexual *na e através* da linguagem,<sup>7</sup> local privilegiado da construção e da representação da identidade.

<sup>6</sup> Conceito este sem dúvida devedor do ensaio fundamental de Adrienne Rich, “Notes towards a politics of location” (1987).

<sup>7</sup> Veja-se, nomeadamente na questão da linguagem e da “escrita feminina”, o papel fundamental da crítica feminista francesa. Uma antologia de referência nesse domínio é a de Elaine Marks e Isabelle de Courtivron (1981).



Nesse contexto, a relação das mulheres enquanto “minoría colonizada” com o poder e o discurso dominante é muitas vezes significada por uma rasura, um silenciamento ou uma estranheza, em consequência da própria “intradutibilidade”<sup>8</sup> ou liminaridade da sua diferença, funcionando na comunidade social como um elemento de resistência ao discurso universal e homogeneizante.

Esses conceitos e problematizações estruturantes do pensamento crítico feminista estão patentes nas corpografias e representações da arte feminista contemporânea e são cruciais para o seu entendimento, como veremos.

### ► O feminismo e a noção de moldura, enquadramento (*frame*)

O conceito de moldura, enquadramento, é fundamental para compreendermos as questões de política identitária e de representação no contexto do feminismo, num sentido diacrônico, e na sua relação com os outros debates críticos contemporâneos, nomeadamente o pós-modernismo e o pós-colonialismo, tal como atrás referido. Começemos por atentar em duas definições distintas do conceito que serão operacionais para a nossa discussão e análise de *case-studies*.

Segundo Richard Brock no ensaio “Framing theory: towards an ekphrastic postcolonial methodology” (2011), “a noção de moldura [*frame*] é um instrumento conceitual poderoso para negociar as dificuldades operacionais de modelos e metodologias da crítica pós-colonial” (p. 102). Assim, “a importância dessa noção como modelo conceitual no contexto da teoria do discurso pós-colonial reside particularmente na sua dualidade específica

---

<sup>8</sup> Expressão devedora do conceito benjaminiano de “intradutibilidade” na tradução, *vide* Walter Benjamin (1969). No âmbito do fértil debate sobre feminismo e tradução, veja-se Gayatri Spivak (1993) e Sherry Simon (1996).



que a situa sempre no limiar entre a espacialidade e a temporalidade” (p. 104), questão essa que o autor relaciona com o conceito de intersticialidade, “espaço entre” ou liminaridade (*inbetweenness*), proposto por Homi Bhabha em *The location of culture* (2004).

Marta Weiss, por sua vez, na Introdução do catálogo de uma das exposições atrás referidas, *Light from the Middle-East. New photography* (nov. 2012-abr. 2013), referindo-se globalmente aos três tópicos cruciais que a exposição foca, significativamente intitulados “Registrar”, “Reenquadrar” e “Resistir” (*Recording, Reframing e Resisting*), afirma que o seu objetivo consiste em fixar e deslocalizar imagens, interrogar fatos, identidades, estereótipos; apropriar-se de modelos e modos de viver e ver a realidade; recombinar as imagens de um modo descentralizador e desterritorializador, como forma de deslocar o foco principal e de provocar uma visão nova e mais distanciada, menos preconceituosa e não dogmática, uma visão alternativa, não europeia e desgenderrizada, de um território globalmente ocupado (WEISS, 2012). Enfim, trata-se da problematização de uma autêntica política identitária. Os/as artistas aqui representados/as investigam, copiam e interrogam tradições pictóricas do passado e a sua imagética fotográfica. “Quer com intenções de emulação ou de crítica, os/as artistas ‘reenquadram’ [*reframe*] as imagens anteriores para novos fins e com objetivos diversos”, afirma Weiss (2012, p. 17).

A meu ver, essas duas apropriações, chamemos-lhes assim, do conceito de “moldura” por áreas distintas do pensamento crítico, a crítica pós-colonial e as Artes Visuais, evidenciam que as teorias não são estanques, cruzam-se e interseccionam-se, afetando-se mutuamente. Não creio que seja mais possível debatermos o pós-modernismo, o pós-colonialismo ou o feminismo isoladamente. Nenhum desses movimentos críticos é, agora e hoje, no contexto geopolítico em que vivemos e localizamos a nossa intervenção social, o que era ou foi quando Lyotard escreveu *A condição pós-moderna* (1979), Edward Saïd, *Orientalismo*



(1978), Franz Fanon, *Pele negra, máscaras brancas* (1952), ou Mary Wollstonecraft, *A reivindicação dos direitos da mulher* (1790). O pensamento crítico é por definição dialógico e polissêmico, “promíscuo”, por assim dizer – isto é, as teorias e os conceitos não só “viajam” sem passaporte, como também se polinizam reciprocamente. Essa é, a meu ver, a prova da sua vitalidade, o que justifica a sua urgência, a sua imprescindibilidade. E é aqui que reside a ancoragem teórica e o desafio conceitual contido no conceito de “moldura”, precisamente ao ser reivindicado por tão diversos campos da crítica. Isso não significa, creio, uma fragilidade ou falibilidade dos feminismos contemporâneos, mas antes a sua resiliência e capacidade de operacionalizar (dialogicamente e de um modo contextualizado), sempre na interface com outros pensamentos críticos, problematizações, indagações e conjecturas outras. O pensamento híbrido será assim ancorado numa estrutura “indisciplinar” (como venho afirmando<sup>9</sup> na senda do crítico W. T. J. Mitchell), já que “foca uma problemática mais do que um objeto teórico com fronteiras definidas” e, mais ainda, porque “expõe e torna permeáveis momentos de ruptura, turbulência e incoerência no seio e nas margens de disciplinas firmemente estabelecidas”, parafraseando Mitchell (1995).

Por outro lado, e tal como já referido, enquanto “(inter)disciplina”, a sua dinâmica é a da fertilização cruzada com outras disciplinas e campos de pesquisa, desterritorializando concepções e essencialismos. Se o seu hábitat é o espaço da fronteira e da liminaridade (TURNER, 1977; HALL, 2000; BHABHA, 2004), o seu modo de ação é rizomático, operacional e performativo (BUTLER, 1990, 1993).

Esses constituem, creio, alguns dos eixos fundamentais que informam e corporalizam os feminismos contemporâneos,

---

<sup>9</sup> Tema que se me afigura fulcral nesse contexto e que desenvolvi no ensaio “Gender and cultural criticism: feminism and gender studies as an arachnology and an indiscipline” (MACEDO, 2013).



ancorados numa radical interdisciplinaridade e ruptura performativa de fronteiras de saberes, essências e postulados. Nesse contexto, o cruzamento do feminismo e das Artes Visuais constitui um excelente exemplo dessa intranquilidade crítica e dessa fértil *indisciplinaridade* referida.<sup>10</sup>

Tal como nos é dado constatar, a *arte* feminista como *uma corpografia re-localizada*, isto é, a arte como denúncia ideológica, e a insistência no que poderemos chamar uma “política cultural” do corpo, aliadas a um questionamento sistemático da identidade e dos seus modos de representação, tem assumido um destaque fulcral na cena artística contemporânea no Ocidente (particularmente a partir dos anos 80 e 90 do século XX), aliando a inscrição da diferença e da heteroglossia feminina nos cânones da arte à desconstrução crítica de uma noção de identidade integral, originária e unificada, tal como Stuart Hall (2000) fez notar. Assiste-se presentemente a uma explosão de idêntico calibre na arte de mulheres do Médio Oriente, que nos é dado observar através de exposições, *performances*, publicações, cujo significado simbólico e impacto importa analisar.

Historiadoras de arte e críticas feministas tais como Griselda Pollock (1982, 1987, 1988, 1996), Parker e Pollock (1987), Linda Nochlin (1989), Lynda Nead (1992), Rosemary Betterton (1987, 2004), entre muitas outras, têm vindo a debruçar-se consistentemente sobre essas questões e similares.<sup>11</sup>

A obra de Griselda Pollock, centrada na articulação dos “novos feminismos” com a política do corpo, é de particular relevância nesse contexto e continua a inspirar uma nova geração

<sup>10</sup> Veja-se, nesse contexto, a antologia crítica *Género, cultura visual e performance* (MACEDO; RAYNER, 2011).

<sup>11</sup> É de assinalar, nesse contexto, a obra pioneira de artistas plásticas tais como Louise Bourgeois, Mary Kelly, Helen Chadwick, Cindy Sherman, Jo Spence, Barbara Kruger, Jenny Saville, entre outras, assim como de Paula Rego, Helena Almeida ou Ana Vieira, no contexto português.





de acadêmicas feministas, críticas e estudiosas das artes. Num dos seus textos pioneiros,<sup>12</sup> ela afirmou:

Os novos feminismos constituem-se, de modo significativo, como uma política do corpo – através de campanhas em torno da saúde e da sexualidade femininas, da luta contra a violência e a pornografia, da maternidade e do envelhecimento. Esta nova política articula a especificidade do feminino com a problemática do corpo, não enquanto entidade biológica, mas enquanto imagem psicologicamente construída que traduz a localização e a imagética dos processos do inconsciente, do desejo e da fantasia. (POLLOCK, 1996, p. 6).<sup>13</sup>

Segundo Pollock,<sup>14</sup> o contributo fundamental do feminismo no contexto das artes terá sido a introdução da “outridade do paradigma da mulher” (enquanto artista e crítica) como modelo da própria ruptura na poética e na política da representação: “a outridade total que finalmente reconciliaria a estética e a política” (1988, p. 160).

Tal como a autora refere, somos confrontados/as através da obra de muitas artistas contemporâneas, com recorrentes *práticas de des-identificação* e de ruptura, as quais, se bem que tenham

---

<sup>12</sup> Veja-se, por exemplo, o volume editado por Alexandra Kokoli, *Feminism reframed: reflections on art and difference* (2008), o qual é profundamente devedor do trabalho crítico de G. Pollock, nomeadamente, *Framing feminism: art and women's movement 1970-1985* (Parker; Pollock, 1987), o qual desde logo homenageia no seu título.

<sup>13</sup> “The new feminisms are, in significant ways, a politics of the body – in campaigns around health and the claims for female sexualities, the struggle against violence and assault as well as pornography, the issues of motherhood and ageing. The new politics articulates the specificity of femininity in special relation to the problematic of the body, not as a biological entity, but as the psychically constructed image that provides a location for and imageries of the processes of the unconscious, of desire and fantasy.” (Pollock, 1996, tradução nossa).

<sup>14</sup> Griselda Pollock faz uma excelente análise dessa polémica no capítulo “Screening the Seventies: sexuality and representation in feminist practice – a Brechtian perspective” (1988, p. 155-199).



sido já objeto de forte contestação nos anos 70, têm vindo a constituir o paradigma central da arte pós-moderna. E cito:

As práticas de ‘des-identificação’ reportam-se a estratégias que se destinam a impedir o espectador de se identificar com os mundos ficcionais ou ilusórios oferecidos pela arte, pela literatura ou pelo cinema, deste modo provocando uma ruptura na ‘dança da ideologia’ de que somos re-féns, em nome dos sistemas opressivos de classe, sexismo, heterossexismo compulsivo ou outros posicionamentos e classificações racistas. (POLLOCK, 1988, p. 158).<sup>15</sup>

É no centro desse debate, analisando dois *case-studies* concretos, que queremos agora focar-nos.

### ► Shadi Ghadirian e Raeda Saadeh – dois *case-studies*

Shadi Ghadirian (artista iraniana, nascida em 1974, vive e trabalha em Teerã), na série *Qajar* (1998-2001), apresenta uma série de fotografias onde reencena retratos de estúdio feitos no Irã durante o período Qajar (1786-1925). As suas protagonistas são mulheres vestidas ao estilo da época, com saias curtas, rodadas e calças tufadas, outras completamente cobertas pelo véu. O enquadramento, porém, ou a “moldura” dessas fotos é que é radicalmente outra, e é aí que a artista instila o seu estranhamento crítico, ao agudizar a tensão entre modernidade e tradição, provocando a reflexão do espectador. Em primeiro lugar, todas as mulheres representadas e assim expostas fixam diretamente o seu olhar no do espectador, num convite à cumplicidade

<sup>15</sup> “Dis-identificatory practices refer to the strategies for displacing the spectator from identifying with the illusory fictional worlds offered in art, literature and film disrupting the ‘dance of ideology’ which engages us on behalf of oppressive regimes of class, sexist, heterosexist and racist classifications and placements.” (POLLOCK, 1988, p. 158, tradução nossa).

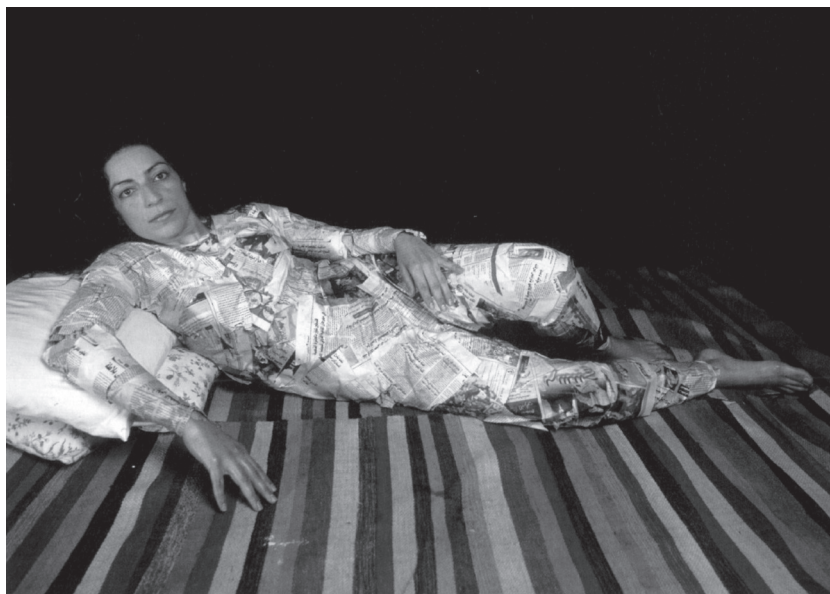


e à empatia; em todas as cenas do estúdio é criado um conflito espaçotemporal, através da inclusão de objetos cotidianos que polarizam e refletem desejos e anseios contemporâneos das protagonistas, que, por assim dizer, contrariam o enquadramento austero do cenário: ora uma lata de Coca-Cola, ora um par de óculos de sol, ora o reflexo de uma biblioteca num espelho, ora uma bicicleta, ora um aparelho estereofônico. Dir-se-iam objetos simples, inócuos, mas sem dúvida objetos de desejo, que constituem marcas de uma contemporaneidade que as mulheres aqui representadas assumem e reclamam como suas, apesar do estranhamento cênico da representação e da tensão público-privado que as imagens declaradamente transmitem.



**Figuras 1 a 3** - Da série Qajar (1998). Artista: Shadi Ghadirian

Raeda Saadeh (artista nascida na Palestina em 1977, vive e trabalha em Jerusalém) tem se dedicado a explorar na sua obra artística temas de identidade, de gênero e de desterritorialização, com particular enfoque no conflito Israel-Palestina.



**Figura 4** - “Who will make me real?” (2003). Artista: Raeda Saadeh

Na imagem fotográfica “Who will make me real?” (2003), usa o seu próprio corpo para “encenar” uma representação do conflito territorial e de gênero simultaneamente. Numa desconcertante e paródica apropriação de distintas tradições artísticas de representação do corpo feminino, por um lado incorporando a revisitação clássica da *Grand Odalisque* de Ingres (1814), passando pelas *Vênus* de Tiziano (1538-9) e de Velásquez (1647-51) e numa piscadela de olho à *Olympia* de Manet (1863), a autorrepresentação de Raeda Saadeh incorpora também a estética orientalista de representação da odalisca, porém, por outro lado, evoca, “citando”, as autofigurações contemporâneas de Cindy Sherman (*Untitled film stills*), através dos seus vários travestimentos de personagens históricas ou fílmicas, encenando e questionando sempre a outridade do eu feminino. Um dado outro ainda fundamental no caso dessa imagem é que o corpo



da mulher representada está completamente coberto, à exceção da cabeça, dos pés e das mãos, de jornais palestinos, que a deixam como que “embalsamada”, de novo numa alusão direta à tensão público-privado, à questão ideológica do exílio territorial e do próprio corpo, em termos de conflitos de gênero e de identidade. A acrescentar a todo esse palimpsesto simbólico, o título da imagem remete para o poema da poetisa jordana Nadia Tuani (1935-1983), que fala de exílio e resistência.<sup>16</sup> A imagem fotográfica “Who will make me real?”, de Raeda Saadeh, constitui a um tempo uma poderosa metáfora da politização do corpo como arena privilegiada de representação dos “processos do inconsciente, do desejo e da fantasia”, que são característicos da arte feminista contemporânea, tal como referimos, e um local de inscrição simultânea de uma poética e de uma política de localização da artista enquanto mulher e cidadã.

Através dos exemplos trazidos e da nossa discussão do conceito de moldura e enquadramento, esperamos ter contribuído para o entendimento da arte feminista contemporânea como uma estética de apropriação e questionamento da tradição, que, tal como na exposição que discutimos, exhibe a tensão dialógica entre três grandes momentos que são contíguos e coesos: “registrar”, “reenquadrar” e “resistir”. Em sintonia com os desafios atuais do feminismo, de igual modo as novas corpografias na arte feminista contemporânea instigam um renovado estranhamento crítico no espectador e uma alargada reflexão em torno das políticas de localização dos feminismos hoje e do significado da *diferença* na conjuntura pós-moderna e pós-colonial do mundo globalizado.

---

<sup>16</sup> Tal como Marta Weiss refere na Introdução ao catálogo da exposição citada (p. 21). Transcrevo o seguinte extrato do poema: “Threatened, therefore living,/Wounded, therefore being,/Fearful therefore frightening,/Erect, therefore a flame tree:/Who will make me real?” (WEISS, 2012).



## ► Referências

BHABHA, Homi. *The location of culture*. London: Routledge, 2004.

BENJAMIN, Walter. *Illuminations*. New York: Schocken Books, 1969.

BETTERTON, Rosemary. *Looking on: images of femininity in the visual arts and media*. London: Pandora, 1987.

\_\_\_\_\_. *Unframed: practices and politics of women's contemporary painting*. London: Tauris, 2004.

BRAIDOTTI, Rosi. *Nomadic subjects: embodiment and sexual difference in contemporary feminist theory*. New York: Columbia U.P., 1994.

BROCK, Richard. Framing theory: towards an ekphrastic postcolonial methodology. *Cultural Critique*, v. 77, p. 102-145, 2011.

BUTLER, Judith. *Bodies that matter: on the discursive limits of sex*. New York: Routledge, 1993.

\_\_\_\_\_. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1990.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mille plateaux, capitalismo et schizophrénie*. Paris: Minuit, 1980.

FRIEDMAN, Susan Stanford. *Mappings: feminism and the cultural geographies of encounter*. Princeton: Princeton University Press, 1998.

HALL, Stuart. Who needs 'identity'? In: du Gay, Paul; Evans, Jessica; Redman, Peter (Ed.). *Identity: a reader*. London: Sage Publications, 2000.

HUTCHEON, Linda. *The politics of postmodernism*. London: Routledge, 1989.

ISAAK, Jo Anna. *Feminism and contemporary art: the revolutionary power of woman's laughter*. New York: Routledge, 1996.



JONES, Amelia. *Seeing differently: a history and theory of identification and the visual arts*. London: Routledge, 2007.

KOKOLI, Alexandra. *Feminism reframed: reflections on art and difference*. Newcastle: Cambridge Scholars, 2008.

DE LAURETIS, Teresa. *Technologies of gender*. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

LISBOA, Maria Manuel. *Paula Rego's map of memory: national and sexual politics*. London: Ashgate, 2003.

LYOTARD, Jean François. *La condition postmoderne: rapport sur le savoir*. Paris: Minuit, 1979.

\_\_\_\_\_. *O pós-moderno explicado às crianças*. Lisboa: Dom Quixote, 1987.

MACEDO, Ana Gabriela. Gender and cultural criticism. Feminism and gender studies as an arachnology and an indisciplin. *Transpostcross*, Bologna: Univ. Bologna, 2013. Disponível em: <<http://www.transpostcross.it>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. O sorriso da Gioconda: feminismo, arte e performance. In: Gil, Isabel Capeloa; Pimentel, M. Cândido (Ed.). *Simone de Beauvoir: olhares sobre a mulher e o feminino*. Lisboa: Nova Vega, 2010. p. 187-206.

\_\_\_\_\_. *Paula Rego e o poder da visão: 'a minha pintura é como uma história interior'*. Lisboa: Cotovia, 2010.

\_\_\_\_\_; AMARAL, Ana Luísa (Org.). *Dicionário da crítica feminista*. Porto: Afrontamento, 2005.

\_\_\_\_\_; RAYNER, Francesca (Org.). *Género, cultura visual e performance*. Braga: Cehum/Húmus, 2011.

MARKS, Elaine; DE COURTIVRON, Isabelle (Ed.). *New french feminisms: an anthology*. New York. Schocken Books, 1981.

MITCHELL, W. T. J. Interdisciplinarity and visual culture. *Art Bulletin*, v. 77, n. 4, p. 540-544, 1995.



NEAD, Lynda. *The female nude: art, obscenity and sexuality*. London: Routledge, 1992.

NOCHLIN, Linda. *Women, art and power and other Essays*. London: Thames and Hudson, 1989.

PARKER, Rozsika; POLLOCK, Griselda (Ed.). *Framing feminism: art and women's movement 1970-1985*. London: Pandora, 1987.

POLLOCK, Griselda (Ed.). *Generations and geographies in the visual arts*. New York: Routledge, 1996.

\_\_\_\_\_. *Vision and difference: femininity, feminism and the histories of art*. London: Routledge, 1988.

\_\_\_\_\_. *Vision voice and power: feminist art history and marxism*. *Block*, n. 6, p. 2-21, 1982.

RICH, Adrienne. Notes towards a politics of location. In: RICH, Adrienne. *Blood, bread and poetry: selected prose 1979-85*. London: Virago, 1987.

ROSENGARTEN, Ruth. *Contrariar, esmagar, amar: a família e o Estado Novo na obra de Paula Rego*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2009.

SIMON, Sherry. *Gender in translation: cultural identity and the politics of transmission*. London: Routledge, 1996.

SPIVAK, Gayatri. The politics of translation. In: SPIVAK, Gayatri. *Outside in the teaching machine*. London: Routledge, 1993.

SULEIMAN, Susan Rubin. Feminism and postmodernism: a question of politics. In: HOSTEREY, Ingeborg (Ed.). *Zeitgeist in Babel*. Bloomington: Indiana University Press, 1991. p. 111-129.

THREADGOLD, Terry. *Feminist poetics*. London: Routledge, 1997.

TURNER, Victor. Frame, flow and reflection: ritual and drama as public liminality. In: Benamou, Michael; Caramello, Charles (Ed.). *Performance in postmodern culture*. Madison: Coda Press, 1977. v. 1.

WEISS, Marta. *Light from the Middle-East. New photography* (Introdução ao Catálogo). London: Steidl/V&A, 2012.



## CORPOS DESFEITOS E IDENTIDADES QUEER EM *THE PASSION*, DE JEANETTE WINTERSON



Ana Cecília Acioli Lima

Refletindo sobre a questão central posta por essa mesa sobre como os processos criativos, tanto na arte como na ciência, podem transformar os paradigmas normativos e as epistemologias hegemônicas, vieram-me à mente algumas questões que têm permeado as discussões mais recentes sobre *queer*, seu posicionamento inerentemente antinormativo e sua relação com o potencial das narrativas literárias em encenar de forma muitas vezes mais palpável certos questionamentos e problematizações que têm gerado alguns dilemas teóricos.

Como algumas teóricas têm observado, *Queer* vem sendo vítima de sua própria popularidade e da elasticidade e amplitude de alcance que lhe é atribuída. Conotando toda e qualquer forma de transgressão e antinormatividade, o termo vem sendo aplicado de maneira tão abrangente que tudo pode ser “queered” ou “queerificado”. Como aponta Sharon Marcus, a universalização excessiva do significado de *queer*, ao mesmo tempo que diminui a sua conotação pejorativa, o esvazia de seu poder explanatório (apud HALLEY; PARKER, 2011, p. 7). Assim, “se todos são *queer*, então, ninguém o é”.



*Queer*, de fato, marcou a sua diferença das teorias-críticas gays e lésbicas exatamente por seu posicionamento fora de qualquer base identitária em particular (LOVE, 2011, p. 181), o que também o afastou das lutas políticas das minorias sexuais em direção a uma teoria geral da sexualidade. De acordo com Heather Love (2011), esse passo aumentou a visibilidade dos estudos da sexualidade (ou *queer*), que, assim, suplantaram os estudos gays e lésbicos. A amplitude semântica de *queer*, que faz com que diga respeito a muito mais do que gênero, sexualidade, raça, etnia e nação, como aponta Love, para atingir também questões de afeto, cidadania, diáspora, amizade, marginalidade, melancolia, migração, subversão e temporalidade, para citar apenas alguns itens da longa lista de Love, tem exercido um grande fascínio, mas também tem provocado até algumas piadas e brincadeiras que criticam o aparente vazio formulaico dos seus discursos.

Enquanto, por um lado, os debates atuais acerca do pós-*queer*, da pós-identidade, ressaltam os fracassos das políticas *queer* de coalizão, existe uma corrente que nos lembra que, apesar de muitas teóricas *queer* entenderem a própria noção de identidade como se referindo a uma categoria estável, os efeitos da identidade, de fato, nunca são fixos nem previsíveis, mas sim contínuos, fluidos e abrangentes. Entretanto, mesmo instáveis e provisórias, as identidades não podem ser descartadas tão simplesmente ou facilmente assim (LOVE, 2011). Cathy J. Cohen (apud LOVE, 2011) é uma das teóricas que identificam alguns problemas na maneira como *queer* questiona categorias estáveis de identidade, ao minar algumas formas de identidade, ao mesmo tempo que consolida outras. Assim, Love entende a dificuldade de *queer* em trabalhar através de categorias identitárias diferentes, porque, para que haja coalizão, é preciso que haja identidades. Não se trata, por isso, de um retorno à noção de identidade como uma categoria fixa, e sim como uma categoria escorregadia, múltipla, historicamente e sócio-culturalmente contingente, parcial,



construída por meio de processos interativos, que, no entanto, está de certa forma “colada” em nós (LOVE, 2011). *Queer*, evidentemente, preserva o seu potencial de mobilidade, de manter uma posição ex-cêntrica e de intervir e interrogar paradigmas hegemônicos. Como Eve Sedgwick e Judith Butler acreditam, as posições *queer* passam sempre por fora ou por entre os padrões sociais e sexuais dominantes. Por essa perspectiva, a força desestabilizadora das identidades *queer* se origina exatamente de seu caráter sempre móvel e relacional (THOMAS, 2011, p. 71), ou, como defende Sedgwick (2003), constantemente em busca de novas preposições, novos termos e metodologias que subvertam e rompam os limites dos modelos teleológicos de narrativas de origem. Muitos, como Jonathan Goldberg, também têm ressaltado a importância de se pensar “além dos paradigmas da identidade (autoidentidade) em um movimento não apenas através dos gêneros, mas através da história” (THOMAS, 2011, p. 70-71).

Desse modo, pergunto: como a literatura, esse espaço discursivo onde tudo pode acontecer, tem procurado desestabilizar ou “queerificar” as formas como nos conhecemos e produzimos nossas identidades, a partir dos paradigmas estabelecidos que governam e normatizam nossos corpos e nossa sexualidade, por exemplo?

Entre as muitas narrativas de ficção contemporâneas que poderiam ilustrar as maneiras em que a literatura, especialmente a produzida por mulheres, tem explorado novas configurações dos corpos e das identidades, escolhi *The passion* (1987), da inglesa Jeanette Winterson, por não apenas criar personagens cujas identidades são (des)construídas em espaços fora dos padrões aceitáveis de inteligibilidade, como também por “queerificar” a narrativa histórica. As identidades das personagens centrais do romance são sempre provisórias e fictícias – o espectro do inteligível –, seus corpos não possuem fronteiras, são incompletos e



fraturados, e, assim, colocam constantemente em dúvida a pres-suposição convencional de que os corpos, sobretudo os das mu-lheres, são locais ou espaços que podem ser conquistados, pos-suídos e controlados. Henri, um jovem soldado que nutre uma paixão quase que religiosa por Napoleão,<sup>1</sup> e Villanelle, uma ve-neziana por quem Henri também se apaixona, encenam a preo-cupação principal no romance, que é a produção de histórias e de identidades por meio de imagens de corpos fragmentados. Um dos refrões recorrentes na narrativa é “estou lhe contando histó-rias. Acredite em mim”. Além de marcar uma característica típi-ca da narrativa pós-moderna, que é a autorreflexividade, essas histórias expandem o espaço virtual e potencial da subjetividade e revelam a História como em si já uma narrativa ficcional. Dessa maneira, ao reconstruir a história e os bastidores das guerras na-poleônicas, através das viagens de Henri e Villanelle, Winterson desafia e questiona a legitimidade dos discursos patriarcais e, como tanto Cath Stowers e Judith Seaboyer mencionam em seus artigos sobre *The passion*, relaciona a fluidez dos espaços urbanos de Veneza com a exploração da multiplicidade feminina e o rom-pimento com os tradicionais binários falso/verdadeiro, puro/pecaminoso, mente/corpo, masculino/feminino.<sup>2</sup>

O livro é dividido em quatro partes:<sup>3</sup> “The emperor”, nar-rada por Henri; “The Queen of Spades”, narrada por Villanelle;

<sup>1</sup> A paixão de Henri por Napoleão em muito lembra a concepção de homossexualidade masculina de Luce Irigaray, no sentido de se constituir uma rela-ção endogâmica que sustenta as bases da economia social patriarcal e garante “a genealogia do poder patriarcal, de suas leis, seu discurso, sua socialidade” (“Des Merchandises entre elles”, In: MARKS; DE COURTIVRON, 1981).

<sup>2</sup> Ver Stowers (1995, p. 139-158) e Seyboyer (1997, p. 483-509).

<sup>3</sup> Como a própria Winterson menciona em seu livro de ensaios *Art objects* (1995), *The passion* foi bastante influenciado por *The four quartets* (1943), de T. S. Eliot, e, da mesma forma que o poema, o livro é dividido em quatro partes, o que, como aponta Judith Seaboyer, sugere uma estrutura musical, em que as quatro seções seriam uma composição para duas vozes. Apesar de as vozes diferirem entre si, ambas tratam dos mesmos temas, que são a paixão, o amor e a perda.



“The zero winter”, que intercala narrativas dos dois personagens; e “The rock”, que, mais uma vez, mescla narrativas de ambos e que, de certa forma, fecha as narrativas anteriores no formato de um diário escrito por Henri, em que reflete sobre os acontecimentos passados.

Após se decepcionar com Napoleão,<sup>4</sup> Henri decide desertar, e, ao conhecer a intrigante e misteriosa Villanelle em Moscou, na terceira parte do livro, “The zero winter”, ela o convence a acompanhá-la a Veneza e logo o avisa que a cidade, diferentemente da pacata vila de Henri, é mutável e nem sempre possui o mesmo tamanho: “ruas aparecem e desaparecem do dia para a noite, novos canais ocupam o lugar da terra seca” (p. 97).<sup>5</sup> Durante toda a árdua e longa viagem, Henri depende de Villanelle para guiá-lo, afinal, após ter dormido com tantos generais, ela era habilidosa com bússolas e mapas (p. 101).

As duas personagens estabelecem um laço que enfatiza a dissolução de papéis sexuais rígidos e a desconstrução das convenções culturais das diferenças sexuais. Villanelle sabe da paixão que Henri nutre por ela, mas se mantém elusiva, mesmo quando existe contato físico. Ao se descrever como a amante da “Rainha de Espadas”, e se apropriar da história, assume o papel de agente ativo da narrativa.<sup>6</sup> Como aponta Paulina Palmer, a narrativa de Winterson subverte a estrutura e os *scripts* da narrativa heterossexual dominante, que se dá na transformação da relação entre os sexos e na reconfiguração do desejo feminino (MAKINEN, 2005, p. 71). Para aplicar aqui os termos de Jack

---

<sup>4</sup> Henri observa que até os franceses estavam começando a se cansar. Até as mulheres sem ambição queriam mais do que produzir soldados para serem mortos e meninas para crescerem e produzirem mais soldados. O desejo de Napoleão “ardeu” por mais tempo porque parecia improvável que ele pagasse com a própria vida (p. 104).

<sup>5</sup> “Streets appear and disappear overnight, new waterways force themselves over dry land.”

<sup>6</sup> Ver Palmer, in Makinen (2005, p. 73).



Halberstam, em *Gaga feminism* (2013), a relação entre Henri e Villanelle encena o desmoronamento dos papéis de gênero, assim como interroga de forma incisiva as próprias definições de masculino e feminino, inaugurando novas categorias de diferença (HALBERSTAM, 2013, p. 48).

Ao, finalmente, chegarem em Veneza, Henri está em território desconhecido e sua primeira impressão é a de avistar “uma cidade inventada, que se eleva e tremula no ar” (p. 109). Tudo o que vê se assemelha a uma ilusão de ótica, a um truque de luz, que faz com que os prédios brilhem de forma que nunca pareçam fixos.<sup>7</sup> Henri inveja Villanelle por perceber que ela está no seu espaço, enquanto ele ainda é um exilado. O sentimento de exílio de Henri pode ser visto de duas formas: primeiro, ele realmente ainda está longe de sua terra natal, na França; segundo, e talvez mais importante, ele busca as raízes seguras e tranquilas de seu lar, enquanto Villanelle tem como lar toda uma cidade que se transforma na mesma proporção em que ela própria se transforma. Henri não sabe se mover em Veneza, da mesma maneira que não consegue possuir Villanelle, como gostaria, como sua esposa. Ele busca a fixidez do casamento e da vida pacata enquanto se debate para compreender a instabilidade e mobilidade de Villanelle, que se confunde com os próprios caminhos escuros e desconhecidos de Veneza, que só ela consegue percorrer. Ou seja, enquanto Veneza restaura as forças de Villanelle, leva Henri à loucura e ao desespero.<sup>8</sup> Quando ele pede um mapa para se guiar na cidade, Villanelle responde que em nada o ajudaria, pois a cidade é viva: “As coisas mudam” (p. 113). A cidade se

<sup>7</sup> Winterson explora de forma mais extensa esses espaços móveis e mutantes em *Sexing the cherry*.

<sup>8</sup> Em Veneza, Henri perde o rumo, especialmente por ter sido treinado a seguir Napoleão, e “aonde Bonaparte vai, estradas retas seguem, prédios são racionalizados, nomes de ruas podem ser modificados para homenagear uma vitória mas são sempre claramente marcados” (p. 112).



desdobra e revela ruas e canais que nunca foram mapeados, assim como o corpo de Villanelle revela novas facetas de acordo com seus desejos, que, tal como as “cidades do interior”, são impossíveis de serem mapeadas. Veneza é um palimpsesto; Villanelle é um palimpsesto: nela estão a mãe protetora que protege Henri das tropas de Napoleão, a prostituta, a ladra, a jogadora, a amante de homens e mulheres, a mulher que se transveste de rapaz ou o rapaz que se transveste de mulher e joga com suas identidades como as pessoas jogam com a sorte no cassino. A cidade é traduzida como um sistema de significação que incorpora toda uma rede de metáforas, característica da própria imaginação literária. Trata-se de um espaço móvel e mutável, que metaforiza a própria diferença e fluidez do corpo de Villanelle. Veneza é também o espaço da loucura, do ilícito, da prostituição, da sexualidade transgressora e metamórfica, em que as normas e códigos sociais e a ordem simbólica de divisões binárias de gênero não mais podem conter e limitar o corpo e o desejo erótico. Villanelle, filha de pescador, nasceu com uma característica física, que, entre os barqueiros de Veneza, era exclusiva dos homens: pés de pato. Por mais que tenham tentado cortar a pele entre seus dedos, ela resistia à faca. Algumas críticas associam esse traço anatômico de Villanelle ao monstruoso e ao grotesco<sup>9</sup> como indicadores do medo cultural provocado pela diferença. É muito comum associar-se uma pessoa homossexual, por exemplo, ao animalesco e a tudo aquilo que causa asco e pavor. Entre os elementos caracterizadores do grotesco estão a desarmonia, a extravagância e a “anormalidade”. Todos esses aspectos confluem no corpo da Veneza carnavalesca, tipicamente transgressora, e

<sup>9</sup> Philip Thomson (1972), em “The grotesque”, aponta que o grotesco não é um fenômeno da contemporaneidade, nem sequer da civilização moderna. Segundo ele, já existia como uma forma artística desde os primórdios da cultura romana cristã e se caracterizava por uma combinação de elementos humanos, animais e vegetais.



no corpo de Villanelle, que carrega consigo o signo da diferença e da ambiguidade de gênero. Assim como Henri, que, apesar de soldado, repudia a violência da guerra e é tímido e pequeno para um homem convencional, Villanelle é assertiva, tem seios pequenos e é alta para uma mulher convencional. Henri, de fato, sente medo do corpo de Villanelle por causa do poder e da força que tem (p. 123). Segundo Bakhtin (1993), o corpo grotesco não é fixo, mas está sempre se transformando,<sup>10</sup> Villanelle, que trabalha em um cassino, tem o hábito de se transvestir, porque era “o que os visitantes gostavam de ver” (p. 54). Os disfarces e as máscaras fazem parte do cotidiano do corpo de Villanelle, e não há como separá-los de um suposto “eu” verdadeiro ou original. O travestismo de Villanelle, assim, enfatiza a arbitrariedade das construções normativas de gênero e da sexualidade. Dessa maneira, as formas como seu sexo é materializado são alteradas através da re-citação paródica dos modelos estabelecidos e transformadas em um jogo de adivinhação – em algo, portanto, que não é inerente à sua constituição, mas produzido e reproduzido todos os dias, dependendo do olhar e da interpretação dos frequentadores do cassino: “Era parte do jogo, tentar decidir que sexo estava escondido por trás das calças apertadas e da maquiagem extravagante...” (p. 54). O corpo se constitui, portanto, pela e na *performance*, no sentido mais butleriano do termo. Além disso, dentro de uma perspectiva pós-estruturalista, que caracteriza grande parte da obra de Winterson, percebemos que o texto não reflete um “Eu” individual. Não conta, por exemplo, a história de um Henri e uma Villanelle com identidades particulares e fixas. Muito pelo

---

<sup>10</sup> O corpo grotesco é um conceito pensado por Mikhail Bakhtin em seu estudo sobre o trabalho de François Rabelais. Para ele, trata-se de um corpo que foge às regras do biológico e do social. A arte grotesca é uma arte que trata de espaços de fronteira e transição baseada no exagero das formas naturais, que são completamente fora de proporção, de forma que os limites entre os objetos são apagados. Ver Bakhtin (1993).





contrário, os sujeitos se (re)formam nas suas próprias relações com as narrativas e a textualidade.

Villanelle transita por entre as sombras e, nesse mundo “excluído”, nascido nas fissuras do culturalmente inteligível,<sup>11</sup> e assim como no cassino se joga com a sorte, ela joga com as diversas possibilidades de se construir e se autorrepresentar diante de si própria e dos outros, sem jamais se limitar a um modelo pré-determinado:

Eu pintava meus lábios de vermelho e cobria meu rosto com pó branco [...]. Usava minha calça amarela do Cassino com uma listra em cada perna e uma camisa de pirata que escondia meus seios. [...] o bigode eu acrescentava para minha própria diversão. (p. 55).<sup>12</sup>

A chance de tirar “partes” do corpo, de se (trans)(re)formar, pode ser traduzida no ato contínuo de tanto se des-fazer como de se re-fazer, cujo fim último poderia ser a própria morte, ou, talvez, na minha perspectiva, o prolongamento infinito da própria vida, como diz Henri, repetindo um outro refrão do livro:

Você joga, você vence, você joga, você perde. Você joga.  
O fim de cada jogo é um anticlímax. Você não sente o que

---

<sup>11</sup> Em uma passagem, Villanelle relata como conheceu a cidade dentro da cidade, a Veneza palimpséstica, que abriga os ladrões, os judeus e as crianças abandonadas. Pessoas que se misturam com gatos e ratos e todo o lixo e excrementos da cidade. Há também aquelas pessoas que deixam seus palácios para viverem na escuridão, como essa mulher, que é mais uma representação do grotesco, que vive entre seus gatos e negocia com especiarias. Seu cabelo é verde do lodo, alimenta-se e veste-se de restos. Não possui dentes e exala mau cheiro. Essa figura, que reaparece em algumas partes da narrativa, como uma espécie de visionária, em muito parece ser um rascunho de uma das personagens centrais de *Sexing the cherry*, onde Winterson explora a representação alternativa que marca a diferença do corpo lésbico através do monstruoso e do grotesco.

<sup>12</sup> “I made up my lips with vermillion and overlaid my face with White powder [...]. I wore my yellow Casino breeches with the stripe down each side of the leg and a pirate’s shirt that concealed my breasts. This was required, but the moustache I added for my own amusement.”



achava que ia sentir, o que pensava que era tão importante, não é mais. *O jogo é que é excitante* (p. 133, grifo nosso).<sup>13</sup>

O jogo, assim, é paixão e vice-versa: risco de morte, mas também de vida. Na perda em si, ou na sua possibilidade, pode estar o amor: 'Prazer e perigo. Prazer à beira do perigo é doce. É a compreensão que o jogador tem da perda que faz da vitória um ato de amor'. (p. 137).<sup>14</sup>

A seção intitulada "The Queen of Spades" abre espaço para essas novas possibilidades de construção do corpo sexuado e de se vivenciar as paixões. A voz da narrativa agora é da camaleônica Villanelle, natural da igualmente camaleônica Veneza. Nessa seção,<sup>15</sup> Winterson introduz uma representação mais compreensiva da cultura, convenções e modos de vida lésbicos. A maneira como representa o relacionamento amoroso e sexual de Villanelle com a Rainha de Espadas é uma forma não só de repensar as convenções heterossexuais, como também de ressaltar as dificuldades de se criar um espaço onde uma relação amorosa lésbica possa acontecer livre das amarras do heterossexismo. Como era de se esperar, com relação ao amor e à paixão, Villanelle também foge às regras. Pragmática, declara: "já tive prazeres com homens e mulheres" (p. 59-60). Mesmo se "declarando" bissexual, é com uma mulher que ela tem sua relação amorosa mais significativa e intensa.

O corpo lésbico, na narrativa de Winterson, aparece quase sempre associado a imagens de força e vitalidade transgressoras. Tal fato transparece na cena em que Villanelle admira os/as

<sup>13</sup> "You play, you win, you play, you lose. You play. The end of every game is an anti-climax. What you thought you would feel you don't feel, what you thought was so important isn't any more. *It's the game that's exciting.*"

<sup>14</sup> "Pleasure and danger. Pleasure on the edge of danger is sweet. It's the gambler's sense of losing that makes the winning an act of love."

<sup>15</sup> Nas cartas do Tarô, a Rainha de Espadas está associada à honestidade, à astúcia, à autenticidade, ao bom humor e à experiência.



trapezistas e acrobatas durante as festividades do carnaval, com seus corpos suspensos e velozes, desafiando a lei da gravidade, assim como a própria Villanelle, palmípede, é capaz de caminhar sobre as águas.<sup>16</sup> No carnaval veneziano, segundo Villanelle, há muitas mulheres, mas nem todas são mulheres. E as trapezistas, aqui e ali, roubam beijos de qualquer pessoa que estiver abaixo delas. E esses beijos furtados, transgressores e virtualmente lésbicos representam, para Villanelle, a liberdade, porque apenas as bocas se locupletam de prazer, enquanto o corpo permanece solto e livre: “Os lábios e apenas os lábios são o prazer.” (p. 59).

Em uma determinada noite, no cassino, ela conhece uma misteriosa mulher mascarada, que se aventura em um jogo de cartas. A última carta que escolhe é a carta da sorte, o “símbolo de Veneza”, a Rainha de Espadas. A mulher, então, tira a máscara e inicia um jogo de sedução, no qual o que está em risco é o coração de Villanelle, que, até então, pensava que não precisava protegê-lo: “Meu coração é um órgão confiável” (p. 60).<sup>17</sup> Contudo, seu coração já havia sido afetado, e, com o desaparecimento da mulher, Villanelle, habilidosa nas artimanhas do jogo, vê-se impotente e desesperada à procura da Rainha de Espadas, dia e noite.

Quando finalmente reencontra sua amada, Villanelle, ainda vestida como um rapaz, recebe um convite para jantar na casa da misteriosa figura. Sua dúvida é revelar-se como mulher e correr o risco de perdê-la para sempre ou continuar se apresentando como um homem. Afinal, quem é Villanelle? As incertezas continuam, já que a mulher parece acreditar que Villanelle é um jovem rapaz. A essas alturas, a própria Villanelle não sabe mais quem realmente é, muito menos por que a mulher se sente atraída por ela: “Era esse meu eu de calças e botas menos real que

---

<sup>16</sup> Winterson parece estar aqui utilizando os mesmos recursos imagéticos e metafóricos de Monique Wittig em *The lesbian body* (1973), em que representa a amada planando e pairando sobre o mar.

<sup>17</sup> “My heart is a reliable organ.”



minhas ligas? O que havia em mim que a interessava?” Contudo, o risco constante do jogo é o que vale, visto que as chances de se ganhar ou perder são iguais: “Você joga, você vence. Você joga, você perde. Você joga.” (p. 66).<sup>18</sup> De fato, para as personagens de Winterson, o que elas realmente são é o que menos importa. O que conta é o contar histórias de corpos e identidades fragmentadas, que subvertem os modelos heterossexistas por meio de uma constante reconfiguração de corpos, desejos e posições de sujeito. No primeiro encontro amoroso das duas, toda a economia libidinal centrada no falo é desconstruída e tornada obsoleta. Sabemos, como nos lembra Luce Irigaray (1981), que a sexualidade feminina sempre foi pensada, teorizada e construída pelo imaginário masculino, a partir de parâmetros masculinos. Segundo Irigaray, Freud e outros teóricos entendem que as zonas erógenas femininas compreendem apenas o clitóris, que, obviamente, está longe de se equiparar ao tão valorizado órgão fálico; ou seria uma espécie de órgão não sexual, um invólucro que acolhe o falo; ou, então, o próprio órgão sexual masculino às avessas, que massageia a si próprio. O prazer da mulher sequer é considerado nessa forma de se conceber o relacionamento sexual. O destino da mulher, como diz Irigaray, é o da “falta”, da “atrofia” dos genitais e da “inveja do Pênis”. O próprio fato da atenção exacerbada que a ereção recebe na sexualidade ocidental mostra o quanto as mulheres estão excluídas desse imaginário, no qual elas funcionam, na grande maioria das vezes, apenas como “facilitadoras” das fantasias masculinas, no sistema patriarcal dominante (p. 100). Irigaray acredita que o desejo feminino certamente não fala a mesma língua do desejo masculino e que isso tem sido apagado pela lógica masculina dominante no pensamento ocidental, desde os gregos (p. 101). A mulher escapa

<sup>18</sup> “Was these breeches and boots self any less real than my garters? What was it about me that interested her?” / “You play, you win. You play, you lose. You play.”



a qualquer tentativa de definição, dentro dos parâmetros masculinos. Além disso, ela não possui um nome “Próprio”, e “o seu órgão sexual, que não é *um* órgão sexual, conta como um *não* órgão sexual” (IRIGARAY, 1981).<sup>19</sup> Irigaray, entretanto, sugere um novo paradigma da sexualidade feminina, diferente da visão freudiana. Para ela, a mulher, de fato, não tem um sexo; ela tem muito mais que isso: “sua sexualidade é, na verdade, plural [...] o prazer da mulher não precisa escolher entre a atividade clitoriana e a passividade vaginal” (p. 103), porque suas formas de prazer são difusas e não se localizam em um só órgão, mas por todo o seu corpo. Winterson constrói toda uma expressão erótica lésbica, radicalmente fora dos padrões falocêntricos,<sup>20</sup> e o prazer erótico é deslocado dos genitais e redirecionado para os lábios:

Ela se deitou no tapete e eu me deitei de forma que apenas nossos lábios pudessem se encontrar. Beijar dessa forma é a mais estranha das distrações. O corpo ávido que clama por satisfação é forçado a se contentar com uma sensação única e, assim como os cegos ouvem mais acuradamente e os surdos podem sentir a grama crescer, a boca se torna o foco do amor e todas as coisas passam por ela e são re-definidas. (p. 67).<sup>21</sup>

Ao representar o amor lésbico, Winterson, em momento algum, coloca-o em contraposição à norma heterossexual, de

<sup>19</sup> O título do livro de Irigaray, *Ce sexe qui n'en est pas un* (*O sexo que não é um*), é um jogo linguístico que se refere tanto ao fato de o sexo da mulher não ser um sexo dentro do modelo freudiano como ao fato de que, para Irigaray, ele não é um, mas múltiplo e plural.

<sup>20</sup> O que a coloca em consonância com os interesses das feministas francesas, como Irigaray, por exemplo.

<sup>21</sup> “She lay on the rug and I lay at right angles to her so that only our lips might meet. Kissing in this way is the strangest of distractions. The greedy body that clamours for satisfaction is forced to content itself with a single sensation and, just as the blind hear more acutely and the deaf can feel the grass grow, so the mouth becomes the focus of love and all things pass through it and are re-defined.”



forma a questionar explicitamente a homofobia, por exemplo.<sup>22</sup> A homossexualidade não é tratada como marginal, da mesma maneira que a heterossexualidade não é tratada como central, ou como sendo a medida do que é certo ou errado, humana ou humanamente impensável. Na verdade, em toda a narrativa, à medida que Henri e Villanelle buscam a paixão, eles descobrem que ela pode estar em qualquer lugar entre “o medo e o sexo” (p. 62), entre “Deus e o diabo” (p. 68), e essa mesma indefinição do lócus da paixão cria um entrelugar, ou um espaço virtualmente *queer*, onde as personagens se movem através de infindáveis posições de sujeito e possíveis identificações erótico-amorosas no transcorrer da narrativa: Henri ama Napoleão, e Villanelle, por sua vez, permite-se fazer amor com ele, mas entrega seu coração à mulher do rico negociante. A mulher se apaixona por Villanelle em um corpo de rapaz, mas, quando esta se revela mulher, ela confessa que já o sabia (p. 71).

De uma forma muito significativa, Winterson, através de Villanelle, faz-nos rever os paradigmas epistemológicos que têm configurado os corpos e seus limites. O travestismo de Villanelle não a transforma em um homem ou algo parecido; ao preservar a ambiguidade, a própria noção de um corpo com um gênero apropriado é desestabilizada, uma vez que a personagem não busca uma identidade que lhe dê algum tipo de unicidade ou fixidez; não há o sentido de que exista um gênero certo ou errado, adequado ou inadequado. Em Villanelle, tanto o feminino como o masculino são transformados, a ponto de tornarem obsoletas

---

<sup>22</sup> Lisa Moore observa que, na ficção de Winterson, sobretudo em *Sexing the cherry* e em *The passion*, a cultura não funciona como um meio de assegurar o “domínio” da heterossexualidade. Tanto a centralidade do “paradigma heterossexual” como a suposta inevitabilidade da dualidade masculino/feminino são questionadas e desmontadas. Dessa forma, a experiência lésbica pode se situar no centro e não nas margens, sem, entretanto, ser representada como “a alternativa salvadora”, visto que, para Winterson, as identidades lésbicas são igualmente fraturadas.



as marcas normativas que os têm definido nos discursos da ciência e da cultura em geral. É possível seguramente afirmar que Winterson encena o que Judith Butler (2004) descreve como “desfazer” gênero, ou seja, um jogo imaginário capaz de transformar e reconfigurar algo em outra coisa “através de um processo de improvisação e substituição” (BUTLER, 2004, p. 96). Trata-se, assim, de um artifício em que se faz algo diferente a partir do mesmo, em desconformidade com as normas estabelecidas. Nesse sentido, o gênero em *The passion* é desfeito e *queerificado* exatamente por se deslocar do binário masculino/feminino e desnaturalizar e implodir os discursos normativos antes mesmo que esses possam ser instalados e fixados. Confundindo-se com os caminhos tortuosos da misteriosa Veneza, onde o mesmo percurso sempre leva a lugares diferentes, Villanelle mimetiza a arte e as biotecnologias ao incorporar e exercer o próprio desejo de transformação, constantemente parodiando, fazendo e desfazendo os mecanismos normativos que têm (de)marcado a anatomia e o sexo dos corpos.

Escrito em 1987, *The passion* adianta o que Halberstam chama de *gaga feminism*, ao celebrar a “variação, a mutação, ..., a transformação, o desvio, a perversão, e a diversão” (p. 143). Villanelle, na sua confluência com os misteriosos caminhos de Veneza, é a própria encarnação do desvio, das rotas que fogem do senso comum e que dissolvem as ideologias que se consolidam como “verdades”. Como um corpo *queer*, grotesco, abjeto, animal e humano, homem e mulher, Villanelle desafia os limites da significação e celebra a formação de novos corpos, limítrofes, excessivos, improvisados, que desafiam constantemente nossos sistemas de reconhecimento. Fazendo novamente uma referência a *Gaga feminism*, que parece ecoar Henri, Villanelle, como a crupiê de gênero misterioso e ambíguo, incorpora o jogo, joga o jogo, sempre mudando o jogo (p. 145).



## ► Referências

BAKHTIN, Mikhail. *Rabelais and his world* [1941]. Trans. Hélène Iswolsky. Bloomington: Indiana University Press, 1993.

BUTLER, Judith. *Undoing gender*. New York: Routledge, 2004.

COURTIVRON, Isabelle de; MARKS, Elaine (Ed.). *New french feminisms: an anthology*. New York: Harvester-Wheatsheaf, 1981.

HALBERSTAM, Jack J. *Gaga feminism: sex, gender, and the end of normal*. Boston: Beacon Press, 2013.

HALLEY, Janet; PARKER, Andrew (Ed.). *After sex? On writing since queer theory*. Durham/London: Duke University Press, 2011.

IRIGARAY, Luce. This sex which is not one. In: COURTIVRON, Isabelle de; MARKS, Elaine (Ed.). *New french feminisms: an anthology*. New York: Harvester-Wheatsheaf, 1981. p. 99-110.

LOVE, Heather. Queer\_\_\_\_this. In: HALLEY, Janet; PARKER, Andrew (Ed.). *After sex? On writing since queer theory*. Durham/London: Duke University Press, 2011. p. 180-191.

MAKINEN, Merja. *The novels of Jeanette Winterson: a reader's guide to essential criticism*. London: Palgrave-Macmillan, 2005.

MOORE, Lisa. Teledildonics: virtual lesbians in the fiction of Jeanette Winterson. In: GROSZ, Elizabeth; PROBYN, Elspeth (Ed.). *Sexy bodies: the strange carnalities of feminism*. London: Routledge, 1995.

SEYBOYER, Judith. Second death in Venice: romanticism and the compulsion to repeat in Jeanette Winterson's *The Passion*. *Contemporary Literature*, 38, p. 483-509, 1997.

STOWERS, Cath. Journeying with Jeanette: transgressive travels in Winterson's fiction. In: MAYNARD Mary; PURVIS, June (Ed.). *(Hetero) Sexual politics*. London: Taylor and Francis, 1995. p. 139-158.





THOMAS, Kate. Post sex: on being too slow, too stupid, too soon. In: HALLEY, Janet; PARKER, Andrew (Ed.). *After sex? On writing since queer theory*. Durham/London: Duke University Press, 2011. p. 66-75.

THOMSON, Philip. The grotesque. *Methuen Critical Idioms Series*, 1972.

WINTERSON, Jeanette. *Art objects: essays on ecstasy and effrontery*. London: Jonathan Cape, 1995.

\_\_\_\_\_. *Sexing the cherry*. London: Vintage, 1990.

\_\_\_\_\_. *The passion*. London: Penguin, 1988.



# CAPACITISMO COMO QUEERFOBIA



*Eliana de Souza Ávila*

*Os discursos políticos que mobilizam categorias identitárias tendem a cultivar identificações que sirvam a uma meta política; entretanto, pode ser que a persistência da desidentificação seja igualmente crucial para a rearticulação da contestação democrática. [...] [D]esidentificações coletivas podem facilitar que se reconcebam quais os corpos que pesam, e quais os que estão ainda por emergir como pesos críticos.*

*(Judith Butler, Bodies that matter)<sup>1</sup>*

## ► Introdução

**O** questionamento levantado ao final da apresentação deste trabalho em setembro de 2013, desqualificando-o por

---

<sup>1</sup> Salvo quando há referência ao contrário, todas as traduções aqui são minhas.



negligenciar a problemática do racismo e por ser pautado em textos anglofônicos de autores brancos e canônicos dos estudos *queer* e dos estudos da deficiência (como Judith Butler, Robert McRuer, Abby Wilkenson, Sharon Snyder e David Mitchell), confirma a relevância do argumento aqui apresentado e, ao mesmo tempo, demonstra a necessidade de introduzi-lo de modo mais explícito nesta publicação, beneficiada pela recepção crítica do trabalho no evento em si. Para tanto, reservei a Parte 1 do trabalho apresentado, a qual oferecia uma leitura daqueles aspectos dos escritos de Tom Zé e outros artistas que lidam com a deficiência construída em torno da ideologia capitalista da eficiência (tanto regional quanto individual), para ser mais bem articulada em outro artigo.

Concordo que a crítica que tem o potencial de enriquecer o trabalho só pode ser radical. Porém, percebo que os pontos a serem corrigidos e esclarecidos aqui vão bem além daqueles apontados. Especificamente, deparo-me com uma ideia que, reconheço, não consegui articular explicitamente na linguagem instituída: se lésbica, bissexual, terceiro mundo são posições políticas e não identidades meramente categóricas, por que não entender a deficiência também assim? Que deficiente seja, ao lado delas, também uma posição política e epistemológica, e não uma identidade categórica, muito menos problemática? Quais as implicações de se re-significar a deficiência como *queer* em relação a outros eixos posicionais? É quase impossível fazer explicitamente esta pergunta, totalmente avessa aos parâmetros de significação em que vivemos, sem a certeza de que não haverá compreensão possível. O atordoamento amarra, é claro. Porém, se a radicalidade é a que se implica em seus próprios vínculos com as formas de opressão, a pergunta deve, sim, ser feita.

Tendo dito isso, e reconhecido que minha vontade de resolver a deficiência é capacitista demais para que eu possa abordá-la por meio de uma linguagem menos instituível nos parâmetros



estreitos de uma suposta coerência capaz e inquestionável, retomo o contexto em que a crítica foi feita ao trabalho apresentado: a percepção de que nele negligencio a problemática do racismo só é possível na condição de que se desconsidere a constituição mútua entre racismo e capacitismo.<sup>2</sup> A invisibilidade ideológica dessas inter-relações carece de ser examinada de forma extensa e aprofundada em contextos específicos. Porém, o fato de que este trabalho não enfoca as relações complexas entre perspectivas antirracistas e anticapacitistas não significa que não seja informado por elas. Meu objetivo específico aqui é introduzir a necessidade de incorporar o capacitismo como uma opressão suprimida pela atenção exclusiva a outras e de revelá-lo como uma tecnologia cultural de discriminação interseccional mesmo no interior dos discursos mais radicais e heterogêneos. O capacitismo é um tabu contra discussões mais abertas sobre temáticas desde o capitalismo até a saúde física e mental, o que tem enorme relevância; ao mesmo tempo, é uma ferramenta de violência eficaz para configurar hegemonias entre lutas emancipatórias interconstitutivas, de modo a manter o potencial contra-hegemônico de sua interconstituição invisível, invulnerável e intacta. Essa não é uma abstração que se aliena da “realidade concreta” do racismo, mas sim um esforço para confrontar as configurações de poder já aplicado na produção da deficiência como justificativa para a exclusão de diversas lutas contra-hegemônicas, inclusive as antirracistas.

É crucial, portanto, deixar explícito aqui que a dinâmica que Patricia Hills Collins denominou “matriz de dominação”, composta pelo sexismo, racismo, heterossexismo e classismo, é constituída também, e fundamentalmente, pelo capacitismo, que, conforme outros autores já argumentaram com consistência, ancora todos os sistemas interdependentes e interconstitutivos

---

<sup>2</sup> Sobre a imbricação entre gênero e racismo no contexto da temporalidade enquanto capacitismo geopolítico, ver Lugones (2007).



de exclusão.<sup>3</sup> Longe de negligenciar a problemática do racismo, a perspectiva que defendo é justamente a de que é necessário que também a luta antirracista, assim como a luta *queer* a que o trabalho se refere especificamente, incorpore a problemática do capacitismo.

Incorporar o capacitismo aos estudos interseccionais significa reconhecer a deficiência como um componente constitutivo primordial das lutas antirracistas, decoloniais, feministas e *queer* – sem falar nas lutas contra opressões ainda menos nomeadas.<sup>4</sup> No entanto, a deficiência está longe de ser reconhecida como qualquer posicionamento que não seja abjeto, já que a experiência da deficiência é fundida e confundida com sua definição capacitista.

A negligência da necessidade de incorporar a problemática do capacitismo ao estudo das matrizes discursivas de violência aponta, assim, para uma vulnerabilidade significativa no interior dos estudos interseccionais, os quais acabam por reproduzir os epistemas excludentes no ato mesmo de buscar superá-los.<sup>5</sup> Gayatri Chakravorty Spivak vem ressaltando, em toda a sua obra, que, em vez de pretender alcançar uma suposta isenção da colonização histórica e discursiva em que está imbricado o fazer acadêmico, é necessário atentar, ao contrário, para a

<sup>3</sup> Ver, por exemplo, Campbell (2009) e Snyder e Mitchell (2006).

<sup>4</sup> A teorização interseccional é atribuída predominantemente a Kimberlé Crenshaw (1989, 1991), que pesquisou a dinâmica excludente de mulheres negras no sistema previdenciário estadunidense. Porém, essa teorização foi construída durante anos de ativismo das mulheres negras: pelo menos desde o pronunciamento de Sojourner Truth (1851), a Declaração da Coletiva do Rio Combahee (1981 [1977]) e os escritos de Audre Lorde (por exemplo, 1981, 1984) e Gloria Anzaldúa (por exemplo, 2009 [1991]) – esta, por sua vez, elaborando sobre a perspectiva do conhecimento pré-asteca sobre a irredutibilidade semântica.

<sup>5</sup> O *epistema* é geralmente definido como o paradigma do conhecimento prevalente em cada contexto histórico específico, mas na concepção de Foucault é também o poder normativo de limitar ou definir o que é legível e pensável, bem como o que passa a ameaçar tal estabilidade (FOUCAULT, 1966, 1980).



*vulnerabilidade epistêmica* que possa dismantelar as amarras do sujeito soberano que retorna bem onde é menos visível. A soberania depende do capacitismo para universalizar-se, ou seja, para fabricar a alteridade abjeta contra a qual possa delimitar e reiterar sua epistemologia mais conveniente, fazendo-a passar por ontologia eficiente e capaz de soberania. Nesse sentido, a epistemologia anticapacitista é uma ferramenta poderosa para dismantelar a matriz de dominação por dentro dos discursos implicados na violência epistêmica entre o primeiro e o terceiro mundo, entre corpos normais e abjetos, entre os mundos humano e mais que humano, entre corpos e regiões geopolíticas. O capacitismo está no cerne do racismo que oblitera a “fabricação do defeito” do terceiro mundo (TOM ZÉ, 1993) e o empobrecimento como verdade ontológica.

Nesse contexto, e para articular meu posicionamento quanto ao cânone, relembro o aforismo famoso de Audre Lorde: “as ferramentas do amo nunca poderão demolir a casa do amo”, ou seja, “a casa-grande jamais será dismantelada com as mesmas ferramentas que a levantaram” (LORDE, 1981). Essas palavras são citadas por vezes para condenar leituras revisionistas pautadas no cânone; porém, contra tal desqualificação purista, que tende a des-pensar em vez de habitar (para poder implicar-se, ocupar e problematizar por dentro) as políticas assimilacionistas, é necessário ressaltar que Lorde emprega o termo *dismantelar* – ou seja, *desconstruir* – no lugar de *suprimir* os epistemas dominantes.<sup>6</sup> A condenação da crítica que enfoca o cânone, sem considerar como o faz, equivoca-se ao interpretá-lo exclusivamente como *ferramenta senhorial* quando é mais precisamente a *casa-grande* a ser dismantelada. A ferramenta dismanteladora a

---

<sup>6</sup> Um exemplo é a supressão da problemática do racismo sob a justificativa de que raça é um construto cultural. Tal supressão é criticada, por exemplo, em Moya e Hames-Garcia (2000).



que Lorde se refere implicitamente não é o *corpus* que se lê, mas sim os epistemas a partir dos quais se lê, os quais se imbricam mutuamente. Isso significa que a ferramenta desmanteladora não é monofásica nem se potencializa pela vitória sobre outros eixos diferenciais de resistência coalizionária. Ao contrário, é um conjunto de epistemas que se potencializam à medida que se tornam intercambiantes e mutuamente vulneráveis, para poder trazer à tona o encadeamento estrutural dos múltiplos sistemas de opressão e, ao mesmo tempo, os espectros imprevisos dos epistemas por eles silenciados.

O potencial político do hibridismo de resistência e catacrese no enfoque revisionista sobre textos canônicos já foi ressaltado por Gloria Anzaldúa, Gayatri Spivak, Silviano Santiago e outros. Aqui vale lembrar, ainda, que “a necessidade de fazer distinções entre instâncias de hibridez resistente e não resistente não deve ser confundida com o impulso para descobrir a forma perfeita de resistência que não possa ser recuperada por forças de dominação” (MOYA; HAMES-GARCIA, 2000, p. 111). Enfim, quando os epistemas silenciados à abjeção se inserem no âmbito do cânone, desmantelando a casa-grande, fica claro que a questão não é quem citamos, mas, sim, como as citamos, ou seja, quais perspectivas inserimos na casa-grande da academia para desmantelar as várias estruturas excludentes que a sustentam. Ou seja, a questão não é se citamos Shakespeare, mas se o citamos a partir de perspectivas (ferramentas) que desmantelem os epistemas hegemônicos (a casa-grande) que nele se reiteram. Este é um dos modos pelos quais seu uso senhorial enquanto ferramenta colonial representada por Próspero pode ser desmantelado, para trazer à tona a centralidade marginalizada de seu (im)próprio protagonista, Caliban.

Quando a perspectiva decolonial perturbou a tradição anglocêntrica em seu bojo imperialista, a perspectiva feminista antirracista e anti-homofóbica de Lorde já havia começado a





perturbar a branquidade e homofobia do feminismo em sua torre de marfim acadêmica. Lembrando que Lorde pronunciou seu aforisma para contestar os debates feministas que continuam discursivamente estruturados pelas matrizes de exclusão, meu argumento neste trabalho é que as mesmas ferramentas excludentes criticadas por Lorde se reproduzem quando a luta anticapacitista é ignorada no interior de lutas emancipatórias em campos acadêmicos mais solidamente instituídos. Especificamente, meu argumento é que é necessário que os parâmetros contra-hegemônicos de leitura incorporem a problemática do capacitismo – sem reduzi-la, porém, aos termos que a reiteram como se fosse uma problemática própria das pessoas e regiões geopolíticas ditas deficientes. Ao contrário, o capacitismo é uma ideologia universalista capaz de criar e manter a abjeção, e, por meio dela, estimular a hostilidade horizontal entre os diversos eixos de resistência à exclusão – e, ainda assim, dissimular como ganho a perda do potencial anticapacitista das coalizões.

Mencionei que a crítica incisiva de Lorde se referia ao feminismo branco e homofóbico, o qual se arroga proprietário do campo feminista acadêmico. Ao contrário do que se pressupõe quando se cita Lorde para justificar posicionamentos que se alegam puros, ela estava longe de desqualificar a inserção feminista antirracista e anti-homofóbica na revisão do cânone para dismantelar a torre de marfim acadêmica por dentro de suas próprias estruturas. O aforismo de Lorde (assim como a crítica equivocada a que me refiro aqui) foi pronunciado no ambiente específico da academia, a instituição quintessencial de epistemas dominantes na (re)produção do conhecimento cujas ferramentas senhoriais são as mesmas que levantaram e levantam a cada dia a casa-grande, a qual, por isso mesmo, potencializa transformações estruturais quando ocupada e perturbada por ferramentas epistêmicas contra-hegemônicas. O projeto de dismantelar a hegemonia que caracteriza os espaços de canonização requer



não que os ignoremos, mas que os ocupemos com ferramentas epistêmicas que, em vez de pretenderem ser vitoriosas, tornem legível a dependência da ontologia capacitista em reiterar insidiosamente sua centralidade.

A ferramenta dismanteladora no aforismo de Lorde é mais bem compreendida, nos termos de Spivak, como a inscrição no cânone dos vestígios da violência epistêmica que são inassimiláveis à sua função generalizante.<sup>7</sup> Se “nenhuma fala é fala enquanto não é ouvida” (SPIVAK, 2005, p. 58) – ou seja, se a subalterna não pode falar em suas línguas nativas nem na língua generalizante e se, além disso, pretender traduzir a fala da subalterna se transcodifica em mais uma tecnologia cultural de hierarquização<sup>8</sup> –, é preciso tornar legíveis os vestígios da violência epistêmica que a silencia.<sup>9</sup> Essa tarefa, longe de trazer legitimação social sob os valores acadêmicos de sucesso e capacitismo intelectual, reconhece que a subalterna não pode ser protegida pela fetichização de sua língua:

Às vezes leio e ouço que a subalterna pode falar em suas línguas nativas. Eu gostaria de poder ter essa autoconfiança tão firme e inabalável que têm o intelectual, o crítico literário e o historiador que, aliás, afirmam isso em inglês [e, acrescento, outras línguas europeias] (SPIVAK, 2005, p. 58).

O fato de que o campo acadêmico que objetifica o capacitismo vem sendo formalizado há décadas no primeiro mundo – um fato do qual não podemos nos isentar – não oblitera outro fato que é também da maior importância: a necessidade de contaminá-lo, sem pretensões de pureza, inocência ou originalidade, com os vestígios da violência capacitista apagados pelos privilégios

<sup>7</sup> A respeito da distinção entre *tradução e transcodificação* em Spivak, ver Spivak (2005) e Ávila (2013).

<sup>8</sup> Ver, entre outras, Spivak (1988) e Espinosa-Miñoso (2009).

<sup>9</sup> Ver, entre outras, Spivak (2005) e Ávila (2013).



epistêmicos que resultam da assimetria geopolítica e ontológica dessa formalização. Esse é o sentido do trabalho ora introduzido, que enfoca a relação entre estudos *queer* e anticapacitistas, relação esta imbricada em questões de racialização centrais à contestação do cânone *queer*.<sup>10</sup> O projeto de tornar legíveis os vestígios da ontologia capacitista, ou seja, a dinâmica pela qual se volta a delimitar insidiosamente a deficiência para reinstalar a soberania de um sujeito supostamente progressista, é, portanto, o que me propulsiona a analisar contextos específicos da intersecção entre os cânones dos estudos *queer* e dos estudos da deficiência.

Acrescentei essa introdução para frisar meu posicionamento em resposta à crítica de que meu trabalho é racista, dado meu uso de referências canônicas e anglofônicas – uma crítica que pressupõe equivocadamente que o racismo é desvinculado do capacitismo. Tal negligência do capacitismo é irônico em debates antirracistas, decoloniais, feministas e *queer*, já que ela é sancionada pelos regimes normativos que essas mesmas lutas buscam dismantelar. Ainda é urgente, portanto, lembrar que “a casa-grande jamais será dismantelada com as mesmas ferramentas que a levantaram” – palavras que sigo e recontextualizo, fazendo um paralelo entre, por um lado, o patriarcado racista que ela enfoca e, por outro, a ideologia capacitista no interior das diversas lutas necessárias à política interseccional. Referindo-se à estrutura racista e homofóbica da conferência feminista em que ela se apresenta, Lorde continua seu argumento citado dizendo à sua plateia feminista: “O que significa que as ferramentas do patriarcado racista estão sendo usadas aqui para examinar o futuro desse mesmo patriarcado?” Expandindo o argumento de Lorde para uma plateia atenta à perspectiva da interseccionalidade,

---

<sup>10</sup> Ver, por exemplo, Moraga e Anzaldúa (1981); Barnard (2004); Lugones (2007); Haritaworn, Erdem e Tauqir (2008); Haritaworn et al. (2011); Koyama (2006); e Roen (2006).



a pergunta passa a ser: o que significa que as ferramentas do antirracismo capacitista estão sendo usadas aqui para examinar o futuro desse mesmo antirracismo? Endosso a resposta de Lorde: “Significa que somente os perímetros mais estreitos de mudança são pensáveis e permitidos.”

### ► A queerfobia da “hostilidade horizontal”

Conforme demonstram Gloria Anzaldúa, Gayatri Spivak, bell hooks e outros, os regimes normativos dependem de forjar barreiras fixas entre os vários âmbitos em que operam para manter sua hegemonia intacta. Sem dúvida, cada âmbito de opressão é singular em suas especificidades históricas e geopolíticas; porém, o fato de serem singulares não os torna separáveis. As lutas feministas, antirracistas e *queer* são inseparáveis da luta anticapacitista, já que as configurações de violência que elas combatem dependem do capacitismo para se ancorar na supressão do potencial dinâmico de matrizes diferenciais de resistência coalizionária.

Nesse sentido, Sharon Snyder e David Mitchell argumentam com consistência que a fantasia de uma deficiência pré-existente aos sistemas culturais que a materializam “reforça a deficiência como sendo a anomalia ‘real’ da qual todos os grupos não normativos precisarão se distanciar”. Essa “anomalia ‘real’” é a matriz primordial de toda inferiorização que, assim reiterada, dissimula-se ao adquirir formas cambiantes, renovando-se e perpetuando-se insidiosamente (MITCHELL; SNYDER, 1997, p. 6). Em outras palavras, instala-se um ciclo vicioso pelo qual se re-alimenta o pilar do preconceito capacitista contra todos os grupos inferiorizados.

Não deveria ser necessário ressaltar que a luta anticapacitista é legítima em si, ou seja, não é exclusivamente por funcionar como âncora do racismo, assim como de ideologias



excludentes ainda menos nomeadas, que o capacitismo deve ser exposto e desmantelado. O pressuposto comum de que a luta anticapacitista é secundária às lutas feministas, mesmo às antirracistas, anticlassistas, decoloniais e *queer*, é não só equivocado como também instituído discursivamente: faz parte do que se denomina *hostilidade horizontal*, termo este criado por Lorde para denunciar os discursos que reduzem alguns projetos emancipatórios como sendo menos urgentes que outros, inviabilizando, assim, o potencial político de interromper a proliferação de campos de opressão ao separá-los entre si.<sup>11</sup> De fato, a luta anticapacitista é reduzida a presa fácil da hostilidade horizontal quando se afirma, tipicamente, que é meramente estratégico “resolver primeiro” o projeto emancipatório de grupos cuja opressão lhes é supostamente desvinculada e prioritária. Essa monopolítica, ou política linear, é assimilacionista porque reinstala, insidiosamente, o critério do privilégio majoritário por dentro mesmo das políticas minoritárias. Como a opressão opera justamente ao criar hostilidade entre as subculturas, multiplicando as relações de hierarquia entre as identidades categóricas, obliterando sua arbitrariedade, é urgente frisar que a luta anticapacitista, já legítima em si, é também necessária para a construção de epistemas interseccionais. É urgente que os movimentos heterogêneos feminista, decolonial, antirracista, *queer*, entre outros menos nomeados, constituam por meio de suas diferenças um movimento anticapacitista que, não se supondo isento de sua colonização institucional, possa perturbá-la de forma consequente com seus epistemas. Um passo nesse processo é focar como o capacitismo pode se tornar vulnerável no interior do cânone *queer*.<sup>12</sup>

<sup>11</sup> Ver Lorde (2007, p. 48). Sobre a imbricação entre feminismo e anticapacitismo, ver Garland-Thomson (2002).

<sup>12</sup> A perspectiva anticapacitista em Anzaldúa, informada pelo conhecimento pré-asteca, é o tema de outro artigo em preparação, o qual deverá contribuir para o projeto interseccional defendido aqui.



A urgência de fortalecer a interdependência entre diversas perspectivas criativo-críticas é enfatizada por Anzaldúa, para quem o projeto *queer* se caracteriza não só pela heterogeneidade, como também pela empatia entre tribos que têm experiências diferentes de resistência à normatividade hegemônica e que, por isso, (friso) resistem a criar *novas normatividades*. Anzaldúa (1981, p. 50) afirma:

Somos as tribos *queer*, as pessoas deslocadas de todos os grupos, que não pertencem nem ao mundo dominante nem ao mundo dominado. Em conjunto, atravessamos todas as opressões. Mas a opressão mais atordoante é o fato coletivo de que não pertencemos, e porque não pertencemos somos uma ameaça. Nem todos nós temos as mesmas opressões, mas temos empatia e nos identificamos com as opressões uns dos outros. Não temos a mesma ideologia, nem derivamos as mesmas soluções. Alguns de nós são de esquerda, e alguns de nós praticam mágica. Alguns são de esquerda e praticam mágica também. Mas essas nossas afinidades diferentes não são opostas.

Leio essa caracterização solidária que Anzaldúa faz da cultura *queer* como uma construção performativa rumo a um posicionamento de coalizão, e não uma descrição da política do movimento em curso. Nós pertencemos, sim, ao mundo dominante também e ainda não aprendemos a ter empatia e nos identificar com as opressões uns dos outros em nossas políticas emancipatórias. A construção ingênua de um nós *queer* isento de violência é questionada em outros textos de Anzaldúa, mas aqui a escritora exerce um trabalho de concepção do que ela percebe como sendo ainda ausente e urgente: lembrando que o legado histórico implícito no termo *queer* inclui as conotações doentias do desejo não normativo.<sup>13</sup> Pode ser menos e não mais surpreendente

<sup>13</sup> Ver Anzaldúa (2009, p. 164).



constatar que, também em contextos *queer*, algo semelhante mas também diferente (e não indiferente) ao racismo, à xenofobia e ao armário homofóbico se dá no silenciamento normalizado e normativo de questões sobre capacitismo.

A concepção do projeto *queer* de coalizão, conforme articulado por Anzaldúa, recusa tanto o discurso de união harmoniosa, livre de conflitos, quanto o mecanismo assimilacionista da *hostilidade horizontal*. Longe de desimplicar-se da violência, Anzaldúa ressalta que nosso desafio é intervir em nossa própria violência, para que o projeto *queer* não seja “sugado para o vórtex da homogenização” (ANZALDÚA, 2009, p. 164). É nesse sentido que é urgente interrogar a reação (não a razão, que será examinada nas páginas a seguir, mas a reação) pela qual costumamos, no ativismo *queer*, negar qualquer associação entre *queer* e deficiente como também entre raça e deficiência, ou ainda entre pobreza e deficiência, para que possamos construir uma epistemologia anti-hegemônica que possa tornar vulneráveis as âncoras sustentadoras da patologização e expropriação de multidões de sujeitos e regiões geopolíticas.

### ► A ontologização da “eficiência compulsória”

Convencionalmente, o termo *deficiência*, ainda não re-significado nem substituível por outro em nosso vocabulário, revela as ideologias de *déficit* e *defeito* ainda naturalizadas por tecnologias culturais. Em sua perspectiva crítica, porém, o termo escancara o binarismo da eficiência e deficiência, bem como a dependência do construto da eficiência, alojado até graficamente na *deficiência*.<sup>14</sup>

<sup>14</sup> Ver, por exemplo, Linton (1998, p. 31).



Em 2002, Robert McRuer propôs o termo “eficiência compulsória”, que podemos traduzir por *capacitismo* (ou ainda *eficiencismo*),<sup>15</sup> para afirmar o vínculo entre as áreas de *estudos queer* e *estudos da deficiência*. O termo “eficiência compulsória” ecoa um termo anterior, “heterossexualidade compulsória” – o conceito de Adrienne Rich que teve bastante impacto no feminismo da diferença dos anos 80, bem como nos estudos *queer* desde os anos 90.<sup>16</sup> Os dois termos buscam marcar a dinâmica hegemônica que perpetua toda normalidade não marcada, caracterizando-a como se fosse uma realidade ontológica, e não uma epistemologia hegemônica. Estendendo assim a concepção de Rich, o termo “eficiência compulsória” significativamente marca o vínculo entre o ativismo *queer* e o ativismo da *deficiência*.

McRuer propõe ainda outra estratégia para consolidar a coalizão desses dois projetos políticos distintos. Na esteira do que Sandra Azerêdo traduziu por *encrenca de gênero*,<sup>17</sup> conforme teorizada por Judith Butler como a instabilidade do alinhamento compulsório entre sexo, gênero e desejo (RUBIN, 1975, 1984; BUTLER, 1990, 1993), McRuer propõe o termo “encrenca de

---

<sup>15</sup> A tradução desse termo, ou de seu sinônimo, *ableism* (CAMPBELL, 2009), é necessariamente polivalente. Ao lado de *capacitismo* e *eficiência compulsória*, o termo *eficiencismo* melhor enfatiza o construto dicotômico da deficiência. Ao contrário do inglês, em que o binômio *ableism* vs. *disabilism* ecoa o binômio *ability* vs. *disability*, em português o binômio *capacitismo* vs. *incapacitismo* não ecoa o binômio *eficiência* vs. *deficiência*. Além disso, o termo *capacidade* é geralmente utilizado em referência à dicotomia *lesão* vs. *deficiência*. [Esses binômios são marcados pela barra na escrita pós-estruturalista, mas, seguindo a orientação da Comissão de Acessibilidade do Fazendo Gênero 10, evito utilizar a barra aqui; em seu lugar, utilizo a abreviatura “vs.”.]

<sup>16</sup> Para Rich (2003), a invisibilidade lésbica é construída discursivamente, forçando a inexistência da diferença lésbica, enquanto a visibilidade reduz a lésbica a objeto do olhar e produz, por contraste, a suposta normalidade da heterossexualidade.

<sup>17</sup> Sandra Azerêdo (2010) traduz por *encrenca de gênero*, e não problemas de gênero, o termo *gender trouble* (BUTLER, 1990), situando, assim, o problema na máquina normativa e não nos sujeitos por ela reduzidos como sendo problemáticos.





eficiência” para dismantelar a epistemologia hegemônica do capacitismo (ou eficientismo).

Menciono esses esforços de vincular as duas áreas para enfatizar que, *apesar deles, em geral repudiamos a associação com deficiência na cultura queer*. Afinal, para recusar a imagem histórica que patologiza as sexualidades não normativas, nós obviamente nos dissociamos de quaisquer figuras, temáticas e questões políticas que possam lembrar a matriz eugenista e biomédica do defeito, déficit ou deficiência, os quais sustentam a homofobia, lesbofobia, transfobia, intersexfobia e outras matrizes ainda menos nomeadas ou reconhecidas de queerfobia. O que é menos óbvio é que esse ponto de tensão potencializa uma guinada na política emancipatória *queer*, se considerarmos que a dissociação entre os construtos *queer* e *deficiência* não só *esconde*, mas ao mesmo tempo *revela* o vínculo estrutural entre os dois projetos emancipatórios – ambos pautados em desafiar o mito de que os corpos são dados naturais que pré-existem às categorias hierárquicas, na medida em que condicionam sua legibilidade sob o epistema heteronormativo.<sup>18</sup>

Judith Butler dismantela esse mito de modo impactante em seus livros *Encrenca de gênero* e *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo*. Na esteira de Derrida e Foucault,<sup>19</sup> ela defende que, longe de ser um dado natural ou *tabula rasa* sobre a qual se escrevem as normas, o corpo é *feito* da norma que o produz no ato de reiterá-lo enquanto corpo natural, não inscrito pelo poder – ou seja, enquanto corpo puro. Porém, contra esse

<sup>18</sup> Utilizo o termo *peças com deficiência*, segundo definido por entidades representativas de pessoas assim categorizadas (ver SASSAKI, 2003). Porém, aponto para uma problemática levantada pela perspectiva pós-estruturalista em relação à ontologia da deficiência reiterada por esse termo, como será esclarecido neste artigo.

<sup>19</sup> Refiro-me a toda a obra extensa de Jacques Derrida e Michel Foucault, bem como Judith Butler (1990, 1993).



mito, Butler enfatiza: “Não há referência a um corpo puro que não seja ao mesmo tempo mais um momento formativo daquele corpo.” (BUTLER, 1993, p. 10). Esse é o mecanismo que os discursos normativos dependem de esconder, já que precisam se confirmar enquanto realidade imutável. Toda norma depende de se fazer passar por descrição, como na frase “é assim que as coisas são”. Toda epistemologia hegemônica se faz passar por ontologia. Assim, o corpo é efeito da *prescrição* da norma, que, para funcionar, se faz passar por mera *descrição* do que é normal e anormal, legível e ilegível etc.

Nesse contexto, a homofobia é definida por Butler como a prática de resgatar repetidamente o outro abjeto para poder delimitar o domínio no qual somente o heterossexual é sujeito livre e de direito. Em suas palavras, “essa matriz excludente na qual os sujeitos se materializam requer a produção simultânea de um domínio de seres abjetos, aqueles que não são ainda ‘sujeitos’, mas que formam o exterior constitutivo do domínio do sujeito” (BUTLER, 1993, p. 3). Butler não questiona aqui a ontologia da deficiência nem da racialização, apenas a ontologia de gênero que normaliza a heterossexualidade às custas de repudiar a homossexualidade. Porém, podemos inferir que “encrencar o gênero” é romper não só com o alinhamento entre sexo, gênero e desejo, mas também com a dicotomia entre normalidade e anomalia, dicotomia esta que depende de inventar um sujeito abjeto, reduzido a negativo, como numa fotografia, para revelar apenas a imagem positiva do sujeito supostamente coerente, completo e autônomo do humanismo. Essa prática pela qual Butler define a homofobia, ou seja, a prática de resgatar repetidamente o outro abjeto para poder delimitar o domínio no qual somente o heterossexual é sujeito livre e de direito, é constituída pela mesma epistemologia universalista que delimita o domínio no qual o heterossexual, sujeito livre e de direito, é branco. É, ainda, constituída pela epistemologia universalista que marca apenas a



deficiência, a ponto de que não há um termo que marque a não deficiência à parte do termo “normal”.

O problema que enfoco aqui, porque renova a queerfobia insidiosamente por dentro mesmo de muitas políticas, intervenções, teorias e práticas *queer*, é que o projeto de despatologizar a encrenca de gênero é normalmente articulado por meio da re-patologização das pessoas oneradas pelos efeitos reais da deficiência produzida como ontologia.<sup>20</sup> O exemplo mais útil aqui é, surpreendentemente, o próprio discurso de Butler. Conforme apontado por Ellen Samuels, Butler repete a mesma operação excludente que ela combate (a operação pela qual o sujeito é constituído às custas do outro), já que ela “deve materializar discursivamente um âmbito de corpos anormais, para resgatar dele apenas os corpos *queer*” (SAMUELS, 2002, p. 69). Por ironia, mas confirmando sua tese, Butler reitera o corpo como dado natural que pré-existe às hierarquias que o definem.

Via David Mitchell e Sharon Snyder, Samuels expõe como Butler forja uma dicotomia entre o corpo com deficiência e o corpo homossexual, fixando-os como se fossem “opostos ontológicos cuja coexistência se deve às estruturas sociais opressivas” (apud SAMUELS, 2002, p. 69) – sem, portanto, questionar sua própria reiteração da suposta ontologia do corpo dito e feito deficiente. Nesse momento, em que a referência de Butler não re-significa a deficiência, mas, ao contrário, é “mais um momento formativo daquele corpo”, ela constrói a nova imagem do corpo *queer* em contraste com o corpo deficiente que ela precisa ontologizar. Seu discurso então se torna necessariamente conformista ou queerfóbico, aproximando-se dos valores segundo os quais a simetria, o capacitismo e o consumismo doméstico são as

---

<sup>20</sup> Estendo aqui ao capacitismo o argumento de Delany (1997), Schulman (2012) e Haritaworn, Erdem e Tauqir (2008) em relação ao assimilacionismo de políticas queer por meio do racismo, colonialismo e classismo.



claves e os critérios para a legitimação da vida gay apenas entre os normalizáveis. O problema a que me refiro não é a saída positiva da marginalidade para o centro, mas sim a reprodução insidiosa da epistemologia hegemônica da qual participamos quando ocupamos o centro sem simultaneamente desestabilizá-lo. A construção de um nós *queer* não precisa nem pode assimilar-se à ontologização eugênica da deficiência como suposta condição de nossa emancipação.

Essa é a banalização a que por vezes se reduzem os movimentos sociais quando cooptados por monopolíticas autolegitimadoras. Por ironia, o capacitismo é hoje bastante propagado pela mídia em associação com a imagem “gay”, predominantemente masculina, o que não nos deve surpreender; no entanto, há não muito tempo, era atribuído como prerrogativa apenas da normalidade heterossexual, cuja suposta coerência de gênero era signo do eu completo, autônomo e independente, legitimado e legitimador do humanismo. À medida que a coerência de gênero é transcodificada para a coerência de classe, raça, eficiência e outros eixos menos nomeados, subscreve-se ao regime da *homonormatividade*, definida por Lisa Duggan como “a política que não contesta as instituições e os pressupostos heteronormativos dominantes mas os sustém, ao mesmo tempo que promete a possibilidade de uma clientela despolitizada, ancorada na domesticidade e no consumo”, tendendo, assim, a “rejeitar a diversidade democrática de formas proliferantes de dissidência sexual” (DUGGAN, 2003, p. 50, 65).

Conforme apontado por Abby Wilkerson e outros, a luta pelos direitos à reprodução e à constituição familiar das pessoas com deficiência reflete a opressão restritiva e punitiva de sua sexualidade.<sup>21</sup> São incontáveis as narrativas de pessoas

---

<sup>21</sup> Sobre as narrativas distintas que patologizam o desejo das e pelas pessoas com deficiência, ver Waxman (1999).



com deficiência sobre a ignorância normalizada quanto à sua sexualidade, inclusive pressupondo sua assexualidade ou, no outro extremo, a perversão de qualquer associação entre deficiência e sexualidade. Notando que “o status sexual de um grupo não só reflete mas também constrói seu status sociopolítico mais amplo”, Wilkerson argumenta que as formas predominantes de exclusão social dependem de caracterizar o indivíduo ou grupo sob a marca da sexualidade socialmente ameaçadora e de utilizar essa ameaça como um emblema que, tendo marcado aquele grupo imagetivamente, induz à sua opressão das formas mais explícitas às mais sutis (WILKERSON, 2002, p. 35, 38). Daí, qualquer projeto político-acadêmico ou ativista que pretende despatologizar as sexualidades não normativas só é viável enquanto se mantiver heterogêneo, inclusive em relação às suas próprias ontologias, perspectivas e estratégias políticas. Essa heterogeneidade requer

o desmantelamento não só das forças políticas que estigmatizam algumas sexualidades, reduzindo-as a perversões, mas também das relações sociais opressivas como o racismo, o eficientismo, o capitalismo, o sexismo e o geracionismo que, de início, já fazem da sexualidade seu alvo. (WILKERSON, 2002, p. 38).

Acrescento que é preciso desmantelar também as forças políticas e institucionais que mantêm esses âmbitos separados, como se fossem isolados e autônomos, prevenindo olhares transversais sobre como se interconstituem – e impedindo, portanto, coalizões contra-hegemônicas. Nesse sentido, meu segundo exemplo da normalização *queer* às custas do projeto de despatologização das sexualidades não normativas é, também por ironia, o próprio discurso de Samuels. Apesar de atenta, como vimos, à encrenca de eficiência suprimida na teoria de Judith Butler, Samuels ainda ignora, com Butler, que a encrenca de gênero



também é vivenciada entre as pessoas com deficiência. Irredutíveis aos estereótipos binários de masculinidade e feminilidade, as sexualidades da deficiência já caracterizam, por si sós, sua participação na encrenca de gênero capaz de perturbar os próprios termos de inteligibilidade e legitimidade simbólica quanto a quem tem e não tem a prerrogativa da sexualidade reconhecida.

Considerar a deficiência como sexualidade não normativa perturba a raiz eugenista de toda patologização que sustenta as queerfobias. Permite também reverter a dinâmica emancipatória pela qual um grupo contestatório é constituído ao reiterar o repúdio a um outro mais fraco na escala normativa. Alertando para essa dinâmica da abjeção, David Mitchell e Sharon Snyder lembram que toda tentativa contestatória que se retira da luta das comunidades ditas deficientes, sem alterar em sua raiz a fantasia de uma deficiência pré-existente, “reforça a deficiência como sendo a anomalia ‘real’ da qual todos os grupos não normativos precisarão se distanciar”. Essa “anomalia ‘real’” é a matriz primordial de toda patologização que, assim reiterada, adquire formas cambiantes, renovando-se e perpetuando-se insidiosamente.<sup>22</sup> Essa polaridade se constitui às custas de um outro que, na lógica *queer* de Butler, não é nada outro: é a própria fundação e constituição de um sujeito próprio ao regime normativo, que se legitima ao reforçar esse regime sobre um outro sujeito impróprio.

O problema a que me refiro não é a saída positiva da marginalidade para o centro, mas sim a reprodução insidiosa da epistemologia hegemônica da qual participamos quando ocupamos o centro sem simultaneamente desestabilizá-lo. A construção de um nós *queer* não precisa nem pode assimilar-se à ontologização eugenista da deficiência como suposta condição de sua emancipação.

---

<sup>22</sup> Ver Mitchell e Snyder (1997, p. 6).



Como Derrida, Foucault, Butler e outros nos ensinam, o potencial subversivo da performatividade está justamente na possibilidade de ocupar o centro e ao mesmo tempo deslocar e dismantlar a ontologia das normas culturais que dependem de se reencenar para obliterar o fato de que não refletem, mas materializam os corpos ao condicionar sua legibilidade a regimes arbitrários de hierarquia. Nesse sentido, não é exagero dizer que nós somos os sítios de mudança epistemológica. Nas palavras de Beatriz Preciado (2008), somos “a[s] plataforma[s] que possibilita[m] a materialização da imaginação política”. Longe de exercer essa possibilidade, a dinâmica de re-patologização dos corpos de alguns para a libertação de outros nos leva, com Samuels, a questionar: o que sobra do projeto *queer* quando se normaliza ao ocupar o centro? Sem alterá-lo, repetimos e reinstalamos a matriz de exclusão patologizante no bojo do projeto *queer* e no interior de importantes estéticas de contestação, ressignificação e visibilidade emancipatória, ali onde nosso próprio discurso normativo é menos visível. Se o capacitismo presente nesses momentos é pouco legível, geramos a contradição – cuja legibilidade é urgente – de que o projeto *queer* é, paradoxalmente, também queerfóbico.

Em contraste, a percepção radicalmente *queer*, que expõe a imbricação estrutural entre o heterossexismo e a ideologia do déficit e defeito que dele prolifera, é estratégica, porque os regimes normativos dependem de forjar barreiras fixas entre os vários âmbitos em que operam para manter sua hegemonia intacta. Essa percepção é enfatizada por Gloria Anzaldúa, para quem o projeto *queer* se caracteriza não só pela heterogeneidade, como também pela empatia entre tribos que têm experiências diferentes de resistência à normatividade hegemônica e que, por isso, (friso) resistem a criar novas normatividades. Anzaldúa escreve:

Somos as tribos *queer*, as pessoas deslocadas de todos os grupos, que não pertencem nem ao mundo dominante



nem ao mundo dominado. Em conjunto, atravessamos todas as opressões. Mas a opressão mais atordoante é o fato coletivo de que não pertencemos, e porque não pertencemos somos uma ameaça. Nem todos nós temos as mesmas opressões, mas temos empatia e nos identificamos com as opressões uns dos outros. Não temos a mesma ideologia, nem derivamos as mesmas soluções. Alguns de nós são de esquerda, e alguns de nós praticam mágica. Alguns são de esquerda e praticam mágica também. Mas essas nossas afinidades diferentes não são opostas. (ANZALDÚA, 1981, p. 50).

### ► Comentários finais

Se o projeto emancipatório *queer* pode ser também queerfóbico, como vimos, também é, por isso mesmo, um campo potencialmente estratégico para alterar a raiz ou matriz do capacitismo (ou eficiencismo) sobre a qual a patologização das sexualidades não normativas se sustenta. Em outras palavras, se a raiz da estigmatização *queer* é o repúdio da associação das sexualidades não normativas com a deficiência, então é por isso mesmo, e não apesar disso, que é estratégico repensar a epistemologia mutuamente excludente onde deficiência é subtraída de *queer*. É estratégico, em outras palavras, se não quisermos reforçar a mesma lógica patologizante na qual a estigmatização *queer* está ancorada e da qual as políticas normalizantes precipitadamente julgam nos libertar.

### ► Referências

ANZALDÚA, Gloria E. La Prieta. In: MORAGA, Cherríe; ANZALDÚA, Gloria (Ed.). *This bridge called my back: writings by radical women of color*. Pittsburgh: Persephone Press, 1981. p. 198-209.





\_\_\_\_\_. To(o) queer the writer Loca, escritora y chicana. In: KEATING, Ana Louise (Ed.). *The Gloria Anzaldúa reader*. Durham: Duke University Press, 2009 [1991]. p. 163-175.

AZERÊDO, Sandra. Encrenca de gênero nas teorizações em psicologia. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 175-188, jan./abr. 2010.

BARNARD, Ian. Introducing a queer theory for a queer race. In: \_\_\_\_\_. *Queer race: cultural interventions in the racial politics of queer theory*. New York: Peter Lang Publishing, 2004. p. 1-18.

BUTLER, Judith. *Bodies that matter: on the discursive limits of sex*. New York: Routledge, 1993a.

\_\_\_\_\_. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1999.

\_\_\_\_\_. Imitation and gender insubordination. In: ABELOVE, Henry; AINA BARALE, Michele; HALPERIN, David M. (Ed.). *The lesbian and gay studies reader*. New York: Routledge, 1993b. p. 307-320.

CAMPBELL, Fiona. *Contours of ableism: the construction of disability and ableness*. London: Palgrave MacMillan, 2009.

COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. A black feminist statement. In: MORAGA, Cherríe; ANZALDÚA, Gloria (Ed.). *This bridge called my back: writings by radical women of color*. New York: Kitchen Table, 1981 [1977]. p. 210-218.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, v. 14, p. 538-554, 1989.

\_\_\_\_\_. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1.241-1299, 1991.

DUGGAN, Lisa. *The twilight of equality? Neoliberalism, cultural politics, & the attack on democracy*. Boston: Beacon Press, 2003.



FOUCAULT, Michel. *Les mots et les choses*. Paris: Gallimard, 1966.

\_\_\_\_\_. *Power/knowledge: selected interviews and other writings: 1972-1977*. In: GORDON, Collin (Ed.). New York: Pantheon, 1980.

GARLAND-THOMSON, Rosemary. Integrating disability, transforming feminist theory. *NWSA Journal*, Baltimore, v. 14, n. 3, p. 1-30, 2002.

HARITAWORN, Jinthana K.; ERDEM, Esra; TAUQIR, Tamsila. Gay imperialism: the role of gender and sexuality discourses in the "War on Terror". In: MIYAKE, E.; KUNSTMAN, A. (Ed.). *Out of place: silences in queerness/raciality*. New York: Raw Nerve Books, 2008. p. 9-33.

\_\_\_\_\_. et al. Queer anti-racist activism and strategies of critique: a roundtable discussion. In: JIVRAJ, Suhraiya; LAMBLE, S; DOUGLAS, Stacy (Ed.). Special issue on queer liabilities of queer anti-racist critique. *Feminist Legal Studies*, v. 19, n. 2, p. 169-191, 2011.

LINTON, Simi. *Claiming disability: knowledge and identity*. New York: New York University Press, 1998.

LORDE, Audre. Scratching the surface: some notes on women and oppression. In: *Sister Outsider: essays and speeches*. Berkeley: Crossing Press, 2007 [1984]. p. 45-52.

\_\_\_\_\_. The master's tools will never dismantle the master's house. In: MORAGA, Cherríe; ANZALDÚA, Gloria (Ed.). *This bridge called my back: writings by radical women of color*. New York: Kitchen Table, 1981. p. 98-101.

LUGONES, María. Heterosexualism and the colonial/modern gender system. *Hypatia*, Indiana, v. 22, n. 1, p. 186-209, Winter 2007.

MCRUER, Robert. Compulsory able-bodiedness and queer/disabled existence. In: SNYDER, Sharon L.; BRUEGGEMANN, Brenda Jo; GARLAND-THOMSON, Rosemarie (Ed.). *Disability studies: enabling the humanities*. New York: Modern Language Association of America, 2002. p. 88-99.



\_\_\_\_\_. *The queer renaissance: contemporary american literature and the reinvention of lesbian and gay identities*. New York: New York University Press, 1997.

MITCHELL, David T.; SNYDER, Sharon L. (Ed.). *The body and physical difference: discourses of disability*. Foreword James I. Porter. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1997.

MORAGA, Cherríe; ANZALDÚA, Gloria (Ed.). *This bridge called my back: writings by radical women of color*. New York: Kitchen Table, 1981.

MOYA, Paula M. L.; HAMES-GARCIA, Michael R. (Ed.). *Reclaiming identity: realist theory and the predicament of postmodernism*. Los Angeles: University of California Press, 2000.

PRECIADO, Beatriz. *Testo junkie, sexe, drogue et biopolitique*. Paris: Grasset, 2008.

RICH, Adrienne Cecile. Compulsory heterosexuality and lesbian existence (1980). *Journal of Women's History*, Baltimore, v. 15, n. 3, p. 11-48, 2003.

RUBIN, Gayle. Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: VANCE, Carole S. (Ed.). *Pleasure and danger: exploring female sexuality*. Boston: Routledge & K. Paul, 1984. p. 3-44.

SAMUELS, Ellen. Critical divides: Judith Butler's body theory and the question of disability. *NWSA Journal*, Baltimore, v. 14, n. 3, p. 58-76, Autumn 2002.

SASSAKI, Romeu K. *Vida independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos; reabilitação, emprego e terminologia*. São Paulo: RNR, 2003.

SCHULMAN, Sarah. *The gentrification of the mind: witness to a lost imagination*. Berkeley: University of California Press, 2012.

SNYDER, Sharon L.; MITCHELL, David T. The Eugenic Atlantic: disability and the making of an international science. In: \_\_\_\_\_.



*Cultural locations of disability*. Chicago: University of Chicago Press, 2006. p. 100-133.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Trad. de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2010 [1985].

\_\_\_\_\_. Tradução como cultura. Trad. de Eliana Ávila e Liane Schneider. *Ilha do Desterro*, Florianópolis, v. 48, p. 41-64, 2005 [1999].

TRUTH, Sojourner. *And ain't I a woman?*. Women's Convention. Akron, Ohio, 1851.

WAXMAN, Fiduccia B. Sexual imagery of physically disabled women: erotic? Perverse? Sexist? *Sexuality and Disability*, New York, v. 17, p. 277-282, 1999.

WILKERSON, Abby. Disability, sex radicalism, and political agency. *NWSA Journal*, Baltimore, v. 14, p. 33-57, 2002.

# ARTES VISUAIS, FEMINISMOS E EDUCAÇÃO NO BRASIL: A INVISIBILIDADE DE UM DISCURSO<sup>1</sup>



*Luciana Gruppelli Loponte*

Curiosidade, espírito investigativo e uma pergunta: e as mulheres artistas? Professora de Artes na Educação Básica e estudante de mestrado, já implicada com discussões de gênero e educação, persegui respostas a essa pergunta nos corredores e labirintos da biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, na metade dos anos 90. De forma surpreendente, fui me deparando com uma bibliografia em língua inglesa que me trazia algumas possibilidades de resposta ou, ao menos, indicava-me alguns caminhos a percorrer.<sup>2</sup> Abria-se a mim um universo de discussões e possibilidades em torno da relação entre mulheres, Artes Visuais e educação que me inquietam até hoje. Uma dissertação, uma tese, muitos artigos, apresentações de trabalho e palestras, várias orientações de pesquisas

---

<sup>1</sup> O presente estudo se insere no âmbito da pesquisa “Arte contemporânea e formação estética para a docência”, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Uma versão deste artigo tem previsão de publicação na revista *Universitas Humanistica*, da Colômbia, em 2014.

<sup>2</sup> A esse respeito, ver Loponte (2005b).



depois, revisito minhas inquietações. A pergunta inicial e quase ingênua – “e as mulheres artistas?” – indagava sobre a ausência das mulheres nas listas de grandes artistas e nos discursos oficiais das Artes Visuais. Por conseguinte, a invisibilidade de qualquer discurso envolvendo gênero no campo investigativo que alia arte e educação me chamava a atenção. Se a geração emergente de pesquisadores em arte e educação na metade dos anos 90 no Brasil reivindicava que a arte na escola fosse tratada como conhecimento (herança pós-abordagem triangular de ensino de arte<sup>3</sup>) e não como mera expressão (herança modernista), por que não se indagava, afinal, de que era feito esse conhecimento? De que arte afinal estávamos falando? Que implicações poderiam ter, para esse conhecimento chamado arte, as reviravoltas epistemológicas promovidas pelo pensamento feminista? Gênero, feminismos, artes: uma relação cuja pluralidade é marcada a cada leitura e nova interpretação, trazendo mais complexidade à presença ou ausência da discussão de gênero nos principais discursos do campo do ensino de Artes Visuais<sup>4</sup> no Brasil.

Com a intenção de reencontrar a discussão disparada por uma pergunta aparentemente simples, este texto se propõe a refletir sobre de que modo a relação entre Artes Visuais, feminismos e educação tem sido tratada pela produção acadêmica brasileira ligada ao campo de arte/educação. Percebemos que, apesar da emergência da temática nos últimos anos em várias áreas de conhecimento (RAGO, 1996), as produções acadêmicas envolvendo

---

<sup>3</sup> No Brasil, Ana Mae Barbosa introduz a chamada abordagem triangular para o ensino de arte, que contempla as seguintes ações: criação (fazer artístico), leitura da obra de arte e contextualização. A esse respeito, ver Barbosa (1998) e Barbosa e Cunha (2010).

<sup>4</sup> Refiro-me especificamente a ensino de Artes Visuais procurando contemplar as práticas pedagógicas envolvendo Artes Visuais na educação básica. De modo diferente dos países de língua espanhola, o termo “educação artística” no Brasil é pouco utilizado, por ser associado a um ensino espontaneísta e polivalente, marca dos anos 60 no país.



arte e educação ainda cercam timidamente e com certa resistência as discussões a respeito dos feminismos e estudos de gênero ou, de outra forma, limitando-se a uma abordagem superficial, tocando a temática com as “pontas dos dedos”. Nesse sentido, pretendemos problematizar os principais discursos em torno da relação entre arte e feminismos presentes em textos de crítica de arte, exposições de mulheres artistas e pesquisas em ensino de Artes Visuais, procurando perceber os possíveis impactos a partir dos estudos *queer*, da crítica feminista de arte, da arte considerada feminista, dos feminismos plurais e dissidentes, dos estudos de gênero contaminados por uma perspectiva pós-estruturalista<sup>5</sup> nos últimos anos, em especial na produção teórica brasileira ligada ao campo de arte/educação. Pretendemos que a análise empreendida neste artigo colabore para compreender os caminhos percorridos, os avanços, assim como os desafios e as lacunas a serem enfrentados em relação à discussão que envolve Artes Visuais, educação e feminismos, apontando para novas perspectivas de estudo que consigam ir além dos clichês e fórmulas fáceis de investigação. A proposta é, de algum modo, incrementar o debate sobre os desafios trazidos pelos feminismos, pelas discussões de gênero e pelas inquietações das produções artísticas contemporâneas ao modo como pensamos a interface arte e educação.

### ► Linda Nochlin e sua memorável pergunta

Uma boa pergunta ressoa por muito tempo, gerando uma infinidade de novas indagações. A pergunta “Por que não houve grandes mulheres artistas?”, formulada por Linda Nochlin,

---

<sup>5</sup> A esse respeito, ver a produção de Louro (1997) na inserção da discussão de gênero em uma perspectiva pós-estruturalista no campo da educação no Brasil.



em artigo publicado em 1971 na revista *Art News*,<sup>6</sup> inaugura de forma marcante um debate que continua até hoje, embora já tenha se desdobrado em muitas outras questões. A repercussão do artigo foi enorme e, como sublinha Kim Levin (2007), esse ensaio mudou literalmente o curso da história da arte. No *site* da revista *Art News*, a repercussão do artigo é retomada, destacando a sua importância e os desdobramentos na própria revista em anos posteriores, como vemos, por exemplo, em outubro de 1980, com a matéria de capa intitulada “Onde estão os grandes homens artistas?” (“Where are the great men artists?”). Em maio de 1997, a edição da revista faz outra matéria de capa com vinte mulheres artistas influentes e, em março de 2003, o tema é retomado a partir da pergunta “Quem são as grandes mulheres artistas?” (“Who are the great women artists?”).

A indagação formulada há mais de quarenta anos repercute em inúmeras publicações e pesquisas, tais como as de Chadwick (1992), Mayayo (2003), Porqueres (1994), Pollock (2003), Saccá e Zimmerman (1998), entre outros. Nochlin pode ser considerada uma instauradora de determinada discursividade, tal como formula Foucault (2000). Há uma discursividade instaurada, que afeta distintamente o modo com o qual historiadores, curadores e críticos veem a inserção das mulheres no campo das artes, abrindo caminho para pesquisas que focam, em um primeiro momento, na ausência das mulheres no cânone ocidental da arte e, em um momento posterior, na necessidade de desconstrução das próprias disciplinas que constituem o campo artístico. Tal como pontua Mayayo (2003), o que se impõe nesse momento é a desconstrução radical das bases teóricas e metodológicas sobre as quais se assenta a disciplina arte e o discurso histórico-artístico tradicional.

---

<sup>6</sup> Revista americana fundada em 1902 e, segundo informa seu *site*, é a revista de arte mais antiga e de maior circulação no mundo, contando com mais de 180 mil leitores de vários países. Ver: <<http://www.artnews.com/about/>>.





Talvez seja essa tarefa de desconstrução de paradigmas a mais difícil diante das cristalizações ainda presentes no discurso artístico e frente às resistências à discussão feminista, principalmente no Brasil. Tadeu Chiarelli afirma, por exemplo, que a “produção de artistas mulheres no Brasil nunca foi pensada como pertencente a um gueto, como nos Estados Unidos. Aqui, rótulos como ‘arte feminista’ ou mesmo ‘arte da mulher’ nunca foram instituídos” (CHIARELLI, 2002, p. 20). Restaria nos perguntar se a redução da discussão sobre arte e feminismo à formação de “guetos” corresponde ao avanço e à amplitude que o debate teve em outros países, ultrapassando e muito uma discussão localizada e dirigida a pequenos grupos. Para Chiarelli, artistas como Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Maria Martins e Lygia Clark seriam vistas como artistas, acima de tudo. Segundo o autor:

A situação no Brasil deu-se desse modo não porque as artistas locais não possuísem especificidades do universo feminino em suas produções, mas porque tais questões não interessavam ao eixo principal da arte local, preocupado em se constituir como sistema definido, não podendo, portanto, entrar em considerações tidas como *periféricas*. (CHIARELLI, 2002, p. 20, grifos nossos).

Poderíamos contestar as afirmações de Chiarelli, analisando a repercussão diferenciada que as artistas citadas tiveram no país, marcadamente Anita Malfatti e Maria Martins, cujas obras foram criticadas ou obscurecidas por, entre outros fatores, tratarem-se de produções oriundas de artistas mulheres ousadas a sua época, em um Brasil bastante conservador. Não nos custa lembrar o feroz ataque sofrido por Anita Malfatti em 1917 pelo escritor Monteiro Lobato no seu conhecido artigo “Paranoia ou mistificação?”, comparando sua obra à produção de loucos ou



crianças.<sup>7</sup> Ou, ainda, como as esculturas eróticas de Maria Martins da década de 40 e sua inserção no movimento surrealista impulsionaram a carreira internacional da artista brasileira, que não teve o devido reconhecimento em seu próprio país.<sup>8</sup> Vale ainda indagarmos o que ou quem determina que temáticas, abordagens ou considerações em torno das artes sejam nomeadas como centrais ou periféricas. Quem está no centro ou na periferia? De qual localização geopolítica partem nossos valores e ideias? E de que forma são legitimadas ou não certas posições discursivas? As afirmações de Chiarelli reforçam, contudo, certa tomada de posição que se reflete na frágil e escassa produção acadêmica em torno das Artes Visuais e discussões de gênero, como destaca Geraldo (2010), no texto de apresentação de um dossiê sobre gênero e artes:

Sendo o Brasil um país que deixou de ser colônia muito antes daqueles que geraram as teorias pós-coloniais, e sempre identificado pelas relações cordiais, como escreveu Sérgio Buarque de Holanda – mesmo que essas relações sejam, em verdade, uma dissimulação em consenso da exploração e da submissão –, assim como sendo um país conhecido pela razoável complacência diante da erotização das festas populares – que dissimula, folclorizando, enquanto erupção controlada, o recalque sexual e a

<sup>7</sup> “Lembro, por exemplo, da maneira como Monteiro Lobato discute a obra de Anita Malfatti. Não se trata apenas de um não entender e de um desgosto pelo moderno, pelo modernismo. Ele escolhe dois termos que têm absoluta relação com a mulher no contexto jurídico da época. Nessa época, o reconhecimento dos direitos civis da mulher era limitado pelo Código Civil, e Lobato usa os termos paranoia e mistificação. O que é paranoia? É loucura. O louco é incapaz. Já mistificação ele relaciona com crianças, que também são incapazes. Então, uma mulher moderna só podia ser louca, situada entre loucos, crianças, ou seja, no plano dos juridicamente incapazes, para não dizermos racionalmente incapazes.” (HERKENHOFF, 2006, p. 42).

<sup>8</sup> Maria Martins tem sido revisitada nos últimos anos no país, como vemos na exposição “Maria Martins: metamorfoses”, que se realizou no Museu de Arte Moderna (MAM) de São Paulo, de 10 de julho a 15 de setembro de 2013.



submissão de gênero, parece intrigante que esses debates permaneçam submersos e mais: parece curioso que a relação arte e gênero seja pauta de poucos ensaios artísticos e acadêmicos. (GERALDO, 2010, p. 11).

Os debates mais intensos em torno de gênero e Artes Visuais continuam submersos e marginais no Brasil, embora existam de modo reticular e resistente a partir de frentes e iniciativas ainda isoladas, tais como as publicações de Simioni (2008) sobre as mulheres artistas acadêmicas no Brasil, dossiês sobre arte e gênero das revistas *ArtCultura* (2007) e *Poesis* (2010)<sup>9</sup> e outros artigos pontuais, frutos de uma produção acadêmica ainda incipiente diante das possibilidades e questões a serem investigadas. O mesmo pode ser dito em relação à interface de gênero, Artes Visuais e educação, como veremos mais adiante. Tememos macular a discussão em torno das artes com questões políticas, interessadas? Continuamos associando feminismo, diferenças de gênero, sexualidade, raça e etnia com temáticas ligadas a guetos ou a discursos puramente identitários e “politicamente corretos”, afastados das questões “estéticas” que realmente importariam?

Precisamos estar atentos às interpretações apressadas que podem ser feitas em relação às associações de gênero, feminismos e artes, ligando-as à busca de um suposto “feminino universal” ou de uma “arte feminina”. Como adverte Simioni ao recusar qualquer rótulo desse tipo, “a própria noção de feminilidade é tomada como um discurso; uma fala produzida histórica e socialmente que, em alguns momentos, serve para julgar, para classificar e mesmo subjugar, a produção feminina” (SIMIONI, 2008, p. 27). É esse o movimento realizado pela autora, por

---

<sup>9</sup> Em relação aos dossiês citados, é importante destacar que os artigos referentes ao dossiê Arte e Gênero da *Poesis*, publicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com exceção do artigo de apresentação de Sheila Cabo Geraldo, são todos de pesquisadores estrangeiros: Juan Vicente Aliaga, Maria Ruído, Patricia Mayayo, Jesus Carrilo com entrevista a Beatriz Preciado.



exemplo, quando busca recuperar a origem e o desenvolvimento do rótulo das artistas mulheres como amadoras, abrindo caminhos que podem romper com os mecanismos de exclusão e segregação operados pelo seu uso: “é reinscrevendo seu sentido nos contextos específicos em que foram emitidos que as categorias se tornam não princípios universais, mas falas, e, como tais, localizadas, circunscritas, interessadas” (SIMIONI, 2008, p. 39).

### ► Mulheres artistas, arte e feminismos

Falar em arte produzida por mulheres, ou na relação entre arte e feminismos, não é, nesse sentido, buscar sentidos universais e generalizantes para o que pode designar a palavra “mulheres” e sua atuação no campo das artes, ou mesmo aprisionar a palavra “feminismo” em determinadas posturas identitárias. Como diz Butler, o termo “feminismo” pode se tornar “um lugar de permanente abertura e re-significação”. E, ainda,

desconstruir o sujeito do feminismo não é, portanto, censurar a sua utilização, mas, ao contrário, liberar o termo num futuro de múltiplas significações, emancipá-los das ontologias maternais ou racistas às quais esteve restrito e fazer dele um lugar onde significados não antecipados podem emergir (BUTLER, 1998, p. 25).

Se pensarmos nos discursos mais comuns sobre a relação das mulheres ou do feminino com as artes, poderíamos elencar inúmeros adjetivos, tais como sensíveis, belas, românticas, maternais, cuidadosas, amadoras, aprendizes, artesãs e tantos outros (CHADWICK, 1992; MAYAYO, 2003; SIMIONI, 2008). Se, no entanto, ressignificarmos essa relação, questionando a fixidez e a recorrência de atributos que reforçam e imobilizam o termo “mulheres” em posições inferiores no universo do que se chama



“grande arte”, surge a possibilidade da criação de novas configurações:

Em certo sentido, o que mulheres significa foi dado como certo durante tempo demais e o que foi determinado como ‘referente’ do termo foi ‘fixado’, normalizado, imobilizado, paralisado em posições de subordinação. Com efeito, o significado foi fundido com o referente, de tal forma que um conjunto de significados foi levado a ser inerente à natureza real das próprias mulheres. Refundir o referente como o significado e autorizar ou salvaguardar a categoria mulheres como lugar de re-significações possíveis é expandir as possibilidades do que significa ser uma mulher e, nesse sentido, dar condições para permitir uma capacidade de agir realçada. (BUTLER, 1998, p. 25).

Nesse sentido, é importante que não adotemos nenhuma posição monolítica ao tratar da categoria “mulher artista” ou mesmo da discussão mais ampla das relações de gênero e Artes Visuais. Embora com experiências históricas comuns que, de algum modo, colocam alguns sujeitos sob a categoria “mulher artista”, “há um leque heterogêneo de reações ou posições (anuência, resistência, cumplicidade, rebelião...) que pode adotar dentro desse marco compartilhado cada mulher, em função de variáveis como sua classe social, sua educação, sua orientação sexual ou sua personalidade individual” (MAYAYO, 2003, p. 58). Como exemplos, podemos citar duas grandes exposições realizadas no Brasil nos últimos anos, reunindo mulheres artistas:<sup>10</sup> “Manobras

---

<sup>10</sup> Menciono também a exposição “O museu sensível: uma visão da produção de artistas mulheres na coleção do MARGS”, realizada no Museu de Arte do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, região Sul do Brasil, de 20 de dezembro de 2011 a 18 de março de 2012. A intenção da mostra foi apresentar um novo olhar sobre o principal museu de artes do estado a partir do seu acervo de obras realizadas por artistas mulheres. Apesar do discurso afinado com a discussão feminista, a proposta curatorial recaiu nos mesmos clichês essencialistas feministas que aparentemente critica, escolhendo mecanismos de exposição das obras a partir de uma concepção do museu como um aparelho reprodutor



Radicais” (CCBB, São Paulo, 2006) e “Elles: mulheres artistas na Coleção do Centro Pompidou” (CCBB, Rio de Janeiro, 2013).

A exposição “Manobras Radicais”, com curadoria de Paulo Herkenhoff e Heloisa Buarque de Hollanda, reuniu obras de mulheres artistas brasileiras que produziram entre 1886 e 2005, adotando critérios que deliberadamente fugiam dos tradicionais paradigmas e modelos teóricos da crítica de arte vigente e da historiografia oficial da arte brasileira. Ao contrário, investiram “nas lógicas sutis de uma microfísica do poder, em busca da presença e da radicalidade com que as mulheres enfrentaram situações de silêncio forçado, opressão e exclusão” (HOLLANDA, 2006, p. 10). As mulheres artistas em evidência nessa exposição, através do olhar atento (e feminista) dos curadores, realizaram “manobras radicais” para sobreviver no sistema fechado das artes. Chama a atenção, no texto de apresentação da mostra, a convicção demonstrada de que aquela exposição se dedicava “a uma discussão que grande parte da crítica crê supérflua ou mesmo dispensável no contexto da cultura brasileira” (HOLLANDA, 2006, p. 11). Corajosamente, os curadores, que se intitulam feministas, enfrentaram o vácuo da crítica e produziram uma exposição memorável. Novamente, ao tratar do tema no Brasil, vemos associadas as palavras periférico, supérfluo e dispensável.

---

feminino, reforçando os atributos criadores das mulheres ligados ao âmbito da maternidade, além de adjetivar a exposição como “sensível” com a justificativa de que a exposição “constitui-se a possibilidade de refletir sobre a condição de formação de sensibilidades diversas que possibilitem repensar o cânone através de uma estratégia feminista. Um museu sentimental que responda, por meio da autorreflexão, às questões de representatividade da produção artística, conduzindo-nos quem sabe na direção de uma ‘instituição feminista’” (fôlder de divulgação da exposição). De que tipo de feminismo está se falando aqui? Por que falar de mulheres e sua relação com a arte deve ser associada à maternidade e à sensibilidade ou sentimentalismo? Que estratégia é essa que aprisiona as mulheres a uma determinada rede discursiva que reduz e fixa as atividades das mulheres a determinados campos de ação?



Em 2013, vemos chegar ao Brasil a exposição “Elles: mulheres artistas na Coleção do Centro Pompidou”, realizada de 23 de maio a 14 de julho de 2013 no Centro Cultural Banco do Brasil, no Rio de Janeiro, e de 19 de agosto a 20 de outubro de 2013 no CCBB de Belo Horizonte. Trata-se de uma versão da exposição “elles@centrepompidou” realizada no Museu de Arte Moderna do Centre Pompidou em Paris, de 2009 a 2010, em que era apresentado ao público o acervo feminino da instituição. No Brasil, agregou-se à exposição o trabalho de artistas brasileiras tais como Anna Bella Geiger, Anna Maria Maiolino, Rivane Neuenschwander e Rosângela Rennó. As curadoras Cécile Bebray e Emma Lavigne, através da escolha dos temas, fugindo de mera cronologia, decidiram estrategicamente “‘des-alinhar’ o ‘gênero’, desmontar o preconceito contra uma ‘arte feminina’ e mostrar, através da multiplicação dos pontos de vista e das técnicas, que as artistas mulheres fizeram a história da arte do século 20 tanto quanto os homens” (DEBRAY; LAVIGNE, 2013, p. 11).<sup>11</sup> Como sublinham as curadoras, nenhuma revolução das artes plásticas foi estranha às mulheres:

Abstratas, funcionais, objetivas, realistas, conceituais, minimalistas, informais, políticas, elas foram modernas e, em seguida, contemporâneas: praticamente nenhuma revolução das artes plásticas lhes foi estranha. Fotógrafas, desde o início da fotografia; videastas, desde que surgiram as primeiras câmeras; fazendo da dança e da performance espaços de militância, souberam ser pluridisciplinares antes dos homens, pioneiras da era digital e, hoje,

<sup>11</sup> É curioso analisar a recepção a essa mostra no Brasil em reportagem da revista *Bravo* intitulada: “Mulheres ainda são minoria na arte?”, assinada por Nina Rahe: “Atualmente, o reconhecimento de artistas mulheres faz os debates sobre gênero na arte soarem ultrapassados” (*Bravo*, n. 189, maio 2013, p. 23). Por que, afinal, uma discussão que vai bem além da inclusão ou não de mulheres no discurso artístico estaria ultrapassada? Incorporamos cegamente o discurso de que as mulheres já ocuparam todos os espaços possíveis e de que não há mais nada a tratar sobre essa questão, inclusive no campo epistemológico?



designers reconhecidas, elas estão sempre provocando o desenvolvimento das novas tecnologias, campos em que encontram um espaço ainda livre de confrontos, fora dos sexismos e de outras discriminações induzidas pelo poder. (DEBRAY; LAVIGNE, 2013, p. 12).

Voltando à questão lançada por Linda Nochlin (1989b) mais de quarenta anos atrás, há, sem dúvida, ganhos e conquistas nessa discussão nos últimos anos, como apontou a própria revista *ARTnews*, que abrigou o artigo considerado seminal, e como vemos de forma recorrente na citação quase obrigatória desse texto nos catálogos de exposições sobre mulheres artistas (como as aqui já citadas) e nos livros sobre abordagens feministas da história da arte. A própria Linda Nochlin (2006) faz uma reflexão a respeito do que mudou no mundo das artes após o seu artigo publicado no início dos anos 70. Um dos principais deslocamentos apontados pela autora é quanto à noção de “grandeza” no campo das artes, em geral associada aos homens artistas, que começa a ser duramente colocada sob suspeita desde então. Destaca-se também a relação de um pensamento contemporâneo na arte com as aberturas e tensões promovidas pelos movimentos feministas, assim também como o impacto, consciente ou inconsciente, que as produções artísticas das mulheres tiveram nos trabalhos artísticos masculinos. Nos últimos anos, a pergunta sobre a existência ou não de grandes mulheres artistas perde o sentido diante de carreiras artísticas sólidas e duradouras, tais como as de Louise Bourgeois, Joan Mitchell, Rachel Whiteread, entre outras, como exemplifica a autora. Além disso, ela ressalta o quanto, nas últimas décadas, as mulheres artistas, historiadoras e críticas de arte têm feito a diferença e, como uma comunidade, mudado o discurso e a produção no campo das artes, o que inclui também o engajamento de museus e galerias de arte e mulheres de diferentes origens raciais, étnicas e geográficas (NOCHLIN, 2006).





O debate se expande e adquire novos contornos diante das produções artísticas contemporâneas e de novas temáticas dos estudos de gênero e sexualidade, tais como a representação do masculino e das diversas sexualidades na arte contemporânea, principalmente através da teoria *queer*, como destacam Dias (2005) e Preciado (2010).

No Brasil, a discussão envolvendo gênero, feminismos e arte continua caminhando a passos lentos, sem que de fato tenhamos conseguido constituir uma comunidade acadêmica mais consolidada sobre a temática. Talvez nos falte ainda uma leitura latino-americana das questões de Linda Nochlin, como aponta Herkenhoff (2006, p. 151),<sup>12</sup> ou, indo mais além, uma incursão mais ousada nas teorias chamadas pós-feministas, que trazem à tona o feminino omitido por um feminismo mais tradicional, com ênfase em determinados padrões raciais e de sexualidade.<sup>13</sup> Podemos destacar a necessidade de pensarmos a partir do nosso próprio ponto de vista (brasileiro, latino-americano, politicamente periférico ou economicamente emergente) a respeito das indagações que envolvem gênero, sexualidade e Artes Visuais.

Trazer à tona a discussão instaurada por uma autora como Linda Nochlin e a repercussão no modo como a temática tem sido abordada em diferentes exposições reunindo mulheres artistas no Brasil prepara o cenário para que possamos nos aproximar das práticas e pesquisas em ensino de Artes Visuais que envolvem ou silenciam diante de tais indagações. Afinal, o modo com o qual o mundo das artes engendra ou movimenta-se em torno de determinadas verdades acaba, de algum modo, sutilmente ou não, contaminando os modos como se pensa a relação entre arte e educação.

---

<sup>12</sup> É importante destacar também que, até 2013, os artigos de Linda Nochlin não tiveram ainda uma versão em português publicada.

<sup>13</sup> A esse respeito, ver Preciado (2010).



## ► Arte, educação, feminismos, discussões de gênero: os silêncios de um discurso

Iniciei o presente texto falando das minhas primeiras inquietações em relação a gênero, Artes Visuais e educação. Das inquietações primeiras, e da curiosidade que lançou a pergunta sobre a ausência das mulheres artistas, o tema se tornou mais complexo, gerando várias produções nos últimos dez anos, relacionando gênero a constituição da docência em Artes Visuais (LOPONTE, 1999, 2005a, 2005b); imagens e pedagogias visuais do feminino (LOPONTE, 2002, 2008a, 2010); mulheres na arte do Brasil (LOPONTE, 2008b). Se a discussão sobre a temática causava certo espanto há alguns anos em palestras, aulas e seminários, com recepção e olhares de “nunca havia pensado nisso antes”, hoje a discussão já não é tão nova assim, embora seja possível perceber que pouco do debate gerado tenha sido incorporado especificamente no campo de arte e educação no Brasil.<sup>14</sup>

Ao olhar panoramicamente para a produção realizada nos últimos anos na área de arte e educação, visível em anais de eventos e publicações periódicas, percebemos que, apesar dos avanços, as pesquisas nesse campo no Brasil continuam refratárias às discussões feministas, ou, por outro lado, tratando essas questões de forma superficial, sem ir ao seu âmago.

Para exemplificar essas reflexões, percorri os anais de dois eventos importantes no Brasil que congregam pesquisadores envolvidos em arte e educação.<sup>15</sup> Trata-se dos anais das Reuniões

---

<sup>14</sup> Ressalto a tese de doutorado de Coutinho (2010), a qual acompanhei como coorientadora, juntamente com a professora Eduarda Coquet, da Universidade do Minho, em Braga, Portugal, a produção de Richter (2003) e a de Dias (2005, 2011), que inaugura no país a análise do olhar *queer* no campo da arte e educação, introduzindo novas temáticas relativas a gênero e sexualidade ao ensino das artes.

<sup>15</sup> Para fins deste artigo, limitei a busca em anais e periódicos registrados no sistema SciELO. Em relação à produção em livros, percebi também apenas uma produção dispersa em algumas publicações, tais como Dias (2005, 2011) e Cao (2008), esta última uma publicação espanhola.



Anuais da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), especialmente o Grupo de Trabalho (GT) 24 - Educação e Arte, e dos anais dos Encontros Nacionais da Associação Nacional de Pesquisa em Artes Plásticas (Anpap). Circunscrevi a busca a partir do ano de 2003 nos anais disponíveis *on-line* nos respectivos *sites* das associações,<sup>16</sup> com larga tradição e respeitabilidade acadêmica no país. Procurei trabalhos que contemplassem palavras-chave tais como gênero, feminismo, sexualidade, teoria *queer* relacionadas ao campo da arte e educação, em especial, Artes Visuais. No que se refere à Anpap, há apenas anais disponibilizados a partir do ano de 2007. Concentrei a busca nos trabalhos apresentados no Comitê de Ensino-Aprendizagem de Arte (anos de 2007 e 2008), no Comitê Educação em Artes Visuais (anos de 2009, 2010 e 2011) e, no ano de 2012, em todos os simpósios apresentados. Em relação à Anped, é importante destacar que, apesar de a temática de arte e educação aparecer de forma esporádica e dispersa nos mais de trinta anos de história da associação, ela passa a ter maior visibilidade a partir da criação de um grupo de estudo (GE) em 2007, que é consolidado em um GT permanente a partir de 2009: GT 24 - Educação e Arte. Para fins deste estudo, considereirei a produção apresentada desde a criação do grupo, em 2007.

Encontrei dez trabalhos nos anais da Anpap envolvendo, de algum modo, as temáticas elegidas, sendo que um dos trabalhos abordava o feminismo em relação à arte contemporânea, sem, no entanto, abordar arte e educação. Entre as temáticas abordadas, temos o seguinte: propostas pedagógicas envolvendo a análise de imagens de arte e da cultura visual (três trabalhos); formação docente em artes (dois trabalhos); produção artística de mulheres (dois trabalhos); produção artística de meninas adolescentes

---

<sup>16</sup> Os sites são os seguintes: <<http://www.anpap.org.br/>> e <<http://www.anped.org.br/>>.



(um trabalho); e novas propostas metodológicas e pedagógicas (um trabalho). Em relação aos trabalhos encontrados, podemos destacar que a temática tem de algum modo se feito presente nos encontros da Anpap, com uma média de dois artigos por reunião, embora ainda como uma distribuição pouco consistente desde o ano de 2008 até 2012.<sup>17</sup>

Chama a atenção a ausência de uma discussão teórica mais específica ou mais elaborada em torno das temáticas de gênero, sexualidade e feminismos, com algumas exceções. A maioria dos trabalhos trata de termos como gênero, feminino, masculino, “machismo”, ou mulheres artistas sem se reportar às discussões já acumuladas na área, em especial em relação às Artes Visuais. Considerando a escassa disponibilidade de textos sobre essas temáticas em língua portuguesa, vemos poucos dos textos analisados referindo-se a publicações estrangeiras. Os trabalhos referem-se, em geral, a discussões muito pontuais envolvendo práticas de leitura de imagens da cultura visual (desenhos animados infantis, produções artísticas de estudantes), constituição da docência em Artes, produção artística de mulheres, sem que,

---

<sup>17</sup> Os trabalhos e seus respectivos autores são os seguintes: “Desenho animado e gênero: masculinidade em Bob Esponja”, de Analice Dutra Pillar; “O feminismo e a arte contemporânea – considerações”, de Talita Trizoli (XVII Encontro Nacional da Anpap, Comitê de Ensino-Aprendizagem de Artes, 2008); “O machismo em imagens”, de Evaldo Miranda de Araújo; “Mulheres, artes visuais e docência: qual a relação dessas escolhas?”, de Rosina Fiamoncini (XVIII Encontro Nacional da Anpap, Comitê Educação e Artes Visuais, 2009); “Uma questão de política cultural: mulheres artistas, artesãs, designers e arte/educadoras”, de Ana Mae Barbosa; “O círculo – ativando a produção plástica feminina na via UERJ/Mangueira”, de Isabela Frade e Joice Henck; “Um olhar sobre as representações da sexualidade no âmbito escolar”, de Juzelia de Moraes Silveira (XIX Encontro Nacional da Anpap, Comitê de Educação e Artes Visuais, 2010); “Poética visual do feminino na educação: a identidade feminina adolescente”, de Daysa Darcin Souza e Roberta Puccetti; “Produção discursiva de gênero, cadernos de receitas culinárias e prática docente”, de Juzelia de Moraes Silveira (XX Encontro Nacional da Anpap, Comitê de Educação e Artes Visuais, 2011); e “Ensinando fora do eixo: cultura visual queer”, de Belidson Dias (XXI Encontro Nacional da Anpap, 2012).



de fato, vejamos alguma mudança mais efetiva nos modos de conceber o ensino de Artes Visuais, especialmente na Educação Básica. Essa discussão aparece de modo mais contundente no artigo de Dias (2011), que, através de um olhar atravessado pela teoria *queer*, afirma:

Percebi que, se queremos mudar aspectos da prática em arte/educação corrente e promover a mais ampla compreensão e implicações para a educação da cultura visual, como uma abordagem produtiva em ensino de artes visuais, seria necessária a adoção de novos enquadramentos conceituais sobre as noções de poder e conhecimento, e discutir criticamente as questões de representação de raça, classe, gênero, sexualidade, deficiência, idade, etc. (DIAS, 2011, p. 132).

O que é colocado em questão aqui é a necessidade de “novos enquadramentos conceituais”, novos modos de conceber o que pensamos em relação a práticas pedagógicas e curriculares, metodologias de ensino, formação de docentes, que implicariam certa atitude foucaultiana de “pensar o impensado” dentro do nosso próprio pensamento.<sup>18</sup> Uma atitude que talvez nos fizesse aprender “o exercício da dúvida permanente em relação a nossas crenças, às nomeações que vimos fazendo por vezes há longo tempo, de tal forma que já as transformamos em afirmações e objetos plenamente naturalizados” (FISCHER, 2012, p. 103). Vemos, por exemplo, que alguns respingos das discussões feministas em relação às Artes Visuais começam a aparecer em um outro olhar para a produção artística das mulheres, inclusive dissolvendo as fronteiras canônicas entre arte e artesanato. São avanços importantes, considerando a incipiente produção acadêmica

---

<sup>18</sup> “Mas o que é filosofar hoje em dia – quero dizer, a atividade filosófica – senão o trabalho crítico do pensamento sobre o próprio pensamento? Se não consistir em tentar saber de que maneira e até onde seria possível pensar diferentemente em vez de legitimar o que já se sabe?” (FOUCAULT, 1998, p. 13).



brasileira na área e a resistência dos pesquisadores do campo da arte/educação em relação a uma discussão mais aprofundada e menos cosmética a respeito de temas como gênero, sexualidade, feminismos e diferenças culturais de todo o tipo, apesar de essas temáticas serem recorrentes na produção artística contemporânea. Ainda assim, avançamos lentamente.

Em relação à produção apresentada na Anped desde a criação do grupo específico de Educação e Arte, grupo que abriga trabalhos em várias linguagens artísticas, encontrei apenas um artigo: “Poéticas do feminino/feminismo: interfaces para o ensino de arte”, apresentado por Andrea Senra Coutinho, em 2010. A partir da análise do trabalho de três mulheres artistas (Beth Moysés, Rosana Paulino e Paula Rego), a autora procura estabelecer relações com o que chama de poéticas do feminino/feminismo com potencialidade artística, estética e interdisciplinar para as aulas de arte. Em relação à produção apresentada no GT desde a sua criação, em 2007, esse é um dos poucos trabalhos que abordam a temática, buscando repensar as configurações atuais do ensino de arte.

Nas buscas no sistema SciELO (*Scientific Electronic Library Online* - <<http://www.scielo.org/php/index.php>>), que reúne periódicos qualificados em cerca de 11 países de língua portuguesa e espanhola, encontrei apenas um artigo, entre a produção publicada no Brasil nos últimos dez anos, que tangencia as discussões em foco aqui: “Pedagogias queer e libertária para educação em cultura visual”, de autoria de Gabriela de Andrade Rodrigues, publicado em 2010 (RODRIGUES, 2010). O artigo é bastante contundente em suas afirmações ao propor para a discussão:

[...] mudanças relativas à metodologia de ensino, focando as relações de poder e gênero que cruzam as convivências entre professor/educando e as socializações entre os próprios estudantes. A pesquisa compõe a ideia de liberdade como constructo social e a rejeição à autoridade instituída,



apresentadas pela pedagogia libertária [...], com as propostas da pedagogia *queer*, em que o pensamento binário é veementemente rechaçado, sem perder um enfoque nas relações identitárias sexuais e de gênero. (RODRIGUES, 2010, p. 737).

Entram em jogo aqui os questionamentos de binarismos como feminino/masculino, assim como das chamadas “belas-artes” e outras produções artísticas não canônicas, como exemplifica a autora: “O conteúdo de artes, por exemplo, deixa de se pautar pelo dualismo entre as belas-artes e todas as outras manifestações, que são contempladas como curiosidades.” (RODRIGUES, 2010, p. 741).

Analizando as temáticas apresentadas nessas diferentes produções encontradas, vemos que há uma discussão que tenta emergir lentamente em um campo pouco afeito a grandes mudanças. No entanto, percebemos pouca articulação entre os trabalhos e a produção acadêmica já constituída sobre gênero, feminismos, arte e educação, especialmente em outros países. As discussões continuam isoladas e pontuais, sem uma repercussão maior no campo de investigação em arte/educação que permitisse a consolidação da temática e a constituição de uma comunidade de investigação. Percebemos que, de certa forma, ainda se teme contaminar as discussões de Artes Visuais com questões políticas, como já advertia Nochlin (1989a) a respeito dos modos de conceber o pensamento sobre história da arte. Nesse sentido, com ainda poucas exceções, pesquisas e produções acadêmicas de arte/educação no Brasil<sup>19</sup> que se arriscam em temáticas envolvendo gênero e sexualidade (ou mesmo a respeito de diferenças culturais e artísticas que destoam dos cânones<sup>20</sup>) tocam nessas

<sup>19</sup> É provável que nos demais países latino-americanos a situação não seja tão diferente, o que seria uma interessante investigação a ser feita.

<sup>20</sup> Ressaltamos a produção emergente a respeito da cultura visual e educação no Brasil, como vemos em Martins e Tourinho (2008).



questões com as “pontas dos dedos”, sem, de fato, romper com o silêncio quase ensurdecedor em torno desses diferentes discursos. As questões e temáticas estão à nossa frente (visíveis em nossas salas de aulas repletas de diferenças de todos os tipos, nas nossas arraigadas práticas e materiais pedagógicos, metodologias de ensino, curadorias artísticas), gritando para serem ouvidas. No entanto, há ainda uma surdez generalizada em torno de uma discussão que desponta timidamente.

Apesar da ampliação do debate no âmbito das artes, não mudamos nossos paradigmas em relação às discussões que envolvem gênero, sexualidade e Artes Visuais na educação, parecendo que basta se lembrar de incluir (de forma politicamente correta) uma ou outra imagem de mulher artista no material disponibilizado aos alunos, com algumas concessões pequenas ao trabalho de artistas de raças, etnias, gêneros e sexualidades distintas dos padrões hegemônicos, deixando intocáveis outros aspectos que dizem respeito ao que entendemos por arte e seus cânones. Vemos replicadas na discussão sobre arte e educação algumas das palavras tão recorrentes no campo da teoria e crítica de artes em relação a esse debate no nosso país: periférico, marginal, supérfluo, dispensável.<sup>21</sup> Quais os efeitos disso? Compartilho inquietações semelhantes às de Dias (2011, p. 29):

Percebia, então, claramente como os arte/educadores no contexto brasileiro, subjugados por uma experiência histórica e colonial de longo tempo, haviam perdido o senso de conexão com seus próprios conceitos de nação, classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e também de outras culturas, que são elementos cruciais de uma identidade. Eles eram invisíveis porque não tinham sido autorizados pelo currículo. Desde então, algumas coisas melhoraram no currículo em arte/educação em relação a questões de raça, etnia e necessidades especiais, mas muito pouco ou quase

<sup>21</sup> Somam-se a essas questões a resistência que vemos no Brasil em relação ao discurso feminista em todas as áreas de conhecimento diante das inegáveis conquistas femininas das últimas décadas. Ver Rago (1996).





nada se avançou em assuntos de classe, gênero e sexualidade. [...] O ensino de artes acrítico reproduz a ênfase na arte da alta cultura, glorificando determinados objetos de arte, autorizando o que convém como experiência estética adequada, certificando certas interpretações da História da Arte e colocando-as no topo de uma hierarquia curricular que desvaloriza outros objetos de arte, artefatos visuais e outras histórias de outras artes.

Seremos ainda tão subalternos a modismos, à reprodução acrítica de pensamento, a configurações imutáveis de conhecimento? Somos tão imunes às contaminações das discussões que envolvem as diferenças nas artes e outros modos de conceber esse saber? Continuaremos esperando “cartilhas”, “manuais” de como fazer para incorporar tais discussões em aulas, metodologias, práticas e pesquisas?

Em estudo recente, Frade et al. (2012) identificam um hiato na formação do educador em arte em relação às questões de diversidade e sua abordagem na prática educativa escolar:

Uma lacuna que, percebemos, perpassa não somente as questões inerentes ao gênero (em suas flutuações, contaminações, atritos, desdobramentos, entre-espacos), mas ainda se insinua, com maior ou menor intensidade, entre outros modos e manifestações de alteridade (étnica, cultural, social, territorial, econômica, religiosa). Esse vácuo, constantemente, se manifesta na fala de educadores em formação sob a forma de uma inquietação frente ao auto-diagnóstico de um despreparo profissional para responder aos desafios de lidar com as questões da diversidade em suas múltiplas manifestações nos espaços de ensino e aprendizado. (FRADE et al., 2012, p. 10).

Hiato, lacuna, vácuo: podemos ler esses espaços vazios como falta e ausência, mas também como um campo aberto de possibilidades, como campo prenhe de novas configurações de pensamento. Se precisamos de tempo para digerir, ruminar e amadurecer as questões que nos atravessam e nos deslocam,



talvez tenhamos chegado na hora de finalmente transformar pequenas inquietações em práticas e discursos que se traduzam em formação de professores, em mudanças curriculares, metodologias de ensino, práticas pedagógicas.<sup>22</sup>

Perguntar sobre as mulheres artistas que estavam ausentes dos principais discursos em arte e educação foi apenas o início de outras renovadas indagações que perpassam verdades instituídas por determinada crítica de arte, por curadorias de exposições artísticas reunindo mulheres e, indiretamente, por curadorias pedagógicas de docentes de Artes Visuais na Educação Básica, além das escolhas temáticas de pesquisadores e pesquisadoras da área.

Se as novas formas de relacionamento com o conhecimento e a informação estão mudando os modos de fazer e pensar política, se as produções artísticas contemporâneas desafiam insistentemente (queiramos ou não) nossas crenças sobre o que, enfim, pode ser isso que chamamos de arte, há que se estar atento às diferenças, há que se afinar o ouvido para a multiplicidade de perspectivas de pensamento, para as contaminações dos feminismos que não se conformam com a fixidez das essências, das teorias aparentemente estranhas ou *queer* que deslocam modos de pensar e perceber o campo no qual atuamos. Que o “nunca havia pensando nisso antes” não nos paralise, mas nos impulse a seguir em frente, pois o tempo urge, e temos muito ainda o que fazer em relação a todas essas questões.

## ► Referências

ARTCULTURA. Dossiê Relações de gênero e arte. Uberlândia, v. 9, n. 14, 2007. Disponível em: <<http://www.artcultura.inhis.ufu.br/anteriorNr14.php>>. Acesso em: 24 jul. 2013.

<sup>22</sup> A esse respeito, ver o interessante artigo de Cao (2002).



BARBOSA, Ana Mae. *Tópicos utópicos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

\_\_\_\_\_; CUNHA, Fernanda Pereira da (Org.). *Abordagem triangular no ensino das artes e culturas visuais*. São Paulo: Cortez, 2010.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, p. 11-42, 1998.

CAO, Marian Lopez Fernández. Educar o olhar, conspirar pelo poder: gênero e criação artística. In: BARBOSA, Ana Mae; AMARAL, Lilian (Org.). *Interterritorialidade: mídias, contextos e educação*. São Paulo: Senac, 2008. p. 69-85.

\_\_\_\_\_. La educación artística y la equidad de géneros: un asunto pendiente. *Arte, individuo y sociedad*, v. 1, p. 145-171, 2002.

CHADWICK, Whitney. *Mujer, arte y sociedad*. Destino: Barcelona, 1992.

CHIARELLI, Tadeu. Arte brasileira ou arte no Brasil? In: CHIARELLI, Tadeu. *Arte internacional brasileira*. São Paulo: Lemos-Editorial, 2002. p. 11-26.

COUTINHO, Andréa Senra. *Poéticas do feminino/feminismo na arte contemporânea: transgressões para o ensino de artes visuais em escolas*. 2010. Tese (Doutorado) Universidade do Minho, Braga, 2010.

DEBRAY, Cécile; LAVIGNE, Emma. Introdução. In: *ELLES: mulheres artistas na coleção do Centro Pompidou*. Rio de Janeiro: CCBB, arte 3, BEI, 2013. p. 11-13.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Manobras radicais: artistas brasileiras (1886-2005). In: HERKENHOFF, Paulo; HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Manobras radicais*. São Paulo: Associação de Amigos do Centro Cultural do Banco do Brasil, 2006. p. 9-11.

DIAS, Belidson. Entre arte/educação multicultural, cultura visual e teoria queer. In: BARBOSA, Ana Mae. *Arte/educação contemporânea: consonâncias internacionais*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 277-291.



\_\_\_\_\_. *O i/mundo da educação em cultura visual*. Brasília: Ed. da UnB, 2011.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. *Trabalhar com Foucault: arqueologia de uma paixão*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

\_\_\_\_\_. *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 2000.

FRADE, Isabel et al. Refletores em convergência: questões de gênero. In: CONFAEB Arte/Educação: Corpos em Trânsito, 22., 2012, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://faeb.com.br/livro03/Arquivos/comunicacoes/462.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2013.

GERALDO, Sheila Cabo. Arte e gênero: o debate da produção transversal de diferenças. *Poiesis*, n. 15, p. 9-14, 2010. Disponível em: <[http://www.poiesis.uff.br/PDF/poiesis15/Poiesis\\_15\\_ArteGenero.pdf](http://www.poiesis.uff.br/PDF/poiesis15/Poiesis_15_ArteGenero.pdf)>. Acesso em: 21 jul. 2013.

HERKENHOFF, Paulo, HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Manobras radicais*. São Paulo: Associação de Amigos do Centro Cultural do Banco do Brasil, 2006.

PORQUERES, Bea. *Reconstruir uma tradición: las artistas em el mundo occidental*. Madrid: Horas y Horas, 1994.

LEVIN, Kim. *Top Ten ARTnews Stories: Exposing the Hidden 'He'*. ARTnews, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.artnews.com/2007/11/01/top-ten-artnews-stories-exposing-the-hidden-he/>>. Acesso em: 11 jul. 2013.

LOPONTE, Luciana Gruppelli. *Docência artista: arte, estética de si e subjetividades femininas*. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005a.



\_\_\_\_\_. Gênero, educação e docência nas artes visuais. *Educação e Realidade*, n. 30, p. 243-259, 2005b.

\_\_\_\_\_. Gênero, visualidade e arte: temas contemporâneos para educação. In: ICLE, Gilberto (Org.). *Pedagogia da arte: entre-lugares da criação*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2010. p. 149-163.

\_\_\_\_\_. Imagens do espaço da arte na escola: um olhar feminino. *Pro-Posições* (Unicamp), Campinas, SP, v. 10, n. 3, p. 37-46, 1999.

\_\_\_\_\_. Mulheres e artes visuais no Brasil: caminhos, veredas e descon-tinuidades. *Visualidades*, n. 6, p. 13-31, 2008b.

\_\_\_\_\_. Pedagogias visuais do feminino: arte, imagens e docência. *Currículo sem Fronteiras*, n. 8, p. 148-164, 2008a.

\_\_\_\_\_. Sexualidades, artes visuais e poder: pedagogias visuais do fe-minino. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 283-300, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irene (Org.). *Educação da cultura visual: narrativas de ensino e pesquisa*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2008.

MAYAYO, Patricia. *Historias de mujeres, histórias del arte*. Cátedra: Madrid, 2003.

NOCHLIN, Linda. *The politics of vision: essays on nineteenth-century art and society*. Colorado: Westview Press, 1989a.

\_\_\_\_\_. Why have there been no great women artists? In: \_\_\_\_\_. *Women, art, and power and other essays*. Colorado: Westview, 1989b. p. 145-178.



\_\_\_\_\_. "Why have there been no great women artists?": thirty years after. In: ARMSTRONG, C.; ZEGHER, C. de (Ed.). *Women artists at the millennium*. Cambridge: MIT Press, 2006. p. 21-32.

POLLOCK, Griselda. *Vision and difference: feminism, feminity and the histories of art*. New York: Routledge, 2003.

PRECIADO, Beatriz. Entrevista com Beatriz Preciado, por Jesús Carrillo. *Poiesis*, n. 15, p. 47-71, 2010. Disponível em: <[http://www.poiesis.uff.br/PDF/poiesis15/Poiesis\\_15\\_EntrevistaBeatriz.pdf](http://www.poiesis.uff.br/PDF/poiesis15/Poiesis_15_EntrevistaBeatriz.pdf)>. Acesso em: 28 nov. 2013.

RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós)modernidade no Brasil. *Cadernos AEL*, 3/4, p. 11-46, 1996.

RICHTER, Ivone Mendes. *Interculturalidade e estética do cotidiano no ensino das artes visuais*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

RODRIGUES, Gabriela de Andrade. Pedagogias queer e libertária para educação em cultura visual. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 735-745, 2010.

SACCÁ, Elizabeth J.; ZIMMERMAN, Enid. *Women art educators IV: herstories, ourstories, future stories*. Quebec: CSEA, 1998.

SIMIONI, Ana Paula C. *Profissão artista: pintoras e escultoras acadêmicas brasileiras*. São Paulo: Edusp, 2008.

# DOCUMENT-AÇÃO: I EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DE ARTE E GÊNERO



*Rosa Maria Blanca*

## ► Introdução

Como pensar na *autonomia* das artes e dos artistas sobre o paradigma da arte contemporânea, sem cair na armadilha da arte moderna formal e individualista? Como pensar o contemporâneo, a produção de estéticas dissidentes, evitando a proposição de tautologias discursivas (re)afirmativas do conhecimento academicista, universal? Então, como propor visualidades questionando a categoria de raça sem produzir racialização? Como produzir criticidade sem ser fascista?

Como impor um contexto fora de uma dialética? Como ser artista sem ser neutra/o? Como questionar a lógica, sem perder a razão? Como fazer arte sem Arte? Como escrever uma poesia sem contribuir para a política do belo, do humanista, ou do higienista, ou do sexista? Como ser romântico sem fugir? Como pintar a óleo, que leva muito tempo para secar, enquanto experimentam, seduzem, lambem, operam, arrastam exterminam um corpo construído como *mulher*?



A arte tornou-se um meio de informação, assim como a informação usa a arte como uma ferramenta de comunicação. Artistas e coletivos de arte têm se beneficiado com a fusão entre arte e tecnologias da informação. Com o desenvolvimento da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), os efeitos do conhecimento científico sobre a cultura são sem precedentes. Se, por um lado, houve uma desnaturalização de dimensões como espaço e tempo, identidades e sexualidades, o que nos levou a considerar não uma, mas várias espacialidades e temporalidades, e não uma, mas uma identidade múltipla ou uma não identidade, por outro lado, naturalizamos o progresso científico à costa da precariedade laboral e do genocídio racial, no contexto latino-americano e caribenho.

A linguagem é a forma como se modifica a concepção do tempo, do espaço e das condições de possibilidade do surgimento de uma identidade particular, através de um sistema epistemológico visual (BLANCA, 2011). A desnaturalização, do tempo na arte e do conceito de identidade, encontra como registros importantes as *performances* da artista afro Adrien Pipe, como *O ciclo mítico do ser eu*.

Sob essas premissas, a arte que eu defendo é um conjunto de linguagens ou, bem, um conjunto de práticas plásticas e visuais que propõem a sua própria linguagem, sua própria produção e documentação, tanto do tempo e do espaço quanto dos seus fundamentos epistemológicos, históricos e, claro, identitários. É por isso que eu acho possível questionar a ciência a partir da arte. A ciência também tem sua própria linguagem. Você não pode fazer uma crítica da arte sem alienar isso. Proponho a arte como uma área de conhecimento capaz de questionar a ciência, através da experiência de distintas temporalidades e espacialidades e do estranhamento de qualquer ou de todas as identidades.

A linguagem estrutura subjetividades, ao mesmo tempo que as produz. Há uma dimensão estruturante da linguagem na





subjetividade (GOLUBOV FIGUEROA, 2006). É por isso que a gestão da linguagem interessa tanto para a arte quanto para a ciência. A linguagem tornou-se uma área de contenção, de disputa política e social. “O jogo de poder dentro da comunidade artística prevê o controle e restrição de certas obras para manter o *status quo*, assim como certos valores” (BECHELANY, 2005, p. 16).

Sugiro um tipo de documentação eletrônica materializada no Centro de Documentação Eletrônica, como um dispositivo para atravessar as práticas autoritárias da linguagem da ciência, como uma forma não só de produzir conhecimento, mas também de permitir a emergência de condições de uma linguagem que modifique a estrutura de nossas subjetividades, o mais autonomamente possível.

### ► História da arte e ciência

A documentação eletrônica de práticas artísticas tornou-se uma maneira de registrar a arte e, portanto, outra forma de construir a arte, a crítica de arte, a história da arte ou as *histórias* da arte. A documentação pode expandir e (re)orientar a metodologia da pesquisa em Artes Visuais. Circunscrita na TIC, a acessibilidade que comporta a documentação promove a construção de significados que afetam o desenvolvimento da prática artística e, portanto, a maneira de construir e perceber a(s) cultura(s).

Eu sugiro o projeto “Centro de Documentação Eletrônica” (CDE) como uma ação que propõe, em uma das suas interfaces, a documentação de práticas emergentes. Isso ocorre porque o debate que está sendo colocado na mesa do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (*Como construir epistemologias contra-hegemônicas? Os desafios da arte, a educação, a tecnologia e a criatividade*) discute a maneira como está sendo produzido o conhecimento e como se dá a sua relação com a arte, a educação e a criatividade.



Então, eu temo que a arte perca sua autonomia no momento em que suas práticas artísticas articulam o modelo epistemológico e visual da ciência moderna. Ou seja, no contexto brasileiro, a arte produz subjetividades dentro das expectativas da ciência ocidental: colonizadora, neutra e formalista. Nossos espaços de exposições continuam sendo os mesmos: brancos, elitistas e progressistas. Avançamos produzindo afetos de segregação, de racialização e de feminização. Em outras palavras, na arte, avançamos operando com a ciência ocidental moderna.

Com a justificativa de ser uma arte autônoma – sequelas de uma arte moderna – e de resistência – imune frente a problemas contextuais como o racismo, a violência contra o gênero, o uso do sistema reprodutor feminino para a (re)produção da força de trabalho em um sistema neoliberal –, a arte contemporânea retirou-se para si mesma, usando nas suas poéticas o clichê do inocente, do senso comum, do anedótico e do autobiográfico. Na arte contemporânea, valorizam-se muito as histórias de vida, o problema é que não se trabalha com um viés crítico. Comemora-se o “autêntico” nas poéticas monólogos. A autonomia do/a artista se confunde com o individualista. O valor narcisista, longe de ser uma estética de empoderamento, na arte, cresce como uma forma de prepotência cultural, aliada a e legitimada por valores heterossexistas.

Lembro, mais uma vez, que a Primeira Bienal de São Paulo surge dentro do projeto de modernidade no Brasil, através de um processo civilizatório instituído na cultura e na arte. Desejo também lembrar que não foi por acaso que, na edição 55ª da Esposizione Internazionale d’Arte – La Biennale di Venezia (2013), a representação do Brasil foi marcada pela escultura “Unidade Tripartida”, de Max Bill (1908-1994), artista suíço que recebera um prêmio, precisamente, na I Bienal de São Paulo, em 1951, e cuja proposta, na época, legitimaria uma arte construtivista baseada nas formas limpas e na utilização de materiais industriais.



As poucas exposições sobre o feminino, no Brasil, não questionam a dimensão heteronormativa e sexista. Prova disso foi a exposição “O museu sensível: uma visão da produção de artistas mulheres na coleção do MARGS” no Museu de Arte do Rio Grande do Sul, onde foi apresentado um útero no coração do espaço expositivo, equacionando o feminino com a “(re)produção”, durante o período de 19 de dezembro de 2011 a 18 de março de 2012. Na lógica do patriarcalismo, constrói-se a figura de mulher como mãe, o que é um tipo de violência, de perversão cultural, quando se submete o seu corpo e sua sexualidade (ZAMORA GARRÃO, 2008). O título da exposição qualificava a mostra como “sensível”, naturalizando mais uma vez o feminino com o sentimental. As políticas públicas progressistas preveem uma cultura artística, um sistema das artes em que se custodie a iniciativa privada, a família, a moral, os materiais industriais, o higienismo, o racismo, a heteronormatividade, o antifeminismo e o patriarcado.

O pensamento descolonial tem contribuído para a formulação de categorias e a articulação das conceituações que não são precisamente aquelas da ciência ocidental moderna. “O pensamento descolonial é um caminho para a pluriversalidade como um projeto universal, uma vez que envolve pensar a partir das linguagens e de categorias de pensamento que não estão incluídas nas fundamentações ocidentais” (SERRANO, 2013, p. 7). A ideia de correlação “universal” não obedece ao correlato do paradigma científico moderno. Deseja-se ressignificar categorias como “universal” dentro de uma perspectiva mais ampla de produção de conhecimento flexível, tolerante e pluralista, contra o fascismo epistemológico ocidental.

## ► Documentação e projeto curatorial

A produção de uma mostra como a I Exposição Internacional de Arte e Gênero visa operar diretamente na apresentação



do trabalho final, com o propósito de interferir nas práticas curatoriais formais no Brasil, porque a maneira pela qual uma exposição é concebida e apresentada discursivamente (convocatória, mídia, redes sociais etc.) e no espaço expositivo interfere na definição de arte que está sendo proposta. Em outras palavras, “[...] a constituição física ou a dimensão perceptiva da produção está relacionada ao contexto de sua exposição ou é por ele afetada, pelas diferentes concepções de arte e pelos discursos aí inscritos” (FERVENZA, 2009, p. 68).

Projetar ou curar uma exposição para uma documentação implica nortear sua pesquisa em função de uma possível arte epistemológica, na medida em que se projeta a apresentação visual, discursiva e física das obras artísticas.

Com a exposição, ou seja, com uma prática curatorial que inclui uma documentação, antecipa-se a visualização de uma definição de arte que ainda não encontrou um espaço para sua exposição. Essa é uma documentação transfronteiriça, porque envolve a articulação dos modos de operação da arte contemporânea na arena transnacional. Está se interferindo nas condições de produção de arte do protocolo da arte contemporânea brasileira.

Assim, proponho, como curadora, a I Exposição Internacional de Arte e Gênero como uma ação de documentação que envolve, na sua perspectiva, um dispositivo de visualização de práticas artísticas, de textualizações, de historicizações e gestões na produção de conhecimento. São formas de conceber subjetividades para intencionalmente impor um contexto, uma documentação de primeira mão.

Porque, se é verdade que as exposições internacionais são exemplos de “consagração de comunidades interpretativas” (BECHELANY, 2005), uma exposição internacional também pode abrir um espaço de livre acesso – *open access* – para a diversidade cultural.

Recorde-se:



Enquanto se garanta a livre circulação das ideias mediante a palavra e a imagem, deve-se cuidar para que todas as culturas possam se expressar e se fazer conhecidas. A liberdade de expressão, o pluralismo dos meios de comunicação, o multilinguismo, a igualdade de acesso às expressões artísticas, ao conhecimento científico e tecnológico – inclusive em formato digital – e a possibilidade, para todas as culturas, de estarem presentes nos meios de expressão e de difusão, são garantias da diversidade cultural. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL, Artigo 6, 2002).

A documentação eletrônica se apropria da tecnologia ao considerá-la como uma ferramenta de ação para a transformação das culturas e das subjetividades. O/a artista trabalha com imagens que não estão presentes na realidade, mas são configuradas como realidades possíveis.

### ► A exposição

Para a I Exposição Internacional de Arte e Gênero, foram selecionadas, por edital, propostas artísticas oriundas de 36 artistas (Figura 1). Também, foram convidadas *performers*, ativistas e uma cantora. Articulada com a Programação de Arte e Gênero – que contou com a colaboração de Julia Godinho, estudante de Museologia, e Gabriela Marques, doutoranda em História –, o convite estendeu-se ao grupo Visiona. Essa primeira edição teve a participação de artistas de 25 cidades, das quais, obviamente, a maioria pertencente ao território brasileiro – não podendo ser ignoradas as grandes dificuldades impostas pelas transportadoras de obras de arte na Alfândega, com base na Receita Federal. Maringá destacou-se com cinco artistas participantes, ao lado de Brasília, com também cinco. Em seguida, contou-se com Arvorada, com quatro, e Florianópolis, com três. Com dois candidatos, estiveram Curitiba, Joinville, Porto Alegre e São Luís do



Maranhão. Com um participante, tiveram-se as cidades de Esteio, Campinas, Fortaleza, Goiânia, Guaramirim, Londrina, Montes Claros, Dourados, Balls e Pinhais. Houve também propostas de artistas de Girona e Valência, procedentes do Estado Espanhol, uma artista de Buenos Aires e outra de Nova York.



**Figura 1** - I Exposição Internacional de Arte e Gênero (2013). Cartaz de divulgação

Para a comissão de seleção, decidiu-se configurar um júri internacional, uma vez que se parte de um pensamento localizado em um contexto transfronteiriço, em um “contexto de movimento transnacional”, em que múltiplas possibilidades de troca podem acontecer e onde lidamos com um universo “simbólico complexo” (BEHELANY, 2005, p. 13): Luciana Gruppelli Loponte, de Porto Alegre (Brasil); Teresa Lenzi, de Rio Grande (Brasil); Yuderkys Espinosa-Miñoso, de Santo Domingo (República Dominicana); Ana Maria Navarrete Tudela, de Cuenca (Estado Espanhol); e eu, Rosa Maria Blanca, da Cidade do México (México).



A linguagem mais utilizada na exposição foi a *performance*, depois a fotografia, logo após a pintura, a aquarela e a intervenção. Tivemos também outras formas, como o bordado, a tapeçaria, o cartaz dadaísta, a colagem, o desenho, a escultura e a gravura.

O feminicídio é uma das preocupações abordadas em trabalhos como *Concessão* (2005), escultura em madeira, de Vera Junqueira. A artista nos mostra o valor da beleza e o valor do brilho em uma cultura que constrói o conforto sobre a exploração do trabalho feminino.

As Artes Visuais dificultam a inserção de artistas afro-brasileiras no espaço branco museográfico, dado o desenvolvimento científico de objetivos de higienização da cultura brasileira (FLORES, 2007). Partindo desse contexto, selecionaram-se propositalmente grupos e artistas como o Núcleo Artístico Feminista (Nafem), configurado por Rosa Maria Costa Santos, Aldenora Marcia Pereira Castro dos Santos, Daiana Roberta Silva Gomes, Nardylla Cristine Ribeiro Correia e Rosenilde de Jesus Arouche Durans. O projeto Nafem vem questionando o alto grau de feminicídio em São Luíz do Maranhão. Em uma perspectiva feminista, a *performance* do Nafem apresentada no Museu de Arqueologia e Etnologia (MARquE), sob o título de “Mulher”, problematiza o racismo e a violência de gênero no Brasil (Figura 2):



**Figura 2** - *Performance* do Nafem, “Mulher”

Imagem: Rosa Blanca.





As *performances* são práticas de negociação e de apelo performativo. Na interação mediante gestos, buscam-se o diálogo e a construção de significados coletivos (Figura 3):



**Figura 3** – Patrícia Batista, “Há uma flor no meu sapato”. *Performance*

Imagem: Rosa Blanca.

Tati Bafo discute a violência contra o gênero. Durante sua *performance*, a artista, nua, solicita ao público narrativas escritas sobre casos de violência sofrida, para ela posteriormente transcrever sobre uma parede de vidro do espaço museográfico do MARquE. As declarações sobre violência são escritas com tinta vermelha, lembrando a cor da violência humana. Um dos objetivos de Tati Bafo está relacionado com a necessidade de mostrar um corpo violado, mas também um corpo de resistência.

Roberta Stubs e Lucia Guajardo propõem estéticas femininas sutilmente subjetivas, mediante elementos visuais, propondo imaginar outras espacialidades sobre territórios corporais e urbanos esquecidos.





Tatiana Nascimento e Sabrina Lopes apresentam o banquete de *performance*, como “um pedido de desculpas *performance*ZINE usado para apresentar um zine sobre lésbica gorda negra para falar sobre o silêncio que paira entre manuais de autofeministas e espelho”, segundo explicam as artistas na sinopse da proposta. Esse tipo de *performance* advoga por um ativismo cultural dentro do Fazendo Gênero 10.

Milena Costa faz retratos de estéticas identitárias não classificadas. Propõe outros estilos de vida, como documentando a existência de grupos culturais que foram descartados pela mídia, a sociedade do espetáculo, a cultura e as artes. Mediante a fotografia, estabelece uma relação de proximidade entre a estética marginal e a arte contemporânea. O nome do projeto é *Queer Face*. O resultado é uma coleção de dissidência estética (Figura 4):

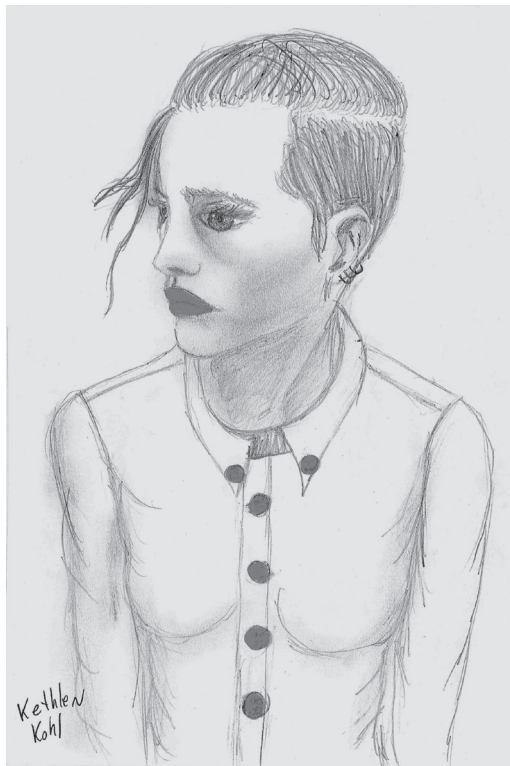


**Figura 4** – Milena Costa, Da série *Queer Face*. Fotografia

Imagem: Milena Costa.



Kethlen Kohl mostra um conjunto de desenhos de cirurgias trans, assim como de pessoas transgender, tendo em conta os seus penteados e modas. O gesto da artista documenta as marcas do processo trans e, também, os estilos do *queer*. Os materiais precários que usa a artista, as linhas e a fragilidade das molduras nos convidam a pensar na vulnerabilidade humana. Os desenhos expõem marcas, experiências, devires. Os reflexos dos plásticos que protegem as obras aparecem como espelhos, identificações sutis. Monstros, perversões delicadas, sonhos que nos tomam através da tinta, traços que, de repente, apaixonam-nos (Figura 5):



**Figura 5** - Kethlen Kohl, "Androgirl". Desenho

Imagem: Kethlen Kohl.



Janaina M. Rossi desenvolve uma prática experimental cujo objetivo é a construção de um espaço para compartilhar vivências que relatem relações depreciativas, desiguais ou de maltrato entre lésbicas. Rossi propõe a fala em primeira pessoa como uma “política prática de curação”, explica na sua proposta. Encontrar novas definições no convívio entre lésbicas é uma das preocupações da ativista. Os modelos heterocentrados ocultam a especificidade e existência lésbica. Como as relações lésbicas distam do paradigma heterossexual, veem-se afetadas de forma distinta, mais ainda ao fugirem da categoria mulher (WITTIG, 2007), afirma Rossi.

Tais práticas sugerem uma dimensão da arte que surge (des)comprometida com o protocolo e o mercado da arte contemporânea – formal. Há uma exploração de percepções e desejos pouco ou nada consensuais, íntima e coerente com experiências afetivas de clara emancipação subjetiva.

Outras artistas, como Alexandra Eckert, Ivone Junqueira, Consuelo Schilchta e Marília Diaz, levaram o bordado para o museu. Sabe-se que a prática do bordado foi feminizada, condenada como arte aplicada ou arte menor, ao mesmo tempo que se colocava a pintura como um gênero masculino, como uma modalidade alta, a partir do século XVI (SIMIONI, 2010). Na América Latina e no Caribe, o bordado se instituiu como prática obrigatória nas escolas e colégios; durante o período de colonização, disciplinam-se meninas e mulheres, prevenindo seu futuro confinamento no lar, devendo realizar práticas de cuidado familiar, como o bordar. O feminismo branco e ocidental desprestigia também o bordado como atividade manual e pouco ou nada intelectual. Artistas como Eckert, Junqueira, Schilchta e Diaz, mediante trabalhos bordados, produzem a agência feminista, subvertendo as práticas de cuidado doméstico e rompendo hierarquias sexistas e artísticas.

Alex Mello mostra a imagem de uma mamadeira com um condão na chupeta. A artista problematiza as práticas perversas



da cultura ocidental ao submeter bebês e crianças a mamar um dispositivo que provavelmente conota um falo, um totem masculino.

Seria pretensioso abordar todos os trabalhos em um espaço destinado à apresentação de uma comunicação em uma mesa-redonda. No entanto, deve-se nomear o resto dos artistas que participaram, mas ainda se almejando uma ação de documentação feminista: Alexandra Martins Costa, Mariana Brites, Alice Monsell, Andressa Proença Rosa, Barbara Bublitz, Cristhian Fernando Cajé Rodriguez, Guilherme Henderson, Rosa Inés Curiel (Ochy) Pichardo, Elisa Riemer e Denise Bertolini (Visiona), Elo Vega, Fagnáh Puñal (Glauco Ferreira e Carlos Eduardo Henning), Isabel Sommer, Junior Ratts, Leonardo de Jesús Freitas de Castro (Lewh Castro), Lucia Gorosito Guajardo, Marcela Garcia Orenstein Alvim, Manuela Machado Ribeiro Venancio, Marcelo Chardosim, Nádia Senna, Nizael Flores de Almeida, Stélio Constantino Barbosa, Patrícia Giselia Batista, Rosana Tagliari Bortolin, Rosi Meire da Silva, Adriana Patrícia Santos, Priscila Mesquita, Sylvana Lobo, Talita Trizoli e Gira Coro.

### ► Considerações finais

Podemos observar como as artistas buscam a realização de identidades experimentais. Acredito que o que seria considerado pelas instituições médicas, jurídicas e mediáticas como desordem identitária encontra na arte um contexto de liberdade para sua expressão e disseminação.

As identidades artísticas são documentos do real, mas também do ficcional e do possível, são formas de constituição de sujeitas e sujeitos a partir da autonomia, em uma constante reconfiguração das suas espacialidades e temporalidades e em relação com os outros. São visíveis as relações espaciais e as múltiplas temporalidades.



Com a I Exposição Internacional de Arte e Gênero, está-se contribuindo para o questionamento da ciência e da produção de conhecimento, através da construção de outra iconografia, feminista, ou, bem, uma iconografia não heteronormativa dentro de outra documentação da arte, para não falar da geração de outra história da arte. Tem-se também a descrição poética como outra maneira de construir elementos visuais que contestam o sistema dominante da epistemologia visual. Através das descrições poéticas, as artistas operam o imaginário, modificando as representações visuais sociais fixas. Os limites entre documentação e ficção diluem-se, assim como também os limites entre representação e materialização. Esse tipo de prática documental – ficcional – atravessa a relação entre arte contemporânea e instituições museísticas, entre as formas de documentação e a escritura das histórias da arte.

Com certeza, a produção de documentação revela uma estratégia intencional para a instauração de determinadas propostas artísticas em contextos de globalização que escapam ao controle nacional e regional e da sua conseqüente exclusão na história da arte. Eis um deslocamento, uma micropolítica artística de dimensões significacionais e materializantes.

A documentação permite à artista construir a sua própria *démarche* e sua própria maneira de fazer história. A descrição de uma imagem exposta (re)interpreta o conflito identitário, desocluidando um cenário político invisibilizado pela mídia, o sistema das artes e a ciência. A isso eu denomino como arte a partir de uma perspectiva *queer*.

A exposição prevalece na sua documentação como anotação, como desejo, como sonho, como poesia irreverente, visualizando subjetivações, identidades estranhas, desejos perfeitos e imperfeitos, mas também como denúncia, como protesto político acusando a impunidade que existe frente à violência de gênero, frente à tanatopolítica dentro da arte e fora dela. A busca pela



autonomia está presente e potencializa-se no trabalho coletivo em uma exposição internacional dentro um evento como o Seminário Internacional Fazendo Gênero 10.

## ► Referências

BECHELANY, Camila Campelo. A comunidade transnacional de arte contemporânea. *Fronteira*, Belo Horizonte, v. 4, n. 7, p. 7-35, 2005.

BLANCA, Rosa Maria. *Arte a partir de uma perspectiva queer/Arte desde lo queer*. 2011. Tese (Doutorado)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL, Rumo a uma diversidade cultural acessível a todos. Unesco, 2002.

FERVENZA, Hélio. Formas de apresentação: da exposição à autoapresentação como arte. *Revista Políndromo 2*, Porto Alegre: UFRGS, p. 68-92, ago. 2009.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. *Tecnologia e estética do racismo: ciência e arte na política da beleza*. Chapecó: Argos, 2007.

GOLUBOV FIGUEROA, Nattie Liliana (Comp.). *Tesouro de gênero: lenguaje con equidad*. Instituto Nacional de las Mujeres. México: Inmujeres, 2006.

SERRANO, Leonardo Sebiane. Corporeidades mestiças: pesquisa somático-performativa como uma opção descolonial. *Conceição/Conception*, v. 1, n. 2, jun. 2013.

SIMIONI, Ana Paula. Bordado e transgressão: questões de gênero na arte de Rosana Paulino e Rosana Palazyán. *Revista Proa*, v. 1, n. 2, 2010. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/proa/ArtigosII/anasi-mioni.html>>. Acesso em: 6 jun. 2013.

WITTIG, Monique. *La pensée straight*. Paris: Amsterdam, 2007.



ZAMORA GARRAO, Andrea. La mujer como sujeto de la violencia de género durante la dictadura militar chilena: apuntes para una reflexión. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En línea], Debates, 13 mar. 2008. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/27162>>. Acesso em: 6 jun. 2013.





## EL FEMINISMO DESCOLONIAL COMO EPISTEMOLOGÍA CONTRA-HEGEMÓNICA



*Yuderkys Espinosa-Miñoso*

Las preguntas con las que desde esta mesa se nos invita a una conversación me parecen relevantes, necesarias. Nos desafía a pensar experiencias concretas que, desde diferentes escenarios, “interfieren en la hegemonía epistémica”. En esta intervención intento, desde mi experiencia concreta como feminista antirracista, descolonial en oposición activa al *sistema moderno colonial de género* (LUGONES, 2008) y a la heterosexualidad como régimen político, avanzar en la apuesta del feminismo descolonial y sus aportes epistemológicos.

Cuando pienso en epistemologías contra-hegemónicas pienso en el feminismo descolonial y antirracista. Permítanme explicar por qué.

En primer lugar debo decir que para mí el feminismo descolonial es ante todo y sobre todo una apuesta epistémica. Se trata de un movimiento en pleno crecimiento y maduración “que se proclama revisionista de la teoría y la propuesta política del feminismo dado lo que considera su sesgo occidental, blanco y burgués” (ESPINOSA-MIÑOSO, 2013). Desde aquí se hace una crítica a las epistemologías feministas previas observando las



premisas sobre las que se han sostenido las grandes verdades que explicarían el porqué de la opresión basada en el sistema de género. Las feministas descoloniales recuperamos las críticas que se han realizado al pensamiento feminista clásico desde el pensamiento producido por voces marginales y subalternas de las mujeres y del feminismo. Partimos por reconocer que ese pensamiento feminista clásico ha sido producido por un grupo específico de mujeres, aquellas que han gozado de privilegio epistémico gracias a sus orígenes de clase y raza. El feminismo descolonial produce una genealogía del pensamiento producido desde los márgenes por feministas, mujeres, lesbianas y gente racializada en general; y dialoga con los conocimientos producidos por intelectuales y activistas comprometidos con desmantelar la matriz de opresión múltiple asumiendo un punto de vista no eurocentrado.

En acuerdo con Anibal Quijano cuando anuncia que hemos llegado al momento de una revolución epistémica, estoy convencida que esta apuesta doble que hace el feminismo descolonial por (1) revisar el andamiaje teórico-conceptual producido por el feminismo occidental blanco burgués, al tiempo que (2) avanzar en la producción de nuevas interpretaciones que expliquen la actuación del poder desde posiciones que asumen un punto de vista subalterno, constituye un aporte fundamental a la producción de nuevas epistemologías y marcos teóricos conceptuales que confrontan el andamiaje de producción de verdad hegemónico impuesto por Europa, y posteriormente por los EEUU, a través de la fuerza desde el momento mismo de la conquista y colonización de América. Si estamos de acuerdo que la opresión se fundamenta en un sistema de conocimiento y producción del mundo de la vida, un sistema de clasificación social, dentro del cual han surgido las categorías dominantes de opresión (género, raza, clase), sistema instituido a través de la empresa colonizadora y la razón imperial a su servicio, ha



Llegado el momento de una desobediencia epistémica amplia que derrumbe el almacén de comprensión del mundo tal cual lo ha producido y ha sido impuesto por la modernidad occidental. Descubrir y abandonar la *autoetnografía* (PRATT, 1997) y pasar de una vez por toda a producir y visibilizar de forma amplia nuestra propia interpretación del mundo, como tarea prioritaria para los procesos de descolonización. Una tarea que debe estar acompañada de procesos de recuperación de las tradiciones del saber que en Abya Yala han resistido al embate de la colonialidad, así como aquellas que desde otras geografías y desde posiciones críticas han contribuido a la producción de fracturas epistemológicas.

Un buen ejemplo de lo que hablo se trata de la manera en que la propia producción de conocimiento del feminismo descolonial se acoge al reconocimiento de los saberes producidos por las epistemológicas feministas contrahegemónicas anteriores y se apresta a continuar su legado. El pensamiento feminista descolonial se reconoce emparentado con la tradición teórica iniciada por el feminismo negro, de color y tercermundista en los EEUU, con sus aportes a pensar la imbricación de la opresión (de clase, raza, género, sexualidad), al tiempo que se propone recuperar el legado crítico de las mujeres y feministas afrodescendientes e indígenas que desde América Latina han planteado el problema de su invisibilidad dentro de sus movimientos y dentro del feminismo mismo, iniciando un trabajo de revisión del papel y la importancia que han tenido en la realización y resistencia de sus comunidades. El grupo también se nutre de la revisión crítica al esencialismo del sujeto del feminismo y la política de identidad que comienza a gestarse a partir de las escritoras activistas lesbianas provenientes del feminismo de color que continua aun hoy en un movimiento alternativo a los postulados ampliamente difundidos del feminismo posestructuralista y la teoría queer blanca. En este



mismo tenor, recupera el legado de autoras claves del feminismo poscolonial con su crítica a la violencia epistémica, la posibilidad de un *esencialismo estratégico* (SPIVAK, 1998), el llamado a una solidaridad feminista norte-sur y la crítica al colonialismo de la producción de conocimientos de la academia feminista asentada en el norte (MOHANTY, 1983, 2003). Así mismo recoge varias de las críticas de la Corriente feminista autónoma latinoamericana, de la que varias nosotras hemos sido parte, incorporando una denuncia de la dependencia ideológica y económica que introducen las políticas desarrollistas en los países del tercer mundo, así como del proceso de institucionalización y tecnocratización de los movimientos sociales que impone una agenda global de derechos útil a los intereses neocoloniales.

Finalmente, ha sido clave para este conjunto toparse con la prolífera producción de la corriente crítica latinoamericanista hoy revisitada y con nuevos bríos a través de lo que se ha denominado como *giro de(s)colonial*, desde donde se lleva a cabo un análisis de la modernidad occidental como producto del proceso de conquista y colonización de América y sus implicaciones para las gentes de los pueblos colonizados.

Para continuar, me gustaría avanzar algunos aspectos de las cuestiones que la teoría feminista antirracista y descolonial aporta al desarrollo de una epistemología *otra* en Abya Yala.

Una primera cuestión que hace el pensamiento desarrollado por las feministas descoloniales y antirracistas es radicalizar la crítica al universalismo en la producción de teoría. Las feministas descoloniales antirracistas continuando el legado iniciado por el black feminist, el feminismo de color y las feministas afrodescendientes en América Latina, muestran con su crítica a las teorías clásicas la forma como estas teorías no sirven para interpretar la realidad y la opresión de las mujeres racializadas y cuyos orígenes son provenientes de territorios colonizados. Si bien la epistemología feminista, con autoras como Evelyn Fox



Keller, Donna Haraway, Sandra Harding, solo por nombrar algunas, ha estado preocupada por analizar la pretensión de objetividad y universalidad, así como el androcentrismo en las ciencias que terminó excluyendo y ocultando el “punto de vista de las mujeres” en los procesos de producción de conocimiento, lo cierto es que esta crítica ha mostrado sus límites al no poder articularse efectivamente a un programa de descolonización y desuniversador del sujeto mujeres del feminismo. Sus aportes a una crítica del método científico se centraron casi exclusivamente en analizar la manera en que el sistema androcéntrico de las ciencias contribuyó a silenciar al sujeto “mujeres” – pensando así universalmente -, apartándolo de la producción de conocimientos científicos.

Aunque varias de las epistemólogas feministas incorporan reflexiones respecto de los debates que han abiertos las feministas negras y de color, esto no ha conducido a desarmar las premisas básicas de la teorización feminista hegemónica de una opresión basada en género, como categoría dominante fundamental para explicar la subordinación de las mujeres. Si bien en algunos análisis las epistemólogas feministas reconocen los efectos del racismo y de la colonización en la vida de las mujeres no blancas, y aunque varias llegan a reconocer la necesidad de un análisis imbricado de raza/clase/género (hetero) sexualidad su teoría general sigue quedando intacta.

La episteme feminista clásica producida por mujeres blancoburguesas asentadas en países centrales no pudo reconocer la manera en que su práctica reproducía los mismos problemas que criticaba a la forma de producción de saber de las ciencias. Mientras criticaba el universalismo androcéntrico, produjo la categoría de género y la aplicó universalmente a toda sociedad y a toda cultura, sin siquiera poder dar cuenta la manera en que el sistema de género es un constructo que surge para explicar la opresión de las mujeres en las sociedades



modernas occidentales y por tanto le sería sustantivo. Las teorías y las críticas feministas blancas terminan produciendo unos conceptos y unas explicaciones ajenas a la actuación histórica del racismo y la colonialidad como algo importante en la opresión de la mayor parte de las mujeres a pesar de que al mismo tiempo reconocen su importancia.

Este problema podemos verlo en formulaciones como las siguientes:

El científico (o la científica) son sujetos atravesados por determinaciones de las que no es posible desprenderse, que es necesario reconocer, y que se vinculan a un sistema social más amplio. Entre estas determinaciones, dirán las feministas, se encuentra el 'género' (es decir, la interpretación que cada grupo social hace de las diferencias sexuales, los roles sociales atribuidos en razón de este género, y las relaciones establecidas culturalmente entre ellos). Y el desafío es demostrar de qué modo en el producto del trabajo de esta comunidad, producto que ha pasado los controles intersubjetivos que asegurarían su neutralidad, se instala el sexismo como un sesgo fortísimo. (MAFFIA, 2007, p. 13).

Al tiempo que estaríamos de acuerdo con el análisis que hace la autora a la forma como el sujeto productor de conocimiento científico estaría "atravesado por determinaciones de las que no es posible desprenderse" - lo que explicaría por qué el conocimiento científico no es objetivo -, a seguidas ella pasa a señalar cómo "las feministas" mostrarían que el "género" es una de estas determinaciones. Algunos problemas que desde un punto de vista feminista antirracista y descolonial estaríamos en capacidad de observar y poner al descubierto es cómo, por un lado, el género, como lo señalábamos antes, parecería operar como categoría independiente inherente a la problemática de las mujeres y, por tanto, propia del análisis feminista: las



crítica feminista a la epistemología se ha centrado en cómo la pertenencia a un género determinado afecta la producción de saber y cómo el sexismo constituye un sesgo. Pero, si ya estamos alertadas desde hace algunas décadas de la manera en que el género nunca opera de forma separada y, más aún, si estamos atentas a propuestas como la de María Lugones<sup>1</sup> respecto de que esta categoría no explicaría de forma adecuada la manera en que han sido sometidas “las mujeres” de los pueblos no europeos, deberíamos estar dispuestas a aceptar lo inadecuado de un uso universalista de la categoría de género (la división dicotómica del mundo en “mujeres” y “varones”) o al menos atenernos siempre (y no en determinadas ocasiones) a su uso de una forma inestable e interdependiente de otras categorías como raza, clase y ubicación geopolítica: ¿de qué forma esto complejiza el análisis hasta que ya no serían posibles formulaciones como la que hace Maffía?

Por otro lado, me interesa mostrar algo de la operación que sostiene formulaciones analíticas como la que ilustra este párrafo y que es tan frecuente dentro de los análisis a los que nos tienen acostumbradas las epistemólogas y las teóricas feministas eurocentradas. Me refiero a la manera en que al tiempo que se hacen estas críticas al pensamiento científico moderno por ocultar su sesgo sexista, las investigadoras y teóricas feministas

---

<sup>1</sup> María Lugones propone que “la categoría de género es correspondiente sólo a lo humano o sea a los seres de razón cuyo origen es blanco europeo... La idea de fuerza y mayor capacidad de razón masculina y de la fragilidad de las mujeres no podía ser aplicada a gentes no europeas en tanto esta gente era toda igualmente desprovista de razonamiento, belleza sublime y fragilidad.” (ESPINOSA-MIÑOSO, 2012, p. 10); “Necesariamente los indios y negros no podían ser hombres y mujeres, sino seres sin género. En tanto bestias se los concebía como sexualmente dimórficos o ambiguos, sexualmente aberrantes y sin control, capaces de cualquier tarea y sufrimiento, sin saberes, del lado del mal en la dicotomía bien y mal, montados por el diablo. En tanto bestias, se los trató como totalmente accesibles sexualmente por el hombre y sexualmente peligrosos para la mujer. “Mujer” entonces apunta a europeas burguesas, reproductoras de la raza y el capital.” (LUGONES, 2012, p. 130).



ocultan su propio lugar de adscripción privilegiada dado su ascendencia de clase y raza. Aunque epistemólogas de amplio reconocimiento como Sandra Harding señalan que:

los mejores estudios feministas ... insisten en que la investigadora o el investigador se coloque en el mismo plano crítico que el objeto explícito de estudio, recuperando de esta manera el proceso entero de investigación para analizado junto con los resultados de la misma. En otras palabras, la clase, la raza, la cultura, las presuposiciones en tomo al género, las creencias y los comportamientos de la investigadora, o del investigador mismo, deben ser colocados dentro del marco de la pintura que ella o él desean pintar. (HARDING, 1987, p. 7).

Sin embargo, nos seguimos encontrando con una práctica epistemológica que insiste convenientemente en borrar el lugar de enunciación privilegiada de las productoras del saber sobre las mujeres.

Así, en el párrafo citado, Maffía inicia diciendo que “El científico (o la científica) son sujetos atravesados por determinaciones de las que no es posible desprenderse”, lo cierto es que ni ella ni la gran mayoría de las epistemólogas feministas más encumbradas se aplican así mismas la crítica que tan bien han sabido hacer a los varones en las ciencias. Si lo hubieran hecho, muy probablemente hubieran tenido que admitir su punto de vista particular e interesado. El problema ha radicado en que ellas un momento después de admitir que existen diferencias importantes entre las mujeres, a seguidas vuelven a recomponer esta unidad tan necesaria de género, que tales diferencias negarían.

Dado que el sesgo que pretenden mostrar es el de “género” (una categoría pensada, además de dominante e independiente, binaria y dicotómicamente), su crítica termina siendo productiva a algo que ya antes habían criticado: de acuerdo a este análisis





la comunidad científica o productora de saber está separada en dos bloques interiormente homogéneos, el de los varones y el de las mujeres. Cada uno estaría produciendo un punto de vista particular desde la posición de género que encarnan. Puesto que para las teóricas feministas blancoburguesas la categoría superior y relevante es la de género, terminan asumiendo que su punto de vista es el punto de vista que representa el de “las mujeres” en su totalidad. Con ello se creen libres del aplicarse así mismas la crítica que ya hicieron a quienes desde su punto de vista representan una posición de poder. Basándose solamente en el análisis del género como categoría analítica que permitiría explicar la subordinación de (todas) las mujeres, las teóricas feministas no han podido observar y ser críticas de su propio privilegio dentro del grupo de las mujeres y del sesgo de raza y clase de la teoría que construyen. Ello sería un buen ejemplo de lo que he denominado *racismo del género*:

Una imposibilidad de la teoría feminista de reconocer su lugar de enunciación privilegiada dentro de la matriz moderno colonial de género, imposibilidad que se desprende de su negación a cuestionar y abandonar este lugar a costa de ‘sacrificar’, invisibilizando diligentemente, el punto de vista de ‘las mujeres’ en menor escala de privilegio, es decir las racializadas empobrecidas dentro de un orden heterosexual. (SPINOSA-MIÑOSO, 2013b).

Los efectos de este tratamiento han sido productivos a un feminismo universalista que pretende establecer conocimientos generales para todas las mujeres y se justifica así mismo en nombre de todas ellas; y eso aun cuando al mismo tiempo se proclama la necesidad de una nueva epistemología que legitime un saber situado que parta de la experiencia concreta. Luiza Bairros explicará en su trabajo “Nossos feminismos revisitados”, la manera en que el concepto de experiencia propuesto por la



epistemología feminista para oponerse al método científico clásico anclado en la pretensión de objetividad, terminó abriendo la puerta a la “generalización”, es decir, a otra forma de construcción de universalimos dado que los privilegios de raza y clase permiten un mayor acceso al campo de las ideas de un grupo de las mujeres cuyas experiencias y voces terminan constituyéndose en parámetro del resto (BAIRROS, 1995, p. 459). Para Bairros, el punto de vista de “las mujeres” no puede nunca ser pensando ni tratado desde la presunción de “una identidad única, pues la experiencia de ser mujer se da de forma social e históricamente determinada” (BAIRROS, 1995, p. 461). Lo interesante es que cuanto más ha sido declarada esta verdad, más nos topamos con la imposibilidad de la teoría feminista para superar este problema.

Así, el importante debate abierto por las epistemólogas feministas blancas, a pesar de sus indiscutibles aportes, no ha podido resolver los problemas evidenciados por las feministas negras, lesbianas y de color quienes entendieron tempranamente la interconexión profunda entre estructuras de dominación, en particular la relación entre la mirada androcéntrica, el racismo, la modernidad y la colonialidad. Ello impidió y sigue sin permitir aun hoy que el feminismo al problematizar la producción de conocimientos y los criterios a los que se acoge esta producción, de cuenta de la colonialidad que impregna todo su (propio) hacer.

Desprendiéndose de lo anterior, hay otra cuestión a la que aporta el feminismo descolonial que entre varias otras me parece de particular importancia, se trata de evidenciar el tratamiento poco relevante y honesto que la teorización feminista hegemónica da a la “diferencias” entre las mujeres de manera que al fin siempre les es posible reconstituir la universalidad de las premisas que explicarían una opresión fundamental común y, así, la idea de unidad de las mujeres como grupo particular



más allá de las tan nombradas diferencias. En la medida que las feministas afrodescendientes, indígenas y no blancas en general

hemos ido profundizando el análisis de las condiciones históricas que dan origen a una organización social que sostiene estructuras jerárquicas de opresión y dominación que no sólo se explican por el género; en la medida en que nos hemos ido acercando a una radicalización de nuestro malestar haciéndonos conscientes de la manera en que estas jerarquías se perpetúan a través incluso de los movimientos que se han presentado y hemos asumido como liberadores como el feminismo. (ESPINOSA-MIÑOSO, 2012).

Nos vamos topando con una resistencia feroz por parte del feminismo hegemónico a desarmar las estructuras mentales y las explicaciones parcializadas de un marco analítico que oculta de forma efectiva la forma en que el entramado de poder no opera gracias a una actuación paralela y homogénea de lo que se consideran categorías dominantes, sino también gracias a la manera como cada categoría está atravesada y depende indistintamente de las demás de modo que dentro de cada uno de los conjuntos que se consideran específica y homogéneamente sufriendo igualmente una determinada opresión – por ejemplo, el grupo de las mujeres o de la gente racializada –, o dentro de cada grupo que se considera homogéneamente en posición de privilegio por ejemplo el de los varones, o el de la gente blanca –, se sostienen igualmente relaciones de poder y dominación. Cuando esta línea de investigación termina por descubrir el lugar oculto de privilegio que a costa de la interpretación clásica de un sistema sexo-género opresivo mantienen un grupo de las mujeres, entre ellas una gran parte de las productoras de tales teorías, podemos comprender los esfuerzos de los grandes referentes de la teoría feminista por ignorar, minorizar y, cuanto más, dar un tratamiento de especificidad a los análisis y aportes



del feminismo negro, indígena y de color. Con esto último, a la par que se hace una proclama de buenas intenciones se logra neutralizar sus efectos sobre el conjunto del armazón conceptual feminista clásico.

Para ilustrar de lo que hablo quiero volver a usar el recurso de la cita. Esta vez traigo como ejemplo el tratamiento que Catharine Stimpson da a la cuestión de las diferencias entre las mujeres en su clásico texto “¿Qué estoy haciendo cuando hago estudios de mujeres en los noventa?” Una vez que ya ha expresado que a los estudios de mujeres y género han entrado por lo menos seis grupos de problemas y en el número seis (!) reconoce como nuevo problema “las profundas diferencias entre las propias mujeres”, que deberá responder la teoría feminista expresará:

Sin embargo creo que también podemos habitar el problema del estudio de las diferencias entre mujeres de manera tal que nuestras experiencias de pensamiento y prácticas sociales puedan servir para estudiar las diferencias entre todas las personas. De hecho, he llamado ‘herterogeneity’ (ellaterogeneidad) al uso de los estudios de mujeres como medio para *aprehender y vivir* con las diferencias humanas... Reconocer la diversidad y *aborrecer el error que la borra* son necesidades en sí y de por sí. (STIMPSON, 1998, p. 138, las cursivas son mías).

El párrafo ilustra el problema al que nos estamos enfrentando. Mucha de la teorización feminista que se ha permitido escuchar a las feministas racializadas, además de los errores que antes hemos comentado, caen en otro error importante, se trata de dar menor importancia a las diferencias entre las mujeres, una vez que éstas han sido admitidas. La menor importancia consiste por un lado en darle un menor estatuto de conflictividad y relevancia a lo que consideran “otras” categorías de opresión de las mujeres. El problema es doble, por un lado



siguen pensando compartimentada e independientemente las opresiones de género, raza y clase, como si la raza y la clase fueran de orden distinto y actuaran paralelamente afectando solo de forma específica y sumativa a un grupo de las mujeres. En su mirada “las mujeres” siguen constituyendo una unidad de sentido, más allá de la multiplicidad de la opresión que las diferencian. De su reflexión podemos ver cómo la opresión relevante para los estudios feministas sigue siendo aquella que “opreme a las mujeres por ser mujeres”, una opresión primaria que no admite discusión de forma tal que la raza y la clase aparecen como opresiones secundarias, menores que no tienen un efecto sobre la forma en que pensamos la opresión principal. Dado esto es posible incorporar el estudio de estas variables de diferencia dentro del estudio de las mujeres, como categorías particulares que deberán ser tomadas en cuenta pero no definen ni tienen consecuencias generales para el conjunto de la teoría feminista. El tratamiento de raza y clase como diferencias menores entre las mujeres, o sea entre un grupo específico, tiende a naturalizar estas categorías como si ellas no fueran producidas por sistemas estructurales de dominación que han terminado definiendo y organizando el mundo y la vida social dentro de la cual están las mujeres. Es por ello que el reto no se trata de lograr un mundo idílico de reconocimiento e incorporación de la diferencia, puesto que ellas expresan sistemas de dominio y explotación que colocan a las mujeres en espacios antagónicos de la vida social volviendo irreconciliable sus intereses.

El viraje epistemológico en plena transición que estamos experimentando las feministas provenientes de trayectorias y posicionamientos críticos y contrahegemónicos en Abya Yala nos coloca ante el reto de contribuir al desarrollo de una análisis de la colonialidad y del racismo – ya no como fenómeno sino como episteme intrínseca a la modernidad y sus proyectos liberadores – y su relación con la colonialidad del género. La apuesta



obliga a abandonar y cuestionar activamente esta pretensión de unidad en la opresión entre las mujeres. Para ello estamos dispuestas a alimentarnos, articularnos y comprometernos con los movimientos autónomos que en el continente llevan a cabo procesos de descolonización y restitución de genealogías perdidas que señalan la posibilidad de significados otros de interpretación de la vida y la vida colectiva.

### ► Referências

BAIROS, Luisa. Nossos Feminismos Revisitados. *Revista Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. Feminismos descoloniales de Abya Yala. In: DIDIER, Béatrice; FOUQUE, Antoinette; CALLE-GRUBER, Mireille (Coord.). *Le dictionnaire des femmes créatrices: à paraître à l'automne*. France: Des Femmes-Antoinette Fouque Publishing, 2013a.

\_\_\_\_\_. *¿Por qué es necesario un feminismo descolonial? Diferenciación, dominación co-constitutiva y fin de la política de identidad*. Texto sin publicar presentando en la conferencia del mismo nombre en la Universidad Nacional de Colombia. 2012.

\_\_\_\_\_. *Y la una no se mueve sin la otra: descolonialidad, antirracismo y feminismo*. De próxima aparición. 2013b.

HARAWAY, Donna. *Ciencia, cyborgs y mujeres. La reinención de la naturaleza*. Madrid: Cátedra, 1991.

HARDING, Sandra. Is there a feminist method? In: \_\_\_\_\_. (Ed.). *Feminism and methodology*. Bloomington: Indiana University Press, 1987. Versión traducida al español por Gloria Elena Bernal, disponible en: <http://es.scribd.com/doc/51359377/SANDRA-HARDING-%C2%BFExiste-un-metodo-feminista>>. Acceso el: 10 ago. 2013.



QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina*. 2000a. p. 225-242. Disponible en: <[www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/libros/lander/10.pdf](http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/libros/lander/10.pdf)>. Acceso el: 10 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of World-Systems Research, Special Issue: Festschrift for Immanuel Wallerstein – Part I*. VI, 2, p. 342-386, Summer/Fall 2000.

LUGONES, María. Colonialidad y género: hacia un feminismo descolonial. In: MIGNOLO, Walter (Comp.). *Género y descolonialidad*. Buenos Aires: Del Signo, 2008.

\_\_\_\_\_. Subjetividad esclava, colonialidad de género, marginalidad y opresiones múltiples. In: *Pensando los feminismos en Bolivia*. La Paz, Bolivia: Conexión Fondo de Emancipaciones, 2012. (Serie Foros, 2).

MAFFIA, Diana. Epistemología feminista: la subversión semiótica de las mujeres en la ciencia. *Revista Venezolana de Estudios de la Mujer*, v. 12, n. 28, p. 63-98, 2007.

MOHANTY, Chandra T. Bajo los ojos de Occidente. Academia feminista y discurso colonial. In: CASTILLO, Rosalva Aída Hernández; NAVAZ, Liliana Suárez (Coord.). *Descolonizar el feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes*. España: Cátedra, 2008a [1986].

\_\_\_\_\_. De vuelta a “Bajo los ojos de Occidente”: la solidaridad feminista a través de las luchas anticapitalistas”. In: CASTILLO, Rosalva Aída Hernández; NAVAZ, Liliana Suárez (Coord.). *Descolonizar el feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes*. España: Cátedra, 2008b [2003].

PRATT, Mary Louise. *Ojos imperiales: literatura de viajes y transculturación*. Trad. de Ofelia Castillo. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1997.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *A critique of postcolonial reason: toward a history of the vanishing present*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999.



---

\_\_\_\_\_. ¿Puede hablar el sujeto subalterno? *Orbis Tertius*, Buenos Aires, año 3, n. 6, 1998 [1988].

STIMPSON, Catharine. ¿Qué estoy haciendo cuando hago estudios de mujeres en los noventa?" In: NAVARRO, Marysa; STIMPSON, Catharine (Comp.). *¿Qué son los estudios de mujeres?* Argentina: Fondo de Cultura Económica, 1998.



The image features a dark grey background with several thin white lines that intersect to form various geometric shapes, including triangles and quadrilaterals. The lines are positioned primarily on the left side of the frame, creating a sense of depth and structure. The overall aesthetic is minimalist and modern.

**FEMINISMOS E  
OS DEBATES PÓS  
E DESCOLONIAIS**



# FEMINISMO COMUNITARIO: DESCOLONIZANDO EL GÉNERO



*Julieta Paredes Carvajal*

## ► **Introducción**

**E**l feminismo comunitario nace en Bolivia dentro del proceso de cambio iniciado por nuestro pueblo el año 2003. Es fruto de un proceso de acumulación que tiene dos vertientes, una la de la memoria ancestral de las luchas de nuestras abuelas indígenas y la otra vertiente de las luchas del feminismo autónomo en Bolivia. Son tiempos de cambio, por cierto, donde quienes somos luchadoras y luchadores contra todo tipo de opresión sentimos que es ahora que podemos hacer realidad lo que hemos soñado por tanto tiempo.

Sin embargo y por mucha buena voluntad que tengamos, los fantasmas y depredadores del pasado nos persiguen, nos asechan y a veces sustraen materia y energía de nuestros propios cuerpos y movimientos sociales para materializarse y socavar la construcción de un cambio profundamente revolucionario.

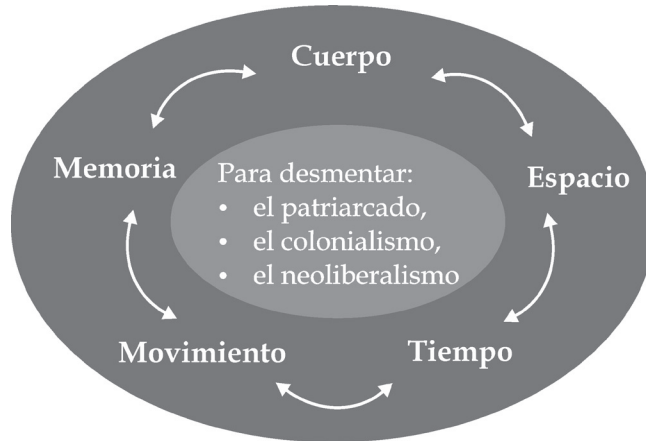


No basta desear la revolución, es necesario hacer todo por conseguirla. Es claro que el hacer todo no significa que vale todo, sino mas bien entregar todo lo ético y valioso que tenemos dentro de nosotras y nosotras para que sirva de alimento a las semillas de nuestras utopías.

► **Es la descolonización que contiene en su seno a la despatriarcalización - o al revés**

La colonia y la colonialidad han merecido un dedicado tratamiento teórico por parte de los intelectuales entre los cuales están nuestros hermanos. En todos ellos el tratamiento teórico de la despatriarcalización ha sido que esta seria parte o es un elemento de la descolonización. Las discusiones políticas que las feministas comunitarias hemos dado se enmarcan dentro del cuestionamiento que hacemos a la concepción de patriarcado. Quiero redundar en el hecho que la palabra patriarcado existe hace mucho tiempo; incluso es una palabra usada en la biblia para hablar de los patriarcados que luego darán nacimiento a la estirpe de Jesús. Pero la concepción o conceptualización política de patriarcado lo hacen las feministas.

El feminismo comunitario que se gesta desde la vertiente revolucionaria de la comunidad Mujeres Creando Comunidad es quien ubica la despatriarcalización como otro de los ejes del proceso de cambio, cuando hablamos en el marco conceptual del mal llamado Plan de Igualdad de Oportunidades el año 2008 (p. 16 PNIO).



**Gráfico 1** - Campos de acción

## ► La colonia funda la modernidad

Coincidimos con los intelectuales de la decolonialidad o descolonización que la modernidad nace con la invasión y dominio colonial sobre los territorios de Abya Yala, la naturaleza y quienes la habitaban, pero de inmediato nos distanciamos de la tendencia de entender a la colonialidad, fundamentalmente centrada en las relaciones de poder, y no profundizar la mirada sobre las metodologías de la colonialidad que son las que estructuran y determinan las características de las relaciones de poder.

Es decir, ellos evitan profundizar sobre los instrumentos que hicieron posible esas relaciones de poder - me refiero a la violencia y violación sexual, imprescindibles para que esas relaciones de poder se den -, evitan profundizar porque se encontrarían con los cuerpos y al encontrarse con los cuerpos no podrían negar el cuerpo de las mujeres y las formas como se expresa esta colonialidad sobre estos cuerpos que no son los mismos que de los hombres. Pierden de vista la metodología



de la ocupación del cuerpo de las mujeres para que luego ocupar el territorio. Es más, esa metodología de violencia y violación estructura, arma y rearma el sistema de opresiones, explotaciones, discriminaciones y dominaciones y por lo tanto son violencias constitutivas esencialmente de las relaciones de poder coloniales, capitalistas y neoliberales.

Son *metodologías* que tienen como *objeto base* a los cuerpos de las mujeres, es decir que es sobre el ejercicio machista de violencia y violación del cuerpo de las mujeres que se construye el patriarcado como sistema; será desde y en el cuerpo de las mujeres que esta violencia se convierte en estructuradoramente patriarcal de las relaciones entre personas y con la naturaleza. Esta violencia estructuradora luego continuará con la ocupación de territorios, con la guerra hacia hombres y mujeres de otros pueblos y con el dominio esclavista, como ejemplos. No es raro que la primera forma evidente de estructura de poder económico político social, racial, cultural, sexual sea el esclavismo y del cual tenemos referencias de luchas como el mítico Espartaco, memoria donde, por supuesto patriarcal, están ausentes las mujeres esclavas y sus luchas.

La sucesión de la historia nos muestra que los cuerpos primeramente doble y triplemente oprimidos son los de todas las mujeres pero también esta misma violencia, de distinta manera, se extiende hacia los hombres para el usufructo del trabajo a través de la violencia hacia el cuerpo de hombres vulnerables como lo son nuestros hermanos indígenas, los hermanos trabajadores y proletarios, los hermanos discapacitados, los hermanos gays, los hermanos niños, los hermanos jóvenes, los hermanos ancianos. La humanidad aprendió a oprimir, explotar, discriminar, oprimir, dominar en el cuerpo de las mujeres y de ahí se fue desarrollando hasta tener hoy en día un sistema súper bien afinado. Es a este sistema que nosotras le llamamos patriarcado.



### ► Entonces que es la colonialidad para las mujeres?

Retorno al tratamiento de la colonialidad. Esta manera de ver la colonialidad, por parte de nuestros hermanos, como solo relaciones de poder de los patrones invasores tiene una consecuencia egocéntricamente universalizadora, es decir que nuestros hermanos indígenas como nosotras sustituyen inconcientemente el Uno universalizante de los blancos europeos y modernos por el Uno universalizador de los indígenas patriarcales de nuevo cuño. En las reflexiones sobre la descolonización y la despatriarcalización, nuestros hermanos ven solo la punta del iceberg; por consecuencia, entonces, las acciones políticas de ellos se concentran fundamentalmente en las cúpulas de ese poder, como son el Estado y el Gobierno y sus instituciones; por supuesto también están comprendidas las cúpulas dirigenciales de las organizaciones sociales.

La colonialidad para nosotras es fundamentalmente “entronque patriarcal”, o sea, es la forma sistémica de reajustar el patriarcado originario y ancestral que era patriarcado pero no con la intensidad de la violencia del patriarcado europeo. Al entroncarse estos dos patriarcados se crean pactos entre hombres que luego van a significar que los cuerpos de las mujeres indígenas, nuestras abuelas y abuelas de nuestros hermanos, resultan soportando todo el peso del nuevo patriarcado moderno con su violencia y violación de los cuerpos de mujeres triple y cuadruplicemente ejecutados. Si no entendemos este análisis que desde el feminismo comunitario aportamos, será imposible para nuestro proceso de cambio realizar cambios revolucionarios mínimos que no son solo para las mujeres, que tampoco somos un apéndice sino somos la mitad de cada pueblo, pero decíamos cambios no solo para las mujeres, sino para todos nuestros hermanos hombres, las personas intersexuales y la naturaleza.



## ► Que es el patriarcado

La definición que nosotras feministas comunitarias le damos a patriarcado es el de que el patriarcado es *el* sistema de todas las opresiones, todas las explotaciones, todas las violencias y discriminaciones que vive toda la humanidad (hombres mujeres, personas intersexuales) y la naturaleza, o sea, un sistema de muerte construido históricamente sobre el cuerpo de las mujeres.

Además podemos incluir algunas características del patriarcado: Está compuesto de usos, costumbres, tradiciones, normas familiares y hábitos sociales, ideas, prejuicios, símbolos, leyes, educación. Define los roles de género y, por mecanismos de la ideología, los hace aparecer como naturales y universales. Se ha presentado con diferentes formas en diferentes tiempos y lugares; las mujeres y hombres están expuestas a distintos grados y tipos de opresión patriarcal, algunas comunes a todas y otras no, pero lo que si afirmamos es que las mujeres son las que vivimos todas esas opresiones mas la de ser mujer. Fue y es la primera estructura de dominación y subordinación de la historia, el sistema de todas las opresiones y aún hoy sigue siendo un sistema básico de la dominación; es el más poderoso y duradero de desigualdad. En suma es *el* sistema y alrededor del cual mujeres y hombres definiremos el contenido antisistémico de nuestras luchas y por lo tanto haremos de cualquiera de nuestras luchas y acciones así se realicen en la cama o en la calle o en el palacio o la cocina, haremos de todos ellos actos revolucionarios, que se concatenan en un acto político antisistémico, en otras palabras, antipatriarcal.

## ► Patriarcado originario

También planteamos discusiones profundas con los movimientos sociales emergentes como lo es el movimiento





indígena y el planteamiento de la descolonización, a nuestro juicio descolonización parcial, en su afirmación de la complementariedad heterosexual de la familia indígena. Para nuestros hermanos indígenas, la invasión colonial española sería la que importó el machismo a nuestras tierras, ignorando por completo todos los datos que nos hablan de la existencia de un patriarcado incaico y precolonial. Lo que en nuestro libro *Hilando Fino* hemos llamado el “entronque patriarcal”, o sea que, en el hecho colonial, si bien nuestros abuelos indígenas vivieron en sus cuerpos la opresión colonial, las abuelas indígenas lo vivieron doblemente.

Negar un patriarcado precolonial es no reconocer nuestras propias formas de dominación y colonización, no otra cosa significa el uso exclusivo que el Inca tenía sobre todas las mujeres de su imperio, manejando a las acllas, mujeres vírgenes, como instrumento de lubricación del aparato político y económico de su imperio. Los hombres en el imperio Inca se sentían honrados cuando el Inca les pagaba con mujeres su fidelidad; los hombres padres se sentían honrados cuando el enviado del Inca escogía a su hija, todavía niña, para llevarla al acllawasi, donde sería usada de varias maneras, sexualmente, asesinada en sacrificios, explotada en su fuerza de trabajo de por vida en beneficio de la casta gobernante. Y este hombre padre se sentía orgulloso también, cuando su hija era tomada como otra de las esposas del Inca, o sea, como la amante del Inca. Qué hay en estos datos sino la mismísimas formas del uso de las mujeres como botín sexual practicado por los españoles, karas, izquierdistas y demás hombres occidentales de la Historia.

Por otro lado *el patriarcado es quien contiene a la descolonización y ésta se convierte en una de las acciones despatriarcalizadoras, como le llamamos nosotras, y no al revés*. Incluso no será efectivamente descolonización sino se descoloniza el cuerpo de las mujeres; por ejemplo, los úteros de las mujeres son propiedad todavía y, a



pesar de la nueva constitución, del Estado y las leyes, nosotras no podemos decidir sobre nuestro cuerpo y nuestras células, o sea, aunque descolonizáramos totalmente las relaciones sociales, no agotamos el patriarcado porque el patriarcado va mas allá y mas acá de la colonia. Esta es nuestra visión teórica de la relación descolonización/despatriarcalización.

### ► El patriarcado se recicla

A lo largo de la historia vemos que algunos hombres oprimidos logran mejoras en sus condiciones y en sus situaciones de opresión como por ejemplo, los esclavos, los siervos feudales. También, algunas colonias se liberan, los proletarios de las grandes empresas de países desarrollados no tienen las mismas condiciones que los proletarios de los países llamados del tercer mundo. Estos son sólo algunos ejemplos del camino recorrido por los hombres en búsqueda de mejores condiciones. Pero lo que vemos como un hecho común a todos estos casos es que en todos las mujeres siguen estando subordinadas como esclavas, como siervas feudales, como proletarias de los proletarios, como *las indígenas colonizadas* de los indígenas. Hay derechos para algunos hombres, pero muy escasas son las mujeres que gozan de ellos, aún hoy, en el comienzo de siglo XXI, año 2013.

El patriarcado se recicla y se nutre de los cambios sociales y revolucionarios de esta misma humanidad. Afina sus tentáculos, corrige sus formas brutales de operar y relanza las opresiones con instrumentos cada vez más sutiles y difíciles de detectar y responder. Como por ejemplo, el llamado *empoderamiento de las mujeres*, la que se llama *revolución de las mujeres en el siglo XX*. Todos discursos tendientes a crear teorías, informes y argumentos, como los escritos en los informes gubernamentales para la CEDAW, tienden a demostrar que las mujeres “mejoraríamos”



cada año nuestras condiciones de vida. Este aparato técnico teórico – la CEDAW – ha elaborado estrategias comunicacionales en las que se han invertido grandes sumas de dinero de la cooperación internacional, y también fondos públicos para crear un imaginario de mejoramiento de la vida de las mujeres y de que, gracias a estos “avances”, seríamos las super mujeres – a saber, *independientes, esforzadas, liberadas* etc.

Desde nuestra mirada, todos estos discursos en realidad no son otra cosa que cantos de sirena, destinados a encubrir que las mujeres somos las convocadas – al “deber ser femeninas” (nuevamente) – de solucionar las crisis económicas, recesiones y otras maneras en que el Capitalismo nombra sus dificultades. Nuevamente la resolución de estos conflictos va sobre nuestros hombros. Somos las mujeres con nuestro trabajo peor remunerado que el de los hombres, las incorporadas al mercado laboral en condiciones desiguales, las que salvamos la economía en sus diferentes crisis y sostenemos la sobrevivencia y la vida, tanto de las personas, las familias, como de nuestro planeta. Es claro, desde nuestra perspectiva, que desde la conveniente funcionalidad de las mujeres a los flujos de capital y acumulación de la riqueza de los grandes capitales mundiales, que las mujeres podríamos colocarnos en una mínima “mejor” situación pero no cambiarla.

## ► La comunidad

¿Porqué nuestros hermanos no tienen ojos para ver en la colonialidad la esencia violenta del poder? Pues porque son hombres y el ser hombres en la materialidad política del cuerpo llamada por nosotras corporalidad, ellos viven las migajas de privilegios que les proporciona el patriarcado entroncado y moderno. El primer privilegio es el de ejercer poder sobre las mujeres de su comunidad, familia y organización, que se



convierten en sus mujeres. Estos hermanos nuestros se convierten en patroncitos.

Este ámbito del cuerpo politizado es lo que más conocemos y desde el cual más hemos hecho política las feministas; todos los hombres que escriben sobre el cuerpo deberían nombrar donde aprendieron el uso político liberador de la categoría cuerpo y eso históricamente lo hicieron las feministas, por eso las feministas comunitarias elegimos la metáfora del cuerpo para explicar una de nuestras categorías fundamentales de nuestro pensamiento teórico y nuestra propuesta política, como es la categoría comunidad. Explicamos la comunidad como un cuerpo, del cual la mitad paralela vertical son los hermanos hombres y la otra mitad somos las mujeres.

Cuando nuestros hermanos de las organizaciones sociales, ayllus, markas, y comunidades territoriales hablan del cuerpo por ejemplo respecto del racismo, hablan desde su cuerpo; el racismo les duele en su cuerpo, pero no les duele el racismo sobre el cuerpo de las mujeres de sus comunidades. Es más, ellos mismos ejercen violencia sobre los cuerpos de las mujeres: insultos racistas, como fea, gorda, negra, o descalificación de las opiniones. Nuestros hermanos, desde su cuerpo, entienden que el patrón nos viola y explota y entonces, desde su cuerpo, luchan para que el patrón no le explote a él y no explote *a su mujer (propiedad del hombre indígena)*. Luego este mismo hermano indígena, en el ámbito de la comunidad, de la organización social y familia, este hombre desde su cuerpo demanda, exige para sí el trabajo y el placer que el patrón demandaba y exigía a las mujeres indígenas, o sea que reemplaza al patriarca colonizador por sí mismo erigido como patriarca local.

Esto políticamente se traduce en que todos los eventos de los movimientos sociales, cumbres, congresos, ampliados etc. parten del imaginario patriarcal de que la mujeres seríamos un tema entre tantos temas a tratar, un problema entre tantos



problemas a resolver, un sector entre tantos sectores que atender. Algo así como la yapa de los hombres, la practica de la famosa complementariedad chacha-warmi andina, que son las relaciones de género andinas, o sea la naturalización de la opresión, discriminación, explotación y dominación de las mujeres.

Para nosotras la comunidad es una categoría que nos remite a las formas sociales de organización que tenemos en nuestras utopías, es la forma en que queremos y quisiéramos vivir y no la superficialidad de algunos intelectuales mestizos que hablan de la común-unidad, como una reedición de la moda, la norma y los intereses comunes, que son patriarcalmente construidos.

Cuando hablamos de comunidad queremos abarcar en su comprensión a todas las comunidades, es otra manera de entender la sociedad. Cuando decimos comunidad, nos referimos a todas las comunidades de nuestra sociedad, comunidades urbanas, comunidades rurales, comunidades religiosas, comunidades deportivas, comunidades culturales, comunidades políticas, comunidades de lucha, comunidades territoriales, comunidades educativas, comunidades de tiempo libre, comunidades de amistad, comunidades barriales, comunidades generacionales, comunidades sexuales, comunidades agrícolas, comunidades de afecto, comunidades universitarias etc. Es comprender que de todo grupo humano podemos hacer y construir comunidades.

La comunidad está constituida por mujeres y hombres como dos mitades imprescindibles, recíprocas, no jerárquicas y autónomas una de la otra. *Lo cual no necesariamente significa una heterosexualidad obligatoria, porque no estamos hablando de pareja sino de par político, no estamos hablando de familia sino de comunidad.*

Desde este par político, que en principio son dos, pero que pueden ser tres si hubiera personas intersexuales, desde este par político, decimos, se abre lo que Rita Segato llama multiplicidad y que nosotras todavía reflexionamos si será la alteridad, la diferencia, o la heterogeneidad o crearemos otro concepto. Pero



lo cierto es que queremos superar la existencia del Uno solo, individualista, universalizante y universalizador de la existencia y la realidad.

Queremos decir que la humanidad es eso, tiene dos individualidades (personas) diferentes, que construyen identidades autónomas pero, a la vez, constituyen una identidad común que no es la suma, que es mas bien el cuerpo. La negación de una de las identidades autónomas, en la sumisión y el sometimiento de la otra, es atentar también contra la existencia de la otra. Someter la mujer a la identidad del hombre o viceversa es cercenar la mitad del potencial de la comunidad, sociedad o humanidad y al ser ambos constituyentes de la comunidad, la parte dominante, en este caso el hombre, no queda impune, también se mutila y aniquila a sí mismo, en tanto y cuanto ser, identidad y existencia misma, que es una parte de la comunidad. Al someter a la mujer somete a la comunidad, porque las mujeres son la mitad de la comunidad y al someter a la comunidad se somete a sí mismo.

## ► Conclusiones

El actual proceso de cambio no puede volver a tomar a las mujeres para sostener el peso de las políticas económicas, es decir el Estado plurinacional no puede funcionar sobre la base de un trabajo de servidumbre que no es remunerado y se come la vida y el tiempo de las mujeres como lo es el trabajo doméstico.

El Estado plurinacional como institución y nuestros hermanos de las organizaciones sociales no pueden seguir hablando de descolonización cuando impunemente se mantiene la colonización del cuerpo de las mujeres a través de la penalización del aborto. La descolonización de nuestros cuerpos de mujeres, con la despenalización del aborto, es otra de las tareas



urgentes. Si se hicieron los matrimonios colectivos desde nuestra identidad, como una forma de quitarle el poder de la Iglesia y el Estado sobre el amor y la sexualidad, pues en consecuencia es tiempo de despenalizar el aborto.

La autonomía entendida en primera instancia desde la autonomía de nuestros cuerpos de mujeres y hombres y de nuestras decisiones, remarcamos aquí la autonomía del cuerpo y las decisiones de las mujeres.

La territorialidad como el espacio de la acción política, espacio al cual las mujeres tenemos derecho, y no la recolonización y reedición del feudo y la propiedad privada a través de autonomías patriarcales.

Nuestro proceso de cambio esta inmerso en una permanente tensión que se expresa dentro del gobierno y el Estado plurinacional, la tensión esta entre el desarrollo (sea sostenible o no, pero desarrollo) y la posibilidad abierta del Summa qamaña (Vivir bien) que intuimos por donde va y la intuición nos lleva a la Utopía. Acabo esta exposición con una grafiteada del Feminismo Comunitario.

*La Esperanza es novia de la Libertad  
y amante de la Utopía*

## ► Referencias

BARRIG, Maruja. El género en las instituciones: una mirada hacia adentro. In: BARRIG, Maruja; WEHKAMP, Andy (Ed.). *Sin morir en el intento: experiencias de planificación de género en el desarrollo*. NOVID - Red entre mujeres. Lima, 1994.

BUSTELO, Eduardo. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales - FLACSO Programa Costa Rica: San José. Costa Rica, 1996.



CALDERON, Francisco J. *Evaluación y seguimiento de proyectos de desarrollo*. Guía de Orientaciones para la Evaluación y Seguimiento de Proyectos de Desarrollo. Biblioteca Virtual de Economía, Derecho y Ciencias Sociales. España, Universidad de Málaga, 2008.

CARDOSO, Fernando H. *El desarrollo en capilla*. Instituto Latinoamericano de Estudios Transnacionales (ILET). Ciudad de México, 1981.

DECLARACIÓN del Foro de Organizaciones Feministas Ante la Undécima Reunión sobre la Mujer - CEPAL: "Qué Estado para qué Igualdad?". 2010. Disponible en: <<http://www.awid.org/.../Declaracion-del-Foro-de-Organizaciones-Feministas-Ante-la-Undecima-Reunion-sobre-la-Mujer-CEPAL-Que-Estado->>.

HOPENHAYN, Martín. La aldea global, entre la utopía transcultural y la ratio mercantil. In: DEGREGORI, C.; PORTOCARRERO, G. (Ed.). *Cultura y globalización*. Lima: Red para el Desarrollo de las Ciencias Sociales en el Perú, 1999. p. 17-36.

MUJERES CREANDO. *Dignidad y autonomía*. Documento fotocopiado para la preconferencia de Mar del Plata, Bolivia, Mujeres Creando, 1993.

PAREDES, Julieta. *Hilando fino, desde el feminismo comunitario*. La Paz: Comunidad Mujeres Creando, 2010.

ROSENFELD, Monica; CARDARELLI, Graciela. *Las participaciones de la pobreza*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1998.

SEGATO, Rita. Género y colonialidad: en busca de claves de lectura y de un vocabulario estratégico descolonial. In: QUIJANO, Aníbal; NAVARRETE, Julio Mejía (Ed.). *La cuestión descolonial*. Lima: Universidad Ricardo Palma - Cátedra América Latina y la Colonialidad del Poder, 2010.

VICEMINISTERIO de Asuntos Género y generacionales. *Plan de Igualdad de Oportunidades*. La Paz: Ministerio de Justicia, 2008.



# TERCER FEMINISMO: NOMADISMO IDENTITARIO, MESTIZAJE Y TRAVESTISMO COLONIAL PARA UNA GENEALOGÍA DE LOS FEMINISMOS DESCOLONIALES<sup>1</sup>



*Karina Bidaseca*

## ► Introducción

El planteamiento cartesiano confirió al humano el dominio absoluto sobre la naturaleza y el consecuente estatus de animales a los animales, y de humanos inferiores a las mujeres y colonizados, habilitando el camino hacia el colonialismo y el discurso biologicista del racismo.

El reconocimiento reciente de los derechos de la naturaleza en las constituciones de Ecuador y Bolivia implica un parteaguas

---

<sup>1</sup> Este artículo fue realizado en el marco del Programa “Poscolonialidad, estudios fronterizos y transfronterizos en los Estudios Feministas”, Instituto de Altos Estudios Sociales, Universidad Nacional de San Martín, y del Proyecto CONICET “Violencias en las mujeres subalternas. Representaciones de la desigualdad de género y la diferencia en las políticas culturales” bajo mi dirección. La autora agradece muy especialmente a Sonia Alvarez (University of Massachusetts, Amherst) los valiosos comentarios; a Claudia J. de Lima Costa por la invitación a participar de la Mesa-redonda “Feminismos latino-americanos e los debates descoloniais: posibilidades e desafíos”, mis compañeras: Julieta Paredes, Jurema Werneck, Sonia Giacomini, Angela Figueredo. Y a Rita Segato, siempre.



en la historia de América Latina, no sólo en nivel de la consagración de derechos a entes no-humanos (Pachamama o Tierra), sino a la episteme descolonial del feminismo que toma las experiencias de las mujeres indígenas y afro y su relación con la naturaleza y la modernidad para revisar las críticas al esencialismo de los años de 1970.

Tal como analiza Rita Segato (2003) en su lúcido trabajo sobre Ciudad Juárez, para nosotras mujeres, nuestros cuerpos ultrajados, “colonias” del patriarcado, son la extensión del territorio a conquistar. El feminicidio parece indicar que nuestra deuda contraída con el capital es impagable. Bajo las leyes del capitalismo salvaje, la relación violenta con la naturaleza – que es transferida a nuestros cuerpos – nos sitúa en un *permanente exilio del mundo*.

Si la “mujer de tercer mundo” presupone un estatus de subdesarrollo e inferioridad frente a la mujer de primer mundo, y así se marca una clara relación de dependencia, la apuesta del *Tercer Feminismo* propone como tesis central que, al colonizar a las mujeres como “las otras”, la “retórica salvacionista” del feminismo del Norte -- esgrimido en la frase “mujeres blancas que buscan salvar a las mujeres color café de sus varones color café” (BIDASECA, 2010, p. 95) escrita por mí, e inspirada en el célebre texto de Gayatri Spivak *¿Puede el subalterno hablar?* (1988) – quiebra la unidad en la lucha. O bien, permite reconstruir una nueva cartografía del feminismo en nuestro Sur, inscrito en la genealogía de nuestro pasado (pos)colonial. La raza como centro estructurante de la modernidad/colonialidad (QUIJANO, 1991), de un modo u otro, implica un viraje en la reflexión sobre las condiciones de nuestra emancipación.

Con el propósito de plasmar las nuevas cartografías y genealogías de los feminismos, pretendo interponer a las discusiones de la crítica cultural de los feminismos descolonial, decolonial y poscolonial en el Sur y los estudios *queer*



latinoamericanos, abordando dos *interrupciones*, entendidas como momentos teóricos y poéticos:

1. la discusión colonialidad, género y raza e interseccionalidad;
2. la relación entre la conciencia moderna y el cuerpo como su *soporte*, en la construcción de conocimiento situado.

Se busca indagar en el *Museo Travesti del Perú*, obra del filósofo performer Giuseppe Campuzano, quien registra las imposiciones del colonizador sobre las diversas formas de la sexualidad que encontró en el Incanato, con el fin de incrustarlo en la memoria espitémica de las matrices del feminismo chicano, afro y comunitario de nuestro continente.

En este camino crítico, hallo sumamente estimulante los vasos comunicantes entre los campos intelectuales y artísticos y los movimientos, desplazamientos; los modos estéticos de representar la memoria simbólica del pasado colonial, las fugas identitarias contestatarias y las transfiguraciones de identidad.

Son estos tiempos intersticiales, *Nepantla anzualdano*, espacios “entre-medio” (BHABHA, 2002) los que innova la teoría crítica. Como expone el autor, acude “la necesidad de pensar mas alla de las narrativas de las subjetividades originarias e iniciales, y concentrarse en esos momentos o procesos que se producen en la articulación de las diferencias culturales” (BHABHA, 2002, p. 18).

Estas contribuciones nos permiten seguir indagando en las huellas propias de un nomadismo identitario que disputa lo femenino en su inscripción simbólica indígena, mestiza y/o travesti.

### ► Colonialidad/género/sexo/raza: transfiguraciones culturales del travestismo y el mestizaje

Giuseppe Campuzano creó el *Museo Travesti del Perú* como un proyecto conceptual, obra visual, portátil y libro, “Donde se



puede concentrar el universo entero a partir de unas cuantas imágenes y de ciertos fragmentos, restos, que siempre estuvieron presentes pero que nadie pudo detenerse – hacía falta el milagro para que esto sucediera – y contemplarlo en toda la fascinación que su oscuridad luminosa produce” (op. cit., p. 1).<sup>2</sup> En él explora la huella del *travestismo* en el contexto del Perú.<sup>3</sup>

*Toda peruanidad es un travestismo* [...] El lenguaje cubre los textos –desde legajos hasta poesía–, pero también los textiles y coreografías, antiguos y contemporáneos. Discurso aculturado e ícono polisémico como dos caras de la misma moneda, éstos que Arguedas llamó “mistura”, como también interrupción de toda pertenencia tradicional. El propósito que se propuso [...] es revisar tanto los roles que han sido adjudicados convencionalmente al travesti como aquéllos que le han sido arrebatados, y que subyacen a la oposición complementaria entre colonialismo – tanto imposición como herencia– y encuentro – sus imbricaciones y restauraciones. Así se postula un análisis, tanto histórico como hermenéutico, de la iconografía y los textos; y, evitando la esterilidad de estudios aislados, se procede a un trabajo multidisciplinario que trasciende la historia lineal –la que sólo permanece en la naturaleza de su soporte gráfico. (Introducción, p. 2 y 3).

“Asumiendo la estética del fragmento, los restos de identidades, de representaciones mutiladas, en una narrativa no-lineal, que expone una fractura de la modernidad misma y se ubica en la genealogía colonial” (BIDASECA, 2013, p. 2), define

<sup>2</sup> “Que alguien se atreva a hacer no un libro sino a crear su propio museo, es una misión tan fuera de toda lógica que hace posible que allí se establezca una suerte de hecho sobrenatural. O la aparición del arte, que es algo similar. No hay ninguna condición real para que este Museo exista. Para que se decida su creación, su carácter portátil, su forma en libro. Ese es el verdadero milagro. Tangible. Concreto. De bolsillo.” (op. cit., p. 1).

<sup>3</sup> “El Perú travesti: indias, moras, negras, chinas, españolas, católicas, drogadas, teatrales, paganas, circulando desde las carabelas los self-services y de un sexo a otro.” (BARTHES 1980, p. 5 apud CAMPUZANO, 2007, p. 50).



la Conquista como un tiempo histórico en el cual se ordena la imposición de identidades sexuales binarias y el consecuente destierro de identidades no-normativas. Lo que asoma en este territorio de de-construcción y re-construcción histórico es el *mestizaje* y el *travestismo*: “[...] el travesti no implica entre nosotros la irrupción de una presencia nueva, sino la emergencia destellante de algo siempre existente pero subterráneo y oscurecido” (CAMPUZANO, 2007, p. 12).

El acto pone de manifiesto la “perplejidad” de un Sujeto femenino, la trampa del binarismo del pensamiento occidental y del falogocentrismo constitutivo del mundo conquistado.

Dos ordenanzas del oidor González de Cuenca en 1566 originadas en sendas prácticas judías del Antiguo y Nuevo Testamentos instauran la prohibición del travestismo en el Perú. Tales disposiciones inician las históricas relaciones entre estado y control del cuerpo adelantándose a la afirmación de Michel Foucault de que tal sujeción surge en Europa en el siglo XIX, cuyo proceso de aculturación procuró segmentar el continuum de género indígena, en “masculino” y “femenino”, al suprimir la alteridad (Horswell, 2005:16-28) [v. 2]. (p. 36) [...]. Con el arribo de los españoles, un destino paradójico sobrevino a tal diversidad. Mientras el nuevo paradigma suprimió del discurso autorizado todo rasgo divergente de lo masculino y femenino, esa misma España asimismo compleja y previamente mestizada aportó sus propias identidades alternativas. La tapada continuó aquel proceso al trocar clausura en prerrogativa, descubriendo siempre dentro del vestido, la equidad negada. (apud CAMPUZANO, 2007, p. 50).

Las tapadas y los “tapados” fueron considerados ajenos y contaminantes por el reformismo borbónico. “[...] Es lo mas ridículo que puede verse en hombres afeminados (AYANQUE 1797 / 1854, p. 220)” (op. cit., p. 89). De hecho el libro de Campuzano recoge el primer dato histórico que se tiene de persecución de la homosexualidad en el Perú con los detalles



del juicio a Francisco Pro en 1803, sastre de oficio, y su condena al destierro por vestir como “tapada”. Recibió como castigo la vergüenza pública del paseo como hecho ejemplificador, quien además “llevaba el extraño oficio en un varón, de dedicarse a la costura” (Onda, 27 jun. 1993 apud CAMPUZANO, 2007, p. 119).



Figura 1 - Giuseppe Campuzano, *Museo Travesti del Perú*, Lima, Campuzano, Giuseppe editor, 2008

Como observamos en las artistas chicanas, se imprime la subversión de la religión<sup>4</sup> impuesta a través de la consagrada

<sup>4</sup> El componente religioso es central también en los feminismos islámicos, que disputan la comprensión y distinción que las mujeres occidentales hacen respecto de las islámicas como el uso del velo- Lila Abu-Lughod, Saba Mahmood, Leila Ahmed, Asma Barlas hacen aportes significativos en relación a la modernidad, la práctica del islam (su tradición patriarcal y lecturas feministas del mismo). Se destaca la agencia de la mujer islámica afirmando que agencia es “resistencia” y no autorealización, aspiraciones o realización de proyectos -noción asociadas a genealogías de pensamiento liberales (BIDASECA, 2010a).



figura femenina de la Virgen, que en constante mutación con las deidades del mundo indígena simbolizan el panteón clandestino del “pachakuti travesti”.<sup>5</sup>

Doña María, María Rosa, Marica, Mariquilla, Marín: maricones produciendo a sus vírgenes. [...] Virgen de la Puerta temible pero indulgente, autista como todas ante el canon punitivo [ix. 5]. Corporación religiosa cual causa de marginación y fe travesti como medio, y respuesta, inclusivos. [...] Virgen-retablo que entraña nuestra historia; Rosa travesti que es flor ayacuchana, o huanca; espina tallando a su autor [ix. 2]. Ritualista que la nueva religión traveste, brotando de su crisálida barroca sus atributos a la vez trastocados e idénticos; Virgen delineada constantemente por las peticiones de su pueblo, Diosa a imagen y semejanza nuestra [ix. 3]. (op. cit., p. 74-75).

Como he demostrado en otro trabajo (BIDASECA, 2013, en prensa) en la obra de la artista chicana Alma López,<sup>6</sup> reconocida por sus performances críticas de la cultura heredada de la conquista y la re-significación femenina de los símbolos de la religiosidad católica, ofrece en su obra más polémica *Our Lady* (Nuestra Señora),<sup>7</sup> la nueva Virgen de Guadalupe aparece con su postura seductora, simboliza el amor lésbico.

<sup>5</sup> “Virgen de la Candelaria, del Carmen, del Socavón: cerros hechos santas, divinidades duales como sus cofrades; Mamachas devueltas a sus sacerdotisas durante la fiesta patronal. Marías de linaje intercesor: Semiramis, Ninlil, Mezzulla, Ishtar, Agni, Atenea, Fortuna, Uzza, Ashera, Mamapacha, Mamacocha, Urpay Wachak, Mamakilla, Mama Raywana, Mamasara... [ix. 1] Sarita Virgen-niña[ix.4].” (op. cit., p. 74-75).

<sup>6</sup> Alma Lorena López Ureña nació en los Mochis Sinaloa, México, en 1966 y pero se ha radicado desde los 3 años en El Serreno, Los Ángeles, California, Estados Unidos. Por algunos breves periodos en la adolescencia vivió en el Distrito Federal en México.

<sup>7</sup> “Our Lady” (Nuestra Señora) esofotografía digital creada en 1999 incluida en la exposición de 2001 *Cyber Arte: Tradition Meets Technology* [CiberArte: entre la tradición y la tecnología] organizada por el Museum of International Folk Art de Santa Fe, Nuevo México.



Como explica Elena Poniatowska (apud JOYSMITH, 2012), la Virgen de Guadalupe de rostro moreno, por lo que es llamada la Virgen morena o la Morenita, tiene un rol fundamental en la conformación de la identidad nacional mexicana; conciliando a criollos, indios y mestizos. Contiene muchos elementos que fueron interpretados por los indígenas desde su propia cosmovisión. El color de las manos (más blanca, y más morena); la imagen en el centro del manto de la flor de cuatro pétalos, *Nahui Ollín*, que marca el lugar donde está el hijo Jesús. Para los aztecas el *Nahui Ollín* era el máximo símbolo náhuatl, representa el centro del espacio y del tiempo, el ombligo. Es bien sabido también que en el cerro de Tepeyac, donde apareció la Virgen a Juan Diego, había anteriormente un templo dedicado a Tonantzin, la madre de los dioses.<sup>8</sup>

El dogma de la Conquista desplegó el desprecio por la Malinche o Malinali mexicana, ofreciendo la imagen distorsionada de la *traidora* a su pueblo. Gloria Anzaldúa lo escribe así:

El peor tipo de traición reside en hacernos creer que la mujer india en nosotras es la traidora. Nosotras, indias y mestizas criminalizamos a la india que hay en nosotras, la brutalizamos y la condenamos. La cultura masculina ha hecho un buen trabajo con nosotras. Son las costumbres que traicionan. La india en mí es la sombra: La Chingada, Tlazolteotl, Coatlicue. Son ellas que oímos lamentando a sus hijas perdidas. No fui yo quien vendió a mi gente sino ellos a mí. Me traicionaron por el color de mi piel. (MANIFIESTO, 1999, p. 37).

Estas “neplanteras” son, según Anzaldúa, “mediadoras de espacios de en-medio”. Refiere a “Nepantla”, vocablo náhuatl derivado de “panotla” (puente) que puede traducirse al español como “tierra de en medio” (JOYSMITH, 2012, p. 16).

<sup>8</sup> Disponible en: <<http://amerika.revues.org/2158?lang=es>>.





La introducción del término *mestizaje* de Anzaldúa se interpreta como un estado de estar ‘más allá’ (“entre-ó”), convoca a una *nueva mestiza* (“new mestiza”), que ella describe como un sujeto consciente de sus conflictos de identidad, atrapada en encrucijadas, debiendo aprender y tolerar la “ambigüedad”. Utiliza el término *el nuevo ángulo de visión* (“new angles of vision”) con el fin de retar el pensamiento binario occidental. Inspirada en José Vasconcelos, el filósofo mexicano, como “raza cósmica”, “una raza mestiza, una mezcla de razas afines, una raza de color – la primera raza síntesis del globo”, dice Anzaldúa,

opuesta a la teoría de la pureza de la raza aria, y la política racial de la pureza que practica la América blanca, su teoría es inclusiva. [...] Desde esta “*crosspolinization*”, una conciencia “*allien*” se presentifica en el hacer una nueva conciencia mestiza, una conciencia de mujer. Esta es una *conciencia de los bordes* (ANZALDÚA, 1999, p. 99, mi traducción).

Vivir en the borderlands quiere decir que no eres ni hispana india negra española ni gabacha, eres mestiza, mulata half-breed (de media casta)... (apud JOYSMITH, 2012, p. 67).

## ► Debates feministas de(s)coloniales

Ahora bien, como explica Sonia Saldívar Hull, “Debido a que la historia de la experiencia de las chicanas en Estados Unidos define nuestro *mestizaje* de feminismo tan particular, nuestra teoría (y practica) no pueden ser una réplica del feminismo blanco ni tampoco pueden ser una abstracción académica” (apud JOYSMITH, 2012, p. 18). Debate que el feminismo comunitario en la voz de Julieta Paredes problematizó en nuestra Mesa, y cuya trascendencia es importante de analizar a los fines de edificar un movimiento feminista descolonial y despatriarcal.



Por un lado, resulta complejo hablar de un *feminismo indígena*; para algunas mujeres de los pueblos originarios como Rosalía Paiva el concepto de feminismo no era reivindicado por el discurso político indígena en la medida que para ellas aparece asociado al feminismo liberal urbano (blanco) que tensa la lucha colectiva indígena. En su lugar propuso lo que definió *feminismo paritario indígena* (PAIVA, 2007) contraponiendo al principio occidental y moderno de la Unidad, la Paridad como estructurarte de las relaciones sociales, incluidas las de género. La Paridad supone entidades – hombre/mujer; masculino/femenino – que se articulan de modo complementario y proporcional.

Por su parte, Segato (2011, p. 18) dice que

El *dualismo*, como el caso del dualismo de género en el mundo indígena, es una de las variantes de lo múltiple o, también, el dos resume, epitomiza una multiplicidad. El *binarismo*, propio de la colonial [...] modernidad, resulta de la episteme del expurgo y la exterioridad construida, del mundo del Uno. El uno y el dos de la dualidad indígena son una entre muchas posibilidades de lo múltiple, donde el uno y el dos, aunque puedan funcionar complementariamente, son ontológicamente completos y dotados de politicidad, a pesar de desiguales en valor y prestigio. El segundo en esa dualidad jerárquica no es un problema que demanda conversión, procesamiento por la grilla de un equivalente universal, y tampoco es resto de la transposición al Uno, sino que es plenamente otro, un otro completo, irreductible.

Muy próximo se halla el *feminismo comunitario*, encuentra su expresión en la Asamblea Feminista de Bolivia. Se diferencia del feminismo occidental, por su preeminencia del individuo frente a la comunidad. Asimismo, bajo el concepto de “entronque patriarcal”, reconoce la existencia de patriarcados pre coloniales que, tras la colonización, se articularon con el occidental (PAREDES, 2010). Las feministas comunitarias proponen *des*



colonizar/patriarcalizar el chacha-warmi,<sup>9</sup> una práctica idealizada que naturalizó la opresión, explotación y la discriminación de las mujeres,<sup>10</sup> invisibilizando las relaciones de poder en los pueblos originarios, incluso la existente en el orden precolonial. En su praxis articulan cinco campos de acción político: el del cuerpo sexuado, incrustado en relaciones de poder, en su biografía y la historia de su pueblo; el espacio que compende el envolvente vertical - arriba, aquí y abajo - y el horizontal - tierra, territorio -; el tiempo, el movimiento y la memoria (PAREDES, 2010). “No es un feminismo étnico, ni descolonial, ni poscolonial”, enfatiza Paredes. “No se trata de retornar a la construcción de ayllus, sino de comunidad” (Mesa-redonda “Feminismos latino-americanos e os debates descoloniais: possibilidades e desafios”, UFSC).

He mencionado en mi libro la ausencia del tratamiento del género/sexo en los escritos decoloniales para América latina por parte de intelectuales varones, blancos, que como gesto incorporan el pensamiento feminista chicano (específicamente anzaldiano). No obstante, cabe destacar el aporte de María Lugones (2008), quien problematiza en la propuesta política de la colonialidad del poder del sociólogo peruano Aníbal Quijano el status totalizador de la raza. Y la discusión respecto del género y la colonialidad en la propuesta de Rita Segato (2011) respecto de la inexistencia del género en el mundo pre-colonial. El género/sexo y la raza como categorías de análisis pero fundamentalmente subjetivas, deben ser complejizados al ser pensada la raza interseccionada por el género/sexo/religión/locus de enunciación/nación... (y no entender la raza superpuesta a ellos).

<sup>9</sup> Significa hombre y mujer que pueden unirse en matrimonio.

<sup>10</sup> “El chacha-warmi no es el punto de partida que queremos [...] porque [...] no incorpora la denuncia de género en la comunidad, naturaliza la discriminación [...] plantea un par complementario pero un par machista de complementariedad jerárquica y vertical, los hombres arriba y privilegiados y las mujeres abajo y subordinadas. El chacha-warmi es además confuso, porque una cosa es el par complementario y otra es la pareja heterosexual.” (PAREDES, 2010, p. 28-29).



Según Lugones (2008), la limitación del pensamiento de Quijano parte de considerar al género anterior a la sociedad y la historia, lo cual naturaliza las relaciones de género y heterosexualidad y los efectos de la postcolonialidad. Mientras Rita Segato (2011) discute esta tesis asumiendo que “el género ya existía antes de la intervención del hombre blanco y, precisamente, es la modernidad la que captura y magnifica la jerarquía de género” (6). Segato identifica tres interpretaciones en relación a las relaciones de género en las sociedades indígenas capturadas por el orden colonial moderno. Por un lado, el “feminismo eurocéntrico” que afirma la existencia un único problema de dominación de género, universal, el patriarcal y que coloca a las mujeres eurocéntricas en una condición de superioridad moral. Por otro lado, el feminismo esgrimido por Lugones y Oyewumi que afirman la inexistencia de relaciones de género en el mundo pre-colonial. Por último, los feminismos que, en función de evidencias etnográficas, reconocen que en las sociedades prehispánicas existieron múltiples nomenclaturas de género y lo que define como patriarcados de “baja intensidad”. Con la penetración de la modernidad/colonialidad en esos “mundo-aldeas”, se fue despolitizando el espacio doméstico: “Se desmorona entonces la autoridad, el valor y el prestigio de las mujeres y de su esfera de acción” (SEGATO, 2011, p. 44).

Así, el colonialismo y luego la colonialidad determinaron la occidentalización y la patriarcalización de la relaciones de sociales de género para los pueblos originarios. De este modo, se rescatan de las lenguas aymara y quechua los términos de “chhullu” y “andrógino”.

El chhullu es el elemento tensional dispuesto entre las mitades para así mediar el tinkuy el encuentro de las mitades como escisión y convergencia simultáneas, afirmando la identidad de cada una mientras produce una nueva entidad (Salomon 1982: 15). Estas mitades opuestas



que sin embargo se complementan (Platt 1978) yanani en aymara y yanantin en quechua, pueden actuar en conjunto o, al ser antagónicas, actuar por turnos. En dicho intercambio, tanto la jerarquía como la igualdad coexisten en una negociación constante, teniendo, sin embargo, siempre a la equidad como propósito. (CANESSA 1997, p. 237 apud CAMPUZZANO, 2007, p. 84).<sup>11</sup>

### Respectode,

La totalidad andrógina es más grande que la suma de sus partes femeninas y masculinas. Así, en la dinámica del género, una parte puede dominar a la otra, alternándose – lo andrógino cual tinkuy entre lo femenino y lo masculino –, pero el todo andrógino será siempre el campo de referencia más amplio (ISBELL, 1997, p. 259). Así, todo es hombre-mujer – chachawarmi en aymara y qhariwarmi en quechua. (op. cit., p. 84).

En una economía simbólica *mujer o minorías (indígenas, afro) se igualan*: después de todo se trata de cuerpos feminizados y racializados por el discurso de la modernidad occidental. Y en este sentido, la analogía entre minorías y multitudes sexuales respecto del sujeto y cuerpo que soporta los derechos, reaparece el dilema de las identidades y los sistemas de representación y, consecuentemente, las lealtades: por ejemplo, entre las mujeres afro, quienes fuertemente interpelaron al feminismo académico, y más tarde, sobre la figura del travesti. *¿Cuando yo digo soy mujer o soy negra, ¿en qué orden de representación me ubico? ¿Hay*

---

<sup>11</sup> El chhullu permanece además en otros lenguajes aún tangibles, tales como las coreografías de diversas danzas; y en el tejido andino tomado como texto. En éste se menciona una franja impar, localizada en el centro de las talegas (bolsos) que se denomina chhima, y significa “corazón” (en el aymara hablado en Isluga). El es a la vez el “lugar de reunión y la línea de separación de los dos lados, desempeñando el rol ambivalente de separador, creando dos mitades, siendo simultáneamente el nexa, el territorio “común” (1978/1986, p. 152 apud CAMPUZZANO, 2007, p. 84).



*una esencia negra?* Por cierto, como mujeres negras debían luchar contra los clichés que ubicaban a las Negras en distintas situaciones (la niñera, la puta, la jota...) (LORDE, 1988), en los que se intersectaban *simultáneamente* la política de raza, sexual y clasista. Ahora bien, la batalla debía darse en todos los frentes” (BIDASECA, 2013, p. 10).

### ► Oberturas

El movimiento feminista debió afrontar la división entre lesbianas y heterosexuales, que eran también a su entender diferencias políticas y clasistas; entre “blancas” y “mujeresdecolor”.

Si de algo eran conscientes que desde su posición como mujeres negras – quienes “ostentan” el estatus social más bajo que cualquier otro grupo social por su triple opresión sexista, racista y clasista “sin ‘otro’ institucionalizado al que puedan discriminar, explotar, u oprimir” – (HOOKS, 2004, p. 49), la posición de un varón afrodescendiente quedaría igualada a la de las mujeres blancas, en tanto *ambos* pueden, como explica bell hooks, actuar como oprimidos y opresores:

Los hombres negros pueden ser víctimas del racismo, pero el sexismo les permite actuar como explotadores y opresores de las mujeres. Las mujeres blancas pueden ser víctimas del sexismo, pero el racismo les permite actuar como explotadoras y opresoras de la gente negra [...]. El sexismo de los hombres negros ha socavado las luchas por erradicar el racismo del mismo modo que el racismo de las mujeres blancas ha socavado las luchas feministas. (HOOKS, 2004, p. 49).

En su texto “Colonialidad y género: hacia un feminismo descolonial” (2008), Lugones plantea la necesidad epistemológica,



teórica y política de la interseccionalidad de raza, clase, género y sexualidad, presente ya en Kimberle Crashaw,<sup>12</sup> para entender la indiferencia que los hombres muestran hacia las violencias que sistemáticamente se infringen sobre las mujeres de color, que ella misma denomina como mujeres no blancas; mujeres víctimas de la colonialidad del poder y del género; mujeres del tercer mundo. La autora propone un entrelazamiento de las categorías y de los análisis para así llegar a lo que denomina “el sistema moderno-colonial de género”. La interseccionalidad revela *lo que no se ve* cuando categorías como género y raza se conceptualizan como separadas unas de otras. Entonces el feminismo de color pone en tensión las categorías “mujer” o las categorías raciales “negro”, “hispano” ya que homogeneizan y seleccionan al dominante, en el grupo, como su norma; por lo tanto, “mujer” selecciona como norma a las hembras burguesas blancas heterosexuales; “negro” selecciona a los machos heterosexuales negros y, así, sucesivamente. Dada la construcción de categorías, el ejercicio de intersección da cuenta que entre “mujer” y “negro” existe un *vacío* que debería ocupar la “mujer negra”, ya que ni “mujer” ni “negro” la incluyen. Entonces la autora evidencia cómo la interseccionalidad muestra lo que se pierde, y plantea la tarea de reconceptualizar la lógica de interseccionalidad para evitar la separación de las categorías dadas. Esto significa que el término “mujer” en sí, no tiene sentido o tiene un sentido racial ya que la lógica categorial ha seleccionado un grupo dominante: mujeres

---

<sup>12</sup> En la “interseccionalidad” de racismo y patriarcado, consideramos las experiencias de las mujeres de color y cómo estas experiencias no han sido representadas ni por los discursos del feminismo ni el antirracismo (CRENSHAW, 1994). Sus experiencias han sido marginalizadas. Crenshaw ha demostrado los límites del discurso de la raza y el género en el caso de la violencia contra las mujeres de color, que es cualitativamente diferente de la mujer blanca. Sin dudas, los imaginarios construidos desde los momentos conquista y colonización continúan operando en legados poscoloniales. Es preciso pensar las políticas de la identidad conjugadas con las memorias poscoloniales.



burguesas blancas heterosexuales, y por tanto, como expresa, “ha escondido la brutalización, el abuso, la deshumanización que la colonialidad del género implica” (p. 25).

La figura del travesti enfrenta uno de los retos más subversivos a los sistemas de categorización unívoca de la identidad heteronormativa. Tal como muestra el Museo en Perú, incrustado en el barroquismo del ornamento el cuerpo travesti expone una subversión profunda de la imposición colonialista de la modernidad. Las amenazas punitivas son introducidas para capturar las prácticas en la matriz heterosexual binaria del conquistador, que impone nociones de pecado extrañas al mundo encontrado y, según Segato, propaga su mirada pornográfica.

En las nuevas cartografías de los feminismos, diferentes matrices feministas quilombolas, comunitarias, indígenas, travestis, mestizas, fundadas en las violencias racializadas se unen en las posibilidades y límites de la liminalidad de las fronteras, exilios y devenires.

“Me insultas  
Llamándome  
esquizofrénica.  
Mis divisiones son  
*Infinitas.*”

(Berenice Zamora, “Para no ser abigarrada”)

## ► Referencias

BHABHA, Homi. *El lugar de la cultura*. Buenos Aires: Manantial, 2002.

BIDASECA, Karina. *Fracturas de la modernidad: fugas identitarias y transfiguraciones culturales*. Red de Postgrados de Estudios y Políticas





Culturales - Clacso/Grupo de Investigación en Estudios Culturales - Dpto. Estudios Culturales-Pensar, Universidad Javeriana, Bogotá, 2013.

\_\_\_\_\_. Nomadismo identitario: colonialidad, género/sexo y religión en las performances de Giuseppe Campuzano y Alma López desde la posición del Tercer Feminismo. *Revista e-misférica* 11.1 The Decolonial Gesture. El gesto decolonial. Número del invierno del 2014 de *e-misférica*, la revista del Instituto Hemisférico de Performance y Política, 2013. Disponible en: <<http://hemisphericinstitute.org/hemi/pt/participate>>.

\_\_\_\_\_. *Perturbando el texto colonial: los estudios (pos)coloniales en América latina*. Buenos Aires: SB, 2010.

\_\_\_\_\_. Reconociendo las superficies de nuestras hendiduras. Cartografiando el Sur de nuestros Feminismos. In: BIDASECA, K.; DE OTO, A; OBARRIO, J; SIERRA, M (Comp.). *Legados, genealogías y memorias poscoloniales: escritos fronterizos desde el Sur*. Ed. Godot, 2013.

CAMPUZANO, Giuseppe. Andróginos, hombres vestidos de mujer, maricones... el Museo Travesti del Perú. *Bagoas*, n. 4, p. 79-93, 2009.

\_\_\_\_\_. *Museo Travesti del Perú*. Lima, 2008.

HOOKS, bell. Mujeres negras: dar forma a la teoría feminista. In: \_\_\_\_\_. et al. *Otras inapropiables: feminismos desde las fronteras*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004.

LORDE, Audre. Las herramientas del amo nunca desarmarán la casa del amo. In: MORAGA, Cherrie; CASTILLO, Ana (Ed.). *Esta puente mi espalda: voces de mujeres tercermundistas en los Estados Unidos*. San Francisco: Ism press, 1988.

JOYSMITH, Clarice (Ed.). *Cantar de espejos: poesía testimonial de mujeres*. México UNAM/CISAN/Universidad del Claustro de Sor Juana, 2012.

LUGONES, María. Colonialidad y género. Hacia un feminismo descolonial. *Género y descolonialidad*, Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2008.



PAIVA, Rosalía. Feminismo paritario indígena andino. Artículos Gloobal, 2007. Disponible en: <<http://www.deigualaligual.net/pt/direitos-humanos/21-derechos-humanos/862-feminismoparitario-indigenaandino>>.

PAREDES, Julieta. *Hilando fino: desde el feminismo comunitario*. La Paz: CEDEC (Comunidad Mujeres Creando Comunidad), 2010. Disponible en: <<http://mujerescreandocomunidad.blogspot.com>>, <[mujerescreando@gmail.com](mailto:mujerescreando@gmail.com)>, <[asambleafeminista@gmail.com](mailto:asambleafeminista@gmail.com)>.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

SEGATO, Rita. Género y colonialidad. En busca de claves de lectura y de unario estratégico descolonial. In: BIDASECA, Karina; VAZQUEZ, L. (Comp.). *Feminismos y poscolonialidad: descolonizando el feminismo desde y en américa Latina*. Buenos Aires: Godot, 2011.

# FEMINISMOS E OS DESAFIOS ATUAIS DO PÓS-COLONIAL: A CONTRIBUIÇÃO DE FEMINISTAS NEGRAS NO BRASIL



*Cláudia Pons Cardoso*

## ► Situando o lugar de fala

Para pensar os feminismos e os desafios atuais do pós-colonial, parto de contribuições aportadas por feministas negras brasileiras. Mais especificamente, penso os desafios a partir do Pensamento de Mulheres Negras brasileiras.<sup>1</sup> Pensamento alimentado por cosmovisão negro-africana, gestado a partir da realidade de mulheres historicamente discriminadas, reflete a diversidade. Pensamento intrinsecamente comprometido com o desprendimento epistêmico das abordagens dominantes, na medida em que se constitui através das experiências e vivências das mulheres negras da diáspora contra o racismo patriarcal.

Pensamento nascido do ativismo, construtor de teoria pulsante. A relação dialógica entre práxis e teoria, cuja dinâmica da realidade modifica continuamente a teoria, fornece frescor teórico produzido pela concretude das experiências vividas. Prática e

---

<sup>1</sup> Para maiores informações acerca de Pensamento de Mulheres Negras e Feminismo Negro, ver Cardoso (2012).



teoria em constante processo de construção mútua, sendo a teoria colocada a serviço dos movimentos para ajudar a compreender a realidade social. Prática e teoria reunidas em torno de projeto de justiça social e empregadas em resistências e experiências de lutas contra realidades cotidianas de exclusão e discriminação. Realidades construídas “interseccionalmente” pelo racismo, pelas ideologias patriarcais, pela heterossexualidade compulsória, pelo capitalismo global.

Pensamento inserido nas novas tendências descolonizadoras empenhadas na recuperação de vozes e discursos dos sujeitos subalternos, mulheres excluídas e forçadamente silenciadas, até então, pelo conhecimento hegemônico.

A expressão “desde outros locais de onde falamos”, que aqui utilizo, revela as formas diferenciadas de enfrentamento das ideologias e relações patriarcais promovidas pelas mulheres, em diferentes contextos, e mostra, também, outras perspectivas e elaborações teóricas próprias sobre as desigualdades de gênero a partir de experiências situadas. Muitas vezes, esses lugares de enunciação geram laços de solidariedade e de cumplicidade entre mulheres de países/regiões diferentes pertencentes a grupos étnico-raciais discriminados, mais do que com as mulheres de “casa” posicionadas em grupos de privilégios fornecidos por raça/etnia e classe.

Para entender esse contexto estrutural capaz de criar situações de exclusão e discriminação semelhantes para determinados grupos de mulheres distantes geopoliticamente, precisamos buscar explicações na relação colonialista que o capitalismo mantém com o mundo, a partir da colonialidade do poder e de gênero,<sup>2</sup> isto é, da classificação étnico-racial e de gênero da população mundial. O legado do colonialismo apoiado na

---

<sup>2</sup> Sobre colonialidade do poder, ver Quijano (2010) e colonialidade de gênero, Lugones (2008).



classificação racial e de gênero continua a movimentar as engrenagens dos novos modelos econômico e político, a disseminar normas de controle social com incidência, fundamentalmente, sobre os corpos racialmente inferiorizados, principalmente, das mulheres.

A superação desse contexto se traduz no grande desafio dos nossos feminismos, como tentarei mostrar a seguir.

### ► Os feminismos e o pós-colonial

Os estudos pós-coloniais correspondem a uma variedade de contribuições teóricas com orientações distintas e esforço comum de fornecer respostas à crise de compreensão produzida pela incapacidade das velhas concepções dominantes da modernidade de explicar o mundo. Nesse sentido, as perspectivas pós-coloniais postulam a descolonização da teoria e da história, procuram compreender a realidade social a partir de “reescrita descentrada, diaspórica”, apresentando uma abordagem alternativa do Ocidente (HALL, 2003, p. 109). Desse modo, como afirma Stuart Hall (2003), “pós”, longe de significar uma noção linear de tempo cronológico, aquilo que vem depois, aponta para o significado assumido pelas relações hierárquicas na reconfiguração do campo discursivo, assim como “colonial” indica as diversas opressões definidas por gênero, raça/etnia e nacionalidade. Para Homi Bhabha, tais perspectivas “emergem do testemunho colonial dos países do Terceiro Mundo e dos discursos das ‘minorias’ dentro das divisões geopolíticas de Leste, Oeste, Norte e Sul”. Assim, “pós-colonial sinaliza a proliferação de histórias e temporalidades, a intrusão da diferença e da especificidade nas grandes narrativas generalizadoras” (BHABHA, 2001, p. 111).

Para Ochy Curiel (2007), no artigo “Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista”, o debate pós-colonial foi aberto pelos subalternos nas lutas anticoloniais;



pelas mulheres subalternizadas nas sociedades; pelas feministas racializadas, negras, indígenas, chicanas e lésbicas, que têm analisado a trama do poder patriarcal, capitalista e heterossexista e questionado a relação centro-periferia ao inserir as experiências das mulheres no contexto desenhado pelo colonialismo, pelo racismo e pelo imperialismo, incluído no feminismo devido à compreensão universalista e ao viés racista, presentes em muitos casos.

São posições feministas que vêm, desde muito tempo, defendendo a construção de um projeto transformador de sociedade, evidenciando os efeitos perversos da intersecção dos eixos de opressão, gênero, raça, classe, sexualidades, nacionalidade, religião, entre outros. Para isso, desenvolveram propostas radicais de abordagem do poder nas sociedades pós-coloniais e de enfrentamento à geopolítica do conhecimento e promoveram deslocamentos epistemológicos nos feminismos, denunciando como determinados conceitos das chamadas teorias feministas hegemônicas se tornam problemáticos quando aplicados para a compreensão da realidade de muitas mulheres, uma vez que estamos sujeitas a situações diversas de opressão.

Por exemplo, Chandra Mohanty (2008) identificou três princípios analíticos básicos presentes no discurso feminista ocidental, discurso sobre o qual temos tecido inúmeras críticas já apresentadas em muitos estudos: 1. a pressuposição de “mulheres” como um grupo já constituído e coerente, com interesses e desejos idênticos, sem importar a classe social, a localização ou as contradições raciais ou étnicas. Essa ideia implica: uma noção de diferença sexual ou de gênero ou, inclusive, uma noção de patriarcado, que pode se aplicar de forma universal a todas as culturas; 2. a carência crítica com que se apresenta a evidência que sustenta a universalidade e validade para todas as culturas; e 3. a noção homogênea da opressão das mulheres como grupo levando à representação binária da categoria mulher.



A feminista pós-colonial Gayatri Spivak (2010), por sua vez, defende um feminismo pós-colonial livre da prerrogativa da representação e teorização a partir de referente, desafiando, com isso, a concepção ocidental etnocêntrica e incorporando as vozes de povos marginalizados; um feminismo que transcenda as fronteiras da colonização do discurso modernista; que reconheça a diferença e a multiplicidade de eixos e identidades que dão forma à vida das mulheres. Para isso, faz-se necessário que as feministas ocidentais alocadas em posições de privilégio, para além de reconhecerem a contextualização de seus conhecimentos, ou seja, a sua especificidade cultural e, por conseguinte, sua parcialidade, empreendam também “a desaprender o privilégio” como perda (SPIVAK, 2010, p. 88). Os privilégios provenientes de raça, gênero, classe social, sexualidade e nacionalidade, por exemplo, impedem que “outros” conhecimentos sejam obtidos em função da posição social e cultural de privilegiamento. Sendo assim, o desafio, como salienta Spivak, reside em desaprender esses privilégios. As feministas ocidentais precisam trabalhar para obter algum conhecimento de “outros” grupos sociais.

Além dessas questões, a feminista dominicana Ochy Curiel (2010) chama a atenção para um aspecto importante, que se impõe como desafio às feministas: a posição elitista e androcêntrica de teorias produzidas em muitos espaços acadêmicos, em que os paradigmas assumidos estão sustentados em visões e lógicas masculinas. Nesse movimento, os aportes de feministas, de modo geral, sobre teoria crítica e prática política para uma nova compreensão da realidade social têm sido menosprezados por muitos estudos pós-coloniais. Para nós, feministas do Sul, o desafio é maior, pois muitas de nossas produções teóricas, que refletem nossas práticas políticas, ainda pouco teorizadas, são classificadas como ativistas e não aptas para o consumo, mantendo-se como referência a produção do Norte, mesmo entre nós, feministas latino-americanas. Com isso, outras tradições feministas



continuam insuficientemente representadas na literatura feminista e continuam invisíveis para a literatura hegemônica pós-colonial.

Da mesma forma, Cláudia de Lima Costa (2009), em seu artigo “A urgência do pós-colonial e os desafios dos feminismos latino-americanos”, salienta as lacunas e os silêncios do termo em relação ao contexto latino-americano e às teorias feministas. Segundo Cláudia Costa, o termo “pós-colonial” é radicalmente polissêmico, sobretudo quando transposto para esse contexto. Como forma de articular a relação entre o feminismo e o pós-colonial no contexto latino-americano, a autora parte do conceito de tradução cultural para a teorização dos sujeitos feministas pós-coloniais, sendo tradução cultural percebida como prática de questionamento de certezas epistemológicas, cruzando, para isso, mundo e identidades, visando à abertura para outras formas de conhecimento e de humanidade, para, assim, produzir entendimento plural das mulheres.

Podemos dizer que as perspectivas feministas pós-coloniais, como destaca Rosalva Aída Castillo (2008), possibilitam reflexões metodológicas pertinentes às nossas práticas acadêmicas e políticas, como: historicizar e contextualizar as formas que assumem as relações de gênero, evitando o universalismo feminista; considerar a cultura como processo histórico, para evitar os essencialismos culturais; reconhecer a maneira como nossas lutas locais estão inseridas em processos globais de dominação capitalista; e criticar as metanarrativas masculinas eurocêtricas.

Então, se os feminismos pós-coloniais têm como proposta epistemológica a descolonização do pensamento e, em última instância, do próprio feminismo, apostando no entendimento multicultural das mulheres e das sociedades. E se nos oferecem a oportunidade de sepultar perspectivas feministas hegemônicas, identificadas com agendas políticas e legados históricos que pouco têm dito para mulheres negras, lésbicas, pobres, indígenas,





pois a contribuição dessas mulheres na luta contra as relações patriarcais historicamente tem sido ignorada e as relações colonialistas mantidas internamente em nossas sociedades e, por que não dizer, entre nós feministas.

Parece-me que os feminismos têm como desafio atual explorar ao máximo os postulados das perspectivas pós-coloniais, para que o pós-colonial de nossos feminismos não se reduza à “tendência teórica” ou apenas à área de domínio acadêmica de algumas intelectuais feministas, mas que as ferramentas produzidas por tais perspectivas possam ser utilizadas para a construção de novos caminhos e projetos que modifiquem a vida das mulheres.

Precisamos questionar, como afirma Brenny Mendoza (2010, p. 35), “os aparatos conceituais dos feminismos metropolitanos, incluso, o pós-colonial”, desestabilizando nossos discursos e práticas, para que tenhamos uma proposta radical de transformação da sociedade e para que se levem a cabo práticas feministas libertárias e inclusivas. Neste caso, temos como desafio, continua a autora, pensar teorias feministas, desde o Sul, desde a América Latina e Caribe, desde nossa experiência particular colonial e pós-colonial, uma vez que, de alguma forma, somos sempre interpretadas a partir de teorias tecidas fora de nossos contextos, de nossas realidades.

Pensar desde o Brasil, onde, às vezes, tenho a impressão de que nossos debates feministas são circulares. Circularidade esvaziada de referencial de valor civilizatório afro-brasileiro, que aponta para movimento e renovação; ou ainda, circularidade simbolizada pela ressignificação e posituação da dor com as experiências produzidas com o processo de escravização negra e do racismo, para produzir vida afrodescendente fora da África (TRINDADE, 2008). Mas circularidade como repetição do mesmo e, nesse caso, da ausência, nos debates feministas, de experiências e vivências de mulheres negras na diáspora com o racismo, de experiências de mulheres indígenas no contexto de



nossa sociedade, pois, apesar de toda crítica já realizada, persiste o sujeito universal do feminismo hegemônico.

O movimento de mulheres negras brasileiro colocou *raça* em evidência, revelando o racismo e as desigualdades raciais como determinantes no processo de opressão, discriminação e exclusão da população negra, de modo geral, e, em especial, das mulheres negras, quando o racismo vem articulado com o sexismo. Essa atuação das mulheres negras obriga o movimento feminista hegemônico brasileiro a incluir *raça* em suas abordagens, entretanto a inclusão está longe de significar uma mudança epistêmica, pois *raça* continua sendo tratada tangencialmente. Poucos são os estudos no Brasil que abordam a intersecção de gênero e *raça/etnia*, as representações de gênero racializadas e os efeitos sobre a vida das mulheres negras nas mais diferentes áreas, como saúde, mercado de trabalho, sexualidades, relações afetivas; ou, até mesmo, que se dediquem a explorar o Pensamento das Mulheres Negras no Brasil. Estudos de gênero e feministas que encobrem a realidade das mulheres negras e indígenas ainda são maioria.

Para nós, mulheres negras, o racismo é destacado como estrutura de dominação e exclusão, que marca profundamente nossas vidas. Dessa forma, a incorporação da perspectiva racial é fundamental, na medida em que *raça* reconfigura a forma como nós, mulheres negras, experienciamos *gênero* na sociedade.

Assim, nesse exercício de situar nossas experiências de mulheres negras brasileiras, definidas na diáspora africana pela colonialidade do poder e de gênero, recorro ao pensamento de Lélia Gonzalez e sua proposta de abordagem epistemológica descolonizadora para pensar nossos feminismos desde o Sul. A proposta reside na investigação da genealogia da prática política de mulheres negras, formada a partir de um lugar específico, definido pelas estruturas de opressão e pelo seu enfrentamento.



## ► Desafios dos feminismos e o debate brasileiro

Lélia Gonzalez, intelectual e feminista negra brasileira, nos anos 80, refletiu atentamente sobre a realidade de exclusão das mulheres na sociedade brasileira, principalmente negras e indígenas. Seus esforços visavam incorporar as experiências de mulheres negras e indígenas nos estudos feministas e se traduzem, na atualidade, ainda, em desafios a serem superados pelos feminismos no contexto pós-colonial.

Muitas de suas considerações integram os debates de mulheres latino-americanas e caribenhas que têm como proposta pensar o feminismo desde o Sul, um feminismo descolonizado, antirracista, anticapitalista, anti-heterossexista, com o intuito de construir modelos alternativos de sociedade. No Brasil, porém, seu pensamento, assim como o de outras intelectuais negras, sempre esteve restrito, e continua, quase exclusivamente, a pesquisadoras/es comprometidas/os com o enfrentamento do racismo na academia.

Lélia Gonzalez foi pioneira nas críticas ao feminismo hegemônico e nas reflexões acerca das diferentes trajetórias de resistência das mulheres ao patriarcado nas Américas. O seu pensamento inaugura também a proposição de descolonização do saber, suas críticas foram direcionadas à insuficiência das categorias analíticas das Ciências Sociais para explicar, por exemplo, a realidade das mulheres negras.

A autora procurou valorizar as experiências de mulheres que, por desconhecerem o manejo da escrita e da erudição, não deixaram registros escritos sobre suas ações, de forma que suas vozes e protagonismo estão silenciados, assim como outras ações de enfrentamento ao sexismo continuam invisibilizadas e, principalmente, outras vertentes de feminismos continuam ignoradas.

Tendo como referência as ideias de Frantz Fanon, Lélia Gonzalez procurou similaridades nos diversos contextos da



diáspora negra, de forma a desenvolver explicações em comum para abordar o racismo, bem como recuperar as estratégias de resistência e luta das mulheres negras, pobres e indígenas, visando a seu registro como protagonistas e sujeitos históricos.

Lélia Gonzalez (1988a) cunhou a categoria “amefricanidade” em referência à experiência comum de mulheres e homens negros na diáspora e à experiência de mulheres e homens indígenas contra a dominação colonial. A categoria se insere na perspectiva pós-colonial, surge no contexto traçado tanto pela diáspora negra quanto pelo extermínio da população indígena das Américas e recupera as histórias de resistência e luta dos povos colonizados contra as violências geradas pela colonialidade do poder. A partir das resistências, compreendidas como mecanismos estratégicos de visibilidade da história desses grupos, tem por objetivo pensar “desde dentro” das culturas indígenas e africanas e, assim, afastar-se cada vez mais de interpretações centradas na visão de mundo do pensamento moderno europeu.

A categoria tem força epistêmica, pois pretende outra forma de pensar, de produzir conhecimento, a partir dos subalternos, dos excluídos, dos marginalizados. Desloca mulheres, negras e indígenas, das margens para o centro da investigação, com isso potencializa as margens e pluraliza os centros.

Os estudos de Lélia Gonzalez sobre racismo e sexismo no Brasil mostram a realidade de discriminação e exclusão das mulheres negras, uma realidade que também pode ser verificada em outros recantos da América Latina e Caribe. A autora, entretanto, ao mesmo tempo que denuncia a violência das opressões que atinge a vida das mulheres negras e indígenas, também lhes fornece *status* de protagonistas de ações de oposição às relações de dominação. As mulheres negras e indígenas, na perspectiva oferecida pela autora, intervêm ativamente na condução de seus destinos e, para as que vêm depois, deixam como legado experiências, o que significa que a luta contra essas opressões possui



longo caminho já trilhado. Assim sendo, a categoria “amefricanidade”, mais do que indicar a experiência comum com a escravidão, a dominação e a exploração da colonialidade, tem na resistência sua centralidade.

A compreensão desse processo desvela, por um lado, a subalternização das mulheres colonizadas pela intersecção dos vários eixos de poder; por outro, ao se iluminar esse contexto, abre-se a possibilidade para o surgimento de um leque diversificado de atitudes e comportamentos de insubordinação levados adiante pelas mulheres negras e indígenas capazes de impor derrotas aos poderes estabelecidos.

Porém, são processos de resistência e insurgência, na maioria das vezes, ainda ocultos, que somente investigações comprometidas com a descolonização do saber e do feminismo podem tirar do esquecimento histórico, apostando na construção do conhecimento a partir de conceitos que valorizem as experiências concretas das mulheres.

Seguindo essa premissa, Gonzalez (1988b, p. 24) traz a história de Nanny - mulher negra escravizada, líder *maroon*<sup>3</sup> na luta anticolonialista da Jamaica do século XVIII -, para “melhor apreendermos a importância das mulheres nas lutas das comunidades amefricanas de ontem e de hoje”. Nanny é apresentada pela historiografia jamaicana de muitas formas, desde mito, mártir, líder militar, até figura mística misteriosa; todavia, sua importância para aquela sociedade é inquestionável. Ela recorre à personagem e emprega leitura descolonizadora de seu significado.

Para melhor entendimento da análise de Gonzalez (1988b), apresento resumidamente as três histórias: a primeira conta que os ingleses destruíram as provisões dos *maroons* a fim de

---

<sup>3</sup> Segundo Lélia Gonzalez, “os termos *marronage* (francês) e *maroon society* (inglês) provêm do espanhol *cimarrón*, todos significando o mesmo que quilombo” (GONZALEZ, 1988b, p. 24).



derrotá-los pela fome e que, alguns dias antes da rendição, a liderança jamaicana recebeu, em sonho, sementes mágicas para plantar e salvar seu povo da fome; a segunda mostra como ela enganou os inimigos, colocando em seu caminho um caldeirão mágico com conteúdo fervente, mas, sem fogo para mantê-lo assim, o caldeirão engolia aqueles que olhavam em seu interior ao tentarem desvendar o mistério; e, na terceira, diante do exército inimigo, na condição de líder militar, virou-se e atraiu as balas das armas para o meio de suas nádegas, vencendo o exército inglês.

Para a intelectual brasileira, a primeira história, simbolicamente, remeteria ao papel da mulher que assegura a regeneração e a continuidade de uma sociedade que, sob condições adversas, encontra-se numa luta constante pela sobrevivência. A segunda destaca a importância do saber produzido pelo próprio grupo. Já a terceira simbolizaria a radicalidade de uma posição anticolonialista. Seu gesto implica a rejeição de valores, instituições e práticas do colonizador.

Como desafio na elaboração de pensamento e ação feminista do Sul, Lélia Gonzalez, ao recuperar as histórias da líder *maroon*, salienta a importância de construirmos nossas definições e realizarmos apropriações de categorias e teorias a partir de nossas próprias experiências e das experiências cotidianas de nossas antepassadas, iniciando elaborações acerca de feminismo em oposição às concepções hegemônicas. Para isso, precisamos lançar olhar aprendiz, despretensioso, livre da arrogância acadêmica do Ocidente em direção aos saberes produzidos pelas mulheres negras e indígenas das sociedades pré-invasão colonial.

Um olhar ávido por apreender aspectos civilizatórios que informam outra maneira de estar no mundo; de perceber o corpo; de viver a sexualidade sem o enquadramento heteronormativo; de estabelecer vínculos sociais mais equânimes; e de criar redes de cuidados. Um olhar curioso sobre o poder ancestral feminino das mulheres negras e indígenas, totalmente contrastante com a submissão e a resignação feminina das religiões judaico-cristãs



do Ocidente; curioso acerca dos saberes elaborados por outros grupos sociais excluídos e marginalizados, mas não esvaziados de sabedorias, que podem informar uma nova prática política, econômica, cultural e social mais inclusiva, solidária e coletiva.

Como diz Julieta Paredes (2010), é outra epistemologia, outra maneira recuperada de nossas ancestrais e de outros povos. Precisamos nomear nossas práticas e sentimentos sem ter medo do som de nossa própria voz, sem ter medo de produzir teoria, conceitos e explicações, sem ter medo de projetar nossos desejos, sonhos e utopias.

As lentes através das quais Lélia Gonzalez nos instiga a olhar e interpretar outras histórias nos permitem enxergar as questões semelhantes e recorrentes que confrontam as mulheres negras no contexto da diáspora e que são impeditivas ao pleno acesso a bens e serviços de qualidade e ao direito a vida digna. Questões que me inquietam e levam às seguintes dúvidas: existe feminismo sem antirracismo em um país racista, como o Brasil? Existe uma prática feminista sem comprometimento efetivo com o enfrentamento do racismo? Como discutir comprometimento efetivo com a luta antirracista sem discussão dos privilégios decorrentes da posição de poder obtida pela posição racial assegurada pela branquidade? Que feminismo queremos construir como proposta radical, desafiadora e transformadora?

Ratifico, os feminismos “adjetivados”, isto é, negro, indígena, lésbico, são expressões de experiências de resistências, lutas e conquistas de espaços políticos desenvolvidas desde as margens, sendo que estas foram ressignificadas e transformadas em material propulsor para a mobilização política. Esses feminismos são, ainda, desde posições subalternas, lugares de enunciação de identidades estratégicas e políticas opositoras à exploração da colonialidade e às ideologias e práticas racistas, patriarcais e heteronormativas.



Finalizo recorrendo a Sueli Carneiro, filósofa negra brasileira. Destaco, por último, como desafio para nossos feminismos nascidos em sociedades pós-coloniais, multirraciais, como a nossa, a proposta defendida pela autora, de que precisamos defender um feminismo brasileiro recortado racialmente à imagem do país, um feminismo com forte marcador de raça, para atender às demandas do conjunto das mulheres brasileiras. Como salienta Sueli Carneiro, quando as mulheres negras, assim como as indígenas,

alcançarem igualdade a sociedade brasileira se tornou democrática, justa e igualitária, já que elas estão na base da sociedade, da exclusão, então, esse é o feminismo adequado ao Brasil. Sem isso, não é possível alcançar a totalidade das questões que são do interesse das mulheres e que são essenciais para promoção da igualdade de gênero na sociedade brasileira. Não tem outro jeito de ser feminista no Brasil. A não ser assumindo essas duas dimensões como estruturais para pensar no ideário feminista enquanto teoria emancipatória. O feminismo possível no Brasil é esse. E qualquer coisa contrária a isso significa a opção pela preservação dos privilégios de raça no interior das lutas de gênero.<sup>4</sup>

## ► Referências

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2001.

CARDOSO, Cláudia Pons. *Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras*. 2012. 382 f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo)-Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CASTILLO, Rosalva Aída Hernández. Feminismos poscoloniales: reflexiones desde El sur del Río Bravo. In: NAVAZ, Liliana Suarez; HERNÁNDEZ, Rosalva Aída (Ed.). *Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes*. Madrid: Cátedra: Universitat de València: Instituto de La Mujer, 2008. p. 75-113.

<sup>4</sup> Sueli Carneiro, entrevista realizada em 14 de outubro de 2009, em São Paulo.





COSTA, Claudia de Lima. A urgência do pós-colonial e os desafios dos feminismos latino-americanos. *Terceira Margem: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura, UFRJ*, ano 13, n. 20, jan./jul. 2009.

CURIEL, Ochy. Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. *Nómadas*, Colombia: Universidad Central, n. 26, p. 92-101, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.ram-wan.net/res-trepo/decolonial/25-curiel-critica%20poscolonial.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2010.

\_\_\_\_\_. Hacia La construcción de um feminismo descolonizado. In: MINOSO, Yuderkys Espinosa (Coord.). *Aproximaciones críticas a las práctica teórico-políticas del feminismo latinoamericano*. Buenos Aires: Em La Frontera, 2010.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988a.

\_\_\_\_\_. Nanny. *Humanidades*, Brasília, ano 4, v. 17, p. 23-25, 1988b.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG; Brasília: Unesco, 2003.

LUGONES, María. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, Bogotá, Colombia, n. 9, p. 73-101, jul./dic. 2008.

MENDOZA, Brenny. La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latinoamericano. In: MIÑOSO, Yuderkys Espinosa (Coord.). *Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano*. Buenos Aires: En La Frontera, 2010. p. 19-36.

MOHANTY, Chandra Talpade. Bajo los ojos de Occidente: academia feminista y discursos coloniales. In: NAVAZ, Liliana Suarez; HERNÁNDEZ, Rosalva Aída (Ed.). *Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes*. Madrid: Cátedra; Universitat de València: Instituto de La Mujer, 2008. p. 117-163.



PAREDES, Julieta. Hilando fino desde El feminismo indígena comunitário. In: MINOSO, Yuderkys Espinosa (Coord.). *Aproximaciones críticas a las práctica teórico-políticas Del feminismo latinoamericano*. Buenos Aires: Em La Frontera, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 84-130.

SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?* Trad. de Sandra Goulart de Almeida. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2010.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. *Documentário: africanidades brasileiras e educação*, Brasília: MEC, ano 18, out. 2008. (Boletim 20).

## OS CORPOS DAS MULHERES E A MEMÓRIA COLONIAL<sup>1</sup>



*Simone Pereira Schmidt*

**M**eu propósito neste artigo é investigar mais detidamente como territórios e corpos se entrelaçam nos relatos que configuram o que podemos chamar uma “memória colonial”. Para isso, busco examinar os significados dos embates em torno do poder que se travam sobre o corpo das mulheres na escrita literária de autoras contemporâneas que encenam, em seus textos, figurações das relações de poder que se travaram em tempos e geografias coloniais.

Em *Cultura e imperialismo*, Edward Said afirma que tudo na história humana tem suas raízes na terra. Ao analisar o alcance do imperialismo europeu na cultura moderna, o autor palestino considera que nenhum de nós está fora e além da geografia, e da luta por ela. Levando em conta o quanto a terra foi objeto de disputa no projeto colonial, desde seu princípio, Said afirma que, de um modo preliminar, podemos dizer que o imperialismo

---

<sup>1</sup> Outra versão deste artigo se encontra publicada no livro *Paulina Chiziane: vozes e rostos femininos de Moçambique*, organizado por Carmen Lúcia Tindó Ribeiro Secco e Maria Geralda de Miranda (Curitiba: Appris, 2013), sob o título “Corpo e terra em *O alegre canto da perdiz*” (p. 229-247).



“significa pensar, colonizar, controlar terras que não são nossas, que estão distantes, que são possuídas e habitadas por outros” (SAID, 1995, p. 37).

A luta pela geografia, contudo, é bastante complexa, porque, ainda segundo Said, não envolve apenas exércitos e armas, mas também – e sobretudo – ideias, formas, imagens e representações (SAID, 1995). A reflexão sobre o sentido de “colonizar” nos conduz a uma tradição do pensamento feminista que tem encontrado profundas relações simbólicas entre o território conquistado e o corpo das mulheres, dentro do empreendimento colonizador. Em ensaio sobre a sociologia do corpo, Arthur W. Frank aponta que “nas questões de dominação e apropriação reside muito da história da sociedade. O feminismo nos ensinou que essa história começa e termina com corpos” (apud XAVIER, 2007, p. 24). Mais ainda, ao examinar os discursos coloniais, é possível identificar como o “corpo” foi produzido como um *lugar* onde a dominação se exercia, e onde se construía o poder, em termos de gênero e raça. Por outro lado, o corpo foi, também, lugar de resistência e de memória. Em sua reflexão sobre as culturas “negras”, embora as examine numa perspectiva desconstrucionista, Stuart Hall observa que, em muitos momentos da história dessas culturas, o corpo foi efetivamente o único capital cultural de que dispunham seus detentores, ou seja, os povos “negros” na diáspora (HALL, 2003, p. 342).

Para examinar de forma mais cuidadosa a questão central desta investigação – ou seja, como já afirmei antes, o entrelaçamento de corpos e territórios na construção literária de uma memória colonial, escolhi enfocar apenas um texto: o romance *O alegre canto da perdiz*, da escritora moçambicana Paulina Chiziane, publicado em 2008.

Nessa narrativa, o corpo feminino ocupa lugar central, o que nos é prenunciado desde o início da narrativa, quando a personagem Maria das Dores surge misteriosamente na pequena



cidade de Gúruè, ao pé dos Montes Namuli, expondo seu corpo nu diante da indignação das mulheres que habitam o lugar. Todos os mais terríveis significados se colam à nudez de um corpo feminino, como alerta a narradora, fazendo-se porta-voz da tradição e do senso comum: “nas curvas da mulher nua, mensagens de desespero” (CHIZIANE, 2008, p. 12); “há mensagens de perigo escondidas nas linhas nuas do corpo” (p. 15). Sobrecarregado por tantos estigmas negativos, o corpo feminino se mostra como lócus nefasto, alheio, estrangeiro. Maria das Dores é estranha, desconhecida de todos, e vagueia ausente e perdida pelas ruas do povoado.

O olhar depreciativo sobre Maria das Dores será revertido por uma mais-velha, mulher do régulo, “exímia contadora de histórias” (CHIZIANE, 2008, p. 21). Buscando acalmar a fúria das mulheres de Gúruè, a velha senhora recorre a um relato mítico, que evoca a origem da Zambézia, o colonialismo e a nação moçambicana. Em seu relato, as mulheres protagonizam essa história, que remonta às origens do processo colonial. No centro do contato entre colonizadores e colonizados, vemos os corpos das mulheres, a violação sofrida, seu ventre fecundado e, desde tempos imemoriais, a associação do corpo feminino com a terra invadida e apropriada, mas também generosa e abençoada, como vemos nas palavras da mais-velha: “Lembrem-se sempre de que a nudez é expressão de pureza, imagem da antiga auro-ra. Fomos todos esculpidos com o barro do Namuli. Barro negro com sangue vermelho” (p. 25).

A contraparte do corpo mitificado da mulher, associado à terra e à natureza, será, na narrativa de Chiziane, o corpo feminino transformado em mercadoria. Nesse sentido, o romance nos traça uma espécie de genealogia da subalternidade feminina por meio da mercantilização de seu corpo, através de três gerações de mulheres: Serafina, Delfina e Maria das Dores, avó, mãe e filha. A prostituição é um tema recorrente nessa narrativa,



atravessando a vida das três personagens, desde Serafina, a primeira delas, que vende a virgindade de sua filha Delfina, a qual, por sua vez, entregará também a juventude de Maria das Dores a um curandeiro de nome Simba, em troca de ajuda e proteção.

O corpo erotizado e posto à venda pode ser compreendido dentro da lógica de apropriação e subordinação dos colonizados no regime colonial. Dentro dessa lógica, vale lembrar a pesquisa de Adriana Piscitelli (1996), que atualiza esse tema, embora variando o enfoque e o contexto (já que aborda o turismo sexual no Brasil). Segundo essa autora,

dois fatores fundamentais empurram as meninas para a prostituição: a situação estrutural de extrema pobreza e uma configuração particular e altamente desigual de gênero. Esta se expressa na erotização de corpos femininos muito jovens e na violência sexual da qual são vítimas as meninas. (PISCITELLI, 1996, p. 21).

Compreender como o gênero opera nesse quadro, segundo Piscitelli, “exige vinculá-lo a outras diferenciações, particularmente ‘cor’ e ‘nacionalidade’” (PISCITELLI, 1996, p. 21). Em outras palavras, é preciso compreender como a lógica monetária que subordina os corpos femininos está intrinsecamente vinculada ao colonialismo, tendo como suas evidências mais concretas a cor (mulheres negras são o objeto do desejo sexual de homens brancos) e a nacionalidade. Como afirma Sueli Carneiro (2002, p. 169), “em toda situação de conquista e dominação de um grupo humano sobre outro, é a apropriação sexual das mulheres do grupo derrotado pelo vencedor que melhor expressa o alcance da derrota”. Portanto, a posse do corpo da mulher africana constitui elemento de grande significado no imaginário colonial europeu.

O romance nos revela, em toda a sua crueza, as cenas em que a mãe, principal responsável pelo cuidado de sua filha, é a agenciadora de sua prostituição. Primeiramente Serafina, mãe de



Delfina, dispõe do corpo da filha e o coloca à venda em busca de algumas regalias atiradas às migalhas pelo colonizador; depois será a vez de Delfina fazer o mesmo com sua filha, cujo nome, Maria das Dores, vem carregado de sentidos ligados ao sacrifício. E é como uma vítima efetivamente sacrificada que Maria das Dores atua, quando a mãe entrega sua virgindade ao feiticeiro Simba, em troca de ajuda para ganhar dinheiro.

Contudo, se Maria das Dores é representada como vítima, o mesmo não ocorre com sua mãe, Delfina. Para esta, o corpo será um instrumento de ascensão social. Primeiramente, através da prostituição, numa estratégia iniciada por sua mãe, como podemos ver na fala de Serafina, neste trecho de um diálogo entre as duas:

Vida de negra é servir, minha Delfina. Nos campos de arroz. Nas sementeiras e na colheita de algodão, para ganhar um quilo de açúcar por mês ou uma barra de sabão que não cabe na palma da mão. Uma negra é força para servir em todos os sentidos. Foi uma grande sorte teres nascido bela, senão estarias a penar sob o sol abrasador, onde sanguessugas invisíveis provocam doenças e mortes nos pântanos. Tens sorte, tu serves na cama, tens mais rendimento. (CHIZIANE, 2008, p. 100).

Como vemos nessa citação, o corpo da mulher negra, duplamente assujeitado pelo gênero e pela raça, é conscientemente usado pelas personagens com o intuito de obter o sustento e, mais do que isso, de “subir na vida”, através do contato com o homem branco. O corpo da mulher negra, assim, torna-se central no seu projeto de empoderamento. Sueli Carneiro é uma das autoras que destacam, na tradição colonial e patriarcal, a dupla condição de subalternidade das mulheres negras, que ora são vistas como “burros de carga”, ora são destinadas “ao sexo, ao prazer, às relações extraconjugais”, duplicidade de papéis que, como assinala a autora, se deixa entrever no dito popular: “Preta



pra trabalhar, branca para casar e mulata pra fornicar.” (CARNEIRO, 2002, p. 172). Resistindo a se ver e a ser vista tão somente como vítima dos poderes, colonial e patriarcal, que recaem sobre sua existência, a revolta de Serafina se manifesta, ainda no mesmo diálogo com a filha: “Tenho ódio dessas sinhás e donas todas mulatas, tenho ódio dessas brancas piedosas, sempre dispostas a elaborar belos discursos sobre a mulher africana, a sofredora, a analfabeta, a pobrezinha.” (CHIZIANE, 2008, p. 101).

O discurso de revolta de Serafina nos remete ao olhar ocidental, etnocêntrico, que normalmente é lançado em direção às mulheres africanas. Chandra Mohanty, em texto que se tornou clássico sobre o tema, adverte para os equívocos de uma visão homogeneizante, que exerce uma prática colonialista sobre a pluralidade de experiências vividas pelas mulheres dos países africanos. É através de um discurso paternalista e politicamente equivocado que se tem construído, segundo a autora, a figura vitimizada da “mulher do Terceiro Mundo”.

Consciente da construção, pelas “brancas piedosas”, de sua identidade de mulher “sofredora, analfabeta, pobrezinha”, Serafina projeta sobre a filha outro destino: aquele em que ela triunfará, socialmente, através da estratégia de uma intimidade conquistada com o homem branco. Como a afirmar que somente ela – e mulheres como ela, marcadas pela mesma experiência – sabe o que vive e o que deseja, a personagem interpela sua filha: “Quem somos nós, mulheres negras, neste regime sem esperança?” (CHIZIANE, 2008, p. 101).

Aparentemente, a trajetória de Delfina será uma resposta ao grito de sua mãe, à consolidação do triunfo da mulher negra, que, usando seu corpo como instrumento, lança-se em direção a patamares mais altos na escala social. Em meio a esse percurso, a personagem celebra: “Sou a primeira negra a viver na cidade alta, ao lado dos brancos [...]. Consegui fortuna com o meu suor e o meu sexo!” (CHIZIANE, 2008, p. 223). Buscando reverter a





seu favor a opressão que sofre desde a infância, por sua cor e seu sexo, Delfina constrói um ambicioso projeto, cuja estratégia centrar-se-á na assimilação. Ela anseia, mais do que tudo, pertencer ao mundo dos brancos, que vê como um lugar de conforto, de privilégios inalcançáveis para as pessoas de sua condição. Desde o momento em que a personagem nos é apresentada, sua obsessão pelo mundo dos brancos é dominante:

Quando abriu os olhos para a vida o mundo já era assim. Um filme sem enredo. Negros a ser castigados. Carga. Descarga. Chicote. Greves e mortes. Imagens que lhe inspiram melancolia e tristeza. Caminha pelas estradas alcatroadas, com leveza. Apreciava os casarões coloniais. Apartamentos. Prédios. Hotéis. A vida dos brancos é fantástica. Eles mataram as árvores, mataram os bichos e construíram cidades luminosas. [...] A imagem dos casarões antigos projeta um futuro de grandezas na sua mente e ela jura: terei a grandeza das sinhás e das donas, apesar de preta! (CHIZIANE, 2008, p. 77).

O sonho de Delfina remete à reflexão de Fanon sobre as tensões existentes no mundo colonial: “o olhar que o colonizado lança para a cidade do colono é um olhar de luxúria, um olhar de inveja. Sonhos de posse. Todas as modalidades de posse [...]” (FANON, 1979, p. 29). Para superar essa barreira intransponível, e atravessar a fronteira que separa os dois lados do “mundo cindido” identificado por Fanon (1979), ela incentiva o marido, José dos Montes, a tornar-se um sipaio, e, nessa condição de “cidadão de segunda classe”, seu trabalho será lutar contra seus iguais, em nome do exército português.

Através da assimilação, Delfina e seu marido, José, sonham transpor barreiras sociais e alcançar outra identidade, como quem se despe de uma pele irremediavelmente ferida. E a “ferida” que desejam curar, sobre todas as coisas, é sua condição subalterna. Não por acaso, ao longo de toda a narrativa, vemos



se repetir, como um bordão, a ideia entranhada da subalternidade das personagens, nos lamentos que atravessam gerações, nas vozes de José, Delfina, de sua filha Maria das Dores e, antes ainda, dos pais de Delfina: “Sou pobre, sou fraco, sou preto.” (CHIZIANE, 2008, p. 116); “Neste mundo, eu não sou ninguém.” (p. 123); “És negra e ainda por cima mulher.” (p. 153); “Meu Deus, não sou ninguém neste mundo, não existo.” (p. 275). Na fala dos personagens, vemos que a condição de colonizado, fortemente racializada, mostra-se como um destino previamente traçado, e de quase impossível superação. É como se a subalternidade se inscrevesse no corpo de cada um deles, marcando em definitivo sua experiência.

Esse torturante sentimento de inferioridade, a condição subalterna entranhada no corpo e na alma dos personagens, é que vai movê-los em direção ao que consideram a escolha de uma vida mais digna, pois, como explica a narradora: “Colonizar é fechar todas as portas e deixar apenas uma. A assimilação era o único caminho para a sobrevivência.” (CHIZIANE, 2008, p. 117). Essa é a grande ilusão, o ponto a partir do qual os personagens se condenam à solidão, à dispersão e ao isolamento. O caráter ilusório da assimilação é tema constantemente reafirmado pelos estudiosos dos países africanos, ex-colônias portuguesas, como nos lembra José Luís Cabaço: “Se, pela *assimilação*, o *indígena* ganhava o estatuto jurídico de cidadão, no plano social ele permanecia sempre como um membro subalternizado, nunca visto pelos colonos como ‘um de nós’, e sempre como ‘o mais civilizado deles’” (CABAÇO, 2009, p. 118). A grande ilusão a que se entregam os personagens, em busca de ascensão social, vai provocar sua separação e a derrota de seu projeto familiar.

Se, para José, a assimilação representa lutar contra seus iguais em nome dos interesses coloniais, para Delfina, seu esforço por se tornar “igual” aos brancos encontra na sexualidade, no uso erótico de seu corpo, o instrumento com que aprendeu



a lidar desde menina e através do qual, ela acredita, chegará ao êxito. A personagem atinge o cume de seus propósitos quando engravida de um português, chamado Soares, com quem passa a viver, após separar-se de José. A almejada filha mestiça possui, para Delfina, o condão que lhe abre as portas ao mundo dos brancos. Delfina segue, assim, o caminho que lhe fora apontado desde a juventude, quando sua mãe lhe ensinava que a união com um homem branco era desejável para “melhorar a raça” (CHIZIANE, 2008, p. 91).

Mas seu projeto se destina ao fracasso, uma vez que Soares, após anos de convívio, percebe a incurável ambição de Delfina, que a faz dar as costas ao seu passado, rejeitando tudo que não integre o mundo de privilégios ao qual deseja pertencer e chegando mesmo a desprezar os próprios filhos negros, nascidos do casamento anterior com José dos Montes. Como quem desperta de um longo sonho, Soares se desprende do “feitiço” que o unia a Delfina e retorna a Portugal, em busca de sua antiga esposa branca. Na atitude de Soares, ao abandonar Delfina e os filhos, manifesta-se uma prática muito comum na relação entre portugueses e mulheres africanas no período colonial. Ao contrário da louvada “cordialidade” portuguesa, em relação às mulheres nativas, os portugueses costumavam manter relações de uso e abandono, conforme sua estrita conveniência. São interessantes as observações de Alberto Oliveira Pinto a esse respeito:

Transformando o útero da mulher africana em utensílio da sua ‘ação civilizadora’, o colono português preservaria em África a reputação romântica de viajante inveterado, disposto a tudo abandonar para espalhar descendência nos quatro cantos do mundo.

A história de Angola, porém, demonstra o contrário. A principal aspiração do homem português é regressar um dia à sua terra natal e constituir família com uma mulher sua compatriota, só não o fazendo aqueles que, por motivos de ordem financeira, se veem disso impedidos. Os que



o conseguem não hesitam, nestes casos, em abandonar companheiras negras de longa data, assim como os filhos mulatos. (PINTO, 2007, p. 37-38).

Ora sabemos, por muitas leituras, o quanto a miscigenação atuou no processo colonial, significando a incorporação dos colonizados ao “projeto civilizatório”. Gilberto Freyre foi possivelmente o autor a conferir mais peso à miscigenação como elemento positivo da colonização. Como comenta Osmundo Pinho, “Freyre reconduz o Homem Branco ao centro dos dinamismos coloniais e deixa claro que o projeto miscigenado significa a vitória da ocupação portuguesa nos trópicos” (PINHO, 2004, p. 99). Assim, em muitos sentidos – e no caso de Delfina, mais uma vez, essa lógica se comprova – *produzir a civilização* se iguala, segundo Pinho, a “fazer sexo” (PINHO, 2004, p. 101). Mas o sujeito dessa sexualidade, como lembra o autor, será sempre o homem branco, espécie de “civilizador erótico” (PINHO, 2004, p. 102). Segundo essa lógica, o mestiço, mesmo que supostamente exaltado dentro do “modo português” de escrever a história colonial-patriarcal, resume-se a ser um dejetto, conforme observa Denise Ferreira da Silva (2006, p. 82), uma vez que o elemento negro tende ao apagamento dentro do projeto da mestiçagem (SILVA, 2006). Nesse processo, o mestiço será forçosamente “um sujeito social precário” (SILVA, 2006, p. 74). Em resumo, como destaca a autora, no encontro de corpos femininos negros e corpos masculinos brancos, operado pela lógica erótica do patriarcalismo colonial português, só o homem branco europeu é efetivamente sujeito do desejo e da História.

Quanto a Soares, o pai branco dos filhos mestiços de Delfina, sai de cena como entrou: subitamente, quando decide abandonar a família e partir para Portugal. Deixa, contudo, seus vestígios na herança que sua filha, Jacinta, carregará em seu corpo por toda a vida. Marcada socialmente por sua condição, Jacinta, que, a princípio,



“não sabia que tinha raça” (CHIZIANE, 2008, p. 246), crescerá rodeada pelo preconceito e pelos conflitos raciais, o que para ela, em termos identitários, resulta em solidão e profunda melancolia.

Jacinta, a filha de Delfina com o português Soares, enfrenta o dilema de sua condição desde menina, evidenciando-se na cor de sua pele sua identidade problemática em meio às tensas relações coloniais. Ao casar-se com um homem branco, ela, ao mesmo tempo que realiza o grande sonho de sua mãe, devolve-lhe nesse momento toda a agressão sofrida ao longo dos anos em que penou em sua condição de mestiça. Na cerimônia do casamento, expulsa e humilha sua mãe, Delfina, a porção negra de sua identidade forjada para o embranquecimento. O choque provocado pelo conflito com a filha, no momento supostamente glorioso de seu casamento, parece “acordar” Delfina de um sono prolongado, do sonho de ser branca, do projeto de ascensão social tramada pela via da assimilação. Então, lentamente, ela começa a contabilizar as perdas sofridas nesse longo projeto: os casamentos, os filhos, a sua dignidade.

Em artigo sobre o romance, Adelaine La Guardia e Anamélia Fernandes Gonçalves observam, na cena que sucede o casamento de Jacinta, que “Delfina sente o peso da assimilação à cultura ocidental, a que foi, paulatinamente, submetendo-se”. Atentas às reações da personagem, as autoras comentam:

Em um exercício antropofágico, a personagem rejeita o *modus vivendi* lusitano, engolido às pressas: ‘Vomitou. Vômito de vinho tinto, de bacalhau assado e de azeitonas pretas. Vômito negro e vermelho, vômito de sangue’ (p. 290). E, finalmente, dá-se conta de que seu poder foi um acessório efêmero: ‘Mas a minha grandeza eram penas de galinha sobre o corpo, voaram’ (p. 291). (LA GUARDIA; GONÇALVES, 2010, p. 223).

Ao “vomitar” a cultura ocidental engolida por tantos anos, Delfina vivencia, de certo modo, um processo de purificação, em



que começa a expiar a culpa pelos danos que infligiu a todos os seus familiares. É a partir desse processo de conscientização vivido pela personagem que se dá, já próximo ao desfecho da narrativa, um movimento de retorno à família. Seus elementos dispersos se buscam, reconhecem-se e reencontram-se: mães, pais, filhos, netos. No concerto desse grande reencontro, escutam-se as vozes da diversidade. Cada um viveu experiências distintas, posicionados que estavam, diferentemente, em termos de raça, gênero, posição social, lugar geográfico. Mas todos convergem, ao final, para o reencontro que será a síntese dessas diferenças, não apagadas, mas conciliadas em torno da figura materna.

A reunião da família se reveste de caráter alegórico, pois na conciliação das diferenças, na busca por reunir todos os seus membros, podemos identificar o anseio por remontar os fragmentos da experiência dispersa pela violência colonial. As tensões raciais, o desejo de assimilação, a mercantilização do corpo feminino, a violência, a mestiçagem como projeto de ascensão social, a maternidade vivenciada com sofrimento ou culpa, enfim, todos os aspectos abordados no romance nos permitem vislumbrar os danos provocados sobre a vida dos moçambicanos não apenas pelo colonialismo, mas também pelo neocolonialismo, sempre rondando a vida do país, a corroer os sonhos de liberdade que o conduziram à independência. A família finalmente reunida, ao final da narrativa, é, pois, uma alegoria da terra que precisa resistir às ameaças do colonialismo e de seus rastros. O retorno à família, e principalmente a (re)valorização do papel materno, tem caráter libertário, associado ao fim do colonialismo e à resistência ao neocolonialismo.

Podemos considerar que o romance se conclui na culminância da intersecção entre o privado e o público, já que a família resolve seus dramas somente na medida em que, em nível coletivo, o país se defronta com os dilemas advindos, em primeiro lugar, do colonialismo e, posteriormente, das



consequências nefastas resultantes das tensões mal resolvidas no período pós-colonial. A contiguidade entre a família e o território, palco das disputas e conflitos vivenciados pelos personagens, destaca-se no romance. No cerne dessa relação de contiguidade família-território, no centro da intersecção entre o público e o privado, encontra-se a figura materna, como elemento aglutinador de todos os fragmentos até então dispersos.

Assim, a mítica associação entre o corpo da mulher e a terra, anunciada desde o início da trama narrativa, é recuperada ao final, revestindo-se, então, de significado menos mítico e mais político. Pois é a partir desse corpo feminino que, simbolicamente, uma experiência verdadeiramente descolonial começa a ser gestada.

A comunidade heterogênea que se reencontra em torno de Delfina e Maria das Dores pode, enfim, ser compreendida como o ponto de virada em direção a um futuro descolonizado. A família reunida pela(s) figura(s) materna(s) celebra, ao mesmo tempo, o passado reinventado e um projeto de futuro, pois, se por um lado, a devoção à mãe recupera o sentido sagrado que essa figura possui em muitas tradições africanas, por outro, o abraço simbólico com que a mulher envolve todos os seus familiares – e, por extensão, toda a sua comunidade – anuncia um “violento silêncio” (CHIZIANE, 2008, p. 334), que abre espaço à paz e a novos mundos que esperam ser criados, onde corpos e territórios possam superar a ideia da dominação.

## ► Referências

CABAÇO, José Luís. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2009.

CARNEIRO, Sueli. Gênero e raça. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G (Org.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: FGV: Ed. 34, 2002. p. 167-194.



CHIZIANE, Paulina. *O alegre canto da perdiz*. Lisboa: Caminho, 2008.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

HALL, Stuart. Que “negro” é esse na cultura negra? In: \_\_\_\_\_. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003. p. 335-349.

LA GUARDIA, Adelaine; GONÇALVES, Anamélia Fernandes. Corpos transfigurados: uma análise do corpo mestiço em *O alegre canto da perdiz*, de Paulina Chiziane. *Ipotesi: Revista de Estudos Literários da UFJF, Juiz de Fora*, v. 14, n. 2, p. 215-226, jul./dez. 2010.

PINTO, Alberto Oliveira. O colonialismo e a “coisificação” da mulher no cancionário de Luanda, na tradição oral angolana e na literatura colonial portuguesa. In: MATA, Inocência; PADILHA, Laura Cavalcante (Org.). *A mulher em África: vozes de uma margem sempre presente*. Lisboa: Colibri, 2007. p. 35-49.

PINHO, Osmundo de Araújo. O efeito do sexo: políticas de gênero, raça e miscigenação. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 23, p. 89-119, jul./dez. 2004.

PISCITELLI, Adriana. “Sexo tropical”: comentários sobre gênero e raça em alguns textos da mídia brasileira. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 6-7, p. 9-34, 1996.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILVA, Denise Ferreira da. À brasileira: racialidade e a escrita de um desejo destrutivo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 61-83, jan./abr. 2006.

XAVIER, Elódia. *Que corpo é esse? O corpo no imaginário feminino*. Florianópolis: Mulheres, 2007.



The image features a dark grey background with several thin white lines that intersect to form various geometric shapes, including triangles and quadrilaterals. The lines are positioned primarily on the left side of the frame, extending towards the right. The text is centered in the lower-right quadrant of the image.

**OUTRAS  
NARRATIVAS, NOVAS  
SUBJETIVIDADES**



## GERMAINE DULAC NA VANGUARDA DO CINEMA: A *SORRIDENTE SENHORA BEUDET* (1923) OU A SUBJETIVIDADE FEMININA FILMADA (POSTA EM IMAGENS)



*Gabrielle Houbre*

Germaine Dulac, segunda diretora francesa, após Alice Guy-Blaché, continua sendo uma figura relativamente desconhecida, exceto por parte dos especialistas em história do cinema mudo.<sup>1</sup> Ao lado de *La coquille et le clergyman* (39 min, 1928), primeiro filme surrealista que ela rodou sobre um roteiro de Antonin Artaud, lembramo-nos dela, principalmente, com *A sorridente senhora Beudet* (38 min, 1923), considerado o primeiro filme feminista. Sátira da burguesia provinciana, ele apresenta uma moça amante da modernidade do século XX, que se afoga no jugo matrimonial de uma existência própria ao século XIX. No entanto, Dulac ficou reconhecida, quando viva, como figura essencial da vanguarda cinematográfica dos anos 20, um movimento artístico fortemente inscrito no espaço social e

<sup>1</sup> Alice Guy-Blaché (1873-1968) é, habitualmente, considerada como a primeira diretora do mundo, com seu filme *La fée aux choux* (1896), seguido por várias outras dezenas. Sobre Germaine Dulac, ver Ford (1972, p. 25-49); Litterman-Lewis (1996, p. 47-140); Hindrichs (2009, p. 295-322); Williams (2007); e Williams e Veray (2003).



político (GHALI, 1995; BRENEZ; LEBRAT, 2001; ALBERA, 2005). É nessa ótica que nos interessamos, aqui, por *A sorridente senhora Beudet*, pelo seu feminismo, por vezes ambivalente, tanto quanto pelas evoluções técnicas e estilísticas que ele apresenta.



Figura 1 - Mon Ciné, 23/10/1923.



Figura 2 - Cartaz do filme *La souriante Madame Beudet* (janeiro de 1923)



### ► Uma intelectual, socialista e feminista militante

Em geral, os vanguardistas se posicionam contra a ordem em vigor, o que não quer dizer que eles procuram uma marginalização social qualquer ou que eles se satisfazem com isso. É particularmente nítido com Germaine Dulac, oriunda de uma família da alta burguesia, os Saisset-Schneider, que têm no seu parentesco os irmãos Schneider, fundadores do império industrial do Creusot, e algumas glórias militares e políticas. Seu pai, Maurice Saisset-Schneider, é um oficial da cavalaria muito apreciado por seus chefes e termina sua carreira como general de brigada.<sup>2</sup> Seu tio, Raymond Saisset-Schneider, é um alto funcionário público, com perfil mais político.<sup>3</sup> Sua mãe, Madeleine Waymel, pertence a uma linhagem menos prestigiosa, mas com fortuna da alta burguesia de Lille. Nascida em 1882, Germaine Saisset-Schneider tem 23 anos quando se casa, alegremente, com Albert Dulac, engenheiro agrônomo e romancista, do qual ela se divorciará em 1922.<sup>4</sup> Sua vida será marcada por três mulheres, as três estreitamente ligadas à vida artística e ao cinema. Irène Hillel-Erlanger é sua primeira roteirista e trabalha com ela em vários filmes. Stacia Napierkowska, dançarina da Ópera e famosa comediantes dos anos 10, a incentiva a iniciar, a partir de 1915, a direção de filmes. Marie-Anne Colson-Malleville, enfim, torna-se sua assistente a partir de 1921 e sua companheira até seu falecimento, em julho de 1942.

<sup>2</sup> Dossier militaire, Service Historique de la Défense/10Yd 944 et dossier de la Légion d'honneur, Archives Nationales (AN), LH/2444/10.

<sup>3</sup> Dossier de la Légion d'honneur, AN/LH/2444/11.

<sup>4</sup> Ver suas cartas à sua mãe no momento do noivado, Arquivos da Biblioteca do filme (BiFi)/B60.



A carreira de cineasta que ela abraça e as orientações que Germaine Dulac dá à sua vida privada (privada, mas não secreta: ela não se esconde, mas também não se exhibe) a desqualificam, incontestavelmente, aos olhos de sua família.



**Figura 3** - Na casa dela, debaixo de seu retrato (anos 30)

Fonte: BiFi/PO0037051.



**Figura 4-** Mocinha, BiFi/PO0037051

Longe da discreta roupa de sua vida de moça, ela adota rapidamente uma audaciosa elegância, representativa das “garçonnes” liberadas dos anos 20: cabelos curtos, busto masculinizado por um paletó e uma gravata, mas, numa época em que o uso da calça continuava excepcional, ela fica com o *tailleur*, uma nova peça de roupa feminina logo depois da Primeira Guerra Mundial, que combina paletó e saia.<sup>5</sup> Mesmo que pareça ter se afastado de sua família após seu casamento, e mais ainda após seu divórcio, em 1922, ela recebe, como filha única, as heranças

<sup>5</sup> A iconoteca da BiFi possui uma série de fotos de Germaine Dulac (BARD, 2010, chap. X).



de seu pai e, sobretudo, de seu tio Raymond, solteiro com fortuna.<sup>6</sup> Assim, pode, em 1927, lançar *Schémas*, uma revista de estética do cinema, que, entretanto, terá somente um número, e produzir ela mesma seus filmes vanguardistas em 1929.<sup>7</sup> Mas Germaine Dulac ainda não é marginalizada socialmente e não se preocupa com as numerosas distinções que a consagram profissionalmente, para começar, a Legião de Honra, da qual se torna cavaleiro, em 1929, e depois oficial, em 1937. Esse duplo reconhecimento oficial da República, bastante procurado, contava muito, incontestavelmente, para ela. Era, sem dúvida, uma maneira de se inscrever, apesar de tudo, na linhagem familiar, como demonstra a árvore genealógica parcial que foi estabelecida por Anne-Marie Colson-Malleville e que ela anota no final dos anos 30.<sup>8</sup> Mas essa medalha, atribuída de forma ainda excepcional a uma mulher por seus méritos profissionais, homenageia também a feminista.

Mas o envolvimento feminista de Germaine Dulac foi precoce, profundo e constante até sua morte, em 1942. Tendo desposado um homem relativamente progressista, pôde iniciar, em 1906, uma carreira de jornalista no jornal feminista *La Française*, que ela termina em 1913. Dulac colabora ocasionalmente, em 1926, com o *La Fronde*, de Marguerite Durand, e, nos anos de 30, preside a seção cinematográfica do Conselho Nacional e Internacional das Mulheres. Todavia, isso não a impede de

---

<sup>6</sup> Num primeiro momento, ela pede a separação de corpo com Albert Dulac (9 de fevereiro de 1922), em seguida seu divórcio é deferido a seu favor, no dia 28 de dezembro de 1922, por abandono de domicílio conjugal, Arquivos departamentais de Paris (AD Paris)/DU52071. Mutações após falecimento de Maurice Saisset-Schneider, 5 de março de 1925, 45.000,00 F., e de Virgile Raymond Saisset-Schneider, 16 de novembro de 1926, 383.000,00F., AD Paris/DQ732025 e DQ732908.

<sup>7</sup> *Disque 957* (6 min), *Étude cinégraphique sur une arabesque* (7 min) e *Thèmes et variations* (12 min). Germaine Dulac é também uma teórica do cinema, ver seus *Écrits sur le cinéma (1919-1937)* (DULAC, 1994).

<sup>8</sup> A árvore que não apresenta os meios-irmãos e a meia-irmã de sua mãe, nem seus primos, converge para ela, BiFi/B61-574.





impor relações totalmente hierarquizadas às mulheres com quem ela convive no exercício de sua profissão. Marie-Anne Colson-Malleville evoca, assim, “seu caráter horrivelmente autoritário”, que fazia com que ficasse insuportável, para ela, que “outra mulher ao seu lado pudesse fazer alguma coisa”, antes de precisar que ela “aceitava uma colaboração, mas não de igual para igual” e que ela própria tinha ficado na sua sombra, pois “teria rompido qualquer laço de amizade com ela, se tivesse agido de outro jeito” (AMIEL; OBEY, 1921).<sup>9</sup> Como explicação, Marie-Anne Colson-Malleville destaca o fato de que a diretora tivera que lutar para conquistar o respeito de uma profissão estritamente masculina.<sup>10</sup> Ela insiste igualmente no envolvimento político de sua companheira, que se afilia à SFIO em 1925 e dirige a seção cinema do movimento “Maio 36”, notadamente preparando cursos de divulgação abertos para todos.

### ► *La souriante Madame Beudet*: um formalismo de vanguarda

Longe de se colocar como egéria da vanguarda cinematográfica, Germaine Dulac reivindica, no que se parece com seu *curriculum vitae*, tanto uma obra fílmica comercial e artística quanto de vanguarda.<sup>11</sup> Aliás, a categoria mais densa é formada de filmes populares, numa época em que o cinema já passou de

<sup>9</sup> Entrevista com Musidora, Comissão de pesquisa histórica, 6 de julho de 1946, BiFi/CRH 30-B1. Germaine Dulac se apresentou, às vezes, como a primeira diretora francesa e deixou dizer e escrever isso, o que, no entanto, era falso. Alice Guy-Blaché vai acabar pedindo esse título junto ao jornal *Le Temps*, no dia 30 de setembro de 1933.

<sup>10</sup> Ver as lembranças de seu secretário particular, Danou (2005) e a imprensa especializada da época, como Jean Kolb, “Olhando a Sra Germaine Dulac dirigir”, 28 de maio de 1927, BNF/8-RK-391.

<sup>11</sup> Ela dirigiu cerca de trinta filmes, totalizando seus documentários e suas curtas-metragens musicais posteriores a 1931, que não aparecem nesse documento (“Germaine Dulac: diretora de filmes”, BiFi/B25-382).



uma fabricação artesanal a uma produção industrial – em que o primeiro desafio é econômico –, antes de ser reconhecido como uma arte por si só. A cineasta coloca *La souriante Madame Beudet* entre suas obras artísticas, ao contrário do *Invitation au voyage* (39 min, 1927), outro forte retrato de uma mulher casada e insatisfeita, classificado nas obras de vanguarda. Sem dúvida, porque foi adaptado de uma peça de teatro, *La souriante Madame Beudet* é elaborado a partir de uma trama ainda muito narrativa. Entretanto, a peça em questão, que tem o mesmo título, origina-se igualmente do teatro de vanguarda, marcado pela “teoria do silêncio”, que quer que o silêncio seja mais significativo que os diálogos falados.<sup>12</sup> Se Germaine Dulac não fez oposição às adaptações literárias, sua obsessão está na tradução visual do relato em prosa, como ela o exprime no que diz respeito à profissão de diretora, alguns meses antes de começar a filmagem de *Madame Beudet*: “O artista que, num tema, compõe e ritma a imagem, verbo do filme, não um simples ordenador de movimentos, ele vê, ele sente, ele expressa, ele cria o pensamento sensível, ele é o visualizador da obra [...]. A obra escrita não é nada sem a visão que a materializa” (*L'Écho de Paris*, 15 abr. 1922).

Esse posicionamento se encontra no recorte técnico de *La souriante Madame Beudet*. Ela anota quase todos os títulos ou letrados que, nas produções tradicionais, são usados como procedimento narrativo e guiam o espectador na sua compreensão da intriga (BiFi/B8-309). No seu filme, Dulac emprega um método sugestivo que procura traduzir visualmente o “não dito” de uma dramaturgia inspirada na “teoria do silêncio” e que se interessa,

---

<sup>12</sup> Denys Amiel e André Obey, *La souriante Madame Beudet*, tragi-comédia de dois atos, Paris, Imprimerie de l'Illustration, 1921. Apresentada pela primeira vez em abril de 1921, a peça tem um enorme sucesso, tanto crítico quanto público e será retomada na Comédie française em 1935.



antes de tudo, pelas palavras e pelos gestos comuns. Após um letreiro e algumas imagens que contextualizam a intriga no interior, um segundo letreiro narrativo, uma concessão de Dulac ao cinema popular, anuncia o drama: “Por trás da fachada das casas tranquilas, almas, paixões”. Mas, imediatamente, um plano justapondo duas mãos de uma mulher que toca piano e duas mãos de um homem avaliando o peso de uma maçaneta de prata introduz o confronto de dois caracteres totalmente diferentes, o artista e o comerciante, sem que os dois protagonistas tenham ainda aparecido na tela (DULAC, 1994). Alguns planos isolados mostram, em seguida, a senhora Beudet no seu piano, tocando Debussy, um compositor da modernidade, depois o senhor Beudet dirigindo o trabalho na sua loja de lençóis. A cena seguinte retoma os códigos de gênero tradicionais. A senhora Beudet lê na sua sala, entre o marido que apresenta a cara que convém ao homem atarefado. Um breve olhar à sua mulher lhe permite constatar que ela não reage à sua irrupção na peça, não faz um só gesto, não pronuncia uma palavra para acolhê-lo; daí o marido vai se instalar na sua escrivaninha, sempre sem uma palavra, e se concentra nas suas amostras de tecidos. De novo, Dulac destaca os caracteres opostos do casal através de planos que isolam seus gestos específicos. Enfim, um plano geral faz o espectador entender o fracasso do casamento, pois a senhora Beudet é uma mulher do século XX, aprisionada num casamento e numa existência típicos do século XIX, com o que isso tem de pequeno e de dominação para as mulheres. Ela sai de sua leitura para dar uma olhada um pouco cansada para a porta e não para seu marido, cujo escritório está colocado diante da janela, fechando à sua esposa, simbolicamente, o acesso à luz natural e à liberdade.



**Figura 5** - Monsieur Beudet mergulhado em suas amostras de tecido

Para Germaine Dulac, a trama narrativa vinda de uma ficção romanesca ou teatral deve, entretanto, recuar diante do movimento, um conceito essencial de seu cinema e da vanguarda inteira, de Louis Delluc a Jean Epstein, passando por Abel Gance, Marcel L'Herbier ou René Clair:

Colocou-se o movimento ao serviço de ideias de teatro, de romance, descartando o fato de colocar a ideia a serviço do movimento. Quis lhes mostrar que o movimento e suas combinações podiam criar a emoção sem arrumação de fatos e de peripécias, e quis gritar para vocês: Conserve o cinema com ele mesmo: ao movimento, sem literatura. (*Cinémagazine*, 19 dez. 1924).

Esse princípio aparece no *La souriante Madame Beudet*, por exemplo, na oposição global entre, de um lado, a primeira parte



do filme, em que a senhora Beudet é muitas vezes estática e, quando ela se desloca, o faz lentamente, carregando todo o peso de seu tédio e de seu mal-estar; e, por outro lado, a segunda parte do filme, em que a senhora Beudet, muito agitada, procura uma oportunidade para retirar as balas que ela carregou no revólver de seu marido. Para comunicar o frenesi que se apodera dela, Dulac usa o procedimento novo da tomada em movimento, e vemos durante alguns momentos a escada que leva do seu quarto à sala ficar, de repente, móvel, plano elaborado em oposição, um pouco antes, à descida da escada bem tranquila do senhor Beudet carregando o gato no ombro.

Para Dulac, o movimento não é particularmente espetacular e não reside unicamente na ação ou nos deslocamentos das personagens. Ela considera que ele é, também, evolução e transformação e que, assim, ele testemunha da vida interior:

Movimento, vida interior, estes dois termos não têm nada de incompatível, o que há de mais movimentado do que a vida psicológica, com suas reações, suas múltiplas impressões, seus sobressaltos, seus sonhos, suas lembranças. O cinema é maravilhosamente equipado para expressar as manifestações de nosso coração, de nossa memória. Seu objetivo real deve ser a visão da vida interior. (*Quinta*, 1924).

A tradução visual da psique e das emoções da senhora Beudet é uma das grandes forças do filme e introduziu Germaine Dulac no meio dos críticos. Na história do cinema, o filme é notável por ser o primeiro que adotou o ponto de vista de uma mulher, mas outros, no entanto, foram precursores nesse campo, como *La femme de nulle part*, de Louis Delluc, apresentado em setembro de 1922, algumas semanas antes da filmagem de *Mme. Beudet*. Germaine Dulac expressa a subjetividade de Madeleine Beudet através de um formalismo inventivo que pertence à vanguarda, mas respeita em parte a trama da narrativa do cinema



comercial. Ela usa as filmagens em câmera lenta e aceleradas, como também vários planos curtos, para dar ritmo ao filme, daí a importância da edição, como o ilustra muito rapidamente o exemplo de uma das cenas finais, em que se vê o senhor Beudet atirar na sua mulher.

### ► A circulação da violência

Não é surpreendente que *La souriante Madame Beudet*, que encena a opressão psicológica de uma mulher por seu marido, tenha chamado a atenção das pesquisadoras feministas, como Sandy Flitterman-Lewis (1996). Porém, em geral, os estudos pouco se interessam pelo casal Lebas, que, no entanto, é um contrapeso ao casal Beudet na representação dos gêneros das personagens. Mas, sobretudo, a violência que circula entre os cônjuges Beudet, de forma simbólica, subterrânea, indireta, mais ainda do que frontal no filme, não é realmente tratada como tal pela crítica. Esta somente a aborda no âmbito das relações de domínio homem/mulher e/ou marido/mulher e unicamente como emanante do primeiro na segunda, o que é surpreendente se ficarmos atentos ao fato de que foi a senhora Beudet que quis eliminar fisicamente o seu marido. Arlette Farge, que, na França, liderou uma das primeiras reflexões coletivas sobre a questão da violência das mulheres, observa que “os movimentos feministas de todos os tipos levaram um tempo ‘de túmulo’ considerando as mulheres fora da gaiola da dominação; lendo-as e vendo-as como atrizes voluntárias de seu destino, mesmo violento”.<sup>13</sup> De fato, são exatamente o caráter colérico do marido e as violências psíquicas que ele exerce na sua mulher que foram notados logo

<sup>13</sup> Direção com Cécile Dauphin, *De la violence et des femmes*, Paris, Albin Michel, 1997. A citação é oriunda de seu prefácio a Cardi e Pruvost (2012, p. 10).



no lançamento de *La souriante Madame Beudet*, principalmente a “brincadeira” do suicídio com o revólver ou o piano arbitrariamente chaveado pelo senhor Beudet. A esse respeito, a cena que mais demonstra isso é aquela em que Beudet, tomado pelo furor, quebra a cabeça da boneca de sua esposa, fazendo de conta que bate nela, numa forma de violência simbólica particularmente forte. Um letreiro ajuda o espectador que não teria os conhecimentos em Psicanálise de Germaine Dulac a entender: “Uma boneca é frágil, é um pouco como uma mulher...”<sup>14</sup>

Ao contrário, as pulsões de violência que nutrem o imaginário da senhora Beudet, antes que ela as materialize através do carregamento do revólver, não estão identificadas como tais. Desse ponto de vista, a sequência do jogador de tênis, antes da cena das alucinações, é particularmente interessante. Ela acontece quando a senhora Beudet tenta se defender lendo a *Vogue*, uma revista americana de modas para a burguesia, e o senhor Beudet reclama batendo na sua escrivadinha com o punho, desencadeando a reação de sua mulher, através de um ciclo de violências fantasiadas. Imersa na sua revista, a senhora Beudet se deixa atrair pela foto de um campeão de tênis e imagina, numa cena bastante sugestiva, que ele vai livrá-la fisicamente de seu marido. Mas, como a cena é apresentada formalmente em sobreposição e dá um efeito cômico, desejado pela diretora, temos a tendência a apagar a violência da intenção, mesmo que essa violência imaginada pela senhora Beudet fique exercida por um intermediário. Dulac conhece perfeitamente o tênis, esporte elitista que ela pratica, e coloca um olhar aguçado nos corpos. A escolha do ator não tem nada a ver com o acaso. Trata-se de Raoul Paoli, atleta polivalente por excelência, que, entre outros títulos, foi campeão francês do arremesso de peso e de disco e

<sup>14</sup> Sem dúvida, em alemão, ela leu cedo Freud, cuja *Introdução à psicanálise*, traduzida em francês em 1921, estava na sua biblioteca, de acordo com seu secretário Danou.





campeão de luta greco-romana, assim como de boxe na categoria peso-pesado, mas que não tem nada de um jogador de tênis. A hipervirilidade de seu corpo, potente e vigoroso, distingue-o da fineza morfológica dos “Quatro mosqueteiros”,<sup>15</sup> e o *smash* que ele faz na frente da câmera de Dulac se parece muito mais com um gesto ameaçador do que com uma técnica esportiva. Representando a força física que falta à senhora Beudet, o jogador de tênis pega Beudet pelo colarinho antes de carregá-lo fora da sala como um simples pacote. O ato, coercitivo e brutal, fica, no entanto, suavizado pelo toque burlesco que Dulac dá a essa sequência híbrida.



**Figura 6** - Le tennsiman (Raoul Paoli)

Mas logo essa violência contida sai da esfera do imaginário da senhora Beudet, para se materializar quando ela carrega realmente o revólver de seu marido, numa “ida ao ato” com sotaque freudiano. No entanto, Dulac não assume, aqui, nem o ato

<sup>15</sup> Apelido dado à equipe francesa de tênis seis vezes vencedora da Copa Davis nos anos 20-30.





criminal da senhora Beudet – mesmo no seu caráter hipotético, pois não se sabe se o senhor Beudet simulará, de novo, o suicídio, colocando a arma na cabeça –, nem a violência da qual ele é cosubstancial. A violência possui uma dimensão performativa no sentido de que ela não é dissociável de uma operação de qualificação (CARDI; PRUVOST, 2012, p. 14). Desresponsabilizando sua heroína, que age sob o domínio de alucinações e carrega o revólver num estado “sonambúlico”,<sup>16</sup> a diretora se afasta do espírito da peça de teatro, que via uma senhora Beudet lúcida e, ao mesmo tempo, cínica. Dulac, talvez preocupada em não chocar o público, permanece nos estereótipos de gênero, retomando os tópicos relativos à natureza feminina, com uma heroína totalmente dominada por suas emoções e com uma nervosidade quase neurótica e até histérica.



**Figura 7** - Monsieur Beudet inquiet pour sa femme

<sup>16</sup> Esse termo foi acrescentado por Germaine Dulac no recorte técnico do filme, BiFi/B8.



A ambivalência das últimas cenas também é explícita. O senhor Beudet se torna quase simpático na expressão de sua ternura para sua mulher, que ele quase matou de forma acidental, enquanto ela continua fria como o mármore. A senhora Beudet permanece prisioneira de uma vida da qual ela poderia ter fugido e que ela retoma, monótona e igualmente deprimente. A reputação feminista do filme, apesar de válida, no entanto, deve ser ponderada. Mesmo assim, *La souriante Madame Beudet* inicia de forma magistral o cinema de vanguarda de Germaine Dulac. Esta morre em Paris em 1942, ano de guerra e de ocupação alemã, o que não favoreceu seu reconhecimento como figura essencial da história do cinema, ao mesmo tempo diretora, editora, produtora, teórica, conferencista, professora, animadora essencial dos cineclubes, da cinemateca e das organizações corporativistas, como a sociedade dos autores de filmes, sem esquecer suas publicações literárias, seu militantismo feminista e socialista. Uma artista, uma mulher de cinema, de reflexão e de combates, cuja vida foi particularmente densa e produtiva.

*Traduzido para o português por Christelle Abes*

## ► Referências

ALBERA, François. *L'Avant-Garde au cinéma*. Colin, 2005.

AMIÉL, Denys; OBEY, André. *La souriante Madame Beudet*, tragi-comédia de dois atos. Paris : Imprimerie de l'Illustration, 1921.

BARD, Christine. *Une histoire politique du pantalon*. Paris, Seuil, 2010.

BRENEZ, Nicole; LEBRAT, Christian (Dir.). *Jeune, dure et pure! Une histoire du cinéma d'avant-garde et expérimental en France*. Paris, Cinémathèque Française, 2001.



CARDI, Coline; PRUVOST, Geneviève (Dir.). *Penser la violence des femmes*. Paris, La Découverte, 2012.

DANOÛ, L. B. *Le cinéma de ma mémoire: uma homenagem pessoal a Germaine Dulac tal como eu a conheci 1932/1939*. [Sl: sn], 2005.

DULAC, Germaine. *Écrits sur le cinéma (1919-1937)*. Paris: Paris Expérimental, 1994.

FORD, Charles. *Femmes cinéastes ou le triomphe de la volonté*. Paris: Denoël Gonthier, 1972.

GHALI, Noureddine. *L'Avant-garde cinématographique en France dans les années vingt. Idées, conceptions, théories*. Paris: Expérimental Paris, 1995.

HINDRICHS, Cheryl. Feminist optics and Avant-Garde Cinema: Germaine Dulac's *The Smiling Madame Beudet* and Virginia Woolf's *Street Haunting*. *Feminist Studies*, v. 35, n. 2 p. 295-322, Summer 2009.

LITTERMAN-LEWIS, Sandy. *To desire differently: feminism and the French Cinema*. Columbia University Press, 1996 [1990].

WILLIAMS, Tami M. *Beyond impressions: the life and films of Germaine Dulac from Aesthetics to Politics*. tapuscrit, PHD University of California/Los Angeles, 2007.

\_\_\_\_\_. *Dancing with light: choreographies of gender in the cinema of Germaine Dulac*. In: GRAF, A.; SCHEUNEMANN, D. *Avant-garde film*. Amsterdam: Rodopi, 2007. p. 121-131.

\_\_\_\_\_; VERAY, Laurent (Dir.). *Germaine Dulac, au-delà des impressions*, n° hors-série de 1895, 40/2003.



## LITERATURA E PENSAMENTO AFRO-BRASILEIRO



*Florentina da Silva Souza*

Senti-me feliz ao ser estimulada a pensar em estabelecer relações entre literatura e pensamento afro-brasileiro porque, não obstante algumas posições contrárias, sempre entendi a literatura como produção simultaneamente ligada ao pensar e ao sentir. Mesmo no auge dos momentos em que alguns críticos consideraram a literatura autônoma e desvinculada de proposições político-ideológicas, o texto literário continuou mantendo seus vínculos com as culturas, as histórias, o contexto.

Hoje, estudiosos de vários campos do conhecimento, tais como História e Sociologia, entendendo a literatura como parte da cultura, buscam no discurso literário informações e apreciações sobre a sociedade e a tessitura de suas relações.<sup>1</sup>

Por outro lado, a proposta da mesa chama a atenção para uma produção epistemológica que vem sendo organizada por escritores e estudiosos brasileiros autodenominados negros (isto é, pretos ou pardos, segundo o IBGE) ou afro-brasileiros e que

---

<sup>1</sup> Refiro-me a textos como *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil* (CHALOUB; PEREIRA, 1998) e *Machado de Assis, historiado*. (CHALOUB, 2003).



tem discutido, há mais de um século, de modo sistemático, em textos literários, ensaísticos ou jornalísticos, a sua inserção e de seu grupo na vida política, social e cultural no país. Textos de Luis Gama, Maria Firmina dos Reis, Cruz e Sousa, José do Patrocínio, Lima Barreto, Abdias do Nascimento, Lélia Gonzales, Beatriz do Nascimento, Edison Carneiro, Guerreiro Ramos, Muniz Sodré, da Imprensa Negra, Frente Negra, Teatro Experimental do Negro e textos e atividades organizados pela Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), pela Associação de Pesquisadores/as Negros/as da Bahia (APNB) e ainda por grupos de pesquisa atuantes em vários estados do Brasil podem ser citados para ilustrar as estratégias de afro-brasileiros/as, para elaborar reflexões e proposições de alteração nos modelos e nas representações das relações étnico-raciais no Brasil. Vale destacar que alguns dos citados, mesmo quando o campo de atuação principal não era a literatura, também atuaram no campo literário, com pelo menos uma publicação, como é o caso de José do Patrocínio, Edison Carneiro, Guerreiro Ramos, Abdias do Nascimento e Muniz Sodré.

Assim, podemos afirmar que as intersecções entre literatura e pensamento crítico têm se moldado também através das mentes, mãos e vozes de intelectuais afro-brasileiros que procuraram demonstrar a potência da literatura para a compreensão da vida em sociedade e seus conflitos. Nesse contexto, a literatura teria, além da potência para dar espaço à imaginação, a potência de incentivar seu leitor a se relacionar com outras identidades e reconfigurar continuamente seus valores, crenças e identidades e o seu modo de interação com a alteridade.

A partir da realidade francesa, o outro autor, Compagnon profere em 2006 uma conferência intitulada “Literatura para quê?”, na qual aponta algumas tensões, aproximações e contradições dos estudos e críticas da literatura. Para o autor, a literatura tem exercido funções diversas até a contemporaneidade; com



destaque para a antológica do “doce e útil”, a reunificação da experiência e o conserto da língua (COMPAGNON, 2009, p. 40-41). Ele afirma que o quarto poder da língua, na pós-modernidade, seria o “impoder sagrado”, ressaltando, entretanto, a necessidade de proceder-se outra vez “[a]o elogio da literatura”:

A literatura deve portanto, ser lida e estudada porque oferece um meio – alguns dirão até mesmo o único – de preservar e transmitir a experiência dos outros, aqueles que estão distantes de nós no espaço e no tempo, ou que diferem de nós por suas condições de vida. Ela nos torna sensíveis ao fato de que os outros são muito mais diversos e que seus valores se distanciam dos nossos. (COMPAGNON, 2009, p. 47).

Chama a atenção a ênfase dada à literatura como instrumento de conhecimento, de troca de experiências com a alteridade, com a diferença. O realce desse aspecto traz para a cena da antiga discussão sobre a função da literatura uma questão importante: a literatura possibilita que entendamos a diversidade e as relações existentes no universo, entre as experiências, e portanto entre as culturas, dos modos de ser. A literatura seria, assim, contrária à proposição de um discurso ditatorial unificador, homogeneizador de pessoas, linguagens e culturas. Nesse viés de análise, a literatura “desenhará” personagens, acontecimentos, situações nas quais se apresentam especificidades de variados grupos humanos, de modo que suas maneiras de ser, agir e viver possam ser representadas e, principalmente, possam ser conhecidas como relacionais.

A leitura de variados textos literários viabilizará o aumento do conhecimento sobre o outro e, espera-se, o respeito pela sua forma de pensar, interpretar, viver e agir, fato que deveria gerar um certo sentido de humildade no reconhecimento de que as culturas são diversas e não podem ser hierarquizadas. É evidente que essa não é a leitura privilegiada pela versão da



tradição ocidental hegemônica. No entanto, existem modos diferenciados de fruição estética, maneiras diferentes de se analisar pessoas, grupos e tradições e a literatura, juntamente com outros discursos, pode propiciar variados tipos de conhecimento.

No Brasil e em vários países por onde se espalhou a diáspora africana, africanos e afrodescendentes constituíram redes de relações, de parentescos e de afinidades nas quais fica evidente o incontestável desejo de reagir à dominação e subjugação colonial escravagista e de entender e interpretar o que acontecia à sua volta. Organizar revoltas individuais e coletivas, fugas, constituir comunidades à margem do sistema escravagista, recorrer a instituições contra a injustiça, mesmo correndo o risco da parcialidade nos atos das autoridades, além do empenho para manter expressões e práticas culturais identitárias, foram alguns dos recursos utilizados pelos afrodiáspóricos para garantir a humanidade e a permanência cultural – fato observado nas Américas e pontuado por intelectuais como Lélia Gonzales, Beatriz do Nascimento, Flávio Gomes, Manuel Zapata Olivella, Édouard Glissant, entre outros.

A criação e recriação de cânticos e a organização de pequenos grupos de trabalho e religiosos foram os principais meios inicialmente usados para demonstrar que escravizados pensavam, agiam, possuíam memória e procuravam brechas na fechadíssima estrutura do escravismo. Alguns conseguiram obter alguma escolaridade e penetraram no também fechadíssimo universo da escrita e da literatura. Especificamente no Brasil, Luís Gama, Cruz e Sousa, Manuel Querino; na Colômbia, Juan José Nieto Gil (considerado o primeiro afro-colombiano a publicar livros)<sup>2</sup> e Candelario Obeso; Du Bois nos Estados Unidos, entre outros que se apoderaram do sistema de pensamento e de

---

<sup>2</sup> Foi o primeiro afro-colombiano Presidente da República e escreveu as novelas *Ingermina* e *Los Moriscos*.





representação para tomar parte das discussões sobre os locais em que se encontravam, sobre sua situação no interior dos mesmos e sobre os modos como seus patrimônios culturais e memória eram desenhados nos países em que viviam. O conjunto dessas atividades de lembrar/esquecer tem servido de base primeira para a constituição de um conjunto de ideias, informações, sobre as especificidades da atuação de afrodescendentes na história da produção intelectual no Brasil.

Muitos dos precursores do que podemos considerar pensamento afro-brasileiro contemporâneo transitaram entre jornalismo, literatura e ensaísmo,<sup>3</sup> como já o referi, procurando um espaço para suas culturas e seus grupos no discriminatório universo da cultura ocidental. Depreciação e não reconhecimento foram as principais armas utilizadas pela cultura hegemônica para tornar invisíveis e inaudíveis os textos desses precursores nos diversos campos em que atuaram. Hoje, arquivos da memória vêm sendo abertos no intuito de trazer à tona as contribuições desses escritores no processo de autorrepresentação das pessoas e das culturas afrodescendentes.

Se a literatura possui, como deseja Compagnon, a função de nos fazer contatar com outras culturas, para com elas ampliarmos nossos campos de conhecimento, ela deve, hoje, constituir-se também em um espaço para apresentação/apreciação de valores identitários diferentes dos hegemônicos e também para proposição de outras versões da história – do Brasil, da empresa colonial e dos afrodescendentes em geral. Em seu livro *Mestre Bimba, corpo de mandinga*, Muniz Sodré, ao explicar como se constituíram representações das pessoas e das culturas afrodescendentes, afirma:

---

<sup>3</sup> A coincidência no exercício dessas funções pelas elites letradas criou a convivência íntima entre os projetos da classe política e dos escritores no Brasil e forjou um discurso nacional quase unânime no que tange às inclusões e exclusões.



No Brasil, por exemplo, as elites posteriores à Abolição da Escravatura, ‘esqueceram’ de dizer – em seus romances, manuais, ensaios, artigos de jornal etc. – que muitos músicos, pintores, escultores e políticos de destaque na vida nacional nos séculos XVIII e XIX eram negros ou mulatos. Por isso, os ‘escuros’ ficaram relegados, nas representações conscientes e subconscientes do imaginário coletivo, à esfera do popular, do que em princípio dispensa a letra. (SODRÉ, 2002, p. 17).

Nesse contexto de perpetuação de uma memória hegemônica, as produções de muitos escritores foram excluídas dos compêndios de história da literatura, suas obras não foram reeditadas e tornaram-se “desconhecidas”. A grande luz da cultura hegemônica europeizada procurou fazer desaparecer as pequenas luzes das culturas africanas que sobreviviam e sobrevivem na diáspora.<sup>4</sup> Por outro lado, danças, lutas, indumentárias, falares e outras marcas étnicas foram situados de modo depreciativo no campo da cultura popular ou folclórica.

Movimentos e associações culturais, tais como a Frente Negra, o Teatro Experimental do Negro e também produções individuais de sujeitos negros, por todo o século XX, constituem uma massa de conhecimento que propõe alterações em áreas sociais, políticas e científicas e tenta solapar o discurso daqueles que veem o agente homem branco como o único produtor e divulgador de saberes no país. Desde 2000, ano em que foi fundada, a ABPN realiza pesquisas e propõe reflexões sobre aspectos da história do negro no Brasil, os desenhos das relações étnico-raciais, a saúde das populações negras, o desenvolvimento econômico, as produções artísticas, entre outros temas que, por 13 anos, têm arregimentado pesquisadores, estudantes e movimento social no intuito de produzir leituras, reconfigurar conhecimentos e intervir

---

<sup>4</sup> Faço uso aqui da metáfora proposta por Georges Didi-Huberman para falar da cultura europeia no livro *Sobrevivência dos vagalumes* (2011).



no campo da pesquisa e das políticas públicas voltadas para o grupo. A ABPN tem sistematizado resultados de investigações que problematizam questões cruciais para a compreensão das eficientes formas de exclusão postas em prática pelos grupos hegemônicos no Brasil.

Tal como os terreiros, descritos por Muniz Sodré (1988, p. 149) como “território de um jogo cósmico, [em que] o axé dos escravos e seus descendentes mostra os limites ao poder do senhor: graças à força da alacridade, resiste-se à pressão degradante dos escravizamentos de qualquer ordem e institui-se um lugar forte de soberania e identidade”, a produção de pensadores negros resiste e altera a pretensa uniformidade dos discursos hegemônicos. Nas instituições de ensino e fora delas, nos campos de estudos históricos, literários e sociais, tem se evidenciado uma sistemática programação de leitura da “história a contrapelo”, na expressão antológica de Benjamim. Com o desejo de demonstrar que as vozes “esquecidas” conseguem fazer barulho e, com suas poeiras seculares, investem em desarrumar os compartimentos do saber único, estudos sobre quilombos, vida de escravizados, textos produzidos por negros/negras indicam mudanças preliminares no campo investigativo.

A estudiosa Nilma Lino Gomes (2010, p. 493-516), em texto sobre intelectuais negros no Brasil, analisa lugares e estratégias do grupo no final do século XX e início do XXI, demonstrando que, no caso específico do Brasil, o aumento do número de intelectuais negros nos cursos de pós-graduação das universidades gerou um crescimento no número de pesquisas, nas quais observa-se a produção de “um conhecimento que tem como objetivo dar visibilidade a subjetividades, desigualdade, silenciamentos e omissões em relação a determinados grupos sociorraciais e suas vivências” (GOMES, 2010, p. 495). Segundo a autora, tal produção obrigou diferentes áreas do saber a enxergar, mesmo discordando, uma maneira de produzir conhecimento que visa rasurar



as bases homogeneizadoras e autoritárias do discurso científico hierarquizador. No século XXI, muitos intelectuais afrodescendentes têm atuado na reivindicação de políticas públicas voltadas para o grupo com ênfase na educação.<sup>5</sup> Compreendem que, através do incremento de estudos sobre a história, cultura e pensamento desenvolvidos por pessoas negras, em todos os níveis de ensino, será fornecida uma contribuição para que a sociedade brasileira entenda a sua composição multicultural e desenvolva práticas cotidianas contrárias a todo tipo de desigualdade.

Ora, é sabido que, na maioria da produção de pensamento no Brasil, a “questão racial” aparece como um dos fortes tropos. De Sílvio Romero, passando por José Veríssimo, Oliveira Viana, Manuel Bomfim, Mario de Andrade, Gilberto Freyre, esta se constitui numa questão incontornável. Os variados estudos sobre o Brasil, desde pelo menos o século XVIII, tratam da questão como problema dos negros, atribuindo ao grupo perfil psicológico e moral inferior e a responsabilidade pelo chamado atraso do país. Discordando de tal perspectiva de análise, o estudioso Guerreiro Ramos (1995), escrevendo em 1950, aponta o desejo de embranquecimento como uma psicopatologia do “branco” brasileiro e pontua:

Em princípio, o negro, no domínio da sociologia brasileira, foi problema porque seria portador de traços culturais vinculados a culturas africanas, pelo que, em seu comportamento, apresenta como sobrevivência. Hoje, continua a ser assunto ou problema, porque tende a confundir-se pela cultura com as camadas mais claras da população brasileira. (RAMOS, 1995, p. 190).

---

<sup>5</sup> Refiro-me, por exemplo, às Leis nº 10.639/03 e 11.645/08, que incluem a obrigatoriedade da temática sobre história e culturas de negros e índios no Brasil aos programas de ações afirmativas de universidades; e aos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros de várias instituições de ensino superior.



Diferentemente da análise de alguns estudiosos já citados, Ramos deseja averiguar quem torna o negro um problema para a sociedade brasileira, questionando tanto as proposições que rejeitam o negro como parte ativa da sociedade quanto o discurso que tem a fábula das três raças tristes<sup>6</sup> como mote privilegiado. Se hoje, quase paradoxalmente, haja vista os debates sobre inter/transdisciplinaridade, setores da intelectualidade insistem em desejar estabelecer uma divisão rígida entre a produção literária e a produção das Ciências Humanas, por todo século XIX e até o XX, esses campos do pensamento mantiveram e mantêm intenso diálogo nas encenações pedagógicas do discurso nacional no Brasil. Romances, poemas, peças teatrais, discursos das ciências históricas e sociais construíram (ensinaram e performatizaram) conjuntamente um determinado corpo de ideias e imagens sobre tradições, culturas, personagens e pessoas afrodescendentes no Brasil que se tornaram constantes no imaginário da/sobre a nação brasileira – “estampas originárias” no dizer de Eneida Cunha (2006, p. 14), “traços que reinvestidos se repetem sempre diferenciados”.

A produção escrita de autoria de muitos afro-brasileiros insere-se no contexto da textualidade brasileira propondo outro colorido para as estampas cravadas no imaginário brasileiro, com a intenção de “corrigir”, reverter sentidos e imagens sobre o discurso nacional. Certos de que fazem parte do que chamamos nação, certos de que os laços com as tradições africanas se deram/dão em diálogo constante com várias tradições; nas suas idas e vindas, propõem um discurso nacional mais inclusivo: uma forma de reconfigurar a “etnicidade fictícia” brasileira e alterar os lugares destinados ao grupo nos desenhos nacionais.

---

<sup>6</sup> Referência ao poema de Bilac publicado no início do século que assim define a música brasileira: “És samba e jongo, xiba e fado, cujos/Acordes são desejos e orfandades/De selvagens, cativos e marujos:/E em nostalgias e paixões consistes,/Lasciva dor, beijo de três saudades,/Flor amorosa de três raças tristes.” (BILAC, 1957, p. 197).



Luís Gama, Cruz e Sousa e José do Patrocínio são nomes que, no século XIX, através de seus conhecimentos, utilizaram a literatura e o jornalismo para debruçarem-se sobre problemas atinentes aos negros e procuraram participar da vida política e intelectual do país. Os três participaram do movimento abolicionista e produziram textos que contestam a escravização de africanos e seus descendentes. Diz Cruz e Sousa:

Deus meu! Por uma questão banal da química biológica do pigmento ficam alguns mais rebeldes e curiosos fósseis preocupados, a ruminar primitivas erudições, perdidos e atropelados pelas longas galerias submarinas de uma sabedoria infinita, esmagadora, irrevogável!

[...]

AH! Esta minúscula humanidade, torcida, enroscada, assaltando as almas com a ferocidade de animais bravios, de garras aguçadas e dentes rijos de carnívoro, é que não pode compreender-me.

No século XX, muitos outros, como professores primários, artistas, jornalistas e chefes religiosos, empreenderam ações variadas para inserirem a si e seus discursos como parte da atividade cultural e intelectual brasileira.

Muitas vezes, é a literatura que vai “ensinar” a compreender a(s) tensão(ões) na composição do que denominamos cultura brasileira. Por exemplo, muitas das revoltas, lutas e guerras organizadas e/ou com participação de afrodescendentes apareceram ou aparecem na historiografia sem a devida ênfase na atuação desses sujeitos; outras realizações no campo artístico, científico e tecnológico também são ignoradas; e a literatura contemporânea, através do recurso a imagens, personagens e reconfiguração de fatos, pode se constituir em espaço produtivo para informar ou despertar o desejo de conhecer acontecimentos e nomes, o desejo de conhecer o outro, distante no tempo e no espaço, que faz parte da nossa constituição identitária.



A década de 80 do século XX tem sido apontada por vários estudiosos, entre eles Silviano Santiago,<sup>7</sup> como momento definidor de uma outra agenda político-cultural para o Brasil. O autor aponta aquele momento como definidor da transição para o século XXI e afirma que as mudanças ocorrem nos vários campos do saber, com destaque para a antropologia e literatura.

No momento em que a história e a cultura se veem impulsionadas a ampliar seus ângulos de investigação, quando os movimentos sociais inserem suas reivindicações nos programas políticos, o campo literário também é “obrigado” a se voltar para o cotidiano. Por outro lado, não se pode deixar de registrar que as comemorações oficiais do centenário da abolição e as reflexões propostas por setores dos movimentos sociais geraram condições para uma avaliação histórica e política do episódio e também de suas repercussões na vida nacional naquele momento.<sup>8</sup>

Em décadas anteriores às de 70/80, Guerreiro Ramos, contestando algumas das conclusões da pesquisa de 1950 encomendada pela Unesco, propõe uma alteração no processo de análise da sociedade e publica textos nos quais enfaticamente problematiza o modo como a sociologia brasileira empreende pesquisas nessa sociedade. Por outro lado, escritoras como Lélia Gonzales e Beatriz do Nascimento insistem na discussão do papel do feminismo na discussão das diferenças étnico-raciais. Por outro lado, Lélia Gonzales propõe a categoria “amefricanidades” para estudar a América Latina e suas feições históricas e culturais, enquanto Beatriz do Nascimento apresenta a categoria quilombo como produtiva para o estudo da história e da organização dos negros na sociedade brasileira. As proposições das duas circularam principalmente no interior de jornais e revistas alternativos

---

<sup>7</sup> Ver texto “Democratização no Brasil: 1979-1981 (Cultura versus arte)” (SANTIAGO, 1998, p. 11-23).

<sup>8</sup> Vale registrar o grande número de publicações sobre a história do negro no Brasil e a cultura afro-brasileira escritas por estudiosos de várias partes do país.



e entre grupos não hegemônicos – o que as torna, até hoje, praticamente desconhecidas entre alguns setores da intelectualidade brasileira.

É nessa atmosfera de redefinição de agendas que ganha espaço um movimento literário que propõe uma literatura fincada no cotidiano, nos anseios, e uma pauta em que as vivências dos afro-brasileiros sejam representadas a partir da perspectiva de seus sujeitos. Refiro-me aos *Cadernos negros*, antologia de poemas e contos, que foram fundados em 1978 e que há quase quatro décadas vêm se renovando na produção de textos literários em que os afro-brasileiros são sujeitos e objetos das representações.

A literatura produzida por grande parte das/os escritoras/es negras/os está inserida no movimento geral de produção de um tipo de conhecimento, no movimento específico de produção de uma história que podemos chamar de afro-brasileira. Um pensamento hifenizado porque produzido em campos de tensões culturais e identitárias, entre os discursos da comunidade imaginada no Brasil e entre as comunidades navegantes pelo Atlântico Negro. Conhecimento reorganizado de memórias do passado, em constante diálogo com experiências diversas da diáspora negra que permitem/permitirão aflorar histórias e personagens até então desconhecidas ou invisibilizadas. Um pensamento construído a partir dos trânsitos e intersecções de cultura, a partir das leituras e desleituras de quem tentou interpretar o Brasil. Desleituras que reconstroem, com a força da agência, narrativas e histórias no Novo Mundo.

O geógrafo Milton Santos, refletindo, esperançoso, sobre o movimento da globalização, acredita na possibilidade de emergência de

uma nova história. O primeiro desses fenômenos é a enorme mistura de povos, raças, culturas, gostos, em todos os continentes. A isso se acrescenta, graças aos progressos da informação, a ‘mistura’ de filosofia, em detrimento do





racionalismo europeu. Um outro dado de nossa era, indicativo da possibilidade de mudanças, é a produção de uma população aglomerada em áreas cada vez menores, o que permite um ainda maior dinamismo àquela mistura entre pessoas e filosofias. (SANTOS, 2006, p. 20-21).

As histórias de atuação e de resistência, qual um tecido composto de vários bordados, por sua vez compostos de tecidos desfiados e refiados, como os estandartes de Bispo do Rosário, continuarão resistindo e produzindo incessantemente reflexões sobre a vida, a religião, os problemas, as vitórias e também derrotas daqueles que, deportados, trouxeram suas memórias para salvaguardar sua humanidade. Seguindo o entendimento da poeta Leda Martins (1999, p. 11-12):

Toda história é sempre  
sua invenção  
qualquer memória é sempre  
um hiato no vazio.

E os subúrbios da noite  
tecem-se no intervalo dos becos  
nas relíquias e ruínas do futuro  
nos edifícios da desmemória  
que produzem sombras  
sob as luminárias.

Assim, a literatura também atua na correção de memórias em diálogo com outras tradições de escrita, como adverte o poeta Solano Trindade (1999, p. 39) no seu poema “Canto dos Palmares”: “Eu canto aos Palmares/sem inveja de Virgílio de Homero/e de Camões/porque o meu canto/é o grito de uma raça/em plena luta pela liberdade!”

Já Paul Gilroy (2001) afirma que vários intelectuais negros contribuíram para a produção de uma hermenêutica que possui duas dimensões inter-relacionais: ela é simultaneamente uma



hermenêutica da suspeita e uma hermenêutica da memória. Para ele, as duas alimentam continuamente uma crítica redentora. Nesse embate, assumindo um papel de difusora de conhecimentos, interessada em rasurar os discursos monolíticos e homogêneos, a literatura pode questionar versões estabilizadas da história, como faz o poeta Edilmilson Pereira:

Como soou o país tocado pelas mil duzentas  
e setenta e três línguas indígenas  
antes que minassem  
a nuvem, o vento, a tempestade?  
Como o recitam as cento e oitenta  
Exiladas do dicionário?  
E as afrocamas que negociaram  
em senzalas e praças?  
E o português se arvorando  
em camaleão nos trópicos? (PEREIRA, 2003, p. 204).

Ou ainda apresentar episódios desconhecidos, ou quase desconhecidos, da história do negro no Brasil, como faz a poeta Miriam Alves no poema “Mahin amanhã”:

Ouve-se nos cantos a conspiração  
vozes baixas sussurram frases precisas  
escorre nos becos a lâmina das adagas  
Multidão tropeça nas pedras  
Revolta  
há revoada de pássaros  
sussurro, sussurro:  
‘é amanhã, é amanhã.  
Mahin falou, é amanhã’  
A cidade toda se prepara  
Malês  
Bantus  
geges  
nagôs  
vestes coloridas resguardam esperanças  
aguardam a luta  
Arma-se a grande derrubada branca  
a luta é tramada na língua dos Orixás



é aminhã, aminhã  
sussuram  
Malês  
Bantus  
geges  
nagôs  
'é aminhã, Luiza Mahin faló'  
(ALVES, 1998, p. 104).

Escritoras, a exemplo de Carolina de Jesus, Conceição Evaristo, Esmeralda Ribeiro e Cristiane Sobral, escreveram/es-tão escrevendo versões de mulheres negras para a história do Brasil, contribuindo para ao registro de um pensamento sobre literatura, sobre mulheres negras na contemporaneidade, reflexões de sujeitos negros no Brasil a respeito de si e de seu grupo. Muitas/os das/os escritoras/es e intelectuais afro-brasileiras/os imbuídas/os do duplo trabalho da literatura na desautomização da linguagem e na produção do conhecimento têm se dedicado a recontar as histórias de alegria e de sofrimento que compõem nossas memórias passadas e presentes dos afro-brasileiros e podem fazer coro com a poeta Conceição Evaristo que, no poema "Ao escrever", define sua escrita como tentativa de assenhorar-se do tempo, convertê-lo em memória e escrever a vida.

Ao escrever a vida  
No tubo de ensaio da partida  
Esmacida nadando  
Há neste inútil movimento  
A enganosa-esperança  
De laçar o tempo  
E afagar o eterno. (EVARISTO, 2008, p. 38).

## ► Referências

ALVES, Miriam. Manhin amanhã. In: QUILOMBHOJE (Org.). *Cadernos negros: os melhores poemas*. São Paulo: Quilombhoje, 1998. p. 104.



ANTELO et al. *Declínio da arte ascensão da cultura*. Florianópolis: Letras Contemporâneas: Abralic, 1998

BILAC, Olavo. *Poesias*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1957.

CHALOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_; PEREIRA, Leonar Affonso de M. (Org.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

COMPAGNON. *Literatura para quê?* Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2009.

CUNHA, Eneida Leal. *Estampas do imaginário: literatura, história e identidade cultural*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2006.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Sobrevivência dos vagalumes*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2011.

EVARISTO, Conceição. *Poemas de recordação e outros movimentos*. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

GILROY, Paul. *O atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Edições 34, 2001.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 492-516.

MARTINS, Leda. *Os dias anônimos*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1999.

PEREIRA, Edimilson. *As coisas arcas*. Obra poética 4. Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2003.

RAMOS, Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1995.



SANTIAGO, Silviano. Democratização no Brasil - 1979-1981 (Cultura versus arte) In: ANTELO et al. *Declínio da arte, ascensão da cultura*. Florianópolis: Letras Contemporâneas: Abralic, 1998. p. 11-23.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SODRÉ, Muniz. *Mestre Bimba, corpo de mandinga*. Rio de Janeiro: Manati, 2002.

\_\_\_\_\_. *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

TRINDADE, Solano. *Solano Trindade: o poeta do povo*. São Paulo: Cantos e Prantos, 1999.



## O MAR ONDULOSO DA MEMÓRIA EM CONCEIÇÃO EVARISTO<sup>1</sup>



*Maria Nazareth Soares Fonseca*

*Recordar é preciso.  
O movimento vaivém nas águas-lembranças  
dos meus marejados olhos transborda-me a vida,  
salgando-me o rosto e o gosto.*

(EVARISTO, 2008a, p. 9)

**O**s versos do poema “Recordar é preciso”, do livro *Poemas da recordação e outros movimentos* (2008a), de Conceição Evaristo, ao comporem a epígrafe deste texto, almejam remeter a uma feição da produção literária da escritora mineira, de que a memória é a marca mais significativa. A obra da escritora desenha-se no movimento das “águas-lembranças” de uma história comum a muitos descendentes de africanos que chegaram ao Brasil significados pela escravidão. Para exorcizar os traumas causados por essa experiência, Conceição Evaristo volta-se a esse mar de

---

<sup>1</sup> Este texto, com alterações, foi publicado na revista *Via Atlântica*, n. 18, 2010.



lembranças que lhe “salga o rosto e o gosto”, porque, como diz o verso do seu poema, “recordar é preciso”. A memória é a estratégia de construção textual que permite à escritora escavar o passado comum a muitos indivíduos marcados pelo estigma da violência e da exclusão.

Em outro poema do mesmo livro, “Do velho e do jovem” (2005, p. 72), a escritora continua a se pautar pela certeza de que navegar pelas águas dolorosas da memória é um processo de reconstituição do vigor de corpos marcados por estigmas. Nesse poema, celebram-se feições características de espaços que conservam fortes tradições herdadas dos africanos. O valor da experiência vivida marca-se pelo respeito ao que se aprende dos mais velhos e ao que os mais experientes passam aos mais jovens. O diálogo poético entre o velho e o novo celebra o acolhimento dos sinais da passagem do tempo expostos no rosto de um velho, marcas da experiência acumulada ao longo dos anos. As rugas nesse rosto velho tornam-se letras, são “palavras escritas na carne”, símbolos de um “abecedário do viver” (p. 51). As imagens, no poema, reverenciam as marcas da experiência e intentam ressaltar o contraste com o “frescor da pele” da face do jovem e as muitas histórias de que fazem parte personagens que remetem a lugares do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Salvador, elas mesmas tornadas parte de um amplo significado que as une: “Neide do Brás”, “Cíntia da Lapa”, “Piter do Estácio”, “Mabel do Pelô”. O mesmo movimento acolhe nomes de Santana e de Belo Horizonte, que entram na composição do poema como sujeitos de uma história de “falas silenciadas” (p. 72), para regerem uma outra história que entrelaça o “velho tempo” com o brilho jovem do *rap*, almejando “eternizar as palavras da liberdade ainda agora...” (p. 52). O poema se tece com referência a relatos de experiências, passadas de geração a geração, a histórias deixadas por sujeitos anônimos, a sinais como os indicados pelas marcas





no rosto e pelos calos nas mãos do velho, mas também pelo frescor da pele e pelo brilho dos olhos dos mais jovens.

A mesma deferência a histórias contadas/vividas faz-se traço forte no poema de Evaristo “Vozes mulheres” (2008b, p. 10-11), tecido com as experiências deixadas por diferentes gerações de mulheres. Personagens de uma história que remete ao comércio da escravidão, como a bisavó e a avó, passam às suas descendentes dados de uma história de sofrimento e submissão que se entrelaçarão a outras histórias, nas quais o silêncio e os lamentos certamente produzirão outros sentidos:

A voz de minha bisavó ecoou  
criança  
nos porões do navio.  
Ecoou lamentos  
de uma infância perdida.

A voz de minha vó  
ecoou obediência  
aos brancos – donos de tudo.

A voz de minha mãe  
ecoou baixinho revolta  
no fundo das cozinhas alheias  
debaixo das trouxas  
roupagens sujas dos brancos  
pelo caminho empoeirado  
rumo à favela.

A minha voz ainda  
ecoava versos perplexos  
com rimas de sangue  
e  
fome.

A voz de minha filha  
recolhe todas as nossas vozes  
recolhe em si  
as vozes mudas caladas  
engasgadas nas gargantas.



A voz de minha filha  
recolhe em si  
a fala e o ato.  
O ontem - o hoje - o agora.  
Na voz de minha filha  
se fará ouvir a ressonância  
o eco da vida - liberdade.  
(EVARISTO, 2008b, p. 10-11).

A voz poética retoma, nos versos do poema, a história da bisavó, calcada no sofrimento “nos porões dos navios” e nos lamentos de uma “infância perdida”. Passa esse legado a outra mulher, à avó, marcada pela submissão ao trabalho forçado e pela obediência a ordens a que era difícil resistir, dada a condição imposta pelo sistema legitimado pelos “donos de tudo” (p. 10). Dos silêncios dessas mulheres chegam os ecos de uma história cruel que remete ao desenvolvimento do capitalismo comercial no Atlântico e às transações comerciais que tinham os africanos escravizados como possibilidade de fazer crescer uma economia comercial que tinha a África, o Brasil e Portugal, e eventualmente a Inglaterra, como principais agentes (MILLER apud FIGUEIREDO, 2009).

O poema resgata, assim, a voz dos que sofreram essa história e a retoma a partir dos significantes passados pelas mulheres, mesmo em silêncio, às suas descendentes, também personagens de outras histórias de submissão e sofrimento. A bisavó e a avó costuram, com lamento e dor, uma história que vem dos porões dos navios negreiros, das lidas nas casas-grandes, nas lavouras, no comércio de ganho, nas ruas das cidades. O legado de silêncios e de trabalho é assumido pela voz da mãe, habitante do “fundo das cozinhas alheias”, ainda significada pelo trabalho penoso: lavar, passar, cozinhar, cuidar, repetidos exaustivamente todos os dias. Na história da mãe, os sofrimentos herdados deslocam-se para os espaços periféricos das cidades, para as favelas e para outras formas de aprisionamentos das vozes-mulheres.



Ao assumir esse legado, o eu poético “eco versos perplexos/com rimas de sangue e fome”, transmudando em escrita libertadora os lamentos, as dores, os silêncios, fragmentos de uma história que está inscrita na memória e no corpo. Escrever o poema é, assim, a construção de um outro legado a ser deixado à filha que “recolhe todas as nossas vozes recolhe em si as vozes mudas caladas” (p. 10-11), porque, inserida em outro tempo e espaço, poderá assumir o desejo latente de liberdade, dando-lhe outros tons, deslocando o silêncio para deixar ouvir as vozes-mulheres de sua tradição. Na alquimia da escrita, os silêncios, as falas sussurradas e os atos podem possibilitar a geração de outros relatos nos quais irão proliferar os ecos da “vida-liberdade” (p. 11).

Pode-se dizer que as várias memórias mostram-se no poema como uma trança que as palavras tecem ao resgatar as histórias de mulheres. As palavras, ao serem recuperadas, figurativamente, recompõem as histórias, que remetem à bisavó, à avó e à mãe e articulam outros signos, no campo da escrita, no gesto da literatura, capazes de formular novas vivências e experiências a serem passadas à filha.

As histórias, entretecidas como em uma trança, recolhem as marcas deixadas por experiências que remetem à tradição de tecer, trançar, pentear os fios e os cabelos, embalando-se com as perplexidades advindas do sofrimento, mas também assumindo o legado de uma história de lutas, significada pelo corpo e no corpo e transformada em motivação à escrita. Nas experiências da bisavó, da avó e da mãe resgatam-se, ainda, traços de uma disciplina que fabrica “corpos submissos”, “dóceis” e exercitados para o trabalho, como nos revela Foucault (1977, p. 127). Desconstruindo, metaforicamente, essa sujeição de corpos domesticados pelas ordens do sistema escravocrata e do capitalismo, o poema transmuta-a em capacidade de resposta que, inscrita na perplexidade, é capaz de atar o “ontem - o hoje - o agora” (EVARISTO, 2005, p. 11), para produzir outros atos e novas falas, essas, sim, libertadoras.



Outros poemas de Evaristo montam-se com a mesma preocupação de resgatar memórias silenciadas, de acolher traços e lembranças de experiências vividas em espaços de exclusão, com o olhar sempre atento às funções desempenhadas pelas mulheres, responsáveis por atos que disseminam a vida: gerar, cuidar, semear a vida em todos os sentidos. Não é por acaso que, em vários poemas da escritora, o cuidar do corpo seja tomado como motivação para a escrita, numa ação em que se acentua a retomada de marcas do trabalho forçado, deixadas no corpo, mas que impedem que ele seja capaz de exercer funções mais prazerosas. O corpo passa a ser visto como espaço de mudanças, como se expressa no poema “Para a menina”.

Desmancho as tranças da menina  
e os meus dedos tremem  
medo nos caminhos  
repartidos de seus cabelos

Lavo o corpo da menina  
e as minhas mãos tropeçam  
dores nas marcas - lembranças  
de um chicote traiçoeiro.

Visto a menina  
e aos meus olhos  
a cor de sua veste  
insiste e se confunde  
com o sangue que escorre  
do corpo - solo de um povo

Sonho os dias da menina  
e a vida surge grata  
descruzando as tranças  
e a veste surge grata  
justa e definida  
e o sangue se estanca  
passeando tranquilo  
nas veias de novos caminhos, esperança.  
(EVARISTO, 1998, p. 35).



O eu poético, como no poema “Vozes-mulheres”, recolhe lembranças penosas e amargas, ao cuidar da menina, desmanchando-lhe as tranças, lavando e vestindo o seu corpo, para expurgar os medos, as dores e as marcas que remetem a um passado atormentado por uma “anatomia política” e por uma “mecânica do poder” (FOUCAULT, 1977, p. 127).

No poema, novamente é a menina que figura a esperança em “novos caminhos” abertos em direção ao futuro, quando o corpo e os cabelos negros poderão construir significados distanciados dos forjados por uma sintaxe corporal em que cabelos, lábios, cor, cheiro e texturas corporais são denotados por estereótipos negativos. Nessa direção, é possível ver no poema “Para uma menina” a intenção de tirar do corpo negro as “lembranças de um chicote traiçoeiro” (EVARISTO, 1998, p. 35), para que ele possa vestir a “a veste farta, justa e definida” capaz de acentuar “os novos caminhos” possíveis ao sujeito negro.

É importante acentuar que, nos dois poemas, “Vozes-mulheres” e “Para uma menina”, a construção de um outro tempo mostra-se ressignificada pela esperança que se instala num corpo feminino, mais especificamente no corpo de uma criança, da filha que recebe a herança das gerações anteriores à sua para lhe dar um novo sentido. Recupera-se, também, nos dois poemas, a relação entre mãe e filha muitas vezes interdita durante a vigência da escravidão, uma vez que a mulher negra quase nunca podia cuidar de sua prole após o período da amamentação, porque voltava ao trabalho até mesmo antes do desmame, e a criança, ainda bem nova, era levada a exercer pequenos trabalhos, legitimando, assim, a autoridade dos senhores, donos dos seus escravos (MOTT, 1979). Como acentua Mott, o destino das crianças escravas era, portanto, definido pelo regime do dono de sua mãe e mesmo a tradição das amas de leite, das escravas que cuidavam dos filhos dos senhores, não alterou a relação das servas com os seus filhos pequenos, geralmente amarrados às



costas das mães, nos trabalhos na lavoura ou entregues a velhas e a meninas de seis a sete anos (MOTT, 1979).

Muitos traços da relação entre a mãe escrava e seus filhos revelam-se nos poemas de Evaristo, particularmente no modo como a poetisa acolhe os fatos, resignificando-os a partir de um olhar lançado sobre os destinos das mulheres. Ao recuperar as vozes-mulheres, ela permite que, em seus poemas, sejam registradas as memórias de personagens anônimas, cujas vidas estão marcadas por dados de uma história que, iniciada nos tempos do tráfico negreiro, distende-se a diferentes espaços da sociedade atual.

Essa trajetória pode ser acompanhada com a personagem Ponciá Vicêncio, do romance de mesmo título, publicado em 2003. A personagem Ponciá, em busca de significados que possam explicar a sua origem, aciona memórias e relatos de descendentes de africanos escravizados, lidando com desencontros, abandonos e rupturas, recuperando, de certo modo, traços da história dos que se ligam, histórica e eticamente, à grande massa de africanos escravizados trazida para o Brasil. Nesse romance e também em *Becos da memória* (2006),<sup>2</sup> expressa-se a intenção de recolha de memórias que transitam em espaços excluídos de forma oral, na maioria das vezes porque seus informantes não costumam ter acesso à escrita, já que ler e escrever, nesses espaços, é um privilégio de poucos.

Tanto em *Ponciá Vicêncio* como em *Becos da memória*, Conceição Evaristo vasculha a experiência de pessoas que habitam os espaços periféricos da cidade grande, mas que têm forte bagagem de memória nem sempre considerada pela História, porque esta, assumindo um outro movimento, acaba por deslegitimar o passado vivido (NORA, 1993).

---

<sup>2</sup> Na análise de *Becos da memória*, recupero, neste texto, muitas das observações que estão no texto do prefácio, de minha autoria, publicado como introdução ao texto do romance em 2006.



Vasculhar os rastros de lembranças resgatados pela voz, pelas histórias que transitam entre as pessoas simples é o que faz Evaristo particularmente no romance *Becos da memória*. O título já informa tratar-se de lugares por onde as lembranças ainda transitam, mais livremente, mesmo correndo o risco de serem esquecidas, porque, cada vez mais, impõe-se um silenciamento às histórias que passam de boca a boca, às experiências vividas por pessoas que ocupam os espaços periféricos nas grandes cidades. O silêncio imposto às experiências dos que vivem em lugares de pouca visibilidade, no mapa arquitetônico dos grandes centros urbanos, é, nesse romance de Evaristo, interrompido pelo cuidado com que a narradora resgata a vida dos habitantes.

A intenção de contar, em *Becos da memória*, a história de descendentes de escravos que migram para um grande centro, passando a ocupar o espaço da favela, pode ser posta em comparação com uma outra narrativa que trata de questão semelhante, ainda que a realidade enfocada seja a de um país das Antilhas francesas. O romance *Texaco*, de Patrick Chamoiseau, da Martinica, tal como *Becos da memória*, assume a tarefa de contar as histórias dos habitantes de uma favela que nasce no entorno de uma empresa petrolífera.

A favela Texaco será, de forma indireta, a responsável pela decisão da Prefeitura de demolir os barracos, sob a justificativa de que o local é insalubre. Ironicamente, é nesse lugar que a história dos descendentes de africanos escravizados está preservada, porque se mantém nos relatos que narram a existência do lugar e o que ele significa para os seus moradores.

A estória da favela Texaco, uma história coletiva, marcada pelas agruras da vida, ajuda a tecer os relatos das pessoas simples que habitam a região desde antes da chegada dos que somente se interessam pela exploração da riqueza do solo rico em petróleo e não têm nenhuma preocupação com os habitantes do lugar. Marie-Sophie Laborieux se encarrega de narrar a



história dos que vivem em sua comunidade e, por isso, conta ao representante da Prefeitura a história do lugar, valendo-se da única arma de que dispõe, a sua palavra, com a qual deveria “travar sozinha a decisiva batalha pela sobrevivência de Texaco” (CHAMOISEAU, 1993, p. 34).

Ao utilizar estratégia semelhante à de Chamoiseau, Conceição Evaristo procura, em seu romance, alçar do esquecimento as histórias dos habitantes de uma favela que tem traços bem próximos aos da favela em que ela, a escritora, viveu em sua infância. É pela capacidade de ouvir histórias, de prestar bastante atenção em tudo que seus olhos alcançam, que o acervo de memórias será salvo do esquecimento, pela decisão de guardar as histórias que ouvia, “as histórias que as mulheres, às vezes, contavam baixinho” (p. 44). O registro das memórias silenciadas faz com que os contornos do coletivo se reiterem, no romance de Chamoiseau e no de Evaristo, exibindo os gestos de uma escrita que se fortalece com as marcas deixadas no corpo, pela experiência vivida. Nos dois romances, o sujeito que assume a ação de narrar o que expressam as vozes excluídas sabe que o registro das experiências vividas pelos que sofreram os desmandos dos poderosos precisa expor as feridas abertas no próprio corpo e que, em razão disso, constrói-se não apenas como um alívio, mas também como denúncia. Por isso, como se acentua em versos do poema tomado como epígrafe a este texto, “recordar é preciso”, para salvar do esquecimento as histórias de vida que se cruzam nos espaços marcados pela pobreza e pelo abandono, registrando as mazelas, mas também a força das lembranças que precisam ser ouvidas e recontadas.

Evaristo, como Chamoiseau, sabe que sua tarefa de escritora está em se voltar a lugares em que a memória continua viva, porque se preserva na contação, na experiência significativa do narrar. Sua escrita colada na vivência, *escrivivência*, como a própria escritora acentua, certamente consegue deslocar o olhar





meramente contemplativo sobre o vivido, uma vez que o instiga a inscrever, nos relatos, o esforço dos que lutam por sobreviver em condições intensamente desfavoráveis.

No romance *Becos da memória*, anuncia-se um movimento narrativo marcado pela denúncia das mazelas de um projeto urbano que não conseguiu resolver a demanda dos excluídos e dos bolsões de pobreza que colocam em xeque o ranço positivista de *slogans* como “ordem e progresso”. A vivência da penúria não esmorece, todavia, o traço de sensibilidade que se mostra nesse romance e que também pode ser comparado ao tom assumido pela voz narradora de *Texaco*, quando deixa bem clara uma norma seguida pelos habitantes dessa favela: “nunca medimos a vida com o metro de nossas dores. Assim, eu mesma, Marie-Sophie, apesar da água de minhas lágrimas, sempre vi o mundo sob uma luz favorável” (p. 3).

Assim, nos dois romances, os dados de uma história maior, a de um aglomerado de barracos cambiantes, tecem-se com a experiência de pessoas expostas à extrema carência, mas que, contudo, não deixam arrefecer o desejo de continuar vivendo. É com esse esforço que escrever torna-se uma ferramenta útil para talhar o vasto painel de lembranças calcadas na “experiência da pobreza”, vividas por quem soube observar, com olhos atentos e sensíveis, os becos de uma coletividade favelada e os seus habitantes.

Em *Becos da memória*, Maria-Nova, a menina de olhar atento, retém as imagens que, mais tarde, a ajudarão a “contar tudo aquilo ali” (p. 35), a costurar as muitas histórias que ia costurando com os olhos muito atentos aos detalhes da contação. A escrita do romance, por esse processo, recupera os fatos recordados e acolhidos com a generosidade de quem pode observar a vida daqueles que formam o grande mosaico de excluídos, com o cuidado de preservar os dados de cada história, como a de Bondade, o narrador de histórias tristes, contadas “com lágrimas nos olhos” (p. 39), e de outras alegres, com as quais assumia a alegria das



crianças; ou como a experiência do Negro Alírio, que ajudava os companheiros a decifrar os deveres e as ordens que os diversos locais de trabalho dispunham para os operários; ou o modo como a Vó Rita distribuía com os outros seu coração generoso. Para se preparar, Maria-Nova seguia as palavras do Tio Tatão, quando lhe dizia ser “preciso ter os ouvidos, os olhos e o coração abertos” (p. 103), para guardar as coisas a serem contadas por ela.

No universo de vidas tão sofridas e de histórias talhadas em carências e abandonos, as ações são impulsionadas pelo amor disseminado na comunidade, pelos gestos singelos e comoventes que formam um lastro que acolhe os que têm fome e são expostos à violência e à doença que mina os corpos. Nesse contexto, a Vó Rita, Bondade e o Negro Alírio figuram como pessoas solidárias, preocupadas com o outro, que, por isso, irão aquecer o desejo de compor um livro com aquelas vidas que driblam a fome, sofrem com as tormentas da pobreza e com a brutalidade dos desmoronamentos causados pelas chuvas e pela chegada dos tratores que expulsavam todos das áreas a serem ocupadas por um outro tipo de construção.

É pelo olhar de Maria-Nova, que ficou “em seu barracão caiado de branco” (p. 167), quando quase todos os outros já haviam sido derrubados, que o leitor pode adentrar os espaços marcados pelos horrores da miséria, a grande doença que expulsa dos corpos a saúde e a esperança. É por seu olhar que a paisagem modificada pelos tratores que soterravam “os restos de barracos rapidamente” e pelas alterações deixadas pelas chuvas, responsável pelos desbarrancamentos (p. 119), é visitada.

É nesse cenário de abandono e de destruição que o Buracão se faz, metaforicamente, ameaça aos moradores, porque impedia que a vida pudesse ser como fora um dia, porque, como um perigo sempre exposto, como uma grande boca insaciável, engolia “bêbados e crianças distraídas” (p. 119). O grande buraco inverte a imagem do útero, porque se relaciona com o perigo para bêbados



e crianças e com a morte das vítimas sugadas por ele, como a de Cidinha-Cidoca, que não suportou os apelos do grande colo, cujo fundo se amaciava com plantas e lama e convidava a um sono de que não se acorda jamais. Metaforicamente, o Buracão ratifica na narrativa os sinais de morte que a pobreza exhibe todos os dias e, além dela, a certeza da expulsão para lugares mais distantes, talvez mais pobres ainda, que se concretizava com a presença dos caminhões, que “chegavam de manhã e até tarde da noite levavam as famílias” (p. 151). A morte anunciada pela miséria, pelo Buracão e pelos desmoronamentos provocados pela chuva toma forma na expulsão dos miseráveis, pois, certamente, acentuaria a pobreza que os acompanharia na nova morada.

O contraponto privilegiado pelo romance procura dar conta da fragmentação do cenário em que as histórias se passam. A fragmentação faz-se linguagem de um espaço social que não conhece as grandes avenidas, as ruas abertas em obediência a um plano arquitetônico. O recurso narrativo compõe, de certa forma, uma estética que se acentua com os elos que se vão formando à revelia de uma linha mestra, tal como os barracos que nascem procurando ocupar os parques espaços ainda não habitados. Não é o plano ou a planta-baixa que definem o processo narrativo privilegiado. É a necessidade de resgatar as histórias que as lembranças vão recompondo, muitas vezes associando pedaços de umas ao que sobra de outras. Os casos tristes e as cenas de alegria registram-se no esforço de narrar, e as palavras de ordem, ditas por algumas personagens, revelam a certeza de que, ao serem narradas as histórias de um tempo passado, a intenção de denúncia não se omite nos relatos de experiência.

Assegura-nos Walter Benjamin que “a experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorrem os narradores” (BENJAMIN, 1987, p. 198). Lamentando a morte da arte de narrar, o teórico alemão a considera expulsa das sociedades modernas e rarefeita até mesmo em enclaves étnicos de predominância



oral, com a intromissão dos aparelhos que, sedutoramente, silenciam as conversas e impõem sujeição aos corpos. O mundo da experiência comunicável fica cada vez mais pobre, porque se perde a sua dimensão utilitária e os contadores de histórias são substituídos por quem não consegue falar exemplarmente sobre suas preocupações mais importantes. Pensando num mundo em crise, o teórico alemão fixou-se no cenário devastado pela Segunda Guerra Mundial. Prisioneiro do lugar de onde emitiu a sua melancólica visão sobre a morte da narrativa de experiência, não pode registrar os espaços que, por injunções da própria modernidade, continuam a preservá-la.

Em *Becos da memória*, Conceição Evaristo procura restaurar esses lugares em que a palavra viva ainda circula, mesclada a outras linguagens que, ao mesmo tempo que desvelam as “memórias subterrâneas” (POLLAK, 1989), expõem-nas em suportes acessíveis somente aos que podem ler. Inscritas nesse conflito, as memórias recuperam cenas de vidas que preservam expressões de amor, afeto e compaixão. Sentimentos que, aos poucos, vão rareando nas relações entre os homens e sufocando brutalmente os restos de experiência comunicável que o romance valoriza. E a favela, resgatada pelo traço da escrita, mostra-se como o lugar em que viveram Vó Rita, Bondade, Negro Alírio, Maria-Velha e Maria-Nova, a colecionadora de histórias eternizadas pela ferramenta que propiciou contar tudo o que ela ouviu. “Contar as histórias dela e dos outros” (p. 35), para assumir o gesto que preenche as páginas do seu livro.

## ► Referências

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: \_\_\_\_\_. *Walter Benjamin: obras escolhidas – magia e técnica, arte e política*. 3. ed. Trad. de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 197-221.



CHAMOISEAU, Patrick. *Texaco*. Trad. de Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

EVARISTO, Conceição. Do velho ao jovem. In: SANTOS, Luiz Carlos; GALAS, Maria; TAVARES, Ulisses (Org.). *O negro em versos*. São Paulo: Salamandra, 2005. p. 72-73.

\_\_\_\_\_. Para a menina. In: RIBEIRO, Esmeralda; BARBOSA, Márcio; FÁTIMA, Sônia (Org.). *Cadernos Negros 21: poemas afro-brasileiros* São Paulo: Quilombhoje: Anita, 1998. p. 35.

\_\_\_\_\_. Recordar é preciso. In: \_\_\_\_\_. *Poemas de recordação e outros movimentos*. Belo Horizonte: Nadyala, 2008a. p. 9.

\_\_\_\_\_. Vozes-mulheres. In: \_\_\_\_\_. *Poemas de recordação e outros movimentos*. Belo Horizonte: Nadyala, 2008b. p. 10-11.

FIGUEIREDO, Luciano (Org.). *A era da escravidão*. Rio de Janeiro: Sabin, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Trad. de Ligia M. Pondé Vassallo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.

MOTT, Maria Lúcia B. A criança escrava na literatura de viagens. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 31, p. 57-68, dez. 1979.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, n. 3, 1989.



## ATÉ QUE OS OVÁRIOS NOS ACORDEM



*Carla Mühlhaus*

Como a intenção aqui é falar sobre o meu livro *À sua espera*, minha primeira investida na ficção, acho pertinente trazer o resumo do romance, que também pode ser chamado, sem sustos, de novela filosófica.

*À sua espera* contempla um ano na vida de uma mulher que, aos 35 anos, resolve que chegou, enfim, a hora de engravidar. Para ter total certeza de sua decisão, propõe-se a entender melhor o mundo que seu filho viria a conhecer, abandonando a leitura dos jornais e ingressando num grupo de estudos de filosofia. Através das aulas, em que toma contato com as ideias de Descartes, Bachelard e Kant, entendendo o mundo dito moderno, repensa toda a sua vida, ao mesmo tempo que dá a largada numa difícil cruzada rumo à maternidade.

Sabemos que ela é casada, que é escritora e que, no fundo, considera-se uma velha rabugenta que não digere bem as notícias dos jornais. Não sabemos seu nome. Ao entrar em contato com a filosofia e a dietética de Sócrates, no entanto, fica claro que ela, que se autointitula apenas “mulher”, quer deixar de ser velha – velhas não engravidam. Mas a maternidade, adiada por



questões profissionais e só agora liberada, não dá sinais de vida, o que faz com que a mulher entre em profunda crise existencial, reavaliando suas escolhas e refletindo sobre o mundo e a sociedade que a cercam.

Durante um ano de tentativas, em que se submete a vários exames que não apontam nenhum impedimento orgânico para uma gravidez, ela chega a algumas conclusões. Uma delas é que a metafísica está mesmo morta, já que a ciência parece ser, hoje, a única autorizada a se ocupar do homem, esse ser estranho e arisco a definições e frascos. Entende também que é preciso muito esforço para conquistar e garantir a própria liberdade. Aprende com Kant a respeitar limites e com Foucault a buscar rotas de fuga e felicidade.

Nesse caminho, em que repensa seus paradigmas, seus valores e sua família, ela acaba descobrindo outras fontes de fertilidade. Ao se negar a fazer uma inseminação artificial, percebe que ter controle sobre suas próprias escolhas é o que faz de alguém uma pessoa e não um ventríloquo. E, ao decidir, depois de um ano de frustrações e abalos no casamento, optar pela adoção, encontra finalmente a paz – aquele sentimento leve que estava o tempo todo num lugar muito calmo, ao nível do mar. Fácil de ver, difícil de enxergar. A mulher enfim entende que não ser capaz de dar vida a alguém não é, surpreendentemente para as clínicas de fertilização, sinônimo de morte.

Esse é o resumo do meu livro. Na orelha, o crítico Paulo Roberto Pires escreve o seguinte:

Fran Lebowitz, a genial humorista americana, diz que a bizantina discussão sobre as vozes feminina e masculina na literatura começa e termina no telefone: elas são diferentes e ponto. O que não quer dizer que os senhores escritores tenham que porejar testosterona à cada parágrafo e às mulheres esteja reservada a clichéria da delicadeza e as epifanias de salão. Carla Mühlhaus sabe bem disso e





não dá trégua ao mundo cor de rosa em *À sua espera*, novela poderosa com que estreia na ficção. Sua protagonista, a 'velha', tem trinta e cinco anos e 'ovários sonâmbulos'. Sofre na carne a proximidade dos limites que sociedade, família e ela mesma estabelecem para a maternidade, vista como um idealizado estado de realização existencial. Certa de que 'o que diferencia uma vida interessante de outra enfadonha é a natureza de suas perguntas', a 'velha' mergulha em aulas de filosofia menos em busca de respostas do que de levar ao limite dúvidas e hesitações. E, assim, procura determinar o que é de fato vital em sua vida.

Eu, de fato, jamais dei trégua ao mundo cor de rosa, como suspeitou Paulo Pires. Até o relógio bater os 35 anos, temida fronteira da infertilidade, eu nem sequer me autorizara a me apresentar, como nesse livro, de boca aberta e peito erguido: "mulher". A feminilidade e a maternidade eram caprichos que viriam, se desse tempo, depois que todas as conquistas profissionais e pessoais fossem alcançadas. Eu não sabia, mas havia estabelecido para mim mesma metas praticamente irrealizáveis. Ao vinte, por exemplo, já deveria ter o meu próprio apartamento e o meu carro. Deveria ter passado para uma universidade federal, porque não queria depender do dinheiro da família para nada. Aos trinta, toda a minha carreira deveria estar no seu auge de exuberância e prosperidade. Era como se, depois dessa idade, não adiantasse mais correr atrás de nenhum prejuízo. Eu traçara um caminho bem masculino tradicionalmente, o de desbravar e conquistar o mundo lá fora. Nessa maratona, as chupetas estavam banidas, sem chance de apelação. O mundo de dentro que esperasse.

Posso dizer que custou caro essa conta. Nesse orçamento vital ficou faltando, nas listas mensais, perguntar-me seriamente se eu estava seguindo as minhas próprias decisões. Hoje, depois de ter lançado esse livro e de ter tido uma filha, Alice, percebo a falta de clareza que pode ter embaralhado não só o meu



direcionamento, como também o de muitas mulheres. O horizonte ficou borrado justamente porque tirei o cor de rosa do armário e vesti o uniforme da mulher trator. Sem trégua, sem descanso. Mulher autômato. Escrevo assim num determinado momento do livro:

Sentia-se uma estranha a si mesma, agora que não mais vestia fantasias. Não mais um robô criado para fins estritamente profissionais, tampouco uma garota romântica com uma dificuldade quase intransponível de descer os pés ao chão. Era ela, a mulher, aquele ser estranho do qual tanto se esquivara. Aquele ser que, ao ouvir de sua mãe, conversa ao redor de panelas, que homens não deveriam existir, freou um dia os fundilhos como quem puxa subitamente as rédeas de um cavalo. Era esse ser estranho e retaliado que agora retorcia o corpo na tentativa de sair da casca.

E foi só quando saí da casca na vida real, ou seja, quando aceitei que sim, eu *também* queria, além de tudo, ser mãe, que escrevi o que considero o meu melhor livro até hoje. Como numa ironia do destino, foi só quando abri espaço para o lado cor de rosa da vida que conquistei os meus prêmios internos de realização profissional. Estudar filosofia e tentar engravidar, para mim, apareceram como duas rotas de liberdade. Foram dois anos de tentativas e de medo de ter perdido o bonde, de ter esperado demais. De fato, quase perdi a chance, mas, literariamente, foram os dois anos mais férteis da minha vida.

Ao cabo desse tempo, decidi que não faria uma inseminação artificial e não estava confortável com a ideia de adotar, portanto seria bem provável que eu jamais soubesse, numa vida sem filhos, o que estaria perdendo. E agradeço todos os dias por hoje saber o que representa a sorte grande da maternidade. Por isso me pergunto, numa espécie de medo tardio, se terá sido um bom negócio adiar tanto uma decisão tão importante na vida de qualquer mulher. Será que o risco compensa? Valeu a pena?



Só posso dizer que sim. Enquanto nem sequer pensava em filhos, conquistei uma profissão, construí uma carreira, fiz mestrado, viajei, exerci a minha liberdade. Atualmente, curso outra pós-graduação, tenho quatro livros publicados e a certeza de que realizei, por tabela, sonhos que a minha mãe não ousou sonhar. Ela se casou bem mais cedo, engrenou três filhos e deixou a vida profissional em suspenso. Hoje tem cinco netos, está sempre ocupada com tudo o que gerenciar a vida nos ocupa e não sabe o que perdeu da vida lá fora.

É tarefa inglória medir a felicidade alheia, mas suspeito que a vida tenha mais vantagens do meu lado do balcão, herdeiro de conquistas feministas e, portanto, mais bem provido de escolhas. E é por isso que, para falar do meu livro, estou fazendo um relato tão pessoal. Porque, quando comentei que vinha para esse evento, num almoço de família, a mesa inteira deu risada. Acharam muito engraçado um evento feminista e riram como se eu estivesse indo me encontrar com hienas roxas epiléticas. Eu estava em casa. Ou melhor, na casa dos meus pais, reduto de minhas marcas e valores, em companhia de pessoas estudadas e bem informadas. Eu estava, ainda, em pleno século XXI, depois de ter lançado o meu livro, no qual considero ter sido até violenta com algumas verdades (algumas verdades precisam ser violentas), num ambiente que poderíamos chamar de machista. Num espaço onde se reunir para debater questões de gênero é movimento reduzido a motivo de piada, como qualquer ameaça marginal a um sistema social estabelecido.

É mais fácil rir do que pensar. É mais simples subestimar a questão do feminismo como um movimento ultrapassado do que realmente olhar, com uma pequena curiosidade que seja, para a pergunta: estão as mulheres hoje onde desejavam estar há algumas décadas? E mais: são elas felizes nessa busca? Alguém as escuta *de verdade*?



São essas as perguntas que acabei fazendo no meu livro, e me interessei mais pela reflexão do que pelas respostas. Levei ao limite, de fato, a tensão entre razão e sensibilidade. E cheguei à conclusão de que o caminho do meio é sempre o mais difícil, exatamente por ser o melhor.

Eu, por exemplo, sempre trabalhei em casa, escrevendo sozinha no meu escritório. Depois que a Alice nasceu, no entanto, há pouco mais de um ano, a utilidade daquele espaço foi rapidamente reduzida a guardar brinquedos, não só porque o apartamento não é muito grande, mas também porque perdi aquele canto criativo. Com a minha filha em casa, nada que rondasse o meu computador e meus papéis era mais interessante do que estar com ela. Tive que fugir para uma sala comercial perto de casa e só assim consegui recuperar o fôlego produtivo, e num ritmo bem mais modesto. Corri o risco muito comum de parar de trabalhar nesse momento da vida, o que aconteceu com algumas amigas e conhecidas minhas.

Leio então, na revista *Marie Claire* desse mês, que a volta ao lar depois da maternidade é uma tendência tão forte nos Estados Unidos que virou tema de *blogs*, de *sites* e de uma reportagem de capa do *The New York Times*. Diz a matéria que, para Sheryl Sandberg, executiva do Facebook e autora de *Faça acontecer* (Cia. das Letras), um dos motivos do recuo das mulheres depois da maternidade é o fato de, apesar das lutas feministas, nunca estarmos em pé de igualdade com os homens no mercado de trabalho. Some-se a isso a PEC das domésticas aqui no Brasil, e o quadro, de fato, não é dos mais estimulantes. A escritora e feminista Rosiska Darcy, recém-eleita membro da Academia Brasileira de Letras, na mesma reportagem, lembra que precisamos de novas políticas empresariais e públicas que permitam às mulheres fazer uma reengenharia do tempo e equilibrar a vida profissional e privada. Darcy lembra que “a mulher entrou no mercado de trabalho fazendo de conta que a vida de casa não existia,



escondendo isso como se fosse um defeito”, e completa: “o desafio contemporâneo não é só um problema de divisão do trabalho entre marido e mulher, mas de toda a sociedade”.

Eu diria mais: é um problema da humanidade, uma questão que abrange o que consideramos ser um sujeito, uma pessoa autônoma, alguém, enfim, que pode fazer de verdade suas próprias escolhas. Um problema enfrentado pela filosofia, com Foucault escrutinando todos os recantos hermenêuticos de um homem tolhido por convenções sociais, políticas e jurídicas, por exemplo. Ser livre é criar suas próprias leis e traçar a própria rota, sem pensar no que os outros, todos os outros, dentro e fora de casa, vão achar. É recuperar o aforismo do Templo de Delfos: “Cuida-te”. O equipamento humano, afinal, é uma construção filosófica. E aqui peço licença, mais uma vez, para deixar o meu livro falar por mim:

Sabia ser uma fissura entre o real e o simbólico, sabia ser a existência uma insistente categoria do pensamento, sabia que ser livre dava muito trabalho. Sabia não haver bem nem mal no mundo da molécula, sabia ser recomendável respeitar o mundo da física, mas também sabia ser a depressão nada mais nada menos que um vale profundo, um entreabismos, fenda aberta com direito a longos ecos de pedidos inúteis de socorro. Sabia principalmente sentir-se deslocada, serzinho contemplativo num hábitat ativo por excelência. Quando se dava conta de tal despropósito pensava em encher a cara, mas até pra isso tinha preguiça nos gestos lentos. Pensava então em parar com o curso e tentar brincar de casinha, mulherzinha esperando o homem cansado chegar em casa, papinho cri-cri conteúdo crianças e criados, vestidinhos juvenis em corpo de mulher adulta, babados e golas coloridas fora de hora, beicinhos fúteis. Sentia enjoos e não era de gravidez.

Está aí. Talvez eu já fosse feminista sem saber. Se posso dizer que acredito em alguma coisa, é no uso moderado do cor de rosa.



# LIBERDADE E AUTONOMIA NAS INTERAÇÕES *ON-LINE*<sup>1</sup>



*Iara Beleli*

## ► Introdução

Simulação de identidades, isolamento e fuga da realidade são alguns eixos que têm desenhado o debate em torno da utilização das mídias digitais, muitas vezes indicando que o “vício” na internet é uma forma de fugir do convívio social, o que geraria um processo de maior individualização. Castells (2001) aponta que a atividade social *on-line*, no limite, pode modificar substancialmente aquilo que conhecemos como formas de sociabilidade que implicam encontros face a face. Para o autor, a interação social através da internet é baseada no individualismo, que coloca em segundo plano as interações com a família e no trabalho, o que ele chama de “privatização da sociabilidade”.

É inquestionável que a internet possibilitou novas formas de interação, questionando, e alterando, as conhecidas noções de tempo e espaço (LÉVY, 1999), o que levou a perguntar também

---

<sup>1</sup> Este texto é resultado de uma pesquisa em andamento financiada pela SPM/CNPq. Agradeço os preciosos comentários de Valério Simoni e Richard Miskolci.



sobre a reconfiguração das relações sociais a partir da mediação tecnológica. Em artigo visionário, escrito há quase vinte anos, momento em que a internet apenas iniciava sua popularização, Margareth Rago (1998) já se perguntava sobre os impactos da tecnologia nas relações entre as pessoas:

para onde caminhamos em termos de comunicação e de sociabilidade? Para um total isolamento e atomização, para o recolhimento seguro na esfera da vida privada e da intimidade, protegidos pelas máquinas e pelo telefone? Ou estamos vivendo uma intensificação das relações interpessoais e uma quebra das barreiras sociais, individuais e sexuais? (RAGO, 1998, p. 40).

Apesar de não ter respostas, a autora nos conduz a pensar se a mediação tecnológica desestabiliza antigas referências morais.

*Denise está chamando*,<sup>2</sup> filme analisado pela autora, aborda a geração pré-redes sociais. A narrativa inicia no dia seguinte a uma festa frustrada, seguida de uma sucessão de ligações, cujos personagens vão se envolvendo através do telefone e das mensagens deixadas na secretária eletrônica. Denise, única personagem que se desloca pela cidade de Nova York, está grávida por inseminação artificial e “conhece” o doador do sêmen através do telefone, criando certa intimidade com o pai do seu filho até o momento do parto, quando, através do celular, transmite a experiência de dar à luz. Os outros personagens, em uma espécie de “comunidade virtual”, estão em compasso de espera telefônica para acompanhar o desenrolar dos acontecimentos. Paralelamente, uma mulher grava seu grito de morte na secretária eletrônica de uma amiga, após um acidente brutal, no mesmo momento em que um casal experimenta fetiches sexuais, cujo aparelho telefônico transmite, e faz parte de, certo prazer erótico.

<sup>2</sup> *Denise Calls Up*, roteiro e direção de Hal Salwen, fez muito sucesso no Brasil em meados da década de 90.





Naquele momento, meados dos anos 90, as relações mediadas pelo telefone sugerem os não encontros, gerando uma sensação de segurança, estranhamento e certa alienação. Mas vai além da ficção: o “disk sexo”, popular nesse período, atormentava os pais, que se empenhavam na contínua revisão das contas telefônicas como forma de regulação da sexualidade dos jovens. Na primeira década do século XXI, o que era apenas uma voz que, no atravessar dos fios, criava relações é ampliado pelo avanço das tecnologias de comunicação interpessoal, agregando imagens via fotos e *webcams*, que alimentam imaginações. Nessa ampliação, o aspecto confessional do antigo telefone é ressignificado, possibilitando certo exibicionismo, como mostra o filme *A rede social*,<sup>3</sup> sobre a história do Facebook. Sensações de alienação ou perdas se esvaem no imaginário do *on-line* e do “tempo real” e, como sugere o filme, passam a adquirir um valor fetichista, cujas noções “presencial” e “simulação”, em alguns contextos, podem ser percebidas como sinônimos.

Algumas questões, inspiradas em Margareth Rago, norteiam este texto: será que as “máquinas” protegem nossa intimidade ou asseguram um lugar de autonomia, de modo que deixamos ver apenas aquilo que queremos parecer? Em que medida as relações mediadas pelas tecnologias permitem a “dissimulação” dos marcadores de diferença (gênero, raça/etnia, geração, estatuto de classe), reforçando a ideia da inquestionabilidade dos sentimentos que sustentam a escolha individual? A partir da etnografia realizada nos últimos dois anos, seguindo os sujeitos pelos *sites* de relacionamento,<sup>4</sup> proponho refletir sobre uma

<sup>3</sup> Roteiro de Aaron Sorkin, adaptado do livro *The accidental billionaires*, escrito por Ben Mezrich, e direção de David Fincher. O filme chegou ao Brasil em dezembro de 2010.

<sup>4</sup> O campo foi iniciado no *Par Perfeito*, apresentado em variadas mídias como o maior *site* de relacionamento do Brasil, mas, no decorrer da pesquisa, percebi que os/as usuários/as não só circulavam por outros *sites* similares, mas também ativavam as relações via redes sociais, a exemplo do Facebook.



questão cara aos movimentos feministas: liberdade/autonomia. Duas questões se interconectam: a primeira é se a mediação tecnológica propicia a redefinição das relações entre as pessoas; a segunda remete à hipervisibilidade como um mecanismo de controle, na medida em que a circulação por diferentes *sites* e redes sociais aumenta a “vigilância” sobre potenciais parceiros/as, ao mesmo tempo que se deixam vigiar.<sup>5</sup>

Com a popularização da internet,<sup>6</sup> proliferam *sites* específicos para “namoro”, enfatizando desde a procura por amizade até encontros sexuais, particularmente das pessoas com mais de trinta anos. Segundo o Ibope Media, em abril de 2013, os *sites* de encontro, *dating* e namoro atingiram o total de 6,6 milhões de visitantes, representando um aumento de 14% comparado ao mês anterior (<<http://www.ibope.com.br/>>). Boa parte dos *sites* de relacionamento de “encontros” alude, na sua própria nomeação, à busca “do complemento”, da “alma gêmea”, aparentemente livre de motivos interesseiros. Como apontam muitos usuários/as, o “amor de verdade” não poderia se valer das estratégias de mercado. O campo é marcado pela intertextualidade, onde convivem conteúdos veiculados pelas variadas mídias que se retroalimentam (MCLUHAN, 2008). Essa retroalimentação faz com que as propriedades “da internet” não lhes sejam inerentes (MILLER; SLATER, 2004). Nesse sentido, a criação de perfis não

<sup>5</sup> “Vigilância” é aqui tomada a partir de Foucault (2011), que mostra como as “tecnologias de poder” podem ser aplicadas em contextos diversos, para além do sistema penal, incluindo a “socialização” dos sujeitos.

<sup>6</sup> Segundo o Ibope Media, o acesso à internet no Brasil atingiu 85,3 milhões de pessoas no terceiro trimestre de 2012, representando um aumento de 2,4% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. O Brasil ocupa a terceira posição em quantidade de usuários ativos na internet (52,5 milhões), perdendo para os Estados Unidos (198 milhões) e Japão (60 milhões) e passa para o primeiro lugar no que toca ao tempo de acesso de cada internauta. Dados de dezembro de 2012 apontam que os brasileiros gastaram em média 43 horas e 57 minutos navegando na internet, seguidos da França (39 horas e 23 minutos) e Alemanha (37 horas e 23 minutos) Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/>>.



é algo que possa ser pensado como um afastamento da “realidade”, de modo que, no revés do real/virtual como construções em separado, aspectos corporais e psicológicos, percebidos como mais aceitos socialmente (ZHAO et al., 2008; BELELI, 2012), podem ser acionados no *continuum on-line/off-line*.

Diferente de um campo marcado, situado, explorar etnograficamente as relações e os processos cotidianos que se formam na internet requer o acompanhamento dos fluxos, que, embora parta do que acontece *on-line*, “abre a possibilidade de se obter um entendimento reflexivo do que significa ser parte da Internet” (HINE, 2000, p. 10). Uma importante estudiosa do campo da cibercultura apontava que a tecnologia permitiria “experimentações de identidade” (TURKLE, 1997). Em trabalho mais recente, a autora faz um alerta sobre a “solidão” acarretada pela conexão intermitente, que produziria o “simulacro da intimidade” (TURKLE, 2011, p. 1).<sup>7</sup> Essas questões não foram postas diretamente para os sujeitos desta pesquisa, mas as entrevistas *on-line* e *off-line* oferecem algumas pistas.

## ► Liberdade/autonomia

A utilização das tecnologias de comunicação tem crescido nos últimos dez anos para os relacionamentos íntimos, vide a segmentação dos *sites* voltados para o “mercado amoroso”. Segundo Zafra (2010), as mulheres, cada vez mais, estão conectadas em seu “quarto próprio”, (re)criando *performances* identitárias. E, se o corpo pode ser dissimulado, a imaginação de sua presença é ampliada pelas descrições físicas e psicológicas, de si e do outro desejado (BELELI, 2012).

Mas o que as tecnologias ajudam na questão da liberdade, autonomia e mudança de certa moral, que, por muito tempo,

---

<sup>7</sup> Sobre a obra de Sherry Turkle, ver a excelente resenha de Rüdiger (2012).



tem apontado normas de comportamento, sugerindo feminilidades e masculinidades apropriadas, mesmo em relações heterossexuais? Para refletir sobre como a autonomia das mulheres aparece no contexto desta pesquisa, é necessário problematizar o pensamento dicotômico dominação/subordinação – legado importante do campo de estudos de gênero – e perceber como as “diferenças” – particularmente classe, gênero e geração – se articulam (BRAH, 2006; PISCITELLI, 2008) tanto na construção de um perfil quanto na eleição de seu “par ideal”.

A maioria dos sujeitos envolvidos nesta pesquisa<sup>8</sup> aponta que um dos motivos que os levaram a buscar relações via *sites* de relacionamento é o anonimato, que ganha centralidade nas narrativas, particularmente das mulheres. Para Fernanda – professora de inglês, 38 anos, divorciada, mãe de um menino de 11 anos, olhos e longos cabelos castanho-escuros, “*um pouco acima do peso*”, como ela mesma diz –, buscar alguém fora dos meios convencionais causa estranhamento, mas, ao mesmo tempo, lhe dá liberdade de escolher entre os vários perfis sem a vigilância dos amigos ou parentes e sem ter que ouvir perguntas ansiosas no *day after*: “*e aí, deu certo?*”, “*como foi?*”, “*ele é legal?*”, “*o que ele faz?*”, “*já marcaram outro encontro?*” Ela acredita que sua busca anônima lhe protege também da exposição pública do possível fracasso, entendido como não ter um namorado estável por muito tempo, após oito anos do divórcio. Não ter um namorado estável faz parte de uma pressão familiar que ela afirma driblar com os “encontros” na internet. Ao mesmo tempo, ela qualifica

---

<sup>8</sup> Neste texto, privilegiei entrevistas e interações *on-line* com 16 mulheres e nove homens entre trinta e cinquenta anos, que moram ou trabalham na cidade de São Paulo. Para preservar suas identidades, os nomes que aparecem no texto são fictícios. Elas e eles estão inseridos em classes sociais favorecidas, têm curso superior, trabalham em serviços públicos ou são profissionais liberais. Todos se declaram “brancos” (exceto uma “morena”) e heterossexuais. As entrevistas foram realizadas entre agosto de 2010 e outubro de 2012 em lugares públicos ou em suas residências. As interações *on-line* também foram realizadas nesse período.



esse tipo de busca como “*fora do padrão*”, mas é justamente o não convencional que lhe permite um sentimento de liberdade – “*de ser eu mesma*”. Liberdade aqui está estreitamente ligada à autenticidade. No entanto, a análise de Fernanda sobre seus potenciais parceiros está orientada também pelas buscas em espaços tidos como convencionais:

*[...] acho que aí está o problema... porque as pessoas que eu me relaciono a maioria são separadas também. Acho que os caras que eu procuro na faixa dos cinquenta anos estão em busca do tempo perdido, porque eles acham que quando estavam casados, estavam perdendo tempo. Então não estão querendo grandes compromissos. Eu não tô falando que eu não quero compromisso. Eu não quero casar, assim. Morar junto não! Mas eu quero alguém assim para namorar, entendeu?!... eu já casei, já tive filho, já fiz minha parte, agora eu quero outra coisa... mas os homens dessa idade parece que não sabem viver assim, ou querem casar ou querem ir logo para o sexo... essa coisa de recuperar o tempo perdido de quando estavam casados... sexo é importante na vida... mas para que alguém me atraia sexualmente preciso de mais coisas do que um rosto ou corpo bonito... preciso ver que tem algo mais além disso... o que me atrai é o conjunto e acho que a internet favorece que eu possa investigar esse conjunto.*

“*Já fiz minha parte*” remete a um projeto de casamento e filhos, o qual Fernanda atribui, menos do que a um desejo pessoal, à pressão de uma família judia: “*estar com alguém protege*”, uma prescrição familiar narrada de forma recorrente também por entrevistadas que se situam como próximas ao catolicismo, ao protestantismo, ao candomblé. Fernanda parece apostar em uma forma de relacionamento que se afasta do casamento como opção imediata, assim como “*ir logo para o sexo*”. Muitas narrativas apontam que “*começar pelo sexo acaba com o romantismo*”, cuja difusa definição remete ao conhecimento do outro. Não há aqui um julgamento moral sobre mulheres que falam de sexo nas primeiras interações *on-line*, algumas admitem procurar homens na



internet já predispostas ao intercuro sexual, mas “*por experiência própria*” sabem que será difícil a continuidade do relacionamento.

A liberdade de escolher quem se enquadraria ou não em uma relação duradoura se aproxima da ou coincide mesmo com a autonomia de poder “avaliar” e escolher o parceiro:

[...] *aqui eu sou livre para falar com quem quiser... com quantos quiser, posso marcar um encontro ou simplesmente continuar conversando sobre vários assuntos... conhecer a pessoa antes pode me livrar de decepções, além do que eu não perco meu tempo me arrumando, saindo num dia de chuva para ir a um bar e chegar lá e não encontrar ninguém que me interesse minimamente... quando marco encontro com alguém que conheci na internet, já tenho alguns dados da pessoa, é meio caminho andado!* (Marília, 43 anos, “branca”, gordinha, olhos grandes caramelados, cabelos castanhos curtos e encaracolados, advogada).

Avaliação e escolha se encontram na lógica da liberdade, que permite burlar padrões de beleza informados pelas variadas mídias e certa resignação de estar todo o tempo em uma vitrine para ser escolhida. Na internet, essas mulheres acedem à lógica da abundância, percebida como “naturalmente” masculina. Um exemplo no contexto estudado é o ato de “caçar” – comportamento atribuído aos homens e naturalizado como constituidor de masculinidade, inclusive em cenários homoeróticos (MISKOLCI, 2013). Para essas mulheres, a internet permitiria driblar a “virilização” que, pensada como inerente ao “caçador”, as afastaria de modelos de feminilidade ainda valorizados na intertextualidade de variadas mídias que também compõem a internet.

Muitas entrevistadas narram a angústia da espera de que o outro faça o movimento, mas *sabem* que, se tomarem a iniciativa, serão *julgadas*. A necessidade de driblar a “virilização” aponta para uma questão central deste texto: qual é o limite da liberdade? Fernanda se diz uma mulher “livre”, mas sua liberdade *como mulher* está informada por pressões de várias ordens:



[...] me lembro de um filme que a família tentava convencer uma mulher recém-separada e com dificuldade para encontrar um namorado a ir buscar na internet... foi bem legal e ele passou no momento em que eu também me separei, acho que isso me despertou para a internet... claro que lá deu tudo certo, é filme né?, mas também acho que tem diferenças... a atriz do filme é linda, magra, alta... e foi trocada por uma vinte anos mais nova, eu sou gorda e decidi que não precisava ter um traste de marido. (Fernanda).<sup>9</sup>

O projeto de casamento aparece como uma regulação que, de certa forma, os sujeitos aprendem e internalizam, de modo que a liberdade de escolha não está livre das expectativas sociais (GOFFMAN, 1983<sup>10</sup>), o que acontece já na criação do perfil, autorregulada no jogo de mostrar/esconder atributos corporais e psicológicos mais valorizados socialmente. “O que se espera de uma mulher” aparece nas narrativas como um fantasma que pode orientar as ações, o que Mahmood (2006) chama de “liberdade normativa”. Nessa linha de argumentação, não fazem sentido as discussões largamente propaladas pelos *media* sobre o que é falso ou verdadeiro na internet, tampouco a intencionalidade do engodo, como afirma Fernanda:

*eu não vou dizer de cara que sou gorda... eu mostro o melhor de mim, eu não me arrumo para ir a uma festa? No geral uso preto para disfarçar o volume... então, na internet é a mesma coisa... eu faço várias fotos e escolho a que eu pareço menos gorda, tem um truque, peço para alguém subir em uma cadeira e tirar a foto de cima... aí eu fico diluída no ambiente.*

<sup>9</sup> Referência ao filme *Procura-se um amor que goste de cachorros* (*Must love dogs*), dirigido por Gary David Goldberg, lançado no Brasil em 2004.

<sup>10</sup> Sinais corporais e comportamento evidenciam o *status* moral dos sujeitos, cuja “passividade”, “docilidade” – tidos como atributos da “boa” feminilidade, antes tomados aprioristicamente, atualmente podem estar sujeitos a certa interrogação.



Essa narrativa aponta para a negociação da subjetividade em diferentes espaços, incluindo o digital, como afirma Brickell (2012) ao analisar outro contexto de interação *on-line*.

Na negociação de subjetividades, também há a expectativa de controle sobre o/a potencial parceiro/a, garantindo algumas certezas antes do primeiro encontro face a face. As mulheres aqui entrevistadas buscam garantias de uma “parceria” que se afasta do projeto de casamento por elas já vivenciado ou imaginado a partir da convivência com os pais e amigos. A “escolha” possibilitada por essas tecnologias é, de fato, seleção.<sup>11</sup> A busca pelo que é socialmente reconhecido como “bom”, “bonito”, é também operada pela sua inserção de classe. Para elas, alguém com capital social e cultural similar poderia melhor entender o sentido da proposta de “parceria” e seu projeto mais individual e menos “familista”, o que restringe a noção de escolha ampla, diferente do que afirma Illouz (2007).

Se a narrativa dessas mulheres complexifica a ideia de que as normas encapsulam os sujeitos, sem levar em conta como distintas normas são decodificadas em diferentes contextos, outros depoimentos acentuam um olhar “estático”. Bruno – quarenta anos, solteiro, empresário na área de transportes, pele clara, olhos e cabelos castanhos muito curtos – tem projeto de casar e “*formar família*”, ele diz adorar crianças, mas também sente a pressão familiar, principalmente da mãe, que gostaria que ele não ficasse “*desamparado*”. De um lado, ele acredita que os *sites* de relacionamento o ajudam, principalmente, a superar a baixa autoestima. Entre lamentos sobre sua condição financeira atual e melancolia de outros tempos, Bruno deixa ver uma masculinidade afetada pelas mudanças corporais (ele se vê “*meio desleixado*” atualmente) e financeiras.

---

<sup>11</sup> Agradeço a Richard Miskolci por ter me chamado a atenção para este ponto.





Assim, antes de um encontro face a face, ele quer garantias de que não será rejeitado, por isso exagera na descrição dos seus “defeitos”: *“não escondo nada, digo logo o carro que tenho, que estou acima do peso e para selecionar os perfis que me interessam... eu vejo logo do que ela não gosta e aí já descarto”*. Interessante notar que a marca do carro e a descrição corporal aparecem imiscuídas, o que é coerente com sua crença de que as mulheres valorizam *“corpos sarados e carros importados”*. Num primeiro momento, a seleção de Bruno é pautada por características que mais lhe interessam – *“beleza não é fundamental, mas prefiro mulheres magras”* –, mas o que define, de fato, sua investida é o que elas escrevem nos perfis sobre o que gostam nos homens: *“se ela escreve que quer um homem sarado, aí eu já pulo fora, porque sei que não terei chance”*. O estudo meticuloso dos perfis das mulheres não impede o desabafo de Bruno sobre encontros que não têm continuidade:

*‘puta, a noite foi muito legal, legal ter te conhecido’, tal, mas muitas não continuam. Não sei por que... as próprias mulheres falam que elas recebem... sei lá, mil contatos, elas recebem muito mais do que a gente. Então, desses mil, eu sou privilegiado. É seleção... é uma empresa. Aí to nos cinquenta selecionados... Mas daí o zé bonitinho da vida, no dia seguinte chega pra ela e também convida pra sair, fica tenso. Elas somem! Eu fico arrasado... é, parece uma empresa, você... foi mais um no currículo dela. Ou ela foi mais uma no meu currículo. E não foi... eu fico assim ‘ela não ligou..., nossa, ela não me escolheu...’ Depois de três, quatro dias, passa... é como se você tivesse conhecido... na balada. E aí você fica P... da vida. Por quê? Ora, fiquei não sei quantas horas conversando com ela... deixei de fazer várias coisas para ficar falando com ela na internet... é um sentimento de frustração... é uma seleçãozinha de empresas. Aí chega no final... é aquela história, a empresa nem te liga pra te avisar que você não passou... Então a mulher é a mesma coisa. Ela nem te liga pra falar: ‘ó, você foi dispensado, fica pra outro dia’. Uma vez uma me disse que a gente podia ser amigos... bobagem! O Par Perfeito só tem um sentido pra mim, um único: conhecer alguém. Nem que seja para..., desculpa a expressão, tirar atraso, ou para realmente*



*namorar alguém, ter um compromisso mais sério... não busco amizade, nunca busquei.*

A narrativa de Bruno aponta para a “fria” e “cruel” lógica capitalista da abundância, da escolha ampla, do valor, da competição e do desempenho, o que inibiria sentimentos românticos, dado o “excesso de informação” (ILLOUZ, 2007, p. 217). Mas vai além: Bruno parece mais preocupado com as possibilidades (liberdade?) de escolha das mulheres, que, com a internet, parecem aceder à lógica da abundância, o que o colocaria como mais um na competição.

A lógica da abundância também pode ser refreada pelos atributos raciais. Sara – 48 anos, enfermeira, cabelos alisados, olhos grandes e pretos – é a única entrevistada que marca sua cor “morena” e as dificuldades encontradas para conseguir ter uma “*carreira bem-sucedida*” em um hospital público. Sara reflete sobre sua passagem pela internet:

*Fiz tudo o que o site indicava, preenchi o perfil, coloquei fotos, mas percebi que não era muito acessada e aí resolvi fazer um teste... tirei a foto do perfil e choveram e-mails e chamadas para o chat on-line... é, minha cor não ajuda, as pessoas têm resistência aos pretos, parece que ainda temos que provar que somos tão bons quanto qualquer branco para qualquer coisa, inclusive para namorar...*

Contra a recomendação dos sites sobre a importância de ter a foto no perfil, Sara aposta em longas interlocuções *on-line* antes de mencionar sua “cor”, uma estratégia bem-sucedida com seu atual namorado (segundo ela, também “moreno”) que “conheceu” antes de se deixar ver por uma imagem no *Par Perfeito*:

*[...] aí ele já estava se interessando por mim... a gente tinha os mesmos gostos, planos de viagem... ele também tinha saído de um casamento ruim. Talvez se ele tivesse sabido da minha cor antes, ele não teria interesse... para mim, a internet permitiu isso, conhecer antes e se mostrar depois...*



Sara acredita que a criação de certa intimidade foi fundamental para “amenizar” seu excesso de melanina e acredita que o fato de o namorado ser também “moreno” não é um fator de aproximação; como ela diz, “*até os morenos preferem mulheres mais claras*”. Sara estende sua reflexão para além do fato de ela ser “morena” e afirma: “*saber tudo sobre o parceiro antes do encontro face a face é pouco romântico, onde fica a surpresa, a dúvida?*”

Se a imaginação do corpo e sua circulação são ampliadas pelo fluxo dos/as usuários/as entre variados *sites*, a surpresa e a dúvida – aqui apresentadas como características do romantismo – para Sara se esvaem no que chamo aqui de tecnologias de vigilância. Nesse sentido, pergunto-me, e ainda não tenho respostas, se as relações afetivas mais igualitárias, individuais e emancipadas, também atribuídas às interações dos sujeitos em rede, reatualizam o panóptico foucaultiano (FOUCAULT, 2011) como um prazer *voyeurístico*, um prazer que se coloca em tensão com as reivindicações do prazer de preservar a surpresa, ainda que, no caso de Sara, o fato de tirar a foto do perfil tenha sido uma tentativa, bem-sucedida, de criar intimidade antes de se deixar ver como “*morena*”.

## ► Considerações finais

Revelar/esconder sugere que as pessoas se movem entre vários prazeres, um jogo que, se não é próprio das interações *on-line*, é favorecido por elas. *Investigar* tem sido a tônica das entrevistas, muitas vezes corroborada pelos próprios administradores dos *sites*, preocupados com a “segurança”, especialmente das mulheres. No entanto, nesta pesquisa, a investigação ultrapassa a autoproteção de possíveis engodos. Os dados são configurados de maneira a criar no usuário a ilusão de controle, movimento, acesso à informação e conexão com outros usuários, oferecendo



a ideia de que os sujeitos podem preservar informações que não querem divulgar. De fato, é uma ilusão, na medida em que os sujeitos, ao mesmo tempo, parecem ávidos pela visibilização, e talvez aqui se encontre um paradoxo. Os próprios *sites* de relacionamento estimulam os/as usuários/as a preencher o perfil, de modo a publicizar o maior número de informações (físicas e psicológicas), afirmando que, quanto mais visíveis, maiores serão as possibilidades de acesso pelos/as potenciais parceiros/as. Mas é necessário levar em consideração que a imagem de si, na construção do perfil, pode ser controlada, de modo que os sujeitos escolhem como hipervisibilizar-se.

Ainda que detalhada, essa apresentação de si é efetuada em um contexto que, num primeiro momento, segue os cânones formatados pela plataforma do *site*, driblando as contradições comuns em um encontro face a face. Outras formas de ser vão sendo delineadas pelo fluxo dos sujeitos pelas redes, que precedem os encontros *off-line*, criando um mistério a desvendar sobre o outro e, por vezes de maneira angustiante, sobre a recepção do outro – “*Será que ele é mesmo tão bonito como na foto? Será que ele vai gostar de mim?*”

De outro lado, a surpresa e a dúvida, que aparecem aqui como pauta do amor romântico, esvaem-se na vigilância, certamente acompanhada de uma ideia que pauta comportamentos distintos para homens e mulheres. A persistência de determinados comportamentos surpreende, assim como surpreende a visibilização de tipos de feminilidade e masculinidade que podem ser percebidos como não convencionais – convivem aqui homens que lamentam não serem escolhidos e mulheres que, intencionalmente, buscam encontros fortuitos. Não quero sugerir que essas surpresas se façam a partir de resistências aos padrões tidos como estabelecidos, tampouco que esses padrões possam ser tomados de forma apriorística, mas sim que elas constituem subjetividades criadas dentro de noções que informam o que é



“bom”, “bonito”, dependendo das inserções de classe, diferenças de gênero, raça/etnia, geração.

Nesse sentido, a ideia da “solidão/acompanhada”, que aponta o uso das tecnologias como algo que supre as insatisfações (TURKLE, 2011), pode ser complexificada. As narrativas desta pesquisa apontam que a internet não substitui os encontros face a face, antes sugere a possibilidade de encontros “*mais certos*”. Mas aí poderíamos perguntar sobre os significados do “*mais certo*”, cujo caminho parece seguir um processo de investigação e seleção, inegavelmente, propiciado pela mediação tecnológica, mas também sobre as mudanças que essa mediação promove na vida dos sujeitos, particularmente das mulheres, que parecem escapar de modelos de feminilidade que as aprisionaram por tanto tempo. De fato, a intensificação da interatividade resulta na maior circulação de informação, propiciando o questionamento desses modelos, todo o tempo ressignificados a partir de histórias compartilhadas por várias redes.

## ► Referências

BELELI, Iara. Amores on line. In: PELÚCIO, Larissa et al. (Org.). *Olhares plurais para o cotidiano: gênero, sexualidade e mídia*. Marília, SP: Oficina Universitária: Cultura Acadêmica, 2012. p. 56-73.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu* (26), Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, p. 329-365, 2006.

BRICKELL, Chris. Sexuality, power and the sociology of the internet. *Current Sociology*, v. 60, n. 1, p. 28-44, 2012.

CASTELLS, Manuel. *A galáxia internet: reflexões sobre internet, negócios e sociedade*. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 39. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011 [1975].



GOFFMAN, Erving. The interaction order. *American Sociological Review*, v. 48, n. 1, p. 1-17, 1983.

ILLOUZ, Eva. *Intimidades congeladas: las emociones en el capitalismo*. Buenos Aires: Katz Editores, 2007.

HINE, C. *Virtual ethnography*. Londres: Sage, 2000.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999 [1997].

MCLUHAN, Marshall. *Comprender os meios de comunicação – extensões do homem*. Lisboa: Relógio D'Água, 2008.

MAHMOOD, Saba. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: alguma reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. *Etnográfica*, v. 10, n. 1, p. 121-158, 2006.

MISKOLCI, Richard. Networks of desire: the specter of aids and the use of digital media in the quest for secret same-sex relations in São Paulo. *Vibrant*, v. 10, n. 1, 2013. Disponível em: <[http://www.vibrant.org.br/downloads/v10n1\\_miskolci.pdf](http://www.vibrant.org.br/downloads/v10n1_miskolci.pdf)>.

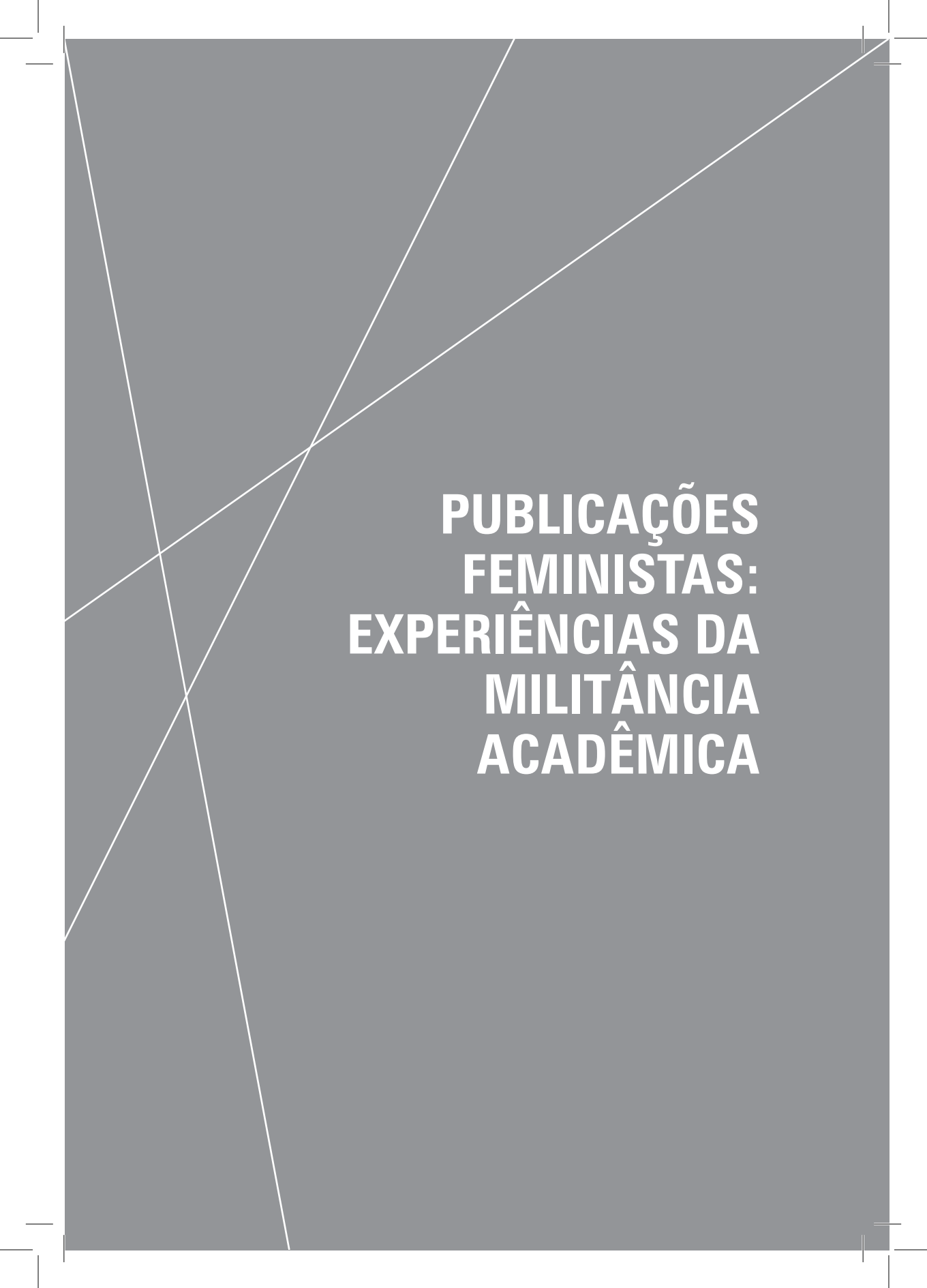
PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, p. 263- 274, jul./dez. 2008.

RÜDIGER, Francisco. Sherry Turkle, percurso e desafios da etnografia virtual. *Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos*, v. 14, n. 2, p. 155-163, maio/ago. 2012.

TURKLE, Sherry. *Alone together: why we expect more from technology and less from each other*. New York: Basic Books, 2011.

\_\_\_\_\_. *La vida en la pantalla: la construcción de la identidad en la era de internet*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1997 [1995].

ZAFRA, Remedios. *Um quarto próprio conectado: (ciber)espacio y (auto)gés-tion del yo*. Madrid: Fórcola Ediciones, 2010.

The background is a solid grey color. It features several thin white lines that intersect to form various geometric shapes, including triangles and quadrilaterals. The lines are positioned diagonally across the frame. The text is centered in the right half of the image.

**PUBLICAÇÕES  
FEMINISTAS:  
EXPERIÊNCIAS DA  
MILITÂNCIA  
ACADÊMICA**





## A POLÍTICA DAS PUBLICAÇÕES FEMINISTAS



*Claire G. Moses*

*A 'Feminist Studies' foi fundada a fim de incentivar respostas analíticas a temas feministas, além de abrir novas áreas para pesquisa, crítica e especulação. Estamos comprometidas a fornecer um formato para análise, debate e intercâmbio feministas. O movimento feminista demonstrou que o estudo das mulheres é mais que um projeto compensatório. Pelo contrário, o feminismo tem o potencial de reformular o modo fundamental sob o qual vemos o mundo. Não queremos somente interpretar experiências de mulheres, mas mudar a condição feminina. Para nós, o pensamento feminista representa uma transformação de consciências, formas sociais e meios de ação.*

*(Missão da revista Feminist Studies)*

**F***eminist Studies*, o primeiro periódico sobre estudos feministas estadunidense, não tinha a intenção de ser uma publicação



acadêmica no momento de sua criação; portanto, sua missão sublime, formulada em 1978, era de não somente publicar pesquisas, mas também “mudar a condição feminina”. A equipe original de edição tinha iniciado seus encontros já em 1969, nos primórdios do movimento de liberação feminina nos Estados Unidos – época na qual pós-graduandas abriam caminho para um novo campo de estudos, sob a tutela de um pequeno número de orientadoras. Na verdade, poucas mulheres que poderiam compartilhar seus interesses eram professoras em universidades estadunidenses na época; a área acadêmica de estudos das mulheres (*Women’s Studies*) ainda não existia.

Este artigo examinará o desenvolvimento da *Feminist Studies* no periódico que é hoje em dia. Falaremos de três momentos históricos em particular: o “feminismo”, a “academia” e a indústria de publicação estadunidense. A história do periódico anda em paralelo com o entrelace dessas três histórias institucionais, sendo inclusive moldada por elas. Hoje a revista tem quatro décadas de história e essa história interessa para além das atividades rotineiras do periódico. Com efeito, ao examinar a história da *Feminist Studies*, abrimos uma janela para questões maiores de âmbito social e político, na qual se insere a existência da revista.

Em seus primeiros anos, a equipe de edição imaginou um público leitor que cruzasse a fronteira acadêmica, incluindo uma comunidade maior de intelectuais, cujo propósito seria o avanço das mulheres, de acordo com os objetivos de movimentos feministas. Diferente da atual área dos estudos das mulheres, nós não nos imaginávamos como ramo acadêmico do movimento feminista, e sim em integração completa com o núcleo do feminismo. O periódico foi concebido em uma época na qual podia-se perceber uma bifurcação entre “comunidade” e “academia”, pelo menos em alguns círculos; o feminismo e a *Feminist Studies* seriam a ponte entre os dois mundos.



Pelo menos era isso que se dizia na época. Entretanto, o que exatamente queríamos dizer por “comunidade”? Que comunidade tínhamos em mente? Além disso, essa dualidade não privilegiaria a academia? Hoje em dia, fica claro o que essa “comunidade” amorfa significava: simplesmente, quem não era parte do mundo acadêmico. A “academia” tem coerência, e a “comunidade” é o outro. Além disso, tratava-se de um “outro” específico, formado por pessoas próximas da academia, mas que não se enquadravam nessa esfera: residentes em cidades universitárias ou próximos delas, professoras em outros níveis, ou pós-graduados com credenciamento acadêmico que haviam cruzado a fronteira entre instituições não governamentais de pesquisa ou de políticas e a academia, ou entre instituições burocráticas e a academia. Em outras palavras, a comunidade que a *Feminist Studies* queria alcançar não era tão ampla – apesar de, em nossa visão restrita, pensarmos nela como o mundo inteiro. A *Feminist Studies*, no entanto, não conseguiu aproximar a academia nem mesmo dessa restrita “comunidade”, fracasso que nos diz muito sobre a vida intelectual estadunidense.

Em seus primeiros anos de publicação, entre 1972 e 1976, a *Feminist Studies* era publicada sem qualquer afiliação universitária. A equipe de edição era composta de uma rede de amigas, e amigas de amigas, no centro da qual estava um “grupo de conscientização” do movimento de liberação das mulheres formado majoritariamente por pós-graduandas da Universidade de Columbia; entretanto, como em toda rede, os circuitos se moveram para fora do centro, alcançando mulheres engajadas em diversas atividades políticas que existiam na periferia do *campus* no fim dos anos 60 e início dos anos 70.

As contribuições às primeiras duas edições atestam a fronteira fluida entre a universidade e a comunidade especial descrita anteriormente. Essas contribuições vieram de uma mistura de ativistas não acadêmicas (uma advogada de Direito



Civil, jornalistas, apoiadoras de direitos sobre a reprodução) e pós-graduandas, recém-doutoras, além de instrutoras e professoras recém-contratadas. Foi a primeira publicação para muitas e foi a primeira publicação de pesquisa feminista sobre mulheres para todas. Os temas das primeiras edições envolviam aborto, prostituição, controle de natalidade, reformas educacionais, a relação entre mulheres e natureza, maternidade, papéis sexuais, sexualidade, mulheres da classe trabalhadora, discriminação profissional, bem como relatos sobre atividades do movimento feminista em Israel e na África do Sul e sobre o crescimento dos estudos a respeito das mulheres em universidades. As autoras todas documentaram e condenaram a opressão das mulheres como grupo social, argumentando que tal opressão era sistêmica, advogando por uma mudança social ampla e arrebatadora. Com a exceção de dois artigos sobre história – um sobre mulheres indianas no sul da Ásia e um sobre Ann Hutchinson, dissidente religiosa nos Estados Unidos colonial –, todos os artigos lembravam publicações feministas não acadêmicas, como a revista *Ms*. A maioria era composta de ensaios especulativos curtos, escritos em primeira pessoa do plural (“nós”) e em um estilo que detinha a carga emocional do feminismo radical que havia derivado da contracultura da Nova Esquerda dos anos 60.

Apesar disso, uma edição especial dupla (v. 1, n. 3-4) publicada na primavera de 1973 marcou uma mudança importante no equilíbrio entre a influência acadêmica e a chamada “comunidade”. Essa edição foi uma coletânea de trabalhos selecionados (mais tarde reimpressos pela Harper Torchbooks com o título *Clio's Consciousness Raised*) da primeira conferência de História das Mulheres de Berkshire, realizada no Douglass College/Rutgers University, em Nova Jérsei, Estados Unidos. De acordo com Judith Walkowitz, uma das primeiras editoras e também recém-contratada professora assistente de História na Universidade Rutgers, o corpo editorial “reconheceu que a área da



história das mulheres havia estabelecido seu início na conferência de Berkshire e queria que o [seu/nosso] periódico fosse parte dessa história". Mais além, temos o simples fato de que o corpo editorial e a organização da conferência de Berkshire da Universidade Rutgers/Douglass (muitas recém-doutoras da Columbia University) se conheciam bem e sabiam que precisavam se unir. Para a *Feminist Studies*, o maior problema nos primeiros anos era atrair material bom, ou seja, publicável. Isso nunca é fácil para um novo periódico, e a *Feminist Studies* não era exceção, tendo exaurido sua rede de amizades nas primeiras duas edições. A interseção e as ligações com a organização da conferência de Berkshire mantiveram o periódico vivo. Entre 1973 e 1976, três edições especiais duplas foram publicadas com artigos originários das duas primeiras conferências de Berkshire. O acordo era vantajoso para as duas partes, pois, enquanto a *Feminist Studies* fornecia um meio de publicação para participantes da conferência, a revista tornava-se a primeira publicação a promover a nova área da história das mulheres.

Considerando que a *Feminist Studies* foi originalmente pensada como publicação para o público acadêmico e para a comunidade, é possível concluir que a decisão da equipe de edição de afiliar o periódico com a conferência de Berkshire alterou a identidade, o conteúdo e até mesmo a política da revista. Entretanto, acredito que a mudança para um público acadêmico mais restrito era inevitável. Já antes de 1977, quando o periódico mudou-se para a Universidade de Maryland, acadêmicas vinham se engajando mais e mais em atividades políticas dentro de suas universidades – trabalhando para instituir programas de estudos das mulheres, convenções políticas femininas dentro de suas associações profissionais ou autônomas, e na luta contra a discriminação em contratações, promoções e salários. Seu sucesso criou as condições que influenciaram o futuro da *Feminist Studies*. Um desses desenvolvimentos foi a abertura de



oportunidades de publicação para acadêmicas feministas, mesmo em publicações universitárias tradicionais (aproximadamente 150 periódicos acadêmicos publicaram edições especiais sobre a mulher entre 1970 e 1975 – dando início à legitimação da pesquisa feminista na academia). Outra consequência foi o aumento das contratações de pesquisadoras feministas, que passaram a orientar suas vidas profissionais conforme as demandas universitárias, especialmente a obrigação de publicar no estilo tradicional da academia estadunidense – em terceira pessoa, com citações extensas e argumentos abstratos racionais, em vez de apelos em primeira pessoa para a autoridade da emoção e da experiência encontrada em publicações da “comunidade” feminista.

As editoras da *Feminist Studies*, que haviam tentado ser a ponte entre a academia e a comunidade, descobriram que ficava cada vez mais impossível fazer a ligação – talvez porque não eram mais parte de ambos os mundos. Em 1977, a equipe de edição não era mais composta apenas de pós-graduandas e os tipos de comunidade dos quais elas faziam parte (como grupos de conscientização e agrupamentos políticos operando na periferia dos *campi*) estavam em desintegração. Nesse ano, a rede criada por esses coletivos tão próximos havia cessado. É interessante notar que foi nesse momento que a administração do periódico deixou de ser responsabilidade de uma única editora-chefe – não acadêmica – e passou a ser editada por um grupo inteiramente formado por feministas acadêmicas. O apoio financeiro mínimo, mas absolutamente crucial, foi fornecido pela Universidade de Maryland.

Seria possível discernir traços das raízes não acadêmicas e ligadas ao movimento social da *Feminist Studies* dentro do periódico que ela se tornou? É fato que autoras sem afiliação acadêmica pouco publicaram na *Feminist Studies* após o primeiro ano, apesar de o corpo editorial tentar publicar trabalhos não acadêmicos regularmente, com apoio financeiro. Nossa falha



nesse ponto atesta a dificuldade em sustentar o trabalho intelectual fora do intrincado sistema de subsídio que é o modelo universitário estadunidense. Somente intelectuais com emprego recebem pagamento (como parte de seus salários universitários) para escrever em periódicos como o *Feminist Studies*. Autoras com empregos em outros ambientes têm o costume de receber pagamento pela publicação, pois é desse modo que ganham seu pão. Entretanto, outras publicações que remuneram autoras por seu trabalho operam em um nível financeiro bem mais alto do que periódicos acadêmicos; a maioria é financiada pela renda com propagandas, um sistema que não funcionou muito bem para a escrita política das mulheres – como frequentemente afirmado por Gloria Steinem, em sua experiência tentando sustentar a revista *Ms.* com o insumo de propaganda. A Fundação Ford, como parte de seu programa para o encorajamento da pesquisa sobre mulheres, apoiou *Signs: A Journal of Women and Culture* em seus primeiros anos de publicação, mas não tenho conhecimento de que a fundação tenha apoiado um outro periódico feminista. A *Feminist Studies* fez as pazes com a segmentação que caracteriza a vida intelectual estadunidense, pois, apesar de não termos continuado a publicar textos de escrita criativa e arte, utilizamos as seções de “Comentários” e “Notícias e Pontos de Vista” para a escrita política que não é apresentada no estilo tipicamente acadêmico.

Após sua reorganização em 1977, *Feminist Studies* tornou-se um periódico completamente acadêmico, sem abandonar, no entanto, seu compromisso em publicar artigos explicitamente “políticos” – mas estes viriam cada vez mais no formato de pesquisa acadêmica. É interessante traçar a política evidente nesses artigos, notando primeiramente o impacto da divisão do movimento de liberação das mulheres em duas tendências em meados dos anos 70 – para o movimento feminista da comunidade lésbica, que se reconhecia como “radical”, e para o grupo que começou a utilizar o termo “feminismo socialista” para sua política.



Observando a *Feminist Studies* naquela época, creio que é possível ver que a associação com as jovens acadêmicas foi fundamental tanto para organizar as primeiras conferências de Berkshire quanto para reorganizar a *Feminist Studies*, posicionando o periódico com as feministas-socialistas. Não foi uma simples questão de orientação política, mas também disciplinar. Historiadoras que participaram da conferência de Berkshire foram deveras influenciadas pelo tipo de história social inspirada pelo marxismo, que havia ganhado alta popularidade na década de 60, quando acadêmicas estadunidenses observaram que a história social era o fio condutor do renascimento da análise materialista da Nova Esquerda como pesquisa acadêmica séria, e também do impacto das Ciências Sociais nas perspectivas e métodos das Ciências Humanas. Do seu segundo volume até o início da década de 80, o conteúdo da *Feminist Studies* era pesadamente orientado para artigos sobre mulheres da classe trabalhadora ou histórias de alianças entre classes sociais, o sindicalismo entre trabalhadoras (ou a falta dele), além da relação entre produção e reprodução. E, apesar de a maioria dos artigos ter foco nos Estados Unidos, quase 25% deles eram sobre a Inglaterra e a França; isso não é surpreendente, pois historiadoras e periódicos ingleses e franceses eram fonte de inspiração para a escola estadunidense de história social.

Embora o termo “feminista-socialista” pareça antiquado nos Estados Unidos de hoje, ainda pode-se discernir essa orientação nos artigos da *Feminist Studies*. Por exemplo, apesar de o periódico ser mais interdisciplinar hoje do que era em 1978, a *Feminist Studies* seguiu a onda do feminismo socialista em geral, favorecendo a análise histórica; até mesmo artigos de literatura e Ciências Sociais costumam ter contexto histórico. Além disso, o trabalho da *Feminist Studies* mostrou sensibilidade em relação a diferenças entre mulheres, especialmente de classe social e etnia, desde o início do desenvolvimento da área acadêmica dos





estudos das mulheres. Novamente, há relação com a orientação do feminismo socialista. Por outro lado, essa orientação significou um interesse menos atento à nova pesquisa que surgia a partir das análises lésbicas das políticas de orientação sexual. Da mesma forma, as raízes marxistas materialistas do periódico explicam a resistência inicial a análises pós-modernas sobre o papel cultural nas estruturas de dominação.

Hoje em dia, é claro, a divisão entre radicalismo e socialismo é história; de fato, quase nunca utilizamos essas palavras na descrição atual de categorias feministas. Certamente, a *Feminist Studies* de hoje reflete o já estabelecido pensamento sobre sexualidade, cultura e diferença. Por outro lado, tem visto suas próprias contribuições na teorização de diferenças materiais entre mulheres aceitas por quem costumava temer a destruição das bases nas quais o feminismo se construiu, questionando a categoria de mulher. Entretanto, a segmentação da vida intelectual estadunidense, que separou a academia e a comunidade, aumentou ao invés de diminuir. Os vibrantes periódicos publicados em coletivos comunitários bastante unidos nas décadas de 80 e 90 praticamente desapareceram; até mesmo a revista *Ms.* é hoje apenas uma sombra do que era antes.

Para todas que se dedicam a publicações feministas, há diversos desafios pela frente. Periódicos acadêmicos sobre os estudos das mulheres hoje carregam o fardo de apoiar uma política feminista, mesmo obedecendo aos mais altos padrões de publicação acadêmica. Com a queda das publicações feministas não acadêmicas, cabe a nós buscar e relatar as atividades feministas além das fronteiras da universidade. É nosso dever incentivar ensaios que pensem e comentem questões feministas, onde quer que estejamos. E, por fim, é nosso dever manter dentro da universidade a união que não conseguimos manter fora dela.

Periódicos interdisciplinares têm papel especial aqui, pois nós trabalhamos a fim de diminuir as lacunas que estão se



abrindo dentro da universidade, dificultando cada vez mais que acadêmicas de diversas disciplinas se comuniquem. A reorganização da *Feminist Studies* em 1977 marcou não somente o reconhecimento de que nos tornamos um periódico mais estritamente acadêmico, mas também uma reorientação de uma revista de história das mulheres, em um caminho pelo qual os artigos da conferência de Berkshire pareceram nos levar, para um periódico realmente interdisciplinar. Isso também deve ser visto como uma posição política. Hoje em dia, os estudos das mulheres transformaram a academia estadunidense, mas não totalmente do modo imaginado por feministas nos anos 70. Um elemento dessa transformação é a legitimação da pesquisa feminista dentro das tradicionais fronteiras disciplinares, como Literatura, História, Sociologia e Psicologia. Sem fazer pouco da pesquisa disciplinar, temos que admitir que esses êxitos disciplinares dificultaram a comunicação de acadêmicas feministas para além das fronteiras que a academia construiu arbitrariamente. Entretanto, não devemos confundir os interesses da academia com os interesses das mulheres. Fronteiras disciplinares, departamentais e docentes são mantidas a fim de proteger território, mas as necessidades das mulheres não ganham nada com disputas territoriais. Em nosso desejo e necessidade de expandir o conhecimento sobre sistemas de gênero que estruturam nossas vidas, e de identificar as possíveis fontes de resistência e transformação, nós, acadêmicas feministas, precisamos contar com pesquisas da mais vasta gama de abordagens possível. A *Feminist Studies*, que não conseguiu apagar a divisão do conhecimento dentro da academia, continua a acreditar que pode ao apagar a divisão que isola acadêmicas feministas umas das outras. Apoiar a pesquisa interdisciplinar e o trabalho criativo é importante para a política feminista que forma a base de nossos periódicos.

*Traduzido por Meggie Fornazzari*

## MORA: LA MEMORIA DE LAS REVISTAS ACADÉMICAS



*María Luisa Femenías*

**M**i propósito en este trabajo es hacer una presentación de *Mora*, la revista del Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género (Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires) de cuyo Comité Editorial formo parte desde su fundación en 1992.<sup>1</sup> Para ello, haré primero una breve consideración sobre el papel de las revistas feministas en la zona de influencia de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires (Argentina) a partir de la recuperación de la democracia a finales de 1983 y luego me centraré en las características especiales de *Mora*, sus objetivos y sus intereses fundamentales. A modo de cuadro general de presentación, presentaré una “ficha técnica” al final de este trabajo.

---

<sup>1</sup> He contado con la valiosa colaboración de Paula Torricella (UBA-CONICET) quien investiga la prensa feminista argentina. Cf. “Relaciones entre las prácticas intelectual y políticas en la prensa feminista argentina del periodo 1970-2000”. Proyecto radicado en el Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género de la F. F. y L. de la UBA, CONICET, 2009.



## ► El feminismo en sus revistas

A poco de recuperada la democracia, un número interesante de revistas de diverso perfil, carácter y permanencia irrumpieron en el ámbito de las publicaciones de Buenos Aires. Algunas extendieron su influencia al resto del país y a Montevideo (que ya contaba con sus propias publicaciones militantes). Este es un hecho interesante en tanto revela que el trabajo de formación y debate de las ideas feministas (en diversos planos) pervivió durante las dictaduras, como un modo subterráneo pero eficaz de mantener la memoria de las luchas y de los trabajos de concienciación de la década de los sesenta y los setenta. Esas revistas se constituyeron así en una suerte de horizonte de sentidos feministas, y contribuyeron al tráfico transnacional de teorías y conceptos (COSTA, 2003). En principio, organizaron redes conceptuales, acuñaron traducciones de conceptos, algunas ya canónicas aunque por ese entonces titubeantes, y abrieron un espacio privilegiado para pensar las relaciones entre la práctica intelectual, la política y las producciones editoriales. En suma, contribuyeron a constituir un *corpus*, y a inscribir en la lengua del castellano rioplatense un conjunto de términos técnicos y redes terminológicas para un campo disciplinar cuyos límites, problemas y vínculos se estaban, otorgándole al mismo tiempo visibilidad pública y repertorio lingüístico-conceptual. Al mismo tiempo, estas publicaciones constituyeron lo que Paula Torricella denominó “una narrativa contrahegemónica” que no tenía como objetivo develar ningún tipo de verdad histórica oculta, sino poner de relieve otras formas de historizar el pensamiento y la praxis feminista reciente, y de contribuir a organizar su despliegue (COSTA, 2003).

Algunas de esas publicaciones tuvieron una muy breve duración y oficiaron casi como laboratorios de prueba. “Muchas veces – sostiene Piglia – lo que se ha leído es el filtro que



permite darle sentido a la experiencia; la lectura es un espejo de la experiencia, la define, le da forma.” (PIGLIA, 2005). La materialidad del acto de leer deja sus rastros en las publicaciones, libros, revistas y periódicos que permanecen a lo largo del tiempo como marcas de una época y de los posibles sentidos que circulan en una amplia gama de sujetos involucrados como escritoras, periodistas, editoras, lectoras y trabajadoras gráficas (LOBATO, 2012). Algunas pocas y breves revistas dejaron esas huellas, trascendieron los espacios de la militancia y tuvieron presencia, contribuyendo a construir un piso de traducciones y de producción local de conocimiento articulado alrededor de la categoría de “género” como categoría analítica que moldearía a nuevas experiencias de exclusión y marginalidades. Dentro de ese *peculiar corpus*, un conjunto ciertamente poco homogéneo, me interesa señalar a *Feminaria*, *Hiparquia* y *Cuadernos de existencia lesbiana*, en principio, por su incidencia y duración en el tiempo.

*Feminaria*, nacida en 1988 de la iniciativa privada de Lea Fletcher y Jutta Marx, publicó su último número en el año 2007, después de una intensa trayectoria (TORRICELLA, n. 17, en prensa). Debajo del nombre aparece “tejepalabras” que remite a la cultura y la sabiduría de mujeres que leen y escriben las protagonistas de la novela *Les guèrrillères*, de Monique Wittig. Originalmente fue distribuida en algunos kioscos y librerías de la ciudad de Buenos Aires, favoreciendo su circulación. Si bien en un comienzo apareció trimestralmente, a partir del año 1999 comenzó a presentarse en números dobles una vez por año. Además de su formato general introdujo como novedades ilustraciones, secciones de traducción y teoría, apartados de producción literaria, sugerencias bibliográficas e índices generales de producción literaria feminista. También se destaca su atención por el humor, que cultivó en textos y viñetas. Asimismo, en la recepción de manuscritos, las editoras se preocuparon por eliminar de la publicación toda escritura sexista, racista,



homofóbica o que expresara algún tipo de discriminación, interviniendo los artículos recibidos en la convicción de que la relación poder-saber se expresa a través del ejercicio del idioma. En la misma línea, Feminaria Editora difundió en forma parcial o total producción feminista original o traducida por primera vez al castellano.

Por su parte, *Hiparquia* (1988-1999) – actualmente disponible en versión digital – nace de la iniciativa de la Asociación Argentina de Mujeres en Filosofía (AAMEF), fundada en 1987.<sup>2</sup> La Asociación se organizó a partir del fuerte impacto que tuvo la visita de un número reconocido de investigadoras, entre ellas las argentinas María Lugones (SADAF, 1986) y Paola Di Cori (FFyL, 1987), radicadas en el exterior. Del mismo modo, Celia Amorós (HSN, 1987, 1988), Judith Astelarra (HSN, 1987), Marina Subirats (HSN, 1988), y más adelante, Ofelia Schutte (FFyL, 1991), Graciela Hierro (FFyL, 1992), Rosi Braidotti (1997). La Asociación se centró, por un lado, en la concienciación de las filósofas en la importancia de relevar el sexismo y el subtexto de género de los diversos textos filosóficos. Por otro, estuvo dirigida a la difusión de trabajos de filósofas promoviendo la incorporación de sus obras en el canon. En el primer número de la revista se expresan sus objetivos, que fundamentalmente, son: constituir un espacio de reflexión para mujeres que hacen filosofía o teoría de interés filosófico; generar análisis, crítica, debate y apoyo mutuo en la elaboración teórica de las mujeres; estimular la investigación y la investigación filosófica original; alentar la publicación, difusión e intercambio de material que la Asociación juzgara de interés para el cumplimiento de sus objetivos; organizar cursos y seminarios abiertos a diversos enfoques y posiciones filosóficas; analizar y

---

<sup>2</sup> Socias fundadoras: Ana María Bach, María Luisa Femenías, Alicia Gianella, Clara Kuschnir (primera presidenta), Diana Maffía, Margarita Roulet y María Isabel Santa Cruz (segunda presidenta).



promover la condición profesional de las mujeres en filosofía y, por último, establecer relaciones con otras entidades nacionales e internacionales (TORRICELLA, s/d). Su nombre remite a la única mujer filósofa mencionada por Diógenes Laercio en *Vidas de Filósofos Ilustres* y se sostuvo y se difundió por suscripción. Si bien sólo se publicaron diez números (uno por año), la revista dejó “un fermento inquietante y una huella que a la distancia se visibiliza mejor, modificando la agenda de los Congresos Nacionales de Filosofía en tanto incidió en la incorporación de la problemática de género en los mismos.”<sup>3</sup> Asimismo, algunas de sus responsables participan actualmente de la revista *Mora* y de *Cuadernos de Filosofía*, ambas publicaciones de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires.

Por último, *Cuadernos de Existencia Lesbiana* presentó diecisiete números entre 1987 y 1996, dando cuenta, en principio, de la emergencia de las lesbianas como “sujeto con voz propia”, lo que resultó totalmente novedoso (TORRICELLA, 2010). La primera actividad pública que organizó el grupo fue un taller para las *Jornadas Anuales de Asociación de Trabajo y Estudio de la Mujer* (ATEM) en 1986, durante el que se recabó gran parte del material testimonial que conformaría el primer *Cuaderno*, vendido mayormente a *gays* y anarquistas durante la manifestación por el 8 de marzo de ese mismo año. Las reflexiones que inauguraron la colección, cuyas tapas ilustró la pintora surrealista Josefina Quesada, tuvieron como punto de partida la traducción del artículo de Adrienne Rich “Heterosexualidad obligatoria y existencia lesbiana”, que aportó categorías comprensivas fundamentales para promover el debate. Más adelante, se incluyeron otras traducciones del feminismo radical estadounidense, entrevistas y artículos de teólogas feministas y artículos de producción propia. En palabras de Torricella, se trató más de un lugar de

---

<sup>3</sup> Para más datos, cf. María Luisa Femenías (2005b).



la experimentación y de laboratorio de ensayo, que uno de construcción pragmática de un discurso hacia afuera, aunque bajo una mirada actual constituye un conjunto privilegiado para indagar la historia del pensamiento lésbico local y los programas que imaginó para la liberación sexual.<sup>4</sup>

### ► Las redes del debate

La más que breve e incompleta revisión que acabo de realizar tuvo como objetivo diseñar una suerte de “telón de fondo” sobre el que se recortó la revista *Mora* en tanto que revista institucional, vinculada primero al Área Interdisciplinaria de Estudios de la Mujer (AIEM) con sede en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires y, luego, al Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género (IIEGe) de la misma Facultad. Precedida por tres *Boletines de AIEM* (1991, 1992 y 1993), *Mora* presentó su primer número en agosto de 1995.

Antes de proseguir con la trayectoria de *Mora* y sus características, me interesa retomar el fructífero planteo de la estudiosa franco-argentina Annick Louis (UBA-Universidad de Reims). Louis presenta la categoría “red de revistas”, sumamente útil para comprender el funcionamiento de determinado tipo de publicaciones. La teórica diferencia entre “conjunto de revistas”, tal como las piensa la sociología de la cultura, es decir, en términos de “objetos situados” en una coyuntura o un campo intelectual que les preexiste y la “red de revistas” (LOUIS,

---

<sup>4</sup> No fueron estas las únicas revistas que surgieron por esa época; si fueron las primeras. Pueden agregarse *Alfonsina* (1983-1984), *Brujas* (1982-continúa), *Travesías* (1992-2002), *Zona Franca* (1992-continúa) y *La Aljaba segunda época* (1996-continúa). Cabe agregar algunos suplementos periodísticos de orientación feminista, como “La Mujer” de *Tiempo Argentino* o “Las12” de *Página/12*. Cf. Torricella (2011).





2007 apud TORRICELLA, 2011, n. 13). Para Louis, la red de revistas se configura como un espacio social, un territorio con su propia especificidad, que abre una zona dialógica amplia, que promueve el debate, el intercambio, la confrontación y, sobre todo, el crecimiento teórico-práctico conjunto para la instalación no trivial de problemas emergentes. Por tanto, la pregunta obligada es, por un lado, ¿Qué tipo de red es la que definen las publicaciones feministas antes mencionadas y qué territorio han ido demarcando a través de estos años? Por otro, ¿Qué líneas, tensiones, nudos problemáticos, son los que aporta *Mora* a la red a la que se suma?

En principio, el *corpus* de revistas feministas que ven la luz a partir de la recuperación de la democracia define un territorio de discursos críticos respecto de las condiciones generales de las mujeres durante la dictadura, con sus mandatos explícitos e implícitos de *moral* sexual, territorio en el que “la mujer” es el tema sujeto-objeto de políticas de control especialmente diseñadas. Recuperada la democracia, las mujeres buscan la propia palabra (y no sólo eso) atentas a la necesidad de redefinir sus roles sociales, reclamar sus derechos, enunciar necesidades y, en todo caso, protagonizar sus propias historia como sujetos activos. La eclosión de revistas (panfletos, actos, suplementos periodísticos etc.) de diferente perfil y duración demarcó y legitimó la puesta en común de problemas y necesidades, que iban desde las legales (*patria potestas* compartida, divorcio, aborto, cuotas etc.) a las de reconocimiento social e intelectual. Ese transfondo polemizador fue producto de las dinámicas que instauraron tanto la red de revistas cuanto los diálogos, los enfrentamientos teóricos y prácticos y las nuevas enunciaciones que se llevaron a cabo. En palabras de Torricella, las *revistas feministas* se ocuparon específicamente de la publicación de discursos que teorizaban sobre las mujeres y las relaciones entre los géneros, desde una perspectiva crítica a la subordinación sexual.



Con todo, en tanto grupos y revistas tuvieron un claro origen movimientista, se vincularon fuertemente con agrupaciones de acción partidaria o humanitaria (FEMENÍAS, 2005a). La recuperación de la compleja trayectoria de los feminismos académicos en los centros universitarios de Buenos Aires, Rosario, La Plata y Salta, por ejemplo, devela cómo en los comienzos de la segunda ola del feminismo argentino se fundieron diversas preocupaciones sociales, de las que los DDHH en general y “Juicio y Castigo” o “Memoria y castigo” no estuvieron al margen.

De ese suelo fértil, de alta movilización social surgió *Mora*: en principio, como necesidad de ofrecer herramientas para afianzar el debate, fortalecer el espacio académico para las mujeres, llamar la atención sobre las nuevas corrientes de pensamiento que habían prosperado en el exterior durante los años de dictadura y que se anudaron de modo más o menos subterráneo con el exilio o la “cultura de las catacumbas”, que ahora podían exigir presencia pública incluso en la academia.<sup>5</sup>

### ► *Mora entre nosotras*

Unas pocas teóricas que participamos en la conformación y difusión de algunas de las revistas que acabamos de mencionar en el apartado anterior, en tanto miembros de la Facultad de Filosofía y Letras (UBA), con el apoyo y colaboración del Decano de dicha Facultad, Dr. Luis Yanes y de la Prof. Mirta Rosovsky, secretaria de decanato, generamos a partir de 1992 primero el AIEM y luego el IIEGe. *Mora* se constituyó como su revista, cuyo primer número fue presentado en 1995, tras un

<sup>5</sup> La noción de “filosofía de las catacumbas” la acuñó el ya fallecido epistemólogo Gregorio Klimovsky; yo sólo extiendo la noción.



denso laberinto administrativo, que objetaba, en principio, su interdisciplinariedad, su formato editorial y las ilustraciones y blancos de su diseño. Todo ello, en palabras de colegas de cuyos nombres no quiero acordarme (por remedar los dichos del Quijote) le restaba seriedad y mérito académico. Sea como fuere, según reza la invitación oficial, el 20 de octubre de 1995 a las 19 hs. en la Facultad de Filosofía y Letras, con palabras inaugurales del Sr. Decano Luis Yañez, fue presentada ante un público numeroso y entusiasta, mayormente femenino y militante. Su primer equipo editor estuvo integrado por Ana María Amado, Mirta Lobato, Susana Zanetti, Liliana Zuccotti y yo misma. Por ese entonces, la comisión de la revista defendía firmemente la no existencia de una directora, considerando que el rango igualitario de sus miembros constituía un patrimonio ideológico a defender. Además de definirse como expresión del AIEM, conformado oficialmente en julio de 1992, es decir, con “una marca de identidad” constituida por la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires, el área se definió como:

Un lugar de cruce, de circulación de iniciativas e ideas en el campo de las ‘humanidades’. Un territorio que nos permite abordar críticamente el lugar de las mujeres en el proceso histórico social, recorrer las representaciones simbólicas y las construcciones de género en los distintos discursos sociales y en los lenguajes artísticos, repensar los aparatos filosóficos, la constitución de imaginarios, su poder y su vigencia, revisar la problemática relación entre educación y las mujeres. (Presentación del Comité de Redacción de *Mora*, I. 1, 1995, p. 1).

Esta primera declaración vincula a *Mora* con los ideales de la universidad pública, libre y gratuita, la formación de las mujeres en tanto ciudadanas críticas iguales y sin distinción de clase, raza, sectores sociales o lenguas (Presentación del



Comité de Redacción de *Mora*, I. 1, 1995, p. 3). Así, *Mora* vino a irrumpir, junto con la democracia, en los saberes dominantes constituidos dogmáticamente sobre fronteras disciplinares rígidas, contribuyendo de ese modo a consolidar un espacio institucional novedoso y crítico incluso más allá de los problemas propios de la teoría de género o de los estudios de las mujeres y, por cierto, mucho más allá de los límites disciplinares tradicionales. En ese sentido, *Mora* contribuyó a reconfigurar la experiencia de las mujeres en la Universidad de Buenos Aires en particular, pero – dadas las redes que entabló con las académicas de otras Universidades – ese impacto acompañó una experiencia más extendida, contribuyendo a redefinir el lugar de las docentes y de las investigadoras en la cerrada estructura jerárquica universitaria. En suma, no solo colaboró específicamente en la transversalización de las disciplinas en términos de género, favoreciendo la conformación de campos disciplinares nuevos, sino que incidió en la circulación de ideas sobre las políticas académicas, en general, y respecto de las mujeres académicas, en particular.

Esta apuesta a la reconfiguración de los saberes y de las disciplinas, difícil y problemática, facilitó no sólo la producción de conocimientos no tradicionales sino la divulgación y el acercamiento de los mismos a públicos más amplios. Incluso, renovó entre lxs estudiantes los compromisos disciplinares, desafiando su creatividad y alentando sus propuestas en términos de corrimiento de fronteras investigativas. Las traducciones de textos canónicos, promovió entre lxs más jóvenes la reflexión sistemática sobre las prácticas culturales y políticas heredadas desde un punto de vista generizado que abrió campos e intersecciones entre clases, etnorrazas, grupos culturales, generaciones e identidades, promoviendo la circulación de ideas bajo el doble formato de conocimiento sistemático y enriquecedor.

Ahora bien, ¿Por qué *Mora*? Casi un año antes, en una ruidosa reunión convocada a los efectos de darle nombre a la



revista en ciernes, se presentaron varias opciones. Obtuvo la victoria, por estrecha mayoría, *Mora* sin que nadie estuviera luego de acuerdo sobre cuál era su referencia. Así, el segundo número (1996) se inició con unas bellas páginas de Celina Manzoni desplegando *la presentación del nombre propio*, sus ecos, sus resonancias, sus matices, sus tonos cromáticos... Desde el poema de José Martí *La perla de la mora* hasta la revista que *mora* entre nosotras, como la definió Susana Zanetti, *Mora* prosiguió su marcha, afirmándose año tras año. Pero, sobre todo, convirtiendo en positivos, identificatorios y pioneros todos aquellos rasgos que, en un principio, se le habían señalado como negativos. Como publicación académica, aunque alternativa o contrahegemónica, *Mora* viene contribuyendo a conformar un nuevo modo de hacer teoría en la Academia: abre sentidos, analiza y promueve la circulación académica y extra-académicas de las ideas, promueve líneas de trabajo nacidas del conjunto de las transformaciones disciplinares que dialogan entre sí. Impulsa un proceso complejo y heterogéneo relacionado con cambios institucionales y sociales nacidos en la post-dictadura y consolidados gracias al esfuerzo conjunto, plural y novedoso de poner a debate experiencias e investigaciones, con acento en las estructuras de poder generizado, de la ambigüedad de las relaciones y los vínculos, de los límites de la libertad, del consentimiento y de las resistencias (LOBATO, 2012, n. 5). Actualmente, la interdisciplinariedad y su riqueza ya no se ponen en duda, mucho menos aún el diseño y las ilustraciones que exhiben las páginas de *Mora* donde importantes dibujantes y pintores han dejado su generosa huella.

Sea como fuere, *Mora* registra el impacto propio de los feminismos que surgen en los últimos veinticinco años del XX y que se diferencian de los anteriores, *militantes del espacio público*, por su efervescencia teórica. Zerrilli los identifica como centrados en “la aventura [de] formular hipótesis, conceptos o



modelos que puedan explicar y predecir las regularidades de las relaciones de sexo/género" (ZERILLI, 2008). Por eso, *Mora* no es sólo un instrumento de difusión de elaboraciones sino que tiene un papel más activo; constituye un marco desde el cuál las producciones mismas son posibles. Por tanto, las exigencias de la producción de las investigaciones, las reflexiones y la toma de conciencia de las propias posibilidades y de sus límites, los desarrollos temáticos y los desafíos de las producciones coyunturales, los aportes de los centros hegemónicos de conformación de nuevas áreas y discursos y los desafíos teóricos en un largo movimiento intergeneracional, nos llevaron como Comité Editorial a ordenar los textos recibidos en un conjunto de secciones. Originariamente incluyeron: i) traducciones de textos teóricos relevantes, ii) artículos de producción local original, iii) entrevistas y iv) reseñas bibliográficas. Si bien estas secciones se mantuvieron a lo largo de todos los años transcurridos, ya en el número 4 (1998) aparece una primera innovación: un *Dossier* temático, confeccionado por encargo ya sea a un miembro experto dentro del Comité Editorial, ya sea a teóricas relevantes externas, por invitación. Por su parte, el número 16 (2010) introduce una nueva sección denominada la *Caja feminista*, que rescata figuras, mujeres o temas que bajo cierta unidad, remiten mayormente a situaciones del pasado argentino.

Estas modificaciones aunque limitadas sirven para dar cuenta del crecimiento y de los desafíos que se van produciendo en el campo, y de la irrupción de la producción de las nuevas generaciones, cuya perspectiva sobre el crecimiento y expansión de los estudios de género constituye un desafío cuyo impacto *Mora* quiere recoger. Una rápida revisión de los índices permite dar cuenta del frágil equilibrio que la selección de temas y problemas logra. Las entrevistas que lxs jóvenes realizan a colegas de reconocida trayectoria nacional e internacional facilitan el



acercamiento intergeneracional, por un lado, y el reconocimiento público de la comunidad de lectorxs a figuras que ya no se desenvuelven en el ámbito público o académico, por otro. Se pueden registrar también algunos cambios en el Comité Editorial y en la estructura misma del Instituto. Por ejemplo, el número 6 (2000) registra la incorporación de Graciela Batticuore en el Comité Editorial, y al año siguiente Dora Barrancos se constituyó en la primera Directora del IIEGe, que hasta ese entonces estaba coordinado por Nora Domínguez, quién a su vez se integra poco después junto con Ana Domínguez Mon al Comité Editorial. Años más adelante, el número 16 de *Mora* (2010) da cuenta de Nora Domínguez como nueva Directora del IIEGe, quien juega un papel fundamental no sólo en la dirección sino también en la organización y edición de *Mora*.

Si como advierte nuestra colega Mirta Z. Lobato, editar una revista es una aventura que implica no solo tomar la decisión de qué se publica, sino también cómo y con qué recursos se lo hace, *Mora* aceptó y resolvió satisfactoriamente esos desafíos. En efecto, una mirada en perspectiva permite ver cómo este trabajo colectivo de mujeres, sin renta propia, llevado a cabo desde los márgenes de la visibilidad académica, en situaciones económicas fluctuantes, subsiste obstinadamente con un perfil y una difusión interesantes, enfrentado y resolviendo cambios. El festejo en 2012 de los veinte años de la fundación del Área constituyó un momento de balance, una suerte de toma de conciencia del antes y el después que produjo en las investigaciones de la Facultad y una suerte de “puesta en valor” del trabajo realizado. Se abre ahora otro desafío vinculado a las nuevas formas de comunicación que plantea la expansión de *internet* y de los libros y las revistas digitales. Nuevamente, *Mora* lo acepta y entra en la red de revistas académicas, de cuyo impacto en la difusión de sus contenidos no podemos aún tener conciencia plena.



## ► Algunas conclusiones

Como intentamos sugerir en este trabajo, se trata de un trabajo en marcha, que en cierto sentido, no habilita conclusiones. Salvo, por cierto, que las entendamos como un mero conjunto de consideraciones provisorias. Ahora bien, como se sabe, la recepción de un cuerpo teórico se juega en muchos terrenos. En el verbal, donde influye la lengua en la que se expresa un pensamiento, pero también en el estilo, el registro y otros fenómenos gramaticales. En el terreno sociológico, en el que la pertenencia al mundo académico o a una cierta nacionalidad regula o limita la circulación de los textos. En el terreno económico, se depende de decisiones que circunscriben el mercado editorial, las políticas de traducción, de importación e incluso el precio que se le ponga a las obras circulantes. Todo esto conforma un denso terreno político, en el que las derivaciones de los diferentes activismos han promovido o cerrado el diálogo entre los sexo-géneros y en el interior mismo de las categorizaciones más tradicionales. Las posibilidades de apropiación y difusión de ciertos *corpus* teóricos, tampoco son un fenómeno ajeno a las publicaciones académicas. Por eso, cuando *Mora* se propuso disputar las lecturas hegemónicas del canon occidental, entablar debates con otros registros de producción de teoría, promover epistemologías y metodologías no androcéntricas, visibilizar la producción de las mujeres en general y de las feministas en particular, recuperando voces olvidadas y mostrando a la vez que la memoria *tiene sexo*, recuperar la obra de filósofas mujeres olvidadas, sabía que la tarea que tenía por delante no era fácil. Sin embargo, veinte años de trayectoria no han pasado en vano aunque aún quede mucho por hacer.





## ► Referências

COSTA, Cláudia de Lima. As publicações feministas e a política transnacional da tradução: reflexões do campo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 254-264, 2003.

FEMENÍAS, María Luisa (Comp.). El feminismo académico en la Argentina. *Labrys*, n. 7, enero/jul. 2005a. Disponible en: <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys7/p2a.html>>.

\_\_\_\_\_. Feminismos en la Argentina. Dossier. *Labrys*, n. 8, jul./dic. 2005b. Disponible en: <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys8/sumarioprincipal.htm>>.

LOBATO, Mirta Zaida. Producir, escribir y difundir: *Mora* frente al espejo. F. F. y L (UBA), IIEGe, nov. 2012.

LOUIS, Annick. Borges: modo de empleo. In: *Borges ante el fascismo*. Bern: Peter Lang, 2007.

PIGLIA, Ricardo. *El último lector*. Barcelona: Anagrama, 2005.

TORRICELLA, Paula. Apuntes para una historia de *Las12. Mora*, v. 17, n. 2, 2011. Disponible en: <[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1853-001X2011000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1853-001X2011000200003&script=sci_arttext)>.

\_\_\_\_\_. Comentarios sobre la experiencia editorial de *Cuaderno de Existencia Lesbiana*. *Revista Interdisciplinaria de Estudios Sociales*, n. 2, p. 85-107, jul./dic. 2010.

\_\_\_\_\_. Comentarios sobre la revista *Hiparquia* (Buenos Aires, 1988-1999). Inédito.

\_\_\_\_\_. La revista argentina *Feminaria* (1988-2007) en la genealogía del feminismo poscolonial. *Nomadías*, 17. En prensa.

ZERILLI, Linda. *El feminismo y el abismo de la libertad*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.



## FICHA TÉCNICA

*Mora. Revista del Área Interdisciplinaria de Estudios de la Mujer.* Publicación de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires.

a- n° 1, agosto de 1995 – continua su publicación.

### Descripción física

Todos los ejemplares miden 25 cm x 14 cm. (aproximadamente). Se presenta con dibujos y fotografías (blanco y negro) sobre fondo blanco hasta el n° 15. A partir de ese número, las tapas son de diversos colores y, por cuestiones de diseño, dejan de incluirse ilustraciones. A partir del n° 13 se consigna en la parte inferior derecha de la revista el ISSN: 0328-8773. En la tapa, nombre de la revista y una banda inferior que consigna los temas generales de la misma, están impresos en un color que varía de número en número. La contratapa consigna el índice de la publicación, con la palabra “índice” y los números de páginas de inicio de cada artículo en el mismo color.

### Periodicidad

Anual (papel).  
Semestral (on-line).

### Tirada aproximada

300 ejemplares papel.

### Directora/Editora responsable

Sólo a partir del n° 16 se consigna una Directora responsable:  
Dra. Nora Domínguez.

Comité de redacción/Consejo Editor

N° 1-5 Ana María Amado, María Luisa Femenías, Mirta Lobato, Susana Zanetti, Liliana Zuccotti.

N° 6 Ana María Amado, Graciela Batticuore, María Luisa Femenías, Mirta Lobato, Susana Zanetti.

N° 7 Se comienza a consignar el nombre de la Directora del IIEGe, Dra. Dora Barrancos.



Nº 8 y continúan Ana María Amado, Graciela Batticuore, Nora Domínguez, Ana Domínguez Mon, María Luisa Femenías, Mirta Lobato.

Nº 16 Se consigna la nueva Directora del IIEGe, Dra. Nora Domínguez.

### **Números publicados**

Cada volumen consigna número de volumen, mes y año de edición en su cubierta.

A partir del nº 15 (2009), *Mora* se integra a la red de revistas digitalizadas consignadas en Scielo. Queda desdoblada en dos volúmenes, iniciándose además la digitalización de los números anteriores, aún en proceso.

En 2007 se publicó un CD con los números 1 al 5 que estaban agotados.

La versión papel sigue publicándose en un único ejemplar anual.



# A MAIORIDADE DA REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS: ENTRELAÇANDO EXPERIÊNCIAS



*Mara Coelho de Souza Lago*

## ► Introdução

*Trata-se de um projeto coletivo, que hoje ganha forma pela determinação e competência de pesquisadoras – quase só mulheres, ainda – que, nesses últimos vinte anos, de Norte a Sul do país, contribuíram para renovar o conhecimento nas Ciências Humanas e Sociais a partir da reflexão sobre o lugar historicamente subordinado das mulheres na sociedade.*

(Lena Lavinias, REF n. 0)

Estas são breves reflexões sobre a *Revista Estudos Feministas* (REF), que, já tendo nascido pronta e madura, em 2013 atingiu a maioria (21 anos). Mas são também relatos sobre o *Fazendo Gênero* (FG), com o qual a REF sempre esteve enlaçada, desde a proposta de sua migração do Rio de Janeiro para Florianópolis.



Trazida a nós por membros de sua comissão editorial em 1998, no *Fazendo Gênero 3: Gênero e Saúde*, teve o lançamento de seu número conjunto de transição (v. 7, n. 1 e 2/1999 IFCS/UFRJ CFH/UFSC) no *Fazendo Gênero 4: Cultura, Política e Sexualidade no Século XXI*, no ano 2000, quando o evento se tornou oficialmente um *Seminário Internacional*.

Como já ressaltai em outros momentos (LAGO, 1999, 2013), para “contar” a REF, temos que considerar um grande número de narrativas e reflexões que já se produziram sobre ela, nos *Encontros de Publicações Feministas* (MINELLA; GROSSI, 2003) realizados em Florianópolis e em eventos comemorativos dos dez, quinze e vinte anos da revista, onde se reuniram editoras de publicações de gênero e feministas brasileiras e estrangeiras, membros do Conselho Editorial da revista e de sua Comissão Executiva local.<sup>1</sup>

A proposta de criação da revista, seu projeto coletivo, seu nome, todo o tempo de sua implantação e consolidação como revista que objetiva ampliar as fronteiras dos debates acadêmicos no campo dos estudos feministas e de gênero e instrumentar as práticas dos movimentos de mulheres estão narrados no texto em que Albertina Costa (2004) relata a primeira fase da publicação da REF, no Rio de Janeiro. Os seus objetivos estão expressos no editorial de seu primeiro número (n. 0/1992), por Lena Lavinias (1992), a primeira editora da revista. A partir daí, as realizações, os percalços da publicação, os envolvimento de suas editoras com os movimentos e acontecimentos políticos locais, nacionais e globais foram sendo escritos por muitas mãos e mentes, nos mais de cinquenta editoriais publicados no decorrer dessas duas décadas.

<sup>1</sup> Conferir: REF v. 11, n. 1, 2003; REF v. 12, n. Especial, 2004; REF v. 16, n. 1, 2008; e REF v. 21, n. 2, 2013.



## ► REF em pesquisas

As pesquisas realizadas na REF fotografam esse periódico acadêmico em algumas de suas datas expressivas: dez anos de publicação (DINIZ; FOLTRAN, 2004), vinte anos (SCAVONE, 2013; LAGO, 2013), além dos inúmeros textos que compõem os números da revista já indicados na nota 1.

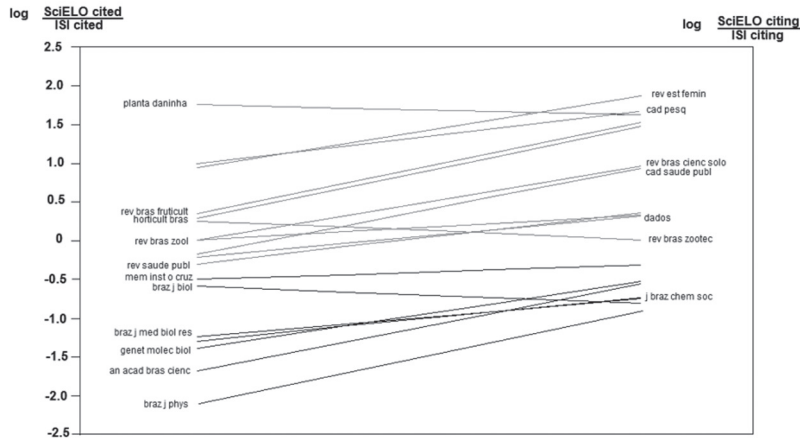
Albertina Costa, narrando os primórdios da REF, ressalta que

A justificativa da criação da Revista estava baseada [...] na inexistência no Brasil de uma revista acadêmica que cumprisse a função de divulgar, ampliar e aprimorar a reflexão sobre gênero (a Revista *Cadernos Pagu* aparecerá em 1993 vindo corroborar a existência de uma demanda reprimida por espaços de publicação, ausência inexplicável, uma vez que este campo de estudos havia demonstrado um crescimento vigoroso e vinha contribuindo para a renovação das Ciências Sociais. O segundo argumento [...] partia da constatação que ao expressivo crescimento da literatura acadêmica sobre gênero correspondia uma circulação relativamente marginal desta produção, restrita aos estudiosos da temática. (COSTA, 2004, p. 208).

A REF, *Cadernos Pagu* e as demais revistas e publicações da área certamente têm contribuído para modificar essa situação. Esse fato ficou evidente na Reunião da Área de Ciências Humanas da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), realizada em junho de 2013, em São Paulo, com a apresentação do trabalho de Rogério Meneghini (2013), em que a área das Ciências Humanas alcança o percentual de 45% das publicações do indexador, e do qual consta gráfico indicativo do número de acessos dos periódicos indexados (Gráfico 1). Neste, a *Revista Estudos Feministas* está no topo das citações (junto a periódico científico da área de Ciências Naturais), acima de *Cadernos de Pesquisa*, dos *Cadernos de Saúde Pública*, da revista *Dados* e de publicações acadêmicas de outras áreas do conhecimento. Tal montante de acessos e



consultas pode ser creditado à contínua expansão dos estudos de gênero, à interdisciplinaridade inerente a esse campo de estudos, enfim, a uma conjunção de fatores.



**Gráfico 1** - Gráfico indicativo do número de acessos aos periódicos indexados

Fonte: International versus national oriented Brazilian scientific journals. A scientometric analysis based on SciELO and JCR-ISI databases. R Meneghini, R Mugnani, AL Packer. *Scientometrics*. V. 69, n. 3, p. 529-538, 2006.

Mas certamente essa informação nos é muito cara, já que estamos numa área de estudos que teve grandes dificuldades para obter reconhecimento em nossos próprios campos de formação disciplinar, sofrendo muitas vezes as discriminações a que as mulheres estiveram continuamente sujeitas em seus ambientes de trabalho. Miriam Adelman (2003) é uma das autoras que expressam bem essa questão, em seus estudos sobre a teoria feminista e a sociologia.

As estreitas relações entre movimentos e estudos feministas e de homossexualidades certamente devem ser consideradas nesse crescimento do campo, além do desenvolvimento dos estudos de masculinidades, com a inserção do conceito de gênero





nos estudos sobre mulheres, dando ênfase ao aspecto relacional da construção de feminilidades e masculinidades.

A pesquisa realizada na REF por Débora Diniz e Paula Foltran, correspondendo aos seus dez primeiros anos de publicação (1992-2002), apontava “uma concentração de publicações (artigos avulsos e em dossiês) nas áreas temáticas ‘Ciências Sociais e Cultura’ (26%), ‘Linguagem, Literatura, Religião e Filosofia’ (17%) e ‘História e Mudança Social’ (17%)” (DINIZ; FOLTRAN, 2004, p. 245).

No mesmo artigo, analisando a procedência acadêmica das autoras (95% dos artigos da década haviam sido produzidos por mulheres), as pesquisadoras indicavam a proeminência expressiva de graduadas e pós-graduadas na área das Ciências Sociais (62%), seguidas por História (15%), Letras, Literatura e Educação (12%). Prosseguindo na análise, afirmavam que

áreas internacionalmente consolidadas na pesquisa de gênero e feminismo, como Psicologia, Ciência Política, Filosofia, Direito e Serviço Social, participaram marginalmente da história da REF, com 4%, 3%, 2% e 1%, respectivamente. (DINIZ; FOLTRAN, 2004, p. 250).

Em pesquisa realizada em números da REF publicados entre 2002 e 2005, no programa de iniciação científica com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)/Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) por Tercia Vailati (VAILATI; COSTA, 2006), sob orientação de Cláudia de Lima Costa, foi produzido o gráfico que visibilizava a distribuição de autoras/es de artigos na revista por área de formação, nos sete números da revista pesquisados naquele momento. Sociologia, Antropologia e Ciência Política correspondiam à formação de 41% de autoras/es. Artes e Literatura correspondiam a 18%, Estudos Culturais a 9%, História a 7%, Educação a 5% e Psicologia e Psicanálise também a 5% dos campos de formação



disciplinar de autoras/es, no período. O percentual de autoras/es com formação em Ciências Biológicas e Medicina era então de 5% e 5%. Esse fato é um indicativo de uma menor abertura de algumas áreas de conhecimento e formação profissional para os estudos de gênero, áreas que, como as tecnológicas, têm sido objeto de pesquisas, realizadas, no entanto, e em geral, por pesquisadoras oriundas das Ciências Humanas, como Cristina Bruschini e Maria Rosa Lombardi (1999), entre outras.

Embora esses dados necessitem de atualização (e esperamos os demais resultados produzidos pela equipe chefiada por Lucila Scavone para isso), podemos perceber como as pesquisas ressaltam o caráter interdisciplinar dos estudos de gênero na grande área das Humanidades. Na área de Ciências da Saúde, temos recebido atualmente, para publicação na revista, um número expressivo de artigos produzidos por autoras com formação em Enfermagem, mas são raros os enviados por autoras/es com formação em outros campos disciplinares, como a Medicina, por exemplo.

### ► O trabalho coletivo interdisciplinar (e voluntário)

O que a REF, o FG e nossas práticas de docência e orientação de teses, especialmente no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – os três braços do Instituto de Estudos de Gênero (IEG) – têm nos proporcionado é a prática cotidiana da interdisciplinaridade, caminho em que cada uma (e um) de nós adentrou quando se voltou para os estudos feministas e de gênero. As editorias da revista têm sido partilhadas por profissionais de letras e literatura, por antropólogas, historiadoras, sociólogas, profissionais da psicologia, do serviço social, todas dedicadas à educação em diferentes centros e unidades departamentais da UFSC e da Universidade do Estado de San-



ta Catarina (Udesc), principalmente. Essas práticas certamente têm nos oportunizado experiências preciosas de enriquecimento intelectual e pessoal, embora não sejam sempre caminhos fáceis de trilhar.

Sobre o voluntariado desse trabalho que se concretiza a cada número da revista que editamos e publicizamos gratuitamente em três *sites* acadêmicos,<sup>2</sup> a cada edição do FG, com as proporções que o evento vem tomando, também já se escreveu (PEDRO, 2008; LAGO, 2013).

Uma questão que tem sido destacada por toda essa produção sobre as publicações de periódicos feministas e de gênero, acadêmicos ou militantes, é o fato de ser esse um trabalho interdisciplinar realizado sempre por um coletivo, aspecto já ressaltado na narrativa de Albertina Costa (2004), no editorial de Lena Lavinias (1992) e em todos os editoriais que o sucederam, assinados por diferentes profissionais e, a partir de 1996 no Rio de Janeiro, por duas editoras. Essa prática perdurou por todo o tempo da publicação da revista na UFSC, tendo sido intensificada a partir da “metamorfose editorial” (MINELLA, 2008) realizada na revista, que instituiu uma coordenação editorial (assumida por duas ou três profissionais) e várias editorias partilhadas, responsáveis por suas diferentes seções.

### ► A REF em seções

Além da seção *Artigos*, publicada no início da revista, da seção *Ponto de Vista*, que abriga ensaios e também as entrevistas, do *Dossiê* e das *Resenhas* instituídas no projeto editorial da revista,

<sup>2</sup> IEG <<http://www.ieg.ufsc.br>>, SciELO <<http://www.scielo.br/ref>>, Periódicos da UFSC <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref>>.



junto com o *Encarte*,<sup>3</sup> que não pôde ser mantido na viagem da publicação para Florianópolis, a REF passou a contar com outras seções, a partir da referida reestruturação editorial que sofreu na UFSC, buscando uma descentralização do trabalho voluntário coletivo que demanda.

A seção *Debates* (Quadro 1) propõe-se a realizar a troca com teorias produzidas em outros países e continentes, pela tradução e discussão de/com textos clássicos e fundamentais dos estudos feministas, questionando também o fluxo da viagem das teorias, que privilegia a direção norte-sul. Nesse sentido, tem trazido ao debate as teorias pós-coloniais, como aconteceu também no último número de 2013, volume 21 da revista, lançado no FG 10 (COSTA, 2013). Junto com as *Entrevistas*<sup>4</sup> publicadas na seção *Ponto de Vista*, e a partir das traduções de artigos escolhidos para publicação na *SciElo Social Sciences* (SSS), os *Debates* contribuem para o diálogo de autoras/es brasileiras/os com teóricas/os de outras nacionalidades, no interesse da divulgação internacional dos estudos de gênero em vias de mão dupla (objetivo do *Encarte* na proposta original da REF<sup>5</sup>).

Vol.	Nº/Ano	Autora em debate	Tema	Organizadoras
13	3/2005	Glória Anzaldúa	Mestiçagem	Cláudia de L. Costa Eliana Ávila
14	3/2006	Mary Hawkesworth	Traduções do pós-feminismo	Eliana Ávila Cláudia de L. Costa
17	1/2009	Clare Hemmings	Histórias/ estórias do(s) feminismo(s)	Cláudia de L. Costa
21	2/2013	Deepika Bahri	Feminismos e pós-colonialismos	Cláudia de L. Costa

**Quadro 1** - *Debates* publicados na REF

Fonte: *Revista Estudos Feministas*.

<sup>3</sup> O interesse em incluir no *Encarte* versões em inglês de artigos nacionais publicados na revista visava assegurar, de acordo com Lavinias (1992, p. 3), o intercâmbio intelectual entre pesquisadoras/es nacionais e estrangeiras/os.

<sup>4</sup> Para uma abordagem ainda inicial das entrevistas, conferir Lago (2013).

<sup>5</sup> Conferir Lavinias (1992, p. 3).



A REF possui uma editoria responsável pela escolha, os trâmites para a tradução para o inglês e a publicação *on-line*, pela SSS, de artigos já publicados em números anteriores da revista. Tem sido um substituto do *Encarte* da primeira fase da revista, mas pode-se supor um tanto aquém deste, apesar de sua maior amplitude de divulgação, pela descontinuidade da publicação proposta originalmente pela *SciELO*. No primeiro ano da participação da REF nessa publicação (2006, que teve dois volumes disponibilizados *on-line*), foram selecionados (de acordo com critérios da SSS) e traduzidos, respectivamente, seis e sete artigos já publicados na revista, num montante de 13 textos. Em 2007, a SSS publicou apenas um volume, com sete artigos da REF, acontecendo o mesmo em 2008, quando foram traduzidos para essa publicação virtual nove artigos da revista. Em 2009, a SSS não publicou e o volume seguinte só foi disponibilizado em 2010, com cinco artigos provenientes da REF.

Inicialmente, a SSS assumia os gastos com a tradução dos textos, mas, a partir de 2008, propôs a divisão desses gastos entre SSS, as revistas e os/as autores/as. Finalmente, decidiu que as despesas com tradução seriam ser repassadas para os/as autores/as e as revistas (a seu critério). Assim, os cinco artigos publicados no volume de 2010 da SSS foram traduzidos às expensas de suas autoras e autor. Em 2011, 2012, 2013 e até o momento, não houve nova chamada para a seleção de artigos da REF para essa publicação.

Sem contar com editorias específicas, têm feito parte da REF a *Seção Temática* e a *Seção de Artigos Temáticos*. A primeira tem certa semelhança com o *Dossiê*, no sentido de ser este proposto por organizadoras/es externas/os ou participantes da editoração da revista, que convidam autores especialistas para a produção de artigos em torno de um tema de interesse do campo e publicação acordada com a coordenação editorial, em determinado número da REF. O que distingue as duas seções é que o *Dossiê* foi



projetado para fazer a ponte com os movimentos sociais, buscando, nas palavras de Albertina Costa (2004, p. 209), abarcar “[...] diversas contribuições a respeito de temas candentes para o movimento de mulheres”. A avaliação dos artigos é de responsabilidade das/os proponentes organizadoras/es e, especialmente, da editoria de *Dossiês*.

Essa seção da REF já foi alvo de análise realizada por Sônia Maluf, que a apresenta como a “[...] abertura de um espaço de diálogo entre a produção acadêmica e intelectual e a militância, o ativismo e as políticas feministas” (MALUF, 2004, p. 235), anexando, ao final de suas reflexões, a relação dos 24 *Dossiês* publicados entre o número zero da revista e o volume 12, número 1/2004 (MALUF, 2004). Seu balanço analítico dos dossiês publicados até então continua sendo referência fundamental para o estudo dessa seção da revista. Em artigo publicado na Seção Especial dedicada aos quinze anos da REF, em que analisa os desafios de uma militância concretizada no esforço coletivo de produzir uma publicação acadêmica, Cristina Wolff (2008) destaca as várias seções da revista que fazem o diálogo com os movimentos sociais e arrola, ao final do texto, os *dossiês*, *seções temáticas* e *debates* publicados até aquele número (WOLFF, 2008). No mesmo número, Leila Barsted analisa as relações da revista com os movimentos sociais, detendo-se em seus *dossiês*. Até o número atual da REF (v. 21, n. 2, 2013), podemos contabilizar 33 *Dossiês* publicados.<sup>6</sup>

A *Seção Temática* resulta de proposta de organizador/a, externo/a ou não ao grupo que produz a revista, de chamar a produção de artigos sobre tema de interesse do campo de estudos feministas e de gênero, para publicação agendada com a

<sup>6</sup> Conferir tabela do Anexo A.



coordenação editorial da revista. Esses artigos têm cunho acadêmico e devem passar por pareceristas *ad hoc*, como os restantes. Assim, algumas das propostas de *Dossiê* que a REF tem recebido, por não terem sua produção ligada aos movimentos sociais e apresentarem um feitiço mais voltado para a pesquisa acadêmica, acabam sendo aceitas e publicadas como *Seção Temática* (Quadro 2).

Vol.	Nº/Ano	Organizadoras/es	Temas
12	2/2004	Nadya A. Guimarães	Gênero e trabalho
13	1/2005	Wivian Weller	Gênero e juventude
15	3/2007	Gláucia de O. Assis Ethel V. Kosminsky	Gênero e migrações contemporâneas
17	3/2009	Cláudia de L. Costa Sônia E. Alvarez	Translocalidades: por uma política feminista da tradução
19	1/2011	Alice Gabriel	Ecofeminismo e ecologias <i>queer</i>
19	3/2011	Alexandre F. Vaz	A construção de corpos no esporte

**Quadro 2** - *Seções Temáticas* publicadas na REF

Fonte: *Revista Estudos Feministas*.

A *Seção de Artigos Temáticos* (Quadro 3) reúne vários artigos já avaliados por pareceristas *ad hoc* e aceitos para publicação, que, coincidentemente, referem-se a um mesmo tema. São convidadas para organizá-los e fazer a apresentação da seção uma ou mais editoras da revista, conforme seus interesses de pesquisa e familiaridade com a temática em que foram produzidos esses textos já aprovados pelas/os pareceristas da revista. Essa prática tem servido para desafogar a fila de artigos esperando publicação, que é sempre grande na REF.



Vol.	Nº/Ano	Organizadoras/es	Temas
13	3/2005	Cristina S. Wolff Lidia M. V. Possas	Escrevendo a história no feminino
15	1/2007	Marília G. de Carvalho Miriam Adelman Cristina T. Rocha	Gênero e mídia
16	1/2008	Eleonora M. de Oliveira	A contribuição do feminismo à pesquisa sociológica contemporânea
16	2/2008	Luzinete S. Minella	Corpo, sexualidade e saúde: políticas, discursos e práticas
16	3/2008	Zahidé L. Muzart Constância L. Duarte	Século XIX: quando as mulheres viajam
17	2/2009	Susana B. Funck	Gênero e(m) discurso(s)
18	1/2010	Mara C. de S. Lago	Reflexões e práticas Psi
18	2/2010	Cristina S. Wolff	Mulheres no mundo do trabalho
20	3/2012	Tânia Regina de O. Ramos	Textualidades literárias e seus sujeitos femininos
21	1/2013	Mara C. de S. Lago Cristina S. Wolff	Masculinidades, diferenças, hegemonias
21	3/2013	Liane Schneider Susana B. Funck	Palavra e imagem: representações ideológicas

**Quadro 3** - Seções de Artigos Temáticos publicadas na REF

Fonte: *Revista Estudos Feministas*.

## ► Concluindo

Os títulos das diversas seções da revista já são um bom indicativo dos temas abordados pela publicação, na dinâmica dessas duas décadas de sua circulação. Evidenciam também, através dos textos, das escolhas teóricas diversificadas de suas/seus autoras/es, as relações da revista com as políticas e os movimentos sociais que estão implicados nas vivências que constituem sujeitos na cultura, em suas posições de gênero, gerações, classe, etnia...





Na citação usada como epígrafe deste texto, Lavinias (1992) ressalta que os homens estavam ausentes, ainda, entre as pesquisadoras que revolucionavam o campo das Ciências Sociais Humanas, questionando a secundarização histórica das mulheres na sociedade. Diniz e Foltran (2004) concluem seu texto dizendo que os homens são raros na autoria dos artigos publicados na REF em seus primeiros dez anos de circulação. Falam ainda da quase ausência de autoras/es provindas/os dos países vizinhos.

Além das mudanças que ocorreram na gestão editorial da revista, que se esforça também por preservar o projeto editorial que a distingue, criado por suas idealizadoras, algumas transformações aconteceram no campo das publicações feministas e de gênero, e se fizeram presentes na REF. Uma delas foi a entrada dos homens como pesquisadores desse campo de estudos e como autores na revista. Se sua presença é minoritária, já é bastante expressiva (SCAVONE, 2013; LAGO, 2013), como tem ocorrido no Fazendo Gênero. Outras alterações foram o aumento das parcerias na autoria dos artigos e, a mais importante, a visível presença de autoras/es provindas/os dos países latino-americanos nossos vizinhos, que publicam na revista em sua própria língua.

Por fim, o índice de citações alcançado pela REF na *SciELO* foi uma notícia muito gratificante para todas as editoras envolvidas com sua publicação: a *Revista Estudos Feministas* é um periódico acadêmico da área de Ciências Sociais Humanas, é feminista, dedica-se aos estudos de gênero, sempre procurou estar envolvida com os movimentos que lutam por igualdades, pela defesa das diferenças e contra todas as formas de discriminações, é uma publicação interdisciplinar, é fruto do trabalho coletivo desde sua concepção.



## ► Referências

ADELMAN, Miriam. Das margens ao centro? Refletindo sobre a teoria feminista e a sociologia acadêmica. *Revista Estudos Feministas*, v. 11, n. 1, p. 282-288, 2003.

BARSTED, Leila Linhares. As relações da *Revista Estudos Feministas* com os movimentos de mulheres. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 1, p. 97-103, 2008.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: mulheres em carreiras de prestígio. *Revista Estudos Feministas*, v. 7, n. 1 e 2, p. 9-24, 1999.

COSTA, Albertina de Oliveira. *Revista Estudos Feministas*: primeira fase, locação Rio de Janeiro. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, n. Especial, p. 205-210, 2004.

COSTA, Cláudia de Lima. Feminismos e pós-colonialismos. *Revista Estudos Feministas*, v. 21, n. 2, p. 655-658, 2013.

DINIZ, Débora; FOLTRAN, Paula. Gênero e feminismo no Brasil: uma análise da *Revista Estudos Feministas*. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, n. Especial, p. 245-253, 2004.

LAGO, Mara Coelho de Souza. Narrar a REF e fazer a REF: uma história coletiva. *Revista Estudos Feministas*, v. 21, n. 2, p. 643-658, 2013.

\_\_\_\_\_. *Revista Estudos Feministas*, Brasil, 16 anos: uma narrativa. *Ex Aequo - Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, n. 19, p. 51-62, 2009.

LAVINAS, Lena. Editorial. *Revista Estudos Feministas*, n. 0, p. 3-4, 1992.

MALUF, Sonia Weidner. Os dossiês da REF; além das fronteiras entre academia e militância. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, n. Especial, p. 235-243, 2004.



MENEZHINI, Roberto. *Os periódicos científicos brasileiros e seus editores*. 2013. Disponível em: <[http://eventos.scielo.org/encontro-ciencias-manas/files/2013/05/Rogério\\_Meneghini.pdf](http://eventos.scielo.org/encontro-ciencias-manas/files/2013/05/Rogério_Meneghini.pdf)>. Acesso em: 22 jun. 2013.

MINELLA, Luzinete Simões. Fazer a REF é fazer política; memórias de uma metamorfose editorial. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 1, p. 105-116, 2008.

MINELLA, Luzinete S.; GROSSI, Miriam P. Publicações feministas brasileiras: compartilhando experiências. *Revista Estudos Feministas*, v. 11, n. 1, p. 217-223, 2003.

SCAVONE, Lucila. Perfil da REF dos anos 1999-2012. *Revista Estudos Feministas*, v. 21, n. 2, p. 587-596, 2013.

VAILATI, Teci; COSTA, Cláudia de Lima. *As referências bibliográficas evidenciando o tráfico das teorias*. Florianópolis: Seminário de Iniciação Científica, UFSC, 2006.

WOLFF, Cristina Scheibe. Estudos feministas e movimentos sociais: desafios de uma militância em forma de revista. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 1, p. 81-86, 2008.



### Anexo A - Quadro dos *Dossiês* publicados

Vol.	Nº/Ano	Organizadoras/es	Temas
0	1992		Mulher e Meio Ambiente
1	1/1993		Mulher e Violência
1	2/1993		Mulher e Direitos Reprodutivos
2	N. Esp./1994		Colóquio Brasil/França/Quebec
2	2/1994	Eli Diniz	Leila Diniz
2	3/1994		O Feminismo Hoje
3	1/1995		A IV Conferência Mundial da Mulher
3	2/1995	Matilde Ribeiro	Mulheres Negras
4	1/1996	Lena Lavinias	Ações Afirmativas
4	2/1996	Lena Lavinias	Políticas Públicas e Pobreza
5	1/1997	Alda Britto da Motta	Gênero e Velhice
5	2/1997	Ana Arruda Callado	Aborto
6	1/1998	Marilena Villela Corrêa	Novas Tecnologias Reprodutivas
6	2/1998	Maria Luiza Heilborn e Sérgio Carrara	Masculinidade
7	1e 2/1999	Bruna Francheto	Mulheres Indígenas
8	1/2000	Luzinete Simões Minella e Maria Juracy Toneli Siqueira	Relações de Gênero e Saúde Reprodutiva
8	2/2000	Sonia E. Alvarez, Marlene Libardoni e Vera Soares	Advocacy Feminista
9	1/2001	Miriam Pillar Grossi e Sônia Malheiros Miguel	Mulheres na Política, Mulheres no Poder
9	2/2001	Guacira Lopes Louro e Dagmar Estermann Meyer	Gênero e Educação
10	1/2002	Luiza Bairros	III Conferência Mundial contra o Racismo
10	2/2002	Maria Lúcia Mott	Parto
11	1/2003	Luzinete Simões Minella e Miriam Pillar Grossi	Publicações Feministas Brasileiras: compartilhando experiências



Vol.	Nº/Ano	Organizadoras/es	Temas
11	2/2003	Sonia E. Alvarez, Nalu Faria e Miriam Nobre	Feminismos e Fórum Social Mundial
12	1/2004	Anita Brumer e Maria Ignez Paulilo	Mulheres Agricultoras do Sul do Brasil
13	2/2005	Maria José Rosado-Nunes	Gênero e Religião
14	2/2006	Anna Paula Uziel, Luiz Mello e Miriam Grossi	Conjugalidade e Parentalidade de Gays, Lésbicas e Transgêneros no Brasil
16	2/2008	Carmen Tornquist, Cristiani B. da Silva e Mara C. de S. Lago	Aborto
16	3/2008	Matilde Ribeiro e Flávia Piovesan	120 anos da abolição da escravidão no Brasil
18	3/2010	Carmem Susana Tornquist, Teresa K. Lisboa e Marcos F. Montysuma	Mulheres e Meio Ambiente
19	2/2011	Cristiani Bereta da Silva e Paula Regina Costa Ribeiro	Gênero e Sexualidade no Espaço Escolar
20	2/2012	Berenice Bento e Larissa Pelúcio	Vivências Trans: Desafios, Dissidências e Conformações

**Fonte:** Revista Estudos Feministas.



## VIOLÊNCIAS: UM OLHAR SOBRE A REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS



*Lucila Scavone*

O objetivo deste texto é analisar as características e as tendências das publicações sobre as violências contra as mulheres na *Revista Estudos Feministas* (doravante REF). Procuramos situar este estudo no período histórico em que a violência de gênero emergiu como objeto de estudo no país e sua continuidade. Interessa-nos observar a relação do tema não só com a visibilidade social e política que lhe foi dada pelo Movimento Feminista e de Mulheres, mas sobretudo com os aspectos de sua crítica.

Para realizar nosso objetivo, utilizamos os resultados de duas pesquisas. Uma mais recente, centrada no perfil e conteúdo das principais publicações feministas acadêmicas brasileiras, entre as quais a REF foi uma das revistas pesquisadas, contemplando-se os anos 1999-2012.<sup>1</sup> A segunda, iniciada anteriormente, voltada para o conjunto da produção dos Núcleos de Pesquisa

---

<sup>1</sup> SCAVONE, Lucila. Pesquisa: Revistas Acadêmicas Feministas (CNPq/UNESP, 2012).



de Gênero e Feministas no Brasil, entre os quais trabalhamos com a REF no período de 1992-1998.<sup>2</sup>

A escolha da REF não foi fortuita, primeiramente porque a questão das violências foi, e ainda é, pauta política e teórica do(s) feminismo(s). A REF, de acordo com seu próprio nome, é uma publicação feminista com reconhecimento acadêmico e vem sendo editada ininterruptamente desde 1992. Foi a primeira revista científica brasileira no campo dos estudos feministas e de gênero no país, que continua a publicar até o presente.<sup>3</sup> Ela surgiu em um momento propício, em que ocorria um crescimento da produção científica sobre as questões de gênero na academia brasileira.

Assim, a REF nasceu atenta às demandas das feministas, muitas das quais contribuíram para sua criação e continuidade, em nível nacional, conforme podemos verificar pela sua trajetória, já que esteve inicialmente sediada na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e, desde 1999, sua sede é a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis.

Cabe ressaltar que os problemas relacionados às violências contra as mulheres fizeram parte das lutas e debates do feminismo brasileiro contemporâneo a partir dos meados dos anos 70. Os grupos autônomos feministas, especialmente os SOS, buscavam viabilizar saídas para os problemas que atingiam as mulheres, entre eles, as violências. A questão sempre foi complexa, já que envolvia esferas jurídicas, policiais, sociais e subjetivas.

---

<sup>2</sup> SCAVONE, Lucila. Pesquisa: Estudos de gênero e Feministas no Brasil: implicações científicas e sócio-políticas (CNPq/UNESP, 2010-2014).

<sup>3</sup> No Rio de Janeiro, nos anos 80, surgiu a *Revista Perspectivas Antropológicas da Mulher*, que era ligada a um grupo de antropólogas feministas e que foi publicada durante quatro anos. Em 1993, a REF foi seguida pela *Cadernos Pagu/Unicamp*, que também continua publicando até os dias que correm.





Inúmeras campanhas nacionais contra os assassinatos de mulheres ocorreram ao longo desses anos, entre as quais o caso de Ângela Diniz (1976), assassinada por seu namorado, virou um símbolo do início das lutas contra a violência de gênero no país. Absolvido no primeiro julgamento, as feministas lançaram a mobilização nacional “Quem ama não mata”, que se espalhou rapidamente pela mídia; levado ao segundo julgamento, o criminoso foi condenado. A absolvição tinha sido baseada na tese jurídica da “legítima defesa da honra”, utilizada para os casos em que o agressor alegava ter sido traído. Esse recurso jurídico perdurou até março de 2005, quando foi promulgada a lei que revogou o adultério, até então considerado crime contra o casamento, desde o Código Penal de 1940.

A criação das Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs) nos meados dos anos 80, ou das hoje também chamadas de Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres (Deams); a revogação do adultério como crime contra o casamento; a promulgação da Lei Maria da Penha em 2006, que “tipifica a violência doméstica e familiar como crime” são alguns dos resultados da pressão dessas mobilizações. Portanto, as lutas feministas que buscavam denunciar e eliminar as violências contra as mulheres foram um dos eixos importantes do movimento feminista brasileiro de então, com ressonâncias abrangentes e, provavelmente, com efeitos mais concretos – do ponto de vista jurídico e político – do que aquelas, do mesmo período, pela saúde e direitos reprodutivos.

As mudanças políticas, sociais, jurídicas e tecnológicas que ocorreram na sociedade brasileira e as conquistas feministas ao longo desses mais de quarenta anos de mobilização indicam que houve avanços na resolução dessas violências, mas, por outro lado, apontam para permanências e para a complexidade crescente dessa problemática.

As violências contra as mulheres continuam vivas de diferentes maneiras: sejam nos efeitos da divisão sexual do traba-



lho na família e/ou fora dela; nas guerras e rebeliões; nos riscos da saúde e da reprodução; nas experiências compulsórias de sexualidade... Elas fazem parte da vida real e, cada vez mais, da virtual e desdobram-se em discursos políticos, jurídicos, científicos e do senso comum, que seguidamente (re)produzem suas manifestações.

Ao ser indagada sobre a questão das mulheres e sobre sua identidade feminista, Judith Butler (2010, p. 162) respondeu:

não acho que vimos o fim da violência contra a mulher, não acho que vimos o fim de certas concepções profundamente arraigadas sobre quais são as fraquezas das mulheres, ou sobre a capacidade das mulheres na esfera pública, ou sobre uma série de outras coisas. Se a gente olhar para diferentes níveis de pobreza, diferentes níveis de escolaridade, vê que o sofrimento das mulheres é incomensurável. Então, sim, eu sou uma feminista.

## ► O percurso das pesquisas e conceitos

A pesquisa mais recente na REF foi realizada nas publicações de 1999 (v. 7, n. 1-2 duplo) a 2012 (v. 20, n. 1-3), que somam 36 números - exceto o n. Especial de 1999, em inglês - e 471 artigos publicados. Esse universo quantitativo foi arquivado em um Banco de Dados<sup>4</sup> com base na análise das palavras-chave, dos títulos e resumos de cada artigo, possibilitando-nos definir com maior precisão os principais eixos temáticos publicados nessa revista, a partir de seus próprios artigos.<sup>5</sup> De posse desses dados, categorizamos sete eixos temáticos por ordem da maior à menor frequência percentual, cujas definições foram dadas com base nos artigos publicados pela REF - "Cidadania, Movimentos

<sup>4</sup> *Software* realizado com a supervisão técnica da Profa. Dra. Daniela Gibertoni, Fatec/Unesp e Katrini Alves da Silva, Licenciada CS/Unesp.

<sup>5</sup> Esse critério possibilitou uma visão mais precisa dos temas publicados na revista e só pôde ser realizado com o suporte do referido *software*.



Sociais e Políticas”; “Cultura, Educação e Mídia”; “Corpo, Identidade, Geração e Sexualidade”; “Migração, Trabalhadoras e Trabalho”; “Teorias de Gênero”; “Saúde Reprodutiva e Sexual”; “Famílias” – e cada um destes foi subdividido em cinco microeixos, desdobrando-se nos temas específicos que lhes compunham (SCAVONE, 2013).

A visão desse período indicou que os dois primeiros eixos temáticos, “Cidadania, Movimentos Sociais e Políticas” e “Cultura, Educação e Mídia”, aglutinaram 53% dos artigos publicados, o primeiro microeixo com 27% dos artigos e o segundo com 26% deles. Esses dados nos indicam a importância dos assuntos políticos, sociais, educativos e culturais na REF, condizente com sua política editorial, cuja marca é contribuir para um diálogo profícuo das questões feministas e de gênero com os movimentos sociais, conforme sua missão. Os artigos sobre violências estão incluídos no primeiro eixo temático e representaram 8% de suas publicações, as quais iremos trabalhar neste artigo.

Já a pesquisa anterior englobou os primeiros sete anos da REF, 1992-1998, e não utilizamos a mesma metodologia da acima descrita. Um dos objetivos dessa pesquisa foi coletar os dados dos principais Núcleos e Centros de Pesquisa de Gênero e Feministas das Universidades no Brasil, suas atividades de investigação e ensino, como também suas produções. Portanto, incluiu visitas e entrevistas com as pesquisadoras em seus locais de trabalho, além do trabalho de coleta e arquivamento das produções.<sup>6</sup>

A REF foi, então, analisada no âmbito da produção do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC), onde encontramos sua coleção completa. Tampouco realizamos nessa pesquisa uma análise geral quantitativa de todos os artigos publicados, como foi feito com os dados da pesquisa mais recente. Foram publicados

---

<sup>6</sup> Os critérios de escolha dos núcleos pesquisados incluíram, sobretudo, longevidade e projeção em âmbito nacional.



de 1992 (v. 0) a 1998 (v. 6) 14 números, sendo que 12 números foram publicados na UFRJ/RJ.<sup>7</sup> Nesse período, os artigos ainda não tinham resumo nem palavras-chave, o que necessitou uma pesquisa exploratória que incluiu leitura dos editoriais e busca ativa dos artigos.<sup>8</sup>

O universo das duas pesquisas nos possibilitou construir um contínuo temporal com o período mais recente e reunir todos os números publicados da REF até 2012. Com isso, foi possível lançar um olhar tanto abrangente quanto detalhado sobre as publicações das violências contra as mulheres na quase totalidade de seus números, publicados em português, isto é, de 1992 a 2012.

Levando em conta a existência de inúmeros conceitos sobre a questão da violência contra as mulheres, utilizamos o termo no plural, já que ele comporta várias formulações – não só a dos estudos e pesquisas de gênero e feministas, como também as que foram elaboradas por outros estudos das diversas áreas do saber, todas com o intuito de especificar, com maior precisão, cada aspecto de suas manifestações, tais quais: violência de gênero, violência doméstica, violência conjugal, violência intrafamiliar, violência simbólica, violência expressiva, violência sexual, violência do discurso, assédio sexual, estupro, assassinato de mulheres, entre outros (SAFFIOTI, 1999, 2001, 2002; SUÁREZ; BANDEIRA, 2002; TELES; MELO, 2002; BLAY, 2008; CÔRTEZ, 2012).

Entre essa profusão de especificidades, o conceito de violência de gênero foi um dos que expressaram, de forma mais abrangente, as prerrogativas masculinas nas relações de poder entre os sexos. Já que o conceito de gênero possibilita evidenciar

---

<sup>7</sup> O primeiro exemplar de 1999 (v. 7, n. 1) foi publicado na transição em conjunto UFRJ/UFSC. O n. Especial em inglês publicou uma seleção de textos traduzidos dos artigos publicados até então em português. Mais informações sobre percurso nacional da REF podem ser encontradas em Scavone (2013).

<sup>8</sup> A REF, a partir de 2000, começou a incluir os requisitos do padrão acadêmico científico de revistas. Nesse ano, também passou a ter auxílio do CNPq. A partir de 2001, ingressou na plataforma SciELO. Agradeço às bolsistas Pibic Bianca Ceron Barbosa e Janaína Alves pelo trabalho de busca ativa dos artigos.

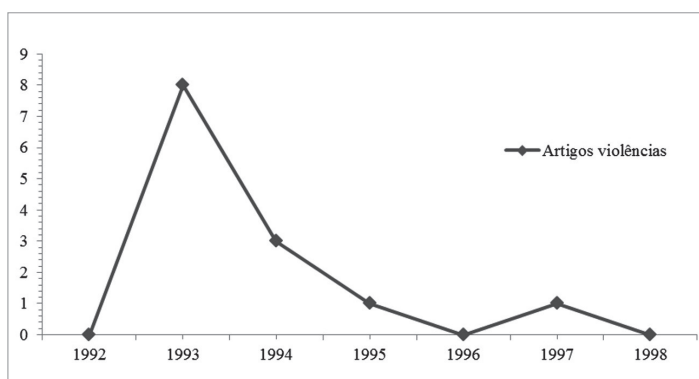


que o poder se constitui nas diferenças aí percebidas, ele foi frequentemente utilizado nos artigos, dos dois períodos pesquisados, para expressar as diferentes formas de violências contra as mulheres (SCOTT, 1995). “Violência de gênero é o conceito mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos sexos”, o qual é marcado “pelo sistema de dominação-exploração da categoria homens”, conforme Saffioti (2001, p. 115).

Cabe ressaltar que todas essas diferentes manifestações e conceituações são atravessadas pelas relações de dominação e poder entre os sexos, que podem estar interseccionadas com as categorias de classe, raça/etnia ou gerações. Com abordagens e propósitos distintos, essas duas pensadoras enfatizam as relações de poder entre os sexos, que subjazem às violências de gênero em suas múltiplas facetas.

### ► Aproximando o olhar

No gráfico 1, podemos observar a curva das publicações sobre violências no período inicial da REF, de 1992 a 1998.



**Gráfico 1** - Publicações sobre violências entre 1992 e 1998

Fonte: SCAVONE, Lucila. Estudos de Gênero e Feministas: Implicações científicas e sócio-políticas CNPq/UNESP (2010/14)



Ao longo desse período de sete anos, encontramos 13 textos sobre violências, sendo que oito deles compuseram um dossiê sobre o tema em 1993 (v. 1, n. 1), que constituiu o pico do período. Nesse dossiê, há seis artigos sobre a questão das violências, mais uma Proposta de Lei e um Manifesto. Nesse intervalo de tempo, não há nenhum artigo sobre o tema durante três anos.

Observamos, na análise qualitativa desse número, que as mobilizações e expectativas feministas eram intensas naqueles anos, não só para a revisão do Código Penal no que concernia à violação sexual e estupro e à violência doméstica; como também para uma revisão de pontos da Constituição que concerniam às mulheres, entre eles a legalização do aborto. O Editorial da REF de 1994 lembra que a Constituição já garantia “a leitura da violência doméstica como fato da alçada do público, portanto, sujeita à intervenção” (LAVINAS, 1993).

Dos artigos do dossiê, três se referem ao problema dos benefícios do recurso penal, então vigente, da “legítima defesa da honra”, utilizado para inocentar assassinos de mulheres, os quais alegavam terem sido traídos. São eles: “Um estudo americano sobre a violência no Brasil” (PITANGUY, 1993) e “A desonra de uma sociedade” (LAMEGO, 1993). A reincidência e as semelhanças desse tipo de assassinato foram também discutidas no terceiro artigo, “De Ângela Diniz à Daniela Perez: a trajetória de impunidade” (GROSSI, 1993).

Além desses, outros três artigos do dossiê fazem uma reflexão sobre diferentes tipos de violências familiares/conjugais: tanto a violência durante o período da gravidez (OLIVEIRA; VIANNA, 1993); como os abusos sexuais silenciados dentro das famílias (LANGDON, 1993); e, também, a polêmica questão do vitimismo das mulheres agredidas (GREGORI, 1993). A Proposta de Lei Contra a Violência Familiar formulada pelas advogadas Pimentel e Pierro (1993) abrange todos os casos dessa violência e evidencia a articulação do feminismo brasileiro de então nas



conferências, fóruns e associações internacionais de combate a todas as formas de violências e de discriminações às mulheres.

No “Manifesto das Mulheres” (1993), há propostas de alteração do Código Penal Brasileiro, quase inteiramente voltado para as violências em torno da família, estupro, assédio sexual e crimes sexuais. É assinado pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (ONG Cfemea) e com a informação de ter circulado nos Grupos Feministas e no Movimento de Mulheres.

A partir de 1994 (n. Especial), observamos uma curva descendente no número de artigos sobre violências. Nesse ano, foi publicado um dossiê com três artigos sobre violência e assédio sexual. O primeiro artigo faz um balanço da “Violência de Gênero no Brasil” daquela época (SAFFIOTI, 1994) e dados sobre a CPI da Violência contra a Mulher de 1992, os quais mostravam, segundo a análise da autora, “como a não disponibilidade cotidiana da mulher para a satisfação dos desejos de sexo/poder do companheiro” engendrava a “violência doméstica”. O texto analisa, também, os dados empíricos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre práticas violentas, além da questão do alcoolismo e seus desdobramentos às violências de gênero. O segundo artigo, de uma canadense, trata da questão da “Violência e Assédio Sexual” no Quebec (GENDRON, 1994), com especial atenção aos aspectos das violências cotidianas de que as mulheres são alvo, além da violência conjugal, como “estupros, incestos, violências cometidas contra as lésbicas”, entre outras.

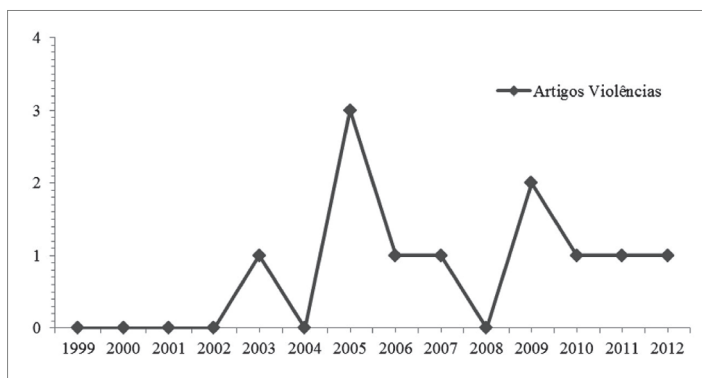
O terceiro artigo faz uma análise das “Novas/Velhas Violências Contra a Mulher no Brasil” (GROSSI, 1994), com uma síntese da questão da violência nas lutas feministas brasileiras do final dos anos 70 até os anos 90, além de abordar temas e conceitos como violência conjugal, abuso sexual infantil, assédio sexual e violência contra as mulheres de grupos étnicos não brancos no país. Nesse número, foram encontrados outros dossiês dedicados às reflexões sobre os temas que seriam debatidos na



Conferência da População no Cairo, que ocorreria ainda naquele ano, como também reflexões para a Conferência Internacional da Mulher em Beijing, que foi realizada no ano seguinte.

Em 1995, há um artigo no dossiê que analisou o processo preparatório e os desdobramentos da Conferência de Pequim e que trata, também, entre outros pontos, da questão da violência de gênero (SAFFIOTI, 1995). Em 1997, o artigo sobre “Violência Simbólica, Saberes Masculinos e Representações Femininas” (SOIHET, 1997) analisa, de um ponto de vista histórico, os discursos masculinos sobre as mulheres no século XIX e a violência simbólica que geraram, ao representarem a relação de dominação masculina como uma diferença de ordem natural.

Nesse intervalo de tempo, observa-se um forte entrelaçamento entre o Movimento Feminista e/ou de Mulheres com as feministas acadêmicas que, em geral, participavam das duas frentes. Portanto, o combate às violências, suas definições e a busca de meios para solucioná-las tiveram essas duas origens nesse período e os artigos publicados na REF nos anos em pauta revelam essa tendência. Podemos dizer que essas reflexões sobre violências se beneficiavam dessa dupla experiência de suas autoras (Gráfico 2).



**Gráfico 2** - Artigos sobre violências entre 1999 e 2012

Fonte: SCAVONE, Lucila. *Revistas Acadêmicas de Gênero e Feministas* (2010)





Em tal período, encontramos 11 artigos sobre violências, de acordo com o gráfico 2, os quais perfizeram 8% do primeiro eixo temático da REF, “Cidadania, Movimentos Sociais e Políticas” (SCAVONE, 2013). Cabe destacar que esses artigos estão inseridos em um universo muito maior que o da pesquisa anterior; de fato, aqui foram 471 artigos publicados em 36 números, conforme já referido. Para esta pesquisa, lançamos nosso olhar para os 11 artigos que compuseram o microeixo Violências e analisamos seus títulos, resumos e palavras-chaves. Ao longo do período, há seis anos sem nenhum artigo sobre violências e não há, tampouco, dossiê(s) específico(s) sobre a questão.

Observando o gráfico, percebemos que, nos primeiros quatro anos, não há nenhum artigo sobre violências e, se olharmos em continuidade com o ano de 1998, no gráfico 1, verificamos que a REF ficou cinco anos seguidos sem publicar artigos sobre esse assunto. Após esse hiato, no gráfico 2, temos um pico em 2005, com três artigos e, em 2009, dois artigos, além dos seis artigos publicados unitária e esparsamente nos anos restantes.

Em 2003, o artigo sobre a Lei nº 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais Criminais) polemiza seu déficit teórico. Campos (2003) mostra como essa lei, criada para “fixar punição de delitos de menor potencial ofensivo”, acabou sendo usada para julgar a violência conjugal, sem ter aí integrado “o paradigma da criminologia feminista ancorado no conceito de gênero”. Em sua análise, mostra como esse fato acarretou a “banalização da violência doméstica”, entre outros graves prejuízos às mulheres.

Em 2005, foram publicados três artigos sobre violências de gênero em seus variados aspectos: o primeiro deles trata dos feminicídios na cidade de Juarez, no México, e analisa “a impunidade e a proteção dos assassinos”, ao mesmo tempo que verifica a existência de um “poder discricionário de seus perpetradores e o controle que eles detêm sobre pessoas e recursos de seu território, selando e reforçando com isso um pacto de fraternidade” (SEGATO, 2005).



O segundo artigo analisa, com base em dados da cidade de Tapachula/Chiapas/México, o tráfico de mulheres para exploração sexual/prostituição (ACHARYA; STEVANATO, 2005), e o terceiro é resultado de uma pesquisa tipo intervenção que buscou compreender um grupo de mulheres afrodescendentes e suas experiências de violências de gênero, ao utilizar os valores históricos de suas descendências para reverter-lhes a baixa autoestima (MENEGHEL; FARINA; RAMÃO, 2005).

Em 2006, foi publicado um segundo artigo sobre a Lei dos Juizados Especiais Criminais. A autora e o autor recuperam “os discursos do feminismo jurídico e do garantismo penal” para analisar a “ineficácia da lei em ambas as perspectivas” (CAMPOS; CARVALHO, 2006).<sup>9</sup> Já em 2007, há um artigo sobre a violência sexual perpetrada às mulheres muçulmanas na Guerra do Iraque, problematizando a guerra como um espaço do exercício da violência masculina (RIAL, 2007).

Os dois artigos sobre violências de 2009 tratam tanto da violência doméstica como da violência do discurso. O primeiro pesquisou a experiência das mulheres “vítimas da violência doméstica” durante e após a denúncia em um Centro Estadual de Referência e Apoio à Mulher (PARENTE; NASCIMENTO; VIEIRA, 2009). O segundo trata dos discursos nos jornais sobre violência de gênero, considerando-os como “tecnologias de gênero” que constroem “homens e mulheres” ao narrarem as violências” (PEREIRA, 2009).

Em 2010, foram publicados os resultados de uma pesquisa sobre a “inserção dos psicólogos na rede intersetorial de serviços para mulheres em situação de violência”, proposta que faz uma intersecção da questão da violência com a saúde, mais

---

<sup>9</sup> Isso evidencia que o conceito de gênero, muito usado pelas feministas, cientistas sociais e advogadas, nem sempre foi/é integrado em sua acepção analítica (não somente descritiva) por profissionais que trabalham com a questão das violências.



especificamente, os locais de trabalho dessa área (HANADA; D'OLIVEIRA; SCHRAIBER, 2010).

A violência doméstica é analisada em 2011, em uma pesquisa sobre o trabalho fabril e as “mudanças nos papéis de gênero” – em uma região nordestina de industrialização recente – causadas pela remuneração do trabalho das mulheres. O estudo mostra como este fato acirrou a violência doméstica (ARAÚJO; LIMA; BORSOI, 2011). Por fim, em 2012, uma pesquisa analisa o discurso jurídico em relação aos assassinatos de mulheres para compreender o modo como “foi construída a prerrogativa da legítima defesa da honra na Jurisprudência brasileira” e, também, revela que o argumento da traição da mulher é ainda utilizado como “estratégia jurídica como tentativa de reversão da pena de homicídio qualificado pela defesa do réu” (RAMOS, 2012).

Se, nesse período, não identificamos na maioria dos artigos a mesma ligação da militância feminista com a produção acadêmica – pelo próprio fato de estarmos em um outro momento histórico –, observamos, por outro lado, uma importante diversificação nas pesquisas e análises sobre o tema, que, além de incluir pesquisas feitas em outros países, incluiu, também, análises do discurso jurídico e jornalístico. Isso implicou uma abordagem interdisciplinar das violências, em áreas como Antropologia, Comunicação, Direito, Política Internacional, Políticas Públicas e Sociais, Sociologia, Linguística, Psicologia e Serviço Social.

### ► Uma improvável síntese

A primeira observação sobre os dados das duas pesquisas – no que concerne às publicações sobre violências, nos gráficos 1 e 2 – nos mostra que há uma diferença importante entre os dois períodos analisados. O debate sobre violências foi proporcionalmente muito mais relevante no primeiro período do que no



segundo. Importante ressaltar que, neste período, os artigos eram bem menores e ainda não seguiam estritamente as Normas das Revistas Acadêmicas, fato que não modifica a constatação mencionada.<sup>10</sup> Portanto, levantamos algumas hipóteses para compreender melhor essa diferença.

A primeira delas refere-se à fase inicial do feminismo brasileiro contemporâneo,<sup>11</sup> em que as lutas específicas contra a violência às mulheres ganharam muita força política. Soma-se a esse fato a forte identificação das mulheres que, então, estavam na universidade (professoras, pesquisadoras, alunas) com as questões pontuais do feminismo nesse primeiro período, conforme mencionado: as autoras dos artigos eram ao mesmo tempo militantes feministas e acadêmicas. Grossi (1994, p. 473) denominou essa característica de “duplo pertencimento”, cuja mudança se deu a partir do final dos anos 80 e começo dos 90 e foi se acelerando gradativamente nos anos 2000.

Há que se considerar, além disso, as mudanças sociais e políticas ao longo da linha do tempo de todos os artigos publicados. Cabe lembrar primeiro a gradativa institucionalização do Movimento Feminista no final dos anos 80 e anos seguintes (ONGs, Conselhos de Estado) e a ampliação e dispersão das lutas feministas em várias frentes de interesses, as quais acompanhavam as demandas sociais e se refletiam, também, nas pesquisas acadêmicas.

Vale ressaltar que esse fenômeno de institucionalização do feminismo no Brasil se consolidou com maior força em 2003, com a criação da Secretaria de Políticas para Mulheres, que passou a ter *status* de Ministério. Podemos considerar, em certa medida, que desde então o país passou a colocar em prática um feminismo de Estado, o que significou, também, o aumento de pesquisas,

---

<sup>10</sup> Nos números iniciais, há alguns artigos sem referências bibliográficas, ver nota 8 deste texto.

<sup>11</sup> Usamos essa denominação para situar a fase do feminismo que teve início no período final da ditadura no país.



que, de fato, ocorreram na área geral de Estudos de Gênero e Feministas, com os incentivos de financiamentos de órgãos federais de pesquisa, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Esses argumentos nos levam a uma outra hipótese: a probabilidade de que os resultados de muitas das pesquisas acadêmicas sobre violências de gênero no país não tenham redundado, necessariamente, em publicações ou, também, que tenham sido publicadas em outros veículos acadêmicos, dado, também, o crescimento das revistas acadêmicas no país. Podemos, ainda, pressupor que as pesquisas e reflexões sobre violências contra as mulheres possam estar, cada vez mais, interseccionadas com outros temas.

Outra hipótese é que, no período atual, haja maior divulgação dos resultados das pesquisas sobre a questão em veículos militantes e/ou em livros e coletâneas. De fato, um levantamento nacional rigoroso sobre pesquisas acadêmicas brasileiras (teses, dissertações, monografias) em Gênero e Violência que cobre o período de 1975 a 2005 evidencia que a produção sobre o tema na academia é importante (GROSSI; MINELLA; LOSSO; 2006).

Por fim, há que considerar, ao longo do período, a maior e crescente diversificação temática nas pesquisas de gênero e feministas no país, o que acarreta uma multiplicação de subtemas, que provocam uma inevitável dispersão. A violência contra as mulheres, nesse caso, tornar-se-ia um tema entre inúmeros outros trabalhados e divulgados.

No caso das violências, questão histórica do feminismo e Movimento das Mulheres no país, os conteúdos dos artigos publicados na REF, ao longo dos vinte anos analisados, mostram-nos, no primeiro período, um claro compromisso político das/os autoras/es com a questão. Os resultados concretos dessas lutas se fizeram sentir muitos anos depois, quando as reivindicações foram realizadas. Um dos exemplos mais contundentes foi



a promulgação da lei, em 2005, que revogou o adultério como crime no Código Penal de 1940.

No segundo período, há uma significativa diversificação da abordagem das violências, além de dados originais de pesquisas. Observamos, também, que há análises críticas sobre perdas dos ganhos anteriores: na questão do recurso da legítima defesa da honra e na aplicabilidade duvidosa da categoria de gênero no discurso jurídico. Além disso, há novos recortes que cruzam temáticas como trabalho, guerra, tráfico de mulheres, impunidade, entre outros. Apesar das diferenças quantitativas entre esses dois cenários, que, de fato, são um, podemos considerar que há uma continuidade dos estudos sobre as violências de gênero na REF que é, no mínimo, significativa.

O pequeno acervo analisado sobre as questões feministas das violências de gênero evidencia que a produção acadêmica, científica e política não cessou de se ampliar e de se transformar, ao longo do período em pauta, ao acompanhar as mudanças do mundo contemporâneo. Há evidências, na maioria dos textos analisados, nos dois períodos, de uma densa e renovada crítica, que acompanha os acontecimentos do mundo social no que se refere às violências. Entretanto, faltam estratégias sobre as formas de divulgação desses conhecimentos e de seus impactos reais e simbólicos no mundo social.<sup>12</sup>

## ► Referências

ARAÚJO, Iara Maria; LIMA, Jacob Carlos; BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. Operárias no Cariri cearense: fábrica, família e violência doméstica. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 705-732, 2011.

<sup>12</sup> Agradeço à bolsista Bianca Ceron Barbosa (Pibic/CNPq) e a Katrini Alves da Silva pela elaboração dos gráficos apresentados neste artigo.



ACHARYA, Arun Kumar; STEVANATO, Adriana Salas. Violencia y tráfico de mujeres en México: una perspectiva de género. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 507-524, 2005.

BLAY, Eva Alterman. Assassinato de mulheres e direitos humanos. São Paulo: Editora 34, 2008.

BUTLER, Judith. Conversando sobre psicanálise. Entrevistadora: Patrícia Porchat Pereira da Silva Knudsen. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 161-170, 2010.

CAMPOS, Carmen Hein de. Juizados Especiais Criminais e seu déficit teórico. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 155-170, 2003.

CARVALHO, Salo de. Violência doméstica e Juizados Especiais Criminais: análise a partir do feminismo e do garantismo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 409-422, 2006.

CÔRTEZ, Gisele. Violência doméstica: Centro de Referência da Mulher 'Heleieth Saffioti'. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 17, n. 32, p. 149-168, 2012.

GENDRON, Colette. Violência e assédio sexual. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 2, n. Especial, p. 462-472, 1994.

GREGORI, Maria Filomena. As desventuras do Vitimismo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 143-149, 1993.

GROSSI, Miriam Pillar. De Ângela Diniz à Daniela Perez: a trajetória de impunidade. *Revista Estudos Feministas*, v. 1, n. 1, p. 166-168, 1993.

MINELLA Luzinete Simões; LOSSO Juliana Cavilha Mendes. *Gênero e Violência: pesquisas acadêmicas brasileiras (1975-2005)*. Florianópolis: Mulheres, 2006.

HANADA, Heloisa; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas; SCHRAIBER, Lilia Blima. Os psicólogos na rede de assistência a mulheres em situação de violência. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 33-60, 2010.



LAMEGO, Valéria. A desonra de uma sociedade. *Revista Estudos Feministas*, v. 1, n. 1, p. 152-154, 1993.

LANGDON, Jean E. "O dito e não dito": reflexão sobre narrativas que famílias de classe média não contam. *Revista Estudos Feministas*, v. 1, n. 1, p. 155-158, 1993.

LAVINAS, Lena. Editorial. *Revista Estudos Feministas*, v. 1, n. 1, p. 5-6, 1993.

MENEGHEL, Stela Nazareth; FARINA, Olga; RAMÃO, Silvia Regina. Histórias de resistência de mulheres negras. *Revista Estudos Feministas*, v. 13, n. 3, p. 567-583, 2005.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci; VIANNA, Lucila Amaral Carneiro. Violência conjugal na Gravidez. *Revista Estudos Feministas*, v. 1, n. 1, p. 162-165, 1993.

PARENTE, Eriza de Oliveira; NASCIMENTO, Rosana Oliveira do; VIEIRA, Luiza Jane Eyre de Souza. Enfrentamento da violência doméstica por um grupo de mulheres após a denúncia. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 445-465, 2009.

PEREIRA, Pedro Paulo. Violência e tecnologias de gênero: tempo e espaço nos jornais. *Revista Estudos Feministas*, v. 17, n. 2, p. 485-505, 2009.

PIMENTEL, Sílvia; PIERRO, Maria Inês Valente. Proposta de Lei contra a violência familiar. *Revista Estudos Feministas*, v. 1, n. 1, p. 169-175, 1993.

PITANGUY, Jacqueline. Um estudo americano sobre a violência no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 1, n. 1, p. 150-151, 1993.

RAMOS, Margarita Danielle. Reflexões sobre o processo histórico-discursivo do uso da legítima defesa da honra no Brasil e a construção das mulheres. *Revista Estudos Feministas*, v. 20, n. 1, p. 53-73, 2012.

RIAL, Carmen. Guerra de imagens e imagens da guerra: estupro e sacrifício na Guerra do Iraque. *Revista Estudos Feministas*, v. 15, n. 1, p. 131-151, 2007.





SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001.

\_\_\_\_\_. O estatuto teórico da violência de gênero. In: SANTOS, José Vicente Tavares (Org.). *Violências no tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 142-163.

\_\_\_\_\_. Violência contra a mulher e violência doméstica. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra (Org.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: FCC/Editora 34, 2002. p. 321-328.

SCAVONE, Lucila. Perfil da REF dos anos 1999-2012. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 587-596, 2013.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SEGATO, Rita Laura. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. *Revista Estudos Feministas*, v. 13, n. 2, p. 265-285, 2005.

SOIHET, Rachel. Violência simbólica, saberes masculinos e representações femininas. *Revista Estudos Feministas*, v. 5, n. 1, p. 7-29, 1997.

SUÁREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes. A politização da violência contra a mulher. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra (Org.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: FCC/Editora 34, 2002. p. 295-320.

TELES, Maria Almeida; MELO, Mônica de. *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Brasilense, 2002.



## EDITORA MULHERES: O QUE CONTAR?<sup>1</sup>



*Zahidé Lupinacci Muzart*

**H**á tanto a dizer sobre editoras, que nem sei como iniciar! A nossa começou com uma ferrenha feminista, Susana Funck. Estávamos aposentadas e queríamos continuar trabalhando com livros. Daí, surgiu a ideia da editora, fundada em 1995. O primeiro livro foi editado como uma homenagem a uma extraordinária mulher que reuniu as várias escritoras de seu tempo e publicou em livro com fotos e biografia: *Mulheres illustres do Brazil*. Essa mulher foi Ignez Sabino. Mais tarde, publicamos, também, outro livro da autora, chamado *Lutas do coração*, em que ela ataca as hipocrisias da época, livro preparado e estudado pela americana Susan Quinlan.

Ao fundarmos essa editora, a inspiração nos veio das várias editoras feministas já existentes, desde muito tempo, como a *Des Femmes*, na França, a mais antiga, *Un Cuarto Próprio*, que existe há 25 anos no Chile, e a *Virago*, na Inglaterra, com mais de trinta anos de existência. Mas nossa quase mentora foi a *Des Femmes*, criada em 1973, por Antoinette Fouque, cinco anos depois da fundação do Mouvement de Libération des Femmes na

---

<sup>1</sup> Muito do que relato aqui já o fiz em artigo para o livro de Stevens (2010).



França. Anos 70: momento particularmente interessante, já que as lutas das mulheres eram apaixonadas, com inúmeras ações para a conquista de seus direitos e afirmação de suas liberdades.

Não havia, até então, outras editoras feministas na Europa, e tal iniciativa abriu caminhos para a criação de novas: em 1975, na Itália; em 1976, na Alemanha; em 1977, na Inglaterra e em Portugal; e, em 1978, na Espanha criam-se as editoras e livrarias *Delle Donne*, *Frauenoffensive*, *Virago*, *Ediciones de Feminismo*, *Women's Press*.

Segundo a fundadora, Antoinette Fouque,

O desejo que motivou o nascimento das edições *Des Femmes* foi mais político do que editorial: é a liberação das mulheres que se trata de impulsionar. Desde a conferência dada à imprensa em Paris, em 1974, quando saíram os três primeiros livros, assinalei que não era uma editora feminista no sentido em que nossa luta e nossa prática não eram reivindicações. Do ponto de vista ideológico, a editora estava aberta a todas as lutas, individuais ou coletivas, em qualquer campo. Desejávamos eliminar a repressão sobre os textos das mulheres e publicar o reprimido pelas editoras (o que não significava publicar todos os manuscritos, o que seria idealismo). (tradução nossa).<sup>2</sup>

A *Des Femmes*, que foi nossa inspiração, representou, nos seus 35 anos, um papel importantíssimo na vida editorial e cultural francesa em geral, na das mulheres, em particular, e, muito, na nossa. Como afirmou sua criadora, em entrevista, “a vocação profunda das Editions des Femmes e seu papel foram sempre de tornar visível a contribuição das mulheres a todos os campos do conhecimento, do pensamento e da ação, estimular a criação das mulheres e seu desejo de enriquecer o patrimônio cultural”.<sup>3</sup>

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://www.desfemmes.fr/histoire.htm>>.

<sup>3</sup> “La vocation profonde des éditions *Des femmes* et leur rôle ont toujours été de: rendre visible l’apport des femmes à tous les champs de la connaissance, de la pensée et de l’action, stimuler la création des femmes et leur désir d’entreprendre, enrichir le patrimoine culturel”.



Outra editora, desta vez declaradamente feminista, foi a britânica *Virago*, já com respeitáveis trinta anos. Publicou obras raras e inspirou muitas mulheres que publicaram livros, alguns dos quais tinham sido inicialmente marginalizados pelas grandes casas editoriais. Entre os livros republicados pela *Virago*, estão o romance *Jane Eyre*, de Charlotte Bronte; *Pride and prejudice* e *Persuasion*, de Jane Austen; e *Rebecca*, de Daphne Du Maurier.<sup>4</sup> A *Virago* salvou não só do esquecimento escritoras como Daphne du Maurier, mas também de uma reputação que as rebaixava a uma categoria de escritoras de meros “livros para mulheres” (ou mulherzinhas).<sup>5</sup>

Bem mais próxima de nós, a *Editorial Cuarto Propio*, fundada no Chile, em 1984, “cumpru um papel decisivo na difusão de um pensamento crítico de uma literatura que, independente das imposições do mercado, configura um corpo cultural indispensável”. Da *Cuarto Propio* guardamos a lembrança da cortesia e da gentileza. Quando quisemos publicar, em 2005, um livro de Jean Franco, autora de obra “imprescindível na bibliografia de qualquer pesquisador da Literatura Hispano-Americana”, recorremos à edição em espanhol dessa editora, que, imediatamente, permitiu-nos o seu uso. Traduzimo-lo, então, a partir da edição *Marcar diferencias, cruzar fronteras*, editada em Santiago, Chile, em 1996.

Nas andanças de editora, observo que meu aprendizado esteve muito mesclado a leituras, mas, igualmente, a ensino, a vivências e a política. É uma história de erros e de acertos. Comecei mais ou menos aos 16 anos. Nos anos 50, no ginásio de freiras, em Cruz Alta, fui presidente do Grêmio Literário e editamos um jornalzinho, chamado *O Sino da Serra*. Era impresso, e tínhamos pouca ingerência na sua feitura, já que as freiras a

<sup>4</sup> *Jane Eyre*; *Orgulho e preconceito*; *Persuasão*; *Rebecca*, todos publicados no Brasil por grandes editoras, como a Record. Recentemente, *Orgulho e preconceito* foi publicado pela L&PM, de Porto Alegre, em edição de bolso.

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www.virago.co.uk>>.



tudo governavam e censuravam. Só discutíamos as matérias e catávamos artigos entre as colegas, coisa que continuei fazendo trinta anos depois, na revista *Travessia*, de 1980 a 1993, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Quando aluna de música, na Escola de Belas Artes, em Porto Alegre, fundamos, também, um periódico de alunos que não durou muito, pois não houve muito apoio e eram tempos muito duros, entre 64 e 66. O periódico que dirigi, um pouco depois, já foi quando professora, no ginásio noturno, a partir de 1963, no Instituto de Educação, em Porto Alegre. Criamos um centro cultural que funcionava todos os dias, a partir das 18 horas. Esse curso noturno, somente para moças, congregava mais de 90% de empregadas domésticas, e posso dizer que foi a minha experiência de vida mais rica. Observando a aridez da vida dessas moças, criamos um centro cultural e conseguimos a adesão de muitas professoras. Assim, tivemos grupos de poesia, coral, grupo de teatro e o jornalzinho mimeografado. Esse periódico tornou-se um fórum de debates, muitas vezes ingênuo, mas que cumpriu com seu projeto pedagógico. Desde o início, então, foi uma busca pelas publicações e foi também assim: errando e acertando... Nessa volta na minha história, concluí que me preparei a vida toda para fazer o que faço hoje, mesmo ainda estando muito longe de saber tudo o que deveria saber para editar um livro impecável. Sempre vivendo, como dizia Mindlin, entre livros, só poderia terminar minha vida também entre livros.

### ► Criação da editora

Foi a partir de interesses comuns de pesquisa e por convicções pessoais que, em 1995, Susana e eu nos unimos, convidamos outra aposentada, Elvira Sponholz, e resolvemos criar a Editora Mulheres, para desenvolver um projeto de resgate de livros de



escritoras do passado e para a publicação de estudos de gênero. Trata-se de um projeto muito definido, e a editora já nasceu vinculada a uma linha de pesquisa, Literatura e Mulher, decorrendo de nossa filiação ao Grupo de Trabalho (GT) “A mulher na literatura”. Esse projeto insere-se na tendência de uma crítica feminista interessada no estabelecimento de uma tradição literária escrita por mulheres: uma literatura própria. Porém, vai mais além desse propósito, pois, ao mesmo tempo que contribui para a história da escritura de mulheres no Brasil, participa da (re) escritura de sua história cultural e contribui não só para escrever a história da mulher de letras, em nosso país, mas também para trazer subsídios para a nossa história cultural, discutindo o lugar das escritoras na História da Literatura.

Quando me aposentei, tinha oito orientandas e um projeto de resgate de escritoras do século XIX, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Continuei, por isso, muito ligada à pós-graduação da UFSC. No início de minha pesquisa, era voz corrente que aquelas mulheres do século XIX nada tinham escrito e, por conseguinte, menos ainda publicado enquanto viveram. No entanto, logo ficou claro que, na verdade, não só escreveram e publicaram uma grande quantidade de textos, mas, bem mais que isso, que esses textos constituíam um legado de boa qualidade literária e de valor histórico inquestionável. Tudo ficou ainda mais evidente quando descobrimos que de nada adiantaria apenas revelar os nomes dessas escritoras, os pormenores de suas vidas, relacionar o que escreveram. Era fundamental republicá-las hoje. E a partir dos primeiros resultados do projeto é que surgiu a ideia de criar uma editora cuja finalidade fosse realizar um projeto de resgate, isto é, reeditar livros das escritoras do passado, fossem elas brasileiras ou não. Assim como as editoras feministas que nos precederam, também desejávamos tirar da marginalização os livros de mulheres do passado. Dessa forma, em 1995, nasceu a Editora



Mulheres, que só começou a funcionar de verdade quando foi preparado, editado e lançado o primeiro livro, o que ocorreu em outubro de 1996.

O objetivo de reeditar escritoras do passado, recuperando parte da produção da mulher brasileira no século XIX, foi um projeto que certamente contribuiu para escrever a história da literatura em nosso país, mas, ao mesmo tempo que editamos escritoras brasileiras, publicamos a tradução de obras importantes de escritoras de outros países, como a feminista Flora Tristán ou Aphra Behn, a primeira escritora inglesa a se profissionalizar. Também procuramos editar diários de viajantes estrangeiras no Brasil do século XIX, como a francesa Baronesa de Langsdorff e a belga Madame Van Langendonck. Descobrimos tais diários pelos trabalhos da historiadora Miriam Lifchitz Moreira Leite, que os estudou a fundo em livros e artigos. Para obtê-los, tivemos a ajuda inestimável do bibliófilo paulista José Mindlin, falecido aos 95 anos, dos quais oitenta foram dedicados aos livros. Um parêntese sobre nossa dívida com muitas pessoas. Cada livro, como, por exemplo, o diário da Baronesa de Langsdorff, foi, de certa maneira, um trabalho coletivo, um trabalho com muitas mãos, e isso foi muito prazeroso. O que nos impulsionava era o amor ao livro e à cultura, além do objetivo primeiro, o de ressuscitar as escritoras do passado. Publicamos ainda estudos críticos sobre escritoras, índices bibliográficos e outras obras de consulta, ou seja, instrumentos de pesquisa sobre a literatura feita por mulheres e sobre os estudos de gênero numa dimensão interdisciplinar.

Nesses inícios, tudo na editora era muitíssimo artesanal – creio que ainda o é... Líamos o livro proposto, revisávamos a digitação, revisávamos o “boneco” da gráfica. Escrevíamos a orelha, escolhíamos a ilustração da capa. E tudo isso num ambiente de muito companheirismo.

Queríamos reeditar autoras do século XIX, que foi o século da literatura no mundo. Também não foi diferente no Brasil, pois





a literatura exercia como nunca sua função social: os escritores eram muitíssimo procurados e respeitados, e as mulheres muito participaram para que os livros dos autores da época fossem lidos, celebrados, louvados! A vivência da literatura – privilégio das classes mais altas – constituía importante vertente de lazer e cultura, da qual as mulheres não estavam excluídas, como leitoras, como ouvintes, como assistentes, nos salões e teatros. Mas o outro lado, o de quem produz literatura, que já beirava o profissionalismo, deste, a mulher esteve excluída por preconceito, pela religião, pelos limites do papel que deveria desempenhar na sociedade burguesa. Apesar desses impedimentos, sabemos, contudo, que a Inglaterra, por exemplo, deve à mulher o nascimento do romance, no século XVIII. No Brasil, esse percurso para as mulheres foi mais difícil. A literatura serviu de válvula de escape para o confinamento em que viviam. Algumas tiveram consciência já da literatura como profissão, tal como Nísia Floresta, que escreveu romances, diários, cartas, poemas, sempre com o objetivo de publicação; como Maria Benedita Bormann, que tematizou a mulher escritora no romance *Lésbia; e*, ainda, no mesmo rastro, Inês Sabino, que mostrou alta consciência de suas possibilidades literárias e da importância de preservar os nomes das outras escritoras em *Mulheres illustres do Brasil*. Mas foram poucas as que puderam buscar essa realização profissional.

A Editora Mulheres, embora seja uma microeditora, de fundo de quintal, sem funcionários, sem sede, sem bons distribuidores, ficou muito conhecida. Por quê?

Em primeiro lugar, pelo ineditismo de suas edições do século XIX. Vou dar apenas um exemplo, pois não há a possibilidade de comentar a origem das várias edições: o resgate de uma escritora como Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), o que começou a partir de 1996, ou seja, há 17 anos. Sempre me perguntei as razões para o esquecimento de Júlia Lopes de Almeida, autora de uma obra consistente em número e em qualidade. Em uma



fase de autores bastante médios, foi ela um dos melhores escritores brasileiros da nossa *belle époque* tupiniquim.

Raríssimos críticos literários falavam dessa mulher e, até os anos 60, somente foi contemplada um pouco mais por Lúcia Miguel-Pereira em *História da literatura brasileira – Prosa de ficção: de 1870 a 1920*, publicado em 1957. Sendo um dos raros críticos a escrever sobre ela, não lhe faz justiça,<sup>6</sup> mesmo assegurando-lhe a primazia entre escritoras mulheres, pois afirma que Júlia Lopes “é a maior figura entre as mulheres escritoras de sua época”<sup>7</sup> e insiste em que isso não quer dizer muito, já que “[...] a ficção não conta, entre nós, no período aqui estudado, muitas mulheres” (MIGUEL-PEREIRA, 1957).

Não aparecia nas Histórias da Literatura a não ser em rodapé ou nas listas de autores menores. Pois, a partir da publicação de alguns romances, ela foi se tornando mais e mais conhecida, participando de congressos, de palestras e de muitas comunicações não só no Brasil, como também nos Estados Unidos, e, sobretudo, sendo objeto de dissertações e teses. O primeiro livro que editamos de Júlia Lopes de Almeida foi *A Silveirinha*,<sup>8</sup> e já o disse várias vezes, sempre que falo da editora: foi escolhido

<sup>6</sup> “[...] a ficção não conta, entre nós, no período aqui estudado, muitas mulheres. Apenas doze nomes revelou uma busca cuidadosa em dicionários bibliográficos, obras críticas, velhos catálogos de livrarias, jornais e revistas, e, dessa dúzia, muito poucos chegaram até nós; esgotados os seus livros, que não existem nem mesmo na Biblioteca Nacional, temos que aceitar como definitivo o juízo dos contemporâneos, tácito no silêncio que se fez em torno da maioria dessas escritoras, registradas tão-somente por Sacramento Blake” (MIGUEL-PEREIRA, 1957).

<sup>7</sup> “Na verdade, é a maior figura entre as mulheres escritoras de sua época, não só pela extensão da obra, pela continuidade do esforço, pela longa vida literária de mais de quarenta anos, como pelo êxito que conseguiu, com os críticos e com o público; todos os seus livros foram elogiados e reeditados, vários traduzidos, sendo que se consumiu em três meses a primeira tiragem da *Família Medeiros*.” (MIGUEL-PEREIRA, 1957).

<sup>8</sup> *A Silveirinha* foi publicado em folhetins, no *Jornal do Commercio*, em 1913, e, em livro, em 1914 (Rio de Janeiro, Francisco Alves e Aillaud, Alves e Cia., Paris).



por ter lido Frei Pedro Sinzig, que, em 1923, afirmou que o romance *A Silveirinha*, de Júlia Lopes de Almeida, “é uma ofensa à sociedade e à Igreja Católica e não poderia ter sido escrito por uma senhora” (SINZIG, 1923, p. 53). Essas palavras logo suscitaram nossa curiosidade. Se o frei era contra, o livro deveria ter algo diferente, deveria ser bom! E, efetivamente, *A Silveirinha* não é um texto banal. Pela temática, saltam aos olhos as razões de Frei Pedro Sinzig, que, no seu monumental livro de juízos sobre mais de 7 mil romances, diz que “*A Silveirinha* chega a repugnar!! que é uma ofensa à Igreja Católica”. Demonstrando o machismo da época, também escreve a frase fatal: “parece incrível ser ele escrito por uma senhora!”, frase repetida por tantos outros críticos, embora com objetivos laudatórios, em geral. E não só no século XIX: não esqueçamos que, na publicação de *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, em 1930, o próprio Graciliano Ramos duvidou da autoria feminina:<sup>9</sup> “Uma garota assim fazer romance! Deve ser pseudônimo de sujeito barbado!” (RAMOS, 1994).

Da mesma autora, depois de *A Silveirinha*, publicamos *A Viúva Simões*, *A falência*, *Memórias de Marta* e *A família Medeiros*. Todas as edições seguem o mesmo esquema: um aprofundado estudo de especialista, uma cronologia da vida e obra, a bibliografia da autora e sobre a autora. Nossas edições são um

---

<sup>9</sup> “*O Quinze* caiu de repente ali, por meados de 30, e fez nos espíritos estragos maiores que o romance de José Américo de Almeida, por ser livro de mulher e, o que na verdade causava assombro, mulher nova. Seria realmente de mulher? Não acreditei. Lido o volume e visto o retrato no jornal, balancei a cabeça: Não há ninguém com este nome. É pilhéria. Uma garota assim fazer romance! Deve ser pseudônimo de sujeito barbado. Depois conheci *João Miguel* e conheci Raquel de Queiroz, mas ficou-me durante muito tempo a ideia idiota de que ela era homem, tão forte estava em mim o preconceito que excluía as mulheres da literatura. Se a moça fizesse discursos e sonetos, muito bem. Mas escrever *João Miguel* e *O Quinze* não me parecia natural.” (RAMOS, 1994, p. 137-139). De Rachel: “Achavam que *O Quinze* era livro de macho porque era um livro seco, sem sentimentalismos, sem nobreza moral, sem grandeza, essas coisas de mulher; então era um livro de macho [...]. A dor pra mim é segura, é falta de adorno e penduricalhos.”



trabalho conjunto com a organizadora. Em *Memórias de Marta*, temos ainda referências ao acervo da escritora em poder de um de seus netos, Dr. Cláudio Lopes de Almeida, que reside no Rio. O estudo do acervo foi realizado por Rosane Saint-Denis Salomoni, cujo doutorado versou sobre Júlia Lopes de Almeida (2007). Atualmente, o acervo também está sendo analisado por Nadilza de Barros Moreira (Universidade Federal da Paraíba), colega do GT, que tem trabalhado sobre a autora desde seu doutorado (MOREIRA, 2003).

O ressurgimento de Júlia Lopes de Almeida originou teses e dissertações, artigos e ensaios não só na área de Letras, mas também na área de História. No Banco de Teses da Capes, encontro dez trabalhos sobre Júlia Lopes de Almeida entre dissertações e teses.

Atualmente, pois, a escritora está sendo reavaliada pelos estudos acadêmicos não só no Brasil, mas também nos Estados Unidos. Todo esse movimento de resgate, de renascimento de mulheres escritoras, no Brasil, é consequência dos estudos na linha de pesquisa Mulher e Literatura, herdeira direta dos estudos feministas que se desenvolveram, sobretudo, nos Estados Unidos, muito mais do que em qualquer outro país, e da tendência de uma crítica feminista interessada no estabelecimento de uma tradição literária escrita por mulheres: uma literatura própria. E, nesse ponto, a Editora Mulheres teve, no Brasil, um papel fundamental com suas reedições.

A Editora tem nos dado muitas alegrias no contato com várias pessoas. Um dos encontros mais simpáticos que tivemos foi a visita do neto de Júlia Lopes de Almeida, em 2002, Dr. Cláudio Lopes de Almeida. Esteve, acompanhado de sua esposa e neta, em minha casa e, desde então, tem sido um incentivador de todo o nosso trabalho pelo ressurgimento da avó. Ele mesmo tem feito um grande trabalho de conservação do acervo de D. Júlia, possibilitando novos estudos. Quando do congresso



da Brasa (*Brazilian Studies Association*), no Rio, em 2003, organizamos uma mesa-redonda sobre a obra de Júlia Lopes de Almeida. Seu neto compareceu e deu-nos um belo depoimento em uma sessão memorável, pois, nessa publicação de escritoras do século XIX, é muito raro que possamos ter a voz de quem conheceu de perto uma dessas mulheres e que possa falar delas por tê-las conhecido!

### ► Séries

Como qualquer outra editora, a Mulheres tem algumas séries básicas, que são: a série *Romance*; a série *Ensaio*, que edita estudos de gênero; a série *Poesia*; a série *Viagem*; a série *Cartas e Memórias*, a série *Feministas*; e a série *Gênero e Violência* (coordenada por Miriam Grossi). Dessas séries, é a de *Ensaio* a que tem maior número de publicações e em que se situam os estudos de gênero oriundos dos encontros do *Fazendo Gênero*. Por exemplo, o livro *Masculino, feminino, plural*, organizado por Joana Pedro e Miriam Grossi, já com duas edições; *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*, organizado por Alcione Leite da Silva, Mara Coelho de Souza Lago e Tânia Regina Oliveira Ramos, em 1999; a trilogia *Gênero, cultura e poder*, organizada por Maria Regina Azevedo Lisbôa e Sônia Weidner Maluf; *Genealogias do silêncio: feminismo e gênero*, organizada por Carmen Sílvia Rial e Maria Juracy Toneli; *Poéticas e políticas feministas*, organizada por Claudia de Lima Costa e Simone Pereira Schmidt, em 2004. Do último *Fazendo Gênero*, publicamos três volumes de mesas-redondas e conferências (*Fronteiras, Diásporas e Diversidades*), organizados por Joana Pedro, Carmen Sílvia Rial e Sílvia Arend.

Temos editado importantes livros de ensaios também de autoras estrangeiras, como o livro de Joan Scott (2002), o de June Hahner (2003), o de Jean Franco (2005) e o de Nara Araújo (2003).



Gostaríamos de traduzir e editar outros livros fundamentais na área, mas se torna bem difícil se não houver um financiamento outro, pois há muitos gastos suplementares – como o pagamento de *royalties*, tradução, cotejo com o original –, e tudo isso deixa a edição muito dispendiosa.

Como levar adiante um projeto de ressurgimento de escritoras silenciadas pelo cânone? Como se dedicar a editar livros que só interessam a poucos pesquisadores? É essa a principal questão da Editora Mulheres, desde sua criação.

### ► Concluindo...

Depois de quase 18 anos de trabalho, a editora mantém-se ativa, contando com o incentivo de muitas amigas! Destaco a colaboração de Susana Funck na sua fundação, nos primeiros anos e, atualmente, ainda com o incentivo constante e amigo; sublinho o entusiasmo de Constância Lima Duarte, sempre com o elogio na hora certa e o ânimo alegre para novas aventuras! Também não posso deixar de destacar o incentivo amigo de minhas colegas do *Fazendo Gênero*, como Tânia Ramos, Mara Lago e tantas outras que devo omitir para não cometer muita injustiça.

Descobrimos, ao longo desses anos, muitas coisas, mas o que devo salientar foi algo que vivo dizendo cada vez que falo da Editora: o valor da revisão. Quem vê um bonito livro na livraria nem imagina por quantas leituras passou. É a leitura da descoberta e a consequente escolha do livro a ser editado, a leitura da digitação, a leitura da editoração, a leitura da cópia da gráfica. Tudo extremamente demorado, e, apesar disso, sempre haverá algo a fazer, porque uma revisão tem de passar por, no mínimo, três pessoas! Acho que uma boa editora pode ser avaliada em muitos de seus aspectos, muitas particularidades, vários pormenores, porém essa questão deve ser considerada primordial. Ela



chega a ser uma verdadeira tortura para o editor... Por isso, cada livro da Editora Mulheres tem uma história de erros e acertos, de amizade e de companheirismo.

São mais de cem títulos publicados, e saliento as coletâneas ligadas à linha de pesquisa Literatura e Mulher, originadas diretamente dos encontros do GT, editadas e organizadas por Izabel Brandão e por mim, *Refazendo nós*, em 2003, e os dois livros resultantes do Seminário Mulher e Literatura, no Rio de Janeiro, em 2005, *Entre o estético e o político*, organizados por Maria Conceição Monteiro e Tereza Marques de Oliveira Lima. Os demais da mesma linha de pesquisa são resultados de teses ou de pesquisa com o apoio do CNPq, como os três volumes do *Escritoras do século XIX*, uma série que projetou bastante o nome da Editora, pois teve uma enorme aceitação da mídia.

Ainda uma observação: além de ter obtido um apoio grande dos meios de comunicação, fico feliz por ter sido a editora comentada no trabalho seríssimo de Laurence Hallewell, *O livro no Brasil*.

A situação das microeditoras aqui no Brasil é, atualmente, bem difícil, com a vinda das grandes editoras estrangeiras, como a espanhola Leya, a Random House etc., que entraram nesse negócio com muitos recursos.

Nos últimos anos, o mercado mundial de livros, que movimenta anualmente 80 bilhões de dólares, acompanhou a tendência de outros setores da economia e protagonizou uma inédita arrancada de fusões e incorporações. No Brasil, enquanto isso, a atividade editorial continuou sendo gerida em moldes bem diferentes dos europeus ou do americano. As editoras brasileiras, mesmo as maiores, são empresas familiares cujo comando tem sido transmitido de geração a geração, com as vantagens e desvantagens desse gênero de empreendimento – relações patriarcais, arroubos visionários, estratégias limitadas. Mas esse cenário está prestes a mudar. O negócio dos livros no Brasil está



crescendo e atrai a atenção de grandes empresas internacionais. E qual a razão desse atrativo? É que o governo, querendo incentivar a leitura e a cadeia produtiva do livro, criou uma série de investimentos de estímulos à compra de livros em grandes quantidades (mais de 30 mil exemplares). Cito alguns editais para vocês terem ideia do que se faz neste país:

Só em 2013, foram publicados os seguintes editais: Secretaria de Educação de BH – julho/2013; Secretaria de Educação de Contagem – setembro/2013; PNBE (Programa Nacional Biblioteca da Escola) Temático; PNBE 2014; PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) Leitura na Escola 2013; Programa Rio – Cidade de Leitores; Programa Biblioteca do Professor (RJ); PNLD – Alfabetização na Idade Certa 2014.

Participar é bastante complicado: há escolhas, há muitas exigências, há comissões de avaliação e, em geral, a preferência maior é pelos livros didáticos...

Do lado europeu, os executivos espanhóis não escondem a intenção de entrar no mercado brasileiro. O presidente do Prisa-Santillana declarou, em Madri, que o futuro de seus negócios está no Brasil. Não é difícil entender o motivo desse interesse. Entre 1993 e 2000, dobrou o volume de vendas de livros no país, sendo que o grosso do mercado é movido a obras didáticas e paradidáticas compradas pelo governo. Com isso, o Brasil passou a ser considerado o oitavo maior mercado do mundo. Movimentou, no ano passado, cerca de 2 bilhões de dólares – o mesmo que todos os países da América de língua espanhola juntos. Do ponto de vista brasileiro, a entrada de grandes editoras estrangeiras traz capital, tecnologia e métodos gerenciais com potencial para dar nova vida ao setor. Mas é totalmente diferente a maneira de trabalho dessas organizações em comparação com a nossa. Investimentos nessa área são particularmente bem-vindos





num país que, apesar de tudo, tem níveis indigentes de leitura – a média nacional é de dois livros por habitante ao ano. “As vendas espantosas de uns poucos best-sellers levaram os conglomerados a acreditar, incorretamente, que a venda de livros é um negócio previsível, como vender sabão ou lâminas de barbear”, critica Jason Epstein, há cinquenta anos um dos principais editores americanos. Já participei dessas licitações, mas a editora não foi escolhida. Assuntos como os de nossos livros poderiam ter entrado nessas listas, porém não foram escolhidos. Para concluir, só quero relatar um desses negócios da Biblioteca Nacional que me deixou muito “cabreira” com promessas de ganho fácil: o livro de baixo preço... É difícil acreditar que tenha participado de algo tão ilusório, o livro de baixo preço! Pois foi um desastre. Quando me candidatei, não tinha ideia de que, além do preço de R\$ 10,00 por livro, eu deveria dar o desconto de distribuidor e pagar o correio. Uma vez tendo me comprometido com a Biblioteca, o que vi foi um verdadeiro desastre. Eram pedidos de um exemplar somente! Mandar um livro com desconto (R\$ 5,00) para o Acre, por exemplo, pagar o correio e enviar nota fiscal era um absurdo... Dura aprendizagem! Não se deve acreditar no que parece, porque geralmente não é!

O editor é, antes de tudo, um leitor. A Editora Mulheres segue um caminho muito seu, sem muita ordem, sem muitos planejamentos, sem grandes acordos ou contratos, mantendo, entretanto, um sério diálogo e procurando fazer cada vez mais livros que sejam bons e, sobretudo, bonitos, porque, segundo o nosso poeta, “beleza é fundamental”! Por isso, como disse Jason Epstein, “a paixão do editor não é o resultado financeiro, mas a aventura, cujo resultado é uma espécie de júbilo diante de cada livro bem-sucedido” (EPSTEIN, 2002).

É nisso que também acredito e é o que tento fazer no dia a dia da Editora.



## ► Referências

ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Memórias de Marta*. Organização, introdução e notas de, Rosane Saint-Denis Salomoni. Florianópolis: Mulheres, 2007.

ARAÚJO, Nara. *O tempo e o rastro: da viagem e sua imagem*. Trad. de Eliane Tejera Lisboa. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

EPSTEIN, Jason. *O negócio do livro: passado, presente e futuro do mercado editorial*. Trad. de Zaida Maldonado. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FRANCO, Jean. *Marcar diferenças, cruzar fronteiras*. Trad. de Alai Garcia Diniz. Florianópolis: Mulheres; Belo Horizonte: Ed. da PUCMinas, 2005.

HAHNER, June E. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil*. Trad. de Eliane Lisboa. Florianópolis: Mulheres, 2003.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *História da literatura brasileira – Prosa de ficção: de 1870 a 1920*. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1957

MOREIRA, N. M. B. *A condição feminina revisitada: Júlia Lopes de Almeida e Kate Chopin*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.

RAMOS, Graciliano. Caminho de pedras. In: \_\_\_\_\_. *Linhas tortas*. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 1994. p. 137-139.

SCOTT, Joan W. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Trad. de Élvio Antônio Funck. Florianópolis: Mulheres, 2002.

SINZIG, Frei Pedro. *Através dos romances: guia para as consciências*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1923.

STEVENS, Cristina (Org.). *Mulher e Literatura – 25 anos: raízes e rumos*. Florianópolis: Mulheres, 2010.

The image features a dark grey background with several thin white lines that intersect to form various geometric shapes, including triangles and quadrilaterals. The lines are positioned primarily on the left side of the frame, extending towards the right. The overall aesthetic is minimalist and modern.

**O LEGADO  
DE FEMINISTAS  
QUE SE FORAM**



# BEL BALTAR E O DEBATE SOBRE O ABORTO: UM LEGADO PARA OS FEMINISMOS



*Luzinete Simões Minella*

## ► Um encontro nos anos 90

No decorrer dos anos 90, desenvolvi várias pesquisas no campo das relações entre gênero e saúde reprodutiva.<sup>1</sup> Ao revisar a literatura sobre o tema no início daquela década, fui me dando conta, mais claramente, da posição de destaque ocupada pela produção científica do Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas (Nepo/Unicamp) no Brasil e no cenário latino-americano. Do conjunto de estudos que consultei, numa interface mais direta com os objetivos que perseguia, chamaram-me a atenção os textos de Maria Isabel Baltar da Rocha, pela clareza da argumentação e capacidade de síntese.

Este texto, escrito em sua homenagem, sintetiza sua formação e destaca sua importância como pesquisadora da área de gênero e saúde reprodutiva, centrando-se nas suas análises

---

<sup>1</sup> Esses estudos foram realizados no âmbito da linha de pesquisa Saúde e Sociedade, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSP/UFSC).



a respeito do papel dos principais atores envolvidos nos debates sobre o aborto no Brasil e em outros países.

Bel graduou-se em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em 1969 e concluiu o mestrado em Ciência Política na Universidade de São Paulo (USP) em 1980. Concluiu o doutorado em Ciências Sociais na Unicamp em 1992. Por último, fez o pós-doutorado no Centro de Estudos Demográficos da Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha, em 2000. Seu falecimento ocorreu em outubro de 2008.

Tinha me encontrado com Bel em alguns eventos e fui conhecendo aos poucos sua trajetória no meio acadêmico e político. Participei do Seminário de Metodologia da Pesquisa em Gênero e Saúde Reprodutiva, promovido pelo Nepo em 1996, quando tivemos a oportunidade de dialogar sobre nossa área de pesquisa. Nossas conversas continuaram de modo intermitente, entre um evento e outro, e fui me identificando cada vez mais com sua maneira de fazer pesquisa. Finalmente, em março de 1998, iniciei o pós-doutorado no Nepo sob sua orientação. Os resultados da pesquisa constam no relatório final cuidadosamente revisto por ela (MINELLA, 1999).

Os agradecimentos que fiz, tanto no relatório quanto no livro que publiquei mais adiante, traduzem a forte influência que aquela socióloga e feminista comprometida com várias causas relacionadas aos direitos reprodutivos e à saúde das mulheres exerceu sobre minha própria trajetória profissional (MINELLA, 2005).

Em outubro de 2006, durante o 30º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), realizado em Caxambu, Minas Gerais, conversamos várias vezes durante os intervalos e após as sessões. Lá estava ela, ouvindo com atenção, curiosidade e o respeito de sempre os debates do Grupo de Trabalho Gênero na Contemporaneidade, que tive o prazer de co-coordenar com as colegas Lucila Scavone, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita



Filho” (Unesp), e Maria Lygia Quartim de Moraes, da Unicamp. Em 2007, vimo-nos rapidamente em algumas ocasiões. Jamais poderia imaginar que aquele evento da Anpocs seria a última oportunidade que tivemos de compartilhar nossas experiências.

No dia 14 de outubro de 2008, recebi com muita tristeza a notícia de que ela havia falecido aos 61 anos, num acidente de carro em uma rodovia que liga São Paulo a Campinas. No pequeno texto que escrevi às pressas para a *Revista Estudos Feministas* em sua homenagem (MINELLA, 2008), lembrava que ela nasceu em Pernambuco, tendo-se radicado desde os vinte anos de idade em São Paulo, estado que adotou, onde realizou sua formação de nível superior e onde teve seus quatro filhos. Assinalei que sua trajetória profissional foi marcante, tendo participado intensamente das atividades do Nepo, onde desenvolveu várias pesquisas sobre políticas de população, saúde reprodutiva, saúde das trabalhadoras, entre outros temas.

Ressaltei também que o seu dinamismo a impulsionaria para o exercício de inúmeras atividades, além daquelas que desenvolvia no Nepo:

Foi professora colaboradora e membro do Conselho do Programa de Pós-Graduação em Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Integrou vários Comitês Editoriais de periódicos científicos e foi membro do Grupo de Pesquisa População e Saúde do CNPq. Coordenou os Grupos de Trabalho ‘Saúde Reprodutiva’ do Programa Latino-Americano de Atividades em População (PROLAP) e ‘População e Gênero’ da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP). Nos últimos anos, integrou o Conselho Consultivo da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP). (MINELLA, 2008, p. 1.136).

Finalmente, lembrava que sua capacidade de articulação política e de intenso diálogo com os movimentos feministas se evidenciou na sua participação em importantes organizações:



Entre 2001 e 2002 foi secretária-executiva da Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (Rede Feminista de Saúde), tendo integrado o seu Conselho Diretor. A partir de 2003, participou também do Conselho Consultivo da Red de Salud de las Mujeres Latinoamericanas y del Caribe (RSMALC) e da organização Católicas pelo Direito de Decidir. Além disso, entre 2004 e 2006, fez parte do Comitê Assessor Nacional da Comissão Intergovernamental de Saúde Sexual e Reprodutiva do Mercosul do Ministério da Saúde. (MINELLA. 2008, p. 1.136).

Bel publicou vários artigos em periódicos científicos, além de inúmeros capítulos de livros, tendo organizado várias publicações em parceria com especialistas das suas áreas de pesquisa. Sua presença nos eventos acadêmicos e militantes não foi menor, destacando-se pelo exercício de uma característica marcante: a habilidade de ouvir várias opiniões e argumentos, para articulá-los de modo propositivo.

### ► O debate sobre o aborto: um legado para os feminismos

A preocupação com os debates e a legislação sobre aborto constituem o eixo primordial das suas reflexões. Por isso mesmo, nele me deterei neste item. Sua tese de doutorado (RODRIGUES, 1992) representa uma referência central para pesquisadoras/es que trabalham com o tema, seja no Brasil, seja na América Latina. Entre 2000 e 2008, vários dos seus textos se tornaram leitura obrigatória para interessadas/os da área. Ressalto que, nos últimos anos de vida, Bel passou a contribuir mais sistematicamente para o debate internacional, contrastando os resultados obtidos no Brasil com as informações sobre Espanha, Uruguai e Argentina. No decorrer desse percurso, ela foi aprimorando as linhas gerais





de uma metodologia de trabalho que certamente tem servido e continuará servindo como inspiração para novos estudos.

Quanto ao contexto brasileiro, destaco um artigo no qual ela elabora uma síntese das próprias contribuições teóricas a respeito do tema. A meu ver, este constitui um bom exemplo da sua capacidade de reflexão, elaboração de ideias inovadoras e articulação. Trata-se do texto publicado pela *Revista Brasileira de Estudos de População* (Rebep) em 2006, intitulado “A discussão política sobre o aborto no Brasil: uma síntese (Notas de Pesquisa)” (ROCHA, 2006).

Nela, Bel se dedica a analisar “importantes aspectos das discussões e decisões políticas nas esferas da sociedade e do Estado; em relação a este último com ênfase no Poder Executivo e no Parlamento”. Ela parte da hipótese de “que a redemocratização do país, em meados dos anos 80, teve peso fundamental para tornar a questão do aborto mais visível, criando condições para ampliação do debate e elaboração de novas normas e políticas públicas, bem como novas decisões no âmbito do Judiciário”. Nesse cenário, destaca o papel do movimento feminista, “principal ator comprometido com mudanças de mentalidade e institucionais a respeito do assunto” (ROCHA, 2006, p. 369).

Do ponto de vista histórico, a análise se divide em duas etapas: de 1964 a 1985, ao longo do Estado autoritário; a partir de 1985, durante a redemocratização do país. A metodologia fundamentou-se na análise da legislação, dos documentos produzidos pelo governo e pela sociedade civil, de materiais da mídia escrita, além da literatura especializada na questão<sup>2</sup> (ROCHA, 2006).

Após examinar as especificidades das duas etapas, Bel conclui que o processo de redemocratização implicou o fortalecimento da sociedade civil e, conseqüentemente, “mudanças,

---

<sup>2</sup> O papel do Parlamento foi mais destacado pela autora no seguinte artigo: “Planejamento familiar e aborto: discussões políticas e decisões no Parlamento” (ROCHA, 2005, p. 135-219).



sobretudo, na visibilidade do tema, na participação de atores políticos e sociais e na ampliação do debate”. Ressalta que

não houve modificações significativas na legislação, no entanto conseguiu-se estabelecer normas técnicas e criar serviços que procuram garantir o acesso ao aborto previsto em lei e o atendimento das mulheres em situação de abortamento, no âmbito do Poder Executivo. A tensão no Parlamento entre tendências opostas tem, praticamente, paralisado decisões que envolvam mudanças legais: não se avança na legislação, mas também não se retrocede. A via do Judiciário vem sendo trilhada, desde os anos 90, e existe uma ação em julgamento no STF sobre a interrupção da gestação nos casos de anencefalia do feto. (ROCHA, 2006, p. 374).<sup>3</sup>

No caso do contexto espanhol (ROCHA, 2003), Bel manteve as coordenadas metodológicas das pesquisas realizadas no Brasil: caracterizou a participação dos principais atores envolvidos no debate e nas decisões – o Executivo, o Legislativo, a sociedade civil, especificamente os movimentos de mulheres e feministas, estabelecendo uma periodização: a Guerra Civil, o regime franquista, a transição política e o período democrático. Quanto aos procedimentos, respaldou-se principalmente na análise de documentos, incluindo também a realização de entrevistas com agentes envolvidos e/ou interessados/as nas políticas públicas, programas e serviços de saúde (ROCHA, 2003).

As comparações entre as situações no Brasil, Uruguai e Argentina constam num texto publicado pela Rebeca após o seu falecimento, elaborado por ela em parceria com Suzana Rostagnol e María Alicia Gutiérrez (ROCHA; ROSTAGNOL; GUTIÉRREZ, 2009). Nesse estudo, as autoras examinam as “legislações e ações

---

<sup>3</sup> Ao falar sobre o aborto previsto em lei, a autora se referia aos casos de risco de vida à gestante e ao estupro, haja vista que continuam as polêmicas no caso de feto anencefalo, não permitido no Brasil pelo Código Penal atual.



de diversos atores em relação à descriminalização e/ou legalização do aborto”, observando os avanços e retrocessos nas atuações dos Parlamentos em suas articulações com outros atores sociais. Partem de considerar que

este tema entrou na agenda pública dos três países a partir do processo de democratização, iniciado na década de 1980, e de diversas intervenções, tanto do movimento de mulheres, como da classe médica e outros atores sociais, ao longo da década de 1990 e dos primeiros anos do século XXI (ROCHA; ROSTAGNOL; GUTIÉRREZ, 2009).

A metodologia segue as linhas gerais delimitadas por Bel nas pesquisas anteriores. A esse respeito, as autoras afirmam que “foram estudadas as diversas intervenções no âmbito legislativo (tanto nos Senados como nas Câmaras de Deputados), bem como as estratégias das políticas públicas implementadas pelos Executivos, com monitoramento e acompanhamento do movimento de mulheres” (ROCHA; ROSTAGNOL; GUTIÉRREZ, 2009, p. 219). Os resultados obtidos apontam para semelhanças e diferenças entre esses países. Entre as primeiras, destacam-se a significativa atuação dos movimentos feministas na ampliação do debate, apesar da ausência de mudanças nos Códigos Penais; um certo impacto dessa mobilização sobre a estrutura dos serviços de saúde e sobre as políticas de saúde; e as tensões entre os movimentos e os setores antilegalização, principalmente entre setores das igrejas. Entre as diferenças, ressalta-se, por exemplo, o ritmo das poucas mudanças legislativas, mais lentas no Uruguai, em seguida na Argentina e mais constantes no Brasil, onde a pressão sobre o Legislativo teria sido maior, incluindo a pressão exercida por uma quantidade mais significativa de projetos encaminhados para apreciação.

Além desse conjunto de estudos que abordam diretamente o aborto, assinalo também a importância das coletâneas que Bel



organizou em parceria com pesquisadoras experientes na área de gênero e saúde reprodutiva do Nepo: com Elisabete Dória Bilac, a coletânea *Saúde reprodutiva na América Latina e no Caribe: temas e problemas*, publicada em 1998; juntamente com Maria Coleta Oliveira, publicou em 2001 a coletânea intitulada *Saúde reprodutiva na esfera pública e política*; e em 2011, com Elza Berquó, divulgou o balanço dos 12 anos do Programa de Saúde Reprodutiva e Sexualidade promovido pelo Nepo/Unicamp em parceria com várias instituições. Alguns anos antes, tinha publicado uma coletânea sobre as mudanças, permanências e desafios no âmbito das relações entre trabalho e gênero (ROCHA, 2000). Tais coletâneas reúnem um conjunto significativo de artigos elaborados por especialistas, cuidadosamente selecionados e revistos. Por isso mesmo, continuam sendo amplamente consultados.

Sem dúvida, as reflexões sobre o legado de Bel para os feminismos se tornam fundamentais no momento atual, especialmente frente aos impactos das articuladas reações das instâncias conservadoras às propostas de descriminalização e legalização do aborto. Por exemplo, o Estatuto do Nascituro aprovado em junho de 2013 pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, prevendo proteção jurídica para o feto e garantindo assistência pré-natal, com direito a acompanhamento psicológico para as mulheres vítimas de estupro.

Finalizo este texto em sua homenagem lembrando que a consulta às suas obras, bem como ao seu acervo pessoal, pode ser feita na Biblioteca do Nepo/Unicamp, que recebeu o seu nome numa solenidade planejada pelas/os colegas, ocorrida em 27 de outubro de 2009. Sem deixar de mencionar que as marcas da sua passagem vitoriosa por São Paulo ultrapassaram os muros da universidade e ficaram também impressas no nome de uma escola municipal de Campinas – no Cemei Profa. Maria Isabel Baltar da Rocha – em cerimônia realizada em 25 de março do



mesmo ano, bem como numa travessa localizada no bairro Cachoeirinha, na cidade de São Paulo.

Essas últimas designações me chamaram uma atenção especial, porque não me parece um fato comum que sociólogas/os, docentes e pesquisadoras/es recebam esse tipo de homenagem em espaços públicos, quase simultaneamente, nem em vida, nem depois do seu falecimento, ainda mais quando não ocuparam cargos político-partidários ou quando não integraram altos e médios escalões da administração pública. Penso que essas coisas não acontecem por acaso. Deve ser porque havia uma sabedoria na maneira como conseguiu superar, por exemplo, os impactos da arbitrariedade do regime militar que a atingiu com violência na sua juventude, mantendo até os últimos dias de sua vida seus ideais de igualdade e justiça. A sabedoria permaneceu na maneira como conseguiu aliar o brilho da sua caminhada com a simplicidade das palavras e dos gestos amáveis e precisos que sabia dirigir a todos/as que tiveram a oportunidade de trabalhar com ela.

## ► Referências

BERQUÓ, Elza Salvatori; ROCHA, Maria Isabel Baltar (Org.). *Construindo novos caminhos: 12 anos do Programa de Saúde Reprodutiva e Sexualidade*. Campinas: Nepo/Unicamp, 2004.

BILAC, Elisabete Dória; ROCHA, Maria Isabel Baltar (Org.). *Saúde reprodutiva na América Latina e no Caribe: temas e problemas*. São Paulo: Prolap, Abep, Nepo/Unicamp: Editora 34, 1998.

MINELLA, Luzinete Simões. *Gênero e contracepção: uma perspectiva sociológica*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2005.

\_\_\_\_\_. *Gênero e saúde reprodutiva: oferta de serviços, percepção das usuárias e perfil dos vasectomizados no Sul do Brasil*. Relatório Final de Pós-Doutorado apresentado ao Nepo/Unicamp em fevereiro de 1999.



\_\_\_\_\_. Maria Isabel Baltar da Rocha: fazendo da ciência uma política. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 1.135-1.137, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 22 jun. 2013.

OLIVEIRA, Maria Coleta F. A.; ROCHA, Maria Isabel Baltar (Org.). *Saúde reprodutiva na esfera pública e política na América Latina*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

ROCHA, Maria Isabel Baltar. A discussão política sobre o aborto no Brasil: uma síntese (Notas de Pesquisa). *Revista Brasileira de Estudos da População*, v. 23, p. 369-374, 2006.

\_\_\_\_\_. Planejamento familiar e aborto: discussões políticas e decisões no Parlamento. In: ÁVILA, Maria Betânia; PORTELLA, Ana Paula; FERREIRA, Verônica (Org.). *Novas legalidades e democratização da vida social: família, sexualidade e aborto*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2005. p. 135-219.

\_\_\_\_\_. Questões da anticoncepção e do aborto na Espanha: procedimentos metodológicos de uma pesquisa. *Revista Brasileira de Estudos da População*, Campinas, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 109-114, 2003.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças e permanências e desafios*. São Paulo: Abep, Nepo/Unicamp, Cedeplar/UFMG: Editora 34, 2000.

\_\_\_\_\_; ROSTAGNOL, Suzana; GUTIÉRREZ, María Alicia. Aborto e Parlamento: um estudo sobre Brasil, Uruguai e Argentina. *Revista Brasileira de Estudos da População*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 219-236, 2009.

RODRIGUES, Maria Isabel Baltar da Rocha. Política demográfica e Parlamento: debate e decisões sobre o controle da natalidade. 1992. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

## OS LEGADOS DE KARIN ELLEN VON SMIGAY



*Maria Ignez Costa Moreira*

*A memória é sim um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo. A comunidade familiar ou grupal exerce uma função de apoio como testemunha e intérprete daquelas experiências, o conjunto das lembranças é também uma construção social do grupo em que a pessoa vive e onde coexistem elementos de escolha e rejeição em relação ao que será lembrado.*

(BOSI, 1993, p. 281)

**A** iniciativa da Comissão Organizadora do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10: Desafios Atuais dos Feminismos de promover nesse evento um espaço para reverenciarmos a memória de mulheres que produziram tanto na militância quanto no espaço acadêmico feministas é bastante oportuna, uma vez que o tema do Fazendo Gênero 10 destaca os desafios atuais do feminismo. Afinal, tanto para analisarmos o presente quanto para projetarmos o futuro, a história é indispensável.



Sinto-me agradecida e honrada pelo convite para integrar essa mesa-celebração da memória, intitulada “O legado das feministas que se foram: Bel, Cuca, Cristina, Heleieth e Karin”, nossas companheiras que partiram, mas que nos deixaram seus legados, suas marcas em nossas lutas pela equidade nas relações de gênero e na produção acadêmica feminista. Todas elas e cada uma a seu modo marcaram também afetivamente a cada uma de nós que pudemos conviver com elas. Trago o tributo a Karin Ellen Von Smigay.

A sistematização da produção de Karin foi iniciada em 2012. O primeiro produto é o CD intitulado “Karin Ellen Von Smigay - A alteridade masculina na letra de uma mulher”, no qual foram editadas a sua dissertação (SMIGAY, 1993) e a sua tese (SMIGAY, 2000), uma entrevista e uma pequena biografia. Há ainda um enorme trabalho a ser feito de organização de seus escritos, para que não se perca a produção dessa mineira, feminista histórica militante no campo da violência de gênero.

Karin Ellen Von Smigay tinha formação em Psicologia, concluída na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 1972. Logo após, iniciou sua carreira de professora universitária na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e a continuou na UFMG, vinculando-se ao Setor de Psicologia Social até 2004, quando se aposentou. Sua formação acadêmica prosseguiu no mestrado em Psicologia Social, realizado na Fafich/UFMG, entre 1989 e 1993. Em 1996, ingressou no doutorado em Psicologia Social da PUC São Paulo, tendo defendido a sua tese em 2000.

Quero destacar na obra de Karin o seu agudo senso de que a violência contra a mulher deveria ser pensada como um fenômeno relacional, que emana das relações entre as mulheres e os homens nas tramas afetivo-sexuais e da violência. Nesse sentido, ela rompia com as lógicas sexistas e binárias e afirmava profundamente o núcleo central do conceito de gênero, que trata das





relações assimétricas e desiguais de poder. O conceito de gênero, desde Scott (1990), produziu a distinção entre sexo e gênero, contribuindo para a desnaturalização das relações entre os homens e as mulheres e, especialmente, permitindo refletir sobre a violência não como uma consequência natural da química hormonal, mas como uma narrativa produzida na e pela cultura. O conceito de gênero nos levou a compreender que a diferença entre homens e mulheres, convertida em desigualdade, é um modo primário de organizar hierarquicamente o cotidiano. Tomado, então, como uma categoria analítica, o gênero tornou-se uma ferramenta capaz de nos fazer refletir criticamente sobre os processos que transformam a diferença em desigualdade, produzindo relações assimétricas e desiguais de poder, que sustentam uma lógica que naturaliza a opressão e a submissão.

A desnaturalização da opressão e da submissão presentes nas relações entre homens e mulheres afirmou a sua natureza histórica e política e, em consequência, apontou a necessidade e a possibilidade de essas relações se tornarem solidárias e equitativas.

Na sua dissertação de mestrado, *Paternidade negada: uma contribuição ao estudo do aborto provocado* (1993), Karin explorou o envolvimento dos homens no aborto provocado, analisando o processo psicossocial experienciado por homens ao se confrontarem com a gravidez indesejada de suas parceiras e com a situação de aborto. Naquela altura, a percepção dos homens em relação ao aborto, às práticas contraceptivas e aos direitos reprodutivos era pouco explorada na literatura, que enfatizava, no caso do aborto, quase exclusivamente a perspectiva das mulheres. Nas palavras da autora, sua opção metodológica foi feita na direção de escutar os homens que se reconheciam como “pais abortados”. Ela conclui que havia “um sistemático desinteresse pelo tema numa cultura que silencia sobre a participação dos homens, que se interessa apenas pelo seu valor simbólico enquanto pai e não pela experiência vivida” (SMIGAY, 1993, p. 1).



Na tese de doutorado (SMIGAY, 2000), *Relações violentas no espaço da intimidade: drama privado ou tragédia pública?*, Karin oferece aos que se interessam pelo tema da violência de gênero uma rigorosa e detalhada revisão bibliográfica que sustenta o seu argumento de que é necessário compreender os sentidos das relações e romper a dicotomia posta entre os pares dessa relação, que coloca uns como o “lobo mau” e outros como “chapeuzinho vermelho”:

Procuro pensar sua [da violência] inserção não mais no recorte dos estudos sobre mulheres, mas no grande quadro dos estudos de gênero e, sobretudo, deslocá-lo para o campo das masculinidades, que se abre e vem se construindo recentemente. Hoje duas grandes linhas se bifurcam dentro dos estudos sobre o masculino: embora ambas rediscutam o modelo hegemônico, proponham a ressocialização dos homens e pretendam reler e rever seus espaços de circulação ditos restritos, diferem entre si porque o poder não é questionado, segundo uma das perspectivas, autointitulada masculinista ou mitopoética. A segunda perspectiva, profeminista, já pretende implodir os privilégios dos homens, no bojo das transformações que a pós-modernidade lhes abre para pensar seus lugares e os vínculos (de diferentes ordens), passíveis de serem estabelecidos. (SMIGAY, 2000, p. 2).

Durante o doutorado, como bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), integrou entre março e setembro de 1999 a equipe de pesquisa coordenada por Daniel Welzer Lang, na Universidade Toulouse Le Mirail, na França. Estudou a violência contra as mulheres e o tráfico de mulheres praticados entre os legionários em Castelnaudary (França). Fez uma pesquisa participante, e para tanto se alojou na região, utilizando os apartamentos colocados à disposição da equipe de pesquisadores pela Prefeitura local e tentando circular pelos espaços frequentados pelas mulheres estrangeiras. Encontrou as mulheres migrantes, grande parte delas originária



de países pobres, e as francesas, que pertenciam a grupos sociais de alta vulnerabilidade socioeconômica. Essas mulheres narraram violências físicas e sexuais sofridas, bem como violências praticadas contra as suas crianças. No desenvolvimento da pesquisa, Karin também se aproximou dos legionários, fiel ao seu propósito de escutar os homens, assim descritos por ela em suas notas não publicadas:

Os legionários são homens armados. Seu condicionamento psicológico para a violência legítima do Estado, o treinamento particularmente difícil que sofrem, os constrangimentos materiais e psicológicos devido ao que perdem sua identidade pessoal entrando para a legião em favor de outra identidade que lhes é imposta, a vida em bandos de homens etc. criam condições particulares para esses homens. Em todos os casos, o resultado de sua socialização militar é sem apelação: os legionários que encontramos mostram os sinais redundantes de sua dificuldade em articular vida profissional e afetiva. Fomos muitas vezes tentados a qualificá-los como ‘deficientes afetivos’. Os legionários poderiam ser qualificados assim no sentido em que, homens viris, duros no combate, eles se apresentam rapidamente como meninos a cuidar, a acarinhar, a proteger em relação às mulheres e em sua vida privada. Notemos que essa disjunção público/privado, vida profissional/vida afetiva, não é exclusividade do exército. (SMIGAY, 1999).

Ainda nesse período, chamou a atenção de Karin a situação das mulheres durante a Guerra das Balcãs. Sua reflexão resultou em um artigo publicado, em 1999, na revista *Psicologia e Sociedade*, da Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso), com o título instigante: “Violação de corpos: o estupro como estratégia em tempos de guerra: uma questão para a psicologia social?” O texto teve como ponto de partida os relatos divulgados entre março e junho de 1999, quando a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) fez uma intervenção na região da guerra. Ao analisar tais relatos à luz da psicologia, Karin apresenta duas



direções: a primeira, a da psicologia clínica, enfatiza a vivência do estupro em sua dimensão subjetiva e pessoal e busca estratégias e metodologias de apoio e atendimento psicoterápico às vítimas. A segunda direção, dada pela psicologia política, permite compreender as condições políticas, históricas e sociais da prática do estupro sistemático como estratégia de dominação, mostrando a importância de a comunidade internacional considerar tal prática como um crime contra a humanidade, uma grave violação dos direitos humanos e uma violência de gênero cometida contra as mulheres.

A produção acadêmica de Karin foi construída de forma articulada à militância feminista em dois sentidos. No primeiro, por incluir na agenda da academia a temática das relações de gênero e a reflexão sobre o desenvolvimento sexista e machista da própria ciência. No segundo sentido, por fazer a ponte entre o movimento social, as questões cotidianas das mulheres e os fazeres próprios da universidade, quais sejam, a pesquisa, o ensino e a extensão.

Já em 1980, Karin foi uma das principais fundadoras do Centro de Defesa dos Direitos da Mulher (CDM), em Belo Horizonte, Minas Gerais. O CDM era ligado ao movimento feminista e atuou de forma significativa para que a violência doméstica praticada contra as mulheres ganhasse visibilidade social e fosse incorporada em sua especificidade pelo Estado, visando ao combate à impunidade e à elaboração de estratégias de proteção social às mulheres em situação de risco. Na época, o movimento mostrava a sua vitalidade através não apenas da militância, mas também de pesquisas, seminários e outras atividades correlatas.

Em 1986, Karin iniciou sua participação no Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre a Mulher (Nepem), que, fundado no início dos anos 80, congregava pesquisadoras feministas de várias áreas do conhecimento. Nesse mesmo ano, Karin foi bolsista no programa de Dotações para Pesquisa sobre a Mulher Brasileira, da



Fundação Carlos Chagas, de São Paulo. Em 1990, criou, junto com colegas da pós-graduação em Psicologia da UFMG, o Núcleo Gênero e Afetividade (Nega). Sua participação na diretoria nacional da Abrapso, nos períodos de 1988-1989 e 1999-2000, foi decisiva para que se incorporassem as temáticas do feminismo e das teorias de gênero na pauta da Abrapso e da psicologia social no Brasil.

É importante destacar sua atuação como consultora junto à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, no ano de 2000, para a elaboração de políticas de proteção às mulheres e acompanhamento do trabalho no Centro de Referência Bem-Vinda e da Casa Sempre-Viva, de acolhimento de mulheres em situação de violência. Já naquela época, Karin havia desenvolvido pesquisas sobre a presença, na cultura brasileira, da violência contra mulheres e sobre a escuta de mulheres em situação de violência de gênero pelo profissional de saúde da rede pública. Assim, suas ações na militância eram solidamente fundamentadas em estudos e pesquisas.

Parte do material produzido para a formação das trabalhadoras no campo da proteção social começou a ser recolhida para uma futura sistematização. É sem dúvida um material precioso em seus aspectos teórico-metodológicos.

Em sua trajetória de professora, pesquisadora e militante, a atuação de Karin tanto na universidade quanto nos equipamentos públicos foi fundamental para a formação de vários profissionais que se dedicam ao atendimento de mulheres em situação de violência, bem como daqueles que se ocupam na elaboração de políticas públicas e programas sociais para o enfrentamento da violência de gênero. Os seus legados estão vivos nas ações dos profissionais que atualmente trabalham em Belo Horizonte nas políticas públicas e programas sociais voltados para as mulheres.

Após sua aposentadoria, Karin iniciou uma nova fase em sua vida e escolheu a cidade histórica de Tiradentes (Minas



Gerais) para morar. Lá se dedicou a inúmeras atividades: construiu a bela pousada “Pousada d’Óleo de Guignard”, para viver e acolher amigos e viajantes. Foi integrando-se à comunidade local e fez diferença ao se associar aos moradores do bairro Pau d’Óleo, habitado por uma população pobre, em ações comunitárias tais como a melhoria das vias de acesso, de iluminação, de coleta seletiva do lixo e tantas outras. Aos poucos, tornou-se uma referência querida entre seus vizinhos, que a tratavam por “Karina”. Já conhecedora do cotidiano da cidade, Karin realizou, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), uma pesquisa sobre o patrimônio imaterial da Região das Vertentes, na qual abordou a cultura local através dos hábitos alimentares. Os objetivos da pesquisa foram recuperar e revitalizar as tradições culinárias da região, resgatar a memória e as identidades coletivas, bem como preservar conhecimentos que pudessem ser transmitidos às futuras gerações.

### ► À guisa de conclusão

Ao revisar a produção de Karin Ellen Von Smigay, encontramos nos seus legados os desafios permanentes do feminismo, entre eles aquele que diz respeito à produção teórico-metodológica feminista e à própria condição dessa produção no espaço acadêmico, bem como o da articulação da produção teórico-metodológica feminista com a militância sem trégua em busca de relações de equidade entre os gêneros nos âmbitos privado e público, ambos de natureza política.

Romper a lógica binária de pensamento, considerar o direito à diferença, compreender a diversidade humana relativa às posições de gênero, à sexualidade e aos usos dos corpos são desafios atuais do feminismo, são temáticas que instigam a revisão teórico-metodológica e política do próprio feminismo.



Termino este registro parabenizando as organizadoras do Fazendo Gênero pela iniciativa de resgatar a memória de nossas companheiras. Durante a preparação dessa mesa, nas trocas de e-mail que fizemos, surgiu a ideia de que o espaço para a homenagem às companheiras feministas contemporâneas que contribuíram significativamente para esse campo de conhecimento fosse mantido nas novas edições do Fazendo Gênero. Parece-me que essa iniciativa é importante, já que preservar a memória histórica nos ajuda a compreender o momento presente e a cultivar, sempre, as nossas utopias.

## ► Publicações de Karin Ellen Von Smigay

### *Artigos completos publicados em periódicos*

SMIGAY, K. E. V. Feminismo de terceira geração: um debate para a psicologia política. *Psicologia Política*, v. 5, n. 9, p. 101-117, jan./jun. 2005.

SMIGAY, K. E. V. Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a psicologia política. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 32-46, jun. 2002.

SMIGAY, K. E. V. Abordagens possíveis de relações conjugais violentas: o viés de gênero dentro da psicologia. *Revista Interações*, São Paulo, v. 5-6, n. 11, p. 11-12, 2001.

SMIGAY, K. E. V. Reflexões sobre o intolerável: aspectos trágicos no conflito dos Balcãs. *Vertentes*, São João del-Rey, 2000.

SMIGAY, K. E. V. Violação dos corpos: o estupro como estratégia em tempos de guerra. Uma questão para a psicologia social. *Psicologia e Sociedade*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 104-120, 1999.

SMIGAY, K. E. V.; VENTURA, A. M. A escuta do profissional da rede de saúde às mulheres em situação de violência de gênero. *Horizontes Psicossociais*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, 1997.



SMIGAY, K. E. V. A paternidade negada: contribuições para o estudo acerca do aborto. *Psicologia e Sociedade*, Belo Horizonte, ano 4, n. 8, p. 29-33, nov. 1989/mar. 1990.

AFONSO, Lúcia; SMIGAY, K. E. V. Enigma do feminino, estigma das mulheres. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina. *Rebeldia e submissão*. São Paulo: Vértice, 1989.

SMIGAY, K. E. V.; SOUZA, Ana Lúcia; RUBINGER, Maria da Conceição M. Itinerários da violência contra a mulher ou o que dizer da sedução? *Psicologia e Sociedade*, Belo Horizonte, ano 3, n. 6, p. 130-140, nov. 1988/mar. 1989.

SMIGAY, K. E. V. (em colaboração com Lúcia Afonso) A constituição de um grupo por e para mulheres na instituição universitária: desventuras de quem a viveu. *Psicologia e Sociedade*, Belo Horizonte, ano 3, n. 5, p. 103-113, 1988.

### *Textos em jornais de notícias/revistas*

SMIGAY, K. E. V. Saudades de infância: cozinha regional das Vertentes. *Outras Palavras*, Tiradentes, p. 4, 1º set. 2001.

SMIGAY, K. E. V.; MARANHÃO, Bernardo; PERUCCI, Daniela. Uma festa no Bichinho: tradições e hábitos. *Outras Palavras*, Tiradentes, p. 4, 1º jun. 2001.

SMIGAY, K. E. V.; PERUCCI, Daniela; COTA, Valéria. Ora-pro-nóbis, angu, porco na banha: dos tropeiros aos dias de hoje. *Outras Palavras*, Tiradentes, p. 8, 15 mar. 2001.

SMIGAY, K. E. V. Revitalização do patrimônio material: a Matriz de Santo Antônio. *Inconfidências*, Tiradentes, v. 34, n. 6, p. 5, 12 mar. 2001.

SMIGAY, K. E. V. Compromisso coletivo. *Boletim da UFMG*, Belo Horizonte, v. 1.293, p. 2, 27 set. 2000.





SMIGAY, K. E. V. *Jornal do Psicólogo. Jornal do Psicólogo*, Belo Horizonte, v. 68, p. 4, 25 ago. 2000.

SMIGAY, K. E. V. *Inconfidências. Inconfidências*, Tiradentes, v. 24, p. 8, 16 dez. 1999.

SMIGAY, K. E. V. *Mulheres lutam por mais direito à cidadania. Informativo do Conselho Federal de Psicologia*, Brasília, v. 57, p. 13, 17 mar. 1999.

### *Trabalho completo publicado em anais de congressos*

SMIGAY, K. E. V. *Aborto provocado e produção de significados no universo masculino: uma contribuição ao debate feminista*. In: ENCONTRO REGIONAL SUL DA ABRAPSO, 6., 1996, Florianópolis. *Psicologia e Práticas Sociais*. Florianópolis: Abrapsul, 1996. p. 293-308.

### *Resumos publicados em anais de congressos*

KEMP, V. H.; SILVA, M. V.; SMIGAY, K. E. V.; GODOY, M. de L. M.; ANDRADE, C. *Certificação da identidade histórico-cultural da produção de base artesanal mineira*. In: CONGRESSO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA UFSJ, 4., 2005, São João del-Rei. *Anais...* São João del-Rei, 2005.

SMIGAY, K. E. V. et al. *Identidade coletiva: resgate das tradições e cultura popular na Região das Vertentes/ MG*. In: ENCONTRO MINEIRO DE PSICOLOGIA SOCIAL - PSICOLOGIA SOCIAL: NOVOS DESAFIOS, ANTIGAS QUESTÕES, 12., 2001, São João del-Rei. *Anais...* Belo Horizonte: Segrac, 2001. p. 30.

SMIGAY, K. E. V.; MELO, R. *Trajetória de vida de mulheres brasileiras e Legião Estrangeira no Sul da França: estratégias frente a condições de vida desprivilegiadas*. In: ENCONTRO MINEIRO DE PSICOLOGIA SOCIAL - PSICOLOGIA SOCIAL: NOVOS DESAFIOS, ANTIGAS QUESTÕES, 12., 2001, São João del-Rei. *Anais...* Belo Horizonte: Segrac, 2001. p. 84.



SMIGAY, K. E. V. Conflito nos Bálcãs: tecnologias de guerra, tecnologias de gênero. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 4: CULTURA, POLÍTICA E SEXUALIDADE NO SÉCULO XXI, 2000, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFCS, 2000. v. 1, p. 46.

SMIGAY, K. E. V. Psicologia do autoritarismo. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PSICOLOGIA POLÍTICA, 1., 2000, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2000.

SMIGAY, K. E. V. Reflexões sobre o intolerável: aspectos trágicos no conflito dos Bálcãs. In: CONFERÊNCIA DE PESQUISA SOCIOCULTURAL - NOVAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: GLOBALIZAÇÃO E PRÁTICAS SOCIAIS, 3., 2000, Campinas. *Anais...* Campinas, 2000. p. 119.

SMIGAY, K. E. V. A escuta do profissional da rede de saúde às mulheres em situação de violência de gênero. In: ENCONTRO NACIONAL DE PSICOLOGIA SOCIAL DA ABRAPSO, 10., 1999, São Paulo. *A psicologia social brasileira e o contexto latino-americano*. São Paulo: Abrapso, 1999.

SMIGAY, K. E. V. Subjetividades masculinas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PSICOLOGIA SOCIAL, 9., 1997, Belo Horizonte. *Horizontes Contemporâneos*. Belo Horizonte: Segrac, 1997. v. 1, p. 67.

SMIGAY, K. E. V. Violência de gênero: velhas práticas e discussões teóricas diante de um novo conceito? In: CONGRESSO INTERAMERICANO DE PSICOLOGIA, 26., 1997, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 1997.

### *Produção técnica*

SMIGAY, K. E. V. Assessoria em violência de gênero para programas da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. 2001.

SMIGAY, K. E. V. Programa de capacitação em violência de gênero para equipes interinstitucionais em Betim/MG. 2001.

SMIGAY, K. E. V.; ICCNPQ, R. M. G. B. Lauragais, un pays à vivre: trajetória de vida de mulheres brasileiras e Legião Estrangeira. 2001.



SMIGAY, K. E. V. Seminário “Violência contra a Mulher” como problema de saúde pública. 2001.

### *Demais tipos de produção técnica*

SMIGAY, K. E. V. <<http://www.psicologiaeviolencia.cjb.net>>. 2000. (site).

SMIGAY, K. E. V.; COORDENADOR, D. W.; ICCNPQ, R. M. G. B. *Lauragais, un pays à vivre*. 2000. (Relatório de pesquisa).

### ► Referências

BOSI, Eclea. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SMIGAY, Karin Ellen Von. *Paternidade negada: uma contribuição ao estudo do aborto provocado*. 1993. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1993.

\_\_\_\_\_. *Relações violentas no espaço da intimidade: drama privado ou tragédia pública?* 2000. Tese (Doutorado em Psicologia Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.



## CRISTINA BRUSCHINI: ACESSANDO GÊNERO, TRABALHO E FAMÍLIA



*Mary Garcia Castro*

### ► Apresentação

É uma honra e uma responsabilidade singular participar dessa mesa em homenagem a feministas brasileiras que recentemente se foram, em especial considerando o vasto e plural legado da socióloga Cristina Bruschini, que nos deixou em 2012 e sobre quem me cabe aqui endereçar estas reflexões. São vários os escritos recentes sobre ela por diferentes pesquisadores e feministas que compartilharam de sua convivência presencial ou por estudos.

Cristina Bruschini ficou conhecida tanto por sua produção desde os anos 90, pesquisas quanti-quali sobre mulheres no mercado de trabalho, recusando as análises empiristas de demarcar posições, mas chamando para suas modelagens analíticas gênero, relações sociais e construções sociais sobre o ser homem e o ser mulher e marcos sobre divisões sexuais de trabalho, ou seja, combinando análises sobre gênero, família e organização da economia e os nexos entre o público e o privado. Propõe enfoques em que se entrelaçam família e mercado de trabalho para compreender um dos desafios que se destacam nesse evento como persistente, as “*desigualdades de gênero no âmbito do trabalho e da*



*distribuição de renda*”, em que pese o aumento da participação da mulher na força de trabalho.

Cristina Bruschini deixa um singular legado, reconhecido também por suas iniciativas na reprodução ampliada do campo de estudos feministas, ou seja, na modelagem de um campo de estudos que pede a combinação de pesquisas, proposição de políticas e ativismo. Tal reprodução e rejuvenescimento por ela foi efetivado por incentivos a partir de programas de bolsas a jovens pesquisadores e ativistas, como os que coordenou e que foram apoiados pela Fundação Ford.

Está bem documentada sua generosidade e preocupação por estimular e apoiar jovens no campo de estudos sobre gênero e contribuir para a institucionalização deste, sem se circunscrever aos muros da academia, preocupada com um conhecimento que se nutre também de ativismo molecular, investimentos em políticas no hoje e mobilizações críticas por outro amanhã, pesquisas empíricas e reflexões compreensivo-analíticas. Tal faceta do seu legado e prática de vida profissional é destacada em depoimentos de pares, pesquisadoras feministas, como os reunidos no *Cadernos de Pesquisa* n. 145, da Fundação Carlos Chagas, de abril de 2012, e na *Revista Estudos Feministas*, v. 20, n. 1, também de 2012. Deste em particular sublinho o escrito por Luzinete Simões Minella (2012):

Além das intensas atividades como pesquisadora, [Cristina Bruschini] participou como consultora de várias instituições de pesquisa e como membro de vários comitês editoriais, incluindo a *Revista Estudos Feministas*. Atuou de modo significativo, na constituição do campo dos estudos feministas e de gênero, tendo sido coordenadora do Programa Relações de Gênero na Sociedade Brasileira e dos concursos de pesquisa sobre Mulheres e Relações de Gênero da Fundação Carlos Chagas, ambos apoiados pela Fundação Ford; membro do Conselho Editorial do jornal bimestral *Mulherio*, de 1982 a 1983; integrante da equipe que planejou a série *Textos FCC*, de 1989 a 1994; e editora executiva dos *Cadernos de Pesquisa* da mesma Instituição, de 1993 a 1999.



Foi ainda coordenadora do I Programa de Dotações para Mestrado em Direitos Humanos no Brasil, do Projeto Banco de Dados sobre o Trabalho das Mulheres no *site* da FCC e do GT Família e Sociedade na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), entre os anos de 1988 a 1992.

Ressalto também a fertilidade de Bruschini, decolando suas publicações de pesquisas sobre família, mulher e trabalho, e seu modo único de insistir na importância das análises quantitativas, comparativas sobre homens e mulheres no público e no privado, de alguma forma inaugurando discussões sobre cuidados e divisões sexuais de trabalho, decoladas do empírico, sem escorregar em empiricismos.

Em tempos - anos 90 - em que a materialidade do trabalho - no mercado e na casa -, os registros de extensões e as posições estavam eclipsadas pelo fascínio com o simbólico, dimensões subjetivas, relacionais captadas em estudos de caso, ou alinhadas ao interacionismo simbólico e caminhos reflexivo-qualitativos, no âmbito de representações, Cristina recorria a fontes secundárias, as *surveys*, chamando a atenção para a “organização social das relações entre os sexos”, a importância de usar criticamente as estatísticas oficiais, em particular para análises sobre o trabalho da mulher.<sup>1</sup>

Menciono, entre várias, três contribuições de Bruschini para estudos sobre mulher no mercado de trabalho que a meu juízo, em que pese os avanços em termos de acervo de estudos e debates sobre mulher, mercado e família, ainda são desafios para um conhecimento que se pretende ação, quer por políticas públicas, quer por críticas sistêmicas, reflexões e ensaios sobre utopias.

Trata-se de um conhecimento que legitima gênero como um sistema de relações e construções socioculturais e políticas, que, se marginalizado, contribui para a invisibilidade das diferenças, obstáculos e singularidades da mulher no mercado de trabalho e revisão de rotas quanto a políticas públicas. Anuncio,

<sup>1</sup> Ver Bruschini (1992, p. 289-319).



pois, algumas contribuições importantes, ainda que não únicas, de Bruschini, desde finais dos anos 90, para uma epistemologia feminista sobre gênero e trabalho. Tais contribuições compreendem enfoques que se vêm ampliando por distintos autores sobre economia e ética de cuidados e novos debates sobre divisão sexual e social do trabalho e gênero, como, por exemplo, Sorj (2000), Hirata e Kergoat (2003), Araujo, Scalon e Picanço (2007) e Castro, Carvalho e Moreira (2012), a saber:

- 1) A ênfase na divisão sexual do trabalho e, acrescento, do poder, para melhor compreender diferenciais de absorção e estada de homens e mulheres no mercado de trabalho, o que passa pela combinação dos interesses da organização da economia, pelo uso da economia de cuidados e ética de afetos com fins de mercado e pela insistência em políticas públicas que considerem como intercondicionantes trabalho no público e trabalho no privado;
- 2) Um olhar sobre a dinâmica da vida social, que pede que, em gênero, mais se recorra ao estudo sobre o masculino também no âmbito do privado;
- 3) A importância da visibilidade do trabalho da mulher nas estatísticas oficiais e nas análises diacrônicas, a fim de que, nos mapeamentos por extensão, tenha-se mais fidedigno registro sobre a contribuição da mulher para a economia e os efeitos da forma de organização desta na qualidade de vida das mulheres.

Recorrendo a um dos mais recentes trabalhos de Bruschini (BRUSCHINI et al., 2011), a seguir apenas sistematizo o debate sobre o primeiro eixo temático – a ênfase na divisão social e sexual do trabalho –, antes anunciado, a fim de melhor compreender, se não na totalidade, um importante construto do seu legado.

Sobre o terceiro eixo, a importância da crítica às categorias das estatísticas oficiais (como o censo e as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio [PNADs]) e propostas de outras que minimizem a invisibilidade da contribuição econômica do trabalho da mulher, como o que se realiza no âmbito doméstico,





não contabilizado pelo mercado como valor, sugiro, entre outras leituras, o artigo de Bruschini no célebre livro *Uma questão de gênero*, organizado por ela e por Albertina de Oliveira Costa. Já na *Revista Estudos Feministas*, v. 20, n. 1, de jan./abr. 2012, tem-se também um dos últimos artigos de Bruschini com Ricoldi, sobre um emergente tema nestes tempos, intitulado “Revendando estereótipos: o papel dos homens no trabalho doméstico”.

### ► Bruschini e a modelagem de estudos sobre mulher e trabalho via o aporte da divisão sexual do trabalho e da relação entre o público e o privado

De acordo com Arlene Martinez Ricoldi (2012), pesquisadora da Fundação Carlos Chagas<sup>2</sup> e colaboradora de Bruschini em alguns de seus trabalhos,

---

<sup>2</sup> In: “Cristina Bruschini, pilar dos estudos de gênero no Brasil”, por Arlene Martinez Ricoldi, *Nota em Boletim da Agência Patrícia Galvão*, 2 de fevereiro de 2012. Segundo Ricoldi: “O primeiro grande trabalho de Cristina Bruschini foi o seu doutorado, publicado em livro: *Mulher, Casa e Família: Cotidiano nas Camadas Populares*, editora Vértice, 1990. Um dos seus trabalhos preferidos (considerado por ela seu melhor artigo) foi ‘Fazendo as Perguntas Certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade’, in *Gênero e Trabalho na Sociologia Latino-Americana*, Alast, 1998. Entre as numerosas coletâneas que organizou, ‘Uma questão de gênero’ (em conjunto com Albertina Costa), ed. Rosa dos Tempos, 1992, é até hoje considerado um clássico. Outra coletânea, ‘Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira’ (em conjunto com Sandra Unbehaum), fechou o ciclo dos concursos de dotação em pesquisas sobre mulheres e gênero, que ela coordenou por muitos anos.

**Alguns trabalhos recentes:** ‘Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado?’ Capítulo de livro em *Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada*. Bauru, SP: EDUSC, 2007. Organização do livro *Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: FGV, 2008 (com Albertina Costa, Bila Sorj e Helena Hirata). Nesse livro está seu artigo ‘Trabalho e gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional’ (com Arlene Ricoldi e Cristiano Mercado). O artigo ‘Família e Trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda’ (em conjunto com Arlene Ricoldi) foi publicado no *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*, nº 136, 2009. Seu último trabalho publicado foi ‘*Trabalho, Renda e Políticas Sociais: avanços e desafios*’ (com Arlene Ricoldi, Cristiano Mercado e Maria Rosa Lombardi), no livro ‘*O Progresso das Mulheres no Brasil*’, Cepia-ONU Mulheres, 2011”.



Durante a carreira, sua preocupação [de Cristina Bruschini] sempre foi com o trabalho produtivo das mulheres e o encargo do trabalho doméstico que quase sempre recaía sobre elas. Tendo assistido ao ingresso contínuo das mulheres no mercado de trabalho desde meados da década de 1970, até os altos índices atuais de participação das mulheres na População Economicamente Ativa (hoje mais de 50% das mulheres trabalham ou procuram emprego, isto é, são economicamente ativas, segundo estatísticas do IBGE/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), suas preocupações se voltaram, na última década, ao difícil malabarismo entre trabalho e família que a maioria das mulheres trabalhadoras tinha que enfrentar. (RICOLDI 2012).

De fato, em um dos seus textos mais recentes (BRUSCHINI et al., 2011) se ressaltava a importância do nexó entre o público e o privado para a compreensão da forma de alocação e uso da força de trabalho feminina no mercado. Segundo Bruschini et al. (2011, p. 142),

Dando continuidade ao progresso verificado na década anterior, analisada na primeira versão desta publicação (2006), as mulheres brasileiras estão cada vez mais escolarizadas, ingressando em profissões consideradas de prestígio e começam a ocupar postos de comando, ainda que lentamente. No entanto, as trabalhadoras seguem ganhando salários inferiores aos dos homens em quase todas as ocupações, são maioria no mercado informal, nas ocupações precárias e sem remuneração, além de recair sobre elas grande parte das tarefas domésticas. Por tudo isso, do ponto de vista das políticas públicas, um dos maiores desafios dos novos tempos no Brasil é promover a articulação entre família e trabalho, além de continuar implementando medidas para eliminação de desigualdades e discriminações nos ambientes de trabalho.

Contudo, tal trabalho ressalta as más condições de trabalho em que estão muitas mulheres, saindo das simplificações dos estudos quer economicistas, quer culturalistas e das euforias dos



trabalhos restritos ao instantâneo empiricista que ressaltam o aumento das taxas de participação das mulheres na força de trabalho, sem discussão dos cenários de precarização quer do trabalho no público, quer da reprodução das divisões sexuais no âmbito do doméstico, ou seja, quem faz o quê.

De outro lado, permanece a responsabilidade pelas atividades dentro de casa e pelos cuidados com os filhos e demais parentes, mostrando uma continuidade de modelos familiares tradicionais, que provoca uma sobrecarga para as novas trabalhadoras, sobretudo para as mães de crianças pequenas. (BRUSCHINI et al., 2011, p. 157).

Ao privilegiar análises diacrônicas, como a referida a mudanças do perfil feminino no mercado de trabalho entre 2003-2010, Bruschini et al (2011) chamam atenção para mudanças na configuração dos grupos familiares, condicionadas, ainda que não linearmente, por interação entre o público e o privado, como o aumento das chamadas famílias chefiadas por mulheres, a diminuição da taxa de fecundidade e mudanças na composição da força de trabalho feminina segundo lugar na família e inscrição etária. Desta forma seus estudos também contribuíram para tirar do gueto os estudos sobre mulher, quando referidos ao uso da força de trabalho, alertando que as mudanças na oferta de tipos de mulheres no mercado de trabalho não seriam respostas automáticas à demanda, mas também a arranjos combinatórios entre o público e o privado. Em Bruschini et al (2011: 159) se lê:

O arranjo familiar mais comum ainda é o do tipo casal com filhos, que, no entanto, sofreu uma redução de 53% em 2002 para 50% em 2009 (IBGE, 2004, 2010).

[...]

Como se sabe, até meados da década de 1970 o contingente de trabalhadoras era caracterizado por mulheres jovens, solteiras e sem filhos, já que usual o abandono da carreira profissional pela doméstica por ocasião do casamento.

Estudos como os de Bruschini et al. (2011) sobre mudanças do perfil das mulheres na força de trabalho, como o aumento da



escolaridade destas e a diminuição do número de filhos, alertam para a complexa relação entre tal perfil sociodemográfico e relativos ganhos em termos de diminuição da distância entre rendimentos masculinos e femininos, controlando-se outros fatores. Ou seja, sugerem efeitos de gênero que vão além da competição formal segundo indicadores de posição econômica ou educacional, caminho a ser mais explorado. Esse trabalho também indica que, não necessariamente por consciência de gênero, busca de autonomia ou maior incursão no público para seguir projetos próprios, estariam muitas mulheres ingressando no mercado de trabalho:

A crescente necessidade de contribuir para a renda familiar, em razão da elevação do nível de consumo, entre outras causas, tornou a contribuição da renda das mulheres cada vez mais importante: foi expressivo o aumento da proporção de cônjuges que contribuem para a renda das famílias: 65,8% em 2009, percentual que era de 39,1% em 1992. Atualmente, os rendimentos das mulheres constituem cerca de 40% do rendimento total das famílias. (CAMARANO, 2010 apud BRUSHINI et al., 2011, p. 165).

A persistência do condicionamento do estatuto de maternidade na participação da mulher no mercado de trabalho foi outro fator sublinhado por estudo coordenado por Bruschini:

De todos os fatores, a presença de filhos pequenos continua sendo aquele que mais dificulta a ocupação feminina. Em 2009, as taxas de atividade das mães eram muito mais baixas quando as crianças tinham menos de 2 anos (57%), em comparação àquelas das mulheres com filhos maiores, superiores a 70%. Note-se, porém, que todas as mães, mesmo as de filhos pequenos, ampliaram significativamente sua presença no mercado de trabalho no período entre 2002 e 2009. A mais alta taxa, de 74%, é a das mães de crianças com idade de 7 a 14 anos – faixa etária na qual, supostamente, estariam sendo ajudadas pela escola no cuidado com os filhos. (BRUSCHINI et al., 2011).



Em síntese, os estudos sobre mulher na força de trabalho, com dados secundários, recorrendo a estatísticas oficiais e combinados com caminhos qualitativos, empreendidos por Bruschini e equipe (como o aqui destacado) nos deixam um legado em aberto, que pede insistência, qual seja, acompanhar mudanças e persistências; insistir por um enfoque de gênero nas políticas públicas; e estar atento, em especial, à interação entre classe, gênero e raça, ou comportamento da economia política e das perfilhações das mulheres segundo o sistema de gênero e adscrição étnico-racial (no estudo citado, os autores indicam desigualdades quanto a rendimentos e distribuição ocupacional, entre mulheres, mais negativos às mulheres negras).

Mudanças entre 2003 e 2010 ocorreram, para melhor e, em grande medida, por intervenções na organização da economia, beneficiando tanto homens como mulheres dos estratos de mais baixa renda. Contudo, relações sociais de gênero, representações e materialidades transversais ao público no privado, e vice-versa, pediriam, como nos sugerem as análises de Bruschini et al. (2011), prudência e cuidado para não baixar vigilância e insistir em políticas públicas com enfoque de gênero:<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Note-se que, nos trabalhos mais recentes de Bruschini (2011, 2012), insiste-se em políticas públicas, como creche, que colaborem para minimizar os trabalhos domésticos das mulheres e que também estimulem que se desestabilizem papéis sexuais, como a responsabilidade materna com os filhos: “[...] considerando mudanças nas famílias e no relacionamento entre os sexos, é importante que seja repensado, por parte dos gestores públicos, o desenho de políticas sociais, geralmente fundamentado sobre a figura da ‘mãe trabalhadora’, e não voltado para os trabalhadores com responsabilidades familiares, de modo geral. Esse conceito ‘trabalhadores com responsabilidades familiares’ foi desenvolvido pela OIT, na Convenção 156, de 1981, que até hoje não foi assinada pelo Brasil. Essa Convenção trata de políticas relativas à articulação entre o trabalho e a família, levando em consideração trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades familiares. O documento afirma que as responsabilidades familiares dos trabalhadores abrangem não só o cuidado de crianças, mas também de outros membros das famílias que necessitem de cuidado ou apoio. A ideia que perpassa toda a Convenção é de que se deve garantir aos trabalhadores o direito



De qualquer maneira, se as condições gerais do mercado de trabalho evoluíram positivamente no período, não se deve perder de vista a permanência, em 2009, de 29%, ou cerca de onze milhões e duzentas mil trabalhadoras, ocupadas em posições mais vulneráveis no mercado de trabalho, consideradas aqui as trabalhadoras domésticas, as não remuneradas e as que trabalhavam para o consumo próprio. Entretanto, a desigualdade de gênero no mercado de trabalho se manifesta no fato de que a vulnerabilidade explícita nesses mesmos vínculos de trabalho atingia somente 7,3% dos ocupados. Também é mister salientar que, no espaço dos sete anos considerados, diminuiu o contingente de trabalhadores de ambos os sexos situados naquelas situações de trabalho consideradas mais precárias e que essa diminuição foi mais expressiva entre as mulheres, pois, em 2002, 34,2% da força de trabalho feminina se alocava nas posições supra mencionadas. (BRUSCHINI et al., 2001, p. 161).

[...].

Em suma, se houve grande avanço no período considerado, seja em relação à dimensão de redução da pobreza, seja em relação ao avanço das mulheres no mercado de trabalho e, até mesmo, em relação à participação dos pais nos afazeres domésticos e cuidados com as crianças, por outro lado, as desigualdades salariais entre um e outro sexo, em qualquer situação analisada, assim como a maior concentração das trabalhadoras nos chamados 'guetos' ocupacionais femininos - na educação, saúde, serviço social e administração pública - confirmam inúmeras permanências, que ainda estão por ser reduzidas. (BRUSCHINI et al., 2001, p. 176).

---

ao trabalho, sem que essas responsabilidades sejam um empecilho ou fonte de discriminação entre homens e mulheres. À época, a Convenção 156 não foi assinada pelo Brasil sob o argumento de que a legislação interna do país não era compatível com a plena igualdade entre os sexos. Porém, tendo em vista que a Constituição de 1988 e o Código Civil de 2002 estabelecem a igualdade entre homens e mulheres, cabe encerrar este artigo defendendo enfaticamente a revisão da posição do Estado brasileiro em relação à Convenção 156, incentivando o debate sobre a criação de uma política nacional de articulação entre as responsabilidades familiares e as profissionais." (BRUSCHINI; RICOLDI, 2012).



Estarmos atentas e atentos para tais advertências é uma forma de homenagear quem tanto contribuiu para o campo de estudos e ação de gênero. Cristina Bruschini, presente!

## ► Referências

ARAÚJO, Clara; SCALON, Maria C.; PICANÇO, Felícia (Org.). *Novas conciliações e antigas tensões: gênero, família e trabalho em perspectiva comparada*. Bauru: Edusc, 2007.

BRUSCHINI, Cristina. *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, v. 42, n. 145, p. 284-297, jan./abr. 2012.

\_\_\_\_\_. O uso de abordagens quantitativas em pesquisas sobre relações de gênero. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Rosa dos Tempos, 1992.

\_\_\_\_\_. et al. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUI, Jaqueline (Org.). *O progresso das mulheres no Brasil 2003–2010*. Rio de Janeiro: Cepia; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

\_\_\_\_\_; RICOLDI, Arlene Martinez. Revendo estereótipos: o papel dos homens no trabalho doméstico. *Revista Estudos Feministas*, v. 20, n. 1, p. 259-287, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2012000100014&lng=pt&nrm=iso->](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000100014&lng=pt&nrm=iso->)>. Acesso em: 14 jun. 2013.

CASTRO, Mary Garcia; CARVALHO, Ana Maria Almeida; MOREIRA, Lucia Vaz de Campos (Org.). *Dinâmica familiar do cuidado: afetos, imaginário e envolvimento dos pais na atenção aos filhos*. Salvador: EDUFBA, 2012.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Org.). *As novas*



*fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho.* São Paulo: Senac, 2003. p. 111-124.

MINELLA, Luzinete Simões. Maria Cristina Aranha Bruschini: uma trajetória brilhante. *Revista Estudos Feministas*, v. 20, n. 1. jan./abr. 2012. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2012000100015m>>. Acesso em: 18 jun. 2013.

RICOLDI, Arlene Martinez. Cristina Bruschini, pilar dos estudos de gênero no Brasil. *Boletim virtual da Agência Patrícia Galvão*, 2 fev. 2012. Disponível em: <<http://agenciapatriciagalvao.org.br/site-antigo/mulheres-de-olho-antigo/cristina-bruschini-pesquisadora-feminista-por-arlene-martinez-ricoldi/>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

SORJ, Bila. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 43, p. 25-34, jun. 2000.



## AUTORAS

---



### ► Ana Cecília Acioli Lima

Graduada em Letras pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal) (1988), Mestre em Inglês e Literatura Correspondente pela Universidade Federal de Santa Catarina (1992) e Doutora em Teoria Literária pela Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco (2008). Atualmente, é professora adjunta da Ufal. Foi vice-coordenadora do GT da Anpoll A Mulher na Literatura no biênio 2008-2010 e é membro associada da *Contemporary Womens Writing Association* (CWWA). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura contemporânea escrita por mulheres em língua inglesa, atuando principalmente nos seguintes temas: teorias-críticas feministas, estudos de gênero e teoria *Queer*. Foi organizadora, com Ildney Cavalcanti e Liane Schneider, do livro *Da mulher às mulheres: dialogando sobre literatura, gênero e identidades* (Maceió: Edufal, 2006). Suas publicações mais recentes incluem: “A narrativa queer de Jeanette Winterson: por uma política possível” In: Joana Maria Pedro, Sílvia Maria Fávero Arend e Carmen Silvia de Moraes Rial (Org.). *Fronteiras de gênero* (Florianópolis: Mulheres, 2011. p. 257-273) e “A utopia feminista transgressora de Jeanette Winterson em *Sexing the Cherry*” In: Ildney Cavalcanti e Amanda Prado (Org.). *Mundos gendrados* alternativamente: ficção científica, utopia, distopia (Maceió: Edufal, 2011. p. 67-83).



## ► Ana Gabriela Macedo

Professora Catedrática de Literatura Inglesa e Diretora do Centro de Estudos Humanísticos (Cehum) da Universidade do Minho, Portugal. Doutora pela University of Sussex, Reino Unido (1990), com a tese *Wyndham Lewis's Literary Work (1908-28). Vorticism, futurism and the poetics of the Avant-Garde*. Suas áreas de investigação incluem: literatura comparada, poéticas visuais e interartes, estudos feministas e de gênero. Entre as publicações mais recentes, destacam-se os livros: *Humanidades, novos paradigmas da investigação e do conhecimento*, Ana Gabriela Macedo, C. Mendes de Sousa e V. Moura (Org.) (Braga: Húmus/Cehum, 2013); *Estética, cultura material e diálogos intersemióticos*, Ana Gabriela Macedo, C. Mendes de Sousa e V. Moura (Org.) (Braga: Húmus/Cehum, 2012); *Vozes, discursos e identidades em conflito*, Ana Gabriela Macedo, C. Mendes de Sousa e V. Moura (Org.) (Braga: Húmus/Cehum, 2011); e *Gênero, cultura visual e performance (a critical anthology)*, Ana Gabriela Macedo e Francesca Rayner (Org.) (Braga: Húmus/Cehum, 2011).

## ► Carla Bassanezi Pinsky

Historiadora e editora. Doutora em Ciências Sociais (na área de Família e Gênero) pela Universidade Estadual de Campinas, Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo. Autora de *Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher 1945-1964* (Civilização Brasileira) e de *Pássaros da liberdade: jovens judeus e revolucionários no Brasil* (Contexto). Coautora de *História das mulheres no Brasil*; *História da cidadania*; *História na sala de aula*; *Nova História das mulheres no Brasil* (todos pela Contexto), entre outros livros. Organizou as obras *Novos temas nas aulas de História*; *Fontes históricas*; *Faces do fanatismo e História da cidadania* (os dois últimos com Jaime Pinsky); *O*



*historiador e suas fontes* (com Tania de Luca) e *Nova história das mulheres no Brasil* (com Joana Pedro) (todos publicados pela Contexto). É autora de diversos artigos acadêmicos, entre os quais “Estudos de gênero e História Social”, publicado na *Revista Estudos Feministas*. Suas áreas de interesse incluem: História (pesquisa, ensino, historiografia), gênero, representações, infância, juventude, cidadania, divulgação científica.

### ► Carla Mühlhaus

Jornalista, escritora e Mestre em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde defendeu dissertação sobre a entrevista jornalística. Atuou como redatora e produtora editorial *freelancer* para as editoras Aeroplano, Senac Rio, (X) Brasil e Record. É coautora de *Marília Carneiro no camarim das oito* (Aeroplano/Senac Rio). Escreve para agências de comunicação e presta assistência editorial a pessoas físicas. Escolheu ser jornalista porque gostava de escrever. Quando entendeu que uma coisa não tinha lá muito a ver com a outra, deixou as manchetes e publicou livros como *Por trás da entrevista* (Record) e a biografia *A bela menina do cachorrinho* (Ediouro). Num golpe de coragem, enveredou pela ficção e hoje, além de ser jornalista e escritora, Carla Mühlhaus também insiste em tentar entender o mundo, as pessoas e a maternidade estudando filosofia. Sua obra mais recente é o romance *À sua espera, uma viagem filosófica ao centro do útero* (Dublinense, 2012).

### ► Claire Goldberg Moses

Professora Emérita de Estudos das Mulheres na University of Maryland, Estados Unidos. Foi diretora editorial da *Feminist Studies*, primeiro periódico feminista norte-americano, entre 1977



e 2011, coordenando todos os aspectos de uma publicação independente, sem vínculos institucionais ou editoriais. Acredita no ideal feminista do trabalho coletivo, insistindo que sua atuação frente ao periódico só foi possível devido ao engajamento e à responsabilidade da equipe com quem trabalhou. Entre suas publicações destacam-se: *U.S. women in collective struggle: a feminist studies anthology*, coeditada com Heidi Hartmann (University of Illinois Press, 1995); *Feminism, socialism, and French romanticism*, coeditada com Leslie W. Rabine (Indiana University Press, 1993); e *French feminism in the nineteenth century* (Suny Press, 1985), que recebeu o prêmio Joan Kelly de melhor livro do ano na história das mulheres. Seus vários artigos incluem “Made in America: ‘French Feminism’ in Academe”, “Feminist studies” (Summer 1998) e “Nouvelles questions féministes” (em tradução, 1996). Pesquisa sobre a história das mulheres francesas e das teorias e ativismo feministas. Lecionou e/ou proferiu palestras na China, Austrália, Coreia, Hungria e França.

### ► Cláudia Pons Cardoso

Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia (2012) e professora adjunta da Universidade do Estado da Bahia. Sócia-fundadora de Maria Mulher Organização de Mulheres Negras, foi coordenadora geral da entidade durante duas gestões. Foi também coordenadora geral do projeto Reciclando a Cidadania de Meninas/Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade Social, tendo atuado, ainda, em atividades técnicas nos projetos Capacitação Profissional de Mulheres Portadoras de HIV/Aids, SOS Racismo e Atendimento Psicossocial a Mulheres Vítimas de Violência Doméstica. Tem experiência na área de educação, com ênfase em metodologia do ensino de história e formação de professoras/es. Desenvolve ensino, pesquisa e extensão a partir



dos seguintes temas: gênero, mulheres negras, feminismos, raça/etnia, educação, ensino, cidadania, movimentos sociais e políticas públicas. É autora de vários textos, entre os quais “Trajetórias de mulheres negras na diáspora” In: Antonia dos Santos Garcia e Afrânio Raul Garcia (Org.). *Relações de gênero, raça, classe e identidade social no Brasil e na França* (Rio de Janeiro: Carta Capital, 2013).

### ► Eliana de Souza Ávila

Graduada em Língua e Literaturas de Língua Inglesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1990); Doutora em Inglês/Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (2002). Atualmente, é professora do Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras e do Programa de Pós-Graduação em Inglês da UFSC. Desde 2004, atua no ensino, extensão e orientação de pesquisas sobre o tema da interseccionalidade em movimentos sociais, com ênfase em perspectivas *queer*, pós-coloniais e de pós-deficiência. Foi coeditora da Seção *Debates* da *Revista Estudos Feministas* e membro do Comitê Assessor do *SciELO Social Sciences*, bem como de outras comissões editoriais. Suas publicações mais recentes são o capítulo “Pode o tradutor ouvir?” em *Tradução e relações de poder* (BLUM; PETERLE, 2013) e o artigo “A ecocrítica *queer* de Elizabeth Bishop no Braz/sil” (*Gragoatá*, 2013). Sua pesquisa de pós-doutorado enfocará a ecocrítica *queer* decolonial. Ávila é membro do Instituto de Estudos de Gênero da UFSC e coordena o Grupo de Pesquisa, afiliado ao CNPq, *Perspectivas Queer em Debate*.

### ► Florentina da Silva Souza

Doutora em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais (2000), é professora associada no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA), pesquisadora do CNPq



e do Centro de Estudos Afro-Orientais. Atua nas áreas de literatura afro-brasileira, literatura brasileira, literatura comparada, estudos identitários e literatura afro-latina. Coordena o projeto EtniCidades: escritoras/es e intelectuais afro-latinos, tendo coordenado de junho de 2005 a janeiro de 2008 o Projeto de Ações Afirmativas Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares (UFBA/MEC/Secad). Publicou, em 2005, o livro *Afrodescendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU* e foi uma das organizadoras de *Cadernos Negros: três décadas* (São Paulo: Quilombhoje: Seppir, 2008). Foi vice-coordenadora do Centro de Estudos Afro-Orientais, da UFBA, e edita, juntamente com Jocélio Teles, a revista *Afro-Ásia*.

### ► Gabrielle Houbre

Historiadora francesa, vinculada à Universidade de Paris VII: Denis Diderot e ao Instituto Universitário da França. Doutora pela mesma universidade, sob a orientação de Michelle Perrot, é atualmente codiretora do Grupo de Trabalho sobre gênero do Laboratoire Identités-Cultures-Territoires (ICT; <<http://www.ict.univ-paris-diderot.fr/fr/membres/ghoubre>>). Com ênfase na história do século XIX, seus interesses incluem estudos de gênero, história da sexualidade, corpo e juventude. Entre suas publicações destacam-se *La discipline de l'amour: l'éducation sentimentale des filles et des garçons à l'âge du romantisme* (Plon, 1997), *Histoire de la grandeur et de la décadence de Marie Isabelle, modiste, dresseuse de chevaux, femme d'affaires, etc.* (Perrin, 2003), *Histoire des mères et filles* (La Martinière, 2006) e *Le Livre des courtisanes: archives secrètes de la police des mœurs* (Tallandier, 2006). Artigos mais recentes: "Dans l'ombre de l'hermaphrodite: hommes et femmes en famille dans la France du XIXe siècle" (*Clio, Histoire, Femmes et Sociétés*, n. 34, p. 85-104, 2011); "François



et Jean, nés filles au XIXe siècle” (*L’Histoire*, n. 372, p. 82-86, 2012). Trabalha atualmente em um livro sobre os hermafroditas do século XIX e em pesquisa sobre o cinema de Germaine Dulac na década de 20.

### ► Iara Aparecida Beleli

Graduada em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (1983), Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) (1999), Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp (2005), com estágios de pós-doutorado no Instituto Universitário de Lisboa (2008) e na Universitat Rovira i Virgili, Tarragona, Espanha (2012). Atualmente, é pesquisadora e coordenadora do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp. Suas reflexões estão voltadas para variadas mídias, atravessadas por gênero e outros marcadores de diferença (raça/etnia, sexualidade, nacionalidade) em diálogo com Teorias Feministas e de Gênero. Suas publicações mais recentes incluem “Sonhos de Passarela” (*Studium*, Unicamp, v. 33, p. 15-19, 2012); a organização (com Mariza Correa) de *Cadernos Pagu* – dossiê Violência: outros olhares (37. ed. Campinas, 2011); e os capítulos “Amores on line” In: L. Pelúcio, L. A. F de Souza, B. R. de Magalhães e T. T Sabatine (Org.). *Olhares plurais para o cotidiano: gênero, sexualidade e mídia* (São Paulo: Oficina Universitária; Marília: Cultura Acadêmica, 2012) e “Brasileiros/as no atravessar das fronteiras: (des)organizando imaginários” In: R. Miskolci e L. Pelúcio (Org.). *Discursos fora da ordem: sexualidades, saberes e direitos* (São Paulo: Anablume/Fapesp, 2012).

### ► Julieta Paredes Carvajal

Ativista, artista e intelectual aymara radicada na Bolívia. Bacharel em Pedagogia e Licenciada em Psicologia na Pontifícia Universidade Salesiana, em Roma, recebeu o diploma de Estudos



de Gênero da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), em Buenos Aires. É cofundadora do grupo feminista colombiano Mujeres Creando (1990), de Mujeres Creando Comunidad (2002) e da Asamblea de Feminismo Comunitario. Tem lecionado nos mais diferentes níveis educacionais e realizado pesquisas sobre temas relacionados com a participação política das mulheres, com direitos sexuais e reprodutivos e com o feminismo, a partir de uma perspectiva participativa. Como ativista antipatriarcal, tem participado de treinamentos feministas com mulheres indígenas e de classes trabalhadoras em vários países da América Latina. Além disso, tem apresentado trabalhos acadêmicos e realizado *performances* nos Estados Unidos (New York University, Swarthmore College, Bryn Mawr College, Northwestern University e UC Berkeley), em países da América Latina, bem como em Barcelona e Madri. Suas publicações incluem: *Por un feminismo no racista* (1992), *Sexo, placer y sexualidad* (libro de sexualidad para mujeres, 1998), *Grafiteadas. Memora de grafitis de Mujeres Creando* (1999), *Machos, varones y maricones* (libro de sexualidad para varones, 2000) e *Hilando fino desde el feminismo comunitario* (2008).

### ► Karina Bidaseca

Pensadora feminista. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Buenos Aires. Professora na Universidade Nacional de San Martín e na Universidade de Buenos Aires. Pesquisadora do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Conicet), coordena o Programa “Poscolonialidad, pensamiento fronterizo y transfronterizo en los estudios feministas”, do Instituto de Altos Estudios Sociales, da Universidad Nacional de San Martín, e o Programa Sur-Sur (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales [Clacso]). Publicou inúmeros trabalhos sobre





estudos pós-coloniais e feminismo, entre os quais: *Perturbando el texto colonial: los estudios (pos)coloniales en América Latina* (Buenos Aires: Editorial SB, 2010); *Feminismos y poscolonialidad: descolonizando el feminismo desde y en América Latina* (organização com Vanesa Laba, Buenos Aires: Godot, 2011); “Voces y luchas contemporáneas del feminismo negro. Corpolíticas de la violencia sexual racializada” (publicado em *Afrodescendencia: aproximaciones contemporáneas de América Latina y el Caribe*, 2012. Disponível em: <<http://www.cinu.mx/AFRODESCENDENCIA.pdf>>); *Postales femeninas desde el fin del mundo: el Sur y las políticas de la memoria* (com Marta Sierra, Buenos Aires: Godot, 2012); *Hegemonía cultural y políticas de la diferencia* (organização com Alejandro Grimson, Buenos Aires: Clacso, 2013); e *Legados, genealogías y memorias poscoloniales: escritos fronterizos desde el Sur* (organização, Buenos Aires: Godot, 2013).

### ► Luciana Gruppelli Loponte

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professora da Faculdade de Educação da UFRGS, atuando na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Educação. Foi vice-presidente da Federação de Arte-educadores do Brasil (Faeb) e coordenadora no Grupo de Trabalho Educação e Arte da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped). Pesquisa na área de arte e educação, gênero e Artes Visuais, formação estética docente, arte contemporânea e educação. Tem publicado artigos sobre essas temáticas, tais como: “Arte para a docência: estética e criação na formação docente”, *Archivos Analíticos de Políticas Educativas/Education Policy Analysis Archives*, v. 21, p. 1-22, 2013; “Desafios da arte contemporânea para a educação: práticas e políticas”, *Archivos Analíticos de Políticas Educativas/Education Policy Analysis*



*Archives*, v. 20, p. 1-19, 2012; "Gênero, visualidade e arte: temas contemporâneos para educação" In: Gilberto Icle (Org.). *Pedagogia da arte: entre-lugares da criação* (Porto Alegre: UFRGS, 2010, p. 149-163).

### ► Lucila Scavone

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1971), Mestre em Sociologia Política e Antropologia pela Université de Paris III (1976), Doutora em Sociologia, também pela Université de Paris III (Sorbonne-Nouvelle) (1980), com pós-doutorado no Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale/França (1991). Livre-docente pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp) (2001), professora titular em Teorias Sociológicas Contemporâneas no Departamento de Sociologia da Unesp (2010). Pesquisadora do CNPq desde 1983. Editora da *Revista de Estudos de Sociologia* (Unesp/AR) desde 2011. Trabalha com teorias sociais contemporâneas, estudos de gênero e feministas, desigualdades sociais e diversidade, tecnologias reprodutivas, entre outras questões relacionadas às articulações das teorias com temas e problemas sociais, políticos e culturais contemporâneos. Suas publicações mais recentes incluem os seguintes artigos e capítulos de livros: "Aborto, objeto da Pesquisa Social" (organização e apresentação Dossiê), *Estudos de Sociologia*, São Paulo, v. 17, p. 15-19, 2012; "Biotecnologias, sujeição dos corpos?", *Cadernos de Crítica Feminista*, v. 5, p. 10-20, 2012; "Féminisme contemporain et démocratie au Brésil" In: Christine Fauré (Org.). *Nouvelle encyclopédie politique et historique des femmes* (Paris: Les Belles Lettres, 2010, p. 958-979); e "Gênero, feminismos e políticas sociais", In: L. A. Souza, B. R. Magalhães e T. T. Sabatine (Org.). *Desafios à segurança pública: controle social, democracia e gênero* (Marília: Cultura Acadêmica, 2012, p. 109-126).



### ► Luzinete Simões Minella

Doutora em Sociologia pela Universidad Nacional Autónoma de México (1989). Professora adjunta (aposentada) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisadora do Instituto de Estudos de Gênero/UFSC. Do conjunto da produção bibliográfica, além de vários artigos publicados em periódicos científicos, destaca-se a coautoria do livro *Gênero e violência: pesquisas acadêmicas brasileiras (1975-2005)* (2006); a coorganização das coletâneas *Depoimentos: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência* (2006) e *Saberes e fazeres de gênero: entre o local e o global* (2006), bem como a coorganização do livro *Práticas pedagógicas e emancipação: gênero e diversidade na escola* (2009). Sua publicação mais recente é o artigo “Temáticas prioritárias no campo de Gênero e Ciências no Brasil: raça/etnia, uma lacuna?”, *Cadernos Pagu*, v. 40, p. 95-140, 2013. Foi coordenadora editorial da *Revista Estudos Feministas* durante dois períodos: entre 2001 e 2004 e entre 2007 e 2008. Tem realizado pesquisas principalmente nas seguintes áreas: gênero e saúde reprodutiva, gênero e infância, gênero e ciências e saúde mental. Sua pesquisa atual, iniciada em 2012, aborda o acesso e a participação das mulheres no campo da Medicina no Brasil e conta com o apoio do CNPq.

### ► Mara Coelho de Souza Lago

Professora emérita da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (2011). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) (1967), mestrado em Antropologia Social pela UFSC (1983) e doutorado em Psicologia da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (1991). Atualmente, é professora titular aposentada da UFSC, atuando como docente voluntária no Programa de Pós-Graduação



em Psicologia e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social, atuando principalmente nos temas gênero, gerações, subjetividades, modos de vida, com enfoque interdisciplinar. Participa da coordenação do Instituto de Estudos de Gênero e da coordenação editorial da *Revista Estudos Feministas*. Entre as publicações mais recentes, destacam-se os artigos: “‘Mulheres agricultoras’ e ‘mulheres camponesas: lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades’”, *Psicologia & Sociedade*, v. 25, p. 79-89, 2013; “Reflexões sobre infância e gênero a partir de publicações em revistas feministas brasileiras”, *Revista Ártemis - Estudos de Gênero, Feminismo e Sexualidades*, v. 15, p. 59-74, 2013; “Estilísticas e estéticas do homoerotismo na velhice: narrativas de si”, *Sexualidad, Salud y Sociedad*, v. 1, p. 113-147, 2013, e a coorganização dos livros *Sexualidade, gênero, diversidades* (São Paulo: Casapsi, 2013) e *Processos de subjetivação, gênero, diversidades* (Florianópolis: UFSC, 2012).

### ► Maria Ignez Costa Moreira

Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Doutora em Psicologia Social pela PUC São Paulo. Pesquisadora nas áreas de família, infância, adolescência e juventude em situação de vulnerabilidade e violência. Trabalha com políticas públicas de proteção voltadas para as famílias em situação de vulnerabilidade, a partir dos aportes teórico-metodológicos das teorias de gênero e de geração. Presta assessoria a equipamentos de política pública para a proteção social. Sua produção mais recente inclui: *Novos rumos para o trabalho com famílias*, com S. M. G. Sousa (São Paulo: Neca - Associação dos Pesquisadores de



Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2013), *Quebrando o silêncio: Disque 100 – Estudo sobre a denúncia de violência sexual contra crianças e adolescentes* (Brasília: Secretaria de Direitos Humanos - SDH/PR; Goiânia: Cànone Editorial, 2013) e *Famílias em vulnerabilidade social: é possível auxiliar sem invadir?*, com S. D. Carellos (Curitiba: CRV, 2012).

### ► **María Luisa Femenías**

Doutora em Filosofia pela Universidad Complutense de Madrid, Diretora do *Centro Interdisciplinario de Investigaciones en Género* da Universidad Nacional de La Plata (UNPL) e do Curso de Especialização em *Educación en sexualidades y géneros*. Professora titular de Antropologia Filosófica na Universidad Nacional de La Plata desde 1997, professora visitante na Universidad de Buenos Aires (UBA) e em várias universidades do exterior. Coordena projetos de pesquisa sobre filosofia e teorias de gênero. É coeditora da revista *Mora* (UBA) desde sua fundação e diretora da *Biblioteca crítica de género* (Edulp, UNLP). Publicou vários livros e artigos sobre feminismo, mulheres e gênero, entre os quais se destacam: *Judith Butler: introducción a su lectura* (2003 [1956]), *Feminismos de París a La Plata* (2006), *Perfiles del feminismo iberoamericano*, volumes 1, 2 e 3 (2002, 2005 e 2007), *El género del multiculturalismo*, com Amy Oliver (2007), *Feminist philosophy in Latin America and Spain*, com Elida Sánchez (2007), e *Articulaciones sobre la violencia contra las mujeres* (2008). Artigos recentes: “Voces y cuerpos ‘marcados’ en la era de la globalización”, *Revista Europea de Derechos Fundamentales*, n. 19, p. 75-94, 2012; “Democracia, identidad y ciudadanía: las figuras de los márgenes”, *Anales de la Cátedra Francisco Suárez*, n. 45, p. 89-107, 2011.



### ► **Maria Nazareth Soares Fonseca**

Graduada em Letras Clássicas (1962), Mestre em Literatura Brasileira (1980) e Doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (1993), com especialização e estágio sanduíche na Université Sorbonne Nouvelle, em Paris, França, nos anos de 1983 e 1992. Aposentada da UFMG, é, desde 1995, professora adjunta da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), responsável pela área das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa no Programa de Pós-Graduação em Letras. Foi coordenadora do Convênio Interinstitucional de Pós-Graduação entre a PUC Minas e a ECA (Universidade Federal do Rio de Janeiro), no período de 1998 a 2002 e Diretora da Editora PUC Minas, no período de 2002 a 2005. Leciona, atualmente, as disciplinas: Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, Literatura Comparada e Teoria da Literatura. Organizou os livros *Brasil afro-brasileiro* (2000), *Poéticas afro-brasileiras* (2003) e *Ensaio de Leitura II* (2008). É organizadora, juntamente com Eduardo de Assis Duarte, do volume 4 da coletânea *Literatura e afrodescendência no Brasil, antologia crítica*. Publicou os livros: *Literaturas africanas de língua portuguesa: percursos da memória e outros trânsitos* (2008) e *Mia Couto: espaços ficcionais* (2008), em parceria com Maria Zilda Cury. Tem inúmeros artigos e capítulos de livros publicados no Brasil e no exterior nas diferentes áreas em que atua.

### ► **Mary Garcia Castro**

Graduada em Ciências Sociais (1968) e Mestre em Sociologia da Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) (1970) e em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (1979) e Doutora em Sociologia pela



University of Florida (1989). Pesquisadora associada da UFBA e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)/Centro de Estudos de Migrações Internacionais; professora-pesquisadora da Universidade Católica de Salvador. Coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas de Juventudes, Identidade, Cidadania e Cultura (Npeji) e é pesquisadora da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) Brasil e do CNPq. Tem experiência na área de Sociologia, Estudos Culturais e Demografia, atuando principalmente nos seguintes temas: juventude, migrações internacionais, gênero, família, mulher, feminismo, identidades e cidadanias, modernidade e pós-modernidade. Publicações recentes incluem a coautoria de *Educação e população afrodescendente no Brasil: avanços, desafios e perspectivas* (Madrid: Fundación Carolina, 2012), *Dinâmica familiar do cuidado: afetos, imaginário e envolvimento dos pais na atenção dos filhos* (Salvador: Edufba, 2012), “Juventude e violência. Entre políticas de estado e práticas políticas de recusa. A busca por respeito” In: Ernesto Rodriguez (Org.). *Movimientos juveniles en America Latina y el Caribe: entre la tradicion y la innovacion* (Lima, Peru: Unesco, 2013, p. 75-94) e “Juventudes, cidadania e participação” In: Anete B. L. Ivo (Org.). *Dicionário temático desenvolvimento questão social* (São Paulo: Annablume, 2013, p. 281-287).

### ► Mônica Raisa Schpun

Bacharel (1986) e Licenciada (1987) em História pela Universidade de São Paulo (USP), Diplôme D’études Appofondies (DEA) “Sexes et sociétés” pela Université de Paris VII (1990), Doutora em História pela Université de Paris VII (1994), com pós-doutorado na Università degli Studi di Milano (1998-2000). Pesquisadora do Centre de Recherches sur le Brésil Colonial et Contemporain da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), em Paris, onde dirige a revista *Brésil(s). Sciences Humaines et Sociales*.



Suas áreas de pesquisa incluem: (i) migrações, século XX (judeus no Brasil e na França, nipo-brasileiros), políticas migratórias brasileiras (Era Vargas), gênero, raça, gerações e temporalidade migratória, discriminações, relações intracomunitárias, percursos individuais; (ii) dinâmicas urbanas (São Paulo), imigração e vida urbana, gênero e vida urbana; (iii) gênero em migração, migrantes, beleza, corpo, corporalidade; (iv) micro-história, trajetórias de vida, história do cotidiano. Entre suas publicações recentes, encontram-se: *Justa. Aracy de Carvalho e o resgate de judeus: trocando a Alemanha nazista pelo Brasil* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011); *Tsiganes. Brésil(s). Sciences humaines et sociales*, organização com M. Bordigoni, n. 2, nov. de 2012; *1908-2008. Le centenaire de l'immigration japonaise au Brésil : l'heure des bilans. Cahiers du Brésil contemporain* (Org.), n. 71/72, 2009; *Sin fronteras: dialogos de mujeres y hombres entre America latina y Europa (Siglos XIX y XX)*, organização com E. Scarzanella (Madrid/Frankfurt am Main: Iberoamericana/Vervuert, 2008).

### ► Rachel Soihet

Graduada em História (1959) e Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) (1974), Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) (1986), com pós-doutorado na Université Paris VIII Vincennes-Saint-Denis (1997). Professora titular da UFF, membro de corpo editorial da *Revista Universidade Rural - Série Ciências Humanas e Sociais*, dos *Cadernos Pagu* (Universidade Estadual de Campinas [Unicamp]), do *Caderno Espaço Feminino* (Universidade Federal de Uberlândia [UFU]), da revista *Gênero* (UFF) e da *ArtCultura* (UFU). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Moderna e Contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: violência, mulheres pobres, cotidiano, resistência, Rio de





Janeiro e gênero. Entre os trabalhos individuais mais recentes, destacam-se *Feminismos e antifeminismos: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena* (Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013), “Mulheres moldando esteticamente suas existências: feminismo como alavanca para uma sociedade mais justa”, *Projeto História*, v. 45, p. 29-60, 2013, “Do Comunismo ao Feminismo: a trajetória de Zuleika Alambert”, *Cadernos Pagu*, v. 40, p. 1-195, 2013, e “A conquista do espaço público” In: Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro (Org.). *Nova história das mulheres no Brasil* (São Paulo: Contexto, 2012, p. 218-237).

### ► Rosa Maria Blanca

Artista, curadora e professora do Curso de Artes Visuais – Graduação e Pós-Graduação – e do Mestrado em Indústria Criativa da Universidade Feevale, onde é coordenadora da Pinacoteca. Pesquisadora associada do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (Nigs/Universidade Federal de Santa Catarina [UFSC]), é Mestre em Artes Visuais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com a dissertação *A crise da identidade nacional no território mediado*, e Doutora em Ciências Humanas, também pela UFRGS, com a tese bilíngue *Arte a partir de uma perspectiva queer/Arte desde lo queer*. Atualmente, coordena o Projeto de Pesquisa Centro de Documentação Eletrônica (Fapergs) e o Projeto Estudo da Influência das Novas Tecnologias Digitais e Eletrônicas nos Processos e Metodologias de Produção de Obras de Arte na Contemporaneidade (CNPq). Publicou *Poéticas abertas* (2013), livro em que atua como organizadora de 21 ensaios e artigos e também é autora do capítulo “Sonhos queer – afetos fotográficos”. É autora do artigo “Estética inter e transdisciplinar: linguagem e subjetividade na contemporaneidade”, *Revista Práxis*, v. 10, n. 1, p.45-52, 2013. Participou do evento *Queering Paradigms 4*, com o trabalho artístico *Queering – Queerizando* (2012).



### ► Sara Beatriz Guardia

Escritora, fundadora e diretora do Centro de Estudios La Mujer en la Historia de América Latina (Cemhal). Professora da Faculdade de Ciências da Comunicação, Turismo e Psicologia da Universidade de San Martín de Porres, Lima, Peru. Atua como diretora da Comisión del Bicentenario: Mujer e Independencia en América Latina e da Cátedra José Carlos Mariátegui. Entre os prêmios recebidos, foi-lhe concedida a Medalha Simón Bolívar, em 2009, e a Medalha Ville de Bagnères de Bigorre pela publicação de *Europa América Latina al alba del tercer milenio*. Por *La flor morada de los Andes*, recebeu os prêmios de Mejor Libro entre los Mejores publicados durante os 12 últimos anos, Gourmand World Cookbooks Awards (2008), Opera House, Frankfurt (2008), entre outros. Entre suas obras, destacam-se: *Viajeras entre dos mundos* (Lima: Cemhal; Brasil: Universidade Federal da Grande Dourados, 2012); *Las mujeres en la Independencia de América Latina* (Lima: Cemhal/Unesco/Universidad de San Martín de Porres, 2010); *Escritura de la historia de las mujeres en América Latina*. Publicación de los trabajos presentados en la Red de Investigaciones. Lima: Cemhal/Universidad de San Martín de Porres/Universidad Fernando Pessoa (Porto, Portugal)/Foro Cultural Latinoamericano de Viena, 2005.

### ► Simone Pereira Schmidt

Graduada em Letras (1981), Mestre em Literatura Brasileira (1991) e Doutora em Teoria Literária pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) (1997). Realizou estágios de pós-doutorado em Literaturas de Língua Portuguesa na Universidade Nova de Lisboa (2005) e em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa na Universidade Federal Fluminense



(UFF) (2011-2012). Atualmente, é professora associada da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura Portuguesa, Literaturas Africanas de Língua Portuguesa e Teoria Literária. Atua principalmente nos seguintes temas: gênero, pós-colonial, identidade, teorias feministas e narrativa contemporânea. Publicou *Gênero e história no romance português: novos sujeitos na cena contemporânea* (Porto Alegre: EdiPUCRS, 2000) e foi coorganizadora de *Poéticas e políticas feministas* (Florianópolis: Mulheres, 2004). Seus trabalhos mais recentes incluem “Rotas (trans)atlânticas na poesia africana do tempo colonial: o caso Noémia de Sousa”, *Abril Niterói*, v. 4, p. 23-30, 2011, e “Alzira Rufino” In: Eduardo de Assis Duarte (Org.). *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica* (Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2011, v. 2, p. 365-377).

### ► Yuderkis Espinosa-Miñoso

Escritora, filósofa e ativista afrolésbica, feminista descolonial e antirracista. Docente e pesquisadora do Grupo Latinoamericano de Estudio, Formación y Acción Feministas (Glefas) e do Colectivo de Investigación Modernidad/Colonialidad. Nascida na República Dominicana, reside atualmente em Buenos Aires, Argentina. Graduada em Psicologia, Mestre em Ciências Sociais com ênfase em Educação, Doutora em Filosofia pela Universidade de Buenos Aires. É ativista feminista desde a década de 80 e, desde 1995, dedica-se à teoria feminista e lésbica. Frequente colaboradora em revistas e periódicos latino-americanos e participante de vários congressos e seminários, ficou conhecida inicialmente pelo livro *Escritos de una lesbiana oscura* (Buenos Aires/Lima: En la Frontera, 2007). Entre suas publicações mais recentes, destacam-se: “Etnocentrismo y colonialidad en los feminismos latinoamericanos: complicidades y consolidación de las hegemonías



feministas en el espacio transnacional”, *Feminismos latinoamericanos, Revista Venezolana de Estudios de la Mujer*, v. 14, n. 33, 2010; os capítulos “Colonialidad y dependencia en los estudios de género y sexualidad en América Latina: el caso de Argentina, Brasil, Uruguay y Chile” In: Karina Bidaseca e Vanesa Vázquez Laba (Comp.). *Feminismos y poscolonialidad: descolonizando el feminismo desde y en América Latina* (Buenos Aires: Editorial Godot, 2011) e “Feminismos descoloniales de Abya Yala” In: Béatrice Didier, Antoinette Fouque e Mireille Calle-Gruber (Coord.). *Le dictionnaire des femmes créatrices* (France: Des Femmes-Antoinette Fouque Publishing, 2013), e o livro *Y la una no se mueve sin la otra: descolonialidad, antirracismo y feminismo*, no prelo.

### ► Zahidé Lupinacci Muzart

Professora titular (aposentada) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), continua atuando como voluntária no curso de Pós-Graduação em Literatura dessa universidade. É pesquisadora do CNPq e trabalha na linha de pesquisa Literatura e Mulher. Foi cofundadora da revista *Travessia*, que coordenou de 1980 a 1993. Participa da equipe editorial da *Revista Estudos Feministas* (CCE-CFH/UFSC). Publicou: *Cruz e Souza: poesia completa, Tempo e andanças* de Harry Laus, *Cartas de Cruz e Souza, Fazendo gênero; Poesia* de Júlia Costa/2001; *Refazendo nós: ensaio sobre mulher e literatura* (com Izabel Brandão), *Escritoras brasileiras do século XIX*, volumes 1, 2 e 3; *Mariana Coelho, A evolução do feminismo*; Ana Luísa de Azevedo Castro, *D. Narcisa de Villar*; Madeleine Pelletier, *Memórias de uma feminista*; *Diário da Baronesa de Langsdorff*; Mme. Van Langendonck, *Uma colônia no Brasil*; Júlia Lopes de Almeida, *Ânsia eterna*.







---

Esta obra foi composta em Book Antiqua e Zurich BT  
no formato 15,5 x 22,5 cm, mancha de 11 x 18,8 cm  
A impressão se fez sobre papel Pólen Bold 80g,  
capa em Duplex 250 g pela Gráfica e Editora Copiart